

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/10/2021 a 31/10/2021

Indexação: "Coronavírus" or "COVID"

Documento 1/288

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 86.2021.B | Sessão Outro Evento | 01/10/2021-09:12 |
| Publ.: DCD - 10/2/2021 - VICENTINHO-PT -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Pedido aos Deputados de apoio ao Projeto de Lei nº 3.139, de 2021, a respeito da assistência à saúde mental das vítimas da Covid-19. Falecimento do ex-Deputado Estadual Carlos Neder. Aproximação da triste marca de 600 mil mortes no País pelo coronavírus.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento, essa história de sessão na sexta-feira tem complicado bastante a vida de todos nós, que temos outros compromissos.

Eu estou aqui - podem verificar minha tela - dando aula para meus alunos da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo - FAPAN. Eles me autorizaram a fazer este pronunciamento. Aproveito para deixar meu abraço a esses alunos extraordinários, que estão se preparando para o exame da Ordem dos Advogados do Brasil.

Sr. Presidente, nesta semana, eu apresentei o Projeto de Lei nº 3.139, de 2021. Eu gostaria muito de contar com o apoio dos Deputados e das Deputadas, pois este projeto trata de doenças mentais como consequência do pós-COVID. As pessoas perdem a vida, e a família sofre quando perde um ente querido. O isolamento também tem trazido tristes consequências para as crianças e para os idosos que ficam sós, isolados. Segundo estudo que eu estou fazendo, aumentou muito o índice de suicídios.

Há ainda, Sr. Presidente, os profissionais da saúde, como os médicos e as enfermeiras, que sofrem com a dor dos outros e com o risco de contaminação, profissionais que voltam para casa arrasados, perturbados.

Nesta semana, nós tivemos mais uma perda: nosso doutor, meu amigo e nosso irmão, o estimado Carlos Neder, que foi Deputado Estadual.

Neder perdeu a vida, e a consequência é o sofrimento dos seus familiares. Eu já fiz esta homenagem no Plenário da Câmara.

Este projeto aborda uma atenção especial para todos aqueles e aquelas que sofrem as consequências desta maldita doença, cujos números, em breve, chegarão, lamentavelmente, a 600 mil mortos. O pós-COVID traz consequências mentais, além dos graves problemas econômicos que deixam o Brasil atrasado, porque não se cuidou disso nos primeiros dias.

Eu espero, sinceramente, que o Presidente da Câmara coloque este projeto em votação e que dê a ele urgência, para que sejam levadas em conta as pessoas vítimas dessas circunstâncias.

Esta é a minha mensagem, Sr. Presidente. Agradeço a V.Exa. e solicito que meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 2/288

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 86.2021.B | Sessão Outro Evento | 01/10/2021-09:16 |
| Publ.: DCD - 10/2/2021 - RUBENS BUENO-CIDADANIA -PR | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Divulgação, pela Organização das Nações Unidas - ONU, do relatório Covid-19 e Desenvolvimento Sustentável: avaliando a crise de olho na recuperação. Sugestões da ONU para a recuperação do País e a melhoria das condições de vida da população brasileira.

O SR. RUBENS BUENO (CIDADANIA - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Eduardo Bismarck, Sras. e Srs. Deputados, a Organização das Nações Unidas - ONU divulgou, em 29 de setembro, o relatório *COVID-19 e Desenvolvimento Sustentável: avaliando a crise de olho na recuperação*, de 2021, no qual sugere ações para a recuperação do Brasil diante dos prejuízos gerados pela pandemia.

O relatório propõe o cumprimento de metas que fazem parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e destaca que somente uma ação múltipla, com atenção especial voltada para o sistema público de saúde, para o crescimento econômico e para a redução das desigualdades, será capaz de retirar o Brasil do atual

momento de dificuldades.

Foram realizadas análises nas áreas de distribuição de renda, combate à fome, sustentabilidade e preservação do meio ambiente, igualdade de gênero e saúde. Com base nelas, a ONU sugeriu 55 ações, que objetivam a recuperação do País e a melhoria das condições de vida da população brasileira.

O estudo é resultado do trabalho de especialistas do PNUD, da UNESCO, do UNICEF e da OPAS no acompanhamento de políticas de melhorias para o Brasil. O levantamento avaliou 94 indicadores de vulnerabilidade e de capacidade de resposta à pandemia, a partir dos quais estabelece as condições para o Brasil superar os impactos da pandemia, de maneira consistente e homogênea.

Segundo a especialista Katyna Argueta, representante do PNUD no Brasil, embora o Brasil tenha registrado importantes progressos no desenvolvimento humano nas últimas décadas, a pandemia se sobrepôs às tensões não resolvidas entre os que têm acesso e oportunidade e os que não têm. Para ela, isso torna mais evidentes as diferenças de acesso dos brasileiros a importantes recursos, como serviços de saúde, educação, proteção social, emprego digno e renda, assim como redes de tecnologia.

Entre as metas propostas estão investimentos industriais com externalidades ambientais positivas; política ativa de fomento à economia circular; universalização da banda larga; mecanismos para identificar e aprimorar o investimento público em políticas e programas para crianças e adolescentes; reforma tributária; mecanismos de governança compartilhados entre os Poderes; investimentos em creches e na pré-escola; e aprimoramento da economia digital.

Destaco que foi elaborado um capítulo específico para a área da educação, em que foi demonstrado que os impactos para crianças e adolescentes podem perdurar. Neste sentido, o estudo ressalta a importância da priorização da reabertura de escolas com segurança e a necessidade de que todas as crianças e adolescentes sejam conectados à Internet até 2030.

Conforme consta do relatório, 5,5 milhões de crianças e adolescentes tiveram o direito à educação negado em 2020. *"Se no início da pandemia não foram consideradas como grupos de risco direto, são elas, de fato, as vítimas ocultas da COVID-19"*, diz o relatório.

Foi destacado também que, sem deixar de lado as medidas essenciais para conter a propagação do novo coronavírus, é preciso ter clareza sobre os impactos do fechamento de escolas por um tão longo período de aprendizagem na nutrição, uma vez que muitos dependem da

merenda escolar, e na segurança de crianças e adolescentes, em especial os mais vulneráveis. Outro desafio destacado é o acesso desigual à tecnologia, que pode provocar o aumento da taxa de abandono escolar, trabalho infantil e gravidez na adolescência.

Conforme consta do texto, com o fechamento massivo de estabelecimentos escolares, o ensino remoto mediado por tecnologias apresenta-se como alternativa para a continuidade da aprendizagem. Cabe-nos destacar que no Brasil 28% das famílias não têm acesso à Internet, percentual que aumenta conforme a renda diminui e chega a 48% nas áreas rurais.

Como políticas sugeridas pelos pesquisadores, foram destacados a reabertura das escolas com segurança sanitária, o estabelecimento de parcerias para a inclusão digital, a manutenção do serviço de saúde, além da criação de oportunidade de trabalho para jovens entre 14 e 24 anos. Sem uma ação coordenada para prevenir, mitigar e responder aos efeitos da pandemia, as consequências para esse segmento agora e para a sociedade como um todo no futuro serão graves.

Eu trouxe estas informações, Sr. Presidente, para entendermos que os Governos Federal, Estaduais e Municipais devem tomar conhecimento, com profundidade, das 55 ações propostas pela ONU, no intuito de reverter os danosos efeitos gerados à sociedade brasileira pela pandemia da COVID-19.

Muito obrigado.

Documento 3/288

| | | |
|--------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 86.2021.B | Sessão Outro Evento | 01/10/2021-09:32 |
| Publ.: DCD - 10/2/2021 - | ERIKA KOKAY-PT -DF | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Anúncio da realização de manifestações no País contra o Governo Jair Bolsonaro. Aproximação da nefasta marca de 600 mil mortes no Brasil pela Covid-19. Vinculação entre a maioria dos óbitos decorrentes do coronavírus e o negacionismo do Presidente da República com relação à doença viral. Cenário de fome, inflação e desemprego reinante no País. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Reajuste nos preços do gás de cozinha, de combustíveis e de tarifas de energia elétrica. Repúdio à gestão do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Amanhã o Brasil vai às ruas. O Brasil vai às ruas para protestar contra um Governo que é um governo da necropolítica, da política da morte.

É um Governo que desdenha da dor do povo brasileiro. A dor do povo brasileiro que chora quase 600 mil mortes pelo coronavírus, que seriam mortes em grande parte evitáveis se nós tivéssemos um Governo que não achasse que *"tudo é isso mesmo"*, que *"eu não sou coqueiro"*, que *"isso é uma gripezinha"* e que estabeleceu um processo negacionista que, em verdade, apenas atuava como biombo para um profundo processo de corrupção, desvendado pela CPI da COVID.

Ali nós vamos ver que atestados de óbito foram adulterados, que seres humanos foram usados como cobaias para a implementação de práticas terapêuticas ineficazes e também para práticas terapêuticas que provocaram danos à vida das pessoas.

Nós vamos às ruas. Nós vamos às ruas para protestar contra a fome, para protestar contra a inflação, para protestar contra os ataques cotidianos à própria democracia. Este é um Governo que, desde o seu primeiro momento, tensiona, tensiona e elege inimigos imaginários. Nós vamos às ruas para protestar contra a tentativa de capturar o Estado, através da PEC 32, e colocá-lo como refém dos interesses privados e dos governantes. Nós vamos às ruas. Nós vamos às ruas para protestar contra este nível de desemprego, para protestar contra o preço do gás, contra o preço do combustível, contra o preço da energia.

Nós vamos às ruas para protestar. Mas vamos fundamentalmente às ruas em defesa de direitos, em defesa de liberdade, em defesa da democracia, até porque a democracia é chão básico para os direitos, e os direitos carregam a democracia para todos os cantos deste País e transformam-na numa democracia de alta intensidade, e não de baixa intensidade.

Nós vamos às ruas para protestar contra este Governo da morte, mas nós vamos fundamentalmente às ruas por amor a este Brasil, por amor à sua bandeira, por amor ao povo brasileiro, por amor aos nossos povos originários, por amor a uma Constituição, que foi escrita não apenas com a tinta da caneta, mas também com a tinta do urucum, com a tinta do jenipapo, com os interesses deste Brasil, que precisa viver a sua dignidade e a sua grandeza.

Nós vamos às ruas por todas as lutas. São vários partidos políticos, vários movimentos sociais. Todas as lutas, todas as cores, todos os corpos estaremos nas ruas amanhã para dizer que nós não vamos permitir que a faixa presidencial esteja no peito estufado do sexismo,

do machismo, da LGBTfobia, do racismo, do capacitismo. Ou seja, nós vamos pela liberdade de existência, pela liberdade de amar. Nós vamos para fazer valer o discurso do Senador Fabiano Contarato, que disse: "*Eu tenho um sonho (...)*", repetindo Martin Luther King.

Nós temos o mesmo sonho: que as pessoas sejam vistas porque são pessoas, que as pessoas não possam ser julgadas ou subalternizadas pela raça, pela etnia, por sua orientação sexual, por sua identidade de gênero. Enfim, que as pessoas possam ser vistas como pessoas.

Por isso nós vamos às ruas, nós vamos às ruas pelo direito de ser, pelo direito de amar, pelo direito à cidade, que é negada às mulheres, que é negada aos beijos livres, às demonstrações de afeto.

Nós vamos às ruas porque nós temos um sonho, esse sonho que foi dito pelo Senador Fabiano Contarato, que fez uma belíssima fala - e nós o parabenizamos - de enfrentamento contra todos aqueles que querem aprisionar o afeto, que querem impedir que as famílias possam existir, e família é construção de afeto, é construção de felicidade. Famílias! Existem inúmeras famílias que precisam ser respeitadas.

É porque temos um sonho de um Brasil justo e solidário, de um Brasil democrático, de um Brasil de direitos, que nós estaremos nas ruas amanhã, dia 2 de outubro, para dizer "não" à política da morte.

Documento 4/288

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 86.2021.B | Sessão Outro Evento | 01/10/2021-09:36 |
| Publ.: DCD - 10/2/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Anúncio da realização no País de manifestações contra o Governo Jair Bolsonaro. Escalada do desemprego, da inflação e reajuste nos preços de combustíveis e de alimentos no Brasil. Congelamento do salário mínimo. Contrariedade à privatização de empresas estatais. Vinculação entre a morte de brasileiros em decorrência da Covid-19, por volta de 600 mil, e a política genocida do Presidente da República. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, amanhã será um dia de muita mobilização em todo o Brasil. Nós vamos às ruas do Brasil, com álcool em gel, máscaras, com todo o cuidado necessário, mas vamos

às ruas, elevando a nossa voz contra a política econômica ultraliberal de Guedes e Bolsonaro - política que tem produzido a fome, são mais de 20 milhões de brasileiros passando fome; política neoliberal que tem promovido desemprego, são quase 15 milhões de brasileiros desempregados e mais 6 milhões de desalentados; política econômica cruel, que está elevando a inflação, o preço dos alimentos, o preço dos combustíveis; política econômica que congela o salário mínimo.

Nós estaremos nas ruas amanhã elevando a nossa voz também contra as privatizações, a entrega do nosso patrimônio público. Os Correios, a ELETROBRAS, a CODESA aqui no Espírito Santo, são tentativas absurdas de entregar o nosso patrimônio para a iniciativa privada. São empresas lucrativas e que contribuem com o desenvolvimento econômico e social.

Estaremos nas ruas contra a prática genocida, a prática de enfrentamento da pandemia com insensibilidade, com corrupção e que já provocou a morte de quase 600 mil brasileiros.

Estaremos nas ruas elevando a nossa voz contra a PEC 32, essa PEC absurda que quer penalizar os servidores públicos, o serviço público e a maioria da população pobre, que necessita desses serviços.

Estaremos nas ruas contra todas as arbitrariedades desse Governo, mas estaremos nas ruas também em defesa da vida, da democracia, da educação pública, do Sistema Único de Assistência Social e do Sistema Único de Saúde.

É preciso que nós elevemos a nossa voz contra o aumento dos preços, mas também é preciso que nós elevemos a nossa voz contra a homofobia, como fez ontem o Senador Fabiano Contarato no Senado Federal, na CPI da COVID. Temos que elevar a nossa voz contra esses que praticam crime, porque homofobia é crime, como já foi definido pelo STF.

Quero parabenizar o Senador Contarato pela sua coragem, pelo seu testemunho, pela sua ousadia de enfrentar aqueles que são machistas, racistas, sexistas, homofóbicos, autoritários.

O Senador Fabiano Contarato é um orgulho para o povo do Espírito Santo e para o povo brasileiro.

Obrigado pela sua coragem e pelo seu posicionamento ontem e ao longo da sua trajetória como Senador da República no nosso País.

Nós vamos continuar nas ruas gritando contra todo tipo de preconceito, porque eles falam em defesa da família, em defesa de Deus e agem contra o povo, agem contra a família e agem contra os ensinamentos

de Jesus Cristo.

Peço, Sr. Presidente, que o nosso pronunciamento seja publicado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 5/288

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 86.2021.B | Sessão Outro Evento | 01/10/2021-09:44 |
| Publ.: DCD - 10/2/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Convite ao povo brasileiro para participação nas manifestações contra o Governo Jair Bolsonaro. Cenário de carestia, pobreza e desemprego reinante no Brasil. Incompetência do Ministro da Economia, Paulo Guedes. Não concessão de reajuste real ao salário mínimo. Falta de estoque regulador de preços no Brasil. Crises social e econômica vigentes no País. Inexistência de política de qualificação profissional da juventude brasileira. Dificuldades dos estudantes carentes para obtenção de financiamento estudantil. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela superação da marca de 600 mil mortes no País em decorrência da Covid-19.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aqui também convidar o povo brasileiro para ocupar as ruas amanhã, um dia importante, um dia histórico, porque será o dia em que vamos dizer um basta a este desgoverno do Bolsonaro.

O País está vivendo uma enorme carestia. O País está vivendo a dolarização da proteína animal, da proteína vegetal, porque esse Governo não tem empatia por ninguém. Esse Governo, por incompetência do Ministro Paulo Guedes, tem dolarizado a carne e os alimentos no País, tem deixado o povo mais pobre. A ampla maioria se encontra desempregada ou subocupada. Também há os trabalhadores brasileiros que ganham até dois salários mínimos e que assistem, há quase 6 anos, a esta política de não reajuste do salário mínimo com um ganho real, somada a essa despolitização da política do ponto de vista de não compreender que o Estado é um instrumento forte na proteção do poder de compra dos trabalhadores. Também assistem a esta falta de política de abastecimento, à falta de estoque regulador dos preços do Brasil, porque esse Governo é de fato da necropolítica, da política da morte, da política do desemprego, da política da carestia.

Por essas razões, nós temos que ocupar as ruas, para dizer que o Brasil é muito melhor do que o bolsonarismo, é muito melhor do que

Bolsonaro, e que nós queremos um novo país, e esse país nascerá das ruas, das redes, da construção coletiva de um novo projeto de país, um novo projeto de Nação.

A realidade do povo brasileiro é muito dura. Nós estamos vivendo um drama econômico, um drama social. A nossa juventude, a nossa força motriz de construção de um país, quer ir embora desta Nação, porque não há mais política específica para a qualificação profissional. Não se ampliam mais as vagas no sistema universitário, nos institutos, nas universidades. Há uma perseguição ao financiamento estudantil para os jovens mais carentes nas universidades.

Portanto, não tem mais razão a continuidade deste desgoverno. E, para colocarmos um ponto final, teremos, sim, que ocupar as ruas e pedir o "*Fora, Bolsonaro!*", porque esse Governo é o principal responsável pela perda de mais de 600 mil vidas, porque foi um Governo negacionista, um Governo que não se organizou, que não comprou vacinas e não incentivou o papel da ciência, o papel das políticas, o distanciamento social, o uso de máscaras. Ele é o responsável pelas mortes.

Fora, Bolsonaro! E até amanhã nas ruas!

Documento 6/288

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 86.2021.B | Sessão Outro Evento | 01/10/2021-09:56 |
| Publ.: DCD - 10/2/2021 - PEDRO UCZAI-PT -SC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Concentração de rendas/riquezas, recrudescimento do desemprego, da miséria, da fome e queda do poder aquisitivo dos trabalhadores brasileiros, provocados pela política econômica do Governo Jair Bolsonaro. Tragédia provocada pela Covid-19 no Brasil em decorrência da adoção, pelo Presidente da República, da imunidade de rebanho como estratégia de combate à doença viral. Convite ao povo brasileiro para as manifestações no País a favor do afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a grande pergunta que fazemos para um governo de plantão é se sua política - especificamente a sua política econômica - vai distribuir renda, vai distribuir riqueza, vai distribuir oportunidades; ou se, por meio de sua política econômica, vai concentrar renda, concentrar riqueza e distribuir desigualdade. O que

nós percebemos nesses últimos anos com o Governo Michel Temer, com a agenda para o futuro, aprofundada com o Governo de Paulo "Banqueiro" Guedes e o Governo Bolsonaro, é que se aprofundou uma política econômica não da incompetência, ou da desqualificação, ou do desgoverno, mas uma política econômica que, de forma competente, concentrou renda, concentrou riqueza nos ricos, que ficaram mais ricos, e gerou mais bilionários neste País: 42 brasileiros têm uma riqueza de 1 trilhão e 900 bilhões de reais. Trata-se de uma política econômica que, contraditoriamente, produziu e socializou o desemprego, a miséria, a fome, a perda do poder aquisitivo do salário, do assalariado, do trabalhador. Houve a diminuição dos investimentos públicos em políticas universais, o que produziu, conseqüentemente, aumento da concentração de renda, aumento da concentração de riqueza. É esse o olhar que eu tenho do Governo Bolsonaro.

Portanto, é uma política com racionalidade política, como é no caso da pandemia. Não há desqualificação em relação à pandemia. Há uma racionalidade política, pela imunidade de rebanho, de contaminar a sociedade brasileira e produzir essa tragédia, esse genocídio humano, cada dia mais escandalosamente comprovado pela CPI da COVID. E todos aqueles que, junto com Bolsonaro, produzem e reproduzem esta política do genocídio devem ser responsabilizados moralmente, devem ser responsabilizados pela história e devem ser responsabilizados criminalmente.

Dessa forma, contra esse Governo criminoso, que é contrário à classe média, à classe trabalhadora e aos agricultores, nós vamos para rua nesse dia 2 de outubro, para dizer: "*Fora, Bolsonaro!*"

Documento 7/288

| | | |
|--------------------------|---------------------------|------------------|
| 86.2021.B | Sessão Outro Evento | 01/10/2021-09:56 |
| Publ.: DCD - 10/2/2021 - | CHARLES FERNANDES-PSD -BA | |
| CÂMARA | DOS BREVES | BREVES |
| DEPUTADOS | COMUNICAÇÕES | COMUNICAÇÕES |
| | | DISCURSO |

Sumário

Importância da continuidade do pagamento do auxílio emergencial aos trabalhadores informais e famílias carentes para enfrentamento da epidemia de coronavírus. Elevação dos preços do gás de cozinha e retomada dos índices inflacionários no País. Importância da adoção, pelo Governo Federal, de ações efetivas em benefício das camadas menos favorecidas.

O SR. CHARLES FERNANDES (PSD - BA. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente Eduardo Bismarck. Muito bom dia! Mais

uma vez, é um prazer estar aqui falando sob a Presidência de V.Exa.

Sr. Presidente, nesta semana, o Governo sinalizou a continuidade do Auxílio Emergencial, o que não deveria nem ter sido interrompido no final do ano passado. É importante que esse auxílio permaneça e continue, mesmo com o avanço da vacinação. A população do Nordeste brasileiro está passando muitas dificuldades.

Chegando aqui ao interior da Bahia, o que nós mais ouvimos são os comentários de que o gás de 110 reais leva 10% do salário mínimo, da renda do trabalhador assalariado. Portanto, é preciso que o Governo invista, e invista agora, e invista muito, nas camadas mais vulneráveis da população brasileira. Esse auxílio emergencial tem que continuar e não pode ser interrompido em nenhum momento.

Os preços das coisas dispararam, saíram do controle. A inflação voltou a bater à porta. O poder de compra do brasileiro está altamente comprometido, e mais daqueles que necessitam, estes são os que estão passando maiores dificuldades. São essas as famílias que nós devemos olhar neste momento, são esses que precisam do Estado brasileiro. Poderíamos deixar até de investir na parte de infraestrutura. Embora seja importante, o que é mais importante neste momento? É cuidar do nosso povo, é cuidar da nossa gente, é cuidar daqueles que mais precisam neste momento do auxílio do Governo. Esses são os que estão passando dificuldade. Essas são as famílias que estão tendo dificuldade para colocar o pão na sua casa para os seus filhos. E são esses com que nós devemos ter todo o cuidado necessário.

Aquele projeto do Deputado Carlos Zarattini é importante, mas o que é mais importante são as ações do Governo para beneficiar esses que mais precisam. São essas famílias que precisam do Estado brasileiro, eu repito. As pessoas estão batendo à porta a todo momento, pedindo ajuda para isso, ajuda para aquilo. Não há mais recursos para se pagar aluguel, não há recursos para pagar as tarifas de energia, que estão nas alturas. É a isso que o Governo precisa se dedicar, daqui para frente, Presidente Eduardo Bismarck.

Peço a divulgação deste nosso pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado. Tenha um bom dia, Presidente!

Sumário

Realização de manifestações no País contra o Governo Jair Bolsonaro. Depoimento prestado à CPI da Covid pelo bolsonarista disseminador de fake news, Otávio Oscar Fakehoury. Aplausos ao Senador Fabiano Contarato pela reação contra a manifestação homofóbica do depoente. Contrassenso entre o empobrecimento da população brasileira e os gastos do dinheiro público com viagens e passeios pelo Presidente Jair Bolsonaro. Retomada dos índices inflacionários. Aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 1.374, de 2021, sobre a instituição do auxílio gás social. Manutenção da política de preços de combustíveis pela empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS. Necessidade de abertura, pelo Presidente Arthur Lira, de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente.

Eu queria me manifestar hoje porque amanhã teremos um dia excepcional. Será uma resposta do povo brasileiro a todos os desmandos, aos assassinatos, à morte de 600 mil pessoas pela política genocida e irresponsável de Bolsonaro.

Vimos isso ontem na CPI da COVID, em que um apoiador, produtor de *fake news*, financiador de mentiras, Otávio Fakhoury, amigo do Presidente, foi desmoralizado, a começar pelo preconceito e pelo ódio que difunde.

Inclusive, quero me solidarizar com o Senador Fabiano Contarato pela excepcional intervenção ontem, porque sabemos quem inspira Otávio Fakhoury: é Bolsonaro. De onde saiu esse esgoto na sociedade brasileira de preconceito, intolerância e ódio?

Mas o principal fato é que amanhã o povo vai para as ruas demonstrar a sua indignação e a sua insatisfação com o desemprego, com a brutal escalada inflacionária que estamos vivendo, com o empobrecimento da população brasileira, enquanto Bolsonaro passeia, viaja, gasta dinheiro público, não trabalha e levanta uma criança com um fuzil, como fez ontem, como símbolo do seu Governo. É isso o que nós estamos assistindo.

Enquanto isso, ele está desesperado com o processo inflacionário. Nós aprovamos na Câmara o projeto do vale-gás, que vai gastar, no mínimo, 6 bilhões de reais, e ainda é muito pouco para atender os de baixo. Ontem a PETROBRAS disse que não iria intervir nos preços, mas vai gastar 300 milhões de reais. Sabe quantos serão atingidos, Sr. Presidente? Oitocentos e quarenta e cinco mil famílias, segundo o

cálculo da matéria do jornal *O Globo* de ontem.

Ou seja, eles sabem que o povo está passando fome, que o povo não tem emprego, não combatem a pandemia e sabem que é isso que vai derrubar a popularidade do Bolsonaro.

Por isso, a união de forças no nosso País amanhã é fundamental. Todos aqueles que não querem o retrocesso civilizatório peguem o seu cartaz e a sua bandeira, usem os protocolos sanitários, e vamos às ruas gritar Fora, Bolsonaro! e levantar a bandeira do *impeachment*.

Quero aproveitar ainda este momento para me referir ao Presidente Arthur Lira e lhe dizer: saia de cima dos processos de *impeachment*! O Centrão, com suas emendas de Relator, com o tratoração, estão comprando os votos do Plenário para passar reformas antipopulares, como a reforma administrativa. Mas esta mamata vai acabar!

"Fora, Bolsonaro!" *Impeachment* já!

Documento 9/288

| | | |
|--------------------------|------------------------|------------------|
| 86.2021.B | Sessão Outro Evento | 01/10/2021-10:20 |
| Publ.: DCD - 10/2/2021 - | LÍDICE DA MATA-PSB -BA | |
| CÂMARA | DOS BREVES | BREVES |
| DEPUTADOS | COMUNICAÇÕES | COMUNICAÇÕES |
| | | DISCURSO |

Sumário

Transcurso do Dia Mundial do Idoso. Inexistência de política nacional de atenção à pessoa idosa. Vulnerabilidade das pessoas da terceira idade diante da epidemia de coronavírus, no tocante à saúde e à questão financeiro-econômica. Repúdio ao deboche do Presidente Jair Bolsonaro e do Ministro da Economia, Paulo Guedes, à população idosa brasileira. Continuidade da luta da oradora em defesa dos idosos brasileiros. Depoimento prestado à CPI da Covid pelo bolsonarista disseminador de fake news, Otávio Oscar Fakehoury. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Impacto, sobre a cadeia produtiva nacional, da política de preços de combustíveis praticada pela empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS. Convite ao povo brasileiro para participação nas manifestações no País, a favor do afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) -
Muito obrigada, Deputado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria registrar no dia de

hoje a passagem do Dia Mundial do Idoso - fui inclusive Presidente da Comissão do Idoso.

No Brasil, em torno de 13% da população está acima dos 60 anos de idade, e, no entanto, não há nenhuma política nacional de atenção ao idoso.

Em nosso País, o idoso empobrece mais ainda. Com a última reforma da Previdência, essa situação ficou ainda mais fragilizada que antes. Diante da pandemia, os idosos estão extremamente vulnerabilizados tanto do ponto de vista financeiro e econômico quanto da saúde. A pandemia teve forte impacto na vida das populações idosas no mundo inteiro, em especial no nosso Brasil.

Aliás, o Presidente da República e o Ministro da Economia chegaram a ridicularizar os idosos dizendo que a população brasileira queria viver até os 100 anos de idade. É interessante que são duas pessoas acima de 60 anos e se acham no direito de viver bem, de viver usando o cartão corporativo da Presidência da República. Seus filhos estão fazendo e acontecendo na Nação e desejando que os outros idosos tenham vida curta.

Quero, portanto, homenagear o Dia Mundial do Idoso e dizer que a nossa luta em defesa da população idosa brasileira continua.

Queremos uma população brasileira incluída, do ponto de vista econômico, educacional, cultural, e de todas as outras formas de garantia da sua dignidade enquanto cidadã.

Mas, Sr. Presidente, quero também falar rapidamente do espetáculo dantesco que foi ontem aquela presença do Fakhoury na CPI. Aliás, agora, os bolsonaristas protestam que não se pode levar empresário para CPI. Na cabeça deles, empresário não pode ser tocado, principalmente se for empresário ligado a eles. Só o povão é que pode sofrer sem ter dinheiro para comer, sem ter emprego, com todas as proteções de trabalho acabadas, porque para Bolsonaro e sua gente só serve Governo para proteger os ricos. Além do mais, fez ofensas graves a Senadores e, principalmente, um atestado e uma atitude desrespeitosa com os homossexuais.

Além disso, eu quero convidar todos vocês que nos ouvem, os servidores públicos ameaçados pela PEC 32, que acaba com o serviço público em nosso País; o povo trabalhador em geral; aqueles que perderam o seu emprego; aqueles que neste momento deixaram de ter a possibilidade de botar na mesa um prato de comida para seus filhos; aqueles que lutam neste País para transformá-lo num País rico, que está sendo assaltado pelos bilionários; aqueles que estão sendo desprezados pela política de preço da PETROBRAS; aqueles que

lutam neste País para sobreviver com dignidade.

Vamos amanhã...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Pode concluir, Deputada.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) - Muito obrigada, Presidente.

Portanto, quero fazer um convite a todos os que estão insatisfeitos com essa situação que vive o nosso País, com essa política do preço da PETROBRAS que indexa o preço do petróleo vendido aqui, da gasolina, do combustível, ao preço do petróleo lá, e tira o emprego, tira a comida da mesa do trabalhador brasileiro.

Para todos vocês, nós precisamos fazer aquilo que a população entende como necessário: tirar Bolsonaro da Presidência da República. E amanhã todos nas ruas, para exigir "Fora, Bolsonaro!", "*impeachment* já!", uma nova política econômica para este País, que dê dignidade e direitos ao trabalhador brasileiro, que não permita que a política de preço da PETROBRAS impacte na conta, na vida do cidadão. É muito bom colocar uma política de gás, um bônus de gás para aqueles que mais precisam. Mas é preciso colocar na mesa do cidadão comida. E isso não vai acontecer com esse preço do combustível da PETROBRAS que impacta toda a cadeia produtiva do nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 10/288

| | | |
|--------------------------|--------------------------|------------------|
| 87.2021.B | Sessão Outro Evento | 04/10/2021-09:24 |
| Publ.: DCD - 10/5/2021 - | BENEDITA DA SILVA-PT -RJ | |
| CÂMARA | DOS BREVES | BREVES |
| DEPUTADOS | COMUNICAÇÕES | COMUNICAÇÕES |
| | | DISCURSO |

Sumário

Realização no País de manifestações a favor do afastamento do Presidente Jair Bolsonaro. Falta de condições para a permanência de Paulo Guedes no cargo de Ministro da Economia. Aproximação da marca de 600 mil mortes no País em decorrência da epidemia de coronavírus. Atraso na vacinação do povo

brasileiro contra a Covid-19.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que nos acompanham, no sábado último, 2 de outubro, ocorreram atos contra a política de Bolsonaro e a favor do *impeachment*. Mais de 700 mil pessoas se mobilizaram pelo Brasil afora, realizaram atos, e sabemos que o número dos que são contra Bolsonaro é bem maior. Em 304 cidades, pessoas foram às ruas dizer isto: "*Queremos o impeachment. Fora, Bolsonaro!*" Em 18 países, pessoas também se somaram a essa voz. Nas comunidades, em todos os cantos e rincões, houve manifestações dos que acreditam e continuam acreditando na democracia.

Todas e todos estavam ali na luta pela vida, no combate à carestia, no combate à fome, ao desemprego, estavam principalmente na luta em favor da democracia.

Não há mais como aceitar que Bolsonaro permaneça na Presidência da República, assim como não há mais como aceitar que Paulo Guedes continue no Ministério. Estabeleceu-se no Governo Central um conluio contra o povo brasileiro. As medidas que são tomadas são insuportáveis!

Alguns aceitam com muita naturalidade que já tenham ocorrido quase 600 mil mortes neste País por COVID-19. Cem por cento do povo brasileiro ainda não tomou a primeira dose da vacina. Isso é um escândalo! Nós temos visto que a CPI está tratando dessa questão.

O povo foi para a rua porque só por meio das ruas esta Casa vai ouvir o grito do povo. O povo está indo para a rua para pedir isto: "*Basta! Queremos o impeachment de Bolsonaro!*" Não estavam nas mobilizações só os partidos de oposição, como o PT, o PCdoB, o PSOL. Não! Estava também o PSDB, estavam o MDB, o DEM, o PL, estavam o Podemos, o Cidadania, o Solidariedade. Isso mostra que a insatisfação é geral. Lá estava a Esquerda, lá estava o Centro, lá estava a Centro-Esquerda e lá estavam pessoas que não estão em nenhum partido. Mas todos, numa só voz, disseram: "*Fora, Bolsonaro!*"

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

88.2021.B Sessão Outro Evento 05/10/2021-14:00

Publ.: DCD - 10/6/2021 - CORONEL TADEU-PSL -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Não divulgação do elevado número de pacientes recuperados da Covid-19 no País. Redução dos casos de contaminação pelo coronavírus em decorrência dos investimentos do Governo Federal na área de saúde. Desvio de recursos públicos pelos governos petistas. Inexistência de casos de corrupção no Governo Jair Bolsonaro.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos.

É um prazer vê-lo, Deputado Ricardo Silva, mais uma vez conduzindo os nossos trabalhos, nosso querido representante da nossa grande Ribeirão Preto, que está muito bem representada.

Deputado Luiz Lima, há várias maneiras de nós darmos as notícias. Isso depende de quem dá a notícia e do que se quer atingir. Ninguém se lembra das pessoas recuperadas da COVID, Deputado Luiz Lima -- ninguém! Olhe só o número elevadíssimo de pessoas que já foram recuperadas pela saúde pública do Governo Bolsonaro. E 45% da nossa população já está vacinada.

Estamos vencendo a guerra, Deputado Ricardo Silva. Estamos vencendo a pandemia. O Governo Bolsonaro, com tantos investimentos feitos na área da saúde, está persistente, resiliente, firme e forte, fazendo aquilo que precisa ser feito. Há cidades no Estado de São Paulo que há semanas não registram nenhuma contaminação. Está aí a amostra clara de que o SUS está de pé, que o Governo está de pé. Estamos todos lutando contra esta pandemia.

Mas as aves de mau agouro estão o tempo inteiro querendo deturpar os dados, mostrar narrativas, fazer discursos de contrariedade. Sabe o que está acontecendo? É aquela abstinência para meter a mão no dinheiro público, nos recursos do Governo Federal, como se fazia na época do PT, como se fazia desde 2002, quando se instalou uma verdadeira quadrilha por todos os cantos.

Hoje, nós estamos com muita dificuldade. Falei agora há pouco que o Brasil é um país grande, mas não é um país rico, porque o PT não deixou. Potência, fôlego, ambição e até vocação para ser rico este País tem. E nós aqui estamos lutando. São 32 meses do Presidente Bolsonaro sem nenhum caso de corrupção. E, assim, nós vamos

permanecer até 2026. Assim, nós estaremos até 2026, conduzindo este País com mãos de ferro, com muita responsabilidade. E vocês verão no que se tornará o Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 12/288

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 88.2021.B | Sessão Outro Evento | 05/10/2021-14:04 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - LUIZ LIMA-PSL -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Prática de corrupção pelos governos petistas. Apelo ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, de recuperação do Hospital Regional de Barra de São João, no Município de Casimiro de Abreu. Não investigação, pela CPI da Covid, da malversação e desvio de recursos federais destinados aos Estados e Municípios brasileiros para combate à epidemia de coronavírus.

O SR. LUIZ LIMA (PSL - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente Ricardo Silva, hoje o assunto é o Hospital Regional de Barra de São João, em Casimiro de Abreu, que atende Rio das Ostras, Cabo Frio, Tamoios, que é outro distrito enorme, que fica a 50 quilômetros do centro do Município de Cabo Frio. Estou falando da Região dos Lagos. Eu vou voltar a falar do hospital, que está paralisado em razão da falta de disciplina com recurso público pago pelo mais simples cidadão.

Estava assistindo à Comissão Geral sobre o combate à fome. É inacreditável como o Partido dos Trabalhadores não sabe fazer conta. É inacreditável como o Partido dos Trabalhadores não rebobina a fita e não veja que o seu principal representante nesta Casa foi preso por conta do mensalão. O Sr. José Dirceu foi preso, foi para a cadeia por corrupção, desvio de recurso público.

É o desvio de recurso público que causa fome, o mau atendimento nos hospitais. O Governo Federal enviou recursos para os Estados -- mais de 170 bilhões. Esses recursos não nasceram na árvore, não caíram do céu. Esses recursos são do pedreiro, do pintor, do jardineiro, da empregada doméstica, dos 25 milhões de autônomos que produzem riqueza, dos 80 milhões de funcionários do setor privado que produzem riqueza neste País, são daquele pequeno e médio investidor que têm o seu comércio, numa comunidade carente ou num bairro nobre, que expõem a sua família à instabilidade. É a instabilidade que paga os benefícios de quem tem estabilidade. São justamente esses recursos

que foram enviados pelo Governo Federal, sem licitação, através de contratos emergenciais, que fizeram aqueles hospitais de campanha no Rio de Janeiro que custaram bilhões. Esses hospitais de campanha foram construídos ao lado de hospitais já prontos, como é o caso do Hospital de Barra de São João, que é do Governo do Estado.

Governador Cláudio Castro, tenha responsabilidade com recurso público. O senhor é uma pessoa educada, de boa índole. É uma pena que o seu Governo seja uma colcha de retalhos. Espero que ainda salve 1 ano de mandato que o senhor ainda possui. Salve o Hospital de Barra de São João. Aquele Município, aquela região precisa de responsabilidade.

O Governo Federal, eu repito, Presidente Ricardo Silva, fez a sua parte. É uma pena que a CPI da COVID não queira investigar, assim como o PT fez durante muitos anos.

Quem administra mal recurso público, quem desvia recurso público, quem corrompe com recurso público, mata pessoas. Se há algum governo genocida, foi o Governo que bateu recordes de corrupção, durante os anos que passou no poder neste País.

Que tenhamos uma política de Estado e não uma política partidária no nosso País!

Muito obrigado, Presidente Ricardo Silva.

Documento 13/288

| | | |
|--------------------------|-----------------------|------------------|
| 88.2021.B | Sessão Outro Evento | 05/10/2021-14:08 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | GENERAL GIRÃO-PSL -RN | |
| CÂMARA | DOS BREVES | BREVES |
| DEPUTADOS | COMUNICAÇÕES | COMUNICAÇÕES |
| | | DISCURSO |

Sumário

Congratulações ao Prefeito Álvaro Dias, do Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, pelo sucesso da utilização de hotel como hospital de campanha. Defesa de indeferimento, pela Justiça, de habeas corpus impetrado pelo Secretário-Executivo do Consórcio do Nordeste, Carlos Gabas, para não depoimento na CPI da Covid, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, a respeito de denúncias de desvio de recursos federais destinados ao combate à epidemia de coronavírus. Defesa de investigação do desvio de recursos encaminhados pelo Governo Jair Bolsonaro aos Estados e Municípios para enfrentamento da Covid-19. Conveniência de classificação como antidemocráticas pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, das manifestações promovidas pela Esquerda no dia 2 de

outubro de 2021.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN. Sem revisão do orador.) - O.k., Deputado Ricardo Silva. Muito obrigado pela oportunidade. Eu gostaria inicialmente de pedir que a nossa palavra ecoasse no programa *A Voz do Brasil*.

Aproveitando o que o Deputado Luiz Lima e o Deputado Coronel Tadeu disseram, talvez o único hospital de campanha realmente bem aproveitado, bem instalado -- e continua sendo aproveitado --, tenha sido o Hospital de Campanha de Natal, que era um hotel que estava à disposição da Justiça e foi transformado para ser utilizado como hospital de campanha. Então, parabéns ao nosso Prefeito Álvaro Dias, um doutor, um médico experimentado e muito experiente na política também; foi Deputado Federal inclusive. Parabéns a ele pelo trabalho feito na instalação do Hospital de Campanha de Natal. Lembro que o hospital do Estado não foi instalado; o Estado não cumpriu a missão dele. Aliás, o Estado não tem cumprido a missão dele.

Mas o pior de tudo não é isso. O pior de tudo é que hoje estava intimado para ser ouvido na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, na CPI da COVID-19, o Secretário-Executivo do Consórcio Nordeste, o tal do Carlos Gabas, que deve ter muito a esconder realmente, ele e os Governadores do Nordeste, inclusive a Governadora do Estado, porque ele entrou com *habeas corpus* para não precisar ser ouvido. Ele está com medo de quê? Ele está com medo de ser intimado, de ter que responder sobre a verdade para onde foram os mais de 48 milhões que o Consórcio Nordeste surrupiou? Porque pagar a uma empresa especializada em produtos da maconha para mim é surrupiar! É uma vergonha isso! A Justiça não pode defender bandido. Eu espero que seja negado esse *habeas corpus* e que ele possa, sim, ser ouvido o quanto antes lá.

Gostaria de dizer também que quem tem que ser chamado de genocida é quem desviou dinheiro, é quem desviou dinheiro no passado e desviou no presente, agora, como esses do Governo do PT, que, ao invés de instalarem hospitais, fecharam hospitais e abriram arenas, estádios de futebol. É uma vergonha isso! Deveriam se envergonhar. E o discurso da Esquerda continua sendo o mesmo. Eu vou sair e vai entrar um Deputado, agora, de oposição, da Esquerda, que vai voltar a dizer de novo que Bolsonaro é genocida. Bolsonaro mandou bilhões para o Brasil, e alguns desses bilhões foram mal utilizados pelos Prefeitos e Governadores. Tem que apurar, sim, tem que investigar e tem que ir a fundo nessa investigação.

Sr. Presidente, gostaria de terminar as minhas palavras dizendo que manifestação democrática, que infelizmente algumas autoridades da

República, inclusive do TSE, como o Ministro Barroso, que insiste em dizer...

Ministro Barroso, por favor! O senhor não é empregado da Esquerda, não, Sr. Ministro Barroso! O senhor é servidor público de todos os brasileiros. Parece que o senhor está sendo contratado pelo Partido dos Trabalhadores, ou pelo PSOL. Não! Manifestação antidemocrática foi essa do dia 2 de outubro, em que se agrediu o Ciro Gomes e outras pessoas que quiseram participar da manifestação. Está bem, se quer escolher o lado de lá, vá para o lado de lá. Mas agredir o cara porque ele quer participar? Isso é um absurdo!

Então, que seja classificada como antidemocrática aquela manifestação que não deixa uma pessoa participar, que tem violência, que tem bandeiras que não são as do Brasil, e sim as que têm as cores de partido comunista, foice e martelo. Isso não tem nada a ver com o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu espero que essas pessoas vejam a luz, raciocinem e aprendam!

Documento 14/288

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 88.2021.B | Sessão Outro Evento | 05/10/2021-14:20 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Falta de condições morais do Ministro da Economia, Paulo Guedes, para combate a supostos privilégios dos servidores públicos. Vinculação entre o registro de 600 mil mortes no País pela Covid-19, e o posicionamento inarredável do Presidente Jair Bolsonaro a favor do tratamento precoce da doença à base de hidroxicloroquina. Prática de corrupção pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente.

Presidente, hoje eu vim à tribuna para fazer uma pergunta que me foi encomendada por servidores públicos e por aqueles que defendem o serviço público: qual Deputado ou Deputada tem coragem de votar na Proposta de Emenda à Constituição nº 32, da "deforma administrativa", depois que o principal Ministro dessa "deforma", que é o Paulo

Guedes, que, aliás, é o principal Ministro do Governo genocida, aprontou com o crescimento do dólar para ganhar 14 milhões em mil dias de governo, mais de 14 mil reais por dia? Ele vai dizer que o servidor público só quer privilégio?

Sr. Paulo Guedes, V.Exa. foi convocado para vir explicar isto aqui: como é que V.Exa., que detém a propriedade de ditar os rumos da economia, tem coragem de fazer com que o dólar aumente tanto? Defende o crescimento do dólar, diz que o dólar alto é bom, consegue faturar milhões em mil dias de governo e consegue culpar os servidores públicos. Sr. Ministro Paulo Guedes, há 19 milhões de desempregados no Brasil. A PEC 32, da "deforma administrativa", V.Exa. diz que serve para acabar com o privilégio dos servidores públicos. O que V.Exa. considera privilégio? O salário de uma professora, de R\$2.880,00, por 40 horas semanais de trabalho? Isso é privilégio, Paulo Guedes? Ou privilégio é ganhar 14 mil reais por dia com especulação com *offshore* fora do Brasil, com o absurdo de movimentações que V.Exa. fez e que está escondendo?

Isso é conflito de interesses, é crime, sim. Não adianta tentar esconder o que foi feito pelo Ministro Paulo Guedes. Isso tem nome: é corrupção. Essa corrupção vem no bojo de um governo que é genocida. Os "bolsonaristas" não gostam que se diga, mas é preciso dizer em alto e bom som: 600 mil mortes. Isso é genocídio de quem pregava por aí cloroquina como remédio para curar o povo brasileiro.

Há denúncias contra o Ministro Paulo Guedes, que cada vez mais se coloca como um dos principais corruptos deste Governo. É muita corrupção. Ele fazia especulação até com funerárias, segundo a denúncia contra ele. Ele fez investimento em funerárias enquanto a COVID se espalhava.

Será que o Governo Bolsonaro ainda tem coragem de manter em debate a PEC 32, da "deforma administrativa"?

Será ele tem coragem de culpar os servidores e o serviço público brasileiro, que salvaram vidas, com o Sistema Único de Saúde, e que educam crianças, da creche até a universidade?

Aliás, hoje faz aniversário a nossa Constituição, e eles querem destruí-la.

Esta é a pergunta que não quer calar: qual Deputado e qual Deputada vai ter coragem de dizer que a PEC 32 é a PEC que vai acabar com os privilégios?

O Sr. Paulo Guedes tem que vir aqui, para escutar o que é privilégio: 14 mil reais por dia com especulação em dólar. É muita cara de pau

deste Ministro e deste Governo genocida.

Documento 15/288

| | | |
|--------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 88.2021.B | Sessão Outro Evento | 05/10/2021-14:32 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | PADRE JOÃO-PT -MG | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Desestruturação do Estado brasileiro pelo Governo Jair Bolsonaro. Vinculação entre a aproximação da marca de 600 mil mortes no País pela Covid-19, e à recusa do Presidente da República à aquisição de vacinas em tempo hábil. Prática dos crimes de genocídio e corrupção pelo Presidente Jair Bolsonaro. Prática de corrupção pelo clã Bolsonaro e pelos Ministérios da Saúde, do Meio Ambiente e da Economia. Escalada da fome e do desemprego no País. Desestruturação do Programa Minha Casa, Minha Vida; do Programa Bolsa Família e do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, eu venho aqui para denunciar o desmonte que se quer fazer, por meio da PEC 32, do Estado brasileiro.

O Governo, desde o golpe, na verdade, vem desmontando o Estado brasileiro, entregando-o ao capital financeiro.

O Estado é importante para os grandes, para as grandes mineradoras, para os grandes ruralistas. Para eles, o Estado é máximo, não é mínimo, não. O Estado tem sido mínimo para a classe trabalhadora.

O número de mortos em decorrência da COVID no Brasil é de quase 600 mil porque este Governo cruel e covarde não quis adquirir vacina a tempo. Quando se permitiu comprar a vacina, foi por corrupção. Então, é corrupção. Além de o Governo ser genocida, é um Governo corrupto. Na família Bolsonaro, no Ministério da Saúde, corrupção; no Ministério do Meio Ambiente, corrupção; agora no Ministério da Economia, corrupção. E ele era a salvação do Centrão, a salvação da extrema Direita, a salvação de todos, exceto da Esquerda e da Minoria aqui. A salvação era Paulo Guedes! Era um consenso quase universal, exceto da Esquerda, de poucos partidos, como o PT, o PCdoB, o PSB, o PDT, o PSOL, a REDE - a UP não tem representante aqui, mas eu quero

citá-la.

Presidente, isso é um escândalo, é uma vergonha! Agora aniquila o Estado o corrupto Paulo Guedes, que é quem manda, inclusive no Centrão, pela PEC 32! Essa PEC atinge quem? Quem toca este Brasil. Nas áreas da saúde, da educação, da assistência, da fiscalização, em todas, quem executa as políticas públicas na ponta, no dia a dia? São os servidores, os servidores federais, os estaduais, os distritais, os municipais. São esses que executam as políticas lá na ponta. E agora se retiram direitos adquiridos. Por quê? Qualquer gestor público poderá declarar que um cargo é obsoleto e vai fazer parceria. Com quem? Certamente com empresas ligadas ao poder econômico e político da região.

Portanto, não à PEC 32! É importante que o povo brasileiro se rebele, como já fez no último dia 2, quando foi às ruas dizer "não" à PEC 32, "não" a um Governo corrupto, "não" a este Governo genocida, Sr. Presidente.

Milhões de brasileiros estão passando fome, milhões de brasileiros estão desempregados, e agora se quer acabar com as políticas e os programas! Onde está o Minha Casa, Minha Vida? Tornou-se o Casa Verde e Amarela, mas não tem dinheiro nenhum. Agora se desestrutura todo o Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos! É uma vergonha! Com a PEC 32, ataca-se o servidor público, que se dedicou, investiu em sua formação profissional, e agora fica refém de um gestor, muitas vezes, corrupto.

Muito obrigado.

Documento 16/288

| | | |
|--------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 88.2021.B | Sessão Outro Evento | 05/10/2021-14:36 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | VICENTINHO-PT -SP | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Necessidade de apoio da Casa à pauta de reivindicações dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Aproximação da marca de 600 mil mortes no País pela Covid-19. Natureza vexaminosa das vantagens pecuniárias obtidas pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, em tempos de epidemia.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, em defesa da saúde brasileira, estão em Brasília representantes de uma das categorias mais importantes, a dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias. Cumprem um papel tão importante quanto o do enfermeiro, o do auxiliar de enfermagem, o do técnico e o do médico, cada um na sua função.

Os agentes comunitários de saúde têm uma responsabilidade muito grande, porque trabalham na prevenção. Vão às casas das pessoas, aprendem a amar a comunidade mais carente, dão orientação. Precisam ser reconhecidos como profissionais dessa natureza.

Eu, quando ainda era Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, no debate a respeito do piso salarial dessa categoria, até enfrentei contradições internas, já superadas, porque todos entendemos a importância de valorizar essa categoria. Em audiência pública, ouviram-se os clamores, ali se sentiu o drama de uma categoria de profissionais que também têm problemas, alguns decorrentes da COVID, também sentem a dor dos outros, também acompanham o sofrimento de familiares que perdem entes queridos. O número de mortes por causa dessa doença, lamentavelmente, é de quase 600 mil até agora. Isso é algo grave, criminoso, inaceitável!

Acrescente-se a essa questão o aproveitamento parasita de Guedes, que, valendo-se do momento, faz aplicações de dinheiro, que ninguém sabe de onde é, porque são milhões, ganha com a crise, ganha com a miséria dos outros, chega a faturar 14 mil reais por dia, nesses 1.000 dias de Governo Bolsonaro, o que é uma vergonha.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós temos que estar juntos com essa categoria. Eu tive a honra de receber do SINDACS do ABC, o Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde, o título de sócio honorário (*exibe documento*), por defender essa categoria, por estarmos juntos e misturados.

É preciso que esta Casa entenda que o agente comunitário de saúde tem um papel fundamental. Portanto, as suas bandeiras, as suas causas também têm que ser as nossas causas. Vamos nessa luta, respeitando esse profissional tão importante para a vida.

Obrigado, Presidente.

Sumário

Defesa de revogação da obrigatoriedade do uso de máscara facial para combate à Covid-19. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento da epidemia de coronavírus.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato, Digníssimo Presidente Ricardo Silva, nobres colegas, é uma honra estar neste ringue, onde eu luto defendendo o Brasil.

Quero dizer aqui que recebo pedidos, em todos os lugares que eu ando, para que liberem o uso de máscaras em vias públicas. Não faz mais sentido, mais de 20 minutos caminhando, estar respirando gás carbônico, dizem os entendidos. Hoje, 70% da população já tem a primeira dose da vacina, estamos chegando a 50%. Isso não tem ideologia partidária! Para urubu de plantão, tudo é partido. Tudo é motivo partidário. Por isso que só se dão mal. Têm que ter um mínimo de bom senso! Não estão vendo que não há sentido algum em andar mascarada na rua pública uma pessoa sozinha se não há ninguém próximo em 50, 100 metros? Andar com máscara, com vento? Não faz sentido, usem o bom senso. O Rio de Janeiro, a partir do dia 15 agora, está liberando, a Argentina já liberou, Portugal e inúmeros países já liberaram. É questão de bom senso.

Nós estamos vencendo a pandemia queiram ou não! Isso não tem nada de ideologia política, como tentaram fazer durante toda a pandemia para culpar depois o Presidente Bolsonaro. Agora vem o resultado. O Presidente dizia: "*Não podemos parar a economia!*" "*Não, a economia vemos depois. Fique em casa! A economia vemos depois!*"

Está chegando a conta! E não é só no Brasil, é no mundo todo. O preço do dólar está subindo, o do petróleo está subindo, o do etanol anidro está subindo, o preço de tudo está subindo. Imaginem se não tivéssemos um Governo sério, um Governo probo, como estaríamos hoje?! Como estaríamos hoje se tivéssemos a Esquerda administrando o Brasil?! Em vez de vacinar, de colocar vacinazinha, viria palitinho. "*Põe palitinho ali para espetar.*" Não! Hoje a seriedade impera.

Não estou opinando, estou falando a verdade e conclamo toda a Esquerda a vir para o mundo da verdade - venham para o mundo a favor dos brasileiros! Nós queremos o bem para todos. Eu quero o bem para a Esquerda, para o centro, para a Direita. Eu sou brasileiro, um patriota. Vamos pensar nos nossos irmãos.

Então, em nome do bom senso, Sr. Presidente, vamos liberar, Sr.

Ministro, a partir do dia 15, a máscara em local público.

Grato, nobre Presidente.

Documento 18/288

| | | |
|---------------------------|---|--|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-10:08 |
| Publ.: DCD 10/6/2021 - | ROBERTO DE LUCENA (PRESIDENTE)-PODE -SP | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS COMISSÃO GERAL | FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA FALA DO PRESIDENTE |

Sumário

Transformação da sessão plenária em Comissão Geral para debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Determinação do rito procedimental da Comissão Geral. Composição da Mesa Diretora dos trabalhos. Leitura do discurso encaminhado pelo Presidente Arthur Lira a respeito do tema da Comissão Geral.

O SR. PRESIDENTE (Roberto de Lucena. PODE - SP) - Neste momento, transformo a sessão plenária em Comissão Geral com a finalidade de debater o tema *Fome, uma mazela social agravada pela crise econômica e social ocasionada pela pandemia da COVID-19*.

O tempo reservado a cada um dos expositores estará limitado a 5 minutos. Em seguida, falarão os Srs. Líderes de partidos pelo tempo de 5 minutos. Os demais Parlamentares falarão a seguir, pelo tempo de 3 minutos, conforme a ordem de inscrição.

Neste momento, eu tenho a satisfação de já ter, compondo a Mesa, o Deputado Igor Timo, Líder da bancada do Podemos na Câmara dos Deputados.

Sras. e Srs. Deputados, senhores convidados, passo a ler pronunciamento que me foi encaminhado pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Arthur Lira, nos seguintes termos:

"Senhoras e senhores, nesta Comissão Geral para discutir o tema *Fome, uma mazela social agravada pela crise econômica e social ocasionada pela pandemia da COVID-19*, temos um debate imprescindível a fazer. Independentemente da coloração partidária ou da posição ao longo do espectro ideológico, o combate à fome é uma questão que deve unir a todos neste Parlamento.



Recentemente, temos lido nos jornais notícias e relatos sobre situações tristes de famílias vulneráveis que não conseguem o mínimo para se alimentarem. São casos que correspondem a uma realidade social que deve ser estudada com cuidado.

Alguns dados podem auxiliar na compreensão dos desafios que exigem resposta deste Congresso Nacional. Rede de pesquisadores, no Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil, estimou em 19 milhões o número de pessoas que passavam por insegurança alimentar grave em 2020, representando salto diante dos 10,3 milhões de pessoas identificadas nessa condição em 2018 pela Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE. Esses indicadores sugerem um retorno da insegurança alimentar a patamares observados pela última vez pelo IBGE em 2004. Cabe notar que essa insegurança é maior nas Regiões Norte e Nordeste e entre grupos sociais mais vulneráveis.

A insegurança alimentar grave, que é a fome, não está associada a problemas de oferta de alimentos. O campo brasileiro continua produzindo bem, tanto no agronegócio quanto na agricultura familiar. Nossos desafios parecem estar nas condições econômicas e sociais atuais. A queda de 4,1% do PIB brasileiro em 2020 teve forte impacto negativo, que teria sido maior caso não tivessem sido elaboradas políticas fundamentais para mitigar essa crise histórica.

Essas políticas contaram com a contribuição indispensável deste Parlamento, a exemplo do auxílio emergencial, criado originalmente pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, de iniciativa parlamentar. Diversos estudos indicam que essa medida contribuiu para a sustentação da renda dos mais pobres e vulneráveis.

Ainda que haja previsão do mercado de expansão de 5% do PIB em 2021, o contexto social em nosso País requer atenção. Das 12 milhões de ocupações perdidas entre março e agosto de 2020, 7,3 milhões foram recuperadas até julho de 2021, pelos dados do IBGE, havendo ainda a lacuna de 4,6 milhões de ocupações. Além disso, diversas ocupações recuperadas são tipicamente informais.

Com respeito àqueles que não estão ocupados, são registrados 14 milhões de desempregados, ou 1,7 milhão a mais na comparação com fevereiro de 2020, atingindo-se hoje taxa de desemprego de 13,7%, também segundo o IBGE.

Neste contexto de queda no emprego e na renda, ainda ocorre aumento expressivo da inflação, como apurado no Índice Nacional de Preços ao Consumidor, que atingiu 9,68% de elevação, em 12 meses, até agosto deste ano. Alimentos, gás de cozinha, combustíveis e

energia, entre outros, pesam no bolso principalmente dos mais pobres.

As dificuldades do mercado de trabalho e da inflação geram aumento de pobreza. Verificou-se incremento na extrema pobreza registrada pelo Cadastro Único, atingindo-se 14,7 milhões de famílias nessa condição em junho, ante os 12,7 milhões em dezembro de 2018. Diante desse quadro, o Parlamento deve buscar, sem esquecer a responsabilidade fiscal, os melhores caminhos para empregar todos os recursos disponíveis para enfrentar o problema da fome, que está vinculado a múltiplos fatores.

Está em tramitação nesta Câmara dos Deputados a Medida Provisória nº 1.061, de 2021, que reformula diversos programas sociais, em especial substituindo o Bolsa Família pelo denominado Programa Auxílio Brasil e o Programa de Aquisição de Alimentos pelo Programa Alimenta Brasil. Esta Casa também aprovou recentemente o Projeto de Lei nº 1.374, de 2021, de iniciativa parlamentar, que cria o auxílio Gás Social para famílias de baixa renda.

Dessa maneira, o Congresso Nacional, especialmente esta Câmara dos Deputados, é um local em que várias perspectivas políticas e ideológicas diferentes podem discutir para atingir consensos e somar forças para superar desafios na sociedade brasileira.

Os problemas relacionados à fome não são invisíveis para o Parlamento. Aqui discutiremos exaustivamente para trazer as melhores ideias e políticas públicas para o desenvolvimento econômico e social brasileiro, que só será pleno com o fim da fome."

Neste momento, eu passo a Presidência desta Comissão Geral ao ilustre Deputado Igor Timo para que eu possa em seguida fazer o meu pronunciamento.

Documento 19/288

| | | |
|--------------------------|----------------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-10:20 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | ROBERTO DE LUCENA-PODE -SP | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Discussão, pelo Grupo Parlamentar Brasil-ONU, de ações para combate à fome, alcance da segurança alimentar, melhoria da nutrição e promoção da agricultura sustentável. Importância da sanção da Lei nº 14.016, de 2020, sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes para o consumo humano. Apresentação pelo orador do Projeto de

Lei nº 211, de 2019, acerca da alteração da Lei nº 8.137, de 1990, com vista à doação de alimentos e medicamentos.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PODE - SP) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, ilustres convidados, senhoras e senhores, permitam-me que em nome de vocês eu cumprimente o povo brasileiro, ao tempo em que agradeço ao Presidente Arthur Lira e à Secretaria-Geral da Mesa, reconhecendo a sua sensibilidade e senso de responsabilidade e de justiça, o apoio e o empenho para tratarmos aqui hoje em Comissão Geral desse tema urgente.

O tema é urgente, senhoras e senhores, porque todas as importantes e necessárias pautas tratadas por todos nós neste efervescente momento, nesta efervescente Agenda Brasil, Deputado Igor Timo, podem esperar mais meia hora, mais 1 hora, mais 1 dia, mais 1 semana, mas a fome, não. A fome não pode esperar.

É absolutamente lamentável que, nos dias de hoje, em pleno século XXI, em pleno terceiro milênio, ainda estejamos aqui discutindo este tema, a fome. É absolutamente lamentável que o Brasil, reconhecido como um dos principais celeiros do planeta, ainda esteja hoje em vias de figurar novamente no Mapa Mundial da Fome.

Senhoras e senhores, eu preciso compartilhar aqui alguns dados relacionados a esse tema. Em julho último, a FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura divulgou o seu relatório anual. O estado da segurança alimentar e nutricional no mundo apontou que entre 720 milhões e 811 milhões de pessoas passaram fome em todo o mundo no ano de 2020. Segundo o documento, desse total, mais de 118 milhões de pessoas começaram a passar fome no ano passado, em razão da pandemia de COVID-19.

No Brasil, segundo dados do IBGE, em 2021, mais da metade da população sofreu com algum grau de insegurança alimentar e pelo menos 15% convivem com a falta diária e constante de algo para comer.

Durante a pandemia, verificou-se a redução de 44% no consumo de carnes; de 40,8% no consumo de frutas; de 40,4% no consumo de queijos; e de 36,8% no consumo de hortaliças e legumes, o que deixa claro que a fome não está relacionada à falta de oferta, à condição de produção, porque, no nosso campo, tanto o agronegócio quanto os agricultores familiares têm produzido, e produzido fartamente. A fome é reflexo do ambiente socioeconômico em que vive o nosso País.

Estudo da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional traz dados mostrando que a fome atingiu

diretamente pelo menos 19 milhões de brasileiros, na pandemia, no ano de 2020. Além disso, mais de 116 milhões de pessoas conviveram com a insegurança alimentar no Brasil, nos últimos meses, o equivalente a 55,2% dos domicílios.

Outro estudo, desenvolvido pelo UNICEF, aponta na mesma linha, indicando que, devido à pandemia, 30% dos lares brasileiros mais pobres ficaram literalmente sem ter o que comer, no segundo semestre de 2020, enquanto a renda de 61% das famílias com crianças e adolescentes despencou, gerando um quadro gravíssimo de insegurança alimentar.

A combinação de crise na saúde pública e crise socioeconômica, crises que se retroalimentam em nosso País, amplifica a mazela da fome e da insegurança alimentar, o que requer ações urgentes, combinadas entre a sociedade em geral e o poder público.

Ações emergenciais de assistência socioeconômica para as famílias mais necessitadas, como é o caso do auxílio emergencial concedido pelo Governo Federal durante a pandemia e do programa Bolsa Família, voltado para as famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, são extremamente necessários, mas não têm se revelado suficientes.

Junto com as ações emergenciais, precisamos adotar iniciativas que garantam a sobrevivência dessas famílias de maneira digna e autônoma. Nesse sentido, programas de geração de trabalho e renda, de qualificação profissional, de estímulo à agricultura familiar, de incentivo aos pequenos e microempreendimentos, entre outros, continuam na Ordem do Dia e estão a exigir de todos nós ações urgentes, corajosas e inovadoras.

Foi diante desse cenário que apresentei, com o apoio de 323 colegas Parlamentares, subscrito pelo insigne Deputado Hugo Motta, coautor, portanto, dessa iniciativa, o requerimento para se transformar esta Sessão Plenária da Câmara dos Deputados em Comissão Geral com a finalidade de debatermos essa matéria e buscarmos juntos, na multidão de conselheiros, a sabedoria para que esta Câmara dos Deputados possa ampliar a sua participação na solução dessa equação.

Evidentemente, seria uma irresponsabilidade, seria uma esterilidade, nós aqui centrarmos ou centralizarmos este debate em torno do objetivo de buscarmos um culpado, um responsável. O objetivo que nos traz aqui hoje e que nos une e nos motiva, nesta Comissão Geral, é buscarmos soluções alternativas, propostas que possam fazer com que este Parlamento possa continuar tendo um papel preponderante,

um papel proativo, na discussão desse desafio.

Criamos também o Grupo Parlamentar Brasil-ONU, composto por Senadores e Deputados Federais, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações do Congresso Nacional com a Organização das Nações Unidas, em atenção inclusive aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. No caso, tratamos especificamente do Objetivo nº 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Ontem à noite, milhões de brasileiros foram dormir com fome, e eles não podem esperar mais. Eles não podem esperar mais!

Em julho de 2020, aprovamos a Lei nº 14.016, de 2020, que dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos próprios para o consumo humano. Essa lei é a materialização de décadas de esforços de dezenas de Parlamentares, entre os quais eu me incluo, e é uma das respostas do Congresso Nacional para o enfrentamento deste momento crítico e sem precedentes. Trata-se de uma iniciativa que precisa ser mais bem difundida e colocada em prática de maneira efetiva.

Mas, senhoras e senhores, Sr. Presidente, precisamos ir além e também discutir e propor ações tripartites entre os Poderes da República, em todos os seus níveis, articulando com Governos, instituições da sociedade civil organizada, organizações, entidades religiosas e a iniciativa privada.

Com o avanço da vacinação, a pandemia vai, aos poucos, sendo superada. Mas, agora, e por um bom tempo, precisamos cuidar dos seus efeitos colaterais, entre os quais a fome talvez seja o mais perverso.

Quando apresentei o Projeto de Lei nº 211, de 2019, que propõe a promoção da doação de alimentos e remédios, combatendo o desperdício, cerca de 5 milhões de pessoas passavam fome no Brasil. Em contrapartida, os alimentos desperdiçados poderiam satisfazer, naquele momento, as necessidades nutricionais de cerca de 11 milhões de pessoas. Isso precisa acabar.

A fome é real. Ela não está longe de nós e piorou com a pandemia. De um lado, somos um dos maiores produtores de alimentos do mundo e, por outro lado, um dos países que mais desperdiça alimentos também, com desperdício na produção, no transporte e no consumo. Temos como superar isso. Temos totais condições de suprir 100% das necessidades calóricas da nossa população. Basta nos organizarmos melhor, eliminarmos os desperdícios, fazermos da solidariedade uma

política pública e um compromisso de cada cidadão para com o próximo.

E eu vou caminhando, Sr. Presidente, para a conclusão deste meu pronunciamento, lembrando aqui um episódio relatado nos evangelhos, quando o Senhor Jesus está no deserto falando a uma grande multidão de pessoas. As horas passam, avançam, o dia termina, e aquelas pessoas estão com fome. Então, os discípulos de Jesus o procuram e dizem: *"Mestre, vamos liberar as pessoas para que elas possam ir pelo caminho e possam resolver o seu problema, cada um resolver o seu problema da fome"*.

Jesus imediatamente disse a eles: *"Não. Dai-lhes vós mesmos de comer"*. Com isso, Jesus estava dizendo que a fome não é problema de quem passa fome; a fome é um problema de todos nós. Ali aconteceu a primeira multiplicação dos pães, o grande milagre no deserto. Essa é uma grande lição. E a grande mensagem que fica para todos nós é: a fome é um problema de todos nós, não apenas de quem neste momento sofre com essa realidade.

Nós sabemos como fazer; já fizemos antes: vencemos a inflação, economizamos energia na crise hídrica dos anos 90, mobilizamos a opinião pública para praticamente banir o tabagismo da sociedade, implantamos o Bolsa Família, criamos um dos maiores sistemas de agricultura familiar do mundo. Eu tenho certeza de que, com união, coragem e dedicação, saberemos vencer mais este desafio, conjugar mais esta variável.

Senhoras e senhores, vamos juntos! Esta é uma luta de todos nós, é uma luta do Brasil. Que Deus nos abençoe e que Deus abençoe o Brasil!

Muito obrigado.

Documento 20/288

| | | |
|--------------------------|--------------------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-10:32 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | MARCO SÉRGIO BATISTA XAVIER--- | --- |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19.

O SR. MARCO SÉRGIO BATISTA XAVIER - Obrigado.

Como disponho de 5 minutos, eu vou tentar aproveitar ao máximo esse tempo.

Sou Marco Sérgio, produtor de leite. Moro numa pequena propriedade de dois módulos rurais. Sou um médio produtor de leite.

O assunto é pertinente, e nós podemos muito contribuir com soluções. Mas, para isso, como disse o Deputado que me antecedeu, preciso ressaltar que esse problema que nós produtores de leite vivenciamos não é um problema do produtor de leite, mas um problema nosso enquanto sociedade, enquanto autoridades, enquanto representantes, e nós precisamos repensar isso.

Nós somos 1 milhão e 200 mil propriedades, e, em 99% dos Municípios, produzimos leite. É uma cadeia muito diferente na sua amplitude social e econômica nos rincões brasileiros, porque é através do nosso dinheiro, dos nossos recursos, que nós levamos, diferentemente dos produtores de carne e soja, uma estabilidade socioeconômica aos Municípios. Mas, de uma maneira muito míope, estamos sendo esquecidos, estamos sendo sitiados da porteira para dentro.

Desde 2017 nós temos nos comunicado através da Internet, tentando entender o que está acontecendo dentro da cadeia láctea brasileira. E nós esbarramos... Eu quero agradecer aqui a sensibilidade do Deputado Vitor Hugo, que nos indicou, e comunicar aos senhores que a Frente Parlamentar em Apoio ao Produtor de Leite está criada, instituída. Quero agradecer aos Deputados que assinaram o requerimento de criação dessa frente parlamentar, que é mais uma ferramenta de auxílio à nossa luta. Quero agradecer, em especial, à Ministra Tereza Cristina, que tem nos ouvido, nos deixando aproximar e entender como é que as coisas estão se dando dentro da cadeia láctea brasileira, e também à Deputada Aline Sleutjes.

Imaginem: se nosso produto tem 2 dias de validade, nós temos que entregá-lo em 2 dias. A legislação ambiental não permite que o joguemos fora. Nós não podemos doar o nosso produto. Nós o entregamos sem saber quando nem quanto vamos receber, sem segurança jurídica nenhuma. Como é que deixaram um produto tão nobre, tendo em vista as condições tão específicas do produtor de leite, numa situação como essa? A pandemia agravou isso e elucidou ainda mais essa situação, que é de responsabilidade de todos nós.

Nós precisamos da devida atenção, da sensibilidade de todos, porque a cadeia láctea, por meio do produtor de leite, pode contribuir muito com a questão do volume, a questão da qualidade do seu produto,

para sermos conhecidos não somente como o país da soja ou o país da carne, mas também - por que não? - como o país do leite. Quanto à questão nutricional, um *mix* de produtos pode, a partir do leite cru, ser ofertado. Mas nós estamos tendo custos de produção absurdos, que não podemos repassar ao nosso produto. A nossa margem é controlada. Nós estamos sitiados, sem poder fazer...

Eu estou vendo que nós temos somente mais 50 segundos. Tínhamos tanto a falar e a contribuir! Então, eu deixo registrado para vocês todos - para nós todos, como sociedade, como autoridades - que o produtor de leite está se colocando para trazer soluções, dentro de um plano estratégico, um plano de Estado que contribua não com uma visão míope, mas com uma visão abrangente, de todos os pequenos produtores, médios produtores e grandes produtores. Nós queremos trazer isso.

Desculpem-me, o tempo de 5 minutos foi muito curto para tratar do assunto. Nós temos as soluções. Estamos, de uma maneira proativa, interferindo e ocupando os espaços.

A todos os produtores de leite que estão nos ouvindo - o *link* foi passado por várias redes sociais - eu digo: aproximem-se, vamos nos unir, na condição de movimento de base, para poder contribuir, de forma positiva, para a sociedade, para a luta contra a fome, que pode estar se aproximando de nós todos.

Eu fiquei atento ao horário. Se houver qualquer necessidade, estarei à disposição para esclarecer mais e aprofundar o assunto, na busca de evidenciar a solução.

Obrigado.

Documento 21/288

| | | |
|--------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-10:44 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | ALDENORA GONZÁLEZ--- | --- |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Recomposição das dotações orçamentárias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Revogação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, sobre o congelamento, por 20 anos, dos investimentos públicos na área social.

A SRA. ALDENORA GONZÁLEZ - Muito obrigada.

Bom dia a todas e todos. Eu vou tentar aqui utilizar ao máximo o meu tempo.

Sou uma mulher parda, marajoara, usuária do SUS, atualmente Vice-Presidente do CNAS, com muita honra, e Presidente do Instituto EcoVida.

Eu quero iniciar falando da imagem registrada nos últimos dias - eu tenho certeza de que todos aqui devem ter visto - da população que, para matar a fome, estava recolhendo restos de ossos de uma viatura que iria jogá-los no lixão. Isso é uma vergonha para o nosso Brasil.

Nós sabemos que a fome não é uma novidade da pandemia. Trata-se de uma realidade estrutural, implantada no seio das desigualdades deste nosso tempo, em que ainda existe uma má administração dos recursos públicos, em que as nossas políticas econômicas ainda são mal planejadas e em que temos governos infelizmente descomprometidos com a população mais pobre. Mas é claro que reconhecemos que, na pandemia da COVID-19, o agravamento da fome foi brutal.

Eu estava lendo que muitos cientistas afirmam que a fome é uma questão de saúde pública mesmo, uma vez que é responsabilidade do Estado garantir o acesso à alimentação para toda a nossa população. Eu li um relatório da Oxfam publicado agora, em julho deste ano, sobre o vírus da fome, que apresenta o Brasil como um dos países com foco de fome emergente e diz que, entre as principais causas da fome, estão as consequências da pandemia da COVID-19. Desde o início da pandemia, a extrema pobreza simplesmente triplicou.

Mas eu quero deixar esses dados, porque aí há muitos especialistas que vão falar sobre números. Eu não quero falar sobre números, quero falar sobre o efeito da fome, sobre a necessidade de o Brasil se comprometer.

Existe um tratado com a ONU baseado nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na Agenda 2030. O Objetivo nº 2, que é *Fome Zero e Agricultura Sustentável*, visa justamente acabar com a fome e alcançar a segurança alimentar para melhorar a nutrição, promovendo a agricultura sustentável, que combina o trabalho agrícola das pequenas e médias propriedades com a preservação da floresta nativa, para que se garanta, se permita o fornecimento de frutas, de legumes, de grãos e, por que não dizer, de caças, enfim, de alimentos variados, além de remédios e outros produtos naturais.

Só que, lamentavelmente, a extensão do latifúndio que derruba as



matas, que só planta infelizmente capim para o gado, está contribuindo para aumentar a fome dos agricultores, das comunidades tradicionais e, em particular, dos indígenas. Essa destruição das áreas de florestas com queimadas, desmatamentos, para o plantio dos seus extensos capinzais, transforma os rios em pequenos igarapés, expulsa os povos originários, impedindo que eles tenham de onde tirar o seu alimento de acordo principalmente com a sua cultura, obriga as pessoas a viver de cesta básica. Isso também é uma vergonha. O Brasil é um país privilegiado, porque tem terra agricultável de norte a sul. Mas, se nós não pararmos o desmatamento das florestas, nós vamos passar a ter ventos desastrosos, como é o caso da tempestade de poeira que tivemos recentemente.

É importante também destacar, senhores, que a pandemia da COVID revelou um novo Brasil, um Brasil que teve as suas vulnerabilidades agravadas e que exige respostas urgentes por parte de todas as políticas públicas. Na pandemia, a nossa política de assistência social reforçou a sua importância como política pública essencial para garantir a proteção social pública, garantir a vida, a autonomia, em particular, do seu usuário.

Mas, para que o SUAS de fato se mantenha vivo, latente, é necessário enfrentar alguns gargalos, como o gargalo da recomposição do orçamento da assistência social de 2020 e dos atrasados de anos anteriores, porque isso não é de agora: desde 2016 temos vivido esses problemas de falta de financiamento do SUAS. Precisamos da garantia de recursos fixos, recursos permanentes, para que essa política de fato permita a vida e gere dignidade para o cidadão.

Outro gargalo é a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que conhecemos muito bem e que precisa ser enfrentada. As políticas sociais que garantem a vida e a comida no prato não podem ficar reféns de uma emenda que contingencia os recursos básicos da sobrevivência.

Deputados e Deputadas, existe principalmente a necessidade de maior envolvimento e comprometimento de todos nós com a defesa dos mais vulneráveis. Os senhores aí foram eleitos para serem a nossa voz e garantirem os direitos da população. E há necessidade de que se comprometam mais no período pós-pandemia, considerando esse aumento de pessoas sem teto, sem emprego, sem alimento, sem esperança, sem perspectiva de vida.

Então, pedimos que nos ajudem a mostrar para o mundo que o fenômeno da desigualdade social no Brasil pode ser superado. Nós sabemos que ele pode ser superado, mas precisamos estar de mãos dadas. Todo mundo tem que estar comprometido com isso. E vocês são a voz da população brasileira. São vocês que podem transformar,

com recursos, as políticas públicas em realidade.

Acho que já extrapolei o meu tempo, mas eu me coloco à disposição para o debate.

Muito obrigada.

Documento 22/288

| | | |
|--------------------------|----------------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-10:52 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | ELIAS DE SOUSA OLIVEIRA--- | --- |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Ampliação das dotações orçamentárias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Importância de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, sobre a garantia de recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

O SR. ELIAS DE SOUSA OLIVEIRA - Bom dia a todas e a todos, inclusive aos que nos acompanham de forma virtual.

Quero saudar o Exmo. Presidente do Congresso Nacional, o Sr. Deputado Arthur Lira, e o Deputado Roberto de Lucena pela sensibilidade ao convocar esta Comissão Geral. Cumprimento também as Deputadas e os Deputados. De forma especial, quero saudar o Deputado Danilo Cabral, que preside a Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Único de Assistência Social.

Este debate é extremamente importante. "*A fome não dá pra interromper*", como diz a música. O SUAS - Sistema Único de Assistência Social, como bem disse a Aldenora, que me antecedeu, é o maior sistema de proteção social, no âmbito da assistência social, do mundo. E hoje esse sistema, que é fundamental para o enfrentamento da fome, das desigualdades sociais, da pobreza, infelizmente não tem tido a capilaridade de que necessita para poder ofertar segurança às ações socioassistenciais.

O orçamento para esse sistema em 2019, Deputados, era de 2 bilhões e 700 mil reais. No entanto, em 2020, convivemos com um corte de 35%. Hoje os Municípios convivem com uma redução de recursos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social da ordem de 60%.

E 90% dos investimentos no SUAS, hoje, é feito pelos Municípios, com uma ausência muito grande da União e dos Governos Estaduais.

Como enfrentar a pobreza? Como ofertar proteção, acolhida e cuidado a essas pessoas nos nossos territórios, quando elas batem às portas da nossas unidades públicas apresentando as suas necessidades na forma de um simples "*eu preciso*", quando a retaguarda desse sistema, infelizmente, está sendo desconstruída?

Como enfrentar os efeitos da fome, trabalho infantil, ausência de qualificação para acessar o mundo do trabalho, quando programas importantes, como o ACESSUAS Trabalho, como o AEPETI - Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil para o enfrentamento do trabalho infantil, hoje não têm mais um centavo de financiamento público por parte do Governo Federal?

Este Congresso tem a tarefa fundamental de reverter essa história. Por isso, é importante que este Congresso fortaleça hoje a Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, de autoria do Deputado Danilo Cabral, que tramita nesta Casa, para garantir o financiamento para política pública de assistência social e um percentual de financiamento. Isso é fundamental para que, em momentos de insegurança, em momentos de crises econômicas, crises sociais, em que a desigualdade social se aprofunda, as políticas públicas fundamentais para contribuir para o enfrentamento dessas realidades sejam efetivamente desfinanciadas.

Essa é a realidade do Estado brasileiro. Nós tivemos um aumento significativo de famílias que entraram na linha da extrema pobreza e da pobreza. Essa realidade nos Municípios faz com que hoje as respostas desse sistema para a população estejam se esgotando.

Não se trata meramente de pedir dinheiro para esta ou para aquela ação. Trata-se neste momento de garantir de forma essencial, fundamentalmente, a proteção social para essa população vulnerável. A fome nós não sanamos só com um prato de comida. É preciso um conjunto de ações que promovam condições de que esta população possa, para além de ter alimento, um direito humano fundamental, construir condições de alterar a sua realidade de vida. É fundamental que isso fique pautado aqui.

Costumamos dizer, Deputados e Deputadas, que a política pública de assistência social, associada às políticas de trabalho, de educação e de renda, é capaz de alterar destinos. Por isso, fortalecer essa política pública, fortalecer o Sistema Único de Assistência Social, é contribuir de forma fundamental para o enfrentamento da pobreza, da fome, das desigualdades sociais, mas sobretudo fortalecer uma política pública, associada a um conjunto de políticas públicas de direito do...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 23/288

| | | |
|--------------------------|------------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-11:00 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | MARCEL LINS CAMARGO--- | --- |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19.

O SR. MARCEL LINS CAMARGO - Bom dia. Agradeço a esta Casa o convite desta Casa. O meu nome é Marcel. A minha contribuição aqui é sob a perspectiva de um cidadão, de alguém que atua no contexto de sociedade civil.

Eu queria, para ser objetivo e breve aqui, considerando todas as outras falas anteriores e provavelmente as que virão depois de mim, fazer cinco apontamentos a respeito do tema que é proposto para este debate. O nosso tema se chama *Fome, uma mazela social agravada pela crise econômica e social ocasionada pela pandemia da COVID-19*. São cinco ideias que sugiro a partir desse tema que V.Exas. colocaram.

O primeiro apontamento que eu gostaria de fazer é uma pergunta. Eu me pergunto: por que esse tema - a fome - ocupa o tempo desta instituição tão importante para a democracia do Brasil? Por que o tema da fome, um tema tão básico e prosaico, de repente, ocupa o debate central de um evento desta Casa, que é fundamental para o Estado de Direito?

A minha percepção é a de que esse assunto está no centro do debate desta Casa porque ainda não foi resolvido. Por incrível que pareça, no século XXI, o Brasil ainda não resolveu um assunto tão basilar, que é o tema da fome. Para mim, isso já é um sentido importante para pensarmos na nossa situação.

O segundo apontamento que eu gostaria de fazer é que o assunto da fome - que não foi resolvido - não foi resolvido por falta de conhecimento, por falta de pesquisa ou por falta de estudos técnicos a respeito do tema, como foi dito aqui anteriormente. Pelo menos, desde



a publicação do clássico *Geografia da Fome*, em 1946, já produzimos recorrentemente conhecimento técnico e estudo sobre essa temática. Não é por falta de conhecimento que o Brasil não avança na questão da fome. Esse é o segundo apontamento que eu gostaria de destacar.

Um terceiro apontamento - que também esse título do debate aponta e já sugere - é que a fome é um problema social, político, ambiental, econômico, que tem consequência na saúde pública, na educação, como já foi dito aqui. É um problema complexo, que demanda soluções. Algumas soluções são simples; outras mais sofisticadas.

Ao mesmo tempo, é um problema que não tem resposta pronta, mas o Brasil já conhece os caminhos que devem ser percorridos para alcançar soluções sustentáveis para essa problemática. Essa complexidade relacionada ao tema da fome abre um leque de oportunidades que nos levam a poder inovar em soluções ambientais, econômicas e na própria gestão pública.

O quarto apontamento que destaco também e para o qual devemos nos atentar, como já foi pontuado aqui, é para um erro. Devemos nos afastar desse erro o máximo possível, quando pensamos nessa reflexão. É preciso acreditar que o responsável ou a única responsável pela fome é a pandemia. A pandemia não tem o protagonismo na origem dessa crise. A fome não deve ser interpretada como causa natural.

A naturalização de um tema como esse não nos leva a nenhum lugar, não nos leva a avançar no debate e na construção de soluções.

O quinto e último apontamento que quero destacar é que, quando eu penso nos discursos feitos nesse ambiente e em vários outros ambientes públicos do Brasil, reflito sobre um País que se diz herdeiro de uma visão de mundo judaico-cristã, um País que tem organizado seu discurso público - ainda mais explícito nesses dias - em torno daquele que é chamado "Pão da Vida", mas que, se ainda lida com a fome de um modo acidental ou pouco organizado, é porque abandonou a ética daquele que distribui pães e peixes para uma multidão faminta e deliberadamente abraçou outra perspectiva, a perspectiva do anticristo provavelmente, no mínimo.

Então, o meu desejo aqui, senhoras e senhores, é que vocês tenham condições de liderar o Brasil a construir caminhos, a encontrar o caminho de volta para casa, um caminho que produz justiça e fartura para todos.

Muito obrigado.

| | | |
|-------------|-----------------------------------|------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-11:04 |
| Publ.: DCD | - TEREZA HELENA GABRIELLI BARRETO | |
| 10/6/2021 - | CAMPELLO--- --- | |
| CÂMARA | DOS | COMISSÃO GERAL |
| DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Constatação do quadro de insegurança alimentar no País, pelo Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil. Contrariedade à extinção do Programa Bolsa Família.

A SRA. TEREZA HELENA GABRIELLI BARRETO CAMPELLO -
Muito bom-dia a todas, a todos e a todes.

É uma honra muito grande poder estar aqui nesta Comissão Geral, estar presente no Parlamento.

Cumprimento o Deputado Roberto de Lucena e, em seu nome, todos os Parlamentares que nos acompanham, como o nosso Líder, o Deputado Bohn Gass, que também está presente.

Cumprimento também os meus parceiros de Mesa Ieda Castro, Aldenora e Elias, aqui representante dos gestores municipais. Cumprimento em especial a Casa por convidar gestores municipais para essa escuta. Nós temos nesse período ouvido pouco aqueles que têm tido contato direto com a população na execução de políticas públicas.

Fico feliz de estar presente aqui participando de uma atividade em que estamos dando voz para a rede de assistência social, como no caso da Aldenora, representante aqui dos usuários da rede de assistência. Eu acho que isso fará uma diferença muito grande e trará uma contribuição diferenciada para este debate.

Reitero meus cumprimentos ao Deputado Lucena por esta iniciativa.

Eu acho que nós temos um relativo consenso sobre a gravidade atual da situação da fome no Brasil e ousar dizer mais. Alguns dados que estamos trazendo e discutindo agora são de dezembro de 2020, os dados da Rede PENSSAN, da VIGISAN.

A situação hoje tende a ser muito pior. Hoje não temos mais em torno de 44 milhões de brasileiros que não comem o suficiente diariamente, como apontava o Relatório VIGISAN, em dezembro de 2020. Imagino que hoje estejamos com mais de 55 milhões de brasileiros que não

comem o suficiente. Isso significa mais do que uma Argentina que não se alimenta, e não só não se alimenta de forma adequada, mas não tem alimento suficiente ao longo do dia. Uma parcela já está em situação gravíssima de insegurança alimentar.

Observando aqui as falas, nós temos um consenso sobre o retrato atual. Entendo que não temos um consenso sobre os porquês, como chegamos a essa situação hoje, e principalmente sobre o que fazer.

Então, queria organizar a minha fala tratando desses dois assuntos. No primeiro deles, eu concordo com o colega que me antecedeu, quando disse que a pandemia não é a causa da fome hoje. Se olharmos os dados do IBGE de 2017, Deputado Lucena, nós já tínhamos o Brasil de volta ao Mapa da Fome. Ou seja, segundo o IBGE, segundo os dados da POF de 2017 e 2018, o Brasil já tinha voltado ao Mapa da Fome muito antes da pandemia.

Mas existem dados inéditos, que saíram há 2 semanas, do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil, do Governo Federal, que mostram que, em 2019, já durante o Governo Bolsonaro e antes da pandemia sequer ter aparecido na China, 47% dos lares brasileiros, com crianças com menos de 5 anos de idade, estavam em insegurança alimentar. Ou seja, não se alimentavam adequadamente, não comiam proteínas e vitaminas de forma adequada e suficiente e importante parte delas não tinha alimento suficiente.

Essa situação projeta consequências estruturais gravíssimas para o Brasil. Não é um problema de hoje. É um problema de hoje e é um problema do futuro. Portanto, muito anterior à pandemia. A pandemia, de fato, agrava esse quadro, mas agrava por quê? Porque o vírus alcança o Brasil no momento em que as políticas públicas já tinham sido desorganizadas. Em grande parte, houve um desmonte das políticas públicas, como o Programa Cisternas e o Programa de Aquisição de Alimentos, que não foram extintos, mas agonizam hoje no Brasil, assim como o salário mínimo parou de ser valorizado, a destruição e o desmonte da CLT, com impacto generalizados na renda dos brasileiros, o desmonte do SUAS, que o Elias já tratou.

Então, nós temos um conjunto de situações de desmonte de políticas públicas que agravou muito esse quadro. Não é a pandemia que agrava o quadro, é a desproteção social, a desorganização das políticas públicas que nos impede de construir uma agenda que, mesmo com a pandemia, pudesse proteger os brasileiros.

Eu gostaria de aproveitar o meu tempo para alertá-los, Sras. e Srs. Parlamentares: infelizmente, na minha avaliação, esse quadro tende a piorar muito ainda. Isso é assustador.



E por mais que, de fato, a solidariedade, como disse o Deputado Roberto de Lucena, seja uma questão importante e a fome seja um problema de todos, só conseguiremos enfrentar esta situação, de fato, com políticas públicas. Precisamos de escala, precisamos garantir o enfrentamento com a abrangência nacional e com escala. Isso só se faz com políticas públicas. Não podemos responsabilizar os brasileiros, a rede de solidariedade, para conseguir evitar que mais do que uma Argentina e meia possa ser alimentada no Brasil. Essa é a situação que hoje vivemos. E acho que esta situação vai se agravar.

Aproveitando que cada um está falando de um ponto, eu queria me ater a um ponto que está nas mãos do Parlamento hoje. O Parlamento brasileiro - a Câmara dos Deputados e o nosso Senado - terá a oportunidade de evitar tragédia muito maior, que se avizinha com o risco da extinção do Bolsa Família.

Hoje está na Câmara dos Deputados uma medida provisória que extingue o Bolsa Família. Muita gente diz: "*Não extingue. Não vão extinguir os programas de transferência de renda, só vai mudar o nome do Bolsa Família*". Não é verdade. Infelizmente, se quiser mudar o nome, muda o nome. Mas, na verdade, a extinção do Bolsa Família está em curso no Parlamento, e a medida provisória, que acaba também com o Programa de Aquisição de Alimentos. Eu não vou falar sobre isso agora porque não terei tempo para tratar dessa política tão importante.

Mas a medida provisória que cria o Auxílio Brasil e extingue o Bolsa Família tem três problemas gravíssimos. O primeiro é que ela, de fato, extingue aquilo que é o fundamental no Bolsa Família. O Bolsa Família conseguiu ser o maior, o mais eficiente programa de transferência de renda do mundo. Estudos internacionais mostram o impacto na redução da mortalidade infantil, da desnutrição, e há um conjunto de outras consequências muito importantes, que eu posso depois encaminhar para os senhores.

A extinção do Bolsa Família e a criação do Auxílio Brasil acaba com um programa simples, que funciona, cria um conjunto de penduricalhos. É um programa que não vai parar em pé. Estamos aqui com gestores municipais, que podem nos ajudar a compreender isso. O programa, como foi desenhado, não é exequível, é um programa ineficiente, vai gerar custos absurdos na ponta e não vai garantir a eficiência. Por quê? Porque ele acaba com o Cadastro Único. Não é verdade que vai mudar o Cadastro Único, ele acaba com o Cadastro Único. Transformar o Cadastro Único num aplicativo é um erro e desmonta o Sistema Único da Assistência Social. É mais uma ação no sentido de desorganizar e desestruturar o SUS.

Então, primeira questão, aquilo que fazia do Bolsa Família o programa

de transferência de renda mais eficiente do mundo está sendo destruído. Os nossos Parlamentares têm oportunidade de fazer este debate e evitar que isso aconteça. Está na mão dos senhores que possamos discutir. Atualmente, só se discute no Parlamento, com relação ao Auxílio Brasil, qual vai ser a fonte de financiamento precária, que é se vai ter precatório, se vão substituir, se vai estar dentro do teto ou fora do teto.

Este debate não é um debate fiscal. Temos 18 anos numa política de transferência de renda que funciona, funciona bem, é um exemplo.

E, provavelmente, 20 milhões de beneficiários, que serão excluídos.

O programa está em risco, e o Parlamento, que tem uma contribuição diferenciada - foi protagonista da principal ação durante a pandemia, que foi a criação do auxílio emergencial -, tem nas suas mãos, hoje, a oportunidade de discutir e salvar o maior programa de transferência de renda do mundo e evitar que uma medida eleitoreira coloque em risco a vida de milhões de famílias, não só em 2022, mas também em 2023.

Então, eu me coloco à disposição para ajudar a construir uma agenda. Pode mudar o nome, vamos aumentar o Bolsa Família, vamos aumentar o número, mas não vamos extinguir uma política pública que se mostrou eficaz.

Muito obrigada, Deputado.

Fico aqui à disposição.

Documento 25/288

| | | |
|--------------------------|-------------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-11:16 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | GEOVANIA DE SÁ-PSDB -SC | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Importância de aprovação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, sobre a garantia de recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

A SRA. GEOVANIA DE SÁ (PSDB - SC) - Obrigada, Deputado. Bom dia, Sr. Presidente, peço a retirada da máscara, já que estou vacinada com as duas doses e também fiz os exames, graças a Deus.

Quero agradecer ao Deputado, meu amigo Bohn Gass, e registrar nesta Comissão Geral, que trata de um assunto que realmente nós, no Parlamento, temos que discutir e quero aqui parabenizá-lo por trazer aqui um assunto que trata exatamente da fome e das mazelas que têm atingido o nosso País.

E, como membro também da Comissão Especial que trata da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, a PEC 383, devo dizer que estamos debatendo exatamente o financiamento do SUAS, que vem garantir recursos no Orçamento. Como a saúde, que tem a garantia de 15%, a educação, de 25%, o SUAS também tem que ter para poder trabalhar as políticas públicas que envolvem as pessoas mais vulneráveis do nosso País.

Eu gostaria só de fazer este registro aqui, cumprimentando as minhas amigas Deputadas e Deputados, que aqui estão para discutir uma das políticas públicas mais importantes, que é a assistência social, que realmente tem aí um trabalho, uma interlocução com a educação, com a saúde.

Eu acho que esta luta, que está na Comissão Especial da PEC 383, vem exatamente buscar essa garantia do financiamento do nosso SUAS.

Muito obrigada, Presidente.

Documento 26/288

| | | |
|--------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-11:16 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | BOHN GASS-PT -RS | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Estímulo do governo petista à agricultura familiar. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Abandono, pelo Governo Jair Bolsonaro, da política de apoio aos agricultores familiares. Equívoco da extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Propósito do Governo Federal de extinção do Programa Bolsa Família.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente Roberto de Lucena, primeiramente, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, quero parabenizar V.Exa. pela iniciativa de trazer para esta Comissão Geral o debate sobre a fome.

Quero saudar a Tereza Campello, que foi nossa Ministra e atuou numa área exatamente de inclusão, de auxílio às pessoas que mais precisam na área do desenvolvimento social.

Quero saudar também a Deputada Benedita da Silva, a Deputada Maria do Rosário, o Deputado Enio Verri, o Deputado Padre João, o Deputado José Ricardo e o Deputado Uczai, que há pouco estava aqui também acompanhando este debate.

O tema da fome não é um acidente. As pessoas passam fome não por acidente. Passar fome é uma consequência da opção política de Governo. E é bom que se registre isso neste momento, Deputado Lucena, porque hoje o Bolsonaro tem uma opção para aumentar o fosso de desigualdade entre ricos e pobres. Os números estão aí para confirmar isso.

Vejam bem, quando o Presidente Lula assumiu - e é importante que a gente repita sempre esta frase -, ele disse o seguinte: *"Se, no final do meu Governo, cada cidadão brasileiro puder tomar o seu café, almoçar e jantar, eu já estarei feliz"*. O Lula pode ficar muito feliz, porque as pessoas não só passaram a tomar o seu café, almoçar e jantar, mas passaram também a ter emprego, a ter seu filho na faculdade, e a juventude passou a poder ir inclusive para o exterior, com o Ciência sem Fronteiras. Houve estímulo e apoio à agricultura familiar. Um conjunto de programas foram desenvolvidos exatamente para combater a fome, porque a fome não é acidente: a fome é consequência de uma política.

Nós, no Brasil, sempre produzimos muito na agricultura, mas foi no Governo do PT, do Lula e da Dilma, que nós tiramos o Brasil do Mapa da Fome. E hoje o País está voltando ao Mapa da Fome exatamente pelo abandono completo da política da agricultura familiar. Não há mais nem o Ministério do Desenvolvimento Agrário! Não há estoques reguladores suficientes na CONAB, não há mais a compra pública do PAA, que é um Programa de Aquisição de Alimentos que estimula o agricultor e, ao mesmo tempo, oferece comida para os consumidores. Vemos a destruição que está sendo feita no PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Então, existia um conjunto de políticas públicas que tiraram o Brasil do Mapa da Fome, e agora o País está voltando, por causa da opção política do Governo Bolsonaro e do Guedes, que preferem, sim, ilhas e paraísos fiscais, com *offshores*, com altas lucratividades, com o dólar supervalorizado e o real desvalorizado, o que faz com que o povo esteja na condição em que está. Isso é debater o tema da fome.

Mais do que isso, esses acontecimentos se dão no momento em que, como disse a ex-Ministra Tereza Campello, programas como o Bolsa

Família estão sendo destruídos. Não é uma simples substituição de nome ou outro projeto. É, sim, menos dinheiro, são menos famílias, são menos pessoas, são menos redes de proteção social. É disso que trata esse projeto, da destruição do Bolsa Família.

Muitas vezes o Bolsonaro anunciava um programa, mas nunca o apresentava, porque ele não quer ajudar os pobres, não quer tirar os pobres da extrema pobreza. Está apresentando agora, na boca da eleição. Então, além de ser o destruidor do projeto Bolsa Família, que ajudou tanto as pessoas mais necessitadas, é ainda um projeto eleitoreiro.

Esse é o debate real que nós temos que fazer com a sociedade brasileira, quando nós temos o povo com o salário mínimo congelado. O reajuste do salário mínimo acima da inflação foi uma política do Lula e da Dilma, que deu à população condições de ter um poder aquisitivo melhor. Isso ajudou interferindo na economia, no sistema da Previdência. Hoje as pessoas têm dificuldade para se aposentar por causa das reformas, e um salário mínimo congelado também faz com que a fome aumente. Não há uma economia ativa. Então, não é só responsabilidade da pandemia, mas uma opção política que já vinha antes, política do Paulo Guedes e do Bolsonaro, porque a fome não é acidente, mas a consequência de uma política.

Obrigado.

Documento 27/288

| | | |
|--------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-11:24 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | RUD RAFAEL--- --- | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Desestruturação da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e da política de assistência à agricultura familiar. Defesa de rejeição do Veto Total nº 51, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), acerca das medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e da alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Regozijo com a rejeição do Veto Total nº 42, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 827, de 2020, acerca da suspensão de ações de despejo durante a epidemia de coronavírus. Congratulações a movimentos sociais pela promoção de ações de combate à fome. Fortalecimento das chamadas Cozinhas Solidárias.

O SR. RUD RAFAEL - Bom dia a todas e a todos!

Quero agradecer o convite e parabenizá-los pela realização deste espaço que traz este tema tão fundamental hoje para o Brasil e para esta Casa.

Quero concordar com as falas dos que me antecederam. Um país que produz hoje alimento para 1 bilhão de pessoas no mundo não deveria estar vendo 125 milhões de pessoas com insegurança alimentar, não deveria estar vendo 19 milhões de pessoas passando fome. A imagem que se tem hoje no Brasil, quando se vê gente recorrendo à doação de ossos para se alimentar, tendo que voltar a cozinhar à lenha, não é a imagem que deveríamos ver. Mas essa imagem, como já foi dito, foi construída por todos aqueles que defendem o Estado mínimo, que defendem o ajuste fiscal, que não defendem o fortalecimento do SUAS.

A fome, como um dos oradores disse hoje, é um problema de todos. Mas nós precisamos destacar que uns sofrem com ela, e outros são responsáveis. Hoje temos um Governo que é responsável pela fome no Brasil, que desmontou a CONAB, que desmontou a política de fortalecimento da agricultura familiar, que liberou mais de mil agrotóxicos no Brasil, mostrando que o agronegócio não é *pop*: o agronegócio é fome, o agronegócio é morte, o agronegócio é veneno.

Então, precisamos estar aqui no debate colocando o pingão no is. Precisamos fortalecer a pauta dos movimentos do campo, pela derrubada do veto do PL 823/21, que dispõe sobre medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigar justamente esses impactos socioeconômicos da COVID-19, dos que estamos falando aqui. Deveríamos estar avançando em reforma agrária, em reforma urbana, garantindo terra para agricultoras e agricultores estarem plantando. Pelo contrário, estamos vendo, em plena pandemia, um estado de calamidade em relação aos despejos. Em torno da Campanha Despejo Zero, fizemos um levantamento que mostrou que, de agosto do ano passado até agosto deste ano, cresceu 310% o número de despejos. Grande parte desses despejos aconteceu com famílias que produzem na terra. Em plena pandemia, 19 mil famílias foram despejadas, houve 495% a mais de ameaças de despejo e mais de 93 mil famílias foram ameaçadas de remoção.

Nós tivemos, na semana passada, a conquista da derrubada do veto ao Projeto de Lei nº 827, de 2020, que proíbe os despejos na pandemia, tivemos o avanço da ADPF 828, mas são avanços temporários, avanços que estão datados para dezembro. O projeto de lei prevê a data de 31 de dezembro e a ADPF prevê a data de 3 de dezembro como limite.

É necessário que as organizações que estão participando desta audiência e esta Casa se comprometam com a extensão desse prazo, não só até o fim da pandemia, até que todos se vacinem, mas também até que a crise econômica seja superada neste País e que o direito à terra e o direito à moradia, que estão na Constituição, sejam respeitados permanentemente, para que isso não seja só um elemento de sensibilidade em relação à pandemia. Nós precisamos ter compromisso com isso.

Quero aproveitar a oportunidade para enaltecer a ação dos movimentos sociais, que foram linha de frente no combate à fome na pandemia, não só o MTST, a partir das suas ações de solidariedade na abertura das Cozinhas Solidárias nas periferias urbanas, que têm feito com que a comida chegue à cozinha e ao prato das mulheres negras e da população das periferias urbanas deste País.

Diga-se de passagem, nós tivemos ontem a revisão de uma decisão, por parte do Judiciário, no Rio Grande do Sul, que garantia a permanência da ocupação de uma Cozinha Solidária que foi feita. Na última semana, a decisão foi revisada de forma absurda, algo que só foi visto antes no julgamento de Lula. É preciso que nós tenhamos a garantia da permanência da Cozinha Solidária em Porto Alegre, que nós tenhamos, como foi falado, a retomada das políticas públicas neste País, que se derrube o teto dos gastos, que se invista de fato na política de agricultura familiar, numa política de agroecologia urbana também, no fortalecimento das Cozinhas Solidárias, das ações de solidariedade dos movimentos sociais, que é isso que tem garantido a comida na mesa de milhões de brasileiras e brasileiros hoje.

Obrigado.

Documento 28/288

| | | |
|--------------------------|--------------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-11:28 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | BENEDITA DA SILVA-PT -RJ | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Inadmissibilidade de extinção do Programa Bolsa Família.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ) - Sr. Presidente, quero parabenizá-lo por esta iniciativa, entendendo que quem tem fome, tem pressa, e que aquele que deixa o seu pecado recebe de Deus a

misericórdia.

Nós cometemos aqui muitos erros, em determinadas votações que retiraram os recursos com os quais nós poderíamos garantir uma seguridade social completa. Mesmo assim, V.Exa. nos dá oportunidade de dizer que é impossível que o Governo realmente acabe com o Bolsa Família. O Bolsa Família não só alimentou; as crianças tiveram melhor resultado na escola e houve desenvolvimento econômico regional, porque ali o comércio consumia. Então, o programa era muito importante e dava dignidade às pessoas. Eu sei que as pessoas que têm fome, têm pressa, e nós precisamos, sim, não só fazer este debate, mas garantir recursos e garantir o Bolsa Família.

Documento 29/288

| | | |
|--------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-11:28 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | DANIEL BALABAN--- | --- |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Relevância do Programa de Alimentação Escolar. Apoio ao Programa Bolsa Família. Adoção de políticas públicas de transferência de renda. Importância dos investimentos na prevenção da extrema pobreza.

O SR. DANIEL BALABAN - Muito bom dia a todas e a todos!

Eu queria primeiramente enaltecer a iniciativa do nosso querido Deputado Roberto de Lucena. É muito importante que nós discutamos este problema que o Brasil vem enfrentando, ao longo dos últimos 5 ou 6 anos, a questão da fome.

É importante dizer que nada acontece por acaso. Como todos os que nos antecederam disseram, a fome não surge do dia para a noite; este é um problema estrutural, é um problema econômico, e é ocasionado por decisões que o País tomou ao longo dos últimos anos. Nós temos que deixar isso bem claro, porque, muitas vezes, nós colocamos a culpa em uma pandemia que, como a nossa ex-Ministra Tereza disse - e S.Exa. apresentou dados -, apenas fez com que a situação de fome ficasse mais intensa nesses últimos 2 anos. Mas a pandemia não é a culpada por aquilo que o País vem enfrentando e continuará enfrentando, se nenhuma política for incrementada para que nós possamos resolver essa situação.

O mais importante, Deputado, é que nós comecemos a falar sobre o



tema. Durante muito tempo, nós colocamos esse tema de lado, como se não fosse importante, como se não estivesse na pauta do dia a dia. E hoje é muito importante que nós voltemos a falar todos os dias sobre o número de pessoas que estão neste momento sem ter o que comer, em um País rico como o Brasil, que tem uma produção de alimentos suficiente para alimentar toda a população e outras populações do mundo. Existe um problema estrutural que deve ser apontado e ser colocado na pauta do dia, para que nós possamos achar as soluções.

Como foi dito anteriormente, o Brasil se tornou, durante muitos anos, um exemplo de políticas públicas a ser seguido. Hoje organismos como o Banco Mundial ou como próprio o FMI enaltecem políticas públicas que foram criadas aqui no Brasil, como o Programa de Alimentação Escolar. Com a compra direta da produção do pequeno agricultor familiar, o Brasil é um dos únicos países do mundo que tem uma legislação a criar um programa que coloca a ligação da compra direta do pequeno agricultor familiar. E é universal, ou seja, todas as crianças matriculados no ensino público brasileiro têm o direito à alimentação e também a um programa que tem a ligação com nutricionistas que são responsáveis pelo *menu*.

Ao mesmo tempo, o Brasil criou o Bolsa Família, e vários países do mundo seguem hoje essa linha de transferência de renda, para que as crianças possam estudar e as famílias receberem o recurso com esse fim. Hoje, esses programas são enaltecidos por organismos que apoiam outros países do mundo a criarem políticas públicas. Não existe milagre. As políticas públicas são as responsáveis para fazer com que parte da população não caia abaixo da linha da miséria. A fome é resultado das desigualdades recentes que o País tem, da grande concentração de renda que o País tem, fazendo com que grande parte da população não tenha acesso a alimentos.

Para resolver esse problema, temos que trabalhar políticas públicas de transferência de renda, para que as populações tenham acesso a esses alimentos, a fim de que ninguém caia abaixo da linha da miséria.

Eu gostaria de finalizar dizendo que é muito melhor investir na prevenção da extrema miséria do que arcar com os custos provenientes dela. Isso é algo que nós temos que aprender.

Para resolvermos esse problema, temos que trabalhar políticas públicas de transferência de renda, para que as populações tenham acesso a esses alimentos e para que ninguém caia abaixo da linha da miséria.

Eu gostaria de finalizar dizendo que é muito melhor investir na prevenção da extrema miséria do que arcar com os custos provenientes dela. Isso é algo que temos que aprender. É muito mais

barato investir recursos na prevenção da extrema miséria do que depois termos que arcar com os custos provenientes da fome e da extrema miséria, que são imensos, e não somente os custos econômicos, mas também a credibilidade e a imagem do País no exterior.

Muito obrigado, Deputado, pela iniciativa.

Documento 30/288

| | | |
|--------------------------|-------------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-11:36 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Desestruturação, pelo Governo Jair Bolsonaro, das políticas sociais brasileiras e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Definição dos recursos do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Redirecionamento da política econômica adotada pelo Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Muito obrigada, Deputado Roberto de Lucena. É um prazer imenso dirigir-me a V.Exa., que preside os trabalhos e é autor deste requerimento.

Nós estamos diante de um flagelo social impressionante! Podemos e devemos nos perguntar, numa hora como esta: como pode uma nação que, há cerca de 7 anos, estava fora do Mapa da Fome ter tão rapidamente visto a degradação de políticas sociais e observar que brasileiros e brasileiras, em sua maioria, 130 milhões de brasileiros, vivem em insegurança alimentar? Como é possível tão rapidamente a destruição de políticas públicas que garantiram o básico, Deputada Erika Kokay, e o socialmente estabelecido, justamente o direito à alimentação? O Brasil rumava para a segurança alimentar e a soberania também. A dimensão nutricional era a nossa preocupação. No entanto, nos dias de hoje vivemos o flagelo da fome e da pandemia.

Quando a pandemia chegou ao Brasil, nós já tínhamos a situação de fome estabelecida, porque o Governo Temer e o Governo Bolsonaro trataram de desmontar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o primeiro Conselho a ser desmontado, Deputado Lucena. Desmontar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foi o símbolo de que nós voltaríamos à circunstância da fome crônica no Brasil. As políticas não pararam de ser destruídas por aí.

Ultrapassamos 11 milhões de desempregados. Hoje já estamos com mais de 15 milhões de desempregados e com uma situação de subemprego.

Será que nós precisamos viver uma realidade como esta? Não, senhores e senhoras! Nós já provamos que o Brasil pode ter segurança alimentar e soberania nutricional. Nós já provamos que o Brasil tem condições de superar essa realidade, a partir do aporte de recursos à sua agricultura familiar, a partir do aporte de recursos às famílias, sobretudo às mulheres, reconhecendo o protagonismo de todos os brasileiros e brasileiras no combate à fome, mas com outro modelo econômico. Nós temos condições de superar esta realidade.

Não foi apenas a COVID-19 que nos largou nesta condição em que as pessoas cozinham com qualquer pedaço de toco que encontram - porque sequer pode esse toco ser chamado de lenha.

Não há gás de cozinha, não há feijão! E há um Presidente com trocadilhos entre feijão e armas - sempre ao lado das armas, contra feijão, arroz, legumes, carne... Estados que são altos produtores de carne para o mundo estão, na verdade, vendo o seu povo ter dificuldade de acessar qualquer forma de proteína. Se não é a solidariedade entre os pobres nas comunidades, se não são as entidades da sociedade civil... Não há políticas públicas! Os Municípios estão abandonados.

Nós precisamos, sim, definir recursos para o SUAS, mas precisamos de mais. Nós precisamos de uma política econômica em que o Ministro da Economia não esteja ligado a quanto o rendimento da sua *offshore*, em um paraíso fiscal, determina. Nós precisamos de um Ministro da Economia que tenha sensibilidade social.

E como é possível termos um Ministro da Economia com um olhar para a sociedade, que pense um conceito mais avançado, que não seja puramente o do desenvolvimento econômico, que este o Brasil não tem; que não seja o do crescimento, que este o Brasil também não tem; que seja o do desenvolvimento humano, que integra a dimensão econômica, social, cultural, com democracia, com enfrentamento das desigualdades? Somente com outro caminho, com outro Governo.

Este Governo condenou os brasileiros e brasileiras a voltarem à inflação e à fome. Vejam o preço dos alimentos! A fome atinge os mais pobres. Já as camadas médias começam a perder a possibilidade de fazerem suas compras.

Por isso, meus amigos e minhas amigas, nós fazemos nesta sessão, Deputado Roberto de Lucena, uma busca de caminhos, mas esses caminhos significam o rompimento da política econômica de Guedes e

Bolsonaro.

Muito obrigada.

Documento 31/288

| | | |
|--------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-11:44 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | JULIANE FURNO--- --- | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19.

A SRA. JULIANE FURNO - Olá! Cumprimento todos e todas. Muito obrigada pelo convite. É uma satisfação compor este espaço de debate. Muito obrigada. Parabéns pela iniciativa de compor este espaço de reflexão com especialistas tão importantes! Gostaria de citar especialmente a ex-Ministra Tereza Campello, por quem eu tenho uma referência muito significativa em termos de políticas sociais e de combate à fome. Em nome dela, estendo aqui os cumprimentos aos demais participantes.

Eu queria aproveitar estes 5 minutos e poucos segundos para debater um tema tão fundamental apresentando que, na minha avaliação, o problema da fome neste período - para ficar circunscrito aqui ao espectro do tema proposto na pandemia - tem basicamente que ser olhado a partir de duas dimensões. Uma é mais geral, e a outra é mais restrita especificamente ao problema da fome de forma menos abrangente.

Esses dois focos de análise ajudam não só a compreender por que a fome voltou a ser um problema grave de natureza social e econômica, mas também no diagnóstico do problema. Trago também alguns elementos que quero ensejar aqui para pensar formas de solução para esse problema.

A primeira dimensão para entender o aumento da fome é a dimensão mais geral sobre a fraca atividade econômica, que inclusive é um indicador pré-crise. O fato de vivermos uma grave crise econômica, seguida de períodos de semiestagnação desde 2015 - mais aprofundada a partir das medidas de redução e restrição do gasto público -, com opção de austeridade fiscal, necessariamente aumenta as desigualdades sociais. Quando a economia não cresce, não se gera emprego, e o emprego via mercado de trabalho é a forma por

excelência de geração de renda no Brasil.

Então podemos dizer que, do ponto de vista mais geral, a ausência de dinamismo da economia brasileira já é responsável por si só pelo persistente desemprego, que, por sua vez, afeta os níveis de pobreza. E, quanto maior a pobreza, maior a chance da insegurança alimentar ou mesmo de restrição alimentar, característica de uma situação de fome aguda.

Somada a isso, há a dimensão sanitária do vírus, que afetou mais a população mais pobre, os trabalhadores informais e por conta própria. Na minha avaliação, a ausência de medidas mais enérgicas e de garantia do emprego e da renda contribuíram também para o avanço das desigualdades sociais. A desigualdade social é uma porta para o aumento da pobreza, que confere, então, uma maior situação de insegurança alimentar.

Agora, uma segunda dimensão que agravou o problema da fome, além da queda da renda, da destruição de vagas líquidas de emprego e do aumento do avanço da pobreza, foram dois movimentos. O primeiro deles foi o aumento do preço dos alimentos, o que pressionou muito a inflação de custo do Brasil e dificultou que a população de baixa renda pudesse seguir se alimentando. Ali aconteceu basicamente pelo fato de o agronegócio brasileiro precificar os produtos, que também são *commodities*, seguindo o preço de referência internacional. Além de ter aumentado em função da desorganização das cadeias de suprimento global, por uma consequência da pandemia, ainda subiram em dólar, que se valorizou muito em relação ao real.

Em segundo lugar, o aumento do preço dos alimentos e da fome foi seguido da ausência de qualquer medida que estabelecesse cotas de exportação para o agronegócio.

Então, o setor agroexportador, que foi beneficiário de uma maior demanda do mercado internacional, de uma maior valorização do preço das *commodities* e de uma taxa de câmbio mais competitiva para a exportação, ajudou a desabastecer o mercado interno, pressionando ainda mais a inflação de alimentos.

Somados a esses elementos mais conjunturais, há dois elementos - eu vou encerrando por aqui - importantes que podem ajudar a explicar o aumento da fome e da insegurança alimentar. O primeiro é a paulatina redução da área plantada de arroz e outros gêneros de abastecimento da alimentação do povo brasileiro e o avanço da área plantada de milho e de soja. Então, há uma redução da produção de alimentos que servem à cesta básica brasileira. E o segundo é o fato do CONSEA e de toda a política de segurança e soberania alimentar terem sido bastante desestruturados, somado também à desestruturação da

política de estoques reguladores, que serviam para amortecer os preços internos em período de desvalorização cambial e de vantagens à exportação.

Para vocês terem uma ideia, em 2020, o estoque do arroz, que foi um dos principais vilões desse período, teve uma diminuição de 80% em relação ao auge, que foi em 2010.

Para finalizar mesmo, porque o meu tempo já acabou, o que fazer? E aí eu deixo isso aqui como um ensejo ao debate: políticas mais gerais de curto e longo prazos no âmbito da política econômica e políticas focalizadas para reduzir, concomitantemente a políticas universais, emergencialmente esse problema. Lembro que são 19 milhões de pessoas passando fome no país líder da produção de alimentos e, se formos olhar a insegurança alimentar, são 116 milhões de pessoas.

Por fim, colocaria para reflexão políticas de transferência de renda mais robustas e com um escopo maior de beneficiários; taxaçoão da exportação de alimentos; criação de um fundo para que esse recurso amorteeça o problema da fome; retorno da política de segurança alimentar dos estoques reguladores; avanço na reforma agrária; fortalecimento do pequeno agricultor, que precifica os seus produtos fora da lógica de precificação da Bolsa de Valores; aprovação de programas mais robustos de crédito e assistência técnica para a agricultura familiar; e o retorno do PPA como uma política de garantia de alimentação.

Muito obrigada.

Documento 32/288

| | | |
|--------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-11:48 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | PADRE JOÃO-PT -MG | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Efeitos nefastos da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, sobre o congelamento, por 20 anos, dos investimentos públicos na área social. Defesa de rejeição do Veto Total nº 51, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), acerca das medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e da alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Retomada da demarcação de terras dos povos indígenas e dos quilombolas. Contrariedade à votação da Medida Provisória nº 1.061, de 2021, a respeito da instituição do Programa Auxílio Brasil e do Programa Alimenta

Brasil. Recomposição das dotações orçamentárias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG) - Presidente Roberto de Lucena, parabéns pela iniciativa! Mas é importante reconhecermos também os nossos erros, o erro desta Casa. Na verdade, a fome no Brasil teve um momento importante aqui nesta Casa no dia 17 de abril de 2016, quando demos uma guinada. Com a retirada da Presidenta Dilma, mudamos toda a política de segurança alimentar deste País.

Por isso, eu saúdo a Tereza Campello, que, enquanto Ministra, foi também golpeada. Os brasileiros, os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, estão sofrendo até hoje o golpe. Então, isso começou aqui nesta Casa, no dia 17 de abril de 2016.

Logo ali havia a então PEC 241, que é a Emenda Constitucional nº 95, do teto de gastos. Iniciou-se o desmonte das políticas, o corte de recursos, como o do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos.

Onde está a segurança? O PAA, só em Minas Gerais, Sr. Presidente, chegou a utilizar mais de 80 milhões de reais. Hoje não tem 40 milhões de reais para o Brasil inteiro.

Depois, já no Governo Bolsonaro, a primeira canetada que ele deu foi para extinguir o CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional sustentável e desmontar o SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Onde estão as CAISANs - Câmaras Interministeriais de Segurança Alimentar e Nutricional, que formulavam políticas com o povo, através das conferências de segurança alimentar e nutricional?

Então, o povo sabe qual é a razão da fome, mas sabe também que trouxeram, através das conferências, soluções para o combate à fome e à miséria. Então, houve o desmonte do PAA. Cadê o Programa Água para Todos? Nosso povo passa sede, fome e sede, milhões de brasileiros. Até o caminhão do Exército para carregar o caminhão-pipa está sendo retirado, porque não há programas de captação de água de chuva.

A solução é reestruturar os programas, retomar os programas. O próprio PNAE, que tem o recurso já definido, também é ameaçado com a ingerência nos cardápios. Urge também retomar o apoio à agricultura familiar. A Lei Assis Carvalho por duas vezes foi votada aqui. Então, urge que o Congresso derrube o Veto nº 51, salvo engano, garantindo assim a Lei Assis Carvalho II, que é o Projeto de Lei nº 823, de 2021, votado aqui nesta Casa.

Também devemos retomar a demarcação de terras indígenas e quilombolas, mas esta Casa avança para tomar as terras indígenas, minerar em terras indígenas.

Presidente, também temos que deixar caducar a Medida Provisória nº 1.061, de 2021, porque ela desmonta o Bolsa Família, desestrutura o Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos. Então, o Auxílio Brasil e o Alimenta Brasil são uma farsa, são *fake*, o que é próprio deste Governo.

E ainda, Sr. Presidente, precisamos garantir recursos para a ampliação da capacidade de resposta do SUAS - Sistema Único da Assistência Social. Temos que reestruturar o SUAS, o CRAS e o CREAS. É fundamental ter recursos, porque a tal emenda constitucional do teto dos gastos, a Emenda Constitucional nº 95, vem sufocando todas as políticas.

Também queremos, Presidente, uma reforma tributária solidária, justa e sustentável, inclusive taxando as grandes fortunas.

Precisamos implementar o guia alimentar para a população brasileira. O povo passa fome, porque não há um Governo para os pobres. O Governo é para os ricos, para os milionários. A atividade minerária nunca ganhou tanto dinheiro. Os ruralistas nunca ganharam tanto dinheiro.

Presidente, é uma vergonha para nós e para esta Casa a essa questão da fome e da miséria neste País, porque o Brasil produz de tudo, e produz para quem? *Commodities*? É o maior produtor de soja do mundo, mas ninguém consegue produzir proteína. Uma saca de milho, que até há pouco tempo estava custando 43 reais, hoje está mais de 110 reais. A soja já chegou a 180 reais.

Ninguém consegue produzir proteína neste País, porque o agronegócio nunca ganhou tanto dinheiro. Há incentivo para importar veneno e há incentivo para exportar a produção. E onde mais produz é onde o povo...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG) - Eu termino e agradeço a V.Exa. por esta compreensão.

Parabéns! Acho que nós temos que fazer aqui *mea-culpa*, pelo menos a maioria desta Casa, porque é esta Casa que tem a responsabilidade

de retomar o combate à fome e à miséria neste País.

Obrigado.

Documento 33/288

| | | |
|--------------------------|--------------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-11:56 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | JOSÉ GIACOMO BACCARIN--- | --- |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Alcance social do Programa Bolsa Família. Relevância da criação, pela Casa, dos auxílios emergenciais de 600 reais e 1.200 reais, para atendimento aos trabalhadores e famílias atingidos pela epidemia de coronavírus.

O SR. JOSÉ GIACOMO BACCARIN - Quero cumprimentar todos os que estão nos vendo, nos ouvindo, participando deste debate. Quero cumprimentar a Câmara dos Deputados por esta realização, especificamente o Deputado Roberto de Lucena e o Deputado Hugo Motta, de São Paulo e da Paraíba, que propuseram a realização desta Comissão Especial.

Quero agradecer à bancada do PT, ao seu Líder Bohn Gass, que me convidou para participar e representar nossa visão neste debate. Quero cumprimentar todos os convidados e as convidadas - há mais convidadas, que bom! - que estão participando deste debate.

Acho que há muita concordância entre nós no sentido de que os indicadores diretos - desnutrição, insegurança alimentar e nutricional - e os indiretos - o aumento da pobreza e da extrema pobreza, o desemprego, a fome no Brasil - são evidentes nas estatísticas e nas ruas, no campo deste País. Percebemos isso em todo lugar deste País.

E os dados do mercado de trabalho nos indicam que a economia não está resolvendo isto. Um simples deslanchar econômico não está resolvendo isso. Tivemos, no último trimestre, uma indicação de que a taxa de desocupação no País caiu, diminuiu, mas está muito alta ainda, e a renda dos salários não aumentou, a massa salarial não aumentou. Então, o mercado de trabalho não está dando conta disso. Aliás, nunca deu, não é? Agora está mais forte esta situação.

Nós precisamos - acho que muita gente já falou sobre isso - reforçar as ações públicas de combate à fome no Brasil. E temos experiência. Não

estamos partindo do zero.

Nós temos experiências muito boas que deram certo neste País, e eu poderia começar falando da mais antiga, que é o Bolsa Família. Implantado em 2003, no final de 2003, conseguiu fazer com que o Brasil saísse do Mapa da Fome da FAO entre 2014 e 2015. E agora - eu queria trazer isso para a nossa discussão - tem o seu deslanchar sendo atrapalhado pela não atualização do cadastro.

Neste momento em que está aumentando o número de pessoas com desnutrição, com fome, com insegurança alimentar, o cadastro tinha que ser atualizado rapidamente. Ou seja, a conversa entre os Municípios e o Governo Federal, que é uma das bases do Bolsa Família, teria que ser mais azeitada e mais agilizada neste momento. Então, este é um programa de extremo sucesso que tem que ser revitalizado.

E temos que falar do auxílio emergencial também. O Brasil conseguiu, com o auxílio emergencial - e eu quero cumprimentar a Câmara dos Deputados e o Senado Federal por isso -, mostrar que rapidamente se combate a pobreza. Quando o auxílio emergencial estava a plena carga - entre março e agosto do ano passado, com 600 reais e com 1.200 reais -, a extrema pobreza no Brasil caiu para um terço.

E bastou o auxílio emergencial deixar de ser pleno e ter descontinuidade no começo deste ano que a pobreza aumentou. O auxílio emergencial foi importante, inclusive, para que as vendas de supermercado, no ano passado, no Brasil, tivessem um crescimento real, um dos maiores do século XXI, porque ele amparou muita gente.

O tempo é muito curto, mas eu queria falar do problema da inflação. A inflação de alimentos já vinha acontecendo, mas, no ano passado, ganhou um nível muito alto. Nós tivemos um IPCA de 4,5% e uma inflação de alimentos no Brasil de 14,2% - três vezes mais que o IPCA.

E quem sofre com isso são os mais pobres. Os ricos gastam 3%, 5% da sua renda com comida. Estes não sentem. Mas quem gasta 30%, 40%, 50% da sua renda com comida sente. E esta inflação de alimentos tem como grande causa a nossa internacionalização da agricultura, que não é ruim.

Eu não sou contra, de jeito nenhum, que nós exportemos mais produtos agrícolas, alimentos para outros portos, não é isso. Mas, no ano passado, ela nos causou fome. Por quê? Porque nós tivemos o aumento dos preços internacionais, contra o qual não podemos fazer muita coisa, e, no mais, nós tivemos uma desvalorização cambial das mais fortes do mundo. A moeda brasileira perdeu muito valor, e isso encarece a comida aqui dentro. E, neste ponto, nós podemos intervir.

Nós temos reservas cambiais. Aliás, por que não se intervém no câmbio? Esta é uma pergunta que fica.

Talvez nós tenhamos começado a encontrar algumas respostas nesta semana, porque isso significaria diminuir o preço da comida no Brasil. O preço da soja subiu, do açúcar, das carnes. Subiram os preços. Subiram muito no ano passado. Então, nós temos um efeito via câmbio e via preço internacional.

E temos um outro efeito também. Quando estimulamos tanto a exportação, sobra menos investimento dos agricultores, terra e gastos dos agricultores, para os produtos do mercado interno. Então, por incrível que possa parecer, no ano passado, nós tivemos o arroz subindo muito de preço. Foi um dos campeões. Depois da soja, foi o arroz. E o do feijão subiu e continua. O preço do arroz já caiu este ano, 2021, mas o do feijão continua subindo, assim como o da mandioca.

Então, nós temos tido um grande sucesso exportador do agronegócio, à custa de uma alimentação mais cara no Brasil, que coincide com muito desemprego e queda de renda.

De fato, nós precisamos intervir nesse processo, e não simplesmente esperar que as coisas se arrumem pelo mercado, porque aquela pessoa que está passando fome precisa ser atendida de maneira imediata.

Muito obrigado pela oportunidade. Desculpe ter passado um pouco do tempo que me foi concedido.

Documento 34/288

| | | |
|--------------------------|------------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-12:04 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | REGINALDO LOPES-PT -MG | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Caráter desumano do Presidente Jair Bolsonaro. Impacto da dolarização dos preços de combustíveis na cadeia produtiva nacional. Defesa de afastamento do Presidente da República.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) - Presidente, esta nossa audiência é uma das mais importantes para o povo brasileiro. Tratar o tema da desigualdade, da fome, da carestia, é uma ação

suprapartidária e, na minha opinião, muito republicana.

Chegamos ao fundo do poço. O acúmulo de erros, a partir do golpe na Presidenta Dilma, levou este País a produzir menos de uma dezena de bilionários e reproduzir milhões de superpobres. Podemos indicar aqui o grande equívoco do Governo golpista do Michel Temer e desse Governo *fake* do Bolsonaro, o erro de não garantir, em um primeiro momento, o reajuste do salário mínimo com ganho real. Essa ausência de um ganho real e o descontrole na política de preços, em especial na política de alimentos, têm corroído o poder de compra do povo brasileiro.

Somam-se a essa desorganização total, Deputado Leo de Brito, o desemprego, a ausência de uma política adequada de transferência de renda, de proteção social, Deputada Erika Kokay, para os mais pobres. O somatório de todo esse desgoverno é a volta do Brasil para o Mapa da Fome. Aproximadamente 30 milhões de brasileiros voltaram para o Mapa da Fome. Chegamos ao absurdo de conviver com metade da população brasileira subutilizada, desocupada - só 48,5% do povo brasileiro, da população economicamente ativa estão ocupados. Esses mais de 100 milhões de brasileiros e brasileiras estão com insegurança alimentar, e o Ministro da Economia, que, com a especulação e o investimento em paraísos fiscais, acumula a cada dia 14 mil dólares de lucro na especulação, obriga o povo brasileiro a correr atrás de "caminhão de ossos" no País do planeta Terra que mais exporta alimentos.

Este é um governo desumano, um governo genocida, o governo da necropolítica, um governo incapaz de resolver os problemas mais importantes do povo brasileiro.

Soma-se a isso o absurdo da dolarização da economia brasileira, da dolarização na política internacional de preços dos combustíveis, o que tem impacto em toda a cadeia produtiva, em toda a cadeia produtiva. Mas o crime maior é que, pela primeira vez, o Brasil assiste à dolarização da cesta básica, à dolarização da proteína animal, à dolarização da proteína vegetal, porque este Governo destruiu os instrumentos das políticas públicas, das políticas sociais e da política de abastecimento. Por incompetência, por amor só aos mais ricos deste País, fez aliança com exportadores, que não pagam impostos. Esse é o problema do agronegócio. Para ser *pop*, ele tem que pagar os impostos da exportação. Para ser "tech", ele tem que agregar valor, industrializar o País. Senão, ele não é *pop* e não é "tech". Além de tudo, por não haver política de abastecimento e estoque regulador, obriga-se o povo brasileiro a comer alimentos cujo preço tem base no dólar. Isso é uma vergonha, é um crime!

A única saída para este País, lamentavelmente, é o Fora, Bolsonaro!.

Não há caminho para encontrarmos a paz, a soberania nacional e um projeto de nação com um Ministro da Economia que tem contas em paraísos fiscais, com um Presidente do Banco Central que tem contas em paraísos fiscais e com um governo incapaz, que nunca entendeu de economia, e não tem empatia pelo povo. Portanto, a saída é o Fora, Bolsonaro!.

Documento 35/288

| | | |
|--------------------------|-------------------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-12:12 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | IEDA MARIA NOBRE DE CASTRO--- | --- |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Desestruturação do sistema de segurança alimentar; do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e do Sistema Único de Saúde - SUS.

A SRA. IEDA MARIA NOBRE DE CASTRO - Muito obrigada, Deputado.

Olá a todas e a todos os que estão nos acompanhando, que estão nos ouvindo.

Eu quero, inicialmente, cumprimentar o Deputado Roberto de Lucena, o autor do requerimento, por proporcionar este momento, por abrir esta oportunidade para que esses múltiplos olhares sobre a questão da fome, sobre as vulnerabilidades que acontecem, sejam conhecidos por todo o País, não só dentro da Câmara dos Deputados.

Quero cumprimentar o Deputado Renildo Calheiros e agradecer a ele pela indicação da bancada, da Liderança do PCdoB.

Quero cumprimentar também a Tereza Campello, a Aldenora, o Elias, que são companheiros da assistência social.

Falar depois de tantas falas qualificadas é a oportunidade que eu tenho de reafirmar algumas coisas que já foram ditas e de trazer também alguma reflexão, contribuindo com o debate.

Como nós já vimos aqui, a fome tem nome, tem endereço, tem cor, tem classe social, tem gênero. Ela é concreta e produz muita dor. Sou de um Estado em que historicamente convivemos com a ameaça da fome, porque vivemos no Semiárido e demoramos muito a conviver com a seca. Hoje voltamos a discutir a questão da fome como se ela fosse um



efeito apenas da pandemia. Como já foi dito aqui pelos que me antecederam, a pandemia não produziu a fome, ela produziu mais de meio milhão de mortes. O que a pandemia fez foi revelar que a fome é estrutural. A fome é a expressão da desigualdade e da concentração de renda, como já foi dito aqui por alguns companheiros que já se posicionaram sobre o tema.

Então, enfrentar a fome, além de ser um dever, um compromisso ético, um dever público, é fundamental. Temos que pensar: que política social nós temos para enfrentar, de forma continuada, essa ameaça constante? Um dos fenômenos de maior grau de vulnerabilidade que podem ocorrer na vida de um homem ou de uma mulher é o da fome, porque ela traz a desumanidade, ela traz um sofrimento e nos coloca em uma situação de muita violência contra o ser humano.

Uma das discussões que eu gostaria de trazer é a de que a erradicação da fome vai exigir que enfrentemos muitos desafios. O principal deles é a presença de um Estado forte numa conjuntura tão adversa, de desmonte do sistema de segurança alimentar, do Sistema Único de Assistência Social, do próprio Sistema Único de Saúde. A pandemia nos pegou no contrapé, na contramão de um desmonte total e do esvaziamento das políticas sociais dos sistemas públicos.

Nós precisamos de políticas sociais bem estruturadas, fundadas na ciência e no conhecimento da realidade e com financiamento público.

É muito importante também que qualquer ação que venha, de enfrentamento à fome, venha fundada no pacto federativo e no princípio republicano do respeito à municipalidade, porque é aqui onde as pessoas vivem, é aqui onde as pessoas asseguram o seu sustento e de sua família e é aqui que elas procuram a proteção social.

Essa situação nos mostra o quanto é importante este momento, um ato político que inclui na agenda pública brasileira a fome como um fenômeno social e como uma das formas mais severas de vulnerabilidade, que compromete qualquer pacto civilizatório, levando-nos à barbárie.

Outra dimensão que eu gostaria de trazer é a de que é preciso pensar qual projeto de sociedade nós queremos para este País. Qual é o Brasil que nós queremos? Um Brasil que seja capaz de articular desenvolvimento com proteção social, que integre políticas sociais, econômicas, ambientais e culturais e que desafie todos os formuladores de políticas sociais a saírem da sua caixinha para buscar ações intersetoriais. É preciso integrar, é preciso agir, é preciso assegurar renda, uma renda básica e universal. É preciso assegurar acesso a alimento barato, com baixo custo e de qualidade, e é preciso assegurar proteção social. É preciso que os serviços de proteção

social, de CRAS e CREAS, sejam reconhecidos e consolidados, para que o cidadão se sinta protegido.

Muito obrigada pela oportunidade.

Documento 36/288

| | | |
|--------------------------|------------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-12:16 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Sintonia da Câmara dos Deputados com o Governo Jair Bolsonaro e com a elite brasileira. Defesa da abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Inadmissibilidade de extinção do Programa Bolsa Família.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero afirmar que a fome não é um fenômeno da natureza, ou uma incapacidade do cidadão ou da cidadã, ou falta de sorte. A fome, a pobreza e a miséria fazem parte de uma estratégia daqueles e daquelas que governam o País.

Isso é importante que nós afirmemos sempre, Sr. Presidente. É preciso recuperar para os mais novos que, nos anos 80, quando a fome e a pobreza eram muito grandes, as pessoas iam até os lixões deste País pegar alimento do lixo, para se alimentarem.

Foi justamente no período do Governo do Presidente Lula que nós mudamos essa realidade. E como foi que ele mudou essa realidade?

Gerou mais de 20 milhões de empregos, valorizou o salário mínimo, fortaleceu a agricultura familiar, que produz 70% dos alimentos que chegam à mesa de cada cidadão e cidadã - de 30 bilhões foi o crédito estabelecido para a agricultura familiar -, criou o Bolsa Família, fortaleceu os conselhos, ou seja, a participação da sociedade civil, fortaleceu a parceria com os Municípios, respeitou o pacto federativo. Isso fez com que tirássemos o Brasil do Mapa da Fome.

O que está acontecendo agora? Muitas pessoas dizem que foi a pandemia que nos levou à pobreza. Não. Como se explica - e este é um dado importante - que os mais ricos do Brasil tenham aumentado o seu patrimônio em 34 bilhões de dólares, ou seja, em 170 bilhões de reais no período da pandemia? Por que isso? Porque nós temos uma

sociedade muito desigual, e os Governos Bolsonaro e Michel Temer sempre trabalharam para os ricos ficarem mais ricos, com a conivência da Câmara dos Deputados. É importante afirmarmos isto, que os ricos só ganham mais dinheiro e concentram mais riqueza se há legislação que os favoreça. A Câmara dos Deputados, com o seu "orçamento secreto", que é uma violência ao povo brasileiro, ficou em sintonia com Bolsonaro e com os ricos do Brasil. É lógico que vai aumentar mais a miséria. Nós estamos vendo nas ruas, nas praças, nas sinaleiras a quantidade de pessoas pobres. Como vamos acabar com isso? Só há um jeito: diminuindo a desigualdade social. O povo preto e pobre que foi escravizado neste País continua hoje nas periferias das cidades, nas favelas, passando fome. No próximo período, Sr. Presidente, nós temos que trabalhar pelo *impeachment* de Bolsonaro. Com Bolsonaro não há como mudarmos a política econômica e a política social. Nos Deputados que são coniventes com Bolsonaro o povo não pode votar, porque isso significa rasgar a Constituição Federal, tirar o direito do nosso povo, da nossa gente.

Portanto, Sr. Presidente, nós temos, neste momento em que debatemos a fome no País, que é uma realidade dura, criar condições e estrutura no Brasil que diminuam a desigualdade social. Isso significa aumentar a renda das pessoas e, ao mesmo tempo, gerar emprego, desenvolvimento, política social. Nós não podemos aceitar que o Programa Bolsa Família acabe, não podemos. O Bolsa Família é um instrumento de distribuição de renda. As pessoas precisam do Bolsa Família. Também temos que fazer com que política social chegue ao Município, para que a economia possa girar no Município. Temos uma responsabilidade muito grande enquanto Deputados Federais, a de criarmos ações e medidas que possam diminuir a desigualdade social e criar oportunidades para o povo brasileiro.

Enquanto aí estiver Bolsonaro, o nosso povo vai penar. Enquanto aí estiverem, Bolsonaro e um conjunto de Deputados "bolsonaristas" vão trabalhar para que cada vez mais a população brasileira continue pobre e para que os ricos fiquem mais ricos.

Esta é a nossa luta: nós temos que resgatar a esperança do nosso povo, a esperança da nossa gente. Esse tem que ser o nosso marco, a nossa vontade e o nosso sonho, Sr. Presidente.

Documento 37/288

| | | |
|--------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-12:24 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | PATRÍCIA PELATIERI--- | --- |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |



Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Inocuidade do estabelecimento de Estado mínimo para solução das graves mazelas sociais brasileiras.

A SRA. PATRÍCIA PELATIERI - Bom dia a todas e a todos.

Quero iniciar cumprimentando o Deputado Roberto de Lucena pela iniciativa.

Daqui não consigo saber exatamente a quantidade de Deputados e Deputadas que participam ou estão presentes a esta Comissão, mas eu espero que vocês, Deputados e Deputadas preocupados com esta questão tão importante, consigam sensibilizar seus colegas para este assunto, que é o assunto, do nosso ponto de vista. Na verdade, discutir a fome nos dá a possibilidade de discutir o País que nós estamos construindo, o legado que nós como sociedade brasileira estamos deixando e aquilo que nós podemos construir no futuro.

Falar no final sempre é mais fácil e mais complicado porque muita coisa já foi dita. Os indicadores estão aí, são claros, a nos comprovar as mazelas pelas quais o Brasil passa hoje, e a fome é uma delas, mas eu quero tratar de três pontos basicamente.

Quero reforçar que a pandemia não é a causa, mas ela aprofunda essas desigualdades, ela aprofunda a desigualdade, principalmente, de segmentos mais vulneráveis da população. Eu quero chamar a atenção para o impacto nas mulheres que a pandemia trouxe, inclusive por suas características. Digo isso porque os efeitos, não só da pandemia, mas também dessas medidas fiscais contracionistas que impactam o mercado de trabalho, são permanentes. Portanto, discutir soluções é discutir soluções mais estruturais.

Quero chamar a atenção também para outra ponta da fome, da miséria, que o Deputado Valmir acabou de trazer, que é a questão da ponta da pirâmide. Num período onde, de um lado, houve aumento da fome, de outro, houve concentração da riqueza. Vinte e dois brasileiros entraram ou retornaram à lista de pessoas com pelo menos 1 bilhão de dólares em patrimônio, segundo a revista *Forbes*.

No primeiro trimestre de 2021, depois de 1 ano de pandemia, o lucro líquido de 262 empresas somou 83 bilhões, um valor muito maior do que o de 2018, já descontada a inflação. O lucro dos bancos, embora tenha caído em 2020, em comparação a 2019, atingiu 79 bilhões. Para nós termos ideia da dimensão disso, informo que o gasto com o auxílio emergencial, que socorreu, salvou não só milhares de pessoas, mas também a economia do País de uma queda ainda mais brutal, ficou

perto de 290 bilhões. Isso nos dá uma ideia da dimensão dessa desigualdade.

Segundo ponto: eu quero dizer que não há solução para a fome ou para o desemprego, para todos aqueles indicadores que aqui foram colocados, sem a presença do Estado. Então, essa política de redução do Estado - e vocês estão aí debatendo a reforma administrativa; e é disso que trata - não é a solução. Não será a iniciativa privada que vai dar conta de solucionar esses problemas tão graves do País. Não haverá solução também, se a ponta da pirâmide, se esses super-ricos não contribuírem para pagar essa conta.

Então, nós precisamos - e acho que a Câmara dos Deputados é um espaço privilegiado para isto - debater com muita seriedade a superação das teorias econômicas convencionais que colocam o equilíbrio fiscal acima de tudo. É preciso uma mudança estrutural que recoloca o Estado no seu papel principal, para dar conta da reconstrução e da ampliação da nossa infraestrutura física e social, que a política de austeridade levada a cabo durante tantos anos desconstruiu. O resultado é este que nós estamos vivendo: um país rico com uma população miserável.

Obrigada.

Documento 38/288

| | | |
|--------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-12:28 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | ZÉ NETO-PT -BA | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Contrariedade à extinção do Programa Bolsa Família. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA) - Sr. Presidente, aqui vou tirar a máscara. Usei máscara e usei álcool. A pandemia ainda não passou.

Sr. Presidente, Deputado Roberto de Lucena, quero dizer que, de um lado, temos a miséria, a fome, vemos pessoas diante de uma dificuldade de vida absurda.

No Estado que mais produz carne, pessoas estão comendo vísceras, estão buscando ossos. E nós perguntamos: quem a fome beneficia?

Ela beneficia alguém.

Assistimos a uma dita elite dominante, vamos dizer assim, retomar esta velha tese, Deputado Reginaldo Lopes, a de que é preciso fazer o bolo crescer para depois dividi-lo. Essa é uma tese falida, de alguns que se acham integrantes da elite, mas são medíocres. É preciso que se considere o efeito da tragédia que se vive em decorrência da fome.

Nós temos muitas fomes, Sr. Presidente. Temos fome de justiça. Temos fome de que esta Casa se dê ao respeito, porque o que está acontecendo aqui, no caso do orçamento paralelo, é o fim das políticas públicas. Não adianta distribuir dinheiro, Deputada Erika, como eles vão fazer. Seguraram a onda. Auxílio emergencial é um engodo agora. É muito pouco. Estão montando o que chamam de substituição do Programa Bolsa Família. Não é. É distribuição de dinheiro. É um "toma lá, da cá", sem nenhuma conexão, Deputado Faleiro, com a estruturação de uma política pública adequada, que faça com que os Municípios tenham recursos e que a fome seja combatida.

Fizemos esse combate, nos nossos Governos, de forma estrutural, gerando emprego, gerando renda, gerando desenvolvimento, gerando, acima de tudo, condição de se enfrentar esse fisiologismo. Virou um "toma lá, da cá", um grande balcão. O que menos se faz aqui é cuidar do emprego, cuidar do combate à fome, incluir os pobres no Orçamento.

Quando um país tem muitos pobres, o país é pobre. Quando o país tem poucos ricos e muitos pobres, o país cai numa vala de mediocridade no que diz respeito a sua administração.

Fora, Bolsonaro! Fora, atual administração!

Documento 39/288

| | | |
|--------------------------|--------------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-12:32 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | POMPEO DE MATTOS-PDT -RS | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Abertura de empresas offshore em paraísos fiscais pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, e pelo Presidente do Banco Central. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Extinção do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Elevação dos preços de combustíveis, de alimentos e de tarifas de energia elétrica no País.



O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Presidente, quero cumprimentar V.Exa. e dizer que, para nós, é extremamente grave o momento que o Brasil vive, por causa da fome e da miséria. O Brasil voltou ao Mapa da Fome.

Mais de 100 milhões de brasileiros vivem, de uma forma ou de outra, o drama da insegurança alimentar. Ora, logo o Brasil, que mais produz e exporta alimentos no mundo, é o país onde mais existe fome, onde mais pessoas passam fome! Como consentir, como concordar, como compreender, como aceitar isso? É lamentável.

É ainda mais lamentável se considerarmos que agora, na pandemia, vimos o número de miseráveis aumentar drasticamente e vimos também o número de bilionários - eu disse "bilionários" - aumentar de maneira absurda. Veja, 250 pessoas, 250 famílias, que não cabem em uma rua de 2 quilômetros, são donas de 19% do PIB, do Produto Interno Bruto brasileiro, que equivale a 1 trilhão e 300 bilhões de reais. Duzentos e cinquenta bilionários aumentaram sua riqueza na pandemia, enquanto os miseráveis, de forma absurda, estão passando fome. Como consentir nisso?

O Ministro Paulo Guedes é exemplo de mau exemplo, serve de exemplo para que ninguém mais aceite isso. Tem cerca de 50 milhões de reais num paraíso fiscal. O Ministro da Economia, o Presidente do Banco Central, os homens que cuidam do dinheiro no Brasil, vivem num paraíso financeiro.

Há 2 anos, 10 milhões de brasileiros estavam no Mapa da Fome. Nos últimos 2 anos, o número passou a ser de 20 milhões de brasileiros. Em 2 anos, dobrou o número de brasileiros que passam fome! É claro, o Governo não tem mais programa. O Programa de Aquisição de Alimentos já era.

Há defasagem no bolsa-família. Pessoas estão ganhando 150 reais, 250 reais de auxílio emergencial, enquanto o Ministro da Economia está bilionário. Querem artigo de luxo? Querem joia? Não, não querem joia. Não querem um carro, o carro do ano, um carrão. Querem carne. Agora não têm mais como consumir carne. Carne é luxo. Agora consomem osso, enfrentam a fila do osso. Estão cozinhando osso para beber o suco do tutano. Como aceitar isso?

Betinho dizia que quem tem fome tem pressa. Tem pressa quem tem fome. Hoje, pessoas têm que decidir entre comprar comida e comprar o gás de cozinha. Muitas pessoas que não podem mais comprar o gás estão cozinhando com álcool, e estão se queimando, estão sofrendo acidentes. É uma coisa inimaginável.

Reparem que o preço do arroz subiu 70%; o do feijão, mais de 50%; o da batata, quase 50%. Isso acontece também em relação à carne, ao leite, ao óleo de soja. O Brasil é o maior produtor de soja do mundo! Há soja a granel para o estrangeiro. Para o brasileiro, o preço dela aumentou 87%! A inflação está chegando a 10%, e a inflação do pobre é muito maior, porque é a inflação da cesta básica, que se tornou impagável. Não há mais como comprar com um salário mínimo a cesta básica.

O preço da gasolina, assim como o do óleo *diesel*, o da energia elétrica, afeta o custo dos alimentos. Com a crise energética, passou a valer a bandeira vermelha. "Ah, a nossa bandeira será verde-amarela!" Sim, a nossa bandeira é verde-amarela, mas a bandeira da fome é vermelha. A bandeira está vermelha no caso da inflação, está vermelha no da conta da luz, está vermelha no do preço do gás, está vermelha no do preço da gasolina, no do preço do óleo *diesel*. Está tudo vermelho! Como aceitar isso?

Temos então que protestar, temos que nos indignar, temos que nos manifestar, temos que contestar. Xô, fome! Xô, fome! É preciso que haja alimento para o nosso povo, Presidente.

Documento 40/288

| | | |
|--------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-12:40 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | MARCELO RAMOS-PL -AM | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) - Obrigado, Deputado.

Eu fiz questão de vir ao plenário nesta Comissão Geral para saudar a iniciativa de V.Exa. V.Exa. tira de trás das cortinas e coloca no centro do palco um tema que talvez seja o mais dramático no País hoje. Dezenove milhões de brasileiros e brasileiras estão passando fome, 120 milhões de brasileiros e brasileiras estão em situação de insegurança alimentar. Esta Casa não pode fechar os olhos para a realidade, para todo o sofrimento que existe no País.

Quero, portanto, estender as mãos a V.Exa. no que se refere a todas as iniciativas no sentido de se discutir a questão da fome no Brasil e, acima de tudo, começar a apontar caminhos que possam tirar a nossa

população já tão sofrida desse desafio, talvez o maior deles, de não ser capaz de, com o suor do rosto, com o calo das mãos, colocar na mesa um prato de comida para si e para sua família.

Parabéns a V.Exa. pela iniciativa. Conte comigo em todas as ações que forem construídas a partir desta Comissão Geral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto de Lucena. PODE - SP) - Muito obrigado, Vice-Presidente Marcelo Ramos. A sua presença abrilhantou esta Comissão Geral.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) - Obrigado.

Documento 41/288

| | | |
|--------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-12:40 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | CERES HADICH--- --- | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19.

A SRA. CERES HADICH - Obrigada.

Bom dia a todas e a todos.

Agradeço o convite para participar desta Comissão Geral. Eu represento aqui uma pequena parcela da população brasileira que ainda vive no campo e vive do campo também. Sou camponesa, produtora de comida saudável, agroecológica e orgânica. Eu e a minha família vivemos disso.

Graças à reforma agrária e ao MST, nós não convivemos diretamente, na nossa comunidade, com o dilema da fome, mas a enfrentamos todos os dias ao vivenciar a realidade de milhares de famílias na nossa região. Essa é uma dura e triste realidade.

Tratar do tema da fome no Brasil, nos dias atuais, é tratar de uma ferida aberta. A fome é uma ferida. Sua origem é muito mais antiga e profunda do que as recentes crises econômicas e a decorrente da COVID-19, como já foi dito por vários que me antecederam. Ela é resultado das escolhas e dos caminhos políticos e sociais tomados

pelos elites brasileiras, desde o início do processo colonizador, desde a invasão portuguesa, é resultado dessa estrutura de concentração, de expropriação, de espoliação e de desigualdade, a que está submetida até hoje a maioria do povo brasileiro.

Enfrentar o problema da fome no nosso País é, portanto, enfrentar todas as formas de negação dos direitos básicos impostas a nós ao longo de mais de 5 séculos. (*Falha na transmissão*) condições para que isso aconteça. Precisamos realizar a reforma agrária (*falha na transmissão*).

Documento 42/288

| | | |
|--------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-12:44 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | ERIKA KOKAY-PT -DF | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Desestruturação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Repúdio à atuação do Ministro da Economia, Paulo Guedes. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Necessidade de revogação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, sobre o congelamento, por 20 anos, dos investimentos públicos na área social.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Deputado Roberto de Lucena, eu queria parabenizá-lo pela iniciativa. Estamos discutindo hoje um fenômeno que voltou a existir no Brasil.

Eu lembro que Luiz Inácio Lula da Silva, na sua primeira campanha, dizia: "*O meu Governo será um Governo exitoso se as pessoas puderem comer três vezes ao dia*". Lula desnaturalizou a fome, que, por muito tempo, neste País, com tantas histórias, reinvenções e invenções de casas grandes e senzalas, com tantas novas colonialidades, com tantas ressignificações de uma lógica colonialista, era encarada como algo natural. Era encarada como algo natural. A fome era naturalizada. Lula desnaturalizou-a e disse: "*Nenhum ser humano tem que conviver com a fome*".

Lula veio na esteira da grande campanha que foi feita por Betinho, que dizia: "*Quem tem fome tem pressa*". Betinho, ao voltar do exílio, foi semeando uma lógica de solidariedade, estimulando as pessoas a se organizarem para enfrentar a fome e para retirar da miséria o povo

brasileiro.

Vivenciamos, portanto, um Brasil sem fome, em que foi desnaturalizada a fome. Isso foi tecido pelo Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, quando se valorizou o salário mínimo, quando se fez o Programa Bolsa Família, o Programa Fome Zero. Não era apenas o Bolsa Família. Foram sendo puxados os fios de vida que estão sob os escombros de uma sociedade em que há tantas desigualdades e tantas discriminações. Ali se foi tecendo um Brasil sem fome.

A fome voltou a existir no Brasil. Disse bem o Deputado Padre João que ela começou a ser reconstruída no dia 17 de abril de 2016, quando aqui se aprovou um golpe. Esta Casa, a maioria dos seus Parlamentares deixou a digital em um golpe que, hoje, se expressa na insegurança alimentar, na própria fome; em um Governo que é centrado no arbítrio e nos seus próprios interesses, não nos interesses do povo. Uma de suas primeiras ações foi tentar desconstruir todos os conselhos, inclusive o Conselho Nacional de Segurança Alimentar.

O Brasil tem hoje um Ministro da Economia que lucrou, nesses 1.000 dias de Governo, 16 mil reais por dia - por dia! Lucrou 16 mil por dia. Ele feriu, atacou o Código de Conduta, que diz que as autoridades que exercem funções relevantes não podem fazer aplicações, investimentos que dependam de ações governamentais. E esse Ministro, que despreza o povo brasileiro, que quer penalizar o servidor público, lucra com a fome do povo brasileiro; esse Ministro quer taxar juros e dividendos - estamos de acordo -, mas não os seus negócios; esse Ministro trabalhou e está trabalhando com mudanças relativas a remessas, com investimentos fora do Brasil, para se beneficiar.

Nós estamos vivenciando questões relativas à PEC 32, à Emenda Constitucional nº 95 e ao desprezo com que se trata o povo brasileiro.

Documento 43/288

| | | |
|--------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-12:48 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | CORONEL TADEU-PSL -SP | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Atuação do Governo Jair Bolsonaro em prol do povo brasileiro. Desempenho do Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas. Defesa de sua eleição para Governador do Estado de São Paulo.



O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Obrigado, Sr. Presidente. Primeiro, permita-me cumprimentá-lo e dar-lhe os meus parabéns pela iniciativa de trazer a este plenário um tema tão importante não só para o Brasil mas também, acredito, para o mundo.

A questão da fome é extremamente importante. Num passado não tão distante, tivemos inúmeras dificuldades quanto a este tema. Ainda temos. Há que se reconhecer que ainda temos muitos problemas em determinados locais, em determinadas regiões do Brasil. E o Governo Bolsonaro vem trabalhando duro, vem trabalhando com bastante responsabilidade para poder dar o melhor ao povo brasileiro.

Sr. Presidente, o Brasil é grande, mas ainda não é rico. O Brasil foi assaltado alguns anos atrás. Alguns Governos, alguns governantes fizeram do nosso País um banco de negócios, prejudicando sobremaneira as finanças do nosso País. O Brasil é a oitava economia do mundo, mas poderia ser a terceira, a quarta.

O Brasil poderia produzir muito mais. Porém, infelizmente, os desmandos que aconteceram impossibilitaram que o País estivesse hoje num patamar mais alto, competindo com países que, apesar de serem menores, são muito mais ricos, como o Japão, por exemplo. A Holanda, Presidente, tem agricultura melhor que a nossa, e veja o tamanho da Holanda e o tamanho do nosso Brasil.

O Governo Bolsonaro, o Presidente Jair Bolsonaro assumiu com muitas dificuldades. Em 2019, tivemos um avanço estrondoso. O Brasil começava a decolar. Infelizmente, fomos acometidos pela pandemia. Tivemos então que rever todo o plano de voo, para poder dar aos que mais precisam. Foram realizados dois planos emergenciais. Houve a maior distribuição de renda já feita no mundo - não se considere só o Brasil, considere-se o mundo! -, com a participação deste Parlamento. Ainda bem que este Parlamento se curvou às necessidades do povo para aprovar aquilo de que o povo precisava: o auxílio emergencial!

Muitos perderam empregos. Tínhamos recuperado, em 2019, graças ao Ministro da Economia, que conduziu bem este País, cerca de 4 milhões de empregos. Acho que as pessoas se esquecem de como o Brasil foi entregue ao Presidente Jair Bolsonaro. Havia 14 milhões de desempregados! Em 2020, havia 10 milhões ou um pouco mais que isso. O trabalho foi duro, persistente, combatendo-se aquele que insiste em corromper, combatendo-se aquele que persiste em roubar. Esse trabalho de limpeza moral dos serviços públicos foi feito. Trinta e dois meses sem corrupção! Trinta e dois meses! Acho que isso é um recorde.

Vamos quebrar esse recorde até 2026. Serão 8 anos de muito trabalho, de muita luta, levando ao povo brasileiro aquilo que ele merece em

todas as áreas, na educação, na saúde, na infraestrutura, onde faz um belíssimo trabalho o Ministro Tarcísio, que, se Deus quiser - vamos profetizar isto, Deputado Roberto de Lucena -, será o próximo Governador do Estado de São Paulo.

Ministro Tarcísio, atenda ao apelo do povo paulista, porque não aguentamos mais os últimos gestores do nosso Estado. Atenda ao apelo, Ministro Tarcísio, e vamos ajudar o Presidente Bolsonaro a levar este País até 2026, com mãos de ferro. Deixem quem quiser ficar na abstinência. Não vamos permitir que se roube o nosso País.

Parabéns, Deputado Roberto de Lucena. Parabéns a todos que participaram desta Comissão extraordinária, no sentido de extraordinária mesmo, porque o tema é muito caro, é muito importante para todos nós.

Muito obrigado.

Documento 44/288

| | | |
|--------------------------|------------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-12:56 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Presença no plenário de Vereadores de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo. Destinação pelo orador de recursos orçamentários para a área de saúde da municipalidade.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PSD - ES) - Sr. Presidente, inicialmente quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos nesta manhã e pela iniciativa. Nós precisamos realmente debater assuntos extremamente importantes como esse que estamos debatendo. Quero parabenizá-lo pela sua sensibilidade de enxergar, neste momento, um momento oportuno para fazermos este debate. Quero parabenizar também todos os debatedores pelas falas, inclusive os que nos antecederam.

Eu queria aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para registrar a presença no plenário de Vereadores da cidade de Nova Venécia: o Vereador Dega, o Vereador Catatau, o Vereador Tiãozinho, o Vereador Jorge Machado, que vieram até Brasília para reivindicar apoio para a sua cidade, pedir ajuda para os Distritos de Guararema, Cristalina, Santo Antônio do Quinze, para o Bis, o centro da cidade. Nova Venécia é uma cidade extremamente importante em nosso País, estratégica em

nosso Estado do Espírito Santo, uma das maiores produtoras de rochas ornamentais do Brasil. Quem não conhece o amarelo veneziano? São mármore e granitos usados na construção civil no Brasil todo. Então, eu queria agradecer a presença dos Vereadores.

O Prefeito de Nova Venécia, o André, já esteve conosco aqui na semana passada. Nós destinamos recursos de 1 milhão de reais para compra de equipamentos e investimentos na área da saúde. Agora estamos destinando mais 450 mil reais, através de emenda, para compra de ambulâncias e reforma do posto de saúde de Cristalina, na cidade de Nova Venécia.

Eu queria fazer esse registro importante nesta oportunidade e também registrar a presença do empresário e triatleta Levi, do P9, da Praia da Costa, que está nos visitando nesta oportunidade.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Parabéns pela iniciativa!

Que Deus abençoe a nossa Nação!

Documento 45/288

| | | |
|--------------------------|--------------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-12:56 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | LEONARDO MONTEIRO-PT -MG | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Reajuste nos preços de combustíveis, de alimentos e do gás de cozinha. Abertura de empresa offshore em paraíso fiscal pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) - Presidente da Câmara neste momento, Deputado Roberto de Lucena, eu quero parabenizá-lo e cumprimentá-lo por esta audiência pública importante para discutir e enfrentar neste momento o tema da fome, que é um problema que hoje repercute em todo o nosso País e no mundo inteiro. Nosso País tinha saído do Mapa da Fome, mas voltou a ele. Grande parte da população do nosso País está passando fome. Nós estamos em Brasília. Aqui raramente se via uma pessoa à toa. Hoje nós vemos, no Plano Piloto, acampamento com várias pessoas mendigando e passando fome.

Foi graças às políticas implementadas em 2003, quando o Lula teve



coragem, no discurso de posse, de falar para a Nação e para o mundo inteiro que iria acabar com a fome no País, que era importante as pessoas terem, no mínimo, três refeições diárias, que saímos do Mapa da Fome. Isso aconteceu graças às políticas públicas importantes que o Presidente Lula implementou. Ele criou o Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome. Através do Ministério, que tinha orçamento, recursos, foram implementadas várias políticas públicas importantes no nosso País, além da política que instituiu, criou no nosso País o Estado de bem-estar social e do próprio investimento nas políticas de assistência social no nosso País.

Então, nós podemos dizer que nós havíamos virado essa página da fome, mas, hoje, graças às políticas do Presidente Bolsonaro, que veio e anunciou que ia desmontar tudo que estava montado, nosso País volta ao Mapa da Fome, com as pessoas mendigando. Cada dia mais, volta a política de carestia ao nosso País, graças à dolarização do petróleo. O gás sobe todo dia, o feijão, o arroz, a gasolina, o óleo de cozinha, enfim, e nós estamos vendo o Ministro Paulo Guedes aplicando os recursos que tem em *offshores*, em paraísos fiscais que estão em outros países, porque lá ele não tem que pagar imposto, enquanto nós, aqui no Brasil, os empresários, aqui no País, temos que pagar impostos.

É muito bonito o Ministro Paulo Guedes às vezes falar que tem que fazer reforma tributária para taxar lucros e dividendos. Nós queremos taxar lucros e dividendos, mas por que o Ministro Paulo Guedes pode aplicar o seu dinheiro lá no exterior e não pagar taxas sobre dividendos? Por que, Sr. Ministro, que hoje está ganhando de 14 mil a 15 mil reais por dia com aplicação lá fora, no paraíso fiscal? Se nós multiplicarmos isso pelos mil dias do Governo Bolsonaro, é muito dinheiro com que o Paulo Guedes está se enriquecendo.

Ele, que é Ministro, que exerce uma função pública, teria que estar sujeito ao código de conduta de ética pública. Por isso, aprovamos hoje, aqui em Brasília, na Comissão de Trabalho, a convocação do Ministro Paulo Guedes, para ele poder justificar o que está fazendo com este País. Ele está se enriquecendo, contribuindo para outros Ministros também se enriquecerem, para o Presidente do Banco Central enriquecer e, enquanto isso, a população está empobrecendo e a fome aumentando.

Como disse aqui um Deputado que me antecedeu: a fome não é por acaso, a fome é provocada por este Governo Bolsonaro, que está aí com esses Ministros irresponsáveis, que estão saqueando o nosso País e enriquecendo de forma ilícita. Por isso, eu quero aqui parabenizar esta Comissão Geral, num momento muito oportuno, pela discussão desse tema que é a fome. Nós temos que combatê-la. Por isso, defendo que voltemos a constituir em nosso País o Estado de

bem-estar social. Para isso, no ano que vem será muito importante nós fazermos esse debate. Nós começamos neste ano, e já o estamos fazendo aqui, nesta sessão da Câmara dos Deputados.

Por isso, eu quero parabenizar V.Exa. e dizer da minha satisfação por este debate tão importante do tema da fome em nosso País.

Fora, Bolsonaro!

Documento 46/288

| | | |
|--------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-13:04 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | PEDRO UCZAI-PT -SC | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Aumento das desigualdades sociais e da concentração de riquezas nos Governos Michel Temer e Jair Bolsonaro. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Defesa de rejeição do Veto Total nº 51, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, sobre as medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Desestruturação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. pela iniciativa de promover esta Comissão Geral, de ouvir a sociedade brasileira nas suas dimensões e representações e de trazer esse tema ao centro do debate deste Parlamento.

A primeira grande pergunta é a seguinte: a política econômica do Governo Temer e do Governo Bolsonaro aumenta a desigualdade social e concentra renda e riqueza ou distribui a renda e a riqueza? Está claro que não há só pobreza, empobrecimento, desemprego, miséria e fome. Há concentração de renda e de riqueza no nosso País. Esta é a decisão da política econômica. Esta é a decisão do Governo Bolsonaro. Portanto, é ele o responsável pelo aumento da miséria e da fome neste País. Portanto, esta Comissão Geral denuncia o nome do responsável por trazer de volta o Brasil ao Mapa da Fome.

Em segundo lugar, quero falar da política agrícola e agrária. De um lado, está a política cambial que fomenta junto com a política econômica o câmbio elevado e as exportações com incentivos fiscais e tributários, fortalecendo as exportações de *commodities* e diminuindo o plantio de alimento. De outro lado, está um governo que não apoia a

produção de alimentos neste País, veta o PL 735, veta o PL 823, proposto pela nossa bancada, do Partido dos Trabalhadores, que, com indignação ética e política, não aceita a fome neste País. O PL 823 agora virou a derrubada do Veto 51.

Quer enfrentar fome? Derrube o veto, Deputado. Quer enfrentar a fome? Derrube o veto, para que ofertemos mais alimento com uma política agrícola e agrária neste País. Não há outro caminho. Portanto, há a política econômica, a política de exportação de *commodities*, a política agrícola e agrária, a política social, do desmonte do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Os programas sociais foram desmontados. E eu tenho que aqui ouvir da tribuna um Deputado governista colocar a responsabilidade, terceirizar a responsabilidade, em outros governos, quando não é capaz de assumir que é o principal responsável pela miséria, pela fome e pelo sofrimento do povo brasileiro.

Por isso, vamos reconstruir este País, tendo como base, como dizia o ex-Presidente Lula, que todo o povo brasileiro possa ter dignamente o café, o almoço e o jantar como ponto de partida para se manter de pé.

Fora, Bolsonaro!

Documento 47/288

| | | |
|--------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-13:08 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | JOSÉ RICARDO-PT -AM | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Inexistência, no âmbito do Governo Jair Bolsonaro, de política destinada ao enfrentamento da fome. Defesa de rejeição do Veto Total nº 51, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, sobre as medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Abertura de empresa offshore em paraíso fiscal pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM) - Sr. Presidente, queria saudar e parabenizar V.Exa. pela iniciativa de conduzir esta Comissão Geral, que trata do tema da fome.

É isto mesmo: a fome voltou ao Brasil; a fome, que já tinha acabado nos Governos Lula e Dilma. O Brasil já tinha saído do Mapa da Fome.



Isso era um dado oficial. E agora, no desgoverno de Bolsonaro, nós temos milhões de famílias passando fome, lamentavelmente. São 19 milhões de famílias, de pessoas que estão passando fome. Esse é um dado oficial. E o interessante é que, em 2018, eram 10,3 milhões de pessoas. Olhem a quantidade de pessoas, que, neste período, entre Governo Temer e Governo Bolsonaro, estão agora literalmente passando fome.

Do início do atual Governo, de janeiro de 2019 até junho deste ano, 2 milhões de famílias entraram na extrema pobreza. Esse é um dado oficial também, porque eram 12 milhões de famílias e pulou para 14 milhões de famílias nessa situação extrema, que não têm recursos suficientes para se alimentar.

Aliás, considerando o critério de insegurança alimentar, pouco mais da metade da população brasileira, em torno de 120 milhões de pessoas, está enquadrada na insegurança alimentar, ou seja, não se alimentam o suficiente em termos de qualidade, quantidade, o que afeta muito as crianças, os jovens.

E nós sabemos que isso é resultado de um Governo que não tem uma política de enfrentamento da fome. Aliás, foi a política econômica que gerou essa fome, gerou desemprego, desesperança para os jovens.

Nós temos também o fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário e de várias outras políticas de produção de alimentos. E agora nós temos que estar brigando aqui para derrubar um veto, o Veto nº 51, para garantir a produção de alimentos, para apoiar a agricultura familiar, os agricultores que sofreram muito na pandemia e estão sofrendo neste Governo. E há os desempregados, que chegam hoje a 14 milhões sem nenhuma perspectiva, porque há um desastre na economia com o aumento do custo de vida, do gás de cozinha, da energia e dos combustíveis.

Enquanto isso, o Ministro da Economia do Brasil está cuidando dos seus negócios nos paraísos fiscais. Nem ele acredita no Brasil, no Governo a que ele serve, porque não investe neste País, com medidas que desindustrializam, que geram emprego fora do Brasil e desemprego no Brasil. Nem mesmo o Ministro da Economia, o Paulo Guedes, inimigo da Zona Franca de Manaus, da indústria brasileira, do povo brasileiro, faz isso. E o resultado é a fome, a miséria e muitas pessoas pedindo nas ruas, buscando, pelo amor de Deus, a solidariedade das pessoas.

Por isso, nós temos que insistir para que o Orçamento da União priorize o combate à fome e não o pagamento de juros dos bancos, que priorize a vida das pessoas, a dignidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 48/288

| | | |
|--------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-13:08 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | JOÃO DANIEL-PT -SE | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Ações de combate à fome promovidas pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Abertura de empresas offshore em paraísos fiscais pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, e pelo Presidente do Banco Central. Defesa da implantação de projeto destinado ao combate à fome e à miséria no País.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE) - Presidente, quero saudar V.Exa. e todos os autores do requerimento para debater este tema fundamental para o povo brasileiro neste momento.

Nós temos muito orgulho de dizer que tivemos grandes políticas quando o Partido dos Trabalhadores governou este País. Nós tivemos o prazer de ver o Presidente Lula falar, na sua posse, com tanto carinho, com todo o amor, ao povo brasileiro que estaria feliz se encerrasse o seu mandato vendo todos os brasileiros e brasileiras terem três refeições decentes por dia: café, almoço e jantar.

O Presidente Lula implementou o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome neste País. É preciso saudar, em especial, alguns Ministros e Ministras que por lá passaram, como o nosso querido ex-Ministro Patrus Ananias, nosso colega, e a ex-Ministra Tereza Campello. Saúdo todos os Ministros que lá acompanharam o olhar do Presidente Lula e aqueles que tiveram compromisso com o povo brasileiro.

A partir dali foram implementadas políticas dentro do Ministério da Agricultura, através da CONAB, como o Programa de Aquisição de Alimentos. Ali foi implementado o PRONAF. Ali foram implementados todos os programas que garantiram ao povo brasileiro ter comida na mesa.

Esse foi o legado e a história de um Governo que olhou para o seu povo. Hoje nós temos milhões de desempregados. Hoje nós temos milhões no mapa da miséria e da fome. E nós temos um governo que dá o direito aos desempregados e aos pobres de buscar osso nos

açougues e aos ricos, de ter fuzil. Enquanto isso, o Ministro da Economia e o Presidente do Banco Central são grandes investidores em paraísos fiscais, ganhando dinheiro em troca de movimentação financeira que precisa de investigação urgente. *(Falha na transmissão.)*

Quero deixar minha homenagem aos autores desta sessão e dizer que o Brasil é um País grande. Este Governo não tem compromisso com a vida, mas nós podemos - e o povo brasileiro pode - voltar a ser felizes. Só um grande projeto de amor ao povo brasileiro tirará o Brasil do Mapa da Fome e da miséria novamente no mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 49/288

| | | |
|--------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-13:16 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | MARCON-PT -RS | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Implantação de políticas públicas sociais pelos Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Necessidade da criação de políticas de geração de emprego e renda no País. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. MARCON (PT - RS) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dar-lhe os parabéns por esta audiência sobre a fome.

Eu ouvi muito bem o Deputado do PSL, do time do Bolsonaro, falando da Europa, da agricultura familiar. É triste que um político tenha que falar de outro país e não consiga, sendo Governo, falar do seu país, que é o Brasil.

Outra questão vergonhosa é ele falar que o Brasil fez a maior distribuição de recurso emergencial. Não sei onde foi isso, porque aqui no Brasil não foi. Nós do PT propomos mil reais, durante a pandemia, e o Bolsonaro queria 200 reais e liberou cinco parcelas de 600 reais - uma vitória desta Casa, uma vitória do povo brasileiro. Agora, libera 150, 200 reais, achando que uma família vive com esse recurso.

Depois que o Bolsonaro foi Presidente deste País, nós passamos a ser a 12ª economia do mundo. Isso é que mostra a fome, porque não há projeto, não há princípio. É preciso gerar emprego, gerar salário. Tem que haver um salário mínimo digno. O Brasil está com quase 20 mil

peças passando fome. Quase 20 mil brasileiros estão desempregados, e não há política de combate à fome neste País. Não há apoio nem para a agricultura familiar nem para a micro e pequena empresa.

Com recurso público, o Ministro da Fazenda deveria investir. Investimento não é gasto. Investimento é salvar vida. Só pode falar da fome quem passou fome. Quem nunca passou fome não sabe o que é o dia a dia de um pai e de uma mãe que não têm o que colocar na mesa.

Quero parabenizar o Governo Lula e o Governo Dilma pelas políticas públicas e sociais, na pessoa da Ministra Tereza Campello, que falou neste dia.

Eu me lembrei muito bem de quando, como Ministra, ela disse aqui nesta Casa que a fome não espera ninguém. A fome tem que ser cerceada hoje. Não se poder esperar o amanhã. Eu me lembro muito bem daquela audiência em que ela esteve aqui na Comissão de Seguridade Social, com o Ministro Patrus Ananias, que é o mentor, junto com o Lula, de tantas políticas sociais.

Presidente Bolsonaro, tire a mão de cima do (*falha na transmissão*) trabalhador desta Nação e venha com políticas... Hoje, temos que pensar em política para quem não tem comida, para quem está com fome, para quem precisa de trabalho, precisa de emprego, precisa de um salário digno. É preciso distribuir renda.

Fora, Bolsonaro! Fora, Ministro da Economia!

Paulo Guedes, tu não tens moral mais para nada!

Documento 50/288

| | | |
|--------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-13:16 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | LEO DE BRITO-PT -AC | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Abertura de conta em paraíso fiscal pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes. Agravamento da extrema pobreza no País. Quadro de fome e carestia vigente no Brasil.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC) - Sr. Presidente Deputado Roberto

de Lucena, quero parabenizá-lo por esta Comissão Geral tão importante. E quero parabenizar também a bancada do Partido dos Trabalhadores, que compareceu em massa aqui, para mostrar algo que nós conhecemos muito, uma questão de honra para nós: o combate à fome.

Por que não dizemos da nossa indignação?

Este momento - eu queria saudar a ex-Ministra Tereza Campello - é o momento de demonstrar a nossa indignação. O Brasil saiu do Mapa da Fome em 2014. Se tivermos uma só pessoa passando fome já é motivo de indignação; agora imaginem termos 20 milhões de pessoas passando fome! Imaginem 120 milhões de brasileiros e brasileiras em insegurança alimentar, inclusive as pessoas que estão empregadas hoje! Nós estamos falando de 22% de pessoas que estão empregadas e que têm insegurança alimentar. São 15,7% de pessoas informais que também estão em insegurança alimentar e 3,7% que estão em trabalhos formais e têm insegurança alimentar.

Nós temos que nos indignar. Como as pessoas vão ter acesso à saúde se elas não têm acesso à alimentação? Como dizer que as pessoas vão se educar, ter que ir para a escola, se capacitar, se elas não têm o pão de cada dia? Como dizer que as pessoas vão procurar trabalho se elas não têm sequer o que comer?

Enquanto isso, o Ministro Paulo Guedes faz investimento e ganha muito dinheiro em paraísos fiscais. Enquanto isso, num Estado como Mato Grosso, que tem 50 milhões de cabeças de gado, 30 milhões de cabeças de gado, as pessoas estão procurando osso. E nós temos que nos deparar com esse tipo de imagem, que envergonha o nosso País não só aqui dentro, mas no mundo todo.

Nós temos que nos indignar. Essa fome não voltou só agora na pandemia, não. Já em 2017 e 2018, no Governo Temer - este Governo é a continuidade dele, inclusive o Temer é o conselheiro do Presidente Jair Bolsonaro -, já tinha voltado a fome. A extrema pobreza está praticamente triplicando.

Agora como faz? O Lula já mostrou. Nós não temos que reinventar a roda. Os Governos do Partido dos Trabalhadores já mostraram. Nós saímos do Mapa da Fome. De 2002 a 2013, nós reduzimos em 82% a fome. Nós ganhamos um prêmio mundial...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto de Lucena. PODE - SP) - Peço que

conclua.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC) - Ganhamos um prêmio mundial na ONU, na FAO, por conta dessa tecnologia de combate à fome.

Presidente Bolsonaro, se V.Exa. quer saber como se combate a fome, olhe o que nós fizemos nos nossos Governos e não faça esse abandono. As pessoas, além de fome, têm que pagar o gás de cozinha do jeito que está, têm que pagar por alimentos caros e têm que se queimar, muitas vezes, por conta da falta de gás de cozinha.

Documento 51/288

| | | |
|--------------------------|-------------------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-13:20 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB) - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a benevolência.

Sr. Presidente, esta Casa está de parabéns por fazer uma audiência, uma reunião para discutir a questão da fome. Nós sabemos que é o nosso Brasil. No Nordeste, hoje é uma calamidade a questão da fome, principalmente nas cidades. Na zona rural, ainda o povo escapa porque tem animais, tem alguma coisa para se alimentar, mas a questão nas cidades é gritante.

Nos sinais, nas ruas, vemos jovens, pais e mães de famílias também pedindo esmola porque não existe uma política de alimentação para o povo brasileiro, principalmente para os pobres.

Portanto, é necessário que esta Casa volte a sua atenção para a questão da fome no Brasil.

Muito obrigado.

Documento 52/288

| | | |
|--------------------------|-----------------------|------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-13:24 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | NILTO TATTO-PT -SP | |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Defesa de rejeição do Veto Total nº 51, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, sobre as medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Boa tarde, Deputado Roberto de Lucena. Parabenizo-o por essa iniciativa.

Quero aqui também cumprimentar a Ministra Tereza Campello e saudar o Ministro Patrus Ananias.

Nós estamos com 20 milhões de pessoas que não sabemos se vão comer hoje, enquanto sabemos que o Brasil bate recorde todo ano em produção agrícola. Então, vejam a contradição! Esta Casa aqui mesmo aprovou, ainda neste ano, vários projetos anistando dívidas, renegociando dívidas, colocando incentivos para a agricultura, no entanto nenhum centavo para quem produz alimentos.

Nesse período da pandemia em especial, com milhões de pessoas passando fome, nós assistimos a uma coisa bonita que é do povo brasileiro, em especial dos trabalhadores e trabalhadoras, dos mais pobres. E nós assistimos, há alguns anos, quando muita gente passava fome, a como a sociedade civil se organizou em um belo movimento, uma campanha liderada na época pelo Betinho. Depois, aquilo se transformou em política pública nos Governos do PT. Por isso, fica a minha saudação à Ministra Tereza Campello e ao Ministro Patrus Ananias. Isso fez com que o Brasil saísse do Mapa da Fome. Nós estamos assistindo novamente a essa mobilização da sociedade civil. Eu quero inclusive saudar, em nome de toda essa mobilização, o MST, que, com toda a dificuldade nos assentamentos, tem produzido alimentos e colaborado, ajudado nessa mobilização para evitar que as pessoas morram de fome.

Mas nós sabemos que essa rede de solidariedade não perdura por muito tempo. As pessoas não têm condições de ficar contribuindo, colaborando a todo momento, porque quem contribui, quem colabora são os mais pobres. Portanto, isso precisa virar política pública. O poder público precisa adquirir os alimentos. É fundamental que, sobre aquilo que o PT fez, ainda no ano passado, de aprovar um projeto de lei aqui de auxílio emergencial para a agricultura familiar, seja derrubado o veto. No ano passado isso foi aprovado, e o Bolsonaro

vetou. Neste ano isso foi apresentado novamente e aprovado na Câmara e no Senado, e o Bolsonaro vetou.

Portanto, é fundamental para quem produz alimentos, não *commodities* para a exportação, que o poder público adquira esses alimentos para dar um auxílio para a agricultura familiar e para que isso se torne política pública, e combatamos a fome novamente.

Obrigado.

Documento 53/288

| | | |
|--------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-13:28 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | VICENTINHO-PT -SP | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Anúncio da criação de frente parlamentar em defesa dos trabalhadores informais. Saudações aos integrantes do movimento Rede Rua, em São Paulo, Estado de São Paulo. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. VICENTINHO (PT - SP) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, saúdo a Ministra Tereza Campello e o nosso colega de bancada, o querido Ministro e Deputado Patrus Ananias.

Esse tema veio a calhar num momento em que efetivamente, além das pessoas que estão passando fome, não existe nenhuma política para cuidar dos pobres. As medidas, as reformas trabalhistas, as PECs, como a da fome, a do teto, a da questão da saúde, atingem o povo pobre, e os projetos fazem com que o trabalhador fique descartável.

Não é à toa, Sra. Ministra, que estamos criando aqui na Casa e já fizemos o lançamento da frente parlamentar em defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras da economia informal, porque, de fato, na nova geração, os filhos estão ficando mais pobres que os pais, o que é uma quebra de paradigma de décadas em que as gerações vão melhorando a cada dia. E não se vê e não se ouve ninguém do Governo chamar a atenção para esse aspecto.

Quando se fala em passar fome, não significa ficar um dia sem comer absolutamente nada, significa passar necessidade, como eu passei quando morava em Acari, no Rio Grande do Norte, quando era menino, tendo que trabalhar na grande seca de 1970. Passa fome aquele que

ganha migalhas, em vez de um salário digno para poder sustentar a sua família. E a fome está tão violenta que está atingindo a região onde eu moro, que é São Bernardo, na Região do ABC, uma região industrial. Temos que fazer campanhas de solidariedade. Aliás, quem faz campanha de solidariedade é o povo pobre entre os pobres.

Saúdo o nosso pessoal da Rede Rua, lá de São Paulo. Entre eles há muitos movimentos que fazem isso, mas evidentemente nada disso resolve os problemas. É preciso política desenvolvida para isso. Como era bom ouvir dizer que o Brasil tinha saído do Mapa da Fome no Governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma.

Lamentavelmente, não há nenhuma sensibilidade agora. Bolsonaro não é somente o Governo da morte, quando se trata do descaso e da irresponsabilidade no caso da pandemia. Nenhum país do mundo estará bem se o povo estiver fraco, fragilizado.

Por isso, é urgente que o nosso povo retome os destinos do Brasil. É urgente que tenhamos Lula como Presidente da República, com a sua sensibilidade ou com o seu compromisso.

Bolsonaro nunca mais! Fome nunca mais!

Documento 54/288

| | | |
|--------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-13:28 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | ZECA DIRCEU-PT -PR | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelo quadro de fome reinante no Brasil. Escalada do desemprego e reajuste nos preços de combustíveis, de alimentos do gás de cozinha e das tarifas de água e energia elétrica no País. Implantação de políticas públicas permanentes em prol do povo brasileiro. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR) - Bom dia, Presidente.

Quero saudar a ex-Ministra Tereza Campello, o nosso ex-Ministro e companheiro de bancada Deputado Patrus Ananias, que, junto com tantos outros do PT e dos partidos que nos ajudaram a governar o Brasil, erradicaram a fome no nosso País no período dos nossos Governos.

Esta Comissão Geral tem grande importância, até porque a fome não é um problema qualquer; a fome é um problema cruel, é um problema desumano. Ela traz um fato que jamais nós deveríamos permitir que acontecesse na vida de qualquer ser humano. E hoje, infelizmente, graças a Bolsonaro, a sua insanidade, a sua incompetência, a sua irresponsabilidade, nós temos mais de 20 milhões de pessoas passando fome. Mais da metade da população brasileira teve que se adaptar, mudar o cardápio.

Isso não é fruto do acaso. Isso não é a história recente do País. O Brasil, por um longo período, em especial quando o ex-Presidente Lula governou o País, tratou o fim da fome como prioridade.

O Brasil, durante um longo período, e Lula tem grande responsabilidade nisso, gerou emprego, gerou renda, distribuiu renda, criou programas sociais verdadeiros, e não programa social eleitoreiro, como Bolsonaro quer fazer durante alguns meses do ano que vem.

O Brasil proporcionou segurança alimentar. O Brasil apostou no pequeno e no médio produtor rural, que produz alimentos, que coloca alimentos a preços acessíveis na mesa de cada brasileiro e brasileira.

O Brasil hoje passa fome. O Brasil hoje tem uma imagem negativa mundo afora. Nós temos que fazer uma Comissão Geral na Câmara, porque a economia está sendo mal conduzida. Desculpem-me, não acho que é algo em razão só da pandemia. Os dados, os números - basta pesquisar - mostram que em 2019 a fome já tinha chegado. Em 2019, o desemprego já era recorde. Em 2019, antes da pandemia, os preços já estavam disparando. O combustível, o gás de cozinha, a água e a luz, administradas pelo Governo, já tinham os seus valores elevados em 2019.

Que nós possamos, neste debate de hoje, somar forças e entender, cada vez mais, que com Bolsonaro não há jeito, com Bolsonaro não há solução.

Que nós possamos, num debate como este, entender a grandeza, a riqueza do Brasil e colocar o Orçamento a favor do povo, colocar o povo dentro do Orçamento, com políticas públicas verdadeiras, como foi o Bolsa...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto de Lucena. PODE - SP) - V.Exa. está sem áudio, Deputado Zeca. Peço que conclua. V.Exa. precisa liberar o

áudio.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR) - Vou concluir, Presidente.

Eu dizia que nós precisamos ter o povo dentro do Orçamento. O Brasil precisa voltar a ter políticas públicas permanentes na questão social, na questão econômica, na questão da produção de alimentos saudáveis. Isso tem que passar por decisão do Congresso, quando o Congresso aprova o Orçamento, como vamos fazer neste ano.

É claro que isso vai passar pelo movimento que as ruas estão fazendo, pelo "Fora, Bolsonaro!", como vimos no último dia 2, sábado, em todo o Brasil. E essa mudança, essa decisão, vai passar pelas eleições de 2022.

O Presidente Lula está aqui em Brasília hoje. Tive a oportunidade de estar ao lado dele, e quero dividir aqui com todos os que nos assistem a convicção de que com ele, sim, o Brasil tem solução; com Lula, sim, a fome tem solução. Isso não é só uma expectativa minha de futuro, não é só uma torcida. Falo isso baseado nos fatos que nós vivemos naqueles 8 anos em que Lula governou o Brasil.

Obrigado pela tolerância, Presidente.

Um abraço a todos os que estão neste debate!

Documento 55/288

| | | |
|--------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-13:32 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | JOSEILDO RAMOS-PT -BA | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Importância da criação pela Casa do auxílio emergencial de 600 reais e 1.200 reais, para atendimento aos trabalhadores e famílias atingidos pela epidemia de coronavírus.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA) - Obrigado, Presidente.

De fato, eu não poderia me furtar a parabenizá-lo e a dizer uma coisa que não quer calar: obviamente, iniciativas estruturantes venceram a fome neste País. Isso é claro.

Não foi uma luta de pouco tempo, mas, para destruir, é pouca coisa.

Lembre-se de que esta Casa votou o auxílio emergencial de 600 reais, de 1.200 reais, e isso evitou uma calamidade de fome maior. Isso evitou a queda do PIB, no momento tão difícil em que viveu a sociedade brasileira.

Então é discutir, com profundidade, com aquelas pessoas especializadas que estiveram hoje desfilando este tema que nos envergonha. O Brasil, que produz a maior parte de proteínas de valor biológico, não pode passar fome.

A questão é econômica e social. A questão é a falta de vergonha da elite nojenta deste País.

Documento 56/288

| | | |
|--------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-13:36 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | REJANE DIAS-PT -PI | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Cenário de fome vigente no País. Importância da aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 1.374, de 2021, sobre a instituição do auxílio gás social. Necessidade de redução dos preços dos componentes da cesta básica.

A SRA. REJANE DIAS (PT - PI) - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu queria também cumprimentar os especialistas que estão conosco debatendo este tema tão crucial, tão urgente, tão necessário, que é a questão da fome, Sr. Presidente, que bate na porta do povo brasileiro, principalmente daqueles que mais precisam, daqueles de baixa renda. Portanto, o Congresso Nacional, Câmara e Senado, tem o dever, a obrigação de encontrar saídas estruturantes e urgentes para esta questão da fome.

Eu também não poderia deixar de me furtar a dizer, meus queridos Deputados que falaram agora, Deputado Zeca Dirceu, que já vivemos momento em que a fome, neste País, tinha diminuído drasticamente, principalmente no Governo do nosso Presidente Lula. E ele sempre dizia: *"Uma das tarefas que eu encaro como prioridade é combater a fome, criar políticas públicas que garantam, na mesa daqueles que mais precisam, comida e trabalho"*. O trabalho também traz dignidade.

As pessoas podem, portanto, acessar todos esses benefícios com a força do trabalho.

Sr. Presidente, é lastimável ver uma situação como esta, uma fila para conseguir ossos - e olhe que não é para ser doado, não; é para ser comprado. No Brasil, as famílias se submetem a uma situação como essa. É doloroso. Chega a ser realmente desumano.

Sr. Presidente, aprovamos, semana passada, a Lei do Gás, para diminuir os custos do gás. Também estou apresentando outros projetos de lei, e peço aos nobres colegas Parlamentares o apoio, porque precisamos desonerar os impostos com relação à cesta básica.

Hoje temos o auxílio emergencial, que antes foi de 600 reais, que garantia, pelo menos, uma cesta básica bem melhor do que essa. Nem cesta básica mais se consegue adquirir com o auxílio emergencial no valor de 200 reais.

Então, nós precisamos baixar os preços desses itens que são essenciais à sobrevivência das famílias em todo o Brasil.

E é doloroso saber também, Sr. Presidente, só para concluir, que, segundo a Universidade Federal de Santa Catarina, a desnutrição chega fortíssima às crianças, ou seja, diante da falta de uma alimentação adequada, nós poderemos ver o retrato do passado tão desumano e doloroso, ver crianças morrendo de fome, ver crianças desnutridas.

Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que esta minha fala seja incluída nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

Documento 57/288

| | | |
|--------------------------|---------------------------|----------------------------|
| 116.2021 | Sessão Comissão Geral | 05/10/2021-13:40 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | CHARLES FERNANDES-PSD -BA | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Importância da criação pela Casa do auxílio emergencial de 600 reais. Prioridade nas políticas públicas de combate à miséria e à fome no País.

O SR. CHARLES FERNANDES (PSD - BA) - Muito obrigado, Sr.

Presidente. Eu quero parabenizar V.Exa. por este trabalho na manhã de hoje.

Quando fui eleito, em 2001, Vereador, nobre Presidente, de lá para cá esperava não encontrar mais famílias como as que encontramos nos últimos dias. Não achava que o nosso País iria passar por este momento que nós estamos passando de novo, em que milhares e milhares de famílias aqui no interior do Nordeste, na região sudoeste da Bahia, pudessem voltar a ter a fome batendo às suas portas.

É lamentável nós falarmos disso no nosso País nos dias de hoje. Milhares e milhares de famílias, hoje, estão voltando, nobre Presidente, a comer feijão com arroz, coisa que não víamos há muito tempo. Havia uma mesa muito mais farta, com verduras, com legumes, com carne, com frango. Infelizmente, deparei-me com isso nos últimos dias entrando em algumas casas. Vi de perto que a fome voltou a bater à porta de milhares e milhares de famílias do nosso Brasil.

É preciso que o gestor e que nós políticos possamos ter esse entendimento. E esta Casa tem buscado fazer a sua parte. Esta Casa tem buscado dar a demonstração, fazer tudo para favorecer as famílias mais vulneráveis do nosso País.

Fizemos isso quando aprovamos o auxílio emergencial de 600 reais. Fizemos isso quando aprovamos diversas propostas nesta Casa para beneficiar a geração de emprego e renda no nosso País.

A Bahia tem mais de setecentos mil agricultores familiares, que sustentam suas famílias e milhares de famílias no nosso Estado. Mas infelizmente o poder de compra das famílias brasileiras caiu demais. As pessoas não estão tendo condição de fazer as compras necessárias, de comprar o básico para sustentar e alimentar suas famílias. Infelizmente, temos que dizer isto: em pleno século XXI, uma das maiores economias do mundo volta a passar aquilo que está relembrando os países de terceiro mundo - eu peço a V.Exa. mais 30 segundos, Sr. Presidente, para concluir. Voltamos a ver a economia da África, Presidente.

Nós não podemos admitir isso no nosso País! As políticas públicas de combate à miséria e à fome têm que ser tratadas como prioridade, Deputada Luiza Erundina, que mora no Estado mais rico da nossa Nação, mas aqui no interior do Nordeste é lamentável o que estamos vendo acontecer com as milhares de famílias do nosso País.

Parabéns pela condução de V.Exa., Presidente.

Peço que divulgue este nosso pronunciamento no programa *A Voz do*

| | |
|--|---|
| 117.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -05/10/2021- CD 16:16 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - PAULO MAGALHÃES-PSD -BA | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA |
| | PARECER DISCURSO |

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 2.750, de 2020, acerca da licença temporária para operação de emissoras de radiodifusão comunitárias submetidas a medidas disciplinares.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Projeto de Lei nº 2.750, de 2020, dispõe sobre licença temporária para operação de emissoras de radiodifusão comunitária que estejam submetidas a medidas disciplinares de restrição de operação, suspensão ou revogação da autorização. O projeto é de autoria do eminente Deputado Aluisio Mendes.

Sr. Presidente, peço permissão para ir direto ao voto.

"II. Voto do Relator

O enfrentamento da pandemia do coronavírus tem demandado do poder público a adoção de medidas nas mais variadas frentes. Nesse contexto, uma das ações mais efetivas para combater o avanço da COVID-19 pode ser implementada por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de comunicação, haja vista que a divulgação de informações apropriadas sobre os riscos e as formas de contágio do vírus se faz imprescindível para evitar a aceleração da propagação da doença.

Em razão da sua natureza peculiar, as emissoras comunitárias vêm desempenhando papel crucial nesse cenário.

Ocorre, porém, que muitas rádios legalmente autorizadas a funcionar vêm sofrendo sanções de suspensão de suas operações, motivadas por problemas que abrangem desde pequenos desajustes técnicos no seu sistema irradiante, até inadimplência no encaminhamento dos documentos necessários à renovação da outorga.

Essa situação causa prejuízos incalculáveis para a população,



sobretudo nas regiões onde as emissoras comunitárias são os únicos meios de comunicação com conteúdo local. O projeto de lei em exame propõe-se a enfrentar esse problema, ao conceder uma moratória às rádios comunitárias em relação ao cumprimento das suas obrigações regulatórias e fiscais, bem como a suspensão da aplicação de multas pelo prazo de um ano, prorrogável em caso de extensão da pandemia. Ainda segundo a proposta, uma vez superado o ciclo de combate à calamidade, as normas que usualmente regem o funcionamento dessas emissoras terão sua eficácia resgatada.

Não obstante o inegável mérito da proposição, identificamos a necessidade de aperfeiçoamento pontual no seu conteúdo. Na forma em que foi elaborado, o projeto retira das autoridades de fiscalização a prerrogativa de sancionar entidades cujos sistemas irradiantes atentem contra a segurança de serviços públicos essenciais, a exemplo dos serviços de emergência e de comunicação aeroportuária, gerando potenciais riscos à população. Por esse motivo, elaboramos substitutivo propondo que a suspensão da cobrança de penalidades prevista no art. 7º do projeto não será aplicável nos casos em que a sanção for motivada pela produção de interferência indevida em serviços de comunicação que se utilizem do espectro radioelétrico como suporte para a prestação de serviços essenciais.

Por fim, quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da matéria, não vislumbramos qualquer óbice que impeça sua aprovação. Ademais, como o impacto fiscal do projeto será irrelevante, o § 2º do art. 126 da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO - em vigor dispensa a apresentação de medida compensatória. Sendo assim, entendemos que o projeto cumpre todos os requisitos de adequação orçamentária e financeira.

II.1 - Conclusão do Voto

Ante o exposto, Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.750, de 2020, na forma do substitutivo em anexo.

Na Comissão de Finanças e Tributação, somos pela aprovação, no mérito, do Projeto de Lei nº 2.750, de 2020, na forma do substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, e pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 2.750, de 2020, e do substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.750, de 2020, e do substitutivo da Comissão de Ciência e

Tecnologia, Comunicação e Informática."

É o parecer, Sr. Presidente.

Documento 59/288

| | | |
|---|---|-----------------------|
| 117.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -05/10/2021- CD 16:24 | |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | DISCUSSÃO DISCURSO |

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 2.750, de 2020, acerca da licença temporária para operação de emissoras de radiodifusão comunitárias submetidas a medidas disciplinares. Defesa de revogação da obrigatoriedade do uso de máscara facial para prevenção da Covid-19.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente Enrico Misasi, nobres colegas, é uma satisfação estar neste ringue, onde eu defendo o Brasil, para discutir o Projeto de Lei nº 2.750, de 2020.

Eu, que sou comunicador da área de rádio e televisão, não tenho a menor dúvida de que as rádios comunitárias que estão penalizadas devam continuar no ar por mais 6 meses, para prestarem um bom serviço na divulgação das ações de combate à COVID-19.

Quanto à suspensão da cobrança de multas dessas emissoras, é apenas uma suspensão. Uma rádio comunitária é uma sobrevivente. Dificilmente, uma rádio comunitária tem lucro. Ela presta um real serviço à sua comunidade.

Eu não vejo como ser contrário a este projeto de lei que só beneficia a divulgação das ações de combate à pandemia, que nós estamos vencendo e venceremos.

Já aproveito para reiterar o pedido que fiz há pouco, nobre Presidente, para que nós liberemos o uso de máscara em locais públicos abertos. Isso não faz mais sentido. O Rio de Janeiro vai liberar no próximo dia 15; São Paulo também vai liberar. É o mínimo do bom senso. Portugal já liberou o uso, até a Argentina já o liberou.

Então, o bom senso impera, assim como também impera o caso dos meus colegas radialistas de todo o Brasil das rádios comunitárias, que

deverão ter esse apoio. É o mínimo que deveríamos fazer.

Fico feliz porque as emissoras que estão no vermelho, mesmo no prejuízo, querem continuar no ar para ajudar na divulgação do combate à COVID-19. Os profissionais de rádio e de televisão prestam um trabalho excelente e vital na divulgação do que acontece no País e ganham salários muito aquém do que merecem. Jamais se viu um movimento de comunicadores de rádio ou televisão pedindo aumento salarial. Nunca! Por quê? Nós fazemos a nossa profissão com amor, carinho e dedicação, porque o sucesso de um profissional é fazer da sua vocação a sua distração.

Eu, por exemplo, nunca trabalhei um dia sequer na minha vida, só me diverti. Como eu disse, o segredo do sucesso é fazer da sua vocação a sua distração. Faço com amor, trabalho 100 horas por mês, 200 horas, 500 horas, porque eu amo o que faço, assim como eu amo o meu País.

Viva o Brasil!

Vamos liberar o uso de máscara para o bem de todos!

Grato, nobre Presidente.

Documento 60/288

| | | |
|--------------------------|------------------------------------|--------------|
| 117.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária | -05/10/2021- |
| | CD | 16:32 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | ZÉ NETO-PT -BA | |
| CÂMARA | DOS | DISCUSSÃO |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 2.750, de 2020, acerca da licença temporária para operação de emissoras de radiodifusão comunitárias submetidas a medidas disciplinares.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós somos favoráveis à matéria. Inclusive, eu tenho uma história longa com as rádios comunitárias do Brasil, desde quando eu era apenas advogado.

Sei da importância de termos um projeto que possa dar às rádios comunitárias, neste momento de pandemia, especialmente, condições de funcionarem de forma adequada. Nesta Casa, eu sou Relator de outro projeto importante para as rádios comunitárias do nosso País. Refiro-me ao Projeto de Lei nº 2.805, de 2020, que dispõe sobre a

concessão de benefícios emergenciais às instituições sem fins lucrativos de radiodifusão comunitária, a ser adotada durante o estado de emergência em saúde. O projeto é de autoria do Deputado Reginaldo Lopes e outros Deputados e também merece a atenção desta Casa. Tenho acompanhado a tramitação do projeto nas Comissões, em especial, na Comissão de Finanças e Tributação.

E eu sou autor do Projeto de Lei nº 5.706, de 2019, que altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir a inserção de anúncios, na programação de emissoras de radiodifusão comunitária, de estabelecimentos situados na área da comunidade atendida ou dos Governos Federal, Estadual e Municipal e para autorizar as prestadoras de serviço de radiodifusão comunitária a obter recursos por meio de campanhas de financiamento coletivo e de doações.

Hoje, Sr. Presidente, essa questão relacionada com as rádios comunitárias vem muito da necessidade que nós temos de reformular as normas e garantir que elas possam ter um sustento mais direto. Inclusive, o nosso PL 5.706/19 trata desse tema.

É um tema valioso para as rádios comunitárias, que em todo o Brasil têm um papel fundamental na defesa dos interesses das comunidades, especialmente nos rincões do País, no interior, nos distritos, na zona rural e nas comunidades mais carentes.

Portanto, aqui fica a nossa reafirmação de defesa dessa bandeira importante para o Brasil, a das rádios comunitárias, que são tão necessárias no dia a dia para levar informação e dar mais condições para a comunidade expressar suas vontades, seus anseios, seus desejos.

Sr. Presidente, peço que este nosso pronunciamento possa constar do programa *A Voz do Brasil*.

Documento 61/288

| | | |
|---|--|-----------|
| 117.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 05/10/2021- CD | 16:36 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA | DOS | DISCUSSÃO |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 2.750, de 2020, acerca da licença temporária para operação de emissoras de radiodifusão comunitárias submetidas a medidas disciplinares. Aproximação da marca de 600 mil mortes no País pela Covid-19. Vinculação entre a estratégia de imunidade de rebanho adotada pelo Presidente

Jair Bolsonaro, e a maioria dos óbitos decorrentes da doença viral. Escândalo da manutenção pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, de aplicações financeiras em paraísos fiscais.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós somos favoráveis à proposição, porque somos favoráveis às rádios comunitárias. As rádios comunitárias expressam o território. Os territórios não são espaços geográficos somente. O território é onde trançamos os afetos, trançamos os saberes, trançamos as diversas humanidades que nós exercemos com as nossas diversas identidades.

É ali no território que a rádio comunitária surge, e ela surge como uma tentativa de fazer com que sejam escutadas as diversas vozes. Há vozes que não se dão oralmente; há vozes que se dão por meio das lágrimas. Fala-se pelas lágrimas, fala-se pelos olhos, fala-se pelas mãos, fala-se pelo corpo, fala-se até pelo silêncio. As rádios comunitárias, em verdade, dão voz a todas as vozes que há naquele território. Elas também representam uma tentativa de se contrapor a um domínio, a uma concentração de poder na comunicação tradicional - são poucas famílias que controlam os meios de comunicação. Rádio comunitária, portanto, é voz, espaço de escuta, espaço de construção de territórios.

Nós estamos em uma pandemia, tantas vezes negada, mas que entra nas nossas casas, cola na nossa pele, na nossa alma. São quase 600 mil pessoas que foram embora, e quem parte sempre é amor de alguém. Quase 600 mil pessoas não estão mais entre nós, e grande parte delas poderia estar conosco se houvesse outro Governo, se não fosse o negacionismo, negando a realidade, negando a ciência,

e se não houvesse essa tentativa criminosa de estabelecer a imunidade coletiva, através do contágio, por parte de um Governo que tem os pés absolutamente de barro.

Nós vemos neste Governo que o Ministro da Economia tem investimentos fora do País, desrespeitando inclusive o código de conduta, que diz que detentores de cargos de relevância não podem fazer aplicações financeiras passíveis de terem impacto a partir de ações governamentais. Com aplicações em dólar, quanto ele ganhou? Ganhou 14 mil por dia, neste Governo, o Sr. Guedes. E aí discute não taxar lucros e dividendos, ao que nós somos favoráveis, mas não nos seus recursos. Discute a volta da CPMF, mas também não para os seus investimentos. Aliás, faz modificações na CVM que favorecem quem tem investimentos fora do Brasil.

Nós estamos vivenciando um escândalo - um escândalo! Não dá para

normalizar isso. Não dá para normalizar o ataque às instituições, tampouco que o Ministro da Economia trabalhe para enriquecimento próprio.

Documento 62/288

| | | |
|--------------------------|---|---------------------|
| 117.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -05/10/2021- CD | 17:08 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | PAULO MAGALHÃES-PSD -BA | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PARECER DISCURSO |

Sumário

Emissão de parecer às Emendas de Plenário de nºs 1 a 3, apresentadas ao Projeto de Lei nº 2.750, de 2020, acerca da licença temporária para operação de emissoras de radiodifusão comunitárias submetidas a medidas disciplinares.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, "durante a discussão da matéria, foram apresentadas 3 emendas de mérito de Plenário, todas com apoio regimental. As emendas são relatadas a seguir.

A Emenda nº 1 determina o estabelecimento de procedimentos que garantam a operação técnica das rádios comunitárias outorgadas que estejam em 'conflito de sinal', definido como 'o caso em que a operação, em mesma faixa de frequência, de emissoras situadas no mesmo território, Município e regiões adjacentes, esteja prejudicando a população de receber informações operadas por emissoras comunitárias, em função de choque entre os sistemas irradiantes'. Para assegurar esse direito, a emissora deverá requerer ao poder concedente a alteração de frequência de operação.

A Emenda nº 2 determina que as disposições previstas no projeto serão adotadas pelo prazo mínimo de 1 ano, contado da sua aprovação. Estabelece ainda que, após esse período mínimo, as medidas instituídas pela proposição terão validade até que o Ministério da Saúde declare que ao menos 80% dos brasileiros foram imunizados por meio da aplicação de vacinas contra a COVID-19.

A Emenda nº 3 atribui às rádios comunitárias legalmente autorizadas a operar a prerrogativa de veicular publicidade remunerada relativa a medidas de contenção da epidemia da COVID-19, limitada a 6 minutos por hora de programação, enquanto persistir o prazo de validade das disposições estabelecidas pelo projeto.

No que diz respeito à Emenda nº 1, é oportuno lembrar que a Lei nº 9.612, de 1998, em seu art. 5º, assim dispõe sobre a matéria tratada na proposta:

Art. 5º O poder concedente designará, em nível nacional, para utilização do Serviço de Radiodifusão Comunitária, um único e específico canal na faixa de frequência do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Parágrafo único. Em caso de manifesta impossibilidade técnica quanto ao uso desse canal em determinada região, será indicado, em substituição, canal alternativo, para utilização exclusiva nessa região.

Da leitura desse dispositivo, conclui-se que a legislação em vigor já garante a designação de canal alternativo para a prestação do serviço de radiodifusão comunitária em caso de impossibilidade técnica (inclusive em razão de conflito de sinal com outras rádios) de uso do canal originalmente consignado à emissora para veicular suas programações. Considerando, pois, que a Lei nº 9.612, de 1998, já contempla os objetivos almejados pelo autor da proposta, somos pela rejeição da Emenda nº 1.

Em relação à Emenda nº 2, é importante registrar que a proposta, se aprovada, criará um conflito com o que dispõe o art. 5º do projeto, no que tange à extensão do prazo de validade das medidas instituídas pela proposição após o período mínimo de 1 ano, contado da aprovação da nova lei. Isso porque, enquanto o art. 5º do projeto condiciona a prorrogação desse prazo à expedição de decreto pelo Poder Executivo, a emenda propõe que essa extensão se dê de forma automática, desde que não se tenha alcançado o índice de 80% de brasileiros vacinados contra a COVID-19.

Entendemos que a validade das medidas estatuídas pela iniciativa está definida de forma mais clara e adequada na forma prevista no projeto principal, motivo pelo qual somos pela rejeição da Emenda nº 2.

Quanto à Emenda nº 3, entendemos que a medida proposta, ao mesmo tempo em que contribui para a sustentabilidade econômica das rádios comunitárias no período da pandemia, também oferece importante instrumento para ampliar o acesso da população a informações sobre a prevenção contra o coronavírus, visto que condiciona a veiculação da publicidade à divulgação de medidas de contenção à epidemia. Por esse motivo, somos pela aprovação da Emenda nº 3, mediante a introdução de novo art. 8º ao projeto.

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, somos pela aprovação da Emenda de Plenário nº 3, na forma da subemenda substitutiva da Comissão de

Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, e pela rejeição das demais emendas com apoio regimental.

No âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, somos pela aprovação da Emenda de Plenário nº 3, com a subemenda substitutiva da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, e pela rejeição das demais emendas com apoio regimental.

Ainda na Comissão de Finanças e Tributação, somos pela adequação financeira e orçamentária de todas as emendas de Plenário com apoio regimental e da subemenda substitutiva da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa de todas as emendas de Plenário com apoio regimental e da subemenda substitutiva da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática."

É o relatório, Sr. Presidente.

Documento 63/288

| | | |
|--------------------------|------------------------------------|--------------|
| 117.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária | -05/10/2021- |
| | CD | 17:32 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | DELEGADO PABLO-PSL -AM | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Agradecimento aos Deputados pelo apoio ao Projeto de Lei nº 2.750, de 2020, acerca da licença temporária para operação de emissoras de radiodifusão comunitárias submetidas a medidas disciplinares. Papel desenvolvido pelas emissoras no Estado do Amazonas. Matéria da revista Veja sobre o leilão de bens do ex-Ministro da Casa Civil, José Dirceu, condenado por desvio de recursos públicos e sonegação fiscal. Apoio às ações de combate à corrupção.

O SR. DELEGADO PABLO (PSL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aproveitar para parabenizar os Parlamentares que estão votando a favor das rádios comunitárias. No Estado do Amazonas, esse meio de comunicação é importantíssimo para a divulgação de todos os elementos que existem, de todas as informações que passam em pequenas comunidades, nas localidades mais longínquas do Brasil. São um meio único de comunicação as rádios comunitárias.

Eu queria aproveitar para pedir ao Parlamentar que me antecedeu, já que vai fazer um projeto de lei em relação ao Ministro Paulo Guedes, que faça também em relação a todos os ex-Ministros. Anteontem, eu li uma matéria da *Veja* falando sobre o leilão dos bens do ex-Ministro José Dirceu, condenado em mais de 30 milhões de reais por desvios e também por sonegação fiscal.

Esse projeto de lei deve abarcar esse tipo de caso também. Se abarcar, pode contar com a minha assinatura, porque eu sou contra todo tipo de corrupção, venha de onde vier.

Documento 64/288

| | | |
|---|---|------------------------|
| 117.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -05/10/2021- CD | 17:48 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - PEDRO UCZAI-PT -SC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do parágrafo único do art. 3º do Projeto de Lei nº 2.750, de 2020, acerca da licença temporária para operação de emissoras de radiodifusão comunitárias submetidas a medidas disciplinares.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Nós temos um destaque que propõe 1 ano ou 80% de vacinação atestada pelo Ministério da Saúde. Em coerência com o destaque da bancada do Partido dos Trabalhadores, nós vamos votar "sim" ao texto e "não" ao destaque, porque nós pretendemos ter 1 ano de vigência da lei para que as rádios comunitárias possam se organizar, até porque a pandemia continua, com gravidade em relação à variante Delta.

Se não houvesse a vacinação, nós estaríamos numa situação extremamente grave no nosso País. Enquanto a vacinação continua, nós entendemos que esta lei pode ter validade por 1 ano ou até atingirmos 80% de vacinação, atestada pelo Ministério da Saúde.

Por isso, Sr. Presidente, o nosso voto é "sim", porque o nosso destaque é para validade por 1 ano, e não 6 meses...

(Desligamento automático do microfone.)

117.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -05/10/2021-
CD 18:36

Publ.: DCD - 10/6/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Efetividade da vacinação demonstrada na queda do número de óbitos e de casos de contaminação pela Covid-19 no País. Vinculação entre a maioria das mortes provocadas pela doença e à recusa do Presidente Jair Bolsonaro à compra de imunizantes em tempo hábil. Prática de corrupção na aquisição de vacinas no âmbito do Ministério da Saúde. Repúdio ao negacionismo do Presidente da República com relação à epidemia de coronavírus. Papel vexaminoso desenvolvido pelo Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, no tocante ao enfrentamento da Covid-19. Exigência de vacinação dos adolescentes brasileiros e de aplicação da terceira dose dos profissionais da saúde. Redução dos recursos orçamentários destinados à saúde. Descontrole dos índices inflacionários. Iminência de colapso na gestão do sistema nacional de saúde. Manutenção de aplicações financeiras em paraísos fiscais pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, e pelo Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Defesa da abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Presidente, nós estamos no início de outubro e começamos a sentir, em todo o País, o efeito positivo da vacinação em massa. Apesar de termos um Presidente que nunca acreditou que isso aconteceria, é o que sempre foi pautado. A vacinação era a única resposta que poderíamos dar à pandemia. Nós estamos com apenas 44% da população com duas doses e 70% com uma dose, mas os resultados já começam a se consolidar. Semana a semana, é sustentada a queda tanto no número de casos quanto no número de mortes.

Sem dúvida, esta é uma vitória muito importante da ciência. As vacinas funcionam, são eficazes, estão salvando vidas. Mesmo a repercussão da variante Delta, que tem se mostrado desafiadora em vários países, até o momento tem sido menor aqui, por causa das vacinas utilizadas em nosso País. Lembrem o que sofremos com a variante P1 no início do ano. Não dá nem para imaginar o que teria acontecido se a Delta tivesse chegado ao Brasil com a população sem vacinação e com o Governo continuando com seu negacionismo.

É bom lembrar que, no dia 12 de abril deste ano, estávamos com o sistema de saúde completamente colapsado e uma média de mais de 3



mil mortes diárias. Agora, imaginem como teria sido se o Bolsonaro tivesse atendido os *e-mails* da Pfizer, se não tivesse acontecido tudo que a CPI do genocídio no Senado está mostrando - quero inclusive parabenizar os Senadores por esse trabalho; eles merecem aplausos. Se o Governo tivesse comprado as vacinas que foram oferecidas diretamente pelos laboratórios produtores no ano passado, nós teríamos tido disponíveis, entre dezembro e fevereiro, 130 milhões de doses. Quantas mil vidas teriam sido salvas em nosso País se não fosse o negacionismo e o "negocionismo" do Governo Bolsonaro? Tanta gente se foi neste ano porque o Governo Bolsonaro e sua quadrilha se negaram a negociar com laboratórios sérios para conseguir comprar as vacinas! E queriam propinas de 1 dólar por dose.

A CPI está mostrando que Bolsonaro, para tentar evitar o *impeachment*, está entregando as chaves do Ministério da Saúde para uma quadrilha de corruptos. Ele está entregando o Governo para salvar sua própria pele. As compras feitas através de empresas intermediárias de fachada com contas em paraísos fiscais, num esquema criminoso, foram interrompidas por uma denúncia e pela CPI. Houve roubalheira também no transporte de vacinas, no transporte de medicamentos, na compra de testes. Este Governo tem a marca da mentira e a marca da corrupção, inclusive ao destruir a vida das pessoas no Ministério da Saúde.

Já imaginaram como seria a gestão desta pandemia se o Presidente da República fosse outro, fosse um professor, um ex-Ministro da Educação? Seria completamente diferente. Infelizmente, tanto a pandemia com este Governo ainda não acabaram, e o caos na saúde pública ainda é muito grave e preocupante. Ainda morrem 500 pessoas por dia, e isso não é pouco: é o equivalente a dois aviões lotados de passageiros, dia após dia.

No início do ano, nós cobramos neste microfone a compra de vacinas, a realização de campanhas publicitárias para estimular o isolamento social e o uso de máscara, o pagamento do auxílio emergencial de 600 reais. É triste, mas os problemas continuam os mesmos.

Se hoje estamos conseguindo vacinar a população, isso se deve à cobrança deste Congresso, da sociedade em geral, e à decisão do Supremo Tribunal Federal, tomada em 18 de janeiro, de cobrar um programa de vacinação do então Ministro Pazuello. Houve aí uma mensagem muito clara: se não comprasse vacinas, seria responsabilizado.

Hoje, mesmo constatando a efetividade das vacinas, o atual Governo continua a se omitir no que diz respeito à compra de imunizantes e à coordenação do SUS. Pasmem: até esta altura, não há programação de entrega de doses para 2022. O orçamento de 2022 para a compra

de vacinas é 86% menor, Líder Bohn Gass: é de apenas 3,9 bilhões de reais. Neste ano, 28 bilhões de reais foram gastos com vacina.

O Ministro Queiroga tem feito um papel vergonhoso, se mostrando um fantoche do Presidente negacionista e também do "negocionismo" deste Governo. Foi à ONU falar mal do passaporte sanitário e defender a cloroquina. Como é que um Ministro pode publicamente admitir que suspendeu a vacinação de adolescentes a pedido do Presidente da República, se ele próprio já constatou os resultados positivos da vacinação? Em qualquer país sério do planeta, Queiroga, que voltou hoje de Nova York, estaria demitido na chegada ao aeroporto de Guarulhos. Como pode um Ministro da Saúde divulgar em suas redes sociais uma mensagem negacionista a esta altura do campeonato, sendo um médico?

Bolsonaro e Queiroga infelizmente também se omitem no que diz respeito aos esforços de articular com os laboratórios que já fornecem vacinas para o Brasil a ampliação da faixa etária. Precisamos cobrar a vacinação dos nossos adolescentes, precisamos cobrar a terceira dose dos nossos profissionais de saúde, para aumentar a proteção. Aqui no Brasil, o Ministério da Saúde nem sequer tem organizado os dados, nem sequer tem cruzado as planilhas. A ordem do Presidente é não mostrar que as vacinas funcionam, e isso todos nós estamos vendo.

Por fim, não dá para deixar de falar da perda de 43,5 bilhões de reais que está prevista no orçamento do ano que vem para a saúde. Estão previstos 134,5 bilhões de reais, mas, neste ano, o total autorizado foi de 178 bilhões de reais. Para a saúde não há dinheiro, mas com certeza para outros interesses deste Governo haverá dinheiro no Orçamento do próximo ano.

Estamos vivendo o descontrole da inflação. Os produtos são negociados em dólar. Os custos da saúde - medicamentos, equipamentos, insumos - são dolarizados. A tabela de serviços do SUS, que já estava duramente defasada, agora está impraticável. O colapso se anuncia na gestão do sistema de saúde. Os serviços existentes estão funcionando a duras penas, sendo mantidos principalmente com recursos de Estados e Municípios, que têm tentado de toda forma garantir a manutenção desses serviços.

Guedes e sua política estão colocando o Brasil no inferno, enquanto a sua grana rende no paraíso, nas Ilhas Virgens. Enquanto dobrou em reais a fortuna em dólares que ele botou lá, aqueles da população brasileira que vivem de salário mínimo já perderam quase metade do poder de compra do seu salário. Deputado Bohn Gass, enquanto Guedes está dobrando sua fortuna, quem recebe salário mínimo - e não é todo o povo que tem salário - está perdendo o poder de compra.

Quando o dólar sobe, provocando inflação e aumentando a miséria do povo brasileiro, Guedes comemora. Agora sabemos o porquê da comemoração dele pelo aumento do dólar. Agora todos nós - o Brasil inteiro - sabemos por que Guedes comemora o aumento do dólar e quanto ele lucra cada vez que o dólar aumenta neste País. Só do dia em que ele assumiu o cargo até hoje, sua fortuna depositada nos paraísos fiscais já aumentou em mais de 15 milhões. Perdoem-me, mas é uma canalhice que não tem mais limite. Em julho, durante o evento para debater a reforma do Imposto de Renda, Guedes defendeu que se retirasse do projeto a regra que tributaria recursos de brasileiros em paraísos fiscais, ou seja, tirou o dele do pagamento de imposto.

Segundo o Banco Central, mais de 60 mil pessoas físicas residentes no Brasil mantêm no exterior nada menos que 1 trilhão de reais. Entre elas estão Paulo Guedes e o Presidente do autônomo Banco Central de nosso País.

Nós precisamos do *impeachment* do Governo Bolsonaro. Nós precisamos garantir as medidas necessárias para superar a pandemia. Nós precisamos manter recursos adequados para a saúde, e a medida em saúde pública mais importante neste momento para enfrentar a pandemia de forma adequada é afastar esse Presidente insano, é aprovar o *impeachment* de Bolsonaro.

Fora, Bolsonaro!

Peço que nossas palavras sejam divulgadas.

Documento 66/288

| | | |
|--------------------------|------------------------------------|--------------|
| 117.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária | -05/10/2021- |
| | CD | 19:04 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | HENRIQUE FONTANA-PT -RS | |
| CÂMARA | DOS | COMO LÍDER |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Aproximação da nefasta marca de 600 mil mortes no País pela Covid-19. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelo caos sanitário instalado no Brasil. Atraso na vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Vinculação entre o negacionismo do Presidente da República e a maioria das mortes provocadas pela doença. Agravamento do desemprego e descontrole da inflação no País. Despreparo do Presidente Jair Bolsonaro e do Ministro da Economia, Paulo Guedes. Manutenção pelo Ministro de aplicações financeiras em paraísos fiscais. Descomprometimento do Presidente Jair Bolsonaro com as questões centrais de relevante interesse do Brasil. Reiteração do pedido ao

Presidente Arthur Lira de abertura de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo Ramos, quero cumprimentá-lo, cumprimentar todos os colegas Parlamentares e o povo brasileiro que acompanha esta sessão.

Sr. Presidente, quero dividir este tempo entre dois assuntos que se interligam. O primeiro deles é este momento em que o Brasil, infelizmente, chega ao absurdo número de praticamente 600 mil mortes por COVID. Farei um rápido balanço do tamanho da responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro por esse verdadeiro caos sanitário que o Brasil vive desde que começou o Governo Bolsonaro, especialmente com a pandemia.

É bom que se ilustre isso com alguns números. O Brasil, que tem apenas 2,7% da população mundial, acumula 12,4% das mortes por COVID no mundo. É o 2º país com maior número de mortes, em números absolutos, e está entre os 7 países com o maior número de mortos por cada 100 mil habitantes. Temos uma vacinação extremamente atrasada, porque, infelizmente, dentro do seu rito negacionista e na busca por uma narrativa absolutamente irresponsável para debater a temática da pandemia de coronavírus, o Presidente Bolsonaro sempre negou as vacinas, chegou inclusive a dar comando para que o seu Ministro da Saúde cancelasse a compra de 50 milhões de doses da Coronavac, deixou de responder a dezenas de contatos da Pfizer e abriu mão da compra de milhões de doses da vacina da Pfizer, assim como introduziu o Brasil com o menor número de vacinas possível dentro do esforço global da Covax Facility. Por isso o Brasil ainda está com um processo de vacinação bastante atrasado, que felizmente melhorou nas últimas semanas, mas que poderia estar concluído muito antes do que neste momento que estamos vivendo.

Esse impacto todo, estimam muitos estudiosos, levou à morte. De cada três brasileiros que morreram, provavelmente dois poderiam estar vivos se as medidas corretas tivessem sido adotadas. O Presidente passou toda a pandemia atacando o uso de máscaras e vendendo falsa ilusão em torno de medicamentos que não resolvem, e não combatem o coronavírus. Isso é um ato criminoso, porque muitas pessoas acreditaram nas palavras do Presidente e deixaram de tomar cuidados que deveriam ter tomado, porque passaram a acreditar numa solução falsa para o problema do coronavírus. Então, quando se fala que o Presidente Bolsonaro carrega a marca criminosa de ser o responsável por milhares de mortes por coronavírus no Brasil, fala-se de fatos. O Presidente sempre incentivou aglomerações. Todas as medidas preconizadas pela ciência, todas as medidas preconizadas pela

Organização Mundial da Saúde foram metodicamente boicotadas pelo Presidente Bolsonaro e pelo seu Governo, e por isso o Brasil se tornou um dos piores casos da pandemia no mundo.

Felizmente, a força do povo brasileiro, a força de milhares de profissionais de saúde, o esforço de Governadores e de Prefeitos, na sua ampla maioria dedicados a cumprir os critérios que a ciência determina, estão hoje finalmente nos trazendo resultados como a desaceleração da pandemia - tardiamente, é verdade, o que gerou um enorme prejuízo para a vida dos brasileiros, para a economia brasileira e a perda de milhares de vidas, que poderiam ter sido salvas.

Presidente, agora eu ligo esse tema ao segundo tema, que é o da economia. O Brasil vive uma crise profunda de desemprego, há descontrole inflacionário, há uma perda cada vez maior dos mercados que o Brasil ocupava em âmbito internacional, e a indústria brasileira sofre cada vez mais. Na realidade, nós temos hoje dirigindo a economia, de um lado, um Presidente que não entende nada de economia. Aliás, é um Presidente despreparado para quase todos os assuntos, se não para todos, é um Presidente que jamais poderia ser Presidente deste País. Mas, falando da economia, além do despreparo total do Presidente, ele escolheu para Ministro da Economia alguém que entende de especulação financeira, que entende muito pouco da economia produtiva, que entende muito pouco da gestão econômica dos interesses reais de uma nação, enquanto projeto de desenvolvimento nacional, que, na realidade, sabe operar com mesa de investimentos especulativos. Recentemente, há poucos dias, descobrimos inclusive que se trata de um Ministro da Economia que não acredita na economia do País que ele dirige. Quando se fala do Brasil de Bolsonaro e Paulo Guedes, deve-se trocar o *slogan* que o Presidente tanto usa - *Brasil acima de tudo* -, por causa dos fatos que o seu Ministro da Economia, com a conivência do Presidente, mostrou ao Brasil nesses últimos dias, que vieram à tona. Para Paulo Guedes, o Brasil é o último País onde ele deve investir. Para Paulo Guedes, o caminho correto dos investimentos, para colocar dinheiro, são os paraísos fiscais, o que mostra bem que não é com uma visão de desenvolvimento nacional que ele atua no Ministério da Economia.

Aliás, tenho dito em diversas entrevistas e repito daqui, da tribuna da Câmara, que está a nu a falsidade do patriotismo que Bolsonaro utiliza para, na verdade, operar um projeto de poder político. Os atos reais do Governo de Bolsonaro não têm nada a ver com a proteção do Brasil, não têm nada a ver com a proteção do meio ambiente brasileiro, não têm nada a ver com a proteção da economia brasileira, não têm nada a ver com a proteção do povo brasileiro, especialmente da maioria do povo, que são os trabalhadores que recebem um, dois, três salários mínimos e que estão sofrendo barbaramente com a explosão de

preços, de combustíveis e de alimentos, e com o descontrole do Brasil.

Nós precisamos abrir o processo de *impeachment*, para investigarmos os crimes de responsabilidade de Bolsonaro. O Brasil não suportará mais 1 ano e 3 meses de "Desgoverno" Bolsonaro. Peço mais uma vez, publicamente, ao Presidente Arthur Lira que abra o processo de *impeachment*, para investigarmos Bolsonaro.

Documento 67/288

| | |
|--------------------------|---|
| 117.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -05/10/2021- CD 20:16 |
| Publ.: DCD - 10/6/2021 - | TIAGO DIMAS-SOLIDARIEDAD -TO |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA |
| | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Sanção da Lei 14.151, de 2021, relativa ao afastamento da empregada gestante das atividades de trabalho presencial, durante a emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus. Expectativa de votação e aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.151, de 2021, para disciplinamento das atividades de teletrabalho, de trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância de empregadas gestantes.

O SR. TIAGO DIMAS (SOLIDARIEDADE - TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. colegas Deputados e Deputadas, hoje, sem dúvida, é um dia de grandes avanços, de pautas importantes. Mas eu quero aqui lembrá-los da Lei nº 14.151, de 2021, que nós ajudamos a aprovar aqui no Congresso Nacional e que determina o *home office* para todas as gestantes do Brasil.

Essa é uma lei de um artigo só e que, além de determinar o afastamento da gestante - nessa questão de defender a saúde, o que é muito justo -, também obriga que ela não tenha perda salarial, deixando a cargo do empregador a responsabilidade pelo pagamento do seu salário, sem direito à utilização de nenhum outro benefício.

O projeto foi aprovado na Câmara em 27 de agosto de 2020, quando nós tínhamos a incidência de 1 milhão e 200 mil pessoas com COVID no mês e uma morte média diária de 930 pessoas. Ele ficou paralisado um tempo no Senado e lá foi aprovado em 15 de abril de 2021, quando a incidência já era bem superior, pois 1 milhão e 800 mil pessoas tinham contraído a COVID naquele mês e a média diária de mortes ia para 2.616 casos. A lei foi sancionada pouco tempo depois.

Mais recentemente, já em junho de 2021, nós apresentamos o PL

2.058, para disciplinar e reformular algumas questões dentro dessa legislação, o qual teve a urgência aprovada em 15 de julho. De lá para cá, nós já tivemos 33 sessões, em 25 das quais esse PL esteve na pauta, mas, infelizmente, ainda sem apreciação por este Plenário.

Hoje nós temos uma incidência de COVID bem menor, é indiscutível que a pandemia reduziu seus números. Inclusive, nós aqui já temos data para o retorno às atividades presenciais. Tivemos uma incidência de 620 mil casos no último mês de setembro e de 521 mortes na média diária. Além disso, algo que não tínhamos à época da aprovação do projeto aqui na Câmara, estamos com 44,5% da população vacinada com as duas doses e 70% com pelo menos a primeira dose.

Os dados que me estranham é que as mulheres têm concentrado 65,5% das demissões formais - esses são dados do CAGED. E, antes, o empresário que tinha que suspender a sua funcionária gestante ainda contava com um bem, que é o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, que nós ajudamos a aprovar aqui e que tinha uma previsão de prorrogação através da MP 1.045, que infelizmente foi derrubada pelo Senado.

Portanto, hoje não há qualquer tipo de subsídio para que possamos promover esse afastamento da gestante sem onerar o empregador. E o nosso Projeto de Lei nº 2.058, que já está na pauta há bastante tempo, vai beneficiar principalmente quem ganha menos, porque sabemos que o *home office* é totalmente incompatível com a grande maioria das atividades, principalmente aquelas em que se ganha menos.

Então, nós precisamos - e sempre mencionamos que temos que deixar neste momento a ideologia de lado - fazer aquilo que é certo, que é correto. O momento hoje é outro.

Sr. Presidente, há, claramente, uma grande perda para as mulheres como um todo, ao longo desta pandemia, em relação ao emprego. Elas têm sido excluídas de muitos cargos de trabalho por receio de normas como essas que estão vigentes - e temos que admitir isso.

Precisamos fazer esse enfrentamento; precisamos ser a favor da desoneração das micros e pequenas empresas; precisamos ser a favor desse auxílio para que essas gestantes que precisam ser afastadas tenham um subsídio e não fique isso a cargo do empresário.

Portanto, não podemos ser contra as micros e pequenas empresas; não podemos continuar com uma lei como essa, que claramente prejudica a contratação de mulheres para o mercado de trabalho.

Eu quero aqui fazer um apelo à equipe econômica, que tanto fala da retomada econômica do nosso País. Ministro Paulo Guedes, mesmo

tendo procurado muito, infelizmente o Governo não apresentou nenhuma fonte de compensação. Falam de retomada econômica, mas estão deixando o ônus sobre os empresários, que têm tido tantas dificuldades ao longo dessa trajetória, principalmente os micros e pequenos empresários, aqueles que têm mulheres que precisam ficar afastadas do seu negócio. Como eles têm que contratar outra pessoa e pagar dois salários, eles não aguentam mais. Então, é necessário que tomemos alguma medida.

Nos 33 anos da Constituição, parafraseando Ulysses Guimarães, sabemos que a vida pública às vezes exige um certo sacrifício da nossa liberdade pessoal. Então, não há nada melhor - e é o que nos recompensa - do que servir à Nação.

Estou muito convicto de que, com esse projeto de lei, estou trazendo um benefício à nossa Nação num momento totalmente diferente daquele anterior. Esta Casa precisa dar essa resposta e enfrentar uma matéria como essa, que pode ser difícil, que pode ser polêmica, que pode ter questões ideológicas envolvidas, mas nós precisamos buscar esse enfrentamento e disciplinar essa lei que determina o afastamento e o *home office* das gestantes, que inclusive está sendo muito bem relatada pela Deputada Paula Belmonte, com a participação da bancada feminina, com diálogo em todos os partidos, de esquerda e de direita. S.Exa. têm buscado construir um texto de consenso, que já vem sendo debatido e discutindo há tempo.

Eu espero que na sessão de amanhã possamos aprovar a matéria, para gerar um ganho e dar um alento ao empresário, um alento à mulher que precisa de emprego, um alento a quem quer ver este País se desenvolvendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 68/288

| | | |
|--------------------------|---------------------------|------------------|
| 89.2021.B | Sessão Outro Evento | 06/10/2021-13:08 |
| Publ.: DCD - 10/7/2021 - | JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ | |
| CÂMARA | DOS BREVES | BREVES |
| DEPUTADOS | COMUNICAÇÕES | COMUNICAÇÕES |
| | | DISCURSO |

Sumário

Encaminhamento à CPI da Covid, pela oradora, de denúncia de fornecimento de kit Covid a paciente, sem consulta médica, pela operadora de plano de saúde Prevent Senior. Não averiguação do caso pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Presidente Gilberto, eu lhe agradeço. Cumprimento os colegas e todos que nos acompanham.

Presidente, eu tenho acompanhado com muita atenção o desenrolar da CPI da COVID, no Senado Federal, particularmente esse escabroso caso da Prevent Senior. A sociedade brasileira tem acompanhado isso, todos os Parlamentares certamente, principalmente os que são ligados ao tema da saúde.

E hoje fiquei muito feliz, porque o Senador Humberto Costa citou um caso que eu especificamente encaminhei para ele: uma denúncia que recebi em março deste ano sobre o caso de um paciente - cliente da Prevent Senior - que, com uma sintomatologia que lembrava a da COVID, telefonou para esse plano de saúde pedindo uma consulta, confirmando o seu endereço e, antes que fosse consultado pelo médico, recebeu em casa o chamado *kit* COVID, assinado e carimbado pelo diretor executivo da Prevent Senior.

Ou seja, ele não foi consultado, não teve diagnóstico confirmado e recebeu em casa todo o *kit* de medicação para usar: cloroquina, ivermectina. Recebeu todos os medicamentos do chamado *kit* COVID, sem nenhuma consulta, sem nenhuma confirmação do diagnóstico. Esse era o método da Prevent Senior.

Eu fiz essa denúncia, Sr. Presidente, à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Não é o meu susto nem a minha surpresa que a Agência Nacional de Saúde Suplementar, através do Diretor-Presidente substituto, o Sr. Rogério - vou ler com clareza aqui o nome - Scarabel, me escreve um parecer imenso, mas vou ler um trecho. Ele diz:

Nesse sentido, embora não haja obrigação por parte da operadora de garantir a cobertura dos referidos medicamentos para pacientes com suspeição de coronavírus, da mesma forma, não existe no arcabouço da saúde nenhuma norma que impeça operadora de disponibilizar os medicamentos aos seus beneficiários.

Ou seja, não fez nada. Permitiu, acobertou o procedimento da Prevent Senior, em vez de averiguar, de apurar essa irresponsabilidade, de impedir a operadora de continuar tratando as pessoas dessa forma, de impedir que a operadora fizesse esse crime, que foi o que fez a Prevent Senior, e que está sendo corretamente apurado neste momento.

A minha atitude, naquele momento, foi exatamente a de encaminhar a uma CPI que abria os seus trabalhos para apurar os erros de condução

da pandemia. Então, denúncia recebida, encaminhada à Agência Nacional de Saúde Suplementar, que nada fez, e eu encaminhei para a Comissão Parlamentar de Inquérito. Felizmente, a Comissão Parlamentar de Inquérito chegou à Prevent Senior e vai apurar as responsabilidades.

É um absurdo, Sr. Presidente, esse tipo de crime!

Obrigada.

Documento 69/288

| | | |
|--------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 89.2021.B | Sessão Outro Evento | 06/10/2021-13:20 |
| Publ.: DCD - 10/7/2021 - | GENERAL GIRÃO-PSL -RN | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Reunião de membros da Frente Parlamentar da Agropecuária com o Presidente Jair Bolsonaro e Ministros de Estado, para debate de questões pertinentes ao agronegócio. Manutenção da produção agropecuária brasileira em meio à epidemia de coronavírus. Agradecimento ao Presidente Jair Bolsonaro pela garantia da segurança hídrica e alimentar do povo brasileiro. Desvio de recursos públicos por governos anteriores. Protesto contra a concessão, pela Justiça, de habeas corpus a favor do Secretário-Executivo do Consórcio Nordeste, Carlos Gabas, com vista à sua permanência em silêncio durante o interrogatório na CPI da Covid, instaurada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, meu grande amigo. Muito obrigado. Parabéns pelo trabalho mais uma vez. Gostaria que o nosso pronunciamento também fizesse voz em todos os meios de comunicação da Casa.

Eu gostaria de começar dizendo que hoje tivemos uma reunião com a Frente Parlamentar da Agricultura, o Presidente Bolsonaro e alguns Ministros, em especial a Ministra Tereza Cristina. Foi muito boa a reunião, com um café da manhã. Nela foram citados vários pontos relativos à força do agro ao não permitir fechar - que é aquele discurso que o Presidente Bolsonaro sempre usou -, não praticar o *lockdown*.

Governadores disseram: "*Vamos fechar. Depois resolvemos a economia*". Mas o Presidente Bolsonaro tinha razão. O agro não ouviu esses Governadores e manteve, sim, a produção. E graças à força do agro, o Brasil teve números surpreendentes até para os mais exigentes

avalistas de mercado.

Então, muito obrigado a todos aqueles que, com as mãos, com os pés, com a cabeça, com o espírito e com a garra mantiveram o Brasil funcionando muito bem, com a força do nosso agro.

Eu gostaria, neste momento, de também fazer um agradecimento, como foi feito lá, ao Presidente Bolsonaro, por garantir a segurança hídrica e alimentar do nosso povo, porque está levando água aonde Governos anteriores prometeram, mas não levaram, o que fizeram foi desviar dinheiro público. Muito dinheiro público foi desviado, como já disse o Coronel Tadeu.

Eu acho que quem tem Deus no coração - desculpem-me, mas sou religioso, sou católico praticante, respeito todas as religiões, frequento cultos evangélicos - não apoia bandido que roubou, roubou sonhos, roubou vidas. Quem roubou dinheiro do Brasil, quem mandou dinheiro do Brasil para fora roubou vidas. Essa é uma verdade. Não dá para aceitar isso.

Eu gostaria também de falar sobre a CPI da COVID. A nossa Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte hoje está ouvindo, infelizmente, em silêncio, o Secretário Executivo do Consórcio Nordeste, esse bando que se reuniu com Governadores do Nordeste para roubar dinheiro público. Foram quase 50 milhões de reais levados de saída para uma empresa especializada em produtos da maconha para a compra de respiradores que nunca chegaram. E infelizmente a Justiça conseguiu conceder um *habeas corpus* para o Carlos Gabas ficar em silêncio.

Isso é um absurdo! Pelo amor de Deus, a Justiça precisa funcionar! O Brasil não aguenta mais essa Justiça cega, surda e muda. Aliás, muda, não, porque tem falado muito na televisão. Juízes deveriam se manifestar somente nos autos, e não nas televisões e nos jornais. Juiz está virando agora garotinho de propaganda de televisão. Isso não pode acontecer, principalmente Ministro virando garotinho de entrevistas.

Gostaria, Sr. Presidente, de terminar dizendo que lamento muito que ainda tenhamos alguns órgãos que estão aparelhados e trabalhando contra o Governo Federal. Na verdade, trabalhando...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) -

Deputado Girão, pode concluir, só que o som de V.Exa. falhou.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria só de pedir aos servidores públicos que estão trabalhando pelo Brasil que consigam convencer os seus colegas a pararem de atrapalhar o País. Parem de atrapalhar o País! Trabalhem pelo País! Dediquem pelo menos um horário de trabalho para atender bem as pessoas. É disso que nós precisamos. E precisamos de uma reforma administrativa, sim. O Estado não pode ser o maior empregador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 70/288

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 89.2021.B | Sessão Outro Evento | 06/10/2021-13:36 |
| Publ.: DCD - 10/7/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Empenho na aprovação do Projeto de Lei nº 4.732, de 2020, acerca da concessão de linha especial de crédito consignado a aposentados, pensionistas e servidores públicos, em face do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020. Apelo ao Deputado Tiago Mitraud a favor da tramitação da propositura.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente. Minha saudação a V.Exa. Minha saudação a todos os Deputados e Deputadas.

Quero dizer, Presidente, que estou na luta pela aprovação do Projeto nº 4.732, de 2020, chamado Projeto de Lei da Margem Social, que autoriza que bancos públicos concedam uma linha especial de crédito consignado de até 20 mil reais para servidores públicos ativos, inativos, municipais, do Distrito Federal, estaduais, enfim, funcionários públicos federais e respectivos pensionistas, e ainda também aos militares da ativa, militares inativos e respectivos pensionistas, durante o período da pandemia, da calamidade pública, e nos 12 meses subsequentes, no período pós-pandemia.

Pelo texto que apresentei, Presidente, nós temos uma carência máxima de até 120 dias para o início dos pagamentos e uma taxa efetiva de juros de no máximo 2,5%.

É algo muito justo para que se dê um socorro aos servidores públicos,

enfim, ao pessoal que está com dificuldade econômica porque na pandemia a saúde foi atacada gravemente e a economia também está sendo atacada.

Nós não queremos que as pessoas morram pelo coronavírus, mas não podemos permitir que elas morram de fome.

Então, esse é um projeto bem importante. Ele está sujeito à apreciação conclusiva nas Comissões Técnicas da Câmara dos Deputados, está tramitando na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, a nossa CTASP. Lamentavelmente, na semana que passou, foi aprovado um requerimento do Deputado Tiago Mitraud para retirar o projeto de pauta. Esse projeto, Presidente, tem vida, tem alma, tem sentimento. Eu lamento a retirada e quero aqui pedir que ele seja colocado em votação. Uma vez votado na CTASP, ele vai para a CFT, que é a Comissão de Finanças e Tributação, e, depois, para a CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde a votação terá caráter conclusivo.

O parecer do Relator, o Deputado Rogério Correia, do PT, é favorável, pela aprovação. Está apensado a esse projeto outro projeto de lei que também está com um substitutivo pela aprovação. Nós estamos ansiosos. Há uma torcida muito grande ali fora, porque o pessoal precisa desse fôlego.

É um projeto, Presidente, a favor da valorização dos trabalhadores do serviço público, em respeito àqueles que precisam desafogar-se dos seus débitos. Os brasileiros devem muito. Essa é uma forma de equilibrar. Há como fazer isso. Os bancos podem fazê-lo.

Peço 30 segundos, Presidente, para eu concluir.

Quem faz o bem sem olhar a quem melhor convém. É o que nós queremos fazer. É o objetivo da nossa luta, do nosso empenho. Quero fazer um apelo para o Deputado Tiago Mitraud, do NOVO: ajude-nos a fazer com que essa tramitação aconteça; se não quer votar a favor do projeto, dê as razões e vote contra, mas não impeça que a coisa tramite, ande.

Se a justiça tarda, ela não chega de modo suficiente, Presidente. Justiça que tarda não chega, não faz justiça. Esse projeto é uma justiça em favor dos trabalhadores do serviço público, o nosso projeto da margem social, que eu espero ver aprovado muito em breve nas Comissões da Câmara dos Deputados, para que vá ao Senado e passe a ter efeito, de modo que, na pandemia, possamos ter uma válvula de escape para socorrer os servidores públicos do nosso País.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 71/288

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 89.2021.B | Sessão Outro Evento | 06/10/2021-14:00 |
| Publ.: DCD - 10/7/2021 - VICENTINHO-PT -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Carta da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, em defesa da vida, da preservação de direitos, da restauração da justiça e contra a corrupção.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, os acontecimentos mais recentes me levam a ler uma carta da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que eu faço publicar aqui, diante do atual momento brasileiro.

Diz a carta:

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB levanta sua voz neste momento, mais uma vez, para defender vidas ameaçadas, direitos desrespeitados, e para apoiar a restauração da justiça, fazendo valer a verdade. A sociedade democrática brasileira está atravessando um dos períodos mais desafiadores da sua história. A gravidade deste momento exige de todos coragem, sensatez e a pronta correção de rumos.

A trágica perda de meio milhão de vidas - isso se deu em julho, agora são quase 600 mil pessoas - está agravada pelas denúncias de prevaricação e de corrupção no enfrentamento da pandemia da COVID-19. "Ao abdicarem da ética e da busca do bem comum, muitos agentes públicos e privados tornaram-se protagonistas de um cenário desolador, no qual a corrupção ganha destaque." (CNBB, Mensagem da 56ª Assembleia Geral ao Povo Brasileiro, 19 de abril de 2018).

Apoiamos e conclamamos as instituições da República para que, sob o olhar da sociedade civil, sem se esquivarem, efetivem procedimentos em favor da apuração, irrestrita e imparcial, de todas as denúncias, com consequências para quem quer que seja, em vista da imediata correção política e social dos descompassos.

D. Walmor Oliveira de Azevedo

Arcebispo de Belo Horizonte (MG)

Presidente da CNBB

Dom Jaime Spengler

Arcebispo de Porto Alegre (RS)

Primeiro-Vice-Presidente da CNBB

Dom Mário Antônio da Silva

Bispo de Roraima (RR)

Segundo Vice-Presidente da CNBB

Dom Joel Portella Amado

Bispo auxiliar da arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro (RJ)

Secretário-Geral da CNBB

Sr. Presidente, apenas isto já chama a atenção. As entidades estão acordando, estão fazendo este alerta. Quando uma entidade católica da importância da CNBB faz este grito para a sociedade, é porque a coisa está grave.

Tomara que o povo acorde!

Fora, Bolsonaro!

Obrigado, Presidente.

Documento 72/288

| | | |
|--------------------------|-----------------------------|------------------|
| 89.2021.B | Sessão Outro Evento | 06/10/2021-14:28 |
| Publ.: DCD - 10/7/2021 - | GILBERTO NASCIMENTO-PSC -SP | |
| CÂMARA | DOS BREVES | BREVES |
| DEPUTADOS | COMUNICAÇÕES | COMUNICAÇÕES |

Sumário

Apreensão de idosos e funcionários com a possibilidade de fechamento da operadora de planos de saúde Prevent Senior, diante da investigação de denúncias pela CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Maior cautela do órgão no tratamento com a operadora.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (Bloco/PSC - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu ocupo esta tribuna, neste momento, para fazer aqui... Eu não vou entrar no mérito, porque não sou médico, não sou biomédico, não sou da área de saúde, mas eu queria fazer aqui algumas colocações.

Nós estamos vendo, por exemplo, que a CPI entendeu que agora tem que sacrificar - esta é palavra: sacrificar! - a Prevent Senior. A Prevent Senior é uma empresa com 9 mil funcionários. Eu não tenho relacionamento com os donos, não sei nem quem são os donos, mas hoje nós temos que entender que a Prevent Senior está causando, ou melhor, que a questão da CPI e os problemas políticos estão causando um grande dano à população idosa. Há milhares de pessoas que dependem desse plano, que pagam esse plano de saúde e que agora estão com medo de que o plano de saúde possa terminar. São 9 mil funcionários, são 9 mil famílias!

O que é profundamente lamentável é que, infelizmente, neste País, quando uma empresa erra ou quando existe eventualmente uma expectativa de erro, um indício de qualquer erro ou de qualquer problema - e, volto a dizer, eu não entro no mérito disso -, infelizmente querem sacrificar a empresa.

Se os donos erraram ou algum responsável errou, que sejam punidas essas pessoas. Agora, o que não se pode fazer é quebrar uma empresa. Infelizmente, foi também o que aconteceu no passado: quando pessoas erraram, empresas quebraram, e muitos brasileiros ficaram desempregados. O que lamentavelmente nós estamos vendo agora, no caso da Prevent Senior, é que querem quebrar essa empresa. E qual é o interesse nisso?

Eu vi em São Paulo, nessa semana, na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, uma grande marcha de funcionários da Prevent Senior. Eles estão desesperados porque acham que vão perder os seus empregos.

Repito: por favor, nós não podemos deixar que isso aconteça! Não podemos deixar que quebrem uma empresa que emprega 9 mil pessoas e que cuida daquilo que, infelizmente, o poder público não tem conseguido cuidar na sua totalidade, que é exatamente a saúde.

Milhares de idosos estão angustiados - vou repetir, estão angustiados - porque acham que vão perder o seu plano de saúde.

Não quebrem mais uma empresa brasileira. Nós não podemos usar a política. Lamentavelmente, agora começam a dizer: "*Foi feita uma cirurgia numa sala que, infelizmente, ainda não tinha o alvará da Prefeitura no prédio*". Mas o que isso tem a ver nesse momento? Agora as Prefeituras estão multando os prédios. Trata-se da tentativa de desgastar e deixar a empresa o mais endividada possível e, infelizmente, acabar quebrando. A Prevent Senior, como uma empresa, merece ser cuidada e merece ter respeito. Não vamos mais quebrar empresas por um problema político!

Quem é que está por trás disso? Não quero levantar qualquer dúvida, mas será que existe algum outro plano de saúde com interesse em agregar essas pessoas no seu próprio plano? Eu não sei. Mas tudo isso precisa ser visto nesse momento.

Volto a dizer: o que não se pode é quebrar uma empresa com 9 mil funcionários e com tamanha responsabilidade social simplesmente por um problema de uma CPI, que, lamentavelmente, em algum momento, tem sido também política.

Muito obrigado.

Documento 73/288

| | | |
|--|--|------------------------|
| 118.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária CD | -06/10/2021- 15:32 |
| Publ.: DCD - 10/7/2021 - RICARDO BARROS-PP -PR | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Encaminhamento da votação do Requerimento nº 1.943, de 2021, de convocação do Ministro da Economia, Paulo Guedes, para esclarecimento da manutenção de empresas offshore no exterior.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, obviamente, eu já falei aqui, desde o início, que o Ministro Paulo Guedes estava disposto a vir na próxima sessão, quarta-feira que vem, que será a primeira sessão da próxima semana, para fazer os esclarecimentos voluntariamente.

Há um desejo aqui de marcar posição politicamente na sua convocação. O Governo obviamente pediu para que o Ministro não

fosse convocado, que a convocação seja transformada em convite, e já está marcando a data para quarta-feira. É claro que, havendo a convocação, a data será acordada entre a Presidência da Câmara e o Ministério da Economia. Mas o nosso desejo enquanto Governo é que o Ministro venha o quanto antes para dar suas explicações e com isso deixar este assunto resolvido, porque temos muitos temas importantes para votar na Câmara dos Deputados. Aliás, a Câmara dos Deputados tem sido muito operosa na sua função de legislar temas áridos, como o licenciamento ambiental, a regularização fundiária, a questão da BR do Mar, a cabotagem, a autonomia do Banco Central, a Lei do Câmbio. Nós votamos inúmeras matérias muito importantes, sobre as quais há anos o Parlamento não tinha decisão.

Então, eu acredito que, com todos os avanços que o Brasil está tendo, com todos os bilhões e bilhões que estão sendo carreados aqui nos investimentos, com leilões de infraestrutura... Em relação à autorização ferroviária, medida provisória estabelecida pelo Presidente, no dia seguinte em que ele emitiu a autorização, 51 bilhões de reais foram solicitados ao Governo para serem investidos só em ferrovias.

As concessões de rodovias e de aeroportos estão sendo um sucesso, apesar de tudo. Numa crise dessas, em que a pandemia praticamente aniquilou os voos, os leilões de aeroportos todos foram realizados com sucesso.

Portanto, nós vivemos um bom momento no País. Já temos quase metade da população com duas doses da vacina. Teremos Natal, teremos carnaval, teremos praia, teremos futebol, teremos tudo de volta, para que o povo tenha não só a alegria da convivência com seus entes queridos, mas também a oportunidade de renda. Toda essa movimentação econômica dá oportunidade aos excluídos, àqueles que estão hoje sendo atendidos pelo auxílio emergencial, de retomarem suas vidas.

Então, fica aqui a nossa orientação já antecipada. Orientamos "não" à convocação e registramos a disposição do Ministro de vir na próxima quarta-feira.

Documento 74/288

| | | |
|--------------------------|------------------------------------|--------------|
| 118.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária | -06/10/2021- |
| | CD | 16:36 |
| Publ.: DCD - 10/7/2021 - | TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 8, do Senado Federal, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.505, de 2021, acerca das sanções aplicáveis por prática de atos de improbidade administrativa. Votos de plena recuperação da saúde ao Prefeito Edmilson Rodrigues contaminado pela Covid-19, do Município de Belém, Estado do Pará.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL orienta o voto "sim".

Quero, Sr. Presidente, trazer outro assunto, rapidamente. Nós recebemos a notícia de que nosso companheiro, o ex-Deputado Edmilson Rodrigues, agora Prefeito de Belém, acaba de ser internado por conta da COVID. Ele foi internado, mas está bem, está em observação.

Eu pediria a todos deste Parlamento que mandássemos boas energias para o companheiro Edmilson, para que ele tenha uma pronta recuperação.

Ele, que esteve à frente, em Belém, de uma das maiores campanhas de vacinação, à frente, de forma contundente, do enfrentamento do vírus na cidade, é um combativo Prefeito e foi, nesta Casa, também um combativo Deputado.

Nós esperamos que nosso companheiro Edmilson volte logo para a batalha, necessária nestes tempos difíceis.

Documento 75/288

| | | |
|--------------------------|------------------------------------|--------------|
| 118.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária | -06/10/2021- |
| | CD | 18:32 |
| Publ.: DCD - 10/7/2021 - | PEDRO WESTPHALEN-PP -RS | |
| CÂMARA | DOS | DISCUSSÃO |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 391, de 2017, acerca do disciplinamento da distribuição, pela União, de recursos ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Anúncio do retorno do orador à Casa, após afastamento para tratamento da Covid-19.

O SR. PEDRO WESTPHALEN (PP - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é uma alegria vê-lo presidindo esta sessão. Eu admiro

muito o trabalho de V.Exa. Parabéns! E esta é uma noite histórica!

Eu agradeço ao nosso Líder, o Deputado Cacá Leão, a oportunidade de poder me manifestar, uma vez que eu presidi a Comissão Especial, que teve como Relator o Deputado Júlio Cesar. O Deputado Pedro Uczai foi Vice-Presidente. E nós conseguimos, Sr. Presidente, naquela data, 2 anos atrás, aprovar em 30 dias, pela compreensão dos Deputados que faziam parte da nossa Comissão Especial, a PEC 391/17.

E não fizemos politicagem em cima disso, pela necessidade de os Municípios do Brasil inteiro terem esse aumento de receita, da mais alta importância - menos Brasília e mais Municípios! Deixamos de fazer várias ações em Estados, ações que poderiam ser feitas, até para se discutir a matéria com o cidadão. Naquela ocasião, nós optamos por fazer andar celeremente a Comissão, e em 30 dias nós aprovamos o relatório, até porque nós tivemos a compreensão de Deputados, como a do Deputado Pedro Uczai, que tinha emendas importantes, mas abriu mão de apresentá-las, para podermos aprovar o relatório do Deputado Júlio César. Depois, a matéria foi ao Senado, e voltou para nós, para que a votássemos aqui.

Sinto muita alegria de ver pautado hoje esse presente para os Municípios, onde a vida acontece. É ali que a gente nasce, cresce, casa, faz as escolhas da vida. E é a entidade federativa que menos recebe dinheiro. Sai dos Municípios, vai para a Federação, e retorna muito pouco.

Portanto, neste momento, esta Câmara Federal, o Partido Progressista e todos os partidos que participaram dessa construção fazem uma entrega àquelas pessoas que confiaram os mandatos a nós, meu caro Presidente. É uma alegria vê-lo aí de novo -- eu o tenho em alto conceito --, numa noite histórica! Pode ter certeza de que hoje, mais uma vez, este Parlamento, que tem contribuído - e contribuído muito - para o País, principalmente na pandemia, com leis importantes, destravando burocracias, fazendo o País andar, mais uma vez o Parlamento cumpre a sua função, ao votar esse 1% para os Municípios.

Portanto, eu agradeço ao nosso Líder Cacá Leão por permitir que nós, aqui de longe, ainda nos recuperando da COVID-19, pudéssemos nos manifestar.

E agradeço, Sr. Presidente, a torcida de V.Exa. Sei que as orações foram muito grandes. Eu estive numa situação bem complicada aqui. Estive na UTI, estive intubado, mas voltei. Estou voltando para Brasília na semana que vem. No dia 18 estarei voltando a Brasília para conviver com os amigos e continuar esta construção do país, fazendo

das nossas divergências não motivo de briga, Sr. Presidente, mas de aprendizado, na busca do bem comum.

Portanto, a minha manifestação é emocionada, por ver o amigo de volta, hoje presidindo esta sessão, o que me deixa mais feliz ainda! E o Presidente Arthur Lira é um Presidente que está também fazendo a sua parte, dando a sua contribuição neste momento difícil do País. O Parlamento Federal não está se omitindo, o Congresso não está se omitindo, a Câmara Federal não está se omitindo. Portanto, muito obrigado, Sr. Presidente.

E hoje se conclui uma etapa que nós fizemos no passado. Em 30 dias votamos, mas não foi possível no passado. Hoje, em Brasília, eu tenho certeza de que nós aprovaremos por unanimidade este presente aos Municípios, que tanto merecem.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Um forte abraço! No dia 18, eu quero dar-lhe um abraço fraterno, pessoalmente, na Casa.

Documento 76/288

| | | |
|--|---|------------------------|
| 118.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -06/10/2021- CD 18:56 | |
| Publ.: DCD - 10/7/2021 - MARCON-PT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Relevância de projetos sociais desenvolvidos pelos Prefeitos Municipais João Pelissaro, de Santa Cecília do Sul; Velton Hahn, de Pontão; e Nilton Debastiani, de Sarandí, no Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. MARCON (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vim à tribuna para saudar três Municípios do Rio Grande do Sul. Dos projetos deles é que tenho conhecimento, mas, se houver em outros Municípios, faço questão de falar.

Do Município de Santa Cecília do Sul, estava aqui esta semana o Prefeito João Pelissaro, que fez um programa para ajudar os MEI, para ajudar pequenas e microempresas com 5 mil reais, para manterem seus estabelecimentos e seus empregos.

No Município de Pontão, o Prefeito Velton Hahn destina 3 parcelas de 200 reais para famílias carentes, para comprarem aquilo de que necessitam.

O Prefeito Debastiani, do Município de Sarandi, está com dois programas, um para pagamento durante 24 meses a quem financiar, durante a pandemia, a pequena e microempresa, que vai ter os juros pagos pelo Município. Isso mostra que é possível ter financiamento a juro zero para a pequena e microempresa, pois 24 meses são pagos pelo Município. Também há o programa que estabelece três parcelas no valor de 200 reais por mês para mil famílias carentes.

Meus parabéns ao Município de Sarandi, ao Município de Pontão e ao Município de Santa Cecília do Sul!

Gostaria, Sr. Presidente, que o meu pronunciamento constasse do programa *A Voz do Brasil*.

Documento 77/288

| | | |
|--------------------------|------------------------------------|--------------|
| 118.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária | -06/10/2021- |
| | CD | 19:52 |
| Publ.: DCD - 10/7/2021 - | ERIKA KOKAY-PT -DF | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Posicionamento da oradora sobre o Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, acerca do disciplinamento do teletrabalho de empregada gestante, afastada das atividades presenciais em decorrência da Covid-19.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PT acha que, ainda que tenha havido um esforço para assegurar o pagamento do salário-maternidade, há um prejuízo para as grávidas. As grávidas, por exemplo, que forem forçadas a dizer que não querem se vacinar podem voltar a trabalhar e estarão expostas aos vírus. Nós precisamos protegê-las.

Aliás, a maior estabilidade que se tem neste País é das grávidas. Até grávidas que ocupam funções de livre provimento são estáveis. Não podemos retroceder. Não podemos achar que o interesse de quem quer que seja maior do que o interesse pela vida, do que o interesse por preservar a vida das mulheres, por preservar a vida das grávidas, e preservar, portanto, duas vidas.

Nós não podemos admitir nenhum retrocesso no que nós conquistamos. Se há problema com a pequena empresa, vamos discutir a pequena empresa e apresentar solução para tanto.

| | |
|--------------------------|---|
| 118.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -06/10/2021- CD 20:00 |
| Publ.: DCD - 10/7/2021 - | TIAGO DIMAS-SOLIDARIEDADE -TO |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Defesa de votação do Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, sobre o disciplinamento do teletrabalho de empregada gestante, afastada das atividades presenciais em decorrência da Covid-19.

O SR. TIAGO DIMAS (SOLIDARIEDADE - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sem dúvida alguma esta é uma noite muito importante, aguardada pelas trabalhadoras deste País, que desejam retornar ao trabalho. As gestantes querem ter o seu direito ao trabalho assegurado.

A Lei nº 14.151, de 2021, impôs um afastamento compulsório e imputa ao empregador a obrigatoriedade de pagamento de todo o salário à gestante afastada. No momento em que essa lei foi aprovada por nós aqui, o País vivia uma outra situação em relação à COVID, muito diferente do que vivenciamos hoje.

Então, é indiscutível que precisamos disciplinar essa lei de modo a permitir que as gestantes possam retornar ao trabalho de uma forma segura, preservando, é claro, a sua saúde, dando o direito ao afastamento naqueles casos em que a trabalhadora precisa ser mantida afastada e assegurando a sua renda, que é um dos princípios do projeto, mas também colocando a questão de subsídio, através do auxílio-maternidade, para que o pagamento do salário, nos casos em que o afastamento for necessário, fique a cargo da União, com os próprios impostos que os empresários ajudam a arrecadar - hoje há, por exemplo, o auxílio-maternidade, que é o que o projeto prevê.

Portanto, temos que votar este projeto e dar um alento, em meio a esta pandemia, a quem gera emprego no País.

| | |
|--------------------------|---|
| 118.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -06/10/2021- CD 20:12 |
| Publ.: DCD - 10/7/2021 - | ERIKA KOKAY-PT -DF |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Posicionamento da Oposição a respeito da votação do Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, sobre o disciplinamento do teletrabalho de empregada gestante, afastada das atividades presenciais em decorrência da Covid-19.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, a Oposição segue o que está apontado pelo conjunto dos partidos da sua base.

É muito importante que nós saibamos qual é a centralidade: será que é o empresário, ou será que é a grávida? Quanto realmente se impactou na pequena, na média, nas empresas menores? Não se sabe, porque o Governo se recusou a fazer um grupo de trabalho e a discutir uma solução para as pequenas e médias, ou para as microempresas. O Governo se recusou a fazer isso.

A vida das mulheres importa. A vida das grávidas importa. Nós estamos aqui dizendo que as grávidas têm estabilidade. Elas não podem ser demitidas. Mas aqui há uma preocupação, porque se desprezam as grávidas, porque há uma proposição que possibilita que a grávida não vacinada volte a trabalhar e aqui se fala em atestado, quando se sabe que não há acesso igualitário.

Portanto, aqui se sabe do nível de desigualdade que existe. E esta Casa, em vez de estar protegendo quem deve ser protegido, que são as grávidas, aqui está se dedicando a proteger empresários. O Governo deveria ter feito uma política para dar sustentação aos pequenos, aos microempresários, assegurando o direito das grávidas.

O direito de grávidas é inegociável.

Documento 80/288

| | | |
|--------------------------|---|----------|
| 118.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -06/10/2021- CD | 20:12 |
| Publ.: DCD - 10/7/2021 - | PAULA BELMONTE-CIDADANIA -DF | |
| CÂMARA | DOS | PARECER |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, sobre o disciplinamento do teletrabalho de empregada gestante, afastada das atividades presenciais em decorrência da Covid-19.



A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) - Presidente, antes de eu passar ao voto, desta tribuna quero agradecer as participações de alguns Deputados e de algumas Deputadas pela construção desse texto e desse acordo.

Eu quero aqui agradecer à Deputada Perpétua Almeida, que é a autora do projeto que nós vamos regulamentar. Ela sempre foi muito receptiva para que pudéssemos construir o texto possível. É importante dizer que neste Parlamento muitas das vezes nós não conseguimos construir o ideal, mas, sim, o possível.

Quero também agradecer à Deputada Celina Leão, Coordenadora da bancada feminina da Secretaria da Mulher, que sempre nos apoiou para que pudéssemos relatar este projeto e construir o texto. Quero agradecer ao Líder do Governo, o Deputado Ricardo Barros. Apesar de sabermos de algumas objeções do Governo, S.Exa. procurou sempre nos atender e construir um termo possível para essa regulamentação. Quero agradecer ao Líder do PSL, o Deputado Vitor Hugo, que também fez questão de construir o texto conosco, e em especial à Deputada Lídice da Mata. Por meio de uma sugestão da Deputada Lídice da Mata, do PSB, nós estamos incorporando ao texto a sugestão de extensão da licença-maternidade. Muito grata, Deputada.

Além desses Deputados, eu quero também agradecer a toda a consultoria da Casa que nos auxiliou, indo a algumas reuniões. Nós estamos há semanas construindo este texto.

Eu quero agradecer ao Dr. Alan, ao Dr. Túlio, ao Dr. Davi. Também quero agradecer às nossas Consultora Mora e Daniela, da Secretaria da Mulher. Também agradeço ao meu gabinete, em nome do Luiz Eduardo, e a todos os que estão aqui para que possamos construir e fazer com que o nosso Brasil seja mais representado.

Antes de ler o texto, quero registrar que, quando falamos em empresários, nós estamos dizendo que 80% dos empresários são microempresários, pessoas que não têm férias, pessoas que acordam de domingo a domingo para trabalhar e muitas das vezes, para gerar emprego, se sacrificam pessoalmente. Nós estamos falando do setor que sustenta o Brasil. É fundamental que nós no Parlamento possamos auxiliar, sim, o setor econômico, porque o setor econômico gera emprego, o setor econômico traz mais prosperidade para a nossa população. Precisamos acabar com essa falácia de que empresário é contra empregado. Não! Empresários têm que estar juntos com os empregados para que possamos desenvolver o nosso País.

Vou agora direto ao relatório.



I - Relatório

O Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, de autoria do ilustre Deputado Tiago Dimas, pretende alterar a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar as atividades de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância de empregadas gestantes.

Nesse sentido, dispõe que a empregada gestante vacinada contra a COVID-19 não fará jus ao afastamento de que trata o art. 1º daquele diploma, que permite, *'durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do novo coronavírus, o afastamento da empregada gestante de atividades de trabalho presencial, sem prejuízo de sua remuneração'*.

Propõe, ainda, que essa empregada *'ficará à disposição para exercer as atividades em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância'*, sendo que, na *'hipótese de a natureza da função desempenhada pela empregada gestante não ser compatível com o teletrabalho, o trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância, o empregador poderá suspender-lhe temporariamente o contrato de trabalho, na forma do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, instituído pela Medida Provisória nº 1.045, de 2021, o que garantiria o recebimento do benefício dessa política pela trabalhadora grávida'*.

Na justificção, o Parlamentar embasa a proposição na necessidade de se ajustar a referida legislação, de maneira que, se a empregada gestante não puder realizar seu trabalho de forma remota, não recaia sobre o empregador o ônus de pagar sua remuneração.

Além disso, observa o autor do projeto um aspecto relevante concernente à discriminação na contratação de mulheres, *'ocasião em que (o empregador) deliberadamente optará por critérios alegadamente discriminatórios para a contratação de novos funcionários, evitando contratar empregadas do sexo feminino'*.

A matéria foi despachada às Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher; de Seguridade Social e Família; de Trabalho, Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD).

Foi aprovado requerimento de urgência, estando a matéria pronta para apreciação em plenário.

É o relatório.

II - Voto da Relatora.



O projeto de lei, para cuja relatoria tive a honra de ser designada, trata de um tema muito caro à pauta feminina no contexto das medidas relativas à proteção da mulher nesta grave crise pandêmica pela qual atravessa o Brasil. Todos sabemos que são as mulheres as maiores prejudicadas, não somente pelas necessárias medidas de isolamento social, mas também pelos devastadores efeitos socioeconômicos decorrentes da pandemia de COVID-19.

A segunda onda de contágio e mortes provocadas por essa terrível doença, em um preocupante processo de intensificação da crise sanitária e socioeconômica por que já vinha passando o Brasil, apresentou, no primeiro semestre deste ano, um efeito perverso entre as nossas mulheres gestantes e puérperas."

Eu quero fazer um parênteses aqui, Sr. Presidente, para dizer que eu sou, além de mulher, mãe de seis filhos. Tive a grande oportunidade e honra de ter seis gestações. Então, eu sei exatamente o que é ter uma gestação, entendo perfeitamente que uma gestação não significa doença, mas eu entendo também a necessidade de alguns cuidados.

"O número de mortes entre elas por COVID-19 mais que dobrou em 2021 quando comparado com a média semanal verificada em 2020, sendo que a quantidade de mortes *'neste grupo ficou muito acima do registrado na população em geral, segundo dados analisados pelo Observatório Obstétrico Brasileiro COVID-19 (OOBr COVID-19)'*.

De acordo com o citado levantamento, *'uma média de 10,5 gestantes e puérperas morreram por semana em 2020, chegando a um total de 453 mortes no ano passado em 43 semanas epidemiológicas. Já em 2021, a média de óbitos por semana chegou, até 10 de abril, a 25,8 neste grupo, totalizando 362 óbitos neste ano durante 14 semanas epidemiológicas'*.

Segundo o mesmo estudo, *'houve um aumento de 145,4% na média semanal de 2021 quando comparado com a média de mortes semanal do ano passado. Enquanto isso, na população em geral, o aumento na taxa de morte semanal em 2021, na comparação com o ano anterior, foi de 61,6%'*.

Segundo um estudo da IDSA (Infectious Diseases Society of America), publicado pelo periódico *Oxford Academic*, da Universidade de Oxford, no Reino Unido, grávidas com COVID-19 têm 17 vezes mais chance de morte do que gestantes sem a doença.

Esse triste quadro nos impõe o dever de encontrar soluções para o grave problema que tem ocorrido entre nossas grávidas, sobretudo para aquelas que acabam se expondo a contágio pelo novo coronavírus (SARS-COV-2) em razão do desempenho de atividades

profissionais. Essa exposição é, sem dúvida, muito maior entre as mulheres empregadas cujas atividades laborais são incompatíveis com o teletrabalho, o trabalho remoto ou a distância.

Por outro lado, a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021," cujo projeto é da Deputada Perpétua Almeida - quero agradecer a oportunidade de também elogiar o trabalho de S.Exa., que naquele momento foi fundamental -, "vem impondo um excessivo ônus sobre os empregadores, que, nas hipóteses em que essas empregadas gestantes não possam realizar trabalhos de forma remota, têm de arcar com o pagamento de seus salários durante o período de afastamento.

Atividades laborais que não podem ser realizadas de forma remota, como as de azulejistas na construção civil, acabamento nas confecções de sapatos ou mesmo vendedoras do comércio, dentre outras, farão com que empregadores tendam a contratar homens para preencher tais vagas ou mesmo para substituir mulheres que estejam nestas posições, de forma a minorar custos de forma preventiva.

Essa escolha não seria explicada apenas por um eventual desejo egoísta por lucro. É fato que as empresas estão sofrendo sérias dificuldades financeiras em decorrência da crise mundial causada pela COVID-19 e que o cenário ainda não é confortável para uma retomada do crescimento.

Assumir completamente um afastamento longo da empregada gestante, sem prejuízo da remuneração, como estabelece o *caput* do art. 1º da Lei nº 14.151, de 2021, sujeita o empregador a contratar um trabalhador temporário ou encerrar determinadas atividades. Qualquer uma das alternativas é penosa do ponto de vista econômico.

Diante disso, não poderíamos deixar de nos posicionar pela aprovação da matéria, ainda que, na nossa avaliação, a melhor solução para o problema exija uma outra construção, mas que está em perfeita sintonia com a finalidade do projeto sob exame.

Uma das premissas do nosso substitutivo é compatibilizar a proteção da mulher e do nascituro com as diversas hipóteses que podem justificar o retorno às atividades presenciais. Isso aconteceria quando forem preenchidas uma das seguintes condições:

- a) encerramento do estado de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do novo coronavírus (SARS-COV-2);
- b) vacinação da segurada contra o vírus SARS-COV-2 a partir do dia em que as autoridades sanitárias considerem completa a imunização;
- c) recusa da empregada gestante de se submeter ao programa

nacional de vacinação contra a COVID-19 que lhe tiver sido disponibilizado conforme o calendário divulgado pela autoridade de saúde; e

d) interrupção da gestação, observado o disposto no art. 395 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com o recebimento do salário-maternidade no período nele previsto.

As duas primeiras hipóteses são as ideais. O término da situação de emergência, com a liberação das restrições pessoais e coletivas, é o anseio de toda a população. A imunização completa dos cidadãos, com ênfase nos grupos prioritários, é o que vem sendo cobrado, de forma justa, do Estado. Vemos com alegria e alívio todo o esforço para a ampliação da cobertura vacinal.

Nesse ponto, é importante lembrar que, em julho deste ano, o Ministério da Saúde voltou a incluir as grávidas como público prioritário no Programa Nacional de Vacinação (PNI). De acordo com o Governo, *'a liberação ocorreu após análises técnicas, debates com pesquisadores e avaliação dos dados epidemiológicos. Dados apresentados mostram que a letalidade da COVID-19 em grávidas no Brasil está em cerca de 10%, enquanto a da população em geral está em 2%'*. Técnicos do Ministério da Saúde nos afirmaram, em reunião ocorrida no dia 27 de setembro, que já estão sendo distribuídos, aos Governos locais, imunizantes suficientes para vacinar todas as gestantes no País.

No que concerne à interrupção da gestação por ocorrência de aborto, todos sabemos que é uma marcante tragédia pessoal, familiar e social. Um bebê que não nasce é uma promessa e uma esperança frustradas. O retorno da mulher ao trabalho, após o período de duas semanas de afastamento que lhe é legalmente garantido, todavia, faz parte desse processo de superação do luto.

Nós estamos entre as defensoras da liberdade privada de se submeter ou não a vacinas, ainda sem estudos conclusivos sobre seus efeitos nas gestantes e seus bebês, embora tudo indique que a vacinação apresente mais benefícios do que riscos nessa situação, conforme justificou o Ministério da Saúde na mencionada decisão de incluir gestantes sem comorbidades entre o público prioritário do PNI. Esta prerrogativa para nós é um direito inalienável, mas toda escolha gera consequências. É dever do Estado garantir o sustento daqueles que foram impedidos de trabalhar. O Estado, porém, se desincumbe desta obrigação ao oferecer os meios adequados para a imunização.

Quem opta por rejeitar a vacinação afirma que o risco da vacina é maior do que o risco da doença. Nesse sentido, naturalmente abre mão



de aguardar a imunização e pode, observando as medidas de proteção individual e coletivas, retornar ao trabalho.

Para contemplar as gestantes que, por força de fatores independentes de sua vontade, ainda não estão imunizadas, propomos, por meio do substitutivo que apresentamos a seguir, que, diante desse grave risco social, a fim de preservarmos a vida, a saúde e a integridade física dessas mulheres e seus bebês, seja concedida a extensão do benefício do salário-maternidade por equiparação desta situação à hipótese das gestações de risco", que foi, inclusive, uma sugestão da Deputada Lídice da Mata.

"Essa solução busca inspiração diretamente no § 3º do art. 394 da CLT, que equipara à gravidez de risco as situações em que não é possível à gestante ou à lactante, afastada de atividades consideradas insalubres, exercer suas atividades em local salubre na empresa, determinando assim o pagamento do salário-maternidade.

Esse dispositivo, que nos serve de paradigma, convém destacar, foi incluído na CLT por meio da reforma trabalhista veiculada na Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Embora não constasse do Projeto de Lei original, de autoria do Poder Executivo, o referido dispositivo foi incluído no substitutivo do Relator da matéria nesta Casa, o Deputado Rogério Marinho, vindo a ser sancionado e promulgado juntamente com as demais alterações daquela reforma.

Por outro lado, a fim de evitar fraudes, fixamos um prazo de carência mínimo correspondente a um período de três contribuições mensais imediatamente anteriores à concessão da extensão do salário-maternidade que propomos no substitutivo.

Para mulheres que não possuam tempo de contribuição correspondente à carência, restarão duas alternativas: optar pela suspensão do seu contrato de trabalho ou voltar ao trabalho presencial até que cumpra a carência.

Entendemos que o Estado deve proteger as trabalhadoras gestantes do risco que a COVID-19 apresenta para ela e seus bebês, assegurando-lhes acesso ao sistema de seguridade social para oferecer a devida cobertura securitária, concretizando a efetiva proteção à maternidade, preconizada nos arts. 6º, caput, e 201, inciso II, ambos da Constituição Federal.

Quanto à constitucionalidade do projeto, nosso parecer é pela plena compatibilidade entre o projeto e o substitutivo com a nossa Carta Maior.

Em relação à juridicidade da matéria, não há qualquer infringência das

disposições a regras de técnica legislativa ou a outras contidas da Lei Complementar nº 95, de 1998. O projeto sob exame obedece à boa técnica legislativa.

II.1 - Conclusão do voto

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, na forma do substitutivo apresentado.

No âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, na forma do substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

No âmbito da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, na forma do substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, e do substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher."

Este é o nosso voto, Presidente.

Documento 81/288

| | |
|--------------------------|--|
| 118.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -06/10/2021- CD 20:44 |
| Publ.: DCD - 10/7/2021 - | PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA |
| | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, sobre o disciplinamento do teletrabalho de empregada gestante, afastada das atividades presenciais em decorrência da Covid-19. Responsabilidade do Governo Jair Bolsonaro pelo não pagamento salarial a empregadas gestantes pelas pequenas empresas.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, todos nós sabemos que, nos primeiros meses de pandemia, fecharam 800 mil pequenas empresas. Eu pergunto: a culpa é das mulheres? A culpa é das grávidas? Existem 15 milhões de desempregados no Brasil. A culpa é das mulheres? Existem 19 milhões de brasileiros passando fome. A culpa é das

mulheres?

A culpa é da incompetência do Governo Bolsonaro, que não resolveu esses problemas e não se comprometeu a garantir que o Estado brasileiro assumisse o pagamento das pequenas e microempresas às grávidas, com o seu afastamento.

O que se está tentando fazer aqui é botar a pequena e a microempresa contra grávidas, botar grávidas contra a pequena e a microempresa. Parem com isso! Vamos buscar uma saída para resolver o problema. Nós não podemos culpar as grávidas pelos desmandos do Governo Bolsonaro.

Documento 82/288

| | | |
|--------------------------|---|------------|
| 118.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -06/10/2021- CD | 20:52 |
| Publ.: DCD - 10/7/2021 - | PAULA BELMONTE-CIDADANIA -DF | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Esclarecimento ao Plenário sobre a manutenção do benefício do auxílio-maternidade, no caso de aprovação do Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, sobre o disciplinamento do teletrabalho de empregada gestante, afastada das atividades presenciais em decorrência da Covid-19.

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, foi dito agora que, aprovado o projeto, haveria prejuízo à licença-maternidade, e isso não é verdade. Nós estamos trabalhando na extensão do auxílio-maternidade. A grávida, após o nascimento da criança, vai continuar com o mesmo período de licença-maternidade. Nós estamos fazendo a extensão do auxílio-maternidade, para o caso de ela não ter acesso à vacinação.

Quero só deixar isso claro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - O.k.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Não foi exatamente isso que foi dito, Deputada Paula. É um argumento mais político. Muitas vezes não se ampliam direitos de mulheres com a justificativa de que isso vai prejudicar o mercado, os empreendedores, os empresários. É isso. E está na contramão do meu ponto de vista.

A SRA. VIVI REIS (PSOL - PA) - Não foi sobre o mérito; foi a relação da política.

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF) - Temos que aumentar a licença para 1 ano, não é?

Documento 83/288

| | | |
|--------------------------|---|----------|
| 118.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -06/10/2021- CD | 21:20 |
| Publ.: DCD - 10/7/2021 - | PAULA BELMONTE-CIDADANIA -DF | |
| CÂMARA | DOS | PARECER |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Emissão de parecer às Emendas de Plenário de nºs 1 e 2, apresentadas ao Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, sobre o disciplinamento do teletrabalho de empregada gestante, afastada das atividades presenciais em decorrência da Covid-19.

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) - Passo à leitura do meu parecer.

"I - Voto da Relatora

Durante a discussão da matéria, foram apresentadas duas emendas de Plenário.

A Emenda nº 1 propõe as seguintes modificações: (a) seja prevista como situação que excepciona o retorno ao trabalho presencial 'o caso de gestante com comorbidades que lhe insere em grupo de risco ao coronavírus (SARS-CoV-2) de acordo com Plano Nacional de Imunização'; (b) seja alterada a expressão 'autoridade sanitária' no dispositivo que prevê a vacinação da gestante como hipótese de retorno ao trabalho presencial; (c) no caso da recusa da gestante em ser vacinada, seja previsto que ela assine termo de responsabilidade; (d) seja suprimida a carência de 3 meses prevista no § 6º e demais dispositivos relacionados a essa exigência; e (e) seja incluído o seguinte parágrafo no art. 1º da Lei nº 14.151, de 2021:

§ O retorno ao trabalho presencial das lactantes durante a pandemia de que trata essa lei ocorrerá com base nos mesmos critérios e condições definidas pelo Ministério da Saúde, após a oitiva do Conselho Nacional de Saúde, nos termos previstos no inciso II do § 3º deste artigo. (NR)



A Emenda nº 2 propõe a inclusão de novo parágrafo ao art. 1º da Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, modificado pelo art. 2º do substitutivo. A redação proposta é a seguinte:

Após o encerramento do estado de emergência de saúde pública de que trata o inciso I, do § 3º, deverá ser observada a ocorrência de novas situações de risco, em qualquer grau, para a gestante, devendo ser assegurado o afastamento das atividades do trabalho presencial pelo tempo em que perdurarem as condições de insegurança decorrentes da COVID-19.

Após amplo diálogo com diversos Líderes partidários e demais Parlamentares desta Casa, resolvemos acatar parcialmente a Emenda nº 1, para suprimir a exigência de carência para o recebimento da extensão do salário-maternidade para a empregada gestante que ainda não tenha sido totalmente imunizada por razões alheias a sua vontade, bem como dos demais dispositivos que disciplinavam a situação de empregada que não houvesse cumprido esse período de carência.

A Emenda nº 2, protocolada no dia de hoje, pretende incluir a garantia de afastamento futuro das gestantes em virtude da ocorrência de novas condições de insegurança decorrentes da COVID-19. Entendemos que tal dispositivo desborda do problema que estamos pontualmente enfrentando nesta matéria, de forma que achamos deva ser discutido com mais tranquilidade em outra oportunidade.

Numa outra frente, julgamos pertinente a sugestão de exigir termo de responsabilidade da segurada gestante que, exercendo uma liberdade individual, opta por não vacinar e que, portanto, tenha de retornar ao trabalho presencial. Neste ponto, após ouvir a bancada do PSL, concluímos ser importante explicitar que a opção pela não vacinação é um direito fundamental, não podendo o exercício dessa escolha acarretar qualquer restrição de direitos à gestante.

No que concerne à menção ao órgão competente para definir quando o esquema vacinal perfaz a imunização completa contra a COVID-19, acatamos também essa emenda, para substituir a expressão 'autoridade sanitária' por 'Ministério da Saúde'. E, com a sugestão da Deputada Carmen Zanotto, do Cidadania, colocamos o Plano Nacional de Imunização.

"Ante o exposto, no âmbito da Comissão dos Direitos da Mulher - CMULHER, somos pela aprovação parcial da Emenda de Plenário nº 1, na forma da subemenda substitutiva em anexo, e pela rejeição das demais emendas com apoio regimental.

No âmbito da CSSF, somos pela aprovação parcial da Emenda de Plenário nº 1, na forma da subemenda substitutiva em anexo, e pela

rejeição das demais emendas com apoioamento regimental.

No âmbito da CTASP, somos pela aprovação parcial da Emenda de Plenário nº 1, na forma da subemenda substitutiva em anexo, e pela rejeição das demais emendas com apoioamento regimental.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa de todas as emendas de Plenário com apoioamento regimental e da subemenda substitutiva da CMULHER.

Sala das Sessões

Deputada Paula Belmonte

Relatora"

Esse é o nosso voto, Presidente.

Documento 84/288

| | | |
|--------------------------|--|------------|
| 118.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 06/10/2021- CD | 21:56 |
| Publ.: DCD - 10/7/2021 - | TIAGO DIMAS-SOLIDARIEDAD -TO | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Defesa de aprovação da Subemenda Substitutiva Global, oferecida pelo Relator da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, sobre o disciplinamento do teletrabalho de empregada gestante, afastada das atividades presenciais em decorrência da Covid-19.

O SR. TIAGO DIMAS (SOLIDARIEDADE - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, enquanto se conclui a votação, quero fazer um comentário sobre esta discussão.

Eu vejo este debate um pouco equivocado porque se tenta colocar na discussão uma premissa até falsa. Eu trouxe números e dados que mostram claramente as dificuldades que o público feminino vem sofrendo ao longo desta pandemia.

O projeto foi muito bem discutido, com a melhor das intenções, e preserva direitos. Primeiro, preserva-se o direito ao afastamento, nos casos necessários; depois, preserva-se a segurança da renda; e por fim preserva-se a retomada do trabalho presencial para aquelas que

quiserem. Então, um projeto como este é extremamente positivo.

Eu tenho muita convicção de que os que votaram favoravelmente ao projeto dão hoje uma grande contribuição para o desenvolvimento do nosso País.

Documento 85/288

| | | |
|---|---|------------------------|
| 118.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -06/10/2021- CD | 22:04 |
| Publ.: DCD - 10/7/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Contrariedade à aprovação da Subemenda Substitutiva Global, oferecida pelo Relator da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, sobre o disciplinamento do teletrabalho de empregada gestante, afastada das atividades presenciais em decorrência da Covid-19.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Este não parece o mesmo Parlamento que aqui se posicionou unanimemente para proteger as grávidas, que apontou a necessidade de apoio à pequena e à microempresa. E essas não estão falindo aos borbotões em função da existência de grávidas trabalhadoras; é preciso sermos honestos nesta discussão.

Este Parlamento hoje está aprovando o retorno das grávidas ao trabalho presencial sem qualquer tipo de segurança ou sem uma segurança que possa garantir a elas que se manterão vivas. Este Parlamento está jogando as grávidas aos leões, por pressão dos empregadores, que é imensa, nós sabemos disso. E essas são grávidas que dificilmente têm acesso ao sistema de saúde para conseguir um atestado. Essa é a realidade que está sendo pisoteada por es ta Casa, que está fazendo uma opção pelas empresas.

Documento 86/288

| | | |
|---|---|------------------------|
| 118.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -06/10/2021- CD | 22:08 |
| Publ.: DCD - 10/7/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Protesto contra a aprovação da Subemenda Substitutiva Global, oferecida pelo Relator da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, sobre o disciplinamento do teletrabalho de empregada gestante, afastada das atividades presenciais em decorrência da Covid-19.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Na verdade, nós estamos vendo aqui o prenúncio do que é a implementação desta lei. Em todos os momentos, houve uma ameaça: "*Olhe, se não houver o retorno ao trabalho, as mulheres não serão mais contratadas e serão demitidas*". Esse é um discurso de ameaça, de coação. E esse discurso assegura que não haverá liberdade às grávidas de optar por voltar ou não ao trabalho. Não haverá, porque serão feitas ameaças.

Nesta Casa, estão sendo proferidas essas ameaças de que ou a grávida volta ou as mulheres ficarão desempregadas, o que acontecerá com uma trabalhadora que estará sob pressão do seu patrão para que ela retorne ao trabalho sem que lhe sejam asseguradas as condições, porque apenas a imunização e o critério do Ministério da Saúde não bastam?

Documento 87/288

| | | |
|---|---|------------------------|
| 118.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -06/10/2021- CD | 22:44 |
| Publ.: DCD - 10/7/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Posicionamento da oradora sobre a votação do requerimento de destaque para supressão do inciso III, § 3º, art. 1º, da Lei nº 14.151, de 2021, e, por decorrência, dos §§ 6º e 7º, conforme a redação dada pelo art. 2º da Subemenda Substitutiva Global apresentada ao Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, sobre o disciplinamento do teletrabalho de empregada gestante, afastada das atividades presenciais em decorrência da Covid-19.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Na verdade, exige-se da grávida que ela faça um pré-natal, que ela tenha um cuidado, porque ela está carregando outra vida. Agora, esse texto está dizendo que ela pode não proteger o seu bebê, que ela pode não se proteger e que ela volta a trabalhar - ela volta a trabalhar.

Veja, aquilo que se dizia: "*Só vamos permitir a volta ao trabalho com*

segurança das grávidas" esse texto, esse parágrafo, desconstrói e atesta que é mentirosa a afirmação, porque aqui se está possibilitando a volta ao trabalho de uma grávida sem vacinação, sem que ela queira se vacinar. E se diz que isso é liberdade - liberdade.

Onde está a responsabilidade com o próprio bebê? Onde está a responsabilidade que se exige na vacinação das crianças, que se exige dos pais, que se exige para ir à escola, e tantos aspectos fundamentais que dizem respeito à proteção das crianças?

Documento 88/288

| | | |
|---|---|------------------------|
| 118.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -06/10/2021- CD | 23:12 |
| Publ.: DCD - 10/7/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Posicionamento da oradora contrário ao Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, sobre o disciplinamento do teletrabalho de empregada gestante, afastada das atividades presenciais em decorrência da Covid-19.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, a misoginia é sorrateira. A misoginia quer dizer que se defendem as grávidas forçando-as a voltarem ao trabalho sem que tenham segurança, sem que tenham inclusive sido vacinadas, porque há uma parte das grávidas sem vacinação que retornarão ao trabalho.

A misoginia e o sexismo que pulsa ganham voz e acham que podem estar no topo da arrogância da sua própria ignorância, porque todo sexismo e toda misoginia padecem de uma profunda ignorância.

Defender os direitos das grávidas e defender que haja uma responsabilidade do Executivo, do Governo para a manutenção e o desenvolvimento das pequenas e microempresas é fundamental para que tenhamos uma sociedade que saia da barbárie. E tirar direito de grávidas e defendê-las é populismo.

Documento 89/288

| | | |
|---|---|-------|
| 118.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -06/10/2021- CD | 23:12 |
| Publ.: DCD - 10/7/2021 - VIVI REIS-PSOL -PA | | |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do art. 3º da Emenda de Plenário nº 1, apresentada ao substitutivo do Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, sobre o disciplinamento do teletrabalho de empregada gestante, afastada das atividades presenciais em decorrência da Covid-19. Votos de pronto restabelecimento da saúde ao Prefeito Edmilson Rodrigues, contaminado pela Covid-19, do Município de Belém, Estado do Pará.

A SRA. VIVI REIS (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Presidente, o PSOL orienta "sim", acompanhando o destaque do PT.

Quero aproveitar esse tempo, já que estamos encerrando os trabalhos - este é o último destaque -, para desejar todas as nossas boas vibrações e muita saúde ao Prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, nosso ex-Deputado. Tenho muito orgulho de estar aqui dando continuidade ao seu mandato tão combativo, pois ele é uma grande referência para todos os paraenses.

O Edmilson é um grande lutador. Para quem não sabe, ele está com COVID-19 e hoje deu entrada na internação, mas segue aos cuidados dos profissionais de saúde. E estamos aqui, com certeza, mandando boas vibrações e desejando melhoras para o nosso querido Prefeito.

Documento 90/288

| | | |
|---|--|------------------------|
| 118.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária CD | -06/10/2021- 23:20 |
| Publ.: DCD - 10/7/2021 - MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Contestação ao pronunciamento da Deputada Jandira Feghali, a respeito do discurso proferido pelo orador sobre o Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, relativo ao disciplinamento do teletrabalho de empregada gestante, afastada das atividades presenciais em decorrência da Covid-19. Caráter populista e demagógico do discurso da Esquerda.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputada Jandira, de fato, eu acabei não

mencionando a fonte dos dados, mas eu gostaria de informar-lhe que os dados que eu apresentei no plenário, ao contrário do que diz V.Exa., são baseados no CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados e referentes ao ano de 2020. Foram publicados, aliás, pelo jornal *Valor Econômico*. Se V.Exa. quiser, eu enviarei para o seu WhatsApp a matéria, que é das jornalistas Mariana Ribeiro e Lu Aiko Otta, ou seja, essa matéria do jornal *Valor Econômico* foi escrita por mulheres. Os dados são do CAGED, referentes a 2020.

Portanto, é mentira que eu tenha feito um discurso, uma fala, sem utilizar dados. É mais uma mentira, aliás, das tantas que já foram faladas hoje, ao longo desta sessão, pela Esquerda populista e demagógica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 91/288

| | | |
|--------------------------|------------------------------------|--------------|
| 118.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária | -06/10/2021- |
| | CD | 23:24 |
| Publ.: DCD - 10/7/2021 - | TIAGO DIMAS-SOLIDARIEDAD -TO | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Agradecimento à Casa pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, sobre o disciplinamento do teletrabalho de empregada gestante, afastada das atividades presenciais em decorrência da Covid-19.

O SR. TIAGO DIMAS (SOLIDARIEDADE - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente General Peternelli, quero cumprimentá-lo, cumprimentar a Mesa e agradecer a todos os envolvidos.

Sem dúvida alguma, esta é uma grande noite: tivemos a aprovação de um projeto de lei de nossa autoria, muito bem relatado e conduzido pela Deputada Paula Belmonte e debatido com todas as esferas - isso é importante reforçar e frisar.

Venceu o bom debate, não é, Deputada Paula? Eu tenho muita convicção de que fizemos um ótimo trabalho e de que realmente vamos possibilitar um ganho para as duas esferas envolvidas nesse projeto: tanto as gestantes, que sem dúvida alguma terão um grande avanço, principalmente aquelas que querem trabalhar, que desejam retomar seu posto de trabalho, quanto os pequenos e microempresários, que certamente sofreram bastante ao longo de toda



esta pandemia e que terão agora um alento, porque os casos em que o afastamento for necessário serão arcados pela extensão do auxílio-maternidade.

Ontem eu inclusive parafraseei Ulysses Guimarães nos 33 anos da Constituição, dizendo que esta nossa vida pública impõe alguns sacrifícios de liberdade pessoal. Eu acho que isso ficou bem claro aqui, principalmente quando um discurso muito falacioso tentou desconstruir todo um trabalho muito sério que foi realizado. Mas o que nos move é o serviço à Nação. Sem dúvida alguma, eu saio daqui convicto de que estamos dando uma grande parcela de contribuição para que tenhamos uma Nação melhor. Estou muito consciente do trabalho que desenvolvemos, apesar de toda essa hipocrisia mencionada e até mesmo de ataques pessoais ocultos, como pudemos perceber aqui hoje, dentro de falas capitaneadas principalmente pela Esquerda, o que é lamentável, porque sempre tentamos e buscamos conduzir esse debate de uma forma muito séria, de uma forma realmente grandiosa. Acho que a votação de todos os destaques e a manutenção integral do texto apresentado pela Deputada Paula Belmonte enaltecem muito bem a forma como esse trabalho foi conduzido.

Então, quero parabenizá-la mais uma vez, Deputada, e toda a bancada feminina, que discutiu bastante esta matéria. Quero também dar os parabéns e agradecer às equipes de trabalho envolvidas, tanto a sua quanto a minha - está aqui o Levi -, que, na medida do possível, buscaram colaborar e contribuir para que esta votação pudesse acontecer.

Nada é mais justo do que agradecermos e enaltecermos esse trabalho, que foi muito bem conduzido ao longo de todos esses dias. Ele esteve 26 vezes na pauta. Estávamos na expectativa dessa votação. Hoje o resultado deixa isso muito claro e muito evidente.

Parabenizo a Câmara dos Deputados e espero que o Senado possa apreciar o quanto antes esse projeto. Espero também que possamos ter a sanção dele, para realmente proporcionar um ganho, na prática mesmo, para quem está há tanto tempo esperando pela mudança dessa lei - tanto as gestantes quanto os empresários. Tenho certeza de que quem vai ganhar com isso são as mulheres e a empregabilidade dessa classe que tanto precisa e que, como os dados constataram, está sofrendo tanto. Eu tenho convicção de que os índices serão bem mais positivos de agora em diante, com a aprovação dessa lei.

Finalizo agradecendo a todos os Parlamentares, em nome do nosso Presidente da Frente Parlamentar do Comércio, Serviços e Empreendedorismo, o Deputado Efraim Filho, e também a toda a equipe técnica, que colaborou discutindo, apoiando publicamente, ajudando na mobilização e na conscientização da importância, da

relevância dessa pauta tão boa, que eu tenho orgulho de ter apresentado e que foi aprovada aqui no Congresso Nacional.

Muito obrigado a todos.

Documento 92/288

| | | |
|---|---|------------|
| 118.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -06/10/2021- CD | 23:28 |
| Publ.: DCD - 10/7/2021 - PAULA BELMONTE-CIDADANIA -DF | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Agradecimento à Casa pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, sobre o disciplinamento do teletrabalho de empregada gestante, afastada das atividades presenciais em decorrência da Covid-19.

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu inicio as minhas palavras agradecendo a Deus a oportunidade de estar mais uma vez aqui neste Parlamento e pedindo a Ele benção sobre todos nós, brasileiros e brasileiras, inclusive sobre os futuros brasileiros que estão no ventre dessas mulheres que estávamos aqui defendendo.

Quero agradecer a V.Exa., que se dispôs a estar aqui até esta hora da noite para que pudéssemos realmente votar esse projeto, que, como disse o Deputado Tiago Dimas, o autor, esteve 26 vezes na pauta. Isso não é brincadeira; isso é sério e mostra que estávamos prontos para o diálogo.

Quero agradecer, inclusive, à Oposição, que esteve aqui e fez um bom combate para construirmos esse texto. Essa discussão foi muito importante para todos nós, pois nos permitiu dar proteção às nossas grávidas.

Quero agradecer ainda ao Deputado Tiago Dimas e dizer que foi uma honra ter relatado esse projeto, porque ele traz exatamente a resposta que o Parlamento tinha que dar à nossa sociedade e ao setor produtivo.

Nós temos que entender, Deputada Vivi Reis, que 80% dos empresários no Brasil são microempresários, são pessoas que estão trabalhando dia a dia para manter, muitas vezes, sua lojinha, seu estabelecimento. Essas mulheres, cujo trabalho muitas vezes é essencial, estavam fazendo uma grande falta. E elas estavam

perdendo a oportunidade de aumentar sua renda num momento muito especial de suas vidas - toda gestante quer fazer o enxoval -, perdendo por vezes a oportunidade de ganhar uma comissão, uma hora extra.

Mais uma vez, quero enfatizar aqui que sou mãe de seis filhos. Tive seis gestações e sei que a gravidez precisa de cuidados, mas gravidez não é doença. Nós estamos falando de fazer com que essas mulheres se mantenham no mercado de trabalho, principalmente se imunizadas, preservando o direito delas de escolha.

Este é um dia de vitória para nós da Câmara, para todas nós mulheres e para mim em especial, pela grande oportunidade que tive de aqui defender um relatório sobre o qual tanto o Governo quanto a Oposição dialogaram muito. Então, em nome do Líder Ricardo Barros, quero agradecer a todos os que se dispuseram a ajudar na construção desse projeto aqui, ao próprio Governo e a todos os que contribuíram. Sou muito grata.

Que Deus nos abençoe! Espero que estejamos mostrando a importância deste Parlamento para libertarmos o nosso povo, a nossa população. Chega de opressão! Opressão é criar obrigação, é fazer com que as pessoas não tenham opção de escolha. É fundamental preservarmos a liberdade de cada um.

Muito grata, Presidente General Peternelli.

Que Deus abençoe a cada um de nós!

Documento 93/288

| | | | |
|---------------------------|-------------------------------|-------------------------------------|------------------|
| 118.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa | 06/10/2021-23:36 |
| Publ.: DCD 10/7/2021 - | BETO FARO-PT -PA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ENCERRAMENTO | DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO | |

Sumário

Defesa de rejeição do Veto Total nº 51, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Insensibilidade do Presidente Jair Bolsonaro diante do cenário de fome reinante no País.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO BETO FARO.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, é criminoso o que o Governo Bolsonaro está fazendo com quem produz o alimento que chega à mesa dos brasileiros, em plena pandemia. Pela segunda vez, o Presidente Jair Bolsonaro vetou integralmente o Projeto de Lei nº 823, de 2021, o PL 823, que ficou conhecido como Lei Assis Carvalho II, que previa ações emergenciais de amparo à agricultura familiar em razão dos efeitos econômicos da pandemia do novo coronavírus.

Além disso, senhoras e senhores, esta Casa, juntamente com o Senado Federal, não colocou na pauta do Congresso Nacional, nesta segunda-feira, a derrubada do veto contra a agricultura familiar, mesmo diante de forte pressão dos movimentos da agricultura familiar que aguardam pelo PL 823, que prevê auxílio ao setor.

Nossa expectativa, Deputados e Deputadas, é que esta Casa derrube o veto nesta quinta-feira, dia 30. O PL 823/21, de autoria do Deputado Pedro Uczai (PT-SC), do qual sou coautor, recuperava trechos vetados durante a sanção presidencial do PL 735/20, de autoria do Deputado Enio Verri (PT-PR), que deu origem à Lei Assis Carvalho, Lei nº 14.048, de 2020. Em março último, esse veto foi mantido pelo Congresso Nacional.

O PL 823/21 previa o suporte à agricultura familiar até 2022, com prorrogação, descontos, renegociação de dívidas dos produtores e flexibilização no crédito rural. Entre as medidas estava o pagamento de um auxílio no valor de R\$ 2,5 mil por família para produtores em situação de pobreza e extrema pobreza.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero aqui registrar a nossa luta junto a CONTAG, FETRAF, CONTRAF e Via Campesina, para que o auxílio emergencial chegue para os trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar. Mas é preciso denunciar que o Governo Bolsonaro, desde o seu início, é contra a agricultura familiar.

O Governo Bolsonaro não tem nenhum projeto para a agricultura familiar. Ele tem promovido o fechamento de unidades do INCRA nos Estados, tem cortado programas importantes, como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa de Habitação Rural e tem zerado os investimentos, o que reflete em aumento dos preços dos alimentos e coloca em risco a segurança alimentar do país.

Ao vetar o PL de apoio à agricultura familiar, Bolsonaro nega os direitos daqueles que cultivam a diversidade da produção de alimentos saudáveis que chegam à mesa da população. E mostra que desconhece o papel cada vez mais importante da proteção de nossa biodiversidade e conservação do meio ambiente.

Um veto que reafirma o descompromisso do Governo com a tragédia da fome, que chegou a 19 milhões de brasileiros e brasileiras. Por isso, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nosso apelo a todos os Parlamentares para que possamos derrotar este Governo que é contra a agricultura familiar e não gosta de liberar crédito para aqueles que produzem alimentos.

Sr. Presidente Jair Bolsonaro, se o campo não produz, a cidade não janta!

Presidente, peço a V.Exa. que este pronunciamento seja registrado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa.

Obrigado.

Documento 94/288

20.2021.N Sessão Deliberativa Extraordinária - CD 07/10/2021-16:08
Publ.: DCN - 10/8/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP
CONGRESSO NACIONAL ORDEM DO DIA DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão dos Projetos de Lei do Congresso Nacional de nºs 14, de 2021, sobre a abertura ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, de crédito especial no valor de R\$ 944.400,00, para os fins especificados; 16, de 2021, acerca da abertura ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, de crédito suplementar no valor de R\$ 690.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente; e 20, de 2021, relativo à abertura aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo e de Encargos Financeiros da União, de crédito suplementar no valor de R\$ 2.084.708.300,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Atuação criminosa da operadora de planos de saúde Prevent Senior no atendimento a pacientes da Covid-19.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos diante de três PLNs.

Eu tenho concordância com a fala do Deputado Arlindo Chinaglia sobre a questão dos vetos e sobre o aproveitamento que vem sendo feito pelo Governo das sessões remotas.

Em primeiro lugar, eu queria dizer que nós vamos ser favoráveis criticamente aos PLNs 20 e 14.

Quanto ao PLN 16, quero dizer que o Governo embarcou numa questão sensível - todo mundo está vendo, pelos meios de comunicação de massa, o desastre que é este Governo Bolsonaro -: o fim dos recursos do IPEN, em São Paulo, que produz radiofármacos, isótopos. O tratamento de câncer está paralisado no Brasil inteiro por causa de 23 milhões de reais. Agora colocaram mais 50 milhões e querem que se aporem do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico 600 milhões de reais. Esses recursos são provenientes de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício 2020 e da reserva de contingência do próprio Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Estão prejudicando outras políticas públicas. No entanto, poderiam estar usando esse dinheiro em várias outras prioridades nacionais, tanto aqui quanto nos outros PLNs. Por exemplo, foi 1 bilhão para o DNIT. Por que não vai para combater a política contra a fome que está atingindo milhões de brasileiros? Não há uma explicação plausível.

O que existe aqui é que, ao passar esse recurso para, por exemplo, a produção de radioisótopos de uma instituição respeitada que precisa produzir esse tipo de produto para responder às doenças gravíssimas, você é obrigado a votar junto nesse corpo.

O PSOL vai destacar essa questão, entendendo inclusive que o Governo tem o dever de enviar outro PLN ao Congresso Nacional remanejando 5 bilhões que constam no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, alocando em suas finalidades, ou seja, para o apoio do desenvolvimento científico e tecnológico. É bem provável que esse dinheiro esteja sendo usado à vontade para responder às demandas da governabilidade do Centrão, que essa Comissão Mista de Orçamento e esses PLNs, por falta de transparência também, acabam servindo a que sejam alocados os recursos onde sabem não serem prioridades exatamente.

Por isso, no caso do PLN 16, o PSOL vai votar contra.

Quero aproveitar este minuto final para denunciar mais uma vez aqui o espetáculo que nós estamos assistindo na CPI da COVID, em que um

paciente que já estava desenganado, desligaram os aparelhos e o colocaram no paliativo. Isso é a Prevent Senior. São os bolsonaristas.

Estava passando no intervalo entre a sessão da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional um hino que os médicos e os funcionários são obrigados a cantar, na reunião de "guardiões". Os "guardiões" são os chefes de plantão.

É um escárnio, uma vergonha! É algo militarizado, escancarado! É uma indústria da morte para ganhar dinheiro essa Prevent Senior e Hapvida, formada por diretores bolsonaristas e médicos que trabalharam no gabinete paralelo, como Zanotto, Nise Yamaguchi. O médico que está depondo no Senado mostra o que era obrigado a fazer, porque se rebelou e foi demitido.

É bolsonarismo na veia, genocídio e necropolítica no Brasil!

Documento 95/288

20.2021.N Sessão Deliberativa Extraordinária - CD 07/10/2021-16:32
Publ.: DCN - 10/8/2021 - EDUARDO BOLSONARO-PSL -SP
CONGRESSO NACIONAL ORDEM DO DIA COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Legalidade da abertura de empresa offshore no exterior pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes. Recuperação da economia brasileira. Repúdio à CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Inexistência de escândalos de corrupção no Governo Jair Bolsonaro. Ocorrência de sucessivos escândalos de corrupção nos governos do PT. Geração de novos empregos no País. Importância da privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Excelência dos trabalhos realizados pelo Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, não obstante às baixas dotações orçamentárias de sua pasta.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria só fazer aqui um registro. Ontem, nas Comissões, foi muito falada a questão das *offshores* do Paulo Guedes, e parece que o pessoal do PT confundiu um pouquinho, porque nem sempre a *offshore* serve para fazer o crime de lavagem de capitais.

Estou até cansado porque eu vim correndo e quase perco a sessão plenária.

Mas, enfim, a *offshore* nada mais é do que uma empresa aberta no

exterior, e não há crime nenhum nisso. Tanto que o Ministro Paulo Guedes abriu essa empresa em 2015, durante o Governo Dilma, numa época em que ele sequer imaginava que o Jair Bolsonaro seria eleito e quanto mais que ele se tornaria o Ministro da economia.

Então, gostaria de fazer essa separação, porque parece que o pessoal do PT - eu ouvi, ontem, a Deputada Maria do Rosário, dentre outros Deputados - vem dizendo que o Ministro estaria sob suspeita simplesmente por ter essa empresa no exterior. E existe uma grande diferença entre pessoas como Palocci, que serviu praticamente na mesma posição - ele foi Ministro da Fazenda durante os Governos do PT anteriormente e está condenado - e o Ministro Paulo Guedes, que não cometeu ilegalidade nenhuma. Pelo contrário, ele ainda perde dinheiro trabalhando no Governo. Se ele fosse pensar em si próprio, e não só ele, como praticamente toda a sua equipe, se fossem pensar apenas neles, se fossem pensar no lucro ou no benefício próprio e em uma vida confortável, eles não estariam no Governo trabalhando e ralando dia e noite, para levarem o Brasil adiante na questão econômica.

Agora, os nossos opositores, quando enxergam a economia nacional ir de vento em popa, com números muito melhores na recuperação econômica pós-COVID do que Espanha, França, Japão e Alemanha, o que eles fazem? Tentam atacar e voltam as suas baterias contra a economia. Viram que a CPI da COVID não dá certo e que as pessoas se enojam principalmente com figuras como Omar Aziz, como Renan Calheiros, dentre outros, mais sujos do que pau de galinheiro, tentando acusar o Presidente, e o máximo que conseguem é tentar construir uma narrativa de um escândalo de corrupção de compras de vacinas, em que não foi gasto sequer 1 real.

Isso daí tem de ficar muito bem pontuado, Sr. Presidente.

Quero dizer que assisti a um discurso, na CCJC, da Deputada Caroline de Toni, em que S.Exa. também falou nesse sentido, mas vale a pena deixar isso marcado neste plenário. Já são quase 3 anos de Governo Bolsonaro, sem que houvesse sequer um escândalo de corrupção.

Eu sei que isso dói muito no PT, porque, num passado recente, nos Governos Lula e Dilma, esses escândalos eram quase diários, e tanto prejudicaram o País que ficou um legado de 13 milhões de desempregados. Nós estamos lutando para melhorar isso, e, durante a pandemia, nós já geramos mais empregos do que o número das demissões geradas pela COVID.

Então, vejam que o Brasil vai indo muito bem na recuperação econômica. Seguimos adiante com uma agenda de redução do Estado, com a privatização da ELETROBRAS e dos Correios e com a

concessão de estradas. Vejam como é incrível o trabalho do Ministro Tarcísio! Com tão pouco o que ele faz!

Quando o Tarcísio era concursado do DNIT, prezado Deputado Rocha, e estava na estrutura do Ministério dos Transportes, sabe de quanto era o orçamento dos transportes? Mais de 20 bilhões de reais. Hoje em dia, o Ministro Tarcísio consegue fazer um trabalho sensacional, com um orçamento que sequer chega a 4 bilhões ou a 5 bilhões de reais.

Então, são novos tempos que o Brasil está vivendo.

Quero deixar claro aqui: petista, quando começa a acusar alguém de corrupção, já está errado!

De quem é mesmo aquela frase: petista, quando não está roubando, está mentindo ou, quando não está mentindo, está roubando? Alguém disse essa frase. Eu não sei quem foi, mas concordo com ela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 96/288

20.2021.N Sessão Deliberativa Extraordinária - CD 07/10/2021-16:36
Publ.: DCN - 10/8/2021 - ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP
CONGRESSO NACIONAL ORDEM DO DIA COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Alcance da nefasta marca de 599 mil e 414 mortes no País pela Covid-19. Vinculação entre os mais de 200 mil óbitos provocadas pela doença, e a sequência de erros e atitudes propositais do Presidente Jair Bolsonaro. Oposição do Presidente da República à aquisição de vacinas e às demais medidas preventivas do coronavírus. Defesa de fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, especialmente do setor de vigilância epidemiológica. Homenagem póstuma às vítimas da Covid-19. Solidariedade aos familiares dos falecidos pelo coronavírus.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Hoje, lamentavelmente, o Brasil atingiu a pavorosa cifra de 599 mil e 414 mortos em decorrência da COVID-19. A nossa homenagem às vítimas, o nosso lamento e, ao mesmo tempo, a nossa solidariedade a todos aqueles que perderam entes queridos e amigos. Enfim, essas mortes parcialmente poderiam ter sido evitadas. Há estudos que demonstram que, se a pandemia tivesse sido bem conduzida no Brasil,

poderiam ter sido evitadas mais de 200 mil mortes. Foi uma sequência de erros e de atitudes propositais.

No início, alguém poderia até se enganar da importância do uso de máscara, por exemplo. Alguém poderia não conhecer a importância de se fazer isolamento social. Entretanto, em pouquíssimo tempo, o mundo nos ensinava que máscara era importante, que rastreamento de contatos era importante e que vacina seria uma das alternativas que se deveria buscar. Mesmo no que diz respeito a vacinas, nós agimos de maneira a ignorar a sua importância. Não por acaso, o Brasil poderia ter comprado o correspondente em vacinas à metade da população brasileira, duas doses - para facilitar a conta, 200 milhões. Nós poderíamos ter comprado o correspondente em vacinas para vacinar 100 milhões de brasileiros, entretanto, nós compramos apenas o correspondente a 10%. Perdemos aí 160 milhões de vacinas por decisão do Governo, que não quis comprá-las.

Assim sendo, quando, felizmente, o número de mortes reduz e em metade dos Municípios brasileiros, no dia de hoje e de ontem, não falece ninguém em decorrência da COVID-19, isso significa que pelo menos a vacina, a essa altura, já mostra resultados nítidos. Entretanto, nós não podemos conviver com a situação de que aquilo que era um plano de contingência, que deveria ter sido feito no início da pandemia, até hoje não foi feito. Nós não podemos conviver com a situação de que autoridades sanitárias e autoridades epidemiológicas precisam ser alertadas daquilo que ocorre no mundo, quando deveríamos ter ganhado 1 mês de demora da chegada do vírus em nosso País, o que não ocorreu. Parece que, então, nós não tínhamos nem sequer a informação de que chegaria. E chegou.

Hoje nós somos o segundo país em número de mortes. Proporcionalmente, na América Latina, só estamos à frente do Peru.

Enfim, qualquer comparação que se faça - e lamentamos dizer isto -, nós fomos muito mal no combate à pandemia.

Nós temos, então, que homenagear - e, eu diria, de forma até permanente -, ainda que seja irreversível a dor das pessoas, de quem ficou, é nosso dever registrar para a história aquilo que não pode se repetir. Nós temos que fortalecer o SUS. Nós temos que fortalecer especialmente a vigilância epidemiológica. Nós precisamos ter legislação que faça com que cada autoridade responsável tenha pelo menos o medo de vir a ser punido, até porque é difícil ter uma vergonha maior do que esta: um Ministro da Saúde pegar a doença, ter sido a doença diagnosticada em outro país e ainda custar aos cofres públicos a quarentena que precisou ser feita nos Estados Unidos da América pelo Ministro Queiroga, por sua inoperância e por sua

competência.

Registro, mais uma vez, o que é o mais importante: que isso não se repita e que o nosso lamento se traduza em ações de saúde pública, em solidariedade às famílias e em homenagem às vítimas.

Obrigado.

Documento 97/288

20.2021.N Sessão Deliberativa Extraordinária - CD 07/10/2021-16:40

Publ.: DCN - 10/8/2021 - GIOVANI CHERINI-PL -RS

CONGRESSO NACIONAL ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Visita de comitiva da Comissão de Seguridade Social e Família aos Municípios de Boa Vista e Pacaraima, Estado de Roraima, para verificação in loco da imigração venezuelana. Fuga de venezuelanos da fome e miséria reinante em seu país. Desrespeito aos direitos humanos na Venezuela, em Cuba e na República Popular da China. Contrariedade ao assistencialismo do Estado brasileiro. Inadmissibilidade de atribuição ao Presidente Jair Bolsonaro da responsabilidade pelas mortes decorrentes da Covid-19. Confiança no desenvolvimento econômico do País, com geração de emprego e renda.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ramos, eu tive o privilégio de acompanhar uma comitiva da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados até Boa Vista, capital de Roraima, e Pacaraima, na divisa com a Venezuela. Fui convidado pelo meu querido colega Deputado Hiran Gonçalves. Também acompanhou essa comitiva a Deputada Paula Belmonte, a Deputada Carmen Zanotto, a Deputada Carla Dickson e a Deputada Leandre, que foi a autora do requerimento dessa comitiva na Comissão de Seguridade Social e Família que foi avaliar a situação dos venezuelanos que estão entrando no Brasil.

Agradecemos ao Prefeito de Pacaraima, Juliano Torquato, à Presidente da Câmara de Vereadores de Pacaraima, Dila Santos, aos Vereadores Arlindo e Irmão Grande, à Vereadora Kassia, ao Governador do Estado de Roraima, Antonio Denarium, ao Senador Mecias de Jesus, pai do nosso querido colega Deputado Federal Jhonatan de Jesus, ao Exército, através do General Sérgio Schwingel, e a todas as pessoas que nos receberam carinhosamente em Boa Vista e Pacaraima.



A Venezuela vive uma tristeza muito grande, porque foge da fome, da miséria e do sistema político que não deu certo. Não deu certo em Cuba porque não respeita os direitos humanos. Não deu certo na China porque não respeita a liberdade e os direitos humanos. A Venezuela é a desgraça desse novo milênio. A Argentina caminha para isso. Noventa e sete por cento da população venezuelana vive abaixo da pobreza.

E o Maduro se mantém naquela cadeira.

E conseguiu abrir as cadeias da Venezuela, para que todos eles viessem para o Brasil. Entram 2 mil venezuelanos por dia. Vejam bem, são 2 mil venezuelanos por dia!

Eles pregavam lá saúde, educação, tudo de graça, mas esqueceram de criar frentes de trabalho. Aumentaram o tamanho do Estado. Por isso, nós precisamos ter a lição disso. O primeiro, o assistencialismo e Estado grande, gera isso. Menos assistencialismo, menos Estado grande, menos Brasília, mais Brasil.

E quanto à saúde e à economia? Os nossos "inteligentes" da pandemia diziam: "*Vamos pensar na saúde agora, esqueçamos a economia!*" A Oposição aplaude, aplaude o obituário. A Oposição tem prazer em dizer quantos morreram. A Oposição tem prazer em ser um verdadeiro obituário da saúde das pessoas. De onde veio o vírus? De onde veio a picada? De onde vieram as focinheiras? De onde vieram os respiradores? De onde vieram os equipamentos? Engraçado, tudo é coincidência. Tudo é culpa do Presidente Bolsonaro. Nos Estados Unidos morreu mais gente do que no Brasil. A culpa não é do Biden, é do Bolsonaro. Quem é o genocida na Venezuela? Quem é o genocida na China? Quem é o genocida em Cuba, que tem milhões e milhões do Ex-Presidente de Cuba espalhados pelo mundo? Mas tudo é eleição.

Primeiro, lutaram contra a saúde das pessoas, inventando que tinham que ficar em casa, usar focinheira e esperar a picada. Esqueceram o tratamento inicial. Agora querem pegar a economia. E querem bater em quem? Em Paulo Guedes, querem bater em Paulo Guedes, porque o Brasil vai crescer. O Brasil vai explodir em termos de desenvolvimento, de agora em diante. Vai gerar emprego, vai gerar renda, porque no liberalismo funciona assim: você dá o emprego para a população, e ela paga a sua educação, igual é feito nos Estados Unidos. E o Paulo Guedes quer transformar o Brasil nos Estados Unidos.

Já que agora estão vindo os venezuelanos, quem sabe amanhã virão outros, os europeus, para cá? Porque o Brasil vai ser o celeiro da produção mundial e, com certeza, o celeiro de muitos que não gostam do Brasil.

Viva o patriotismo! E viva o Brasil!

Documento 98/288

20.2021.N Sessão Deliberativa Extraordinária - CD 07/10/2021-16:52
Publ.: DCN - 10/8/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP
CONGRESSO NACIONAL ORDEM DO DIA COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Perplexidade ante o depoimento de médicos na CPI da Covid, a respeito da submissão de pacientes ao tratamento precoce com cloroquina. Responsabilidade dos bolsonaristas pelas mortes decorrentes da Covid-19 no País. Relevância dos trabalhos realizados pela CPI da Covid. Prática do crime de genocídio pelo Presidente Jair Bolsonaro, com relação à epidemia de coronavírus. Envolvimento do Presidente da República com milícias, em denúncias de corrupção e no esquema criminoso das chamadas rachadinhas, apropriação de parte dos salários de funcionários de gabinetes parlamentares. Imediata abertura e aprovação de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Repúdio à gestão do Ministro da Economia, Paulo Guedes. Decadência do bolsonarismo.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu queria, neste tempo da Liderança, me referir aos depoimentos que aconteceram hoje na CPI da COVID. Foram realmente chocantes os depoimentos do médico que se recusou a seguir o tratamento precoce imposto, com o uso da cloroquina, que faz parte do *kit* COVID, e de um senhor que ressuscitou, porque a família insistiu que ele vivesse.

O advogado Tadeu Frederico Andrade relatou que os médicos quiseram e chegaram a determinar o tratamento paliativo, só voltando atrás depois de muita pressão da família. Ele disse: *"Eu teria meus equipamentos desligados, aplicariam uma bomba de morfina, e eu iria a óbito. Minha família se insurgiu, ameaçou buscar a Justiça, e eles tiveram que recuar. Hoje, eu estou vivo"*.

O médico Walter Correa de Souza fez um depoimento incrível, quando os Senadores colocaram no ar o hino que, quando é tocado, os médicos põem a mão no coração e o entoam. O que aconteceu é um escárnio, é um escândalo, é coisa de fascistas, gente! É gente que está ganhando dinheiro à custa da vida de pessoas idosas, plenas de saúde, para saquear dinheiro!

O tratamento precoce é usado para limpar os hospitais! Eles se propuseram a usar o *kit* COVID como exemplo, e, mais, os mesmos



médicos que o prescreveram - um deles já faleceu, o médico Wong - faziam parte da equipe que orientava Bolsonaro, ou Bolsonaro os orientava a dizer que a cloroquina, que nem a ema quis, era a solução para o tratamento da COVID, que já matou quase 600 mil pessoas no Brasil.

Nós vamos repetir estes números até os bolsonaristas se cansarem. Eles são os responsáveis pelo genocídio no nosso País! Centenas de milhares de vidas teriam sido poupadas se as vacinas tivessem sido compradas com antecedência, se tivessem indicado o uso de máscaras, se Bolsonaro e esse Queiroga, que é outro farsante, que pegou COVID em Nova York, não tivessem adotado as políticas que adotaram junto com Pazuella, além daquela penca de coronéis corruptos que compraram a Covaxin, que era um fantasma, para, na verdade, não poupar vidas brasileiras.

Portanto, é lógico, Sr. Presidente, que nós devemos, neste momento, dizer que a CPI da COVID está fazendo um trabalho espetacular, e ela vai colocar Bolsonaro, um Presidente que vai à ONU, encontra o Primeiro-Ministro Boris Johnson e ainda tem a coragem de afirmar que não tomou vacina, no Tribunal Penal Internacional, em Haia. Lá é o lugar dele. De onde essa gente saiu para matar tantos brasileiros?

É óbvio que foi isso que prejudicou a economia, e não o contrário. Não terceirizem a culpa! Em todo o mundo, todos tomaram as medidas preventivas, fizeram o isolamento e, aos poucos, estão liberando a população. Isso é evidente! É assim que se vai aprendendo. É a vacinação que está impedindo um número maior de mortes, e Bolsonaro ainda se orgulha de não ter se vacinado! Isso é criminoso. Como chefe de Estado, é esse o exemplo que ele dá, sem falar nos Senadores da CPI que defendem o bolsonarismo. São patéticos! Um deles disse que nos Estados Unidos está morrendo mais gente. É porque a maioria é "trumpista", e grande parte dos "trumpistas" é contra a vacina - eles não vão se vacinar. Hoje a maioria dos que morrem é formada por aqueles que não se vacinaram.

Vocês foram os responsáveis por essa matança! O Governo Bolsonaro é genocida, é corrupto! Houve corrupção, sim, no caso da Covaxin, nas rachadinhas e nas milícias imobiliárias!

Por isso, Sr. Presidente, *impeachment* já para o Presidente da República!

Paulo Guedes contribui para tudo o que está acontecendo. Ele debocha do povo brasileiro, com a dinheirama internacional protegida em dólar e com as decisões que toma, decisões que lhe facilitam a própria fortuna. Paulo Guedes é um grande farsante, é um "pinochetista" - ele foi do golpismo de Pinochet, do massacre chileno.

Ele faz parte dessa turba que veio para cá para governar o Brasil. Mas eu acho que isso está chegando ao final.

Nós estamos assistindo à decadência do bolsonarismo. Eles estão decepcionados porque não aconteceu o golpe de Sete de Setembro. Eles não têm maioria na sociedade. Ao contrário, eles têm minoria. O Brasil não quer tanques de novo, o Brasil não quer a ditadura militar novamente, o Brasil não quer a volta do AI-5, com suas torturas e assassinatos políticos. Eles têm uma minoria. Bolsonaro, em vez de cuidar da fome do povo e da inflação, está cuidando de armar os CACs, que são grupos milicianos...

(Interrupção do som.)

Documento 99/288

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 90.2021.B | Sessão Outro Evento | 07/10/2021-08:44 |
| Publ.: DCD - 10/8/2021 - PADRE JOÃO-PT -MG | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Descaso da Câmara dos Deputados e do Senado Federal com a agricultura familiar. Dissonância entre o quadro de fome e miséria reinante no País e a pujança agropecuária brasileira. Apelo ao Presidente da Casa, Deputado Arthur Lira, ao Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, e aos Líderes partidários de votação e rejeição do Veto Total nº 51, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, colegas Deputados, Deputadas, venho mais uma vez denunciar o descaso das duas Casas do Congresso Nacional para com a agricultura familiar, que é responsável por mais de 70% do alimento que chega à mesa dos brasileiros. O grande agronegócio, que a maioria defende, além de envenenar a mãe Terra, as águas, exterminar a biodiversidade, produz só para exportação, produz *commodities*.

Às vezes, no Estado produtor, é onde há mais fome e miséria. O povo

está buscando osso para se alimentar, e nós somos produtores de soja, de gado.

Apesar disso, as Casas do Congresso Nacional, quando chamada a sessão do Congresso, não pautam o Veto nº 51. Presidenta, Bolsonaro após o Veto nº 51 a uma lei importante, que é a Lei Assis Carvalho II, decorrente da aprovação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, que garante o auxílio emergencial para a agricultura familiar, que garante apoio à agricultura familiar.

Em plena pandemia, os agricultores familiares tiveram muita restrição em relação à renda, porque não havia feiras. Além disso, os recursos do PAA acabaram. Só Minas Gerais, Presidente, chegou a utilizar mais de 80 milhões do PAA. Hoje não há nem 40 milhões para o Brasil inteiro! Foram muitas restrições para a agricultura familiar ter renda.

O Projeto de Lei nº 823, de 2021, origem da Lei Assis Carvalho II, é a garantia de um auxílio emergencial para a agricultura familiar. E Bolsonaro e Paulo Guedes o vetaram. Essa é uma crueldade deste Governo, que tem tanto apoio ainda nestas duas Casas, o que é triste.

O Veto nº 51 é urgente que seja pautado. Faço este apelo ao Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Congresso, mas também ao Presidente desta Casa, Deputado Arthur Lira, e a todos os Líderes. Isso é importante. Estão chegando as chuvas. É o período de plantio. A agricultura familiar precisa desse apoio.

Vamos pautar o Veto nº 51 e derrubá-lo. Esse veto expressa a crueldade deste Governo com a agricultura familiar, com o povo brasileiro. É para ter acesso à comida. Quem garante comida de verdade na mesa do brasileiro é a agricultura familiar, que tanto precisa do nosso apoio. É urgente pautar, para que possamos derrubar, o Veto nº 51 e, assim, viabilizar o apoio e o auxílio à agricultura familiar.

Presidente, solicito que V.Exa. determine a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa.

Documento 100/288

| | |
|--------------------------|---|
| 119.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -07/10/2021- CD 09:48 |
| Publ.: DCD - 10/8/2021 - | HUGO MOTTA-REPUBLICANOS -PB |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA |
| | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Prioridade da Casa na votação da Medida Provisória nº 1.057, de 2021, relativa

à instituição do Programa de Estímulo ao Crédito. Apresentação de parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração da forma de pagamento de precatórios.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, enquanto a Deputada Celina vai à tribuna, eu quero registrar que conversei com o Deputado Marcelo Ramos sobre a Medida Provisória nº 1.057, de 2021, cujo prazo para ir ao Senado inclusive já extrapolou aquele combinado entre as duas Casas. O nosso relatório está pronto e foi amplamente divulgado ontem - deu entrada no sistema da Casa.

Eu gostaria de solicitar ao Deputado Marcelo que dê prioridade ao tema e ao meu grande amigo Deputado Altineu, que está à frente, na fila das matérias a serem relatadas, que eu possa ter a preferência, já que queremos também ler o nosso relatório da PEC dos Precatórios daqui a pouco na Comissão.

Essas são as solicitações que eu faço.

Documento 101/288

| | | |
|--------------------------|---|---------------------|
| 119.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -07/10/2021- CD | 10:28 |
| Publ.: DCD - 10/8/2021 - | HUGO MOTTA-REPUBLICANOS -PB | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PARECER DISCURSO |

Sumário

Emissão de parecer à Medida Provisória nº 1.057, de 2021, sobre a instituição do Programa de Estímulo ao Crédito; e às Emendas de nºs 1 a 41 apresentadas conforme o caput do art. 3º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, editado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, Srs. Deputados e Sras. Deputadas que nos acompanham aqui no plenário e também pelo Infoleg Parlamentar.

Sr. Presidente, vou direto ao voto, mas, antes disso, quero ressaltar que essa medida provisória é muito importante para estimular o crédito e o microcrédito para as pequenas empresas, microempresas, empresas que estão no regime do SIMPLES Nacional.

Ela desburocratiza, facilita que as instituições bancárias possam ter, na

verdade, mais condições de ofertar crédito nesse momento tão importante, em que a nossa economia precisa, em que as empresas sofreram e estão sofrendo neste período de pandemia. Essa medida vem justamente para reforçar o auxílio a essas empresas importantes para o nosso País, principalmente para a geração de emprego e renda.

Passo à leitura do voto.

"II - Voto do Relator

Da Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa

Entendemos estarem presentes os pressupostos constitucionais de urgência e relevância na medida provisória em questão em face da necessidade de se combater os efeitos econômicos da pandemia que afetou de maneira significativa microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte e produtores rurais.

Outrossim, não encontramos vedações constitucionais impeditivas à edição da presente MP, não estando presentes vícios constitucionais formais ou materiais que maculem a proposição e totalmente compatível com o ordenamento jurídico nacional, o que atesta sua juridicidade.

Em relação à técnica legislativa, entendemos que o texto está de acordo com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

As emendas apresentadas atendem aos requisitos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com exceção das Emendas nºs 7, 12, 13, 18, 24, que, em nossa visão, estão em desacordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, por inserir matéria estranha à medida provisória.

Da Adequação Financeira e Orçamentária

A Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, estabelece em seu art. 5º, § 1º, que o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei nº 101, de 2000, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União.

Observando o disposto no art. 19 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados - CONOF elaborou a Nota Técnica de

Adequação Orçamentária e Financeira nº 37, de 12 de agosto de 2021.

Conforme o documento supra, a Exposição de Motivos traz a estimativa de impacto fiscal nos seguintes termos:

O Ministério da Economia irá considerar nas estimativas de receitas dos orçamentos dos anos 2022 a 2024 os valores estimados pelo Banco Central do Brasil das renúncias fiscais, ou seja, R\$ 0,7 milhão em 2022, R\$ 0,9 milhão em 2023, R\$ 1,4 milhão em 2024, sendo que a renúncia fiscal para 2021 é zero. Adicionalmente, em atenção ao disposto no Acórdão nº 2198/2020-TCU, consideramos que o impacto fiscal dessa proposta é irrelevante em relação ao valor definido como meta de resultado primário nos anos de 2022 e 2024, aproximadamente 0,0005%, conforme dados da Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, não havendo incompatibilidade da referida medida com as premissas e os objetivos da política econômica nacional definidos nos Anexos de Metas Fiscais que integram as respectivas Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Nesse sentido, tendo em vista que as medidas de compensação ficam dispensadas em proposições cujo impacto fiscal seja 'irrelevante', assim considerado o limite de 0,001% (um milésimo por cento) da receita corrente líquida, a nota ressalta que *'justifica-se a dispensa de medidas compensatórias para esse efeito fiscal'*.

Dessa forma, consoante o exposto, nós nos posicionamos pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 1.057, de 2021.

Entendemos que as Emendas nºs 7, 12, 13, 18 e 24 acarretam renúncias de receitas significativas para a União e não apresentam estimativa ou demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro; acarretam redução de receita tributária da União sem apresentar demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro de que tratam o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT e o art. 125 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 - LDO 2021, nem demonstração de ausência de prejuízo ao alcance das metas fiscais (...), motivos pelos quais reputamos as emendas inadequadas orçamentária e financeiramente.

Do Mérito

Não há dúvida de que o Programa de Estímulo ao Crédito é um importante passo na retomada da economia, principalmente para os pequenos e médios negócios, criando incentivos para as instituições financeiras emprestarem a essas companhias e empreendedores. O programa deve gerar até R\$ 48 bilhões em crédito. Para aprimorar o

PEC, acatamos as Emendas nºs 1, 5 e 29.

Com vistas a incrementar o estímulo ao crédito, acatamos a Emenda nº 22, que tem o objetivo de corrigir distorções no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - PRONAMPE. Por fim, apresentamos sugestão de alteração na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, para diminuição da burocracia para que as instituições financeiras possam proceder à novação de dívidas no âmbito do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS.

Da Conclusão do Voto

Com base no exposto, pela Comissão Mista voto:

1) quanto à admissibilidade:

1.1. pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.057, de 2021;

1.2. pela inconstitucionalidade das Emendas nºs 7, 12, 13, 18 e 24 e pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.057, de 2021, e das demais emendas apresentadas;

1.3. pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.057, de 2021, e das emendas apresentadas, com exceção das Emendas nºs 7, 12, 13, 18 e 24;

2) quanto ao mérito: pela aprovação da Medida Provisória nº 1.057, de 2021, e das Emendas nºs 1, 5, 22 e 29, na forma do projeto de lei de conversão a seguir apresentado, e pela rejeição das demais emendas admitidas."

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

Documento 102/288

| | |
|---|--|
| 119.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/10/2021- CD 10:56 |
| Publ.: DCD - 10/8/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA |
| | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Aproximação da nefasta marca de 600 mil mortes no País pela Covid-19. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelo caos sanitário, bem como



pelo desemprego, miséria e fechamento de empresas no País. Escândalo da manutenção de aplicações financeiras em paraísos fiscais pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes. Agravamento das queimadas no Brasil. Luta dos povos indígenas e quilombolas pela demarcação dos seus territórios. Realizações do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Alcance social do Programa Bolsa Família. Anulação de condenações judiciais impostas ao ex-Presidente da República. Quadro de miséria, fome e carestia reinante no Brasil.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer também da minha satisfação de vê-lo sempre com essa tranquilidade presidindo os trabalhos desta Casa.

Quero dizer, neste momento, às Sras. e aos Srs. Deputados e àqueles que nos acompanham que nós estamos vivendo uma verdadeira crise neste País. Parece que todos nós, quando vamos falar, falamos desta crise que está acontecendo. Mas, em meio a esta crise e em meio a uma pandemia, temos um governo cujos apoiadores dizem nesta Casa que é maravilhoso, que está fazendo tudo o que pode. Até o número de campeões das Olimpíadas e das Paraolimpíadas está sendo atribuído ao Presidente, como se ele tivesse ido ao campo jogar. É impressionante, diante de tanta miséria a que estamos assistindo neste País, que digam que está tudo bem. Tudo bem para quem? Com 600 mil pessoas mortas - até agora já são quase 600 mil pessoas mortas pela COVID -, dizem que está tudo bem. Naturalizaram essas mortes. Dizem: "*O Presidente nada tem a ver com isso, porque ele está viabilizando, ele está fazendo, as vacinas estão chegando*". Primeiro, ele culpou os Estados que tomaram a decisão de antecipar a vacinação, nesta loucura, que vacinaram o seu povo, que, por eles mesmos, contrataram e compraram vacinas, porque os Governadores, os Prefeitos e as Prefeitas já estavam horrorizados com o que estava acontecendo, sem uma resposta para isso deste Governo.

O que nós vimos foi a "gripezinha" levar este País a este caos que estamos vivendo: tanto desemprego, tanta miséria, famílias inteiras morando no meio na rua, tantos comerciantes fechando os seus comércios. Isso não é por conta da COVID, nem é por conta do isolamento, é por conta desta política de Paulo Guedes, apoiado pelo Presidente da República!

Agora nós estamos a ver este grande escândalo acontecer neste País, mas parece que está tudo bem. Está tudo bem. Não importa que o Paulo Guedes tenha 51 milhões de dólares lá fora, no paraíso fiscal. Dizem: "*O que é isso? É o dinheiro dele! Ele ganhou e ele tem o direito de ter esse dinheiro depositado lá. Qual é o mal de depositar o seu dinheiro num banco, num paraíso fiscal? Não, não há nenhum problema*". O problema é que ele está colaborando com a fome e a



morte do povo brasileiro, porque ele está tirando da boca do trabalhador e da trabalhadora, com a conivência do Governo. O Governo Bolsonaro tem embaixo do braço o Paulo Guedes, e o projeto do Governo é do Paulo Guedes. Nós estamos vendo, nas Ilhas Britânicas, no Caribe, a evasão de divisas, tudo isso acontecendo, mas está tudo bem. Paulo Guedes é um banqueiro que está levando o dinheiro do Brasil para fora, e os impostos aqui estão sendo sonegados. Isso é corrupção financeira, e nós devemos denunciar com toda a força que existe. Essa sonegação de impostos implica a morte de um número de pessoas desempregadas, com fome. Mas está tudo bem. Este Governo é 100% uma maravilha. Não tem responsabilidade com nada.

Está havendo queimadas. Os povos indígenas, há dias, há meses, estão vindo para cá, assim como o povo quilombola, há dias, há meses, por causa das demarcações. Querem fazer o quê? *"Mas está tudo bem. Para que indígena quer tanta terra?"* É o que ouvimos. *"Para que isso? Nós temos que demarcar, porque é preciso plantar mais soja."* É preciso, porque a soja é que vai substituir o emprego, é que vai substituir a comida na mesa, é que vai substituir a vacina no braço.

Ora, vejam só! Como é que se pode aceitar lavagem de dinheiro, descaradamente, neste País e achar que está tudo bem?

Ainda ouço inconformados com o fato de Luiz Inácio Lula da Silva ter sido considerado inocente. Criaram uma narrativa, para que o povo pudesse ver no PT e no Lula os autores da maior corrupção do Brasil desde o tempo do Brasil Colônia ou do Brasil Império. *"É o Lula, é o PT!"*

Esse corrupto Lula tirou 36 milhões de pessoas da miséria, desenvolveu o Nordeste, fez a transposição do Rio São Francisco. Eu ouvi dizerem aqui que o Bolsonaro está cuidando disso, que ele fez essa transposição. Não é possível! Ele fez essa transposição?

É preciso dizer para aqueles que chamam Lula de "corrupto" que esse corrupto fez o PROUNI, que colocou filho de trabalhador e trabalhadora na universidade, fez o Bolsa Família, do qual agora vão mudar o nome. Para quê? Para fazer politicagem - diziam que nós que fazíamos com o Bolsa Família. Não. O Bolsa Família mudou a história do povo na sua região. Passaram os comerciantes a vender, porque o povo tinha recursos. É diferente do que querem fazer hoje com o Bolsa Família. Querem cortar o Bolsa Família, acabar com o CADÚNICO. O que é isso, minha gente, senão politicagem? Ora, diante de uma corrupção financeira, ainda querem chamar o PT de "corrupto"? Provem! Provem a corrupção de Luiz Inácio Lula da Silva, porque a Justiça já provou. Ninguém inocenta alguém que tenha feito alguma coisa. Se fez alguma coisa, a Justiça vai condenar. Agora, nós também temos que pensar e

acreditar que, num processo democrático, é preciso que nós reconheçamos a Justiça do nosso País, mesmo quando ela se coloca contra nós, individualmente ou coletivamente. A Justiça do nosso País faz parte da instituição chamada "democracia", em que há harmonia entre os Poderes e independência ao mesmo tempo. Respeito, é isso o que nós não estamos vendo no Governo.

Então, não venham para cá dizer que está tudo bem. Não está tudo bem. Nós temos que resgatar o nosso povo da fome, da miséria absoluta e fazer com que o Brasil volte a sorrir.

As coisas estão mudando. Os movimentos populares estão nas ruas, os movimentos de estudantes estão nas ruas, os movimentos das donas de casa estão nas ruas, porque, por causa do preço, gás, arroz, feijão, óleo, açúcar e café não está dando para comprar. Estão morrendo de fome. Diante desse fato, estão indo para a rua.

Não é só a Oposição que está indo para a rua. Não. Estão indo para a rua muitos daqueles que votaram neste Governo, mas que agora se envergonham deste Governo e se arrependem de ter votado nele.

Documento 103/288

| | | |
|--------------------------|------------------------------------|--------------|
| 119.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária | -07/10/2021- |
| | CD | 12:04 |
| Publ.: DCD - 10/8/2021 - | GIOVANI CHERINI-PL -RS | |
| CÂMARA | DOS | COMO LÍDER |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Desconhecimento da origem do novo coronavírus. Questionamento sobre a segurança, os riscos e efeitos colaterais da vacina contra a Covid-19. Repúdio ao discurso da Oposição contra a política econômica e o Ministro da Economia, Paulo Guedes. Realização, no Dia da Independência do Brasil, de grandes manifestações populares a favor do Presidente Jair Bolsonaro. Importância da união do País em prol do empreendedorismo, do emprego e renda. Defesa da aprovação do Projeto de Lei nº 490, de 2007 sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ninguém sabe até hoje como surgiu esse vírus chinês, onde ele foi criado e quem sustentou isso.

Eu gosto muito de buscar as causas. Quem o criou? Ninguém pergunta isso neste plenário, até porque dizem que, lá na China, ninguém mais

sabe de alguém que trabalhou no laboratório em que foi criado esse vírus chinês.

Aliás, é proibido falar essa palavra. As redes sociais cortam, removem as nossas publicações. Removem. E dizem que isso é liberdade de imprensa. Meu Deus do céu, se isso é liberdade de imprensa... Inclusive, em São Paulo, na Assembleia Legislativa, removeram discursos de Parlamentares que falaram sobre isso. É preciso dizer: *"Fique em casa. É proibido tratar essa doença. Vá fazer a picada"*. Vou dizer "picada" porque senão, depois, vão encher de coisas a minha fala. Picada, no caso, todo mundo sabe, é a picada experimental, que todo mundo defende que é ciência.

Eu queria que um Parlamentar viesse a esta tribuna dizer qual é a pesquisa que foi feita sobre essa picada em jovens e crianças. Há um detalhe importante. Qual é o fabricante ou o governo ou o médico ou o cientista que garante que essa picada não gera problema de saúde para a população, principalmente para os jovens? Quem garante isso? Qual médico, qual cientista diz que é segura e que a pessoa não vai mais pegar essa doença ou não vai morrer dessa doença? Aliás, quando aparece na televisão que fulano foi acometido por essa doença, deveriam dizer se foi vacinado, ou foi picado.

Eu disse agora essa palavra. Vão remover, quem sabe, a minha fala nas redes sociais. Ou vão trancá-la, que é o que eles fazem hoje. E dizem que isso é liberdade de expressão. Pelo amor de Deus! Isso é a maior ditadura, é a maior ditadura das redes sociais já vista na história deste País. Ditadura! Nós não podemos dizer aquilo que eles não querem. Ninguém quer falar sobre tratamento inicial. Eu tive um câncer. Em caso de câncer, todo mundo diz: *"É preciso fazer o tratamento logo que aparece a doença"*. Em relação a qualquer doença, dizem: *"É preciso tratá-la logo"*. Em relação a essa, não, dizem o seguinte: *"Vá tomar dipirona ou paracetamol e espere"*. Até hoje isso está lá registrado.

O que a Oposição faz aqui? A Oposição age como alguns médicos que dizem que o Presidente é negacionista. Mas nunca falaram sobre o vírus chinês. De onde veio o vírus? Foi Bolsonaro que o criou? E os que morreram nos Estados Unidos, onde, em percentual, o número é maior do que o do Brasil e, em quantidade, também é maior do que o do Brasil? Foi Bolsonaro também genocida nos Estados Unidos? Será que são os que subestimam os riscos dessa picada experimental, em relação à qual nem os fabricantes nem os governantes garantem segurança, mas exigem a sua aplicação de forma indiscriminada?

Vejam o caso de Israel. Israel picou 80% da sua população e mandou que todo mundo lá usasse focinheira. Todos lá estão usando focinheira, até quando estão sozinhos, no carro! As pessoas estão

usando focinheira na rua! O vírus sai voando, ele voa e pega as pessoas, só pode! Onde é que está a ciência nisso, meu Deus do céu?

Mas o problema todo é a eleição do ano que vem. A Oposição atua muito fortemente aqui, como uma vespa, e morde, porque o importante é que o País não dê certo, o importante é que a economia não se recupere. Aliás, dizia assim: "*Vamos cuidar da saúde, depois vamos pensar na economia*". Agora a economia está se recuperando, e, mesmo assim, ela tem que bater na economia. Agora o foco é o Ministro Paulo Guedes, que era banqueiro. Mas, no Governo deles, Meirelles era banqueiro também e tinha dinheiro aplicado em tudo que é lugar no mundo.

O susto aconteceu no dia 7 de setembro, Deputado General Peternelli. O susto aconteceu no dia 7 de setembro, quando 50 milhões de brasileiros foram às ruas. Quando ela foi fazer manifestação, não botou 10 mil brasileiros nas ruas. E 50 milhões de brasileiros foram às ruas no dia 7 de setembro! Sabe por quê? Porque a população começou a entender que existe por trás dessas narrativas um interesse único: eleger alguém do lado deles Presidente da República. Isso é até legítimo, o que não é legítimo é dizer que tudo que é do outro lado é *fake news* e que tudo que é do lado deles é a verdade.

Ora, eu estudei Filosofia, aprendi que temos de entender a origem das coisas, as causas das coisas. Qual é a causa dessa doença que apareceu? Não foi um vírus chinês? De onde veio esse negócio? Acho que deve ter sido Bolsonaro que mandou que um laboratório lá criasse esse tal vírus chinês.

Nós precisamos unir este País, mas uni-lo na direção do empreendedorismo, na direção do emprego, na direção da renda. Nós temos que valorizar os empresários deste País que geram emprego. Heróis empresários que geram emprego! Graças a Deus, o País destravou um pouco a agricultura, não há mais invasão promovida por sem-terra, não há mais invasão de área indígena. Aliás, os índios já têm áreas suficientes. No Brasil, para 600 mil índios, há território equivalente ao do Reino Unido e ao da França juntos, e com as maiores riquezas. Temos então que aprovar aqui o PL 490/07, para que o índio possa ser milionário neste País, desenvolvendo e cultivando as suas terras, o que hoje é proibido. Eles fazem contratos frios, de gaveta. Tem que ser oficial que o índio possa se desenvolver, ter caminhonete, celular. O índio quer isso! Só que, infelizmente, as ONGs, a FUNAI, muitas vezes, e os órgãos "protetores" - entre aspas -, inclusive dentro desta Casa, querem que o índio seja objeto de museu. Nós queremos que o índio seja um brasileiro valorizado, igual ao agricultor neste País.

O agricultor, neste Governo, destravou questões. Os empresários

também destravaram muitas questões e hoje podem gerar empregos. Se andarmos para trás - não somos caranguejos -, se voltarmos, tudo isso vai ser simplesmente um sonho. Vamos olhar para frente. Retrovisor só nos serve para vermos o que está atrás.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que este País precisa de uma visão holística, este País precisa de uma visão de pátria, de solidariedade, de cooperativismo, este País precisa de patriotas.

Obrigado.

Documento 104/288

| | | |
|--|---|------------------------|
| 119.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -07/10/2021- CD | 12:44 |
| Publ.: DCD - 10/8/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Depoimento de paciente da operadora de planos de saúde Prevent Senior na CPI da Covid. Expectativa de condenação do Presidente Jair Bolsonaro pelo crime de genocídio, com relação à epidemia de coronavírus. Conivência de médicos e do Conselho Federal de Medicina com o bolsonarismo.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria aproveitar este minuto só para comentar que, neste momento na CPI da COVID, está acontecendo o depoimento de um cidadão que foi considerado desenganado pela Prevent Senior, um cidadão que foi levado aos cuidados paliativos, o que a família não autorizou, e também o do médico da Prevent Senior que fez a denúncia do comportamento dela.

Quero associar isso, assim como o caso da Hapvida, ao bolsonarismo, à tragédia da condução da pandemia por criminosos de um gabinete paralelo. Espero que consigamos condenar Bolsonaro por genocídio. E esses médicos e o Conselho Federal de Medicina foram coniventes com o bolsonarismo. Isso é gravíssimo, Presidente!

Obrigado.

Documento 105/288

| | | |
|----------|---|-------|
| 119.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -07/10/2021- CD | 14:48 |
|----------|---|-------|

Sumário

Aprovação, pela Casa, dos Projetos de Lei de nºs 2.058, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.151, de 2021, para disciplinamento das atividades de teletrabalho, de trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância de empregadas gestantes; e 4.308, de 2012, relativo ao exercício da profissão de compositor. Transcurso do Dia do Compositor.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente. É uma alegria vê-lo presidindo esta sessão.

Quero, em primeiro lugar, cumprimentar este Plenário pela aprovação ontem de um projeto tão importante, que teve como Relatora a Deputada Paula Belmonte, que vai favorecer as pequenas empresas e aquelas pessoas que investem no Brasil, para que possam seguir com o trabalho dos seus colaboradores e dos seus empregados, bem como para que as mulheres gestantes que estão imunizadas também possam voltar a trabalhar. Aquelas que optarem por não tomar a vacina podem também assinar uma declaração e retornar ao trabalho, sem a necessidade de tomar a vacina. Ninguém deve ser forçado a tomar uma vacina, ainda mais tendo uma imunização natural.

Eu quero parabenizar por essa aprovação de ontem e dizer que hoje, dia 7 de outubro, é o Dia do Compositor. Presidente, na CCJ, hoje pela manhã, nós recebemos a visita de alguns compositores e do Secretário Especial da Cultura, Mário Frias. Nós votamos o Projeto de Lei nº 4.308, de 2012, que veio do Senado, cuja Relatora foi a Deputada Maria do Rosário, e aprovamos uma lei que regulamenta a profissão de compositor.

Então, hoje é um dia de festa para os compositores. Essa lei foi aprovada em caráter conclusivo e segue para a sanção do Presidente da República.

Parabéns a todos os compositores do Brasil, porque o Congresso Nacional tem feito também a sua parte, ao colaborar com os compositores!

Muito obrigada.

Sumário

Comemoração do Dia de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, e da Criança. Apoio ao sermão do Arcebispo Metropolitano de Aparecida, Dom Orlando Brandes, contra o armamento da população civil, as fake news e a corrupção. Defesa de exigência, pela Câmara dos Deputados, de comprovante de vacinação para acesso às suas instalações, ao ensejo da retomada dos trabalhos presenciais.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais Parlamentares que nos acompanham nesta tarde, faço menção, neste momento, ao Dia da Padroeira do Brasil.

A comunidade católica tem, nesse sentimento do dia 12 de outubro, um dia em que comemora o Dia da Criança, mas comemora também um sentimento de mãe, um sentimento de proteção e um pedido do povo brasileiro para que, na qualidade de mãe, Nossa Senhora possa ajudar a nossa população.

Eu quero aqui também dar ênfase às palavras de Dom Orlando, durante a missa de ontem no Santuário de Aparecida, quando ele disse que a Pátria deve ser amada e não armada.

Dom Orlando também falou fortemente sobre o papel dos cidadãos e do povo cristão com relação à fome e também com relação às *fake news*, que o povo cristão tem a maior obrigação de combater, de primar pela verdade.

Falou ainda fortemente sobre corrupção e sobre as atitudes de quem está no governo deve tomar. Eu acho que nós como Parlamentares temos que seguir aquilo que foi colocado pelo Bispo de Aparecida.

No início da tarde, estive também no Santuário de Aparecida o Presidente da República, que, em dias anteriores, foi barrado no estádio dos Santos porque não comprovou a vacinação.

Nós estamos num País onde a Igreja Católica, a Igreja Evangélica e as pessoas que orientam a população pedem pela ciência. Como bem disse também Dom Orlando, temos que aprovar a ciência, apoiar a ciência, apoiar a vacina, e o Presidente da República foi barrado num

estádio de futebol porque não foi vacinado.

Esta Casa também está chamando de volta para o trabalho presencial os seus profissionais e todos os Parlamentares na próxima semana. Espero também que a Casa peça a comprovação da vacinação e que não adentre a Câmara dos Deputados - porque somos o exemplo para o País - nenhuma pessoa que não esteja vacinada, até mesmo o Presidente da República.

Temos que organizar o nosso País para que todos e todas que aqui vivem possam ter vida digna, vida em plenitude, assim como orienta o povo cristão, diante das mazelas que o mundo e que o País estão passando.

Então, Sr. Presidente, gostaria muito que nós tivéssemos atitudes assim como teve o estádio do Santos, na cidade de Santos, como teve a fala de Dom Orlando...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Silva. PSB - SP) - V.Exa. pode concluir, Deputada.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT) - Como teve a fala de Dom Orlando no Santuário de Aparecida no dia de ontem, como teve também todo o povo, que quer o melhor para o nosso País, para nossa Pátria amada, e não armada.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 107/288

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 91.2021.B | Sessão Outro Evento | 13/10/2021-14:20 |
| Publ.: DCD - 10/14/2021 - NILTO TATTO-PT -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Responsabilidade do Governo Jair Bolsonaro pelo quadro de miséria, fome e insegurança alimentar reinante no Brasil. Defesa de rejeição do Veto Total nº 51, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Protesto contra a

liberação do comércio e uso de novos rótulos de agrotóxicos no País. Defesa de abertura pela Casa de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é muito triste ver a que ponto o Brasil está chegando graças a este Governo, que não tem a menor vergonha na cara em não se preocupar com os reais problemas do País.

Hoje temos 20 milhões de brasileiros, quase a população do Chile, que dizem passar 24 horas ou mais sem comer nada; outros 24 milhões que dizem não ter certeza de como vão se alimentar e já reduziram a quantidade e a qualidade do que comem; e 74 milhões que têm medo de algum dia virem a passar por isso e acreditam que existe essa possibilidade.

O índice de insegurança alimentar vem subindo gradativamente de 2015 para cá, justamente no período em que começaram a tramar o golpe contra a Presidenta Dilma, que resultou na eleição do Bolsonaro, o pior Presidente da história do Brasil.

O pior de tudo é ver que o Presidente e sua corja tratam do assunto como se não tivessem nenhuma responsabilidade. Culpam a pandemia, os Governadores, a própria população, o PT, o resto do mundo, o comunismo, enfim, sempre jogam a culpa para terceiros. Parece até que são da Oposição. É como se não estivessem há quase 3 anos no poder sem construir nenhuma política pública concreta de combate à miséria neste País. Falam como se não pudessem fazer nada.

Aliás, até fazem: atrapalham e pioram a situação sempre que podem. Foi o caso, por exemplo, do veto ao auxílio emergencial para os agricultores familiares, responsáveis pela produção de 70% dos alimentos e jogados à míngua pelo Governo, que diz representar a agricultura no Brasil. Só se for a agricultura dos latifúndios, dos que ganham bilhões neste momento com a exportação de grãos, com as *commodities*. Esses, agora, com o Decreto nº 10.833, publicado pelo Governo Federal, poderão usar ainda muito mais venenos, mais agrotóxicos. Decerto é para matar a população de câncer, quando ela não morrer de fome.

É hora de termos a decência e a coragem de entender que esse Governo já era. Cada dia que Bolsonaro fica sentado à mesa da Presidência da República é mais desemprego, é mais fome, é mais morte. Por isso, esta Casa precisa tomar uma atitude e abrir um processo de *impeachment* para levar adiante o clamor da grande

maioria da população pelo "Fora Bolsonaro".

Presidente, eu gostaria que este meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa.

Obrigado.

Documento 108/288

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 91.2021.B | Sessão Outro Evento | 13/10/2021-14:48 |
| Publ.: DCD - 10/14/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Não comparecimento do Ministro da Economia, Paulo Guedes, à Casa para esclarecimento de suas movimentações financeiras em paraísos fiscais. Corte de recursos orçamentários destinados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Apoio ao sermão do Arcebispo Metropolitano de Aparecida, Dom Orlando Brandes, contra a política armamentista, a disseminação de fake news, e a favor da ciência no combate à Covid-19. Defesa da aprovação de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje nós deveríamos estar ouvindo o Ministro Paulo Guedes, porque a situação econômica do País é um desastre completo. Há escalada inflacionária, desemprego em massa, a pandemia ainda está a toda velocidade. É um desgoverno completo. E agora apareceram as contas de Paulo Guedes em paraísos fiscais - e não são nem paraísos fiscais, mas sim refúgios fiscais -, o que é um mau exemplo por parte de um dirigente. Ele tinha que prestar contas a esta Casa e fugiu para os Estados Unidos. Então, é esse tipo de governante que nós temos.

Hoje quem participou da reunião da Comissão de Educação foi o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, que não tinha o que dizer. Na prática, nós tivemos de ouvir o Ministro dizer que não sabia que ia haver um corte de 600 milhões de reais no orçamento da ciência e tecnologia. Esse corte acabou com os recursos do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e está liquidando qualquer projeto de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no Ministério, que está totalmente aniquilado, porque não há verba para nada. Eles cortaram 90% do orçamento nessa jogada.

O dinheiro foi para as emendas RP9, no Ministério do Desenvolvimento Regional, com o que estão comprando tratores e motoniveladoras para comprar apoio no Parlamento. Isso se chama corrupção. Trata-se de fidelização de voto no plenário.

Aqui no Estado de São Paulo, nós recebemos a visita do Bolsonaro, nos dias do feriado, e ele concluiu seu passeio em Aparecida, onde teve de ouvir o sermão do Arcebispo de Aparecida, que colocou claramente que o Brasil quer ser uma pátria amada, e não uma pátria armada, em palavras contrárias à política armamentista. Ele teve de ouvir que produzir mentiras e *fake news* liquida com o Brasil e que é preciso adotar a ciência para combater a pandemia. Isso ocorreu no mesmo dia em que Bolsonaro disse de novo que não vai se vacinar e em que chegamos a 600 mil mortes e famílias enlutadas.

Portanto, este é o Governo que finaliza. Este é o Governo da destruição nacional. Isso é o Governo Bolsonaro.

Por isso, eu digo: fora, Bolsonaro! *Impeachment* já!

Muito obrigado.

Documento 109/288

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 91.2021.B | Sessão Outro Evento | 13/10/2021-14:52 |
| Publ.: DCD - 10/14/2021 - EMANUEL PINHEIRO NETO-PTB -MT | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Apelo ao Presidente Arthur Lira e aos Líderes partidários de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 44, de 2021, de autoria do orador, sobre a suspensão do pagamento de mensalidades dos beneficiários junto ao Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, em face da epidemia de coronavírus. (apensado ao Projeto de Lei nº 1.133, de 2021).

O SR. EMANUEL PINHEIRO NETO (Bloco/PTB - MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vi agora, na recente publicação da pauta do dia de hoje, que novamente o projeto de nossa autoria que suspende o pagamento das mensalidades do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES foi mais uma vez retirado de pauta.

Quero pedir encarecidamente aos Líderes e ao Presidente Arthur Lira que possamos pautar e discutir esse projeto, que já foi aprovado nas Comissões por que passou, tendo em vista que milhões de brasileiros,

todos os dias, estão passando dificuldade e aperto financeiro em decorrência da pandemia. Eles estão com a sua renda, a sua qualidade de vida e o seu poder de compra reduzidos, em virtude da crise econômica decorrente do coronavírus.

Nesse sentido, o que nós estamos buscando não é calote para esses estudantes, mas a devida oportunidade de se organizarem econômica e contabilmente, de organizarem suas contas e poderem garantir a sua renda. Dessa forma, eles terão oportunidade de fazer jus e honrar suas dívidas.

Milhões e milhões de brasileiros estão dependendo do financiamento estudantil para poder garantir o diploma e o acesso ao mercado de trabalho, com mais qualificação e maior renda para sua família.

Por isso, peço encarecidamente aos Líderes e ao Presidente Arthur Lira: vamos pautar, discutir e votar a suspensão do pagamento do FIES.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 110/288

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 91.2021.B | Sessão Outro Evento | 13/10/2021-15:00 |
| Publ.: DCD - 10/14/2021 - VICENTINHO-PT -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Rejeição do Veto Total nº 42, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 827, de 2020, acerca da suspensão de ações de despejo durante a epidemia de coronavírus. Protesto contra a determinação do Prefeito Orlando Morando, do Município de São Bernardo do Campo, de desocupação da sede do Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua - MNMMR.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós havíamos aprovado o projeto de lei que proibia despejos durante a pandemia, mas Bolsonaro vetou. Na semana passada, nós derrubamos o veto. Portanto, está proibida a ação de despejo contra a nossa gente. Isso é uma coisa.

A outra coisa é que na minha cidade, São Bernardo do Campo, existe um belíssimo movimento há mais de 30 anos chamado Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua, movimento cultural, movimento em defesa da criança e do adolescente, inclusive tem o Bloco

Carnavalesco EURECA - Eu Reconheço o Estatuto da Criança e do Adolescente. Esse movimento levou crianças a retornar às suas casas, tirou as crianças da rua, presta um serviço extraordinário à nossa gente, cumpre uma função social que merecia receber, como já recebeu, prêmios pelo reconhecimento do seu belo trabalho.

Pois é, Sr. Presidente, para nossa surpresa, o Prefeito da cidade, o Sr. Orlando Morando, anuncia que vai retirar desse movimento o direito de usufruto da sede já dado por outros gestores. E o prazo dado para isso é precário, evidentemente. Há mais de 30 anos esse serviço é prestado à sociedade. Em vez de ser tirado esse direito das crianças e dos adolescentes, com a expulsão da sede, esse movimento deveria ter apoio, deveria ter um estímulo ao crescimento, com mais obras para dar condição e guarida a esses jovens.

Por isso, meus amigos, quero daqui do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados - e peço que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil* -, mandar o meu abraço aos dirigentes desse movimento. É uma diretoria de jovens homens e mulheres, entre eles estão o nosso querido Marquinhos e a nossa querida Néia, que se dedicam com tanto amor e com tanto carinho. Nós não podemos concordar com uma ação dessas, não podemos concordar com um gesto desses que não tem um mínimo de caridade, que não tem um mínimo de entendimento sobre o papel que o Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua desenvolve para a própria sociedade.

Vocês não estão sós, meus companheiros! Nós estamos juntos nessa luta! Recebam o meu grande abraço, fraterno e solidário!

Documento 111/288

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 91.2021.B | Sessão Outro Evento | 13/10/2021-15:28 |
| Publ.: DCD - 10/14/2021 - CORONEL TADEU-PSL -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Presença do Presidente Jair Bolsonaro no ato de concessão de títulos definitivos de posse da terra a trabalhadores rurais, no Município de Miracatu, Estado de São Paulo. Fornecimento, pelo Governo Federal, de 100 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19 à população brasileira. Empenho do Presidente da República no controle da epidemia de coronavírus.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP. Sem revisão do orador.) -

Obrigado, Presidente Ricardo Silva. É um prazer vê-lo presidindo esta sessão, é uma alegria muito grande.

Srs. Deputados e todos que nos assistem pelas redes sociais e meios de comunicação da Câmara dos Deputados, eu acabo de chegar de uma viagem junto com o Presidente da República. Estivemos na cidade de Miracatu, no nosso querido Estado de São Paulo. Lá em Miracatu, o Presidente Bolsonaro fez a entrega de títulos definitivos de propriedade a inúmeros trabalhadores rurais, a inúmeras famílias que vivem do trabalho rural para sobreviver.

O detalhe, Sr. Presidente, é que esse evento de hoje marca história, ele faz história no Governo Bolsonaro, que, no Estado de São Paulo, já entregou mais títulos do que todos os governos anteriores desde que a reforma agrária foi implantada no nosso País. Só no Estado de São Paulo, o número de títulos que está sendo entregue, no dia de hoje, é maior do que a soma de todos os outros governos. O Governo Bolsonaro, pelo Brasil afora, já entregou mais de 100 mil títulos, mais de 100 mil títulos definitivos! Isso é um compromisso com o povo brasileiro. Essa é a realização do Governo Bolsonaro, que promete e cumpre. Há um detalhe: há 1 ano e 7 dias, ele estava na mesma região, no Vale do Ribeira, e havia prometido para aqueles trabalhadores que, em 1 ano, voltaria para entregar os títulos. Perdeu por 7 dias. Deu exatamente 372 dias, e ele foi lá e fez a entrega que prometeu.

Quero destacar também que provavelmente hoje, Deputado Otoni de Paula, 100 milhões de doses de vacinas - 100 milhões de doses de vacinas! - serão aplicadas nos brasileiros sem nenhum tostão furado de Governador nenhum. Vamos deixar bem claro isto: nas 350 milhões de doses de vacinas que estão sendo oferecidas ao povo brasileiro, não há 1 centavo de Governador nenhum. E há muito Governador por aí, como, por exemplo, João Agripino Doria, que mente para a população, faz *marketing*. Nós precisamos aqui esclarecer: são 100 milhões de doses dadas aos brasileiros. É dinheiro do Governo Bolsonaro, é ação do Governo Bolsonaro. O Presidente Bolsonaro luta para nós sairmos desta pandemia o mais rápido possível.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 112/288

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 91.2021.B | Sessão Outro Evento | 13/10/2021-16:00 |
| Publ.: DCD - 10/14/2021 - GENERAL GIRÃO-PSL -RN | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |



Sumário

Discordância com a pregação de Arcebispo da Igreja Católica contrária ao armamento da população civil. Prática de corrupção nos governos petistas. Inconsistência das declarações do Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Norte, acerca da aquisição de vacinas contra a Covid-19 pelo Governo Estadual. Inadmissibilidade de atribuição ao Presidente Jair Bolsonaro da responsabilidade pela crise econômica brasileira. Desvio, pelo Consórcio do Nordeste, de recursos federais destinados ao combate à epidemia de coronavírus.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, boa tarde. Agradeço a oportunidade. Acabei de parar meu carro para poder me manifestar, mas agradeço ter sido chamado novamente, já que estava atendendo a uma demanda do meu Estado, o Rio Grande do Norte.

Gostaria de pedir inicialmente que as nossas palavras ecoassem nos veículos de comunicação da Casa.

Desde o começo da história do mundo, as religiões sempre procuraram defender os seus princípios e valores, e a Igreja Católica fez isso. As palavras do Bispo, que foram citadas por um colega que me antecedeu, correspondem a um aspecto lamentável. Talvez o Bispo tenha esquecido a história ou não a tenha estudado. A Igreja precisou, sim, que as armas fossem usadas para defender o seu povo, para defender a sua crença.

E hoje, quando falamos em Pátria amada, deveríamos lembrar que é melhor ser Pátria amada e armada do que ser Pátria roubada. Foi isso o que foi feito no Brasil nos últimos anos de Governo do PT. Uma vergonha! As *fake news* são tantas, Sr. Presidente, que só lamentamos. Os caros colegas deveriam saber disso.

Ontem mesmo, no Rio Grande do Norte, nós presenciamos o discurso do Vice-Governador, em referência à entrega das vacinas pelo Governo Federal, dizendo: "*É o Governo do Estado que está entregando as vacinas*". Ora, todo o Brasil sabe que as vacinas são compradas pelo Governo Federal e são entregues aos Governos dos Estados para que eles as distribuam - e, mesmo assim, ainda as distribuem mal. Então, lamentamos muito esse tipo de postura adotada por algumas autoridades, que pregam, sim, *fake news*. Isso, sim, é *fake news*.

Em relação às empresas brasileiras e à reforma administrativa, nós vivemos um novo momento mundial. O mundo está passando fome, o mundo enfrenta a inflação. Alguns governantes e ex-governantes defendiam que ficássemos em casa e que a economia se resolveria

depois. Já o Presidente Bolsonaro dizia que a economia tinha que ser resolvida naquele momento e que não iria permitir o fechamento das cidades. E aí o Supremo Tribunal Federal decidiu que cabia aos Governadores e aos Prefeitos decretarem o fechamento das cidades. Isso foi lamentável. E agora essa conta está chegando. E essa conta não pode ser apresentada e debitada à gestão do Presidente Bolsonaro nem às nossas decisões anteriores, porque essas foram decisões de Governadores, de Prefeitos e de alguns políticos, que, cansados de mamar nas tetas do Governo Federal, assaltaram os cofres da PETROBRAS e de outras estatais.

Esses caras, sim, é que devem ser chamados de genocidas, porque foram eles que pregaram o fechamento, foram eles que pregaram a quebra de empresas e a falta de vagas de trabalho.

Sr. Presidente, nós estamos, sim, vivendo um novo momento no Brasil. Genocida é quem desviou, e não quem enviou recursos. Lamentamos muito que o Secretário-Executivo do Consórcio Nordeste, ajuntamento de Governadores do PT, principalmente da Região Nordeste, tenha assaltado os cofres públicos. O Senador Eduardo Girão tem um relatório que vai ser apresentado com o Senador Marcos Rogério, mostrando que o Consórcio Nordeste assaltou os cofres públicos.

Muito obrigado.

Documento 113/288

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 91.2021.B | Sessão Outro Evento | 13/10/2021-16:04 |
| Publ.: DCD - 10/14/2021 - PAULÃO-PT -AL | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Consequências do corte de recursos orçamentários destinados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Desvio de verbas da Pasta para o chamado orçamento paralelo, com vista à compra de votos nas eleições de 2022. Prática do crime de genocídio pelo Presidente Jair Bolsonaro, demonstrada na morte de 600 mil brasileiros pela Covid-19, em decorrência da recusa/omissão na compra de vacinas contra a doença viral.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa., os pares e a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, o motivo da minha fala hoje é a respeito do corte de 600 milhões de reais praticado pelo Presidente "genocida" Bolsonaro na

área de ciência e tecnologia. Esse corte vai ter consequências muito graves para o nosso desenvolvimento tecnológico, para a nossa educação. Esse corte está afetando as universidades federais, os institutos federais, a CAPES, o COPPE/UFRJ, instituições que são referência no campo nacional e internacional.

Infelizmente, esse processo vai ter consequência nas bolsas de especialização, nos mestrados, nos doutorados. As pesquisas serão paralisadas, inclusive no campo das vacinas. E hoje, destaque inclusive na imprensa, o próprio Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações está preocupado com essa situação.

Esta Casa tem-se debruçado - principalmente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e o Plenário - para fazer essa reparação, porque o grande corte está beneficiando o chamado "orçamento paralelo". Nunca na história tivemos um "orçamento paralelo" controlado principalmente pela bancada do Centrão. E esse "orçamento paralelo" irá fazer o "toma lá, dá cá" no processo eleitoral nas próximas eleições. Aí fica um orçamento de bilhões para o "orçamento paralelo" em mão do Centrão. Enquanto isso, a ciência e a tecnologia estão paralisadas. Repito: vacinas poderão ser prejudicadas, enquanto o mundo faz pesquisas e o Brasil está paralisado. Eu considero isso um crime.

Por isso, reiteramos que o Presidente Bolsonaro, sim, é genocida. Tenho certeza de que se ele não for julgado no campo nacional, porque esta Casa está sentada sobre mais de 130 impedimentos, eu não tenho dúvida que no plano internacional ele será julgado pelo crime, pela irresponsabilidade de não respeitar a ciência e ter, como consequência, 600 mil vidas perdidas no Brasil. Por tudo isso, ele é um genocida.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 114/288

| | | |
|--|---------------------|------------------|
| 91.2021.B | Sessão Outro Evento | 13/10/2021-16:08 |
| Publ.: DCD - 10/14/2021 - ADRIANA VENTURA-NOVO -SP | | |
| CÂMARA | DOS BREVES | BREVES |
| DEPUTADOS | COMUNICAÇÕES | COMUNICAÇÕES |
| | | DISCURSO |

Sumário

Transcurso do Dia do Professor. Imediata retomada das aulas presenciais no



País.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente, caros colegas, nesta semana, em 15 de outubro, é comemorado o Dia do Professor. Eu fico me perguntando, como professora que sou e como filha de professora, o que temos para comemorar. Nós sabemos que nos 2 últimos anos o direito à educação, que é um direito constitucional, foi negado às nossas crianças, aos nossos adolescentes. Eu fico mais chocada ao ver que ele ainda continua sendo negado, mesmo com a comunidade escolar vacinada com duas doses, mesmo com muitas crianças adolescentes vacinadas, de 12 a 17 anos, com a primeira dose.

Eu li a notícia de que, no meu Estado, São Paulo, quase 100 mil alunos ainda não voltaram às aulas presenciais na rede pública. Isso é criminoso! Quando discutimos muito, aqui, a essencialidade da educação, abordamos os efeitos negativos e danosos, a perda de aprendizagem, o estresse, a depressão, o suicídio, fora o abismo criado entre escolas particulares e escolas públicas, que, cada vez mais, dificulta o jovem da escola pública a ter acesso às mesmas oportunidades.

Com quase 100 mil alunos sem voltar às aulas, nós nos perguntamos: onde está o direito à educação? Onde está a prioridade que este Parlamento deveria garantir de direito à educação para todas as nossas crianças? Só há desculpa. O que estamos fazendo aqui? Fico pensando: se está todo mundo vacinado - ou a maioria -, se estão abertos bares, restaurantes, praias, *shoppings*, por que não retornam as aulas presenciais nas escolas? Precisamos repensar aqui o que é prioridade. Não podemos fazer vista grossa, porque há 2 anos estamos negando esse direito para as nossas crianças, para os nossos adolescentes, principalmente para os que mais precisam, para os mais carentes.

Eu acho que, no Dia do Professor, o melhor presente que podemos dar aos professores do Brasil - que, aliás, foram heróis nesta pandemia, pois fizeram o ensino chegar, ainda que remotamente, ainda que sem acesso à tecnologia, aos alunos - é fazer com que eles tenham a honra de ser professores e honrem a profissão, é fazer com que as crianças retornem urgentemente para os bancos das salas de aula e possamos devolver a elas a oportunidade de serem alguém na vida.

Feliz Dia do Professor a todos os que se preocupam com a educação!
Este Congresso tem que dar essa resposta.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 91.2021.B | Sessão Outro Evento | 13/10/2021-16:16 |
| Publ.: DCD - 10/14/2021 - OTONI DE PAULA-PSC -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Inconsistência da narrativa da Esquerda e da imprensa progressista sobre a elevação, tão-somente no Brasil, dos preços de combustíveis, de alimentos, do gás de cozinha e de energia elétrica, bem como dos índices inflacionários, do desemprego e da fome. Vinculação entre a crise socioeconômica brasileira e a decretação de lockdown.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/PSC - RJ. Sem revisão do orador.) - Povo brasileiro, o Apóstolo São Paulo diz, na Palavra de Deus, que nada podemos contra a verdade a não ser pela própria verdade. É em nome dessa verdade e contra as *fake news* produzidas pela Esquerda e pela imprensa progressista que nós precisamos falar repetidamente a verdade. Por quê? Porque eles propagam a mentira de cara lavada! Aliás, já se dizia que o PT, quando não está roubando, está mentindo.

Hoje, estamos vivendo a guerra das narrativas. Diz-se que somente no Brasil a gasolina está cara, que somente o Brasil está enfrentando uma elevada inflação, que somente no Brasil o povo está passando necessidades. É claro que não! Vive-se uma crise mundial por conta da miséria desta pandemia.

"O gás está caro só no Brasil", eles dizem. Mentira! Diz a CNN: "*Europa enfrenta disparada do preço do gás natural*". Diz o Valor: "*Com alta da gasolina, EUA pedem que Opep e aliados aumentem produção de petróleo*". Esta é outra manchete: "*Confira o preço da gasolina no mundo; brasileira não está entre as mais caras*".

Ainda há mais. Segundo o UOL Economia, "*França limitará aumento nos preços do gás e eletricidade*". Está aumentando por quê? Está aumentando justamente por conta da alta do petróleo, feita pela OPEP.

"Só há inflação aqui." Mentira! Mentira! Vejam: "*Inflação nos Estados Unidos acumula alta de 5,3% em 12 meses*". Diz a Folha de S.Paulo: "*Alta da inflação se torna fenômeno global em 2021 (...)*".

Eles dizem que desemprego só existe aqui. A CNN Brasil noticia o seguinte: "*Pandemia deixará mais de 200 milhões de desempregados*".

até 2022 (...)"

"Comida? A comida só está cara aqui." Mentira! "Preço de alimentos sobe mais de 30% no mundo (...)", diz o Exame. "Preço de alimentos sobe mais de 30% no mundo." Diz a CNN: "Preços dos alimentos no mundo atingem nível mais alto em uma década".

É bom lembrar que Bolsonaro avisou. Ele já estava antevendo a fome. Diz a *Folha de S.Paulo*: *"Bolsonaro critica restrições, diz que a fome mata e que está pronto para conversar com governadores"*. Por fim, a *CNN* informa o seguinte: *"ONU diz que pandemia de Covid-19 faz número de famintos dobrar no mundo"*.

Eu queria apenas dar um aviso ao povo brasileiro. Precisamos que o Governo enfrente a fome? É claro! Precisamos que o Governo enfrente o aumento do preço dos combustíveis? É claro! Precisamos que o Governo lute pelo mais pobre e mais necessitado? É claro! Mas estamos vivendo a crise dada pelo *"fique em casa, e a economia veremos depois"*.

Documento 116/288

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 91.2021.B | Sessão Outro Evento | 13/10/2021-16:28 |
| Publ.: DCD - 10/14/2021 - GIOVANI CHERINI-PL -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Repúdio à atuação dos partidos oposicionistas contra o Governo Jair Bolsonaro. Transformação do Supremo Tribunal Federal em órgão político. Aquisição de vacinas contra a Covid-19 pelo Presidente da República. Expectativa de geração de novos postos de trabalho em 2022. Confiança na reeleição do Presidente Jair Bolsonaro. Apoio à manutenção pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, de aplicações financeiras no exterior.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, estou acompanhando a política há muitos anos. Eu jamais gostei do papel de oposição, porque é o de colocar chifre em cabeça de cavalo e passar o tempo todo criticando.

Isso acontece desde que o Presidente Bolsonaro assumiu o Governo. Eles não dão trégua. Na realidade, não querem que o País vá para frente, não querem que o País dê certo, não querem que favoreça os nossos filhos, os nossos netos, não querem que o Brasil gere emprego, gere renda, resolva o problema da saúde e da educação. Até mesmo

no caso dos projetos em relação aos quais há acordo, eles votam contra, inclusive quando são incluídas emendas de sua autoria.

Quando perdem em plenário, recorrem ao Supremo Tribunal Federal, agora a chamada força da minoria. Considerando a história do País, jamais imagináramos que o STF se transformaria num órgão político. O STF se posiciona até quando se trata de abrir uma CPI, mas, quando se trata de indicar um membro da Corte - a indicação é do Presidente da República, e a avaliação é do Senado Federal -, diz: "*Lavamos as mãos. Esse assunto não nos interessa. Estamos aqui no nosso espaço*". Então faça isso em relação a todas as questões, porque a democracia não é fruto da minoria, a democracia é fruto do respeito à minoria e da decisão da maioria. Eu aprendi que isso é democracia.

Vemos esse povo todo dizendo que a saúde não tinha jeito, porque veio a pandemia e o Presidente não se conduziu bem. Em dezembro, ele comprou vacina. Desde dezembro vem distribuindo vacinas no Brasil inteiro. Quase todo mundo já está vacinado neste País. Mesmo tendo feito isso, é criticado.

Agora o País está dando certo. O pleno emprego vai chegar no ano que vem. Em 2022, o Presidente Bolsonaro vai se reeleger. Então, eles têm que bater no Ministro Paulo Guedes, é lógico, inclusive citar questões particulares, questionar o local onde ele aplica os seus recursos.

Ele aplicou recursos dele. Já esse pessoal que está dizendo isso aplicou, infelizmente, recursos do povo, roubou, e ainda quer falar alguma coisa.

Viva o Brasil! Viva o nosso Governo, que está dando certo e, se Deus quiser, vai dar certo em 2022!

Documento 117/288

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 91.2021.B | Sessão Outro Evento | 13/10/2021-16:32 |
| Publ.: DCD - 10/14/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Caráter acintoso de discurso proferido no plenário sobre o acerto das ações de combate à epidemia de coronavírus promovidas pelo Presidente da República. Responsabilidade do Governo Jair Bolsonaro pelo agravamento da fome e do desemprego e pelas crises econômica e sanitária vigentes no País. Insensibilidade do Chefe da Nação com o sofrimento e dor da família brasileira

provocados pela Covid-19. Lucros alcançados pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, com a valorização do dólar frente ao Real. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - A capacidade de pessoas em negar a realidade me impressiona. Dizer que houve uma boa condução do Brasil durante a pandemia é um acinte contra as pessoas que se foram e contra os familiares que choram as mais de 600 mil mortes. Nós estamos vendo que, quando há vacina, diminui o número de mortes. E, antes, o Governo negou a possibilidade de compra de vacinas. A Pfizer fez várias solicitações, e o Governo as ignorou. Depois se soube, pelos trabalhos da CPI, que ignorou porque provavelmente queria fazer contrato para compra de vacina mais cara, uma vacina da Índia, uma vacina que representava propina para os grupos instalados no Ministério da Saúde. É inegável isso.

Eles teimam em dizer que o problema da economia não é Bolsonaro. Mas, vejam, nunca houve tantos desempregados no Brasil. Há muitos anos não havia fome no País. Foi erradicada pelo Governo Lula. E ela voltou a existir no Brasil. Se não tivesse havido a ação de vários Governos Municipais e de vários Governos Estaduais para se tentar conter a circulação de pessoas, o quadro seria muito pior. O Governo nem resolveu o problema da economia nem resolveu o problema da crise sanitária.

Estamos chorando as pessoas que se foram. A fome está instalada. A comida está sendo arrancada do prato do povo brasileiro. A inflação chega a dois dígitos. E o que dizia o Presidente da República? Ele desdenhava da vacina. Desdenhava. Chegou inclusive a dizer que as pessoas podiam se transformar em jacarés. Disse que essa doença era uma gripezinha. Disse que não era coveiro. *"O que você quer que eu faça?"* Nunca mostrou sensibilidade ou empatia com a dor do povo brasileiro. Este Presidente trabalhou para que as pessoas fossem infectadas pelo vírus e houvesse imunidade coletiva por contágio. Se ele não tivesse sido contido por ações estaduais e municipais, milhões de pessoas teriam morrido no Brasil.

Por isso, não me venham aqui dizer que nós temos que bater palmas para a política da morte implementada por este Governo, que enfrenta, inclusive, a própria democracia, pois acha que pobre não tem direito a uma vida digna, que pobreza é natural.

Enquanto isso, este Governo protege Paulo Guedes, que lucra com a alta do dólar, que tem investimento em aplicações fora do Brasil, que não paga imposto para o povo brasileiro. A alta do dólar faz o preço da gasolina ir para as alturas e interfere, inclusive, na inflação, faz Guedes

lucrar.

Fora, Bolsonaro!

Documento 118/288

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 91.2021.B | Sessão Outro Evento | 13/10/2021-16:48 |
| Publ.: DCD - 10/14/2021 - BOHN GASS-PT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

União da Direita com a elite brasileira pelo afastamento da então Presidenta Dilma Rousseff, e impedimento da candidatura do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Anulação e arquivamento de ações judiciais contra o líder petista. Criação, pelo Governo Jair Bolsonaro, de orçamento secreto com vista à captação de apoio parlamentar. Comprovação, pela CPI da Covid, da responsabilidade do Presidente da República pela morte de 600 mil brasileiros em decorrência do coronavírus. Prática dos crimes de genocídio e corrupção pelo Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, é muito importante nós observarmos como muitos Deputados da base do Bolsonaro estão reagindo após passarem anos reproduzindo uma mentira sobre o PT, sobre o Lula. A única coisa que eles sabiam dizer: o PT roubou, e o País está quebrado.

Foram olhar de perto o que foi feito pela turma de Curitiba, pela Lava-Jato, quando o Supremo Tribunal Federal se debruçou sobre essa parcialidade do Judiciário, sobre a intenção golpista de impedir que Lula pudesse ser candidato, porque eles sabiam que, se fosse candidato, ele ia vencer a eleição. Então, tinham que afastar injustamente a Presidenta Dilma, que foi uma ótima, justa, correta Presidenta do País, mas tinham preconceito, tinham que tirar a esquerda, tinham que tirar a mulher. Então, tudo se juntou, além dos interesses dos grandes, dos ricos do mundo e do Brasil, para tirar a Dilma e impedir que Lula fosse candidato, e aí tinham que mentir. Só que neste momento tudo vai morro abaixo. Todas as acusações contra o Lula, todos os processos, todas as sentenças anuladas, arquivadas. Quando há uma tentativa de se entrar novamente num processo, ele é rejeitado em instâncias nos Tribunais de Justiça.

Então, Lula é inocente e decente, porque não se rendeu a entregar a sua inocência por acordos espúrios que foram propostos a ele. Lula é

inocente, Lula é decente e Lula também é elegível. Isso, de fato, deve preocupar muito os Deputados da base do Bolsonaro, porque Bolsonaro, que se elegeu com uma política do antissistema, de não haver mais o toma-lá-dá-cá, agora está fazendo a pior política do toma-lá-dá-cá com o Orçamento sombrio, a liberação de verbas. A CPI do Senado está mostrando que o Governo é responsável pela morte de 600 mil pessoas neste País, porque nem oxigênio, nem vacina arrumou. E mais do que isso: a única vacina que ele queria para o povo brasileiro é a que podia fazer negociata, podia haver propina - 1 dólar por vacina.

Então, realmente, a base do Governo do Bolsonaro está preocupada, porque as acusações contra Lula não pararam em pé, são mentirosas. Lula está inocente, livre e elegível; e Bolsonaro, que dizia que ia combater a corrupção, está num antro de corrupção. Além de genocida, ainda corrupto.

Então, realmente a mudança precisa acontecer no Brasil.

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 119/288

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 91.2021.B | Sessão Outro Evento | 13/10/2021-16:48 |
| Publ.: DCD - 10/14/2021 - CORONEL TADEU-PSL -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Críticas rotineiras da Esquerda ao Presidente da República. Aquisição de vacinas contra a Covid-19 pelo Governo Jair Bolsonaro. Responsabilidade do governo petista pela falência da educação pública. Concessão, pelo Presidente da República, de títulos definitivos da posse de terras a trabalhadores rurais no Estado de São Paulo e no País. Prática de corrupção e desvio de recursos públicos para países ditatoriais pelo governo do PT. Anúncio de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2021, sobre a alteração da composição do Conselho Nacional do Ministério Público.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, obrigado mais uma vez.

Boa tarde a todos.

É tão comum a Esquerda vir aqui falar do Governo do Bolsonaro, mas eles não fizeram absolutamente nada, absolutamente nada em todo o tempo em que estiveram no poder. E vêm aqui e criticam que está faltando água. É claro que está faltando, não chove. Nós estamos numa crise hídrica.

"Está faltando vacina". Então me falem onde comprar, que eu mando entregar amanhã. Digo isso porque o Governo Bolsonaro comprou 350 milhões de vacinas, e hoje temos 140 milhões de brasileiros já vacinados com a primeira dose e 100 milhões com a segunda dose, praticamente com a vacinação completa, mas, se precisar de uma terceira dose, é só fazer uma conta de dividir: 350 milhões - vamos ter 3 doses para cada brasileiro.

Não sei se eles sabem fazer essa conta, Deputado Otoni de Paula. Outro dia, o Presidente Bolsonaro perguntou para uma manifestante em um evento em São Paulo qual era a raiz quadrada de quatro, e ela correu. Quando ele perguntou sete vezes oito, aí ela correu mais ainda, porque não sabe fazer conta. Acabaram com a educação deste País, Deputada Celina Leão. Arreentaram com os estudantes. São três gerações perdidas - pode contar - de estudantes do nosso País. Era uma porcaria de ensino. A escola pública faliu, e agora estamos correndo atrás do prejuízo.

Agora, o Governo Bolsonaro, com 32 meses de Governo, está correndo atrás do prejuízo. Ele rema em um barco em que milhões estão remando contra ele, também. Não é fácil.

Aí, o PT faz discurso aqui e faz discurso ali; a Esquerda fala uma mentira, fala outra mentira, mas hoje vou repetir novamente: entregamos títulos de propriedade no Estado de São Paulo que nunca haviam sido entregues desde quando a Lei da Reforma Agrária foi sancionada. Não houve um título de propriedade entregue no Estado de São Paulo. Precisou o Presidente Bolsonaro assumir o comando deste País para dizer: *"Pelo amor de Deus, que hora vamos olhar para o trabalhador rural?"* Nunca fizeram isso. Só no Estado de São Paulo, foram 4 mil títulos de propriedade definitiva - número muito maior do que Fernando Henrique, Lula, Dilma, Michel Temer, estes quatro Presidentes juntos, entregaram.

No País, mais de 100 mil títulos já foram entregues, somente este ano. E falam que o Bolsonaro não trabalha. Esta é a inveja, Deputado Ricardo Silva, porque nunca fizeram nada, absolutamente nada, em favor do povo brasileiro. Olharam para o bolso deles, olharam para o caixa dois, para o dinheiro da propina, para a lavagem de dinheiro em outros países, *bunkers* de 50 milhões de reais pelo Brasil afora. Aí é

coisa boa, aí é festa do dinheiro fácil, com recurso do cidadão brasileiro, que paga o seu imposto, recolhe o imposto. E esse dinheiro vai parar onde?

Daqui a pouco, vamos tentar votar a PEC nº 5, que tenta dar um golpe no Ministério Público. Vamos ver se conseguiremos fazer isso ou não.

É isso, Sr. Presidente. Obrigado pelo tempo, pela consideração. Bom trabalho a todos.

Documento 120/288

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 91.2021.B | Sessão Outro Evento | 13/10/2021-17:00 |
| Publ.: DCD - 10/14/2021 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Contestação ao pronunciamento do Deputado Coronel Tadeu contra o governo petista. Incompetência do Ministro da Economia, Paulo Guedes. Fracasso do Governo Jair Bolsonaro.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu fiquei feliz com as palavras do meu companheiro Deputado Henrique Fontana lembrando aos desavisados e aos caras de pau o que aconteceu no momento em que Lula foi inocentado em 19 processos diferentes - aliás, 20.

Há Deputados que estão falando de corrupção, mas adoram aparecer em fotografias sabe com quem? Com o Queiroz, talvez até pedindo um autógrafo.

Há Deputado que é coronel e tem comportamento de capitão do mato, quebrando patrimônio desta Casa por conta de artistas que fizeram uma denúncia com arte. E todo o material foi pisado, porque denunciava a ação de maus policiais, de uma maneira generalizada; não dos bons policiais. Mas S.Exa. teve o comportamento de um péssimo policial, de uma pessoa que não demonstrou a estatura que deve ter um Deputado que representa o seu Estado.

Quando nós saímos do Governo, existia um saldo em moeda forte de quase 400 bilhões de reais. Foi isso que segurou esse Ministro da Economia, que vai ser reconhecido na história de todo o período republicano como o pior Ministro da Economia que este País já viu, o

Paulo Guedes, um traquino, um moleque, um incompetente.

E esse próprio Deputado capitão do mato disse que o dinheiro era um dinheiro pessoal. Se for dinheiro pessoal, eu posso fazer elisão de imposto de renda, eu posso repatriar com alíquota menor, com crime de advocacia administrativa. Esse é o Paulo Guedes. Esse é o Roberto Campos Neto. Esse é o Líder do Governo na Casa, sobre o qual o Bolsonaro disse, quando soube que havia corrupção na compra de vacina: "*Isso é coisa do Deputado lá, o Líder da Casa*".

Então, não é esse o Governo da rachadinha, da "família" do Bolsonaro? Nós temos muito orgulho de ter vencido a fome, de ter pleno emprego, de ter deixado muita receita para os senhores, saldo provisionado em moeda forte, que hoje é mais de 1,3 trilhões...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Silva. PSB - SP) - Pode concluir, Deputado. Ligue seu microfone, por favor.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA) - Obrigado, Sr. Presidente, pela gentileza.

Então, eu quero concluir que esse debate os senhores não levam adiante. Esse Governo que tem quase 3 anos praticamente nada entregou em política pública, econômica e social para o povo brasileiro. É por isso que o povo não quer mais Bolsonaro. E Lula já vai voltar, para o desespero de todos.

Documento 121/288

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 91.2021.B | Sessão Outro Evento | 13/10/2021-17:24 |
| Publ.: DCD - 10/14/2021 - HILDO ROCHA-MDB -MA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Repúdio à acusação do Governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino, contra a Prefeita Maria Ducilene Pontes Cordeiro, do Município de Chapadinha, com relação à manutenção/funcionamento da Unidade de Pronto Atendimento - UPA. Não liberação, pelo gestor estadual, de recursos à municipalidade para combate à Covid-19. Anúncio da apresentação de requerimento de informações a respeito dos custos de manutenção do Hospital

Regional de Chapadinha, no Maranhão.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputado Ricardo Silva. Agradeço a V.Exa., que preside a sessão neste momento.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, utilizo a tribuna da Câmara, neste momento, para relatar um fato desagradável que foi promovido pelo Governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino, na última sexta-feira. Este fato, que revoltou a população, aconteceu na cidade de Chapadinha.

O Governador insinuou, quando esteve na cidade de Chapadinha, em sua manifestação pública, que a Prefeita da cidade seria mentirosa. E o Governador se baseou em um vídeo que a Prefeita gravou e jogou nas redes sociais. Mas, pelo que eu entendi, o Governador não assistiu ao vídeo ou, se assistiu, não o entendeu, porque o que a Prefeita disse foi que a manutenção ou o funcionamento da UPA de Chapadinha só está sendo possível graças às emendas parlamentares de Deputados. Ela reclamou que o Governo do Estado, nesses 10 meses da gestão dela, não fez nenhum repasse para ajudar na manutenção da UPA. E isso é verdade.

Onde está a mentira? Quando nós queremos chamar alguém de mentiroso, nós devemos provar a mentira.

Então, eu quero fazer um desafio aqui, de público, ao Governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino: prove que mandou algum centavo para o Município de Chapadinha para manter em funcionamento a Unidade de Pronto Atendimento daquela cidade. É a única que faz o serviço de urgência e emergência para toda a região de Chapadinha. Ali, mais de dez Municípios são atendidos. Portanto, eu vejo que a Prefeita reclamou com toda a razão.

E a Prefeita também reclamou que, durante o pico da pandemia, que lá foi terrível, não recebeu nada do Governo do Estado para ajuda no combate à COVID-19, naquele período crítico. A UPA foi mantida apenas com dinheiro do Governo Federal. Houve mês em que ela gastou 1 milhão de reais na UPA, e ela recebe apenas 75 mil reais por mês do Governo Federal. Ou seja, é o Município que está bancando o funcionamento da UPA, inclusive em momentos difíceis. Isso faz com que a Prefeitura deixe de realizar outras ações que são também necessárias e que a população espera e aguarda; precisa gastar na UPA e em outras unidades básicas de saúde.

Portanto, o Governador também prometeu dar esse 1 milhão de reais para ela, para ajudar nas contas da Prefeitura, já que ela gastou lá

atrás para combater a COVID-19. Houve esse compromisso, e até agora não deu. Se o Governador deu 1 milhão de reais, se o Governo do Estado repassou esse 1 milhão, que prove. Caso contrário, quem fica como mentiroso na história é o Governador Flávio Dino. Na fala dele, em Chapadinha, o Governador prometeu assumir a administração da UPA e gastar 1 milhão de reais por mês.

Ora, se ele pode gastar 1 milhão de reais por mês para o funcionamento da UPA, por que não passa 150 mil ou 200 mil para a Prefeitura? Não é muito mais racional? Ou, então, ele é contra a municipalização, ele é contra todos os princípios do SUS. É isso que fica claro.

Chamou-me a atenção, Sr. Presidente, que o Governador disse lá na fala dele também que o custo de financiamento do Hospital Regional de Chapadinha é de 4 milhões de reais por mês. Aquele é um hospital de porta fechada, não faz urgência, não faz emergência. Fecha em determinado horário, não tem todas as especialidades, não tem sequer neurocirurgia por lá. Portanto, não é possível que se gastem 4 milhões naquele hospital. No máximo, gasta-se 1,5 milhão por mês. Portanto, eu vou fazer um requerimento, solicitando informações sobre isso.

Peço a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos demais meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 122/288

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 91.2021.B | Sessão Outro Evento | 13/10/2021-17:32 |
| Publ.: DCD - 10/14/2021 - LUIZ LIMA-PSL -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Devolução de 250 milhões de reais aos cofres públicos pelo então Diretor de Serviços da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, Renato Duque, desviados durante o governo do PT. Escândalo do mensalão ocorrido no governo petista, sob a coordenação do ex-Ministro da Casa Civil, José Dirceu. Falta de condições morais dos Deputados do PT para reclamação da política de preços adotada pela PETROBRAS. Natureza endêmica da corrupção praticada pelos governos petistas. Realização, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de investimentos maciços no combate à epidemia de coronavírus. Desvio, por Governadores e Prefeitos, de recursos federais destinados ao enfrentamento à

Covid-19.

O SR. LUIZ LIMA (PSL - RJ. Sem revisão do orador.) - Que bom, Presidente!

Presidente Ricardo Silva, eu estou aqui em Brasília, no meu gabinete, o gabinete 504, do Anexo IV, e o que me motivou a me inscrever novamente nos Breves Comunicados foi ouvir Deputados do PT falarem em políticas de preço da PETROBRAS. Logo me veio à cabeça o Diretor de Serviços Renato Dutra, que aceitou devolver aos cofres públicos nada mais, nada menos que 250 milhões de reais, no ano de 2017. Foi isso mesmo, 250 milhões de reais, foi o valor devolvido pelo Diretor de Serviços, na época do Governo do PT.

E eu pergunto não só aos Parlamentares, mas também à população brasileira que está nos assistindo: quantas pessoas esse senhor matou indiretamente? Quanto de recurso poderia ter sido investido na educação e na saúde? E estamos falando de apenas um Diretor de Serviços.

Eu ocupo o Gabinete 504, que foi do Deputado Federal Dr. Ulysses Guimarães, Presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Eu fico imaginando o Dr. Ulysses vivo e o quanto de desgosto teria se tivesse presenciado o mensalão nesta Casa. O mensalão foi coordenado pelo Ministro da Casa Civil, o então Deputado Federal José Dirceu, que foi preso, condenado e cassado por esta Casa.

Portanto, quando o PT vem falar de política de preços da PETROBRAS, o PT tem que falar de políticas do roubo. É um partido genocida. Foi o partido que mais matou indiretamente pessoas na história deste País, devido ao alto índice de corrupção. E, quando esse mesmo partido se refere ao Presidente Bolsonaro como genocida, ele não entende a palavra pandemia, pandemia que acontece no planeta, no mundo todo, onde temos França, Alemanha, Itália, Austrália, Estados Unidos, Canadá, Japão; todos esses países sofreram com desemprego, inflação e queda de arrecadação.

O Governo Federal, graças a Deus, não tem mensalão. Neste gabinete aqui não entram sacolas, mochilas, malas de dinheiro, como entrava no Governo do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva e da Presidente Dilma. A corrupção era endêmica, não era uma pandemia, era endêmica dentro do nosso País. Recursos eram desviados da saúde e da educação e eram enviados para partidos amigos do então Governo Federal do Brasil.

A pandemia se alastrou no mundo inteiro, e o que o Governo Federal fez? Nunca se investiu tanto no cidadão brasileiro, com os auxílios

emergenciais, com os recursos enviados para os Estados. O certo seria a CPI da COVID-19 investigar essa corrupção e entender que o número de 600 mil brasileiros que vieram a óbito foi responsabilidade de Governadores e Prefeitos que não investiram esses recursos. É uma temeridade falar que salvaríamos 600 mil. Nos Estados Unidos, onde não há vulnerabilidade, onde há um sistema de saúde equilibrado, onde há alto poder aquisitivo de sua população, já vieram a óbito 700 mil pessoas.

É importante ter ordem de grandeza e entender que 1 milhão e 600 mil brasileiros vêm a óbito todos os anos no Brasil. E eu nunca vi a Câmara dos Deputados perguntar e se preocupar com 1 milhão e 600 (*falha na transmissão*) brasileiros que vêm a óbito por falta de saúde (*falha na transmissão*).

Documento 123/288

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 91.2021.B | Sessão Outro Evento | 13/10/2021-17:52 |
| Publ.: DCD - 10/14/2021 - NILTO TATTO-PT -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Combate ao desmatamento e à fome pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Quadro de inflação, desemprego e carestia reinante no País. Negligência do Governo Jair Bolsonaro no enfrentamento à Covid-19, notadamente quanto à aquisição de vacinas.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu venho a esta tribuna para ajudar alguns Parlamentares da base do Governo Bolsonaro com alguns dados, porque parece que lhes falta memória, talvez algum outro sentido, porque acho que eles não se recordam de que o Brasil há algum tempo também estava no Mapa da Fome, e depois, com as políticas adotadas pelo Presidente Lula, o Brasil saiu do Mapa da Fome. O Brasil teve praticamente pleno emprego.

O Brasil batia recorde em desmatamento. Chegava a ter 10 mil quilômetros quadrados por ano. O Presidente Lula implementou um programa de controle de desmatamento, que diminuiu em 80% o desmatamento da Amazônia. O Brasil volta a ter mais de 10 mil quilômetros quadrados de desmatamento por ano.

Nesse período, durante todos esses anos, a agricultura brasileira vem batendo recorde de produção. No entanto, o Brasil atualmente tem 20

milhões de pessoas que nós não sabemos se vão comer hoje. O Brasil tem hoje cerca de 35 milhões de pessoas que poderiam estar produzindo, criando qualidade de vida para a sua família e ajudando o País, mas não conseguem ter emprego.

Talvez esses Parlamentares da base do Governo precisem ver alguns indicadores. O preço do etanol, nos últimos 12 meses, aumentou 65%; o da passagem aérea, 60%; o do açúcar, 45%; o da laranja, 40%; o da gasolina, 40%; o do açúcar cristal, 40%; o da carne, 40%.

E o Governo Bolsonaro, responsável por pelo menos 70% ou 80% das 600 mil mortes, estava fazendo negociata quando o Brasil estava no maior pico de contaminação e de mortes pela COVID. Pergunto para os Parlamentares da base do Governo: V.Exas. já chegaram a perguntar a algum parente daqueles que morreram pela COVID e poderiam ter se salvado se tivesse havido vacina ou para aqueles que perderam parentes por falta de oxigênio em Manaus o que eles acham do Governo de V.Exas., do Bolsonaro? O que V.Exas. imaginam que essas pessoas que perderam um ente querido por causa da corrupção na compra de vacinas ou na compra de oxigênio acham? Perguntem para elas. Perguntem para aqueles que estão desempregados e não têm o que comer. Perguntem para aqueles que não conseguem mais comer carne e estão na fila do osso.

O povo quer Lula de volta porque sabe que, com ele, era mais feliz.

Documento 124/288

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 91.2021.B | Sessão Outro Evento | 13/10/2021-18:04 |
| Publ.: DCD - 10/14/2021 - RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Transcurso do Dia Nacional do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional. Manifestação de apreço aos fisioterapeutas brasileiros. Saudações ao Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Silano Barros.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Sem revisão do orador.) - Presidente, hoje é o Dia Nacional do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional. Eu quero aqui manifestar a minha admiração, a minha solidariedade e o meu apreço a esses profissionais, que são tão dedicados à vida, à saúde e ao bem-estar das pessoas e que tantos serviços têm prestado à nossa sociedade. Esses profissionais se

agigantaram enormemente agora que o mundo viveu - e ainda está vivendo - o episódio da COVID. Todos eles tiveram a sua atividade realçada, destacada, e necessitam ser mais valorizados ainda.

Aproveito para mandar um grande abraço ao meu amigo Silano Barros e ao Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - CREFITO, especialmente ao CREFITO-1. Parabéns a todos eles! Parabéns ao fisioterapeuta e ao terapeuta ocupacional pelo seu dia.

Obrigado, Presidente.

Documento 125/288

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 91.2021.B | Sessão Outro Evento | 13/10/2021-18:04 |
| Publ.: DCD - 10/14/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Atuação desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento à epidemia de coronavírus. Classificação do Brasil em 69º lugar no ranking mundial de vacinação contra a Covid-19. Imediata abertura e aprovação, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente Ricardo Silva.

Eu quero dedicar estes 3 minutos - infelizmente tenho que fazê-lo - ao balanço da tragédia que é a condução da pandemia de coronavírus no Brasil pelo Governo Bolsonaro. Quero falar de todo o impacto que esta tragédia tem em termos de vidas humanas, sofrimento humano, de todo o impacto que isso tem na economia brasileira.

Evidentemente, uma pandemia sempre trará, ao contrário do que disse o Deputado Luiz Lima, que me antecedeu, impactos para o País. Mas uma pandemia mal enfrentada, uma pandemia acompanhada por todo esse processo de negação da ciência, de boicote organizado pelo Presidente Bolsonaro e seu Governo, evidentemente deixa traços muito mais dramáticos para o País.

Nós enfrentamos o boicote às vacinas em primeiro lugar. O Presidente boicotou também as medidas sugeridas, as medidas adequadas, as orientações da Organização Mundial da Saúde, como o uso de máscaras, o distanciamento social, enfim, os cuidados que deveriam

ter sido tomados.

E qual é o resultado final? Não falo em opiniões para lá e para cá da polêmica política, mas em números concretos. Infelizmente, a mortalidade, que no mundo inteiro foi de cerca de 612 mortes por milhão de habitantes, no Brasil chegou a 2.823 mortes por milhão de habitantes. Quanto ao número de casos, segundo dados da Universidade Johns Hopkins, no mundo houve em torno de 30 mil casos por milhão de habitantes; no nosso País, esse número chegou a 101.301 casos.

O Brasil, infelizmente, é o 69º país mais atrasado do mundo na vacinação completa da sua população. Nós chegamos hoje à marca de 45% da população vacinada. Mas vejam que Portugal já tem 85% da sua população vacinada; o Uruguai, nosso vizinho, 74%; o Chile, 73%.

Quantas vidas custou esse descaso todo? Quantas vidas custaram o atraso na vacinação, a negação das medidas que a ciência indicava, a ilusão em torno da distribuição de cloroquina como uma enganação da população, um desrespeito ao povo brasileiro?

O Brasil, que tem 2,7% da população mundial, é hoje infelizmente um país com a marca de 12,8% do total de mortes no mundo. Isto tem um grande responsável, e esse responsável chama-se Jair Messias Bolsonaro. É ele o responsável pelo boicote à ciência, pelo boicote às vacinas e pelo desrespeito aos mecanismos sanitários adequados para enfrentar a pandemia. Isso também custa muito para a economia.

É por isso que nós exigimos a saída de Bolsonaro do Governo brasileiro. Ele cometeu inúmeros crimes de responsabilidade. Ele cometeu os mais graves crimes no combate à pandemia. A Câmara Federal não pode virar as costas para o povo brasileiro. Nós temos que abrir o processo de *impeachment* para julgar Bolsonaro por esses crimes que ele cometeu, e não proteger Bolsonaro. O Brasil precisa viver um novo tempo - e haverá de viver, depois da saída de Bolsonaro do Governo.

Documento 126/288

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 91.2021.B | Sessão Outro Evento | 13/10/2021-18:16 |
| Publ.: DCD - 10/14/2021 - LUIZ LIMA-PSL -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Falta de condições morais dos Deputados do PT para manifestação contra a



política de preços de combustíveis adotada pela empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS. Prática de corrupção endêmica pelo governo petista. Ocorrência do escândalo do mensalão no governo do PT, coordenado pelo então Ministro da Casa Civil, José Dirceu. Crise econômica reinante em nações mundiais decorrente da Covid-19. Questionamento sobre a criação/direcionamento do novo coronavírus. Desvio, por Governadores e Prefeitos, de recursos federais destinados ao enfrentamento à epidemia de coronavírus.

O SR. LUIZ LIMA (PSL - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o que me motivou a me inscrever e a fazer parte dos Breves Comunicados foi justamente quando os Deputados da Oposição, principalmente do PT, começaram a falar da política de preços da PETROBRAS.

Como pode um partido querer falar de política de preços quando o diretor de serviços da época do seu Governo devolveu aos cofres públicos 250 milhões de reais!? Eu fico imaginando quantas pessoas esse senhor não assassinou indiretamente, quantos recursos não faltaram para a educação, para a infraestrutura e para a segurança. Trata-se de um roubo endêmico da era do Governo PT. Este, sim, um regime genocida, um partido genocida. Nesta Casa, acontecia o mensalão, organizado e planejado pelo então Ministro da Casa Civil, José Dirceu, que foi preso, condenado e cassado pela Câmara dos Deputados.

Presidente Ricardo Silva, eu ocupo o gabinete 504, no Anexo IV, que foi do Deputado Federal Ulysses Guimarães, Presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Eu fico imaginando Ulysses vivo a testemunhar tamanho absurdo que aconteceu no nosso País. Muitos Deputados se referem à política do atual Governo e, principalmente, ao Presidente Jair Messias Bolsonaro como genocidas.

Eu gostaria de dizer que, nesta pandemia, países como França, Itália, Espanha, Portugal, Canadá, Estados Unidos, Alemanha, Austrália vivem o pior momento econômico das suas histórias, com desemprego, inflação, perda da arrecadação e do poder de compra dos seus cidadãos. O que aconteceu foi um problema gerado não pela natureza e, sim, por um ser humano. O problema nasceu em Wuhan, na China. Daqui a alguns meses, nós vamos saber do que este vírus é capaz e se ele foi direcionado para determinadas etnias ou não.

Eu quero fazer uma pergunta: por que não vimos um chinês internado no Município de São Paulo? Por que não vemos o problema acentuado no Leste Europeu, no oeste da Europa, em Portugal, na Espanha, na Itália, na Inglaterra, em países que ajudaram a colonizar o continente

americano?

Habitantes do planeta, os diabéticos são os mais atingidos. Os Estados Unidos ultrapassaram 700 mil mortos. O Governo Federal nunca enviou tanto recurso, por meio de auxílios emergenciais, para as pessoas mais pobres e vulneráveis. O dinheiro foi mal investido pelos Governadores e Prefeitos. Nunca se enviou tanto recurso para as Prefeituras e para os Estados, que tiveram altíssimos índices de corrupção e de desvios. Estes...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 127/288

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 91.2021.B | Sessão Outro Evento | 13/10/2021-18:28 |
| Publ.: DCD - 10/14/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Preservação da natureza pelos povos indígenas. Repúdio à necropolítica defendida pelo Presidente Jair Bolsonaro e seus seguidores. Vinculação entre a maioria das mortes provocadas pela Covid-19 no País, e o negacionismo do Presidente da República no tocante à imunização contra a doença. Prática de racismo e assédio moral pelo Presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Nascimento de Camargo. Denúncia de redução salarial e retirada de direitos dos trabalhadores terceirizados da Câmara dos Deputados.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - É verdade alguém vir aqui fazer ode à invasão dos territórios indígenas? A Deputada Joenia acabou de fazer uma denúncia de que uma criança foi morta por causa de um equipamento que servia à exploração do garimpo ilegal em territórios indígenas. São os indígenas que cuidam das matas, que preservam a natureza, mas é óbvio que os bolsonaristas têm muito desprezo por tudo o que exala vida, porque eles trabalham sempre com a necropolítica. Trabalham com a morte não apenas das mais de 600 mil pessoas que poderiam estar, em grande parte, aqui conosco se o Governo não tivesse menosprezado as vacinas, em função de um profundo esquema de corrupção.

É preciso lembrar que foram afastadas todas as decisões que dizem respeito à gestão de pessoas tomadas pelo Presidente da Fundação

Palmares. Esse Presidente da Fundação Palmares mente ao dizer que nós mudamos de virtual para presencial a audiência pública e, por isso, ele não viria a esta Casa. Ele não vem aqui porque não consegue responder a todos os questionamentos. Ele não vem aqui porque é um racista que ocupa a Fundação Palmares e hoje está afastado por assédio moral e por perseguir pessoas por causa do que elas pensam. Não bastasse tudo isso, vem alguém aqui aplaudir esse Governo, aplaudir a morte, aplaudir o desemprego, aplaudir a inflação?!

Nós estamos aqui com aqueles adoradores do sofrimento e das lágrimas, aqueles adoradores da necropolítica, que vai ser derrotada neste País, e isso vai acontecer o mais rapidamente possível, porque o povo precisa respirar.

Eu venho a esta tribuna para falar do que está acontecendo com os trabalhadores terceirizados e com as trabalhadoras terceirizadas nesta Casa, não apenas por causa da redução dos seus salários, mas porque a política da Câmara de ter autonomia para estabelecer a remuneração para a categoria foi questionada. Nós já estivemos no TCU para fazer esta discussão e estamos fazendo uma série de discussões com a Direção-Geral da Casa para podermos assegurar que os trabalhadores terceirizados não tenham redução nos seus salários. Alguns deles sofrerão uma redução de mais de 30% em seus vencimentos.

Mas não é só isso. Agora, trabalhadores como copeiros, garçons ou da limpeza estão sendo contratados, mas têm que atender à convenção coletiva dos metalúrgicos, dos trabalhadores em obras, o que é uma fraude que também lhes retira direitos.

Nós vamos lutar até o fim para assegurar os direitos desses trabalhadores!

Documento 128/288

| | | |
|---|--|-----------------------|
| 120.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/10/2021- CD | 19:40 |
| Publ.: DCD - 10/14/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | DISCUSSÃO DISCURSO |

Sumário

Desnacionalização da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, como a causa da elevação dos preços de combustíveis. Caráter ilusório do Projeto de Lei Complementar nº 11, de 2020, relativo à alteração da sistemática de cobrança do ICMS incidente sobre combustíveis. Revisão da política de preços adotada pela PETROBRAS. Defesa de afastamento do Presidente da

República.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, quero recordar com o povo brasileiro algo que todos sabem: o Brasil já teve períodos em que pagou mais caro pelo barril de petróleo, em dólar. Durante longo período, os impostos foram os mesmos sobre os derivados de combustíveis, e, num dado momento, o Governo atual, o Governo Bolsonaro decidiu que era preciso mudar completamente a gestão da PETROBRAS, decidiu que o preço da gasolina e do *diesel* no Brasil deveria estar vinculado ao dólar.

Em segundo lugar, ele decidiu vinculá-los ao dólar porque ele quer vender os ativos da PETROBRAS e começou a vender as refinarias. Aliás, já vendeu uma, Deputado Odair Cunha, e diversas outras refinarias estão funcionando à meia-bomba, como se diz. Então, ele não produz gasolina e *diesel* baratos no Brasil, autoriza a superimportação de gasolina cara e de *diesel* caro, do exterior, e coloca tudo em dólar aqui, para tornar o mercado brasileiro atraente para futuros compradores. Então, a desnacionalização da PETROBRAS é a causa principal da explosão de preços da gasolina, do óleo *diesel*, do gás de cozinha, dos combustíveis. A dolarização e o descontrole sobre o dólar estão entre as causas principais da explosão de preços dos combustíveis, da gasolina e do óleo *diesel*, e do gás de cozinha. Nunca o motivo da explosão de preços foi o conjunto de tributos que incidem sobre os combustíveis, porque o preço da gasolina sempre aumentou antes, e o imposto nunca aumentou. Se a arrecadação aumenta para algum Estado é porque o preço da gasolina e do *diesel* aumentou antes. Então, mudar isso aqui não muda a questão que preocupa o povo brasileiro.

Nós precisamos garantir combustíveis, *diesel* e gasolina, e gás de cozinha mais baratos para o povo brasileiro, mas não podemos vender ilusões e mentiras para o povo brasileiro. Bolsonaro é especialista na venda de ilusões e mentiras. O jogo dele não é governar, o jogo dele é vender narrativas ilusórias para a população. As narrativas ilusórias não funcionam. Ele dizia que não era preciso vacinar, ele dizia que tinha que ser aberto o comércio direto e que não tínhamos que usar máscara. Nada disso funcionou. Nós chegamos a 600 mil mortos, e a economia está um desastre.

Isto aqui também não vai funcionar, porque não mexe na causa, o preço dos combustíveis. Isto aqui serve para iludir, não para resolver o problema. Para resolver o problema, é preciso mudar a política de preços da PETROBRAS, é preciso mudar o Presidente da República. Enquanto tivermos um governo entreguista, os preços vão seguir subindo, e não é só o da gasolina, mas também o do arroz, o do feijão,

o da carne. Como resolver esses outros preços?

Vamos parar de vender ilusões para a sociedade brasileira!

Documento 129/288

120.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/10/2021-
CD 19:56

Publ.: DCD - 10/14/2021 - BOHN GASS-PT -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Vinculação entre a política de dolarização adotada pela empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, e os sucessivos reajustes nos preços de combustíveis. Impacto dos preços do gás de cozinha e de combustíveis sobre a vida dos cidadãos brasileiros, notadamente dos mais pobres. Equívoco da atribuição aos Governadores Estaduais, pelo Governo Federal, da responsabilidade pela elevação dos preços de combustíveis no País. Revelação, pela CPI da Covid, da política de genocídio praticada pelo Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Redirecionamento da política econômica vigente no País. Manutenção pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, de aplicações financeiras em paraísos fiscais.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, o que esta Casa não pode fazer é enganar a população brasileira. Não pode se enganar também.

Neste momento, todos nós sabemos, se o preço dos combustíveis está alto, onde está o problema.

Está no ICMS nos Estados? Algum Governador de Estado aumentou o ICMS neste momento? Não. O que ocorre é que incide o ICMS sobre o preço que vem das refinarias, que vem da política da PETROBRAS, que vem da política do Bolsonaro, que é exatamente a de submissão de um país que tem a PETROBRAS, que tem refinarias e que tinha a BR Distribuidora, que podia auxiliar nesse processo, para que não tivéssemos tão alta elevação dos preços ao consumidor. Um país que não tem petróleo, um país que não tem pré-sal, um país que não tem estrutura de refinarias como tem o Brasil pode até ser obrigado, em alguma situação, a se submeter à lógica do preço internacional do barril do petróleo, porque não tem a matéria-prima própria, porque não tem a *expertise* dos nossos engenheiros da PETROBRAS que fizeram a prospecção mais profunda para termos o pré-sal no nosso País, graças exatamente a essa qualidade, a essa capacidade e a essa estrutura que tem a PETROBRAS, que foi premiada mundo afora

justamente por esse feito aqui no Brasil. Então, um país que não tem petróleo, que não tem a ideia da verticalização, do poço ao posto, vai precisar se submeter a uma lógica de preços internacionais, de guerras, de disputas, de preços na Arábia Saudita, no Golfo. Mas um país que tem petróleo para que se submeter?

O crime está sendo feito desde que a Presidenta Dilma foi tirada do Governo, à época pelo Temer, seguido pelo Bolsonaro, que é exatamente o de fazer uma política, de um lado, de desinvestimento. Foi isso o que se fez. Não se investiu mais nas empresas, não se investiu mais em mais refino aqui no Brasil, não se investiu mais em estruturação de dutos e de outra parte que faz o conjunto da política de petróleo e gás para o povo brasileiro, mas se submeteu à lógica do capital internacional, das grandes petrolíferas, e nós estamos passando por um vexame hoje.

Essa é a parte criminosa do PPI, o preço de paridade internacional. O povo brasileiro tem um custo de aproximadamente 30 dólares por barril de petróleo, e, por causa dessa lógica adotada, do preço de paridade internacional, se o barril está a 70 dólares, se o barril está a 80 dólares, com a vinculação, o preço do barril, que poderia ser oferecido a 30 dólares, passa a ser calculado a 70, a 80 dólares. Qual é a consequência disso? O preço alto que o caminhoneiro está pagando, o preço alto que o agricultor está pagando pelo *diesel* que coloca no trator. Não há agricultura neste País sem uso de combustível. Não há transporte, pelos caminhoneiros, País afora, sem combustível.

Não há preço calculado, embutido no comércio, na venda de uma roupa, de um calçado ou de comida, sem avaliarmos o custo, que é crescente, dos combustíveis e o custo para um produto final chegar ao consumidor. A responsabilidade de mudar essa lógica e vincular o preço internacional faz com que o povo pague caro e a PETROBRAS passe a ter lucro. "*Ah, não estão roubando na PETROBRAS. Então, ela tem lucro.*" Não! Estão deixando de adotar uma política que faça o equilíbrio para que o povo não pague tão caro e sobre dinheiro sabem para quem? Para os acionistas. Povo brasileiro, quem são os acionistas da PETROBRAS? São os grandes endinheirados, os que podem fazer grandes aplicações. E boa parte deles está fora do Brasil.

Na atual situação, o povo brasileiro está pagando caro por todos os combustíveis: gasolina, 7 reais; *diesel*, em alguns lugares, já passando de 5 reais ou perto disso; botijão de gás, 110 reais ou, em alguns lugares, 120 reais; sem falar do aumento da conta de luz e sem falar do aumento do preço da comida para a população. Essa política nefasta de Bolsonaro é a responsável por termos a elevação dos preços em tão alta monta para o povo brasileiro.

Qual é o sinal, então, que esta Casa vai dar ao povo brasileiro? Que o

problema não está com Bolsonaro, que o problema é do Governador, que o problema é o ICMS, Deputada Talíria? Não! Isso não é verdade. Nós não podemos passar para a sociedade uma absolvição em torno da política nefasta de Bolsonaro para responsabilizar os Governadores, como se eles fossem os responsáveis. Se houve aumento no preço dos combustíveis, não foi por causa do aumento da alíquota do ICMS, mas porque, na raiz do problema, na origem, Bolsonaro aumentou, pela política criminosa que ele adota, os preços sob os quais incidem o ICMS.

Com isso, os Governadores terão menos recursos nos seus Estados para colocarem na educação, na saúde, na reposição salarial do servidor, do brigadiano, do professor - que, em alguns Estados, já está há anos congelados -, e também para reduzir o preço dos produtos, até pelas reformas que são feitas aqui pelo mesmo Governo Bolsonaro e os que o defendem.

Então, é um erro muito grande nós passarmos essa ideia equivocada. E aqui nós estamos a dizer que, se na semana passada, por exemplo, tivéssemos aprovado - e nós lutamos para não haver a votação dessa matéria na ocasião - a construção de um projeto em que se pudesse ter outra política do Governo Federal, para que ele não mais fizesse esse vínculo nefasto que existe com a paridade internacional em relação ao petróleo, seria diferente, mas esse projeto não apareceu. Em torno de 8% seria a diminuição do preço dos combustíveis e derivados, enquanto aumentou, por conta da política equivocada da PETROBRAS, o *diesel*, a gasolina, nos últimos dias, quase o mesmo valor.

Nós estamos tentando passar a ideia de uma resposta que não será a solução. Então, esse é o grande debate que nós precisamos fazer neste momento aqui. E esta Casa tem condições de fazer imposições ao Presidente Bolsonaro, que está enfraquecido, ainda mais com a CPI mostrando agora a política equivocada de genocídio que foi praticada no País, com 600 mil pessoas mortas, com a corrupção e o vínculo que ele tem, porque há vacinas compradas apenas onde se poderia cobrar propina e haver corrupção. E as pessoas estão indo às ruas para dizer: "*Bolsocaro!*". Tudo está caro por causa da política do Bolsonaro.

Esta Casa agora poderia dialogar com o anseio da população de diminuir preços e dizer: "*Chega, Bolsonaro, é preciso mudar a política econômica*". Não precisamos ter um Ministro da Economia que coloca o próprio dinheiro em aplicações externas, no exterior, nos paraísos fiscais, e deixa o povo à míngua, com o salário congelado, porque, além de aumentar os preços, a política é de salário congelado, é de pouco poder aquisitivo, é de muito desemprego.

Nós queremos afirmar que o Brasil precisa de uma política que valorize

do poço ao posto, a verticalização, sem privatizações, adotando uma política correta que não seja a de cobrar a conta do povo para sobrar aos endinheirados rentistas, que têm suas contas muito bem remuneradas.

Documento 130/288

120.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/10/2021 -
CD 20:40

Publ.: DCD - 10/14/2021 - MARCELO FREIXO-PSB -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Responsabilidade do Governo Jair Bolsonaro pelo quadro de desemprego, fome, pobreza e carestia reinante no País. Perplexidade ante a aposição, pelo Presidente da República, de veto ao Projeto de Lei nº 4.968, de 2019, sobre a instituição do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. Impacto dos preços de combustíveis sobre a vida dos cidadãos brasileiros. Não determinação dos preços de combustíveis pelas alíquotas do ICMS. Necessidade de debate da política de dolarização de preços adotada pela empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS. Reexame do papel desenvolvido pela empresa estatal. Indiferença do Presidente Jair Bolsonaro diante do alcance da marca de 600 mil mortes no País pela Covid-19. Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei Complementar nº 11, de 2020, relativo à alteração da sistemática de cobrança do ICMS incidente sobre combustíveis, ressalvados os destaques.

O SR. MARCELO FREIXO (PSB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo Bolsonaro é o do País em que os preços estão mais altos, é o Governo da fome, é o Governo do desemprego. Há 19 milhões de brasileiros que estão famintos, estão sentindo fome.

Depois de tudo o que vivemos na luta da Campanha contra a Fome, de Betinho, voltamos a conviver com a fome, ainda pior. Essa responsabilidade é exclusivamente de Bolsonaro e de todos que o defendem.

Há 14 milhões de desempregados. Há famílias e inúmeras pessoas em situação de rua. Em todas as grandes cidades, não há um viaduto sob o qual não esteja morando uma família inteira. Este é o Brasil da desigualdade e da pobreza, é o Brasil da insensibilidade. O debate que diz respeito à distribuição de absorventes às mulheres pobres é um

absurdo completo.

Este é o Governo da fome, da insensibilidade, do pouco-caso com o Brasil. Esse é o pano de fundo do debate que estamos fazendo, Presidente Arthur Lira.

Quando o preço do litro da gasolina passa de 7 reais, afeta não só a vida de quem tem carro, do motorista do Uber, do motorista de táxi ou dos profissionais que dependem diretamente desse produto, afeta também o preço dos alimentos, afeta diretamente a inflação.

É bom lembrar, Sras. e Srs. Deputados, que, desde que Bolsonaro assumiu a Presidência da República, o ICMS, objeto da proposição que estamos votando agora, não aumentou 1% sequer. Desde que Bolsonaro assumiu a Presidência da República, o aumento do ICMS foi de 0%. Foi de 0%! E a gasolina subiu 42%, o gás subiu 41%, o *diesel* subiu 38%!

Ora, Sras. e Srs. Deputados, se a gasolina subiu 42% e o ICMS não subiu, o raciocínio é lógico: não é o ICMS o vilão que determina o preço da gasolina. Portanto, não será através do ICMS que vamos resolver a questão.

É isso que a Oposição está aqui denunciando. A Oposição está fazendo isso com muita responsabilidade, com muito debate. Debate inclusive com a Presidência desta Casa. É evidente que há divergências quanto ao voto, mas a responsabilidade no que diz respeito à fala, à denúncia unifica toda a Oposição.

Nós precisamos debater o papel da PETROBRAS diante da sociedade brasileira. No Governo Temer, houve a mudança, e Bolsonaro insiste no erro. Há um desinvestimento no refino, na tecnologia e no papel da PETROBRAS de garantir o desenvolvimento deste País. Há um direcionamento para que a PETROBRAS seja boa exclusivamente para os seus acionistas, daí a vinculação do preço do combustível ao mercado internacional. Esse sim é o ponto, Presidente, em que nós todos deveríamos estar concentrados neste momento.

O que determina o preço de um produto, Deputados e Deputadas? É o custo da produção, os impostos e o lucro. É isso que vai definir o preço do produto. O que se fez durante o Governo Temer foi vincular o preço ao mercado internacional. Então, o que prevalece não é mais o custo da produção, os impostos e o lucro, é a dolarização do preço. Isso interessa exclusivamente aos acionistas.

A PETROBRAS não pode ser importante apenas para os seus acionistas. A PETROBRAS precisa ser importante para o desenvolvimento deste País. Precisa gerar crescimento econômico e

garantir que a exploração do petróleo traga benefício ao conjunto da população.

Nós não vamos resolver o problema. Não é correto, Presidente, mais uma vez, alimentar o conflito com Governadores, a mesma estratégia que o Presidente Bolsonaro adotou em relação ao combate à COVID. É um erro.

Neste momento, carecemos de um líder, carecemos de um Presidente que tenha legitimidade diante do poder, que fale para o seu povo entendendo a realidade desse povo, que não fale para sua base de fanáticos, que não fale pensando exclusivamente nas suas redes sociais, que seja responsável quanto à realidade desse povo.

Nós não temos um Presidente da República. Temos um líder fanático. É alguém que age com irresponsabilidade, alguém que pensa em armar o povo e não em educar esse povo, alguém que é insensível com as mortes e com a pandemia, alguém que se preocupa apenas com a possibilidade de se reeleger a qualquer custo. É esse o debate de fundo que temos de fazer aqui.

O papel da PETROBRAS é muito importante. Essa é uma empresa decisiva para este País, tem uma história fundamental neste País. Nós não podemos estar vinculados ao mercado internacional e permitir que a PETROBRAS sucumba a interesses de um mercado de ações. Esse é um erro profundo.

A insistência na adoção de preços que foi feita no Governo Michel Temer é o erro maior, que não vamos consertar com esta medida que estamos aprovando hoje. Daqui a 2 anos, depois da eleição - isso é muito sintomático -, o preço voltará a subir. Esta medida, portanto, não vai resolver o problema.

A Oposição não quer o "quanto pior, melhor". A Oposição não é inconsequente. Independentemente de qualquer voto, algo nos unifica. Nós sabemos que não estamos resolvendo o problema real do preço dos combustíveis. Estamos criando, neste momento, uma possibilidade de Bolsonaro dizer que reduziu o preço dos combustíveis, que daqui a pouco vai aumentar, porque ele não tem coragem de ir aonde o problema está. Essa é a questão central.

Este é o Brasil dos famintos, o Brasil do desemprego, o Brasil da falta de assistência, o Brasil da falta de diálogo. O Brasil não aguenta mais essa falta de pacto, a falta de uma liderança nacional que chame os Governadores e os Prefeitos para sairmos desta crise profunda.

Chegou a 600 mil o número de mortos em decorrência da COVID, e o Presidente da República foi incapaz, Presidente Arthur Lira, de se

dirigir à Nação para lamentar esse episódio. Em vez de fazer isso, ele agride jornalistas. É sintomático que o Prêmio Nobel da Paz tenha sido dado exatamente a jornalistas que lutaram contra Governos autoritários, assim como este.

Este é um Governo que manda jornalista calar a boca. Quando jornalistas perguntam sobre os 600 mil mortos, quando fazem essa pergunta óbvia, o Presidente diz: "*Em qual país não morreu gente?*" Ele não tem sensibilidade, não tem a mínima sensibilidade para liderar o País.

A Liderança da Minoria fez um debate profundo nesta Casa e está liberando a bancada nesta votação, porque há divergência quanto ao voto. Nós temos muito respeito por todas as bancadas, mas sabemos que o problema central não está sendo atingido neste momento. Nós vamos perseguir isso. Nós vamos perseguir a necessidade de se fazer com que o preço dos combustíveis seja atrelado ao seu custo de produção e não necessariamente seja definido para agradar acionistas e jogar a PETROBRAS apenas ao interesse do mercado. Ela precisa ser responsável pelo crescimento, pela geração de empregos e pelo desenvolvimento deste País.

Obrigado, Presidente.

A Liderança da Minoria libera a bancada.

Documento 131/288

| | | | |
|----------------------------|-------------------------------|-------------------------------------|------------------|
| 120.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa | 13/10/2021-22:48 |
| Publ.: DCD 10/14/2021 - | LUIZ LIMA-PSL -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ENCERRAMENTO | DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO | |

Sumário

Transcurso do Dia Nacional do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional. Contribuição crucial dos profissionais para a manutenção de vida saudável, ativa e independente. Relevância dos trabalhos realizados pelos fisioterapeutas na recuperação de pacientes da Covid-19.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO

LUIZ LIMA.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria agora de fazer uma lembrança e uma homenagem aos fisioterapeutas. Hoje, quarta-feira, dia 13 de outubro, celebramos no Brasil o Dia do Fisioterapeuta.

Também conhecido como o Dia Nacional do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional, a data celebra o trabalho do profissional ligado à área da saúde que auxilia na recuperação física do corpo humano. Além disso, os fisioterapeutas ainda ajudam a prevenir doenças musculares e ósseas.

O terapeuta ocupacional, por sua vez, atua indicando atividades intelectuais e físicas que permitem a recuperação de pacientes que sofreram AVC ou que sofreram acidentes. Igualmente, ajudam a crianças com dificuldades motoras, indicando exercícios específicos que melhorem seu rendimento.

O dia é uma oportunidade para fisioterapeutas de todo o Brasil aumentarem a conscientização sobre a contribuição crucial da profissão para manter as pessoas saudáveis, ativas e independentes. O dia marca a unidade e a solidariedade da comunidade de fisioterapia. É uma oportunidade de reconhecer o trabalho que os fisioterapeutas fazem por seus pacientes e pela comunidade.

Apesar de muitas vezes criticados, dias comemorativos são ocasiões para educar o público sobre questões preocupantes, para mobilizar a vontade política, facilitar a obtenção de recursos para enfrentar os nossos problemas e, principalmente, para celebrar e reforçar as conquistas nacionais e de classes específicas.

Nesse período de pandemia que enfrentamos, a homenagem aos profissionais da fisioterapia deve ser amplificada. Seja como parte da equipe de atendimento nas unidades de terapia intensiva, seja trabalhando na recuperação do paciente pós-internação, o fisioterapeuta é um profissional de fundamental importância para o sucesso do tratamento dos pacientes com COVID-19.

Sua atuação contribui para evitar complicações cardiorrespiratórias em indivíduos internados e, claro, para recuperar a capacidade pulmonar e motora de quem já se curou da doença.

Nas hospitalizações por COVID-19, o auxílio da fisioterapia é capaz de acelerar o processo de recuperação do paciente, diminuindo a necessidade de medicamentos e o risco de sequelas após a internação. Além disso, fortalece a musculatura esquelética e reduz a

perda de massa muscular durante esse período. A fisioterapia desempenha um papel crucial para atenuar os sintomas cardiorrespiratórios decorrentes da doença.

Quando um paciente grave de COVID-19 consegue sair da UTI, é preciso dar continuidade ao tratamento em apartamentos ou enfermarias até que ele esteja pronto para ter alta e possa se recuperar em casa. Mais que isso, a prática já mostrou que uma parcela significativa dos recuperados continua necessitando de fisioterapia (principalmente respiratória) por um longo tempo após a desospitalização.

Assim, nesse momento, eu agradeço o trabalho que os fisioterapeutas fazem pelo nosso País e desejo muitas alegrias a todos vocês! Contem comigo sempre!

Documento 132/288

| | | |
|--|--|---------------------|
| 121.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/10/2021- CD | 12:08 |
| Publ.: DCD - 10/15/2021 - NILTO TATTO-PT -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PARECER DISCURSO |

Sumário

Emissão de parecer à Medida Provisória nº 1.054, de 2021, sobre a abertura de crédito extraordinário para o Programa de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Medida Provisória nº 1.054, de 2021, chegou a esta Casa há 4 meses e, no dia 8 de junho, foi publicada. Peço permissão a V.Exa. para ir direto à conclusão do voto.

Esta medida provisória vem atender a uma decisão do Ministro Roberto Barroso, do STF, no âmbito da ADPF 709/20, que trata do cuidado que o Estado brasileiro deve dispensar aos povos indígenas isolados ou de recentes contatos. Basicamente, nós temos 7 territórios indígenas para os quais esta ADPF pede especial atenção.

Como já exposto, esta proposição prevê recursos no valor de 25 milhões para a FUNAI. Deste montante, até o momento, foram empenhados 18 milhões e pagos somente 1 milhão e pouco.

Para o Ministério da Defesa, são 15 milhões e 800 mil, foram empenhados 13 milhões e 600 mil, mas nada foi pago até este momento.

Para o Ministério da Cidadania, em especial para a segurança alimentar, são 173 milhões. Nada, no entanto, foi empenhado até o momento. Portanto, nada foi pago também.

Evidentemente, nosso posicionamento é pela aprovação, em função da urgência e da emergência para o enfrentamento da COVID, especialmente neste momento em que temos outra cepa circulando no País. Nós estamos falando de uma população que é, talvez, a mais vulnerável e precisa de um acompanhamento mais próximo por parte do poder público, principalmente da FUNAI.

Ainda no ano passado, quando da aprovação, nesta Casa, de outra medida provisória que tratava inclusive de autorização para a FUNAI pagar diárias a militares, a membros das Forças Armadas e a membros das polícias militares, para poder ajudá-los no trabalho, nós questionávamos a importância de o Governo lançar mão do apoio e da ajuda de lideranças indígenas e de organizações indigenistas. Agora, esta medida provisória abre esta possibilidade.

Nós já estamos há 4 meses com esta medida provisória, e todos já percebem a falta de empenho por parte do Poder Executivo e do Governo para implementá-la, o que coloca em risco estas populações.

Portanto, nós somos pela aprovação da matéria, tanto é que não recebemos nenhuma emenda, e eu imagino que deva haver consenso na aprovação desta medida provisória. Porém, quero chamar a atenção do Governo e pedir-lhe informações quanto à demora na implementação destes recursos para ações tão importantes.

Diante disso, nós somos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e de urgência, bem como pela adequação financeira e orçamentária da matéria. Quanto ao mérito, somos pela aprovação da Medida Provisória nº 1.054, de 2021, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

É este o relatório, Presidente.

Documento 133/288

| | | |
|--|------------------------------------|---------------|
| 121.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária | - 14/10/2021- |
| | CD | 12:32 |
| Publ.: DCD - 10/15/2021 - NILTO TATTO-PT -SP | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Acerto da aprovação pela Casa da Medida Provisória nº 1.054, de 2021, sobre a abertura de crédito extraordinário para o Programa de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas. Reexame, pelo Governo Jair Bolsonaro, do tratamento dispensado aos povos originários.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, em primeiro lugar, eu queria agradecer por ter me designado Relator dessa importante medida provisória.

Gostaria de chamar a atenção para o fato de que esta Casa está fazendo a sua parte, aprovando, em consenso, essa medida provisória, mas volto a dizer: nós estamos falando de barreiras sanitárias para o cuidado no sentido de que não sejam contaminados por COVID os grupos populacionais mais vulneráveis. Estamos falando de populações indígenas isoladas e de recentes contatos, mas, depois de 4 meses, nós temos menos de 12% de recursos executados.

Então, quero chamar todos à responsabilidade aqui no sentido de que nós precisamos continuar cobrando empenho por parte do Governo, para deixar de tratar os povos indígenas da forma como vêm sendo tratados nestes anos de Governo Bolsonaro.

E quero chamar atenção também para o fato de que, para uma boa implementação dessa política, é fundamental o apoio e a articulação com as lideranças indígenas, com as organizações indígenas, com as organizações indigenistas, com aqueles que são reconhecidamente parceiros dos povos indígenas, nos cuidados que eles precisam ter.

Obrigado, Presidente.

Documento 134/288

| | | |
|--------------|---|------------|
| 121.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/10/2021-12:40 | |
| | CD | |
| Publ.: DCD | - PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE- | |
| 10/15/2021 - | DEM -TO | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Regulamentação de pontos do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Sanção presidencial do Projeto de Lei nº 486, de 2021, a respeito da

vigência, durante o estado de calamidade pública, das normas de reorganização do calendário escolar previstas na Lei 14.040, de 2020.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na verdade, eu queria fazer um apelo. Eu acompanho de perto, e V.Exa. também foi um grande parceiro na aprovação do FUNDEB.

Nós apresentamos um texto que dá continuidade à regulamentação, e há três questões importantes que hoje afligem e que são necessárias de regulamentação - nós aprovamos, na semana passada, a urgência - , sendo que uma delas é ajudar e orientar os nossos Prefeitos sobre como aplicar os 70% da parte de pessoal. Muitos Prefeitos estão tendo dificuldade com seus tribunais de conta em relação à merendeira, ao vigia, ao pessoal de apoio, e o texto esclarece e determina quem compõe esses 70%.

Uma outra parte é em relação aos bancos. Muitos Municípios não têm Banco do Brasil ou Caixa Econômica e têm tido dificuldade em se organizar dentro dessa perspectiva do uso dos bancos. Às vezes há até acordos já organizados, mas também em relação ao ajuste do VAAT e do VAAF, que são quem determina os recursos para cada um dos Municípios.

Outro ponto se refere aos fatores de ponderação, que deveriam ter sido definidos agora, e nós não teremos tempo. Então, nós o colocamos para 2023.

Por isso, quero fazer um apelo para que nós possamos acompanhar ou para que as assessorias possam acompanhar e a Casa possa aprovar rapidamente para apoiar os Prefeitos, a fim de darmos condição para Prefeitos e Governadores nesse processo de gestão do novo FUNDEB.

Ontem foi sancionado pelo Presidente Bolsonaro o PL 486, que dá flexibilidade aos calendários escolares, permitindo que as escolas se organizem e também que as instituições de ensino superior possam antecipar os cursos de formação da área de saúde, médicos, fisioterapeutas...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) - ... para dizer que esta Casa cumpriu a sua tarefa, e agora é lei, do ponto de vista formal, até o final do ano de 2021, a ampliação de todos

os efeitos das leis aprovadas na área da educação, ajudando Estados e Municípios a cumprirem seu calendário escolar, seu currículo. Isso também vale para as universidades.

Muito obrigada.

Documento 135/288

| | | |
|--|--|------------------------|
| 121.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/10/2021- CD | 12:40 |
| Publ.: DCD - 10/15/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Apoio do PCdoB à aprovação da Medida Provisória nº 1.054, de 2021, sobre a abertura de crédito extraordinário para o Programa de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígena. Regulamentação de pontos do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Defesa de pagamento, ao professorado brasileiro, de precatórios relativos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF. Saudações aos professores brasileiros, à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE e à Associação dos Professores Licenciados do Brasil - APLB-Sindicato. Defesa de informatização das escolas brasileiras. Importância de imunização dos educadores e adequação das escolas, vista à retomada das aulas presenciais. Transcurso do Dia do Professor.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, também quero dizer que a medida provisória que acaba de ser aprovada tem o apoio do PCdoB.

A garantia da segurança alimentar à população indígena é algo fundamental, neste momento em que ainda enfrentamos os rigores da pandemia do novo coronavírus. Isso não passou! Quero consignar esta posição do nosso partido.

Queria aproveitar, Sr. Presidente, para saudar os professores brasileiros e corroborar o que disse a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. É preciso finalizar o processo de regulamentação do novo FUNDEB, mas é preciso também saudar os educadores brasileiros por toda a sua coragem, por sua determinação. Ainda muitos não recebem o piso salarial nacional. Queremos clamar aos Prefeitos que o façam.

Ao mesmo tempo, em relação a essa regulamentação dos precatórios, queremos deixar claro que as dívidas da Fazenda Pública precisam ser naturalmente pagas. Houve a aprovação no Plenário desta Casa de projeto de lei em que, de maneira muito clara, é dada a possibilidade da negociação para esses pagamentos. Os professores, os trabalhadores em educação aguardam ansiosamente receber os resíduos do FUNDEF, do velho FUNDEF, ainda dos tempos do Governo de Fernando Henrique Cardoso, que comporão as suas agastadas economias. É fundamental que esse recurso seja pago àqueles que aguardam há anos e que, por decisão judicial, tiveram direitos garantidos.

Portanto, é fundamental que nessa discussão, que foi acelerada com sessões marcadas em dias seguidos, em períodos improváveis, para que corresse rápido o debate sobre os precatórios, é fundamental que haja uma consciência de que, de fato, é necessário se regulamentar e pacificar, mas, em relação aos professores, é preciso pagar. São débitos da Fazenda Pública para com eles.

Saúdo os professores e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE. Saúdo a Associação dos Professores Licenciados do Brasil - APLB-Sindicato, aqui da Bahia, nominando o seu Presidente, Rui Oliveira. Saúdo todos os educadores do Brasil, que em tempos de pandemia fizeram busca ativa para manter os alunos informados, em atividade. Infelizmente, o Sr. Presidente da República vetou a digitalização das escolas, a garantia de *chips* mínimos para as plataformas insuficientes dos alunos. Nós precisamos garantir que as escolas estejam informatizadas, mas também que os professores estejam integralmente imunizados e que as escolas estejam preparadas para o retorno adequado à atividade presencial.

Amanhã, no Dia do Professor, envio o meu abraço a todos os educadores!

Documento 136/288

| | | | |
|----------------------------|-------------------------------|-------------------------------------|------------------|
| 121.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa | 14/10/2021-16:28 |
| Publ.: DCD 10/15/2021 - | ALÊ SILVA-PSL -MG | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ENCERRAMENTO | DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO | |

Sumário

Superação do marco de 100 milhões de brasileiros vacinados contra a Covid-19 (duas doses). Classificação do Brasil em 62º lugar no ranking mundial da

vacinação contra o coronavírus, no tocante à população de cada país.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA ALÊ SILVA.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Olá, Minas Gerais! Olá, Brasil!

Deputada Alê Silva na área e hoje, aqui, na tribuna, com uma bela notícia para vocês!

Ontem, quarta-feira, 13 de outubro, o Brasil ultrapassou a incrível marca de 100 milhões de pessoas com o ciclo vacinal contra a COVID-19 completo.

O termo é usado para designar pessoas que já receberam duas doses de imunizantes oferecidos no Brasil ou a dose única da vacina Janssen.

Todas as doses foram compradas pelo Governo Bolsonaro! Nenhum Governador comprou uma dose sequer. Obrigada, Presidente, por não nos deixar para trás!

No total, foram aplicadas 249,7 milhões de doses na população, sendo que 149,7 milhões receberam a primeira dose e 100 milhões tiveram a aplicação das duas doses ou dose única.

No quadro internacional, estamos na 62ª posição no *ranking* de países na vacinação contra a COVID-19 em relação à população de cada nação, segundo a Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos.

O País, no entanto, está acima da média mundial, de pouco mais de 35%.

Um grande abraço da sua Deputada Federal que luta para transformar Minas e o Brasil em um lugar melhor!

92.2021.B Sessão Outro Evento 14/10/2021-09:12

Publ.: DCD - 10/15/2021 - SIDNEY LEITE-PSD -AM

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Vacinação em torno de 100 milhões de brasileiros contra a Covid-19. Recrudescimento das desigualdades sociais brasileiras. Retomada das espirais inflacionárias. Cenário de miséria e fome reinante no País. Apelo ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, de prorrogação do auxílio emergencial. Defesa de ampliação do número de contemplados e do valor do benefício do Programa Bolsa Família. Celeridade da Casa na apreciação da pauta social.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós conseguimos avançar na vacinação da população brasileira. Nós temos em torno de 100 milhões de brasileiros vacinados, mas a pandemia continua mostrando ao Brasil sua face mais cruel, algo com que nós já convivíamos: a desigualdade.

A desigualdade só se ampliou, e, junto com ela, nós temos hoje a volta da inflação. Isso tem imposto a uma quantidade significativa de brasileiros e de brasileiras uma nova experiência de epidemia, a epidemia da miséria. Muitos brasileiros estão indo a açougues e a outros lugares para comprar carcaças e miúdos de frango e de outros animais. O povo está comprando osso para se alimentar.

Nós precisamos, Sr. Presidente, tomar medidas urgentes. Faço aqui um apelo ao Ministro Paulo Guedes para que, no mínimo, de imediato, prorrogue o auxílio emergencial. De outro lado, faz-se necessário que nós do Congresso Nacional, junto com o Governo Federal, ampliemos o Bolsa Família para todos aqueles que estão no CADÚNICO, como no BPC. É preciso corrigir o valor do benefício, porque com 190 reais é impossível pagar as contas, não dá nem para comprar carga de gás e pagar a energia elétrica. Não dá! A população está voltando a cozinhar à lenha. Mesmo sem a população comprar o gás de cozinha, esse valor é insuficiente para comprar alimentos, para comprar o mínimo, o básico.

É importante lembrar que, no ano passado, com todo o abalo causado pela pandemia na economia, o PIB reagiu em função do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais, que garantiu que brasileiros e brasileiras passassem por aquele momento tão difícil.

Sr. Presidente, a fome não espera, a miséria não espera. Nós não podemos ficar de braços cruzados. Eu entendo que nós temos que

avançar nesta pauta. A economia nós temos como corrigir, mas, diante de uma vida perdida, não temos como voltar atrás.

Faço aqui este apelo, no sentido de darmos celeridade a esta pauta, que, sem dúvida nenhuma, é prioridade para milhões de brasileiros.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que minha fala seja divulgada pelos canais de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 138/288

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 92.2021.B | Sessão Outro Evento | 14/10/2021-09:20 |
| Publ.: DCD - 10/15/2021 - PAULÃO-PT -AL | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Realização de ato contra o nazifascismo pelo movimento negro em âmbito nacional. Combate à intolerância, ao ódio e ao racismo no Brasil. Elevado índice de desemprego entre a população negra brasileira. Caráter leviano de ataques do presidente Jair Bolsonaro à ex-Presidenta Dilma Rousseff.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente. Queria cumprimentar a todos os Parlamentares.

Hoje, às 20 horas, o movimento negro fará um ato contra o nazifascismo. Trata-se de uma articulação muito importante entre todas as entidades, em âmbito nacional, que conta com a participação de Parlamentares que têm uma história de luta, a exemplo do meu companheiro Vicentinho. Nós tivemos a honra de subir a Serra da Barriga, no Município de União dos Palmares, para lembrar a resistência do símbolo de Zumbi e de Dandara. É fundamental que aconteça esta articulação.

Convidamos toda a sociedade a participar, porque já tivemos, no Brasil, mais de 110 casos de ódio, de intolerância, de ameaça de mortes, principalmente pelas redes sociais. É necessário destacar que, segundo levantamento feito no País, existem mais de 500 entidades nazifascistas. Por isso, é necessário que o Governo Federal e, principalmente, a Polícia Federal iniciem um processo investigativo para verificar as redes sociais que atacam com veemência o povo negro, um povo que tanto sofre, do processo de escravidão até hoje.

É preciso que a Polícia Federal tome as rédeas deste processo, tanto quanto a Defensoria Pública da União e o Ministério Público Federal. Nós temos a Lei nº 7.716, de 1989, que não permite a propagação da intolerância, do ódio.

Por isso, é importante que participemos deste ato. Na pandemia, nosso povo negro, tão sofrido, é o que mais morre; é o mais prejudicado não só pela na inflação, mas também pelo desemprego, que atinge 15 milhões de pessoas.

Nossa solidariedade, portanto, ao movimento negro, que, às 20 horas de hoje, realizará este ato contra o nazifascismo.

Outro assunto, Sr. Presidente, em relação ao qual eu não poderia me calar, diz respeito à grande mulher e brasileira que é a ex-Presidente Dilma Rousseff. Quero prestar minha solidariedade a ela, que, de forma leviana, foi atacada pelo candidato Ciro Gomes. Nós não podemos conceber isso! Com a ânsia de ser candidato a qualquer custo, ele ataca, de forma vil, uma mulher honesta, uma mulher trabalhadora, que tem todo o apoio da sociedade brasileira. Por isso, nossa solidariedade à ex-Presidente Dilma Rousseff.

Sr. Presidente, gostaria que meu discurso fosse divulgado pelos meios de comunicação da Casa, especialmente pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 139/288

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 92.2021.B | Sessão Outro Evento | 14/10/2021-10:04 |
| Publ.: DCD - 10/15/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Apelo à Presidência de votação dos Projetos de Lei de nºs 5.510 e 5.511, de 2020, respectivamente, sobre a suspensão do pagamento e o parcelamento de débitos de estudantes junto ao Fundo de Financiamento Estudantil - FIES.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado a V.Exa., Sr. Presidente, e a todos os colegas Parlamentares.

Eu quero, Sr. Presidente, pedir apoio ao Projeto de Lei nº 5.510, de



2020, de minha autoria, que dispensa os estudantes beneficiários do nosso Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior -- FIES do pagamento das prestações, até junho de 2021. O texto está pronto para a pauta do Plenário na Câmara dos Deputados. Nós queremos, Sr. Presidente, suspender o pagamento do financiamento do FIES até o ano que vem. Nós sabemos que a crise bateu. Os estudantes estão devendo o pagamento, não podem pagar. Não têm emprego, não têm renda.

No ano passado, nós aprovamos, o Congresso Nacional já aprovou, Sr. Presidente, uma lei que suspendeu o pagamento do FIES até o fim do ano de 2020, por meio da Lei nº 14.024, de 2020, que teve origem numa proposta de minha autoria e de outros Parlamentares, o Projeto de Lei nº 1.262, de 2020. Portanto, nós já conseguimos essa suspensão no ano passado e queremos fazê-la novamente, porque a pandemia continua, o desemprego continua. Então, nós precisamos suspender o pagamento do FIES até o final de 2022.

Se me permite, Sr. Presidente, quero ainda fazer um apelo para que também seja votado projeto de lei de minha autoria, o Projeto de Lei nº 5.511, de 2020, que permite a renegociação de débitos vencidos do FIES em até noventa parcelas sem juros.

Portanto, são dois projetos. Um é para suspender o pagamento do FIES daqui para a frente, até 2022, e o outro é uma renegociação de débitos do passado, porque os jovens não puderam pagar e estão com a ficha suja. Eles nem começaram a sua vida profissional, mal saíram da vida acadêmica, e já saíram com uma dívida pesada. As mensalidades já venceram, eles não puderam pagar, e daqui a pouco não poderão ter emprego, ou, enfim, terão dificuldade de acesso a emprego por estarem endividados.

Este é o apelo que faço, Presidente, para que aprovemos esses dois projetos de lei, um para suspender o pagamento do FIES até 2022 e o outro para que possamos renegociar as dívidas atrasadas do FIES. Os estudantes do Brasil agradecem, os jovens do Brasil precisam, os jovens do Brasil merecem, e as famílias cujos jovens estão endividados se sentem também constrangidas. Alguns, inclusive, são avalistas desses jovens, e, como tal, estão envolvidas.

Por isso, Presidente, eu faço esse apelo generoso a V.Exa., à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, em nome dos jovens do Brasil, daqueles que estudaram, que se formaram, que são os profissionais que estão começando a sua vida nas mais diferentes atividades, mas que têm esse empecilho, por conta de uma dívida passada e de uma dívida presente. Vamos renegociar os débitos do passado e suspender o pagamento das parcelas do presente! Quando passar a pandemia,

Presidente, vamos seguir a vida com uma certa normalidade.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 140/288

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 92.2021.B | Sessão Outro Evento | 14/10/2021-10:48 |
| Publ.: DCD - 10/15/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Defesa de rejeição do Veto Total nº 60, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 503, de 2011, no Senado Federal, (nº 4.261, de 2012, na Câmara dos Deputados), sobre a denominação de Rodovia Presidente João Goulart do trecho da BR-153 entre os Municípios de Cachoeira do Sul e Marabá. Repúdio à postura do Presidente Jair Bolsonaro diante da epidemia de coronavírus. Afinidade do Presidente da República com a tortura.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, mais um absurdo de Jair Bolsonaro, esse homem que não governa.

Ontem, por exemplo, nós tivemos a comprovação de quem governa no Brasil, com a aprovação da matéria relacionada aos combustíveis. Neste momento leio o *Diário Oficial* e vejo que o defensor da ditadura militar Jair Bolsonaro, o homem que comemora torturadores, que disse que o Brilhante Ustra era o terror de Dilma Rousseff, quando, na verdade, a tortura foi o terror de todos os brasileiros que pensavam durante o golpe militar e seus rigores, acaba de vetar um simples projeto de nomeação de um trecho de uma rodovia, a rodovia BR - 153, conhecida como Belém-Brasília. Essa nomeação foi aprovada através de um projeto de origem do Senado, da lavra do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que dava o nome de João Goulart a esse trecho da rodovia.

Quero dizer que João Goulart foi um Presidente cassado, perseguido, imolado pela ditadura, e que sem dúvida honra a história da luta democrática do povo brasileiro. Neste momento, quero fazer as minhas homenagens a João Goulart e à sua coragem. Quero fazer homenagens a seu filho, João Vicente Goulart, hoje membro da direção nacional do meu partido, o PCdoB.

Sr. Presidente, Bolsonaro, além de não governar, continua a ser um garoto propaganda dos métodos fascistas em nosso País. No início de

seu Governo, ele decidiu comemorar com as devidas honras o golpe militar de 64, tentando denominá-lo como o dia da liberdade. Infelizmente, ele veta uma proposta parlamentar que também foi votada na Comissão de Cultura. Passou na Comissão de Cultura ainda em 2013. Ele veta a matéria e diz que ela envolve práticas dissonantes das ambições de um Estado democrático de direito. O parecer veio da Casa Civil. O parecer veio do Ministério da Integração Nacional. E, na verdade, o intuito é apagar o nome de João Goulart da história deste País.

Nós não vamos permitir isso. Quero protestar. Vamos lutar para derrubar o veto.

Respeite-se, Bolsonaro. Você não deixará nada de legado, a não ser 600 mil mortos pela leniência e corrupção com que trata a questão das vacinas e da COVID em nosso País.

Esse é Jair Bolsonaro, um defensor da ditadura. Esse, sim, haverá de ser apagado da nossa estrutura histórica nacional.

Muito obrigada, Presidente.

Documento 141/288

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 92.2021.B | Sessão Outro Evento | 14/10/2021-10:48 |
| Publ.: DCD - 10/15/2021 - JOSÉ MEDEIROS-PODE -MT | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Exploração eleiçoeira da epidemia de coronavírus pela Oposição. Inadmissibilidade de atribuição ao Presidente Jair Bolsonaro da responsabilidade pela retomada dos índices inflacionários e elevação dos preços de combustíveis.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT. Sem revisão do orador.) - Bom dia a todos que nos ouvem.

Sr. Presidente, nós estamos vivendo um momento muito ímpar no Brasil. Nós atravessamos um período triste da humanidade, uma pandemia. As pessoas tentam... *(falha na transmissão)*

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Silva. PSB - SP) - Deputado, parece que a Internet de V.Exa. não está muito boa.

Conseguimos retomar o contato com o Deputado José Medeiros? (*Pausa.*) Parece-me que não.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) - Olá, Presidente. Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Silva. PSB - SP) - Estou ouvindo V.Exa. agora. Vamos tentar.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) - Sr. Presidente, no mundo inteiro vemos uma mobilização para mitigar o sofrimento das pessoas, mas aqui temos visto a Oposição o tempo todo atacar e torcer pelo vírus.

O Líder maior dessa Oposição disse: "*Ainda bem que a natureza mandou esse vírus*". E por que dizem isso? Não é porque querem o mal do Bolsonaro, é porque querem ganhar a eleição. Então, o legado que fica disso tudo é que, sim, a Oposição, se for para ganhar a eleição, não se importa que morram 600 mil pessoas, desde que essa culpa fique nas costas do seu adversário. No mundo inteiro, a média de mortes tem sido praticamente a mesma, no entanto, aqui, em vez de se querer mitigar o sofrimento das pessoas, como eu disse, busca-se a todo momento impedir que o Governo possa fazer o País caminhar.

Vemos que no País se tentou de tudo, desde um atendimento melhor para as pessoas, em termos de saúde, até fazer com que a economia pudesse funcionar normalmente enquanto se combatia a pandemia. Tudo isso foi atrapalhado. Agora colhem os louros da desgraça do povo brasileiro, comemorando a alta da inflação, comemorando o alto preço da gasolina, jogando isso nas costas do Presidente Jair Bolsonaro.

Sr. Presidente, isso, eu diria, é a coisa mais deplorável que se pode ter na política. Não dá para acreditar que depois essas pessoas subam num palanque e peçam votos a aqueles cuja vida arreventaram. Usam esse discurso simplesmente para poderem ganhar votos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 142/288

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 92.2021.B | Sessão Outro Evento | 14/10/2021-10:56 |
| Publ.: DCD - 10/15/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |



Sumário

Transcurso do Dia do Professor. Recomposição das dotações orçamentárias da educação básica, das áreas de pesquisa e tecnologia e do ensino superior. Maior apoio dos Estados e Municípios à educação básica.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais Deputados e Deputadas que nos acompanham nestes Breves Comunicados, eu gostaria hoje de me ater ao assunto que mais gosto de discutir: educação.

Quando passamos por uma pandemia, esperamos poder dizer que estamos saindo dela e entrando num novo momento, onde a educação começa a retornar nas escolas.

Amanhã, 15 de outubro, que é o dia consagrado para homenagear os professores e professoras, eu gostaria de chamar atenção de todas e todas para as mães que acompanharam os filhos e as filhas em casa, neste momento de pandemia, e dizer que os pais se sentiram um pouco professores e professoras e entenderam melhor o papel desta companheira que assiste, com suas responsabilidades diárias, em torno de 20 a 30 estudantes em suas salas de aulas.

Sabemos que, na pandemia, professores e professoras se reinventaram, trabalharam remotamente, visitaram casas de estudantes, levaram material impresso, fizeram um papel que a educação sempre esperou dos seus educadores.

Agora volto a esta Casa e aos componentes da CMO para dizer que precisamos recompor o orçamento da educação básica e da educação superior. Precisamos assegurar os recursos necessários para a manutenção. Precisamos de recursos para a pesquisa. Precisamos de recursos para que o ensino superior dê os passos necessários demonstrando claramente que o Brasil pode e deve ocupar cada vez mais, no espaço científico mundial, o seu lugar.

A educação básica precisa de apoio nos Estados e Municípios, e a educação superior precisa de apoio em suas instituições. Quando digo superior, eu digo superior e tecnológica, porque aqui há a rede federal de institutos, que, neste momento, precisa ser olhada por este Parlamento, já que nós temos um Governo que não tem apreço por educação.

Amanhã é o Dia do Professor, o Dia da Professora. Registro meu abraço de Parlamentar e, acima de qualquer coisa, meu abraço de professora de 40 anos de luta, de trabalho. Sei o que é pegar na mão para alfabetizar ou trabalhar com a pós-graduação, orientando

educadores, educadoras, estudantes a saberem pensar o País.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Espero que sigamos juntos enquanto Parlamento, respeitando cada vez mais a educação brasileira. Muito grata.

Documento 143/288

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 92.2021.B | Sessão Outro Evento | 14/10/2021-11:28 |
| Publ.: DCD - 10/15/2021 - ADRIANA VENTURA-NOVO -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Transcurso do Dia do Professor. Homenagem aos educadores brasileiros. Importância de valorização da classe docente.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Sem revisão da oradora.)
- Obrigada, Sr. Presidente.

Eu subo a esta tribuna hoje para fazer uma homenagem aos professores pelo Dia do Professor, 15 de outubro.

Os professores, na verdade, representam o futuro deste País. Somente por meio deles é que este País terá futuro. Nós sabemos que o professor é aquele que catalisa a aprendizagem. Ele faz acelerar o processo de aprendizagem e é fundamental.

Nós sabemos que, nesta pandemia, eles se desdobraram mais do que nunca. Eles fizeram de tudo para a aprendizagem chegar ao aluno; fizeram até busca ativa dos alunos que não estavam participando das aulas.

Estiveram muitas vezes nas escolas, mesmo quando elas estavam fechadas, para dar aos alunos que precisavam um computador e Internet.

Então, hoje eu subo aqui para homenageá-los. Nós precisamos valorizar os professores. Nós precisamos reconhecer o valor dos professores, porque este País só vai melhorar e só vai mudar, se realmente a educação for uma prioridade. E os professores são fundamentais nisso tudo.

Depois da evasão de mais de 5 milhões de alunos que vimos no último ano e meio, os professores são fundamentais para que possamos

trazer esses alunos de volta à sala de aula, a fim de que eles possam recuperar todo o tempo de estudo perdido, tudo o que não foi aprendido, toda a defasagem que aconteceu nesses últimos 2 anos.

O nosso Brasil, o Brasil do futuro, depende dos professores. Então, a vocês, professores, a minha homenagem.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 144/288

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 92.2021.B | Sessão Outro Evento | 14/10/2021-11:44 |
| Publ.: DCD - 10/15/2021 - LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Elevado número de crianças de até 6 anos de idade órfãs em decorrência da morte dos pais pela Covid-19, conforme pesquisa da Associação Nacional de Pesquisadores, dos cartórios civis. Sucateamento do Sistema Único de Saúde - SUS. Atenção especial dos governantes, do Poder Legislativo e da sociedade civil à orfandade da epidemia de coronavírus.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu volto a esta tribuna para trazer um quadro aterrador, consequência da COVID-19 em nosso País.

Uma pesquisa realizada pela Associação Nacional dos Registradores, dos cartórios civis, indica que 12.211 crianças de até 6 anos ficaram órfãs de um dos pais, vítimas da COVID-19.

Dessas 12.211 crianças de até 6 anos de idade, 25,6% não tinham completado 1 ano de idade quando um de seus pais foi levado pela COVID-19. Ainda de acordo com a pesquisa, 223 pais faleceram antes de seus filhos terem nascido e 64 crianças de até 6 anos de idade perderam pai e mãe vítimas da COVID-19.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares e quem mais nos acompanha nesta sessão, esse é um quadro que deve merecer a atenção e o senso de responsabilidade de Governos e da própria sociedade civil, em relação às consequências tenebrosas da pandemia da COVID-19 associadas a outras situações críticas que vivemos em nosso País, como desemprego em massa, fome, desencanto, desalento, doenças de toda

ordem.

Era preciso - e assim deveríamos ter feito - prevenção e preparação prévia para o enfrentamento da pandemia que estava por vir, mas nada se fez. Não se adquiriu vacina, não se providenciaram as condições da rede pública de saúde. Aliás, o SUS está totalmente sucateado. E, de repente, aconteceu essa tragédia que vitimou mais de 600 mil brasileiros e brasileiras até hoje. Vamos nos preparar. Vamos nos organizar. Vamos agir, antes que esse quadro aterrador do pós-pandemia se agrave!

É preciso dar uma resposta a essa realidade, sobretudo, das novas gerações. São crianças de menos de 6 anos, de 1 ano de idade, que perderam seus pais e precisam de acolhimento, atenção, apoio, cuidado. Há responsáveis por esta tragédia e há os efeitos perversos dessa mesma tragédia, que é a orfandade de milhares de crianças das mais diferentes idades. Essas crianças precisam receber uma atenção especialíssima. Além do fato de não contarem com uma família, com pai e mãe...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Silva. PSB - SP) - Peço que conclua, Deputada Luiza Erundina.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP) - Pois bem, Sr. Presidente.

Como eu já disse, esse quadro é aterrador e requer o cuidado de quem tem a responsabilidade sobre as políticas públicas, com uma atenção especialíssima e tomada de providências desde já, para atender as vítimas dessa orfandade que é fruto da pandemia da COVID-19. É necessário evitar tragédias maiores no pós-pandemia. Para isso, a responsabilidade é, sobretudo, dos Governos, do Poder Legislativo e da sociedade civil como um todo.

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 145/288

| | |
|--|--|
| 22.2021.N | Sessão Não Deliberativa Solene - CD 18/10/2021-09:24 |
| Publ.: DCN - 10/19/2021 - DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR.-PP -RJ | |
| CONGRESSO NACIONAL | HOMENAGEM |
| | HOMENAGEM DISCURSO |

Sumário

Saudações aos participantes na sessão solene. Transcurso do Dia do Médico.

O SR. DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR. (PP - RJ. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Bom dia a todos.

Quero saudar o Presidente desta sessão, o Deputado Dr. Zacharias Calil; o Presidente da Frente Parlamentar Mista da Medicina, o Deputado Hiran Gonçalves; o Senador Wellington Fagundes e a Senadora Nilda Gondim; o Presidente da Associação Médica Brasileira, o meu amigo César Fernandes; o Dr. Donizetti, Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina; o nosso amigo Gutemberg, Presidente da FENAM; o Senador Marcos Rogério, que vejo também no Zoom. Quero saudar a todos que participam desta sessão tão importante, em que se comemora hoje o Dia do Médico.

Quero dizer, Deputado Calil, da saudade de quando promovemos uma sessão como esta, em 2019, na Câmara dos Deputados. Nós estávamos iniciando o nosso mandato, sem saber dos desafios que vislumbraria a medicina nos anos de 2020 e 2021. Estes 2 anos foram muito difíceis para a história da humanidade, devido à pandemia de COVID-19. Os 2 últimos anos têm sido os momentos mais difíceis da história da humanidade. Nunca uma pandemia atuou de maneira tão drástica, mudando hábitos, influenciando a economia, os costumes e a cultura da população mundial, especialmente a vida dos profissionais de saúde. A classe médica desempenhou o papel que a humanidade esperava dela. A humanidade esperava que nós médicos pudéssemos estar à frente de um processo que buscasse salvar a população. A classe médica deu essa resposta, trabalhando diariamente. Milhares de hospitais, de prontos-socorros e de unidades básicas de saúde do Brasil e do mundo estiveram à frente do combate da pandemia de COVID-19, buscando atender o paciente, no momento em que não tínhamos qualquer tipo de conhecimento sobre essa doença.

Assim que começou essa doença, Deputado Hiran, a cada dia, a cada momento, as convicções eram mudadas, e entravam novas tecnologias, quando um colega conversava com o outro. Nunca, em tão pouco tempo, a ciência e a medicina se fizeram tão presentes e, de forma tão rápida, buscaram formas inovadoras de enfrentamento dessa doença, Deputado Calil. Nunca, de forma tão drástica, nós fomos todos chamados a entender o que significava um sinal e um sintoma e o que significava a boa prática médica. Muitos de nós médicos sabemos da responsabilidade de entender um sinal, um sintoma do paciente, de entender e correlacionar isso ao resultado de um exame, ao seu exame físico, para iniciar um tratamento. Nunca a medicina mundial foi tão testada, com sinais e sintomas tão diferentes, para fazer diagnósticos e buscar um tratamento. Os tratamentos foram postos, de forma revolucionária, em muito pouco tempo. Também em muito pouco

tempo foi desenvolvida uma vacina. Tudo isso se deu através do conhecimento e da formação do médico. O médico, sem sombra de dúvida, é o início, a ponta de tudo o que se faz na área da saúde no mundo.

Por isso, a qualidade do médico também é uma obsessão nossa, uma obsessão minha, uma obsessão do Deputado Calil, uma obsessão do Deputado Hiran, uma obsessão do CFM, da AMB, da FENAM, de todos os que trabalham com a medicina, é uma obsessão querer que a medicina seja bem exercida, para a valorização de cada um dos profissionais. A nossa profissão é constantemente atacada. Infelizmente, muitos entendem que a medicina - e, sim, ela realmente é isto - é uma forma de formar um filho, para que ele tenha sucesso, boa remuneração, mas ele precisa ser bem formado. Por isso, defendemos a boa prática médica, defendemos uma escola de medicina de qualidade, defendemos que os nossos alunos possam realizar a medicina no nosso País. Se a fizerem fora do País, que façam a prova de revalidação dos seus diplomas e exerçam a medicina no nosso País. Queremos a medicina cada vez mais forte. Por isso, brigamos pela residência médica fortalecida, para que mais pessoas possam se tornar especialistas no nosso País. Por isso, brigamos por uma atenção básica fortalecida, porque queremos que a população brasileira tenha acesso ao médico. Acima de tudo, brigamos por uma saúde de qualidade, e boa parte dessa saúde de qualidade se faz com a boa qualidade do médico.

Eu tenho certeza absoluta de que todos os nossos esforços em prol da medicina, Deputado Calil, Deputado Hiran, Senador Marcos Rogério e todos os que nos acompanham, tornam-se realidade a cada dia, quando ajudamos a salvar uma vida.

Milhares de vidas foram salvas na humanidade pelo acompanhamento, pelo fortalecimento da medicina. Cada vez que recua a pandemia, cada vez que retomamos um pedacinho da nossa vida, que podemos ir a um bar, a um restaurante - e ontem eu tive a oportunidade de voltar a ir a um jogo de futebol com o meu filho -, cada vez que temos a oportunidade de fazer a nossa vida voltar ao normal, sabemos que ali há o dedo de um médico, de um médico que ajudou no desenvolvimento da vacina, de um médico que ajudou a evitar mortes.

É essa a nossa função, não só o atendimento, mas também a indução de uma nova ordem na saúde mundial. Essa ordem se deu através do trabalho de milhares de médicos que atuam na ponta, que atuam na formação de novos médicos, que atuam na formação de novas tecnologias.

Neste dia, não poderia deixar de participar desta sessão. Quero agradecer ao Presidente do Senado, o Senador Rodrigo Pacheco, ao

Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Arthur Lira. Temos certeza absoluta da necessidade de a medicina ter voz e vez no Congresso Nacional, porque a boa prática médica é a garantia da saúde de qualidade para a população brasileira.

Eu quero agradecer a Deus pela honra de ser médico e de conviver com milhares de médicos neste País que têm feito e fazem a diferença ao longo da história da humanidade.

Muito obrigado, Presidente Calil.

Documento 146/288

| | | |
|------------------------------|--|-----------------------|
| 22.2021.N | Sessão Não Deliberativa Solene - CD | 18/10/2021-09:44 |
| Publ.: DCN | -DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO-- | |
| 10/19/2021 - | - --- | |
| CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM | | HOMENAGEM DISCURSO |

Sumário

Saudações aos participantes na sessão solene. Transcurso do Dia do Médico.

O SR. DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO - Bom dia a todos.

Bom dia, autoridades presentes.

Falo em nome do Conselho Federal de Medicina, representando o nosso Presidente, Mauro Ribeiro. Com muito orgulho estamos aqui.

Quero cumprimentar, na figura do Senador Marcos Rogério, todos os Senadores presentes e os Deputados, amigos pessoais, que estão presentes: o Dr. Zacharias Calil, o Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr., o Dr. Hiran Gonçalves.

Cumprimento também os dirigentes, companheiros de outras entidades, o Dr. César Fernandes, o Dr. Marcos Gutemberg e o Dr. José Mestrinho.

Senhores, que, neste Dia do Médico, dirigimos nossa homenagem e nosso reconhecimento às médicas e aos médicos brasileiros, que vêm dedicando sua vida ao cuidado das pessoas e, em conjunto com todos os profissionais de saúde, vêm sendo essenciais na superação da pandemia do novo coronavírus.

Hoje, cadastrados, somos cerca de 570 mil médicos, cerca de 5% da

população médica mundial. Cito isso para mostrar a significância desse dado.

Registramos, principalmente, a solidariedade total e irrestrita do Conselho Federal de Medicina aos milhões de familiares de mais de 600 mil pessoas que perderam a vida nesse período, incluindo cerca de 900 médicos e médicas.

A beleza do exercício da medicina mora nessa entrega pessoal, intelectual e emocional do profissional, em prol da recuperação da saúde das pessoas.

Essa é uma caminhada que demanda conhecimento científico e confiança na relação entre médico e paciente, que andem de mãos dadas. A ciência, a confiança e a responsabilidade, esses são os pilares fundamentais dessa profissão milenar.

E a caminhada é ainda mais sensível e fundamental em um País com dimensões continentais e tantas desigualdades, como o Brasil. Precisamos interiorizar o acesso aos serviços de saúde por meio de investimento em estrutura e pessoal.

Homenagear os médicos é defender o SUS e o acesso universal à saúde, uma bandeira de ontem, hoje a amanhã do Conselho Federal de Medicina. O Conselho Federal de Medicina defende todas as bandeiras para o adequado exercício profissional, as adequadas condições de trabalho, a carreira pública para o médico e a formação do médico de qualidade, não de quantidade.

O conselho vem, desde 1957, prestando serviços relevantes à sociedade brasileira, o que só pôde e só pode acontecer por causa e através dos médicos que representa. Para além das crises e divergências que por vezes se colocam, devemos valorizar a dimensão de sua institucionalidade - muito importante.

O papel do Conselho Federal de Medicina não é o de gestão ou planejamento de política pública de saúde, mas sim o da defesa da Constituição, o do fortalecimento do SUS, o da regulamentação do exercício da profissão e, sempre que necessário, o da apuração e investigação de irregularidades, mas o que só pode ocorrer em um momento cronologicamente posterior aos fatos.

Não tenho dúvida de que o Conselho Federal de Medicina sempre cumpriu e cumprirá com suas responsabilidades, tendo como principal norte a sua principal resolução, o Código de Ética Médica.

Queremos registrar aqui os nossos parabéns a todas as médicas e médicos deste País, por sua jornada de vida dedicada à medicina,

profissionais que, como a vida, seguem em frente, mesmo em meio às mais difíceis e imprevisíveis adversidades. Como eu, todos os médicos devem ter orgulho da sua profissão e do que praticam.

Saúde, Brasil! Contem conosco, com o Conselho Federal de Medicina.

Obrigado.

Documento 147/288

22.2021.N Sessão Não Deliberativa Solene - CD 18/10/2021-09:52
Publ.: DCN - 10/19/2021 - LUIZ HENRIQUE MANDETTA--- ---
CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Médico.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA - (Falha na transmissão) Dr. José Luiz Dantas também, companheiro de grandes lutas. Eu estou hoje dentro do Hospital Universitário de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Estou aqui cercado de médicos, fazendo a inspeção para a abertura de uma residência em ortopedia pediátrica neste serviço. Esta é a área da medicina que me encantou: restabelecer o movimento de crianças. Eu sempre entendi que criança tem que brincar, tem que pular, tem que exercer a sua infância com muito carinho. O que nós podemos fazer, como médicos, tem que estar a serviço delas.

É muito prazeroso para mim celebrar o Dia do Médico dentro de um hospital universitário, que é o berço de toda a medicina brasileira. Então, a todos aqueles que labutam na formação dos médicos, tanto na graduação quanto na pós-graduação, o meu respeito, o meu carinho. Muito obrigado pelo conjunto de trabalho que é feito dentro do Brasil.

A medicina, em todo o mundo, não só a brasileira, passa por crises. Esta é uma crise provocada por um vírus. Esse vírus é o nosso grande inimigo. É em torno dele que nós temos que reforçar todas as nossas energias, porque ele fez, no mundo inteiro, também aqui no Brasil, milhares de vítimas. Milhares de pessoas foram acometidas por essa doença, uma doença comportamental, de sociedade. Esse vírus não ataca só o indivíduo, ataca todo o sistema, ataca a economia, ataca a cultura, a educação, e veio para fazer praticamente um alerta definitivo para o mundo: as bombas não servem para nada, as armas nucleares não servem para nada. Simplesmente se comprovou que o gasto feito no mundo para nos defendermos de seres em tese inteligentes, que

deveriam ter um ponto de equilíbrio e diálogo, ele ficou obsoleto diante de um microrganismo invisível. E este vírus ainda tem um grau de transmissibilidade moderado. O próximo pode vir com alta transmissibilidade e alta letalidade. A humanidade é totalmente frágil para fazer esse enfrentamento.

Os médicos foram para a linha de frente. Eu os convoquei, eles atenderam. Eu não vi, durante esta pandemia, ninguém deixar de fazer tudo pelo seu paciente, deixar de investir todo o seu conhecimento, ou os recursos que achava que deveria investir. Não vi nenhum médico lamentar por falta de estrutura para trabalhar, nas diferentes regiões do Brasil.

A *performance* de hospitais em áreas remotas *versus* hospitais de primeira linha é muito assimétrica, é muito diferente, e ela fica como um grande estudo para que aqueles que estão com mandato popular, seja na Câmara, seja no Senado, façam reflexões e proponham as alterações necessárias para ajudar a medicina.

A medicina precisa de mais apoio para a formação de médicos. Nós estamos formando uma geração de médicos, e não temos bolsas de residência suficientes para 35 mil médicos. Vamos entregar ao mercado um número muito grande de profissionais sem capacitação. No entorno, entre Brasil e Bolívia, há hoje mais de 100 mil brasileiros cursando medicina em faculdades, algumas delas sem nenhuma estrutura - eu fui Parlamentar do MERCOSUL, e fiz visitas. Há faculdades boas, algumas regulares e outras que não têm condição de funcionamento. Isso cria uma pressão também.

Então, é necessário que o Congresso se debruce sobre isso e que o conselho exerça o seu papel. O conselho é uma autarquia federal criada, regulamentada por Juscelino Kubitschek de Oliveira, o único Presidente médico da história deste País.

A função número um do conselho é proteger a sociedade da má prática médica. É ele que dá as balizas do que é considerado ético, do que é considerado norma técnica, e ele deve se amparar sempre nas sociedades de especialidade, naqueles que militam dentro de áreas muito específicas, nas academias, para que possamos ter um estado de arte da medicina brasileira. Eu espero que isso também sirva de reflexão neste momento.

Meus cumprimentos a você, Deputado Zacharias Calil, que continua sendo um médico Deputado, ou um Deputado médico, que continua na labuta, que está sempre com o bisturi na mão, que não larga o bisturi por nada, que deve ser aquele cirurgião que nós chamamos de "fominha". Quando estamos operando, há sempre um cirurgião que diz assim: "*Alguém me empresta o bisturi um pouquinho?*" E, se você dá o

bisturi para ele, ele não o devolve mais, até o fim da cirurgia. Eu também sou dessa turma. Então, meus cumprimentos a você, que está com o bisturi na mão, que tantas vidas já ajudou a salvar e é essa grande referência em cirurgias complexas, de xifópagos, tanto no território nacional quanto fora do Brasil.

A todos vocês, os meus cumprimentos pelo trabalho fundamental para a construção de uma sociedade mais equânime, com um sistema de saúde forte, tanto público, através do SUS, como privado, através da saúde complementar.

Aos médicos que estão na atenção primária no Brasil, meus cumprimentos. Eles têm feito um trabalho gigantesco, silencioso, muitas vezes não reconhecido, mas são os grandes heróis da melhoria dos indicadores da saúde pública brasileira.

Aos médicos que trabalham dentro da burocracia, extremamente importante, nas direções, nas auditorias, no Ministério da Saúde do Brasil, com os quais tive o prazer e a honra de trabalhar, meu muito obrigado, meu agradecimento pela dedicação durante esta pandemia e na história de construção do SUS.

Parabéns a todos os Senadores aqui presentes. Parabéns aos Deputados. Ficam os meus cumprimentos a todo o Congresso Nacional, do qual sempre fui parceiro e sempre estive junto.

Um abraço especial para a minha amiga Senadora Nilda Gondim. Eu gostaria muito de dizer aqui da importância que ela teve no meu primeiro mandato. Nós fomos Presidente e Relator de uma subcomissão. A Senadora Nilda é uma guerreira, ela sabe, e tem alma de médico. Se existe uma mulher nesta nossa conferência que lutou e luta sempre pela construção de uma medicina de qualidade, fica o meu reconhecimento ao trabalho da Senadora Nilda Gondim.

Um abraço a todos os médicos do Brasil.

Parabéns a todos pela nossa audiência pública!

Documento 148/288

22.2021.N Sessão Não Deliberativa Solene - CD 18/10/2021-10:36
Publ.: DCN - 10/19/2021 - ÁLVARO LUÍS GALVÃO IGNÁCIO--- ---
CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

Saudações aos participantes na sessão solene. Transcurso do Dia do Médico.

O SR. ÁLVARO LUÍS GALVÃO IGNÁCIO - Bom dia a todos. É uma honra participar desta sessão plenária.

Na pessoa do Deputado Dr. Zacharias Calil, cumprimento todos os Deputados. Na pessoa do Senador Marcos Rogério, que é um grande representante político do Estado de Rondônia, cumprimento todos os Senadores. E, na pessoa do Dr. Donizetti, Vice-Presidente do CFM, cumprimento todos os médicos que aqui estão presentes. O CFM tem sido um conselho ativo, e, principalmente neste momento da pandemia, manteve a sua postura muito bem pautada sobre a autonomia dos médicos nos seus tratamentos.

Nós, que enfrentamos esta pandemia, não apenas os médicos, mas também todos os profissionais da área da saúde - muitos tiveram a vida ceifada, muitos levaram os seus familiares a ser contaminados por esse vírus -, sabemos o quanto foi difícil e o quanto esta pandemia transformou as nossas vidas, a nossa piedade, a nossa condolência, a nossa paixão por fazer medicina por amor e enfrentar, sem medo, tudo o que nós tivemos que enfrentar.

Eu sou médico cirurgião vascular, vim do Rio Grande do Sul. Formei-me na Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre e fui, inclusive, Dr. Mestrinho, aluno do Prof. Dr. Moacyr Scliar, que era professor de Medicina Preventiva na nossa faculdade.

Vim para Rondônia e me radiquei aqui no interior do Estado; fui o primeiro cirurgião vascular do interior do Estado. Quando cheguei aqui, tínhamos muitas dificuldades. Havia limitações técnicas, limitações que até hoje temos, de logística, pela dificuldade dos pacientes de terem acesso a tratamento, dificuldade para os pacientes saírem daqui.

Rondônia era um Território, hoje, Estado, que enfrentou muitas dificuldades. Na época em que eu cheguei, ainda havia muitas madeiras aqui; ocorriam muitos traumas, e nós enfrentávamos o trabalho de reconstrução de membros. Enfrentamos, junto com outros colegas, muitas dificuldades.

Na saúde pública, tive a oportunidade, evidentemente, junto com o Senador Marcos Rogério e o Prefeito Affonso Cândido, na época em que assumi, por curto tempo, a Secretaria de Saúde, no final do ano passado, de desenvolver arduamente a abertura da UTI no serviço público, pois o grande gargalo que tínhamos aqui era a falta de vagas de UTI e o crescimento absurdo da doença, sem poder tratar os pacientes, sem poder intubar os pacientes, sem poder fazer o devido acompanhamento deles e salvar muitas vidas. E nós tivemos,

felizmente, a capacidade de, junto com todos os outros profissionais, evidentemente, abrir UTI no serviço público.

Eu acho que grande valor foi dado ao nosso trabalho e à nossa atividade médica por toda a sociedade, não apenas na nossa região, mas também no Brasil inteiro. Tivemos oportunidade de participar de vários fóruns de trabalho para que desenvolvêssemos uma capacidade de tratamento dos pacientes, principalmente os que estavam com COVID, devido às nossas grandes limitações, por não haver um remédio adequado. Mas fazíamos, de forma muito criteriosa, o acolhimento precoce dos pacientes para minimizar a doença.

E, só para fechar, eu gostaria de dizer que, para o nosso Conselho de Saúde, não se trata mais da inexistência da doença, e sim do bem-estar físico e social da população. Isso é o que faz do médico o indivíduo que não apenas trata uma doença, ele trata também uma pessoa, ele trata um indivíduo que está dentro de um contexto de família e que vive em sociedade. E a função do médico, além de acolher esse paciente, de ouvi-lo, de prestar muita atenção, é devolver a ele a sua autoestima, o seu sorriso, é curar a sua dor ou, pelo menos, como a medicina nos promete e nos propõe, aliviar o sofrimento de todos. É isso o que nós buscamos.

Nós médicos também absorvemos muito a doença, absorvemos muito a dor dos pacientes e, por isso, desenvolvemos muito a síndrome de Burnout. Nós somos grandes vítimas dessa síndrome que "queima" os nossos dias, a nossa mente, em decorrência do sofrimento que nós temos junto com o paciente.

E é claro que eu gostaria muito de deixar aqui registrada uma solicitação de todos os médicos do serviço público. Gostaríamos que os nobres Deputados e Senadores pudessem levar adiante a carreira médica no serviço público. Assim como existe a carreira do direito e a carreira de várias outras profissões, os médicos e todos os profissionais de saúde mereciam ter uma carreira predestinada para que eles possam se dedicar adequadamente, podendo ir, então, para tão longínquos lugares.

Eu que vivo num Estado distante, que é o Estado de Rondônia, vejo como faz falta a chegada dos médicos aqui no nosso Estado. Isso se deve muito à inexistência de uma carreira do médico federal, que pudesse ir para o interior do País e se dedicar a populações tão sofridas.

Mais uma vez, agradeço a todos.

Desejo um feliz Dia do Médico a todos os nossos colegas.

Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui, recebendo essa grata homenagem como representante dos médicos.

Tenham um bom dia!

Documento 149/288

| | | |
|----------------------------|-----------------------------------|---|
| 122.2021 | Sessão Comissão Geral | 19/10/2021-10:04 |
| Publ.: DCD 10/20/2021 - | - PEDRO UCZAI (PRESIDENTE)-PT -SC | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS COMISSÃO GERAL | FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA FALA DO PRESIDENTE |

Sumário

Transformação da sessão plenária em Comissão Geral para debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19. Determinação do rito procedimental da Comissão Geral. Composição da Mesa Diretora dos trabalhos. Leitura de discurso encaminhado pelo Presidente Arthur Lira.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, neste momento transformo a sessão plenária em Comissão Geral com a finalidade de debater o tema *Políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da COVID-19*.

O tempo reservado a cada um dos expositores estará limitado a 5 minutos. Em seguida, falarão os Srs. Líderes de partidos, pelo tempo de 5 minutos. Os demais Parlamentares falarão a seguir, pelo tempo de 3 minutos, conforme a ordem de inscrição.

Convido para compor a Mesa o Deputado Elvino Bohn Gass, que já se encontra aqui conosco.

Eu quero, neste momento, fazer a leitura do pronunciamento do Presidente da Casa, o Deputado Arthur Lira, por ocasião da realização desta Comissão Geral:

"Senhoras e senhores, neste momento, a sessão plenária da Câmara dos Deputados transforma-se em Comissão Geral, com fundamento no art. 91, inciso I, do Regimento Interno, a fim de debater o tema *Políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da COVID-19*.

Agradecemos ao Deputado Pedro Uczai e aos outros 14 signatários do requerimento a iniciativa de propor esta discussão. Em seu requerimento, o Deputado Uczai ressalta a amplitude e variedade dos

impactos da pandemia sobre a sociedade brasileira.

Realmente, embora seja a estatística mais citada, o número total acumulado de mortes de pacientes da COVID-19 não basta para expressar a gravidade da crise que se abateu sobre o mundo. Para além das mortes causadas direta ou indiretamente, a COVID-19 também está na origem de outros transtornos sociais e econômicos cujas consequências serão sentidas por anos ou décadas.

O rol das vítimas da COVID-19, portanto, não se restringe aos mais de 600 mil brasileiros e brasileiras que deixaram nosso convívio desde março do ano passado. Ele inclui também os sobreviventes, alguns dos quais continuam a sofrer com sequelas da doença mesmo depois de superada a infecção aguda; inclui as pessoas que perderam o emprego ou outra fonte de renda e que agora se encontram em situação de grande vulnerabilidade econômica; inclui as crianças e adolescentes, cujo processo educacional foi interrompido pela pandemia. Por isso, é preciso pensar e debater políticas públicas de apoio a todas essas pessoas, tal como propõe esta Comissão Geral. Esse tem sido o objetivo diuturno da Câmara dos Deputados desde o começo desta crise.

A resposta à pandemia vem sendo o assunto principal da pauta não só do Plenário, mas também de todas as Comissões e demais órgãos deliberativos desta Casa. O número total de emendas constitucionais, leis complementares e ordinárias e outros diplomas legislativos elaborados com o propósito específico de combater a pandemia e seus efeitos já é superior a cem.

Ao lado do Senado Federal, a Câmara dos Deputados flexibilizou regras orçamentárias a fim de dotar a administração pública de todos os recursos necessários ao enfrentamento da crise. A partir dessa providência inicial, o Poder Legislativo também pôde criar programas de transferência de renda, como o auxílio emergencial; de crédito para as microempresas e empresas de pequeno porte, como o PRONAMPE; de estímulo à manutenção de contratos de trabalho, como o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda. Muitas outras medidas já foram aprovadas e muitas mais serão ainda necessárias para se deixar para trás este momento tão difícil.

A Comissão Geral que agora se inicia é mais um passo dado pela Câmara rumo à superação da pandemia, na esperança de alcançar esse objetivo o mais depressa possível. Com a certeza de que tal aspiração é compartilhada com todos os participantes deste evento, agradecemos, desde já, a participação de todos.

Muito obrigado pela atenção.

Arthur Lira,

Presidente da Câmara dos Deputados."

Agora quero passar a Presidência dos trabalhos ao nosso colega Parlamentar Elvino Bohn Gass, para que conduza os trabalhos enquanto este Parlamentar faz uma pequena introdução dos objetivos desta Comissão Geral.

Documento 150/288

| | | |
|---------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 122.2021 | Sessão Comissão Geral | 19/10/2021-10:08 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - | PEDRO UCZAI-PT -SC | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19. Superação da marca de 603 mil mortes no Brasil pela doença viral. Pedido aos participantes na Comissão Geral de observância de 1 minuto de silêncio em homenagem póstuma às vítimas do coronavírus. Promoção da Semana Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da Covid-19, pela Associação Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da Covid-19 - Vida e Justiça.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) - Sr. Deputado Elvino Bohn Gass, que preside neste momento a Comissão Geral, em seu nome, cumprimento os Parlamentares, as Parlamentares, todos os que acompanham esta Comissão Geral e, principalmente, os milhões de brasileiros e brasileiras vítimas da COVID-19.

Eu gostaria, Sr. Presidente, que pudéssemos iniciar esta Comissão Geral com profundo respeito e solidariedade. Temos diferentes sentimentos em relação à pandemia e às vítimas da COVID. Mais de 603 mil brasileiros e brasileiras perderam a vida, perderam as suas histórias e perderam a sua experiência humana.

Por isso, vamos iniciar nossa Comissão Geral fazendo 1 minuto de silêncio, com profundo respeito. Este silêncio é em solidariedade às vítimas da COVID-19, mas não é o silêncio das vítimas. Então, peço que iniciemos a nossa Comissão Geral com 1 minuto de silêncio em solidariedade às mais de 603 mil vítimas da COVID no nosso Brasil.

(O Plenário presta a homenagem solicitada.)

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) - Muito obrigado pela solidariedade com os brasileiros e brasileiras que foram vitimados.

Sr. Presidente e demais pessoas que acompanham esta sessão, quais as razões, os objetivos de realizar, na Câmara dos Deputados, esta Comissão Geral?

Em primeiro lugar, a Associação Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da COVID-19 - Vida e Justiça está realizando a Semana Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da COVID-19, que começou no domingo, dia 17, o Dia Nacional da Vacinação, e vai até o dia 23. É simbólica, em nome da ciência e da vacina, que preserva e protege a vida, a escolha desse dia como o primeiro da semana que faz a denúncia de que a vacina salva e o negacionismo mata.

Em segundo lugar, esta Comissão Geral acompanha os movimentos de finalização da CPI da COVID. Nós tivemos ontem a escuta dos depoimentos, das falas, dos gritos, da indignação, da revolta das vítimas da COVID. Não se trata de discurso ou ensaio, mas de vítimas, pessoas que perderam o pai e a mãe, que perderam o filho, que perderam irmãos ou que foram elas próprias vítimas da COVID. Fizemos a escuta do grito, da fala das vítimas, dando visibilidade a elas.

Por isso, o primeiro grande objetivo desta Comissão Geral é trazer aqui a memória dessas pessoas. Deputado Bohn Gass, o minuto de silêncio não é para as vítimas ficarem em silêncio, é para nós manifestarmos nossa solidariedade e dizermos que o compromisso deste Brasil é com a história. Esses seiscentos e poucos mil brasileiros e brasileiras, antes de contraírem a COVID, onde viviam, onde moravam, com que famílias, com que valores, com que trabalho, com que experiência humana? Hoje o que há é a experiência da morte, a experiência da perda, a experiência da dor, a experiência do luto.

Esta Comissão Geral é para discutir o luto; não é para ficar em silêncio, mas para trazer aqui a memória, a história e a vida de seres humanos que têm nome, de seres humanos que têm sobrenome, de seres humanos que experienciavam cotidianamente a sua vida e foram vitimados pela COVID. Além de uma tragédia humana, nós vamos dizer que isso foi também um genocídio.

Portanto, é importante trazer aqui a memória e a história de cada uma das vítimas. Falo de brasileiros e brasileiras que vão virar bosques em cada cidade deste País, que vão virar árvores neste País, que vão virar

velas, que vão virar filmes, livros, documentários. É preciso trazer aqui a memória de cada uma dessas vítimas e dar visibilidade a elas, para não permitir que aqueles que patrocinaram, divulgaram e promoveram a proliferação do vírus fiquem em silêncio. As vítimas da COVID vão deixar sem paz aqueles que patrocinaram essa tragédia humana.

É também em memória das vítimas que se realiza esta Comissão Geral. Parabéns a todos os que estão construindo solidariedade entre nós, brasileiros e brasileiras, acompanhando e atendendo as vítimas da COVID!

Em terceiro lugar, esta Comissão quer discutir políticas públicas, fortalecer o SUAS, fortalecer o SUS, fortalecer o Estado brasileiro, para atender os milhões de brasileiros sequelados, além das famílias de vítimas da COVID. Vamos discutir legislação. Propusemos dez projetos de lei aqui, além de emendas constitucionais, articulados com o Instituto da Justiça Fiscal e a Associação Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da COVID-19 - Vida e Justiça.

Propusemos, em primeiro lugar, que o dia 12 de março fosse o Dia Nacional em Memória às Vítimas da COVID, visto que a primeira brasileira que perdeu a vida por causa da COVID, a D. Rosana, faleceu em 12 de março.

Propusemos também a Semana Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da COVID-19, que se inicia no dia 17 de outubro, o Dia Nacional de Vacinação, e termina no dia 23 de outubro - portanto, está acontecendo nesta semana. Aliás, esta Comissão Geral faz parte da programação da Associação Vida e Justiça.

Em terceiro lugar, propusemos projetos de lei para financiar o enfrentamento das sequelas da COVID. Quem vai pagar a conta? Nós achamos que os super-ricos deste País precisam pagar essa conta. Os bilionários estão ficando mais ricos em plena pandemia, no mundo e aqui no Brasil. Por isso, estamos propondo a cobrança de 10% sobre as altas rendas no que exceder o valor de 60 mil reais. Isso corresponde a 208 mil brasileiros somente, mas possibilitará a arrecadação de 28 bilhões de reais para atender as vítimas da COVID-19. Uma pequena cobrança a mais de impostos sobre as grandes fortunas, o setor financeiro, o setor mineral, que não pagam impostos, poderá colocar mais 35 bilhões de reais nos cofres públicos para o enfrentamento da pandemia.

O que se propõe é taxar as altas rendas, as grandes fortunas, o setor financeiro, os que têm acima de 10 milhões de reais em bens e direitos, cobrando 1% de quem tem até 40 milhões de reais, 2% de quem tem de 40 milhões a 80 milhões de reais e 3% de quem tem acima de 80 milhões de reais. Depois de 5 anos, esses percentuais baixariam para

0,5%, 1% e 1,5%, respectivamente. Isso dará mais 40 bilhões de reais. E nós estamos falando aqui de 60 mil brasileiros somente. Com isso poderemos ajudar financeiramente as vítimas da COVID.

Esses são alguns dos projetos propostos aqui. Eu não vou me estender, para permitir que as vítimas e as Lideranças falem.

Sr. Presidente, que esta Comissão Geral possa dar visibilidade à denúncia, à resistência e à organização da sociedade brasileira, que não aceita esta tragédia humana.

É por isso que o quarto e último objetivo desta Comissão Geral é discutir não só a memória, não só a verdade, mas a reparação. Precisamos defender a vida e fazer justiça, sem vingança, sem nenhuma vingança, mas exigindo reparação para os órfãos da COVID, para os que se empobreceram por causa da COVID, para os sequelados pela COVID. Que possamos, neste Parlamento brasileiro, dizer a todas as vítimas, aos milhões de brasileiros sequelados pela COVID-19, que nós vamos construir legislações e políticas públicas para atendê-los.

Este período vai ficar para a história. É preciso exigir reparação, exigir que, na memória histórica, sejam moralmente, historicamente e criminalmente responsabilizados os agentes que patrocinaram cloroquina em vez de vacina; que patrocinaram aglomeração humana em vez de distanciamento social; que se opuseram à compra de vacinas e patrocinaram falcatruas na compra delas; que patrocinaram o atraso no enfrentamento da COVID e foram responsáveis por sua proliferação, com a teoria da imunidade de rebanho, segundo a qual era preciso que as pessoas se contaminassem para ficar imunizadas, em vez de se vacinarem, fazerem distanciamento e protegerem a vida.

Aqueles que não protegeram a vida, aqueles que não cuidaram da vida do povo brasileiro devem ser responsabilizados, e a Associação Vida e Justiça vai denunciá-los à Corte Interamericana de Direitos Humanos, às cortes internacionais e ao Tribunal Internacional de Haia, para que eles sejam responsabilizados e para que isso fique registrado na história, de modo que esta tragédia humana, que nós consideramos genocídio, não se repita mais na história do País.

É por isso que, junto com a CPI, esta Comissão Geral e a Associação Nacional Vida e Justiça estão buscando defender a vida em abundância e a memória daqueles que morreram. Essas mortes são fruto do negacionismo e do crime contra a humanidade patrocinado pelo Presidente da República, pelo Ministério da Saúde e por seus asseclas. Que eles sejam responsabilizados não só criminalmente, não só politicamente, mas historicamente.

A história vai colocá-los no devido lugar.

Que esta Comissão Geral possa dar visibilidade aos invisíveis, à história daqueles que se quer silenciar: as vítimas da COVID-19.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 151/288

| | | |
|---------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 122.2021 | Sessão Comissão Geral | 19/10/2021-10:24 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - | RENATO SIMÕES--- --- | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19. Instituição do Dia Nacional em Memória das Vítimas da Covid-19. Promoção da Semana Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da Covid-19.

O SR. RENATO SIMÕES - Bom dia, Deputado Pedro Uczai. Bom dia a todas e a todos os que nos acompanham nesta importante iniciativa de V.Exa., que conquistou este espaço de Comissão Geral na Câmara para o debate sobre os direitos das vítimas da COVID.

A Associação Vida e Justiça propôs um conjunto de iniciativas para esta 1ª Semana Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da COVID-19. Vários seminários iniciados ontem com o tema do direito humano à vacinação acontecerão ao longo desta semana.

Mas, com certeza, o ponto alto foi o fato de ontem o Senado Federal ter se transformado no centro do debate sobre a administração ruínoza da pandemia no nosso País. Com a instalação da CPI da COVID, finalmente se deu um grau de protagonismo fundamental às vítimas da COVID. Essa foi uma reivindicação que fizemos ao Senador Renan Calheiros e ao Senador Humberto Costa, que nos receberam em nome da Mesa Diretora da CPI da COVID, há 20 dias, juntamente com a entrega do documento com as contribuições da Vida e Justiça ao relatório final. Não seria possível encerrar o trabalho da CPI sem que se ouvisse o clamor das vítimas, que transformaram ontem a sua tragédia humana pessoal em temas de grande abrangência nacional e em matéria-prima para que o Senado, se quiser estar à altura das expectativas do povo brasileiro, como disse o Senador Renan Calheiros no encerramento da sessão de ontem, possa produzir um relatório contundente no que diz respeito não só à denúncia daquilo que foi a transformação da pandemia em genocídio no País, mas,

principalmente, à construção de políticas que deem continuidade àquilo que a CPI apenas iniciou.

Por isso, as três linhas de ação da Vida e Justiça estão contidas naquele documento, e fazemos questão de contribuir também com a Câmara dos Deputados neste conteúdo: memória, verdade e justiça.

Como em outros genocídios no mundo, como na ditadura militar no Brasil, é preciso construir um amplo movimento de memória que comece do exercício do direito ao luto das pessoas que tiveram essa condição negada pelas regras importantes de prevenção de expansão da pandemia no Brasil, mas que trabalhe a memória familiar, comunitária, municipal, até nacional, para que a verdade histórica seja construída e para que as demandas de reparação e justiça sejam asseguradas.

Também há as políticas públicas, entre elas as já mencionadas pelo Deputado Pedro Uczai, que é também coordenador do nosso Conselho Estratégico Social, para que a seguridade social, ciência, tecnologia e inovação e a educação se transformem em instrumentos de reparação e de prevenção para que nunca mais aconteça o que nós vimos hoje acontecendo em nosso País.

E, por fim, há a responsabilização não só do Presidente da República, mas de toda uma cadeia de responsáveis, que passa por Ministérios, Secretarias, Governos Estaduais e Governos Municipais que replicaram essa mesma política, por meios de comunicação de massa que veicularam *fake news* que levaram milhares de pessoas a óbito pelo uso de remédios não recomendados e por empresas que lucraram fortemente com a venda desses medicamentos e de outros insumos desnecessários para o enfrentamento da pandemia, enquanto faltava aquilo que, de fato, era o mais importante: vacina e prevenção de acordo com as orientações da Organização Mundial da Saúde e de outras instituições científicas nacionais.

Então, Deputado Pedro Uczai, V.Exa. nos fornece hoje na Câmara dos Deputados um espaço privilegiado para que essas ideias sejam também veiculadas e pela qualidade das intervenções que serão feitas pelos indicados e indicadas pelos diferentes Líderes partidários. Nós vamos compor aqui, ao final desta Comissão Geral, um painel, um mosaico de todas as lutas, reivindicações e propostas da sociedade civil brasileira para enfrentar a crise na saúde, aparelhar o SUS, defender o SUAS e ampliar os direitos previdenciários e assistenciais das vítimas a serem reparadas. Há a temática dos órfãos e órfãs da COVID, assim como há a necessidade de uma Comissão Nacional da Verdade que empodere a sociedade civil para dar continuidade aos trabalhos de onde a CPI parou. Isso é uma nova forma de buscar, no plano nacional e internacional, a justiça de transição, a justiça

testemunhal, que dê o direito a quem não teve direito, a voz a quem não teve voz e a vez a quem ainda não tem vez de ter as suas demandas, necessidades e direitos contemplados.

Portanto, Deputado Pedro Uczai, a Associação Vida e Justiça agradece a V.Exa. não só o impulso inicial para a nossa organização, que hoje une vítimas, familiares, entidades e movimentos sociais empenhados na luta contra essa pandemia e as suas consequências nefastas para o povo brasileiro, mas também por esse espaço nobre.

Pedimos ao Presidente da Câmara, nesse encerramento da minha fala, que leve em conta esses oito projetos de lei que a Associação Vida e Justiça, em conjunto com Parlamentares de quatro partidos políticos, encabeçados por V.Exa., como também com a participação do Instituto Justiça Fiscal, nosso parceiro na construção de seis desses projetos, para que esses projetos possam ser aprovados, que a Câmara dos Deputados também dê o seu sinal, assim como o Senado Federal deu ontem, de compromisso com as matérias legislativas que avancem nos nossos direitos, com o Dia Nacional em Memória às Vítimas da COVID, com a Semana Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da COVID e com os seis projetos de taxaço dos super-ricos, como na experiência internacional, para financiar um esforço extraordinário do Estado brasileiro em financiamento das políticas públicas para atender ao presente e ao futuro das consequências dessa pandemia.

Muito obrigado. Bom trabalho. Agradeço a todos e todas que puderam aceitar o convite das Lideranças partidárias para estarem conosco hoje nesse importante debate.

Documento 152/288

| | | | |
|--------------|-----|-----------------------------------|------------------|
| 122.2021 | | Sessão Comissão Geral | 19/10/2021-10:32 |
| Publ.: DCD | | -GEONETE MARIA BERNARDI AGOSTINHO | |
| 10/20/2021 - | | PEITER--- --- | |
| CÂMARA | DOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL |
| DEPUTADOS | | | DISCURSO |

Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19.

A SRA. GEONETE MARIA BERNARDI AGOSTINHO PEITER -
Obrigada. Cumprimento os Srs. Deputados, as Sras. Deputadas e todas as pessoas presentes nesse ato.

Início agradecendo à Associação Vida e Justiça pelo trabalho de juntar

esses retalhos de dor e construir a luta coletiva para que as nossas vozes sejam ouvidas. Agradeço especialmente ao Deputado Pedro Uczai por coordenar esse grande movimento nacional em favor das famílias das vítimas da COVID-19.

A COVID levou o meu companheiro, Carlos César Agostinho Peiter, o Professor César, que tinha 68 anos. Estávamos juntos há 40 anos. Também levou a minha irmã Jandira Terezinha Bernardi Bissoni, que tinha 62 anos.

Eu não posso aceitar que o Brasil, depois de assistir ao número de mortes na Europa, em especial na Itália, não tenha se organizado para prevenir a entrada do vírus com barreiras sanitárias nos portos e aeroportos, não tenha organizado uma comissão governamental com o apoio de cientistas para orientar a população sobre as medidas de prevenção, não tenha tomado medidas sérias de isolamento com a ajuda financeira aos trabalhadores para que eles não se expusessem ao vírus sem a proteção da vacina.

Não é possível aceitar um governante que negue a compra de vacinas para os seus cidadãos. Não é possível aceitar como normal esse comportamento doentio de querer que as pessoas se contaminem para se criar a imunidade de rebanho.

No nosso Estado, o Governador inicialmente tomou as medidas necessárias; depois, foi afrouxando por conta da pressão. A mesma coisa aconteceu no nosso Município. A questão econômica falsamente falou mais forte. Enquanto isso, o vírus foi se alastrando. Numa família, o pai ou a mãe dão o norte: são o exemplo para os filhos. Esse é o papel social de um presidente: dar o exemplo aos seus cidadãos, dar o norte. Ele fez o contrário: foi um mau exemplo. Incentivou a negação e o escárnio. Ele negou a pandemia. Negou as máscaras, o isolamento, o distanciamento. Riu das pessoas que tiveram falta de ar. Não respeitou as restrições impostas pela ciência, necessárias para se combater o alastramento da doença.

Em novembro de 2020, já se poderia ter um protocolo nacional de procedimentos a serem feitos em quem chegasse a um pronto-socorro, com o teste da COVID. No dia 15 de novembro, o meu marido teve um desmaio. Foi levado ao pronto-socorro. Ficou quatro horas em observação e foi liberado. Disseram que ele teve uma queda de pressão só. Quatro dias depois, ele fez o teste, que deu positivo. No dia 20 de novembro, ele foi internado. Cinco dias depois, ele foi intubado. Passou por hemodiálise, recebeu sangue. Foi feita uma traqueostomia. Teve três infecções: uma no sangue e duas nos pulmões. À segunda ele não resistiu. Depois de 62 dias de UTI, ele faleceu. Esses 62 dias de espera foram muito doloridos. Num dia, o boletim do médico diz que ele teve uma pequena melhora; no dia

seguinte, diz que piorou. O atendimento médico no Hospital do Coração, onde ele estava, foi muito humano. Todos os dias, eu recebia a ligação de um médico e recebia uma videochamada da psicóloga. Os familiares se reuniam, e podíamos vê-lo e falar com ele. Mas ele não nos ouvia, porque estava sedado.

A minha irmã Jandira foi ao hospital: recebeu diagnóstico positivo. Deram a ela o *kit* COVID e a mandaram ficar em observação em casa. No dia seguinte, ela piorou. Minha sobrinha me ligou, e eu disse: "*Leva rápido para o hospital*". Ela teve queda de pressão e de oxigênio. Esperou um dia para poder ser internada na UTI. E 28 dias depois faleceu...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Para concluir, Geonete, tem que ligar o som. *(Pausa.)*

Peço só para ir concluindo, Geonete. Ligue o microfone para concluir.

A SRA. GEONETE MARIA BERNARDI AGOSTINHO PEITER - Obrigada.

Meu marido e minha irmã foram pessoas queridas que perdemos, que a nossa família perdeu.

Quando se anda pela Itália, vê-se o nome dos que caíram na guerra nas colunas e nos muros dos prédios. Em Brasília, temos agora o memorial dos mortos. E cada Estado, cada cidade faça o seu memorial, para que esses mortos por essa tragédia não sejam esquecidos.

E, por favor, não deixem desamparadas as crianças órfãs e as vítimas dessa doença.

Muito obrigada.

Documento 153/288

| | | |
|---------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 122.2021 | Sessão Comissão Geral | 19/10/2021-10:40 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - | LUCIA SOUTO--- --- | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19.

A SRA. LUCIA SOUTO - Bom dia, Deputado Pedro Uczai. Bom dia a todos os que estão participando desta reunião.

Agradecemos por essa iniciativa absolutamente indispensável diante de todos os crimes a que estamos assistindo.

Eu sou Lucia Souto, como o Deputado Pedro Uczai me apresentou, estou coordenando a nossa Associação Vida e Justiça e sou Presidente do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde.

Na verdade, eu tive que entrar um pouquinho atrasada, quero me desculpar por isso, porque houve um problema técnico no meu ingresso.

A Associação Vida e Justiça se forma no curso desta que nós consideramos a maior catástrofe da nossa história.

A pessoa que me antecedeu - eu pude ouvir um pouco da sua fala - colocou com muita precisão que não podemos deixar essa situação passar como se nada tivesse acontecido. O Brasil já passou por inúmeros genocídios e não enfrentou essa situação.

Neste momento, sabemos dos impactos desta catástrofe: mais de 600 mil mortes pela COVID-19. A pior gestão da pandemia do mundo é a deste Governo, com a tese inadmissível da imunidade por contagem, da imunidade de rebanho, a transformação do próprio Ministério da Saúde, que, no lugar de defender a vida e a saúde da população, se transformou de uma forma intolerável num espaço de roubo e de corrupção. Então, o Brasil tem que se vir diante das consequências e dos impactos, que serão por gerações, do que ocorreu neste momento.

A Associação Vida e Justiça, junto com a Justiça Fiscal, fez um trabalho de consulta Brasil afora, para que apresentássemos projetos de lei - na verdade, são seis projetos de lei e duas emendas constitucionais - para que possamos garantir os direitos das vítimas e dos afetados pela COVID-19. É apenas um passo.

Provavelmente o Renato Simões, que é o Secretário-Executivo da Associação Vida e Justiça, que já deve ter detalhado mais isso que estou mencionando.

São projetos e duas emendas constitucionais vitais. São duas emendas constitucionais que alteram o art. 195 da Constituição Federal, permitindo a identificação de fontes de recursos novos, para que

possamos criar um fundo, taxando os super-ricos brasileiros, que, na verdade, cresceram e aumentaram no contexto da pandemia. Hoje, eles têm quase 1 trilhão. Isso é um absurdo. Praticamente é igual ao PIB brasileiro.

E o Brasil tem que ter responsabilidade diante dessas pessoas, que são familiares, vítimas de uma situação que não podemos tolerar.

Então, Deputado Pedro Uczai, quero parabenizar essa transformação desta sessão do Plenário numa audiência pública, para que nós possamos construir, com objetividade e tranquilidade, todo o arcabouço legal que dê às vítimas e àqueles afetados pela COVID-19 os direitos que nós estamos defendendo na nossa Associação Vida e Justiça, que, na verdade, defende a vida e a justiça.

Seria uma maneira de reparar algo que seria irreparável. Na verdade, eu acho que é irreparável. Mas uma maneira de minimizar, de mitigar essa situação é o Brasil se organizar, construindo um conjunto de políticas públicas que possam assegurar a proteção social desse número enorme de brasileiros e brasileiras que ficaram numa situação de orfandade, que perderam aqueles que eram o sustento da família.

Nós já temos, para a nossa satisfação, inúmeros Estados, um deles é o Maranhão, que já está com uma legislação pelo menos dirigida às crianças e aos adolescentes órfãos, mas esperamos que isso seja um projeto do Brasil, aprovado por todas os Parlamentares...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 154/288

| | | |
|---------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 122.2021 | Sessão Comissão Geral | 19/10/2021-10:44 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - | ROSANE BRANDÃO--- | --- |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19.

A SRA. ROSANE BRANDÃO - Obrigada, Sr. Presidente. Meu nome é Rosane Brandão, sou do Estado do Rio Grande do Sul, bem pertinho

do seu Estado, Deputado Pedro Uczai.

Nós agradecemos a oportunidade de falar aqui neste plenário, e falo no plural porque minhas colegas falarão também em nome de inúmeras vítimas da COVID.

Srs. Deputados, algumas falas que me antecederam já colocaram algumas propostas que nós temos.

O que é importante registrar é que precisamos de medidas urgentes. Muitas dessas medidas estão sendo apontadas pela Associação Vida e Justiça, e o Deputado Pedro Uczai conseguiu captar muito bem.

Eu queria fazer menção a algumas situações, principalmente à questão - e é importante que esta Casa escute - do redimensionamento do teto dos investimentos na saúde. Ora, não podemos pensar, principalmente em razão da pandemia que estamos vivendo, em considerar ainda o que foi determinado através da PEC anterior, do corte nos investimentos na saúde. Se já eram insuficientes antes, com a pandemia ficou impossível que realmente tratemos as questões de saúde da população brasileira. Então, é urgente o redimensionamento desse teto dos investimentos na saúde.

Nós precisamos também responsabilizar os entes públicos e privados omissos ou negligentes nessa pandemia.

Nós precisamos falar da ampliação e da garantia do SUS, o nosso Sistema Único de Saúde. Nós precisamos garantir porque, infelizmente, quando nós precisaríamos falar de ampliação, o que nós ouvimos, às vezes, é que temos que garantir o que nós temos, que é, de fato, insuficiente.

Nós precisamos também operacionalizar e redimensionar todos os agentes de saúde pelo território nacional. Nós tínhamos o programa dos médicos cubanos. Por uma falta de sensibilidade, eles foram quase expulsos do nosso País. Nós sabemos que, por meio desse programa, os médicos conseguiam chegar a lugares aonde os nossos médicos não chegavam.

Às vezes, nós desconhecemos as políticas que temos. E esta Casa, às vezes, também é muito punida em relação a isso. Parece que nós não precisamos de políticos, quando, na verdade, nós precisamos de políticos sérios, responsáveis e que nos ouçam aqui.

Nós precisamos garantir campanhas de vacinação. O Brasil era um País que tinha campanha de vacinação responsável. O que nós temos hoje? Uma campanha no sentido de que não haja vacinação. Nós ouvimos falar que o povo brasileiro mata um leão por dia. É verdade,

mas a nossa maior dificuldade agora está sendo desviar das antas em relação à campanha da vacinação. Esse é um problema que nós temos.

Nós precisamos instituir uma comissão da verdade, também, em relação a tudo o que aconteceu nessa pandemia, principalmente a omissão do Governo Federal.

É fundamental - o Deputado Pedro Uczai falou, e eu fiquei muito feliz com a fala dele em relação a isso - a taxação dos mais ricos. Quando nós falamos em taxação dos mais ricos, e o Deputado Pedro Uczai falou em uma renda de 60 mil, nós precisamos entender que, em um País tão desigual, nós precisamos, de fato - imaginem, 60 mil por mês! -, taxar essas pessoas. Quais as pessoas que são taxadas hoje? Os servidores públicos, porque é descontado em folha. Mas nós precisamos tratar justamente dessa omissão em relação aos mais ricos.

Temos que apurar a responsabilidade das instituições, porque as instituições federais de pesquisa e de educação cumpriram um papel fundamental nessa pandemia.

Quando falamos de instituição, falamos desta Casa, falamos do Senado, falamos do Conselho Federal de Medicina, que precisa se posicionar em relação a toda a medicação enganosa que colocaram, ao *kit*.

Enfim, eu agradeço a oportunidade de falar aqui. Nós gostaríamos de ter mais tempo, mas outros colegas vão seguir falando.

Muito obrigada.

Documento 155/288

| | | |
|---------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 122.2021 | Sessão Comissão Geral | 19/10/2021-10:52 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - | FERNANDO PIGATTO--- | --- |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19. Atuação do Conselho Nacional de Saúde - CNS durante a epidemia de coronavírus. Empenho do CNS na revogação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, sobre o congelamento, por 20 anos, dos investimentos públicos na área social, e na rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Realização da 5ª Conferência Nacional de

Saúde Mental. Anúncio de realização Conferência Nacional de Saúde.

O SR. FERNANDO PIGATTO - Bom dia, Deputado Pedro Uczai!

Bom dia a todas as pessoas que nos acompanham!

Eu queria dizer que o Conselho Nacional de Saúde - CNS é sempre atuante, mas principalmente neste período de pandemia. Nós instituímos um comitê de acompanhamento e monitoramento da pandemia da COVID-19, em abril de 2020, e produzimos inúmeros documentos para os órgãos do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, mas também para a sociedade brasileira, com foco no combate à pandemia: 9 cartas abertas à sociedade, 8 campanhas, 41 notas técnicas, 7 moções, 89 recomendações e 22 resoluções, até o dia 23 de setembro.

Fizemos inúmeras atividades ao vivo, fizemos vários debates, participamos de audiências públicas, lutamos pela revogação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, lutamos também por recursos extras, com o "orçamento de guerra", no ano passado, e também para que ele fosse mantido este ano, o que infelizmente acabou não acontecendo.

Lutamos por vacinação no SUS, que é dever do Estado, com posicionamentos pela ampliação do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19; por uma coordenação adequada das ações do Governo para acelerar a vacinação; contra a mercantilização da vacina; pela quebra de patentes; por garantia de recursos para a vacina; e por prioridade no acesso à vacina aos trabalhadores e trabalhadoras. Lutamos pelo auxílio emergencial de 600 reais até o final da pandemia; por *lockdown* nacional, junto com outras medidas; e pela proteção dos trabalhadores e trabalhadoras em saúde no Brasil, que é o país que mais mata trabalhadores e trabalhadoras em saúde.

Queremos aqui nos solidarizar com todas as famílias e vítimas da COVID-19. Ouvimos depoimentos ontem na CPI e tantos outros no decorrer desse período. Perdemos também amigos, pessoas queridas, Conselheiros e Conselheiras de Saúde em todo o Brasil. Atuamos fortemente para a instalação da CPI no Senado e a subsidiamos com documentos. Se esses documentos tivessem sido levados em consideração pelo Governo Federal, com certeza não teríamos a situação calamitosa e criminosa que estamos vivenciando neste País. Entregamos à CPI o Plano Nacional de Enfrentamento à Pandemia da COVID-19, da Frente pela Vida, que teve a participação do CNS, e entregamos um manifesto em defesa da vida, do SUS e da

democracia. Vários documentos nossos foram citados.

E nós continuamos agora no ritmo da 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental, que, infelizmente, o Ministério da Saúde não assumiu a tarefa de fazer até agora. Mas nós estamos fazendo essa conferência, que terá etapas municipais, estaduais, distrital e nacional. Acontecerá de 17 a 20 de maio do ano que vem.

Também lançamos a Conferência Nacional de Saúde, que vai acontecer em 2023. Nós a lançamos no dia 5 de outubro, nos 33 anos da Constituição Federal, que fala sobre o tema "*Garantir direitos e defender o SUS, a vida e a democracia. Amanhã vai ser outro dia!*".

O Conselho Nacional de Saúde também se reuniu com familiares e associações de familiares das vítimas da COVID-19. Daí tiramos várias ações - e, entre elas, algumas que já foram inclusive citadas aqui -, em comum acordo com a Associação Vida e Justiça.

Nós precisamos proteger as pessoas que foram vítimas da COVID-19. O SUS precisa ser fortalecido. Nós precisamos acabar com a Emenda Constitucional nº 95, de 2016. Nós precisamos fazer tramitar a PEC 36 no Senado Federal. E nós precisamos, em memória daquelas pessoas que perdemos, pela tristeza, pela dor e pelo sofrimento, não deixar que sejam esquecidas as vítimas da COVID-19. Nós precisamos, cada vez mais, unir esforços no nosso País para fazer com que o SUS e as políticas públicas sejam respeitadas.

Por isso, também, registro a nossa veemente contrariedade à PEC 32, que está tramitando nesta Casa e que nós queremos que seja rejeitada pelos Parlamentares. Ela não é admissível, quando precisamos cada vez mais dos serviços públicos! O Sistema Único de Saúde, apesar de atacado, apesar de tentarem destruí-lo, apesar de tentarem torná-lo cada vez mais privatizado, deu a resposta e salvou milhões de vidas durante a pandemia da COVID 19. Agora, junto com outras políticas públicas, seria atacado por essa PEC 32. Portanto, manifestamos a nossa solidariedade.

Muita força a todas as famílias vítimas da COVID-19! Um forte "abraSUS" a todos! Sigamos na luta!

Vitória! Vitória!

Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19.

O SR. DR. LUIZ OVANDO (PSL - MS) - Bom dia, nobre Deputado Pedro Uczai, do PT de Santa Catarina. Cumprimento V.Exa., que é o nosso Presidente da Comissão Geral que debate políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da COVID-19. Digo que é uma honra poder participar de tão seleta Comissão.

Quero aqui dizer que divirjo um pouco dos posicionamentos, na condição de médico. E eu quero aqui dizer que, quanto a política pública de apoio e defesa das vítimas da COVID-19, até o momento eu praticamente não ouvi absolutamente nada em relação a isso.

Nós vamos ter que avançar principalmente do ponto de vista técnico para detectar as sequelas verdadeiras, e não simplesmente os sintomas que acometem as pessoas ou que surgem durante o acometimento da doença, especificamente dor de cabeça - chamada de cefaleia, no meio médico -, a tontura vertiginosa, a anosmia, a sensação de fraqueza, as alterações cardiovasculares, que infelizmente acontecem em decorrência da tendência à hipercoagulabilidade causada pelo vírus.

Enfim, eu concordo que é importante nós destacarmos esses aspectos, mas também é fundamental que nós tenhamos bastante controle na detecção e no diagnóstico das verdadeiras complicações, persistentes, se nós podemos chamar de sequelas. Naturalmente haverá desdobramentos grandes disso, principalmente do ponto de vista de recursos, de aposentadoria, na dependência da necessidade individual e na dependência que cada indivíduo que sobreviveu à COVID-19 venha a apresentar, caso venha a precisar de uma assistência estatal muito mais consistente e permanente.

Em relação ao que se colocou de forma bastante emotiva, nós temos que destacar aqui que o COVID-19, que o SARS-COV-2, que é o vírus, que compromete o indivíduo através das suas vias respiratórias e se dissemina pelo organismo, não aconteceu só aqui no Brasil, como todo mundo sabe. E eu quero aqui refrescar um pouquinho a memória de cada um dos participantes no que diz respeito à acusação ao Presidente Jair Bolsonaro. Há quem tenha sido muito enfático quando disse que houve irresponsabilidade e negacionismo. Isso não é verdade. É bom que nós coloquemos isso aqui.

No dia 4 de fevereiro de 2020, quando ainda não havia nenhum caso, o Presidente foi criticado duramente pelo fato de ele ter, com a sua



caneta, exarado um decreto, já em nível 3, sugerindo o preparo para que as instituições se posicionassem para enfrentar a pandemia. E houve emissoras hegemônicas dominantes que falaram e disseminaram inclusive credices dentro da população, dizendo que não havia problema. E um determinado Governador, que é o crítico do Presidente - os senhores o acompanham - disse que não havia motivo para pânico, que isso ia ser uma gripezinha, que iam fazer o maior carnaval deste País. Infelizmente, enveredou-se por essa linha. É importante que isso seja lembrado. Nós podemos até aceitar críticas em relação ao Presidente pela sua impetuosidade em alguns aspectos de fala, o que é uma característica sua, mas a intenção dele não foi essa.

E isto é importante: o Presidente Jair Bolsonaro aumentou em 45% o número de leitos de CTI neste País. E o que aconteceu foi que não havia médicos especializados, preparados para assumir. Isso foi colocado na mão de quem era inexperiente. E a mortalidade nos CTIs chegou a 80%, totalmente divergente dos grandes centros mundiais de terapia intensiva. Eu falo isso porque eu sou médico há 46 anos, sou intensivista e trabalhei muitos anos, sei o que acontece: não se coloca a mão. Então, faz-se um discurso simplesmente desvinculado da realidade que se quer acometer.

Fala-se de falta de dinheiro, que se cortou isso ou aquilo. Se nós tivéssemos cerceado, boicotado e fechado a torneira da Lava a Jato, que usurpou deste País mais de 8 trilhões de reais, o equivalente a uma vez e meia aquilo que se colocou de Produto Interno Bruto em 2015, pelos partidos que governavam o País na época, talvez tivéssemos uma condição melhor de atendimento.

Quero lembrar aqui, ainda, algo importante.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Peço a V.Exa. que conclua.

O SR. DR. LUIZ OVANDO (PSL - MS) - De maneira geral, nós estávamos com um número de leitos elevado, em torno de 3,6. Aqueles que governaram o País reduziram esse número, e hoje nós temos deficiência de leitos.

Registro aqui a minha fala para que possamos buscar apoio e para que verdadeiramente possamos proteger os pacientes, mas nós não podemos nos esquecer da história. Aquilo que acontece hoje é decorrente dos fatos que não foram abordados e tratados convenientemente no passado.

Muito obrigado.

| | | |
|---------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 122.2021 | Sessão Comissão Geral | 19/10/2021-11:04 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - | PAOLA FALCETA--- --- | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19. Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Relevância do Projeto de Lei nº 2.932, de 2021, de autoria da Deputada Maria do Rosário, sobre a concessão de pensão especial às crianças e adolescentes órfãos em decorrência da morte dos pais pela Covid-19.

A SRA. PAOLA FALCETA - Muito obrigada, Deputado. Agradeço imensamente a possibilidade de fala. Hoje eu falo não só como familiar de vítima, de sobrevivente da COVID-19 e de Presidente da AVICO, mas também como técnica da saúde e assistente social.

Eu gostaria de pedir aos presentes que pontuassem o que vou falar a seguir como uma estratégia de política pública de Estado, e não de governo. O que temos visto é que as políticas públicas têm sido usualmente implementadas como de governo, e não de Estado. Saúde, assistência social, previdência, entre outras políticas públicas, para tudo isso é de extrema necessidade que haja um Estado fortalecido. Para isso, precisamos fortalecer o SUS, através da reconstrução do Plano Nacional de Imunizações, da implementação de vagas, de incremento de vagas de agentes comunitários, de vagas de agentes de combate a endemias, que acompanham esse tipo de política pública, na média e na alta complexidade, com a ampliação da capacidade de diagnóstico e exames. Sabemos que o SUS vem sendo sucateado nos últimos anos. Ao invés de aumentar, conforme aumenta a população, o recurso diminui, e as vagas também diminuem. Isso, matematicamente, não funciona. É preciso que haja, também, o aumento dos leitos de UTI, bem como dos recursos materiais e humanos, e de uma melhoria no desenvolvimento especializado desses técnicos que trabalham com essa política pública.

É preciso e haja maior incentivo e desenvolvimento à ciência e à tecnologia, com o objetivo de minimizar os impactos de pandemias como a da COVID-19. Diminuindo o recurso da ciência e da tecnologia, é impossível que vençamos uma pandemia como esta que estamos vivendo.

Precisamos fortalecer o SUAS, instalando-se um programa de monitoramento e de acompanhamento do impacto social da pandemia,

para evidenciar casos de pessoas que tiveram suas vidas potencialmente transformadas do ponto de vista socioeconômico, ou pela perda de familiares do núcleo familiar, ou pela própria consequência do vírus.

Em atenção às crianças e adolescentes órfãos, que sempre foram um dos pontos de defesa da AVICO, nós gostaríamos que houvesse maior atenção desta Casa a esse público, principalmente em relação àquilo que é preconizado no ECA. Nesse sentido, eu gostaria de citar o Projeto de Lei nº 2.932, de 2021, da Deputada Maria do Rosário, que cria um salário mínimo para crianças e adolescentes que perderam os pais, até os 18 anos. Com isso, nós não precisaríamos ouvir depoimentos como o triste, triste e trágico depoimento da Giovanna, ontem, na CPI.

Faz-se necessária a criação de uma política pública de apoio e atendimento às viúvas e a seus dependentes, através da assistência social, e o aumento do Bolsa Família para as pessoas e famílias em vulnerabilidade social, tendo em vista a crise econômica que nós vivemos. Nos casos de morte por falta de atendimento, por falta de insumo e por falta da disponibilização dos serviços básicos de saúde, além dos casos de negligência e imperícia, que houvesse a possibilidade de reparação a essas famílias. E aos trabalhadores que são informais e que por algum motivo não podiam contribuir com o INSS, mas que hoje são sequelados da COVID-19, não podendo trabalhar, que se conceda o Benefício de Prestação Continuada.

É importante dizer que hoje eu não falo só por mim. Falo pelos meus 1,4 mil associados, mas também por todos aqueles que têm relação com as 600 mil mortes da pandemia de COVID-19. Nós somos muitos, e com demandas variadas. É preciso, é necessário, é fundamental que esta Casa dê a nós, brasileiros, a devida atenção, a atenção de que nós precisamos.

Agradeço a oportunidade de fala.

Documento 158/288

| | | |
|---------------------------|---------------------------|----------------------------|
| 122.2021 | Sessão Comissão Geral | 19/10/2021-11:08 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - | ARQUIVALDO BITES LEITE--- | --- |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19. Desqualificação da doença viral pelo Presidente da República.



O SR. ARQUIVALDO BITES LEITE - Sr. Presidente, Deputado Pedro Uczai, meus cumprimentos a V.Exa. e a todos os Deputados presentes, a todos os colegas, a todos os companheiros da Associação Vida e Justiça aqui presentes, a todos os brasileiros e brasileiras que neste momento nos acompanham pela *TV Câmara*.

Eu estou aqui, neste momento, Deputado, em nome da Associação Vida e Justiça, uma associação de apoio às vítimas da COVID-19. E não falo com a satisfação que sempre me acompanha em todas as minhas atividades, mas com muita tristeza, com muita dor no coração, e também com a grande responsabilidade de estar representando as mais de 613 mil famílias vítimas do coronavírus.

Srs. Deputados, não há como nós discutirmos a questão da COVID-19 sem colocar o que foi o papel desenvolvido pelo Governo brasileiro. Sinceramente, esta pandemia atingiu o mundo inteiro, e cada país, cada governante teve a sua política, mas infelizmente, aqui no Brasil, nós tivemos como maior adversário da política de combate ao coronavírus, de prevenção, exatamente o Sr. Presidente da República. E não há como negar isso, não! Não há como negar!

O Brasil é antes e depois da pandemia. A nossa família é antes e depois dessa pandemia. Eu venho de uma família grande, nós somos 20 irmãos. Eu também tenho seis filhos. Lamentavelmente, entre primos, tios, sobrinhos e um irmão, nós perdemos sete familiares. Eles estavam todos em pleno exercício das suas atividades trabalhistas. Eu, nos meus 67 anos, até antes da pandemia, jogava bola. E meu sonho ainda é voltar a jogar bola. Mas não sei se vou, ou melhor, é muito difícil dizer que vou. Tenho muita vontade disso, mas, sinceramente, o tratamento... Eu tenho toda a consideração e sempre agradei ao pessoal do SUS. Todas as vezes em que procurei médicos, enfermeiros e atendentes, eles nos atenderam com a maior atenção. Mas faltam a eles as condições básicas. Por isso, muitas pessoas não tiveram condições de sobrevivência.

Eu dou um exemplo. O meu irmão caçula, de 53 anos, não teve a oportunidade de ser vacinado e veio a falecimento. Passados 3 meses, eu fui acometido pela doença, e eu já tinha me vacinado duas vezes. No último dia em que o médico me atendeu, quando eu lamentei a morte do meu irmão, ele falou: "*Sr. Arquivaldo, o senhor tem razão. Se o senhor não tivesse sido vacinado, nós não estaríamos conversando aqui hoje. O senhor só está conversando aqui hoje, mesmo com essas sequelas, porque o senhor foi vacinado*". O meu irmão não teve essa oportunidade.

Nós temos que dizer que a vacina poderia ter sido providenciada muito tempo antes, mas retardou-se demais. Os motivos já estão bastante

discutidos, não venho neste curto tempo dizer a mesma coisa. Mas é isto: se o Governo tivesse tomado a providência da vacinação, teria sido outra história.

Não me venham dizer que este Presidente não desqualificou essa doença, não minimizou a questão! E ele é o que mais dá exemplo do que não se pode fazer e do que não se deve fazer, como andar no meio de multidão sem máscara, como provocar aglomerações e tudo o mais.

Sr. Presidente Pedro Uczai e todos os companheiros, é o momento de chamar a atenção para o cuidado também com as vítimas.

Eu tenho um plano de saúde e, com isso, tenho conseguido fazer um tratamento, mas ainda estou com uma deficiência auditiva. Não estou escutando do ouvido direito, e estou fazendo fisioterapia e tratamento. Mas quantas pessoas não têm essa condição?

Então, é isso o que pedimos: solidariedade para quem perdeu familiares e atenção para os órfãos e para os que ficaram sequelados.

Muito obrigado.

Documento 159/288

| | | |
|---------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 122.2021 | Sessão Comissão Geral | 19/10/2021-11:16 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - | DANIEL DOURADO--- | --- |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19. Fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SR. DANIEL DOURADO - Bom dia. Obrigado, Sr. Presidente Pedro Uczai.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, é um momento muito importante participar desta Comissão Geral. O povo brasileiro já entrou em contato com muitos dados que mostram a responsabilização do Governo pelo impacto da pandemia no País. Muitos que me precederam já falaram, mas sabemos que o Governo Federal atuou no sentido de propagar a epidemia no País, de espalhar o vírus pela população a pretexto de salvar a economia. O Governo dizia que recuperaria a atividade econômica, mas colocou a população para se contaminar e atrasou a compra de vacinas. Então, a responsabilização do Estado brasileiro

pela ação deste Governo Federal já está muito bem caracterizada. O boicote, bem como a ação de Estados e Municípios, já está muito bem claro para quem está acompanhando o desenrolar da pandemia no País, sobretudo pelo que a Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado tem demonstrado.

Agora esta Comissão Geral tem o importante papel de trazer o debate sobre as políticas públicas para a recuperação das vítimas da COVID-19. Para tanto, o País precisa de um plano nacional de recuperação, plano este que passa necessariamente pelo fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, que é o maior sistema público, universal e gratuito de saúde do mundo e é também a maior política de redução de desigualdades do Brasil.

Falar em defender o SUS é falar em fortalecer o sistema público de saúde, sobretudo a sua base de financiamento, o que já foi falado aqui, que não é compatível com este atual modelo de regime fiscal do teto de gastos, que diminui o financiamento da União - e é disso o que estamos falando - para o sistema público de saúde. Então, há essa necessidade, e é importante levar essa mensagem para quem nos assiste. Não é um favor do Governo, é um dever do Estado brasileiro atuar na recuperação das pessoas.

Isso vai ser feito via sistema público de saúde. Foi falado aqui das sequelas da COVID, e isso deve ser feito pela atenção primária, pela atenção básica de saúde. É a saúde da família que fará uma busca ativa para achar as pessoas que têm sequela respiratória, que têm sequela neurológica, que têm sequela de saúde mental, só para falar aqui de algumas delas que vão ter que ser buscadas na população brasileira. Por isso é preciso um sistema de saúde que funcione.

Então, as políticas públicas têm que ser pensadas a partir desse modelo. Setenta e cinco por cento da população brasileira são usuários exclusivos do SUS, não têm acesso a plano de saúde. Mesmo que tenham, estamos vendo que não é por aí que se faz a recuperação das pessoas. A recuperação da saúde é um dever do Estado brasileiro. Esse é o caminho para a recuperação das vítimas da COVID-19.

Sabemos, como eu disse, que temos um modelo que tem sido incompatível com isso. Inclusive, vimos vários vetos nesse sentido. Agora se tenta negar isso, mas vários vetos foram feitos pela Presidência da República alegando falta de previsão orçamentária. Por exemplo, o veto de indenização aos familiares de profissionais de saúde mortos por COVID ou aos próprios profissionais de saúde que ficaram com sequelas e ficaram incapacitados para trabalhar por terem adquirido a COVID-19. Felizmente esse veto foi derrubado pelo Congresso. Então, esse é um dos exemplos em que vemos uma fórmula de austeridade acima de tudo, o que não é compatível com o

que é previsto na Constituição, que é o direito à saúde.

Temos que retomar agora esse protagonismo do Ministério da Saúde, que infelizmente abriu mão do seu papel de coordenação federal de articular ações de Estados e Municípios. É disso que se precisa neste momento, de um plano nacional para que o Ministério da Saúde tenha um protagonismo na coordenação de ações de Estados e Municípios nas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde para buscar políticas nesse sentido de reabilitar as vítimas, de reabilitar as pessoas com sequelas, além de tudo o que já foi falado em relação aos familiares e a todas aquelas pessoas que perderam entes queridos por causa dessa pandemia.

Agradeço a oportunidade de falar aqui. Espero que este seja um momento histórico e que, a partir dele, continuemos a debater esse tema.

Documento 160/288

| | | |
|---------------------------|-----------------------------------|----------------------------|
| 122.2021 | Sessão Comissão Geral | 19/10/2021-11:20 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - | RONALD FERREIRA DOS SANTOS--- --- | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19. Importância dos trabalhos realizados pela CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Desafios impostos ao Sistema Único de Saúde - SUS.

O SR. RONALD FERREIRA DOS SANTOS - Bom dia, Deputados. Meus cumprimentos ao Deputado Pedro Uczai, meu conterrâneo.

É uma satisfação enorme para a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil poder estar aqui no dia de hoje.

É uma satisfação muito grande estar aqui neste momento somando, em nome da CTB e da Federação Nacional dos Farmacêuticos, a essa iniciativa, que é vital e central, de transformar números em pessoas, números que geralmente são destacados nos principais telejornais em sentimento, em afeto. Ou seja, o momento de colocar a vida e a justiça em destaque se soma a um esforço central, e a principal medida que a conjuntura no nosso País exige neste momento não é só enfrentar o vírus que está aí, mas também enfrentar o verme.

Não há possibilidade de políticas públicas serem implementadas se não enfrentarmos a questão central desse momento, que é afastar este



Governo criminoso.

Como vem comprovando a CPI do Senado, respaldada por amplo apoio popular, esta tragédia, que já vitimou milhões de brasileiros, é resultado da conduta criminosa e irresponsável do Presidente. O Governo brasileiro se omitiu de socorrer as pessoas, revelou a mais absoluta negação da ciência, estabeleceu uma guerra cultural através de potente comunicação. Levou as pessoas ao encontro do vírus sem as devidas medidas sanitárias, promovendo um falso sentimento de proteção, com propaganda mentirosa da eficácia de medicamentos.

O estratégico complexo econômico e industrial da saúde para produção nacional integrada de vacinas foi vitimado com o corte de investimentos em ciência e inovação. A cada depoimento na CPI há novos indícios de que, por razões de cálculo político, foi sabotada uma estratégia nacional integrada com bases científicas em defesa da vida para o combate ao SARS-COV-2, ao custo de milhares de vidas. São muitos os crimes sanitários contra a vida.

Atualmente, os desafios para a defesa dos direitos se avolumaram. Estão em dimensões colossais. No caso da saúde, estamos falando de vida e morte. Não são números. Na saúde, dois pilares são fundamentais. O primeiro diz respeito à resistência aos mais violentos ataques à saúde como um direito e aos princípios e diretrizes do SUS, realizados por forças que buscam a contratação social para essa atividade nos moldes anteriores a 1988, quando saúde era mercadoria. O segundo pilar de desafio trata da formulação de políticas que possam desenvolver o SUS na direção de superação dos seus gargalos, que sabemos que não são poucos. Portanto, os nossos desafios são muito grandes.

O debate da saúde como um direito que considere a soberania nacional e os interesses do nosso povo e da Nação precisa transformar-se em soluções para que o direito à saúde seja materializado na garantia das ações e serviços de saúde. Os grandes desafios do SUS de hoje são, na verdade, os desafios de sempre e estão relacionados à correlação de forças na sociedade: promover a atenção primária, a estratégia da saúde da família, a vigilância em saúde, a assistência farmacêutica, a estruturação hospitalar em todos os níveis de atenção, a descentralização regional com garantia do acesso universal e resolutividade; valorizar o trabalho em saúde - os insumos estratégicos é que produzem de fato o direito à saúde -; construir e investir na carreira do SUS, no trabalho em equipe multiprofissional, na educação permanente, no aperfeiçoamento, na especialização e formação em saúde e em serviço, comunicação em saúde nas comunidades; garantir amplo acesso à Internet nos territórios; promover a proteção aos vulneráveis, a equidade em saúde; apoiar a saúde da mulher; redobrar os cuidados materno-infantis;

garantir saúde bucal; fortalecer a atenção integral à saúde dos trabalhadores; garantir a participação da comunidade em controle social.

Isso não é nenhuma novidade. Falta apenas a necessidade de força social e política para que isso seja garantido. E esta audiência traz neste momento a necessidade imperativa, a necessidade de ampliar a força social e política para esses desafios.

Além disso, para garantir a eficácia e eficiência do SUS, é necessário promover os investimentos estratégicos no desenvolvimento e ampliação do complexo industrial da saúde, destinados a garantir a produção de imunobiológicos, vacinas, equipamentos, medicamentos, ingredientes farmacêuticos ativos, intermediários de síntese, além da construção de plataformas tecnológicas baseada no domínio da biotecnologia moderna,

na engenharia genética, na bioprospecção da flora e da fauna, de forma sustentável, garantindo as indústrias nacionais, farmacêuticas, farmoquímicas, biotecnológicas, de equipamentos, sejam públicas ou privadas, economizando divisas e garantindo a verticalização da produção interna e nossa autossuficiência nacional nesse (*falha na transmissão*).

Documento 161/288

| | | |
|---------------------------|--------------------------------|----------------------------|
| 122.2021 | Sessão Comissão Geral | 19/10/2021-11:28 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - | MÁRCIO THADEU SILVA MARQUES--- | --- |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19. Relevância do Projeto de Lei nº 2.180, de 2021, sobre a criação do Fundo de Amparo às Crianças Órfãs pela Covid-19, de autoria da Senadora Eliziane Gama. Atuação firme e combativa dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O SR. MÁRCIO THADEU SILVA MARQUES - Bom dia, Deputado Pedro Uczai, Presidente desta Comissão Geral, na pessoa de quem saúdo toda a Câmara dos Deputados, os demais Deputados requerentes, que tiveram a sensibilidade, a responsabilidade republicana de acatar a sugestão de sessão feita pela Associação Vida e Justiça.

Agradeço ao Deputado Bira do Pindaré, do Maranhão, a confiança na

minha indicação para este momento.

Eu quero saudar todes, todos e todas as vítimas e familiares de vítimas da pandemia de COVID, saudando a jovem maranhense Giovanna Gomes Mendes da Silva, que foi ouvida ontem na CPI do Senado, e que, aos 19 anos, assume o papel de mãe de sua irmã de 10 anos porque seus pais foram vítimas desta pandemia que já atentou contra tantas famílias e tantas histórias.

Estamos falando, senhoras e senhores, de uma geração globalizada de crianças e adolescentes que entraram na orfandade por causa da pandemia. Isso é um problema que ainda é invisível porque ele ainda é desconhecido.

Conhecemos todos a pesquisa publicada pelo jornal *The Lancet*, que fala que no Brasil temos um órfão a cada 5 minutos, e faz uma projeção matemática de 130 mil órfãos, crianças e adolescentes.

Recentemente, a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais fez um trabalho interessante, fazendo o cruzamento de CPFs, e alcançou o número de 12.211 órfãos. Independentemente dessa quantidade, é preciso que se diga que a orfandade decorrente da COVID é um problema que coloca em situação de risco e exige a proteção integral de todas essas crianças e adolescentes por parte das famílias, da sociedade, principalmente do poder público.

É por isso que se fala da necessidade de trabalharmos três eixos no atendimento a isso. O primeiro é da desinvisibilização. No Maranhão, há um provimento da Corregedoria do Tribunal de Justiça que faz uma ponte entre os cartórios de registros de pessoa natural e o Sistema Único de Assistência Social, para que o CRAS possa atender mais rapidamente, a fim de que essas famílias possam ser orientadas.

É preciso - essa é a primeira sugestão - que a Corregedoria Nacional do CNJ também faça aplicar esse mesmo provimento em todo o território brasileiro.

É preciso garantir, no segundo eixo, a segurança de renda como já fez o Estado do Maranhão com o Auxílio Cuidar, de iniciativa do Executivo local, que foi também replicado pelo Consórcio Nordeste, com o programa Nordeste Acolhe.

É preciso fazer caminhar as diversas proposições legislativas já existentes, tanto na Câmara como no Senado. E aqui eu destaco o Projeto de Lei nº 2.180, de 2021, que criou o FACOVID - Fundo de Amparo às Crianças Órfãs pela Covid-19, de autoria da Senadora Eliziane Gama, do Maranhão.

É preciso, principalmente, garantir a política de atendimento interdisciplinar envolvendo não só a questão da assistência social, do fortalecimento dos vínculos para evitar o esgarçamento dessas famílias que vão acolher essas crianças e adolescentes órfãos, mas garantir também, principalmente, a saúde mental, a educação, a saúde em outros aspectos e o trabalho da profissionalização.

O Consórcio Nordeste, a exemplo do Maranhão, também criou o Programa Nordeste Acolhe com esse viés, entendendo que hoje sequer conhecemos efetivamente as verdadeiras demandas dessas crianças e adolescentes vítimas e testemunhas. É preciso, portanto, garantir isso por meio do envolvimento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança, dos Conselhos Municipais da Assistência Social e da integração das diversas políticas.

Parabéns à Câmara por esta iniciativa! É preciso trabalhar a desinvisibilização, segurança de renda e especialização desse atendimento, por meio não só de projetos de lei, mas principalmente da atuação firme e combativa dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e da atuação integrada do sistema de garantias dos direitos como um todo.

Muito obrigado pela oportunidade. Parabéns, mais uma vez, à Câmara pela iniciativa.

Documento 162/288

| | | |
|-------------------------|---------------------------------------|----------------------------|
| 122.2021 | Sessão Comissão Geral | 19/10/2021-11:32 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 | KÁTIA SHIRLENE CASTILHO DOS SANTOS--- | |
| - | --- | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19. Fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

A SRA. KÁTIA SHIRLENE CASTILHO DOS SANTOS - Bom dia a todos. Gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui, falando não só por mim, mas também por todos os familiares que perderam seus amores vitimados pela COVID-19.

Ontem muitos puderam ver o meu depoimento na CPI. Eu perdi meu pai e minha mãe em 37 dias. No dia 18 de março de 2021, eu perdi meu pai. Não tive nem condições de viver o luto e já tive que ir também viver o luto da minha mãe que, infelizmente, faleceu dia 26 de abril de

2021.

Eu fiz uma promessa para mim mesma que eu iria fazer esse luto virar uma luta. Depois que eu perdi os dois... Eu já estava bem entristecida com tudo o que eu estava acompanhando com as atitudes do Governo em relação à pandemia, mas mal sabia que eu ia perder os amores da minha vida. Isso se tornou uma coisa muito forte dentro do meu coração.

Por isso, hoje estou aqui para reivindicar várias coisas, dentre elas a criação de leis para as pessoas que também estão com sequelas da COVID e outras mais, que depois eu vou falar em seguida.

É muito triste essa realidade, porque sabemos que, em pleno março de 2021, como os meus pais, muitas vítimas não tiveram chance de tomar a vacina. Isso é uma vergonha para o nosso País, porque nós vimos como vários países trataram esta pandemia e, infelizmente, o nosso Governo procurou outro caminho, e isso trouxe essas vítimas, mais de 600 mil mortes pela COVID.

Eu fico muito emocionada, porque infelizmente muitas pessoas não entendem que isso não é só um número, isso são vidas, são histórias, são sonhos que ficaram para trás, pessoas que tiveram COVID e ficaram sequeladas, crianças órfãs! Quanta coisa poderia ter sido evitada se o nosso Governo tivesse tomado outras medidas.

Uma coisa que me deixou muito triste também foi o fato de ontem, após o nosso depoimento na CPI, vermos na mídia um Senador - fiquei muito chocada com isso - que teve a coragem de colocar nas redes sociais que foi macabro o nosso depoimento.

É inadmissível isso, porque somos pessoas que estamos sofrendo por essa... *(A oradora se emociona.)* Nós estamos sofrendo por tudo isso que este Governo fez com o nosso País.

E não aceitamos isso. É uma tristeza vermos um comentário desse, querendo nos atacar, dizer que fomos escolhidos a dedo. Eu não aceito isso. Eu não isso, Senador! Não aceito porque o senhor não sabe a dor que eu estou sentindo e a dor que sentem as famílias desses mais de 600 mil mortos.

Por favor, eu peço: por favor, tenha compaixão! Por favor!

Eu nunca vi ele falar, nunca vi alguém do Governo falar alguma coisa com relação às vítimas, dar condolências. Então eu peço respeito, por favor, à nossa dor, porque cada um sabe a dor pela qual passa.

Não estamos aqui de brincadeira, não largamos os nossos afazeres

para estar aqui de brincadeira. Isso é uma falta de respeito.

Eu gostaria também de reivindicar, falar da importância do SUS como um sistema articulado para o enfrentamento à pandemia, do fortalecimento do SUS, inclusive atenção especial para as pessoas sequeladas. São muitas pessoas sequeladas sem poder se tratar.

Espero que vocês possam elaborar alguma lei que diminua também o tempo de espera nas filas do SUS para tratamento dessas pessoas. Nós sabemos que é preciso muito investimento para que elas tenham acesso a um tratamento digno, porque é isso de que elas precisam, um tratamento digno, em razão de todas essas sequelas com que ficaram.

Eu agradeço a oportunidade.

Obrigada.

Documento 163/288

| | | |
|---------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 122.2021 | Sessão Comissão Geral | 19/10/2021-11:36 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - | LEO DE BRITO-PT -AC | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Presença no plenário do Presidente da Câmara Municipal, Vereador Wendell Gonçalves, e do Prefeito Jerry Correia Marinho, do Município de Assis Brasil, Estado do Acre.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC) - Presidente Pedro Uczai, eu gostaria de registrar a presença do Prefeito de Assis Brasil, o Sr. Jerry Correia Marinho, e do Presidente da Câmara Municipal de Assis Brasil.

Assis Brasil é um dos Municípios mais avançados na vacinação e teve o desafio da presença dos haitianos, na crise humanitária que ocorreu recentemente.

Faço este registro especial de um Prefeito jovem e competente, que é o Prefeito Jerry Correia, junto com o Presidente da Câmara Municipal, presentes neste momento aqui no plenário da Câmara dos Deputados.

Obrigado.

Documento 164/288

122.2021

Sessão Comissão Geral

19/10/2021-11:40

Publ.: DCD - 10/20/2021 -

ADRIANA DIAS HIGA--- ---

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO GERAL

COMISSÃO GERAL
DISCURSO

Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19. Descaso governamental com a vida de deficientes, gestantes, negros, crianças e indígenas durante a epidemia de coronavírus.

A SRA. ADRIANA DIAS HIGA - Muito obrigada, Deputado Pedro Uczai, pela honra de falar neste momento, muito obrigada aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas. Eu quero falar pelas vítimas pessoas com deficiência e doenças raras e vítimas indiretas da COVID, um assunto pouco comentado e muito invisibilizado. Neste momento, eu quero falar com elas colocando a minha cabeça entre os meus mortos e falando a língua das minhas saudades.

Este Governo se organizou em torno do conservadorismo e do nacionalismo. E esse capacitismo estrutural deste Governo durante a pandemia se revelou um regime de poder eugênico sobre os corpos das pessoas com deficiência.

Contrariando o art. 10 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que regulamenta no Brasil a Convenção das Pessoas com Deficiência, da qual o Brasil é signatário, que foi recebido no Brasil com *status* de regime constitucional, o que vimos no Brasil foi que não fomos tratados - nós, pessoas com deficiência e doenças raras - com prioridade. Ao contrário, os eugenistas procuraram nos exterminar metodicamente, prioritariamente, nos exterminar, a nós e a todos os grupos sociais de que não gostavam ou que temiam. Morreram prioritariamente crianças, mulheres grávidas, indígenas, negros periféricos.

Por que nós fomos mortos? Nossos corpos foram eliminados, e aos que necessitavam de tratamento para as suas questões nenhuma alternativa foi dada. Tratamentos vitais e remédios essenciais foram interrompidos durante a pandemia. Outros corpos com deficiência foram usados como testes. As narrativas são terríveis.

O que fizemos a este Governo para que a nossa vida fosse considerada tão pouco importante?

A ideia de que um histórico de atleta previne contra a COVID é uma instrumentalização da luta contra os fracos, uma ramificação da ideia de que nós merecemos morrer porque não possuímos o corpo ideal da espécie, porque temos diversidades físicas ou genéticas ou sensoriais

ou neurotípicas - e, sim, nós somos diversos.

Nossos corpos desviantes, ignorados, odiados pela eugenia deste Governo sobreviverão. Estamos chorando o nosso luto e recuperando a nossa luta.

Confrontada com tamanha violação dos princípios da Constituição, esta Comissão pode se impor questionando a eliminação dos mais fracos, questionando os princípios totalitários que fizeram esse Governo agir, questionando por que uma criança com autismo, no Rio de Janeiro, que havia sofrido apenas uma pneumonia por aspiração, sem diagnóstico de COVID, recebeu dos médicos uma insistência em usar cloroquina.

Nós não somos cobaias! Nós não somos cobaias! Somos pessoas!

Uma mãe morreu recentemente em Uberlândia, e seu filho com deficiência, com paralisia cerebral, morreu, 5 dias depois, de fome e sede.

Não há nenhuma rede de proteção para nós no Estado brasileiro? Nenhuma? Nós morreremos assim mesmo, por abate?

Embora este Governo negue, embora este Governo nos odeie, embora este Governo atente contra os nossos direitos, nós somos pessoas, permaneceremos lutando como pessoas. Estamos em luta, estamos de luto.

Precisamos que as nossas lutas sejam lembradas, que os nossos mortos sejam mencionados, que os tratamentos que nos sejam necessários não se interrompam em crises, que surjam métodos alternativos de tratamento e que as nossas vítimas pessoas com deficiência sejam lembradas, escritas.

Peço encarecidamente que os senhores eleitos também lutem por nós as nossas lutas, as lutas pela nossa vida e também pelas nossas memórias.

Como mulher com deficiência, é absolutamente desumano ver a quantidade de crianças órfãs e a quantidade de pessoas que ficaram com deficiência durante esta pandemia no Brasil.

Tudo isso poderia ter sido evitado, não porque nós não temos corpos de atletas, não porque nós não sabemos lidar com uma gripezinha, mas porque nós somos pessoas. Em nenhum outro país, pessoas com deficiência foram tão destratadas como neste lugar.

Pelas pessoas com deficiência, pelas pessoas com doenças raras, por

todas as vítimas indiretas, eu peço, por favor, vida e justiça!

Muito obrigada.

Documento 165/288

| | | |
|---------------------------|------------------------------|----------------------------|
| 122.2021 | Sessão Comissão Geral | 19/10/2021-11:44 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - | CAROLINA PEREIRA TOKARSKI--- | --- |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19. Convite aos participantes na Comissão Geral para leitura do 28º Boletim de Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Dados do Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde. Nota técnica da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas.

A SRA. CAROLINA PEREIRA TOKARSKI - Olá! Bom dia a todas e todos. Gostaria de cumprimentar, em nome do Sr. Pedro Uczai, toda a Mesa e as Sras. e os Srs. Parlamentares aqui presentes. Parabênizo pela propositura desta Comissão Geral para debater as políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da COVID-19, ao mesmo tempo em que me solidarizo com todos os que perderam seus amores nesse triste episódio.

Os dados aqui apresentados hoje são oriundos da edição nº 28 do Boletim de Políticas Sociais do IPEA. Quero convidá-los à leitura desse documento, em que pesquisadores e pesquisadoras sistematizaram dados e análises sobre os impactos da pandemia, a partir de diferentes aspectos, na sociedade brasileira.

Sras. e Srs. Parlamentares, a enfermidade da COVID-19 e as suas consequências precisam ser entendidas no âmbito da sociedade em que ela acontece. No Brasil, as desigualdades sociais, além de fornecerem as bases materiais para as diferentes experiências de cada brasileiro e brasileira na pandemia, também foram aprofundadas como resultados da pandemia. O desafio que eu trago hoje é a reflexão sobre como a pandemia afetou a vida das mulheres brasileiras e quais políticas públicas podemos pensar para mitigar esses efeitos.

As mulheres são a maioria entre os trabalhadores da saúde que atuam na linha de frente do combate à pandemia no Brasil e no mundo. Segundo dados da *PNAD Contínua* de 2019, entre todos os profissionais ocupados no setor da saúde, cerca de 73% são mulheres, com destaque para as enfermeiras e técnicas de enfermagem, área em

que o percentual é ainda maior. São as mulheres, majoritariamente, portanto, que estão em contato direto com os pacientes da COVID-19.

Os dados do Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde referente à semana 53 mostram que, até 2 de janeiro de 2021, foram confirmados cerca de 440 mil casos de COVID-19 entre os profissionais da saúde. As mais atingidas foram justamente as técnicas e auxiliares de enfermagem, seguidas das enfermeiras e depois dos médicos.

Além de majoritárias na linha de frente da saúde, as mulheres também são mais de 50% dos empregados em cinco dos sete setores tidos como essenciais - transporte, segurança pública, instituições bancárias, alimentação, limpeza, assistência social e cuidados -, que, mesmo nos momentos mais graves de contaminação, não suspenderam as suas atividades.

Por outro lado, o desemprego e desalento atingiram de forma ainda mais severa as mulheres. Em julho de 2020, de cada 100 mulheres disponíveis para o mercado de trabalho, quase 41 não estavam ocupadas, seja porque não encontraram emprego, seja porque desistiram de procurá-lo, enquanto, entre os homens, esse número era de 24.

No mercado de trabalho, enfrentam as piores taxas de desemprego e menor proteção social. Em casa, a sobrecarga de trabalho doméstico, não remunerado, em função das medidas de isolamento social recaiu mais intensamente sobre elas. Foram elas as mais afetadas pelo acúmulo de cuidados oriundos dos fechamentos das escolas e creches, além do aumento das atividades domésticas de limpeza.

Estudo realizado pela ONG Carter Family Foundation apresenta que as mulheres são mais afetadas que os homens pelos efeitos psicológicos da pandemia.

Entre as mulheres que têm filhos menores de 18 anos, 57% relataram impactos negativos na saúde mental; enquanto entre eles, 32%. O número de violência doméstica e familiar e de feminicídios durante a pandemia também cresceu muito. Relatório do Banco Mundial para o combate à violência contra a mulher, no Brasil, em época de COVID-19, destaca que, entre março e abril de 2020, houve um crescimento de 22,2% do número de feminicídios e um aumento de 27% das chamadas do Disque 180.

Por sua vez, a nota técnica da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas aponta que no ano de 2020 o Brasil chegou a representar 8 de cada 10 mortes maternas por COVID-19 relatadas no mundo. Dentre os casos graves de SARS-COV-2 em mulheres grávidas e no puerpério que

morreram, 6% não foram sequer hospitalizadas; 40% não foram admitidas em UTIs; 43% não receberam ventilação mecânica e 26% não tiveram acesso a qualquer tipo de suporte respiratório. O futuro dessas mulheres, Sras. e Srs. Parlamentares, foi negado. Elas estão mortas. E qual o futuro dos milhares de órfãos da COVID? Diante desse quadro, mostra-se necessária a aprovação de projeto de lei em discussão que estabeleça uma pensão aos órfãos da COVID-19, de modo a mitigar o sofrimento e assegurar condições materiais de vida a essas crianças.

Sras. e Srs. Parlamentares, o auxílio emergencial tem-se mostrado uma política necessária, ainda que insuficiente. Para além dele, são necessárias políticas públicas robustas, que, na contramão do desmonte do Estado brasileiro, sejam capazes de responder aos enormes desafios aqui elencados.

Obrigada.

Documento 166/288

| | | |
|---------------------------|----------------------------|----------------------------|
| 122.2021 | Sessão Comissão Geral | 19/10/2021-11:48 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - | MARIA AUXILIADORA BUDIB--- | --- |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19.

A SRA. MARIA AUXILIADORA BUDIB - Bom dia.

Cumprimento os Srs. Deputados. Agradeço a lembrança do nosso nome.

Aqui eu trago a importância de políticas públicas em saúde mental, do luto não elaborado, das famílias que se seguem. A Carolina trouxe importante falta que nós também trazemos com foco na saúde da mulher.

O Brasil teve um retrocesso nos indicadores de mortalidade materna. Retrocedemos três décadas. Há crianças que estão órfãs, famílias sem cuidados, políticas da atenção primária em saúde que precisam ser ainda mais fortalecidas, e um cataclismo econômico.

Como ginecologista e obstetra, eu digo que a saúde e as políticas de saúde devem estar agora como fórceps em todas as linhas de políticas

sociais. É necessário ampliar a reabilitação dos pacientes, seja a reabilitação cardíaca, a reabilitação pulmonar, a reabilitação em neurologia, porque a neuro-COVID deixou sequelas importantes também no componente reumatológico e neurológico central desses pacientes.

A escassez da vacina.

Por mais que os países tivessem condições de comprar vacina, nós sabemos que ela foi escassa. O Brasil é um celeiro da ciência. Nós precisamos aumentar, sim, verbas para pesquisa; ampliar esse processo de criação. Nós temos importantes cientistas e celeiros da ciência que podem e devem produzir ainda mais produtos para a imunoprofilaxia. O SUS não desamparou a sua população, e o Programa Nacional de Imunização mostra agora que, se nós tivéssemos dado o real suporte, muitas vidas teriam sido poupadas.

A expectativa na forma de violência contra a mulher.

O que se espera de políticas públicas para esse comportamento social no Brasil, segundo o qual há muito tempo o feminicídio vem tirando a vida das mulheres, das crianças, trazendo terrorismo social?

Conviver com o abusador trouxe, em tempos de pandemia e de reclusão social, terror para muitas famílias. E nós precisamos falar em saúde mental do homem, que a grande maioria das vezes foi tabu.

Muito obrigada.

Documento 167/288

| | | |
|--|-----------------------|----------------------------|
| 122.2021 | Sessão Comissão Geral | 19/10/2021-11:52 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - JOSÉ MAURO PINTO DE CASTRO FILHO---- | | ---- |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO GERAL | | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19. Papel desenvolvido pelo Sistema Único de Saúde - SUS em tempos de pandemia.

O SR. JOSÉ MAURO PINTO DE CASTRO FILHO - Muito obrigado, Deputado Pedro Uczai, pela oportunidade.

Como gestor público, eu tenho que resgatar um pouco o histórico



dessa doença no Brasil.

Em dezembro de 2019, o mundo teve conhecimento de uma doença que devastou sistemas robustos de saúde pelo mundo, como Itália, Espanha, Inglaterra. E ao chegar ao Brasil essa doença, em março, como aqui foi relatado, em 12 de março houve o primeiro óbito no País, e nós encontrávamos um sistema de saúde já devastado pela sobrecarga que existe no sistema público.

No entanto, graças ao SUS, graças a um sistema que deve ser enaltecido, foi possível a organização de ampliação de leitos, equipes, EPIs, para que pudéssemos monitorar pacientes nas testagens em massa da nossa população.

Sobre as vacinas, nós tivemos a possibilidade de fazer um programa de vacinação inimaginável anteriormente contra essa doença aqui no Brasil, vacinando duas, até três vezes agora, a nossa população. Tudo isso aconteceu em um País dividido política e ideologicamente, em plena crise econômica, que se esqueceu de colocar o paciente em primeiro lugar, como o maior objetivo e o maior desafio do gestor público de participar de todo esse processo sem o protagonismo usual da União, do Ministério da Saúde, como elaborador de normas, estabelecendo ali políticas estaduais e municipais a serem seguidas. E eu tenho certeza de que houve um grande problema, que fez com que aumentasse esse número de óbitos.

Quando se fala em número de óbitos, nós falamos em mais de 603 mil óbitos. No entanto, milhares de pessoas estão sequeladas, milhares de pessoas foram a óbito por causa de um exame que não foi realizado, um cateterismo que não foi feito, uma cirurgia que se deixou de fazer por causa da superlotação dos hospitais. Esses óbitos não estão contabilizados nessa tragédia toda.

Nós estamos em pandemia. A pandemia não acabou. A COVID não acabou. Então, a minha proposição é em relação a como será essa situação que iremos vivenciar no próximo ano. É o orçamento para custear todo esse serviço não realizado no ano de 2020, já que 70% dos procedimentos de exames, cirurgias, consultas especializadas não foram realizados. De onde virá esse orçamento? É essa política que nós precisamos implementar para que possa o usuário do SUS encontrar o seu exame, encontrar a sua cirurgia e encontrar a sua consulta especializada.

Finalizo dizendo que a saúde mental da nossa população também está devastada. Precisamos pensar com cuidado na questão do suicídio que vem acontecendo em relação à pós-pandemia. Essas famílias destroçadas não têm mais destino, não têm mais previsão para o nosso País. Nós precisamos tratar bem essas pessoas, principalmente

essas crianças órfãs que acabaram ficando vítimas da COVID também.

Muito obrigado.

Documento 168/288

| | | |
|---------------------------|----------------------------|----------------------------|
| 122.2021 | Sessão Comissão Geral | 19/10/2021-11:56 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - | VANJA ANDRÉA SANTOS--- --- | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19. Fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

A SRA. VANJA ANDRÉA SANTOS - Obrigada, Presidente. Obrigada, Deputados e Deputadas que estão participando desta audiência. Obrigada, Deputado Pedro Uczai e Sr. Renato Simões. Obrigada, Deputado Renildo Calheiros, pela indicação.

Acho que neste momento nós falamos sobre vida e sobre manter viva essa memória do que tem acontecido no Brasil, essa forma genocida com que foi tratado o povo brasileiro e a forma com que o Governo brasileiro tem lidado com essa situação pandêmica, para que lembremos sempre e que não permitamos que isso aconteça mais.

Em todas as esferas, seja na saúde, como já foi dito, seja na economia, na segurança, na seguridade, os impactos da pandemia foram exacerbados para as mulheres, para as brasileiras, para as meninas. Nós vimos vários dados que foram apresentados e de que temos nos apropriado pela imprensa, e isso nos remete a uma preocupação intensa com este momento brasileiro, sobretudo com o futuro das mulheres.

No Brasil, nós vemos um ambiente social opressor com as mulheres. Isso intensifica mais os resultados da pandemia.

Nos últimos anos, essa opressão, a agressão e a tomada de direitos têm sido sobretudo institucionais, vindo por parte do Governo brasileiro, através dos seus Ministérios, e isso incide diretamente na vida das mulheres. As mulheres têm enfrentado a questão da pandemia de forma desigual, seja no desafio do cuidado com os filhos, como já foi dito, com a volta deste País à linha da pobreza, da fome e da miséria, na qual a maioria são as mulheres, seja pela violência doméstica que tem tomado os noticiários da TV brasileira, fora o que não chega aos noticiários. São violências ainda muito invisibilizadas, apesar de todos

os canais que foram criados, mas que ainda não têm o investimento necessário para que estejam presentes realmente, cumprindo o seu dever, como preconiza a Lei Maria da Penha.

O feminicídio tem aumentado muito no nosso País. Há distribuição ineficiente de contraceptivos e, sobretudo, ataques aos direitos, às políticas garantidas para as mulheres nas leis, principalmente na questão que vimos agora, dos direitos sexuais e reprodutivos.

As mulheres negras são as mais afetadas. Alguns dados também já foram colocados, mas as mulheres negras são a maior quantidade das mulheres afetadas por esta pandemia, negativamente.

No terceiro trimestre de 2020, nós tivemos uma taxa de 12,8% de desemprego entre os homens e de 16,8% entre as mulheres. Então, de acordo com todas essas informações e todos esses dados que foram colocados antes e com esses que eu coloco agora, nós podemos perceber o quanto as mulheres têm sofrido ainda mais nesta pandemia.

Em um dos auges da pandemia, o Amazonas recebeu médicos de São Paulo para atenderem no seu sistema público de saúde, e mulheres foram instrumentos de experimento e vieram a óbito, inclusive com experimentos que a Organização Mundial de Saúde já declarou não funcionavam. E o que nós temos que debater? Quais são as sequelas? Ainda há pouco um Deputado fez esse desafio para nós: vamos debater as sequelas, quais são as sequelas. As sequelas são as mortes que nós vimos, que deixaram vários filhos e filhas desassistidos.

É preciso pensar uma nova forma - que não pode ser essa - de tratar a população. Este é um desafio grande, um exercício que a população brasileira tem que fazer, Deputado. É preciso fortalecer o SUS, porque é um sistema que foi garantido pela Constituição de 1988; revogar a Emenda Constitucional nº 95...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 169/288

| | | |
|---------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 122.2021 | Sessão Comissão Geral | 19/10/2021-12:04 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - | MAYRA PIRES LIMA---- | --- |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |



Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19. Apelo à Câmara dos Deputados de aprovação do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, do Senado Federal, sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira.

A SRA. MAYRA PIRES LIMA - Bom dia a todos, bom dia a todos os Deputados. Eu gostaria de agradecer o convite, em especial, da Associação Vida e Justiça. Eu não poderia ir embora sem mencionar algo que eu me esqueci de dizer ontem.

Hoje, eu irei falar em meu nome. Eu sou Mayra, tenho 38 anos. Sou enfermeira há 17 anos e trabalho há 17 anos na Rede SUS. Sou egressa da Universidade Federal do Amazonas.

Gostaria de deixar bem claro que eu vivi, que eu vi, que eu vivenciei, que eu senti na pele - e até hoje sinto - as consequências da COVID. A minha família sofre, até hoje, a ausência da minha irmã, de dois tios, de uma prima e de outro irmão, que morreu em abril. Então, eu falo com propriedade de tudo que sinto e que vivenciei. Tudo que vou dizer realmente aconteceu. Falo em nome do meu Estado. Respeito o posicionamento de todos os meus amigos que aqui vieram, mas eu vou falar daquilo que eu vivi e daquela que é a verdade do meu coração.

Como eu disse, sou enfermeira. Infelizmente, hoje, os meus colegas profissionais de saúde e muitos familiares não têm apoio dos governantes. São todos, sem esquecer de nenhum. Mas eu não poderia deixar de fazer um registro para não ser injusta. Algo eu aprendi como cristã: eu devo ser justa com todos aqueles que nos ajudam.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer a todos aqueles que ajudaram o meu Estado, a todos aqueles que ajudaram as vítimas, a todos aqueles que amenizaram o meu sofrimento e o sofrimento das vítimas de Manaus em janeiro de 2021. Mas também gostaria de agradecer ao Governo Federal, porque ele nos ajudou, sim. Quando dizem que não ajudou os outros Estados, eu respeito, calo-me, porque não os conheço. Mas vivenciei, no Amazonas, e falarei sobre aquilo que vivenciei.

Graças ao Governo Federal, a situação não foi pior no Amazonas. Vou passar alguns dados que V.Exas. podem facilmente consultar no Portal da Transparência. Em janeiro de 2021, o Ministro da Saúde esteve pessoalmente em Manaus para o lançamento de ações de enfrentamento da COVID. Eu não o vi pessoalmente porque eu estava no hospital com a minha irmã. Só em 2020, o Ministério da Saúde destinou ao Amazonas 1 bilhão e 900 milhões de reais, sendo 1,3



bilhão de reais destinados para serviços de rotina do SUS e outros 650 milhões de reais para enfrentamento da COVID. Para Manaus, o Governo Federal destinou 836,1 milhões de reais, ainda em 2020. Desse total, 635,8 milhões de reais foram para os serviços de rotina do SUS. E, por incrível que pareça, eu não tinha EPI, como muitos colegas lá também não tinham. Outros 200 milhões de reais foram destinados para o enfrentamento da COVID. Além de equipamentos de proteção individual, ventiladores pulmonares, habilitação de centenas de novos leitos de UTI para tratamento exclusivo de pacientes com coronavírus, foi montado também um hospital de campanha no hospital de referência em Manaus, o Hospital Delphina Aziz.

Infelizmente, conforme um Deputado anterior disse, não é qualquer pessoa que trabalha em UTI, não é qualquer profissional. Para se trabalhar em UTI, é preciso qualidade de assistência, além de comprometimento e conhecimento técnico específico. Não basta montar leitos, tem que providenciar profissionais capacitados para isso.

Mas eu não poderia deixar de falar também do meu maior motivo de estar aqui: as crianças. Atualmente - e não vou me repetir no que eu falei ontem -, cuido de quatro crianças, que a minha irmã deixou. Esse é o meu caso e o de tantas outras crianças no meu Estado e também no País inteiro. Precisamos elaborar políticas públicas para essas crianças não somente na questão social, mas na questão de saúde e na questão educacional, porque elas realmente ficaram sequeladas.

Não poderia esquecer a saúde mental dos profissionais de saúde, e não somente a deles, mas a de pacientes e familiares, porque até hoje eu sofro com a falta da minha irmã e preciso realmente de acompanhamento da minha saúde mental. Perdi um irmão em abril, porque ele não aguentou a perda dessa irmã e entrou em depressão profunda. Quantas outras famílias também perderam entes queridos? Os hospitais de saúde mental de Manaus estão lotados. As unidades de saúde mental precisam...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Peço que conclua.

A SRA. MAYRA PIRES LIMA - Deixo aqui o meu respeito a todos os Deputados e o meu apelo para que aprovem o PL 2.564/20, sobre o piso salarial da enfermagem. Não precisamos mais de elogios, precisamos de atitudes concretas.

Obrigada.

| | | |
|---------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 122.2021 | Sessão Comissão Geral | 19/10/2021-12:08 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - | BOHN GASS-PT -RS | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19. Defesa de punição do Presidente da República por prática do crime de genocídio.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, Deputado Pedro Uczai, a nossa bancada, mais uma vez, quer parabenizá-lo pela iniciativa desta Comissão Geral e pelo seu trabalho no estímulo à organização da sociedade civil, das diferentes associações que se criaram para exatamente amenizar os impactos na dura vida das pessoas que perderam entes queridos ou que ficaram vitimadas por causa da pandemia.

Aqui nós estamos tratando, sim, não só de números - são mais de 600 mil mortes no Brasil -, mas, Deputado Leo de Brito, da vida dessas famílias. São pais e mães que não terão mais os filhos nos seus lares. São filhos e filhas que não mais verão o retorno dos seus pais. Essa dor, que é um luto, não pode ficar no esquecimento. O luto não é para silenciar. O luto é para levantar a voz e dizer que essas mortes poderiam ter sido evitadas, que esse vírus poderia ser combatido.

Neste momento nós precisamos dizer alto e bom som que a pandemia mostrou a face cruel do Governo Bolsonaro, primeiro, ao negar a ciência, ao ironizar situações de calamidade e de dor de famílias.

Quando pais viam os filhos sendo enterrados sem poderem visitá-los antes, ou só viam os sacos pretos, e não mais os familiares, o Presidente da República dizia: "E daí?" E daí? Presidente, deveria ter havido vacina, mas V.Exa. só arrumou vacina quando podia ter propina.

Então, nós revelamos ao mesmo tempo um lado cruel deste Governo, que foi o de não atender à pandemia, com o negacionismo, com a política da imunidade de rebanho, causando essas mortes. Mais do que isso, Deputado Pedro Uczai, além desse lado cruel de não cuidar da vida das pessoas e de não providenciar vacina no momento certo, defendendo como tratamento a cloroquina, mostrou também outro lado cruel do Governo, que é a corrupção, as negociatas. Percebeu-se em torno da pandemia que, no Ministério da Saúde, havia o aparato de

uma quadrilha montando-se para ganhar dinheiro em cima da dor e do sofrimento das pessoas.

Isso não é possível! É por isso que estamos fazendo esta Comissão Geral, Deputado Pedro Uczai. É por isso que as associações do País inteiro estão se organizando. É por isso que há a CPI no Senado, que precisa concluir pelo indiciamento, para que haja a punição dessas pessoas e principalmente da autoridade máxima do País, que também precisa ser punida. Lá vai haver os encaminhamentos para o indiciamento. Já esta Casa precisa abrir o processo de *impeachment*. Crimes não faltam na área da saúde ligados à corrupção. Também houve prevaricação, que, em vários momentos, aconteceu por omissão do Governo, por saber dos problemas e não agir.

Então, nós estamos, sim, solidários hoje, porque estamos falando sobre vidas, sobre dores, sobre pessoas que ficaram com sequelas, que estarão para o resto da vida ou em cadeiras de rodas, ou não poderão caminhar, ou terão o pulmão prejudicado, ou precisarão de tratamentos psicológicos, porque alguns entes queridos não mais estarão em seus lares. Mas isso é responsabilidade, sim, do Governo. Abrir um processo de *impeachment* é algo muito sério, e a punição dever ser a cadeia. Eu quero dizer que é preciso haver punição com cadeia, porque esse crime de genocídio é um dos maiores. Por isso, tem que haver a responsabilização.

Então, nós da bancada do Partido dos Trabalhadores estamos, sim, solidários à causa. Como vários vitimados aqui falaram, não basta apenas tapinhas nas costas, homenagens e discursos, tem que haver ações. E as ações são políticas públicas e, ao mesmo tempo...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 171/288

| | | |
|---------------------------|---------------------------|----------------------------|
| 122.2021 | Sessão Comissão Geral | 19/10/2021-12:12 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - | VANDERLEI MACRIS-PSDB -SP | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Presença no plenário do Prefeito Thomás Antonio Capeletto de Oliveira, do Município de Itatiba, Estado de São Paulo.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB - SP) - Sr. Presidente, eu gostaria apenas de registrar a presença do Prefeito de Itatiba, que está entre nós. Ele veio participar e, mais do que isso, reivindicar ações para essa luta por vida e justiça, como estamos debatendo neste plenário. Além de registrar a presença do Prefeito, registro também a presença de toda a equipe, todos participando deste debate.

Muito obrigado.

Documento 172/288

| | | |
|---------------------------|-------------------------|----------------------------|
| 122.2021 | Sessão Comissão Geral | 19/10/2021-12:16 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - | HENRIQUE FONTANA-PT -RS | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19. Atuação desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro com relação ao enfrentamento da epidemia de coronavírus.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Nobre Deputado Pedro Uczai, quero cumprimentá-lo não só pela importante iniciativa desta Comissão Geral, mas por todo o processo de trabalho e empenho que V.Exa., no seu mandato, tem liderado dentro da Câmara Federal, no sentido de buscar soluções para, primeiro, minimizar o sofrimento do País, das famílias, das pessoas, na saída da pandemia, que queremos todos, e no enfrentamento desta pandemia.

Quero saudar a todos que usaram a palavra, os quais ouvi com atenção. Permitam-me enviar um abraço especial ao Fernando Pigatto, que coordena o Conselho Nacional de Saúde.

Senhoras e senhores, brasileiros, brasileiras, é evidente que uma pandemia sempre deixa sequelas em qualquer país. Mas uma questão duríssima para todos nós brasileiros é que a pandemia deixou no Brasil sequelas muito maiores do que deveria ter deixado. Dois dados sintetizam o que estou dizendo na abertura da minha fala. Enquanto no mundo inteiro a média de mortalidade por milhão de habitantes foi de 550 pessoas, no Brasil ela foi de 2.818 pessoas. Então, foi diferente no Brasil. O descuido, o boicote à ciência, o atraso na vacinação, a postura inadequada do Presidente da República e de seu Governo contribuíram para que milhares de pessoas morressem sem necessidade pela chegada da pandemia. Quando se olha a incidência e o número de casos, percebe-se que a média mundial foi em torno de 30 mil casos por milhão de habitantes. No Brasil, essa média chegou a



101 mil casos por milhão de habitantes. De novo, o manejo totalmente inadequado da pandemia levou a esse desastre, que foi muito maior do que teria sido se o Brasil inteiro tivesse adotado as medidas que a ciência preconizava e continua preconizando.

Uma das questões centrais que levou o Brasil a esse desastre foi a decisão do Presidente da República, Jair Bolsonaro, e de seu Governo de adotar medidas que buscavam a chamada "imunidade de rebanho". Isso foi um crime contra o povo brasileiro, contra a economia brasileira e contra a ciência. Em muitas reuniões, em muitos atos do Governo, em muitas falas do Presidente da República, isso apareceu com enorme clareza.

Outra questão fundamental a levar a esse resultado foi a propaganda falsa de que um conjunto de medicamentos, o chamado "kit tratamento precoce", resolveria o problema das pessoas que eventualmente se contaminassem. Isso gerou em parte da população brasileira uma compreensão errada e equivocada de que ela podia ampliar os seus riscos de exposição ao vírus, porque teria o remédio que resolveria esse problema. E a propaganda falsa desse tratamento não contou, infelizmente, somente com a chancela de muitos colegas meus de profissão, médicos - e espero que revisem essa posição o quanto antes. Essa ação da venda ilusória do resultado de um medicamento foi liderada, nada mais, nada menos, do que pelo Presidente da República, que jamais deveria falar sobre o medicamento A ou o medicamento B. Tudo isso nos levou a esse resultado dramático.

Aqui fica a nossa solidariedade a cada uma das 600 mil famílias que perderam os entes queridos, como as pessoas que falaram, e falaram com emoção, com consistência e de forma muito adequada, nesta nossa Comissão Geral. Mais do que isso, Deputado Pedro Uczai, pedindo 1 minuto para concluir, eu digo que nós Deputados Federais, que somos representantes do povo brasileiro, precisamos votar leis que protejam aqueles que enfrentaram e enfrentam as sequelas da pandemia de COVID, mal manejada no País.

Sejam os órfãos, sejam aqueles que vivem sequelas duríssimas na própria saúde, todos precisam ter, sim, o respaldo do setor público com políticas públicas, para que tenham uma vida com qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Peço a V.Exa. que conclua, Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Obrigado, Deputado Pedro. Eu dizia: repor integralmente os direitos que essas pessoas perderam, a dor que elas sentiram não é mais possível, mas nós, como povo brasileiro representado pelo Estado brasileiro, temos que fazer tudo aquilo que está ao nosso alcance para melhorar a qualidade de vida

dessas pessoas.

Era o que eu tinha a dizer, Deputado Pedro Uczai.

Documento 173/288

| | | |
|---------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 122.2021 | Sessão Comissão Geral | 19/10/2021-12:24 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - | LEO DE BRITO-PT -AC | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19. Relevância dos trabalhos realizados pela CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Defesa da abertura de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que nos assiste neste momento, eu queria fazer uma saudação especial a todos os convidados nesta Comissão Geral, por todos os relatos. São relatos que, de fato, nos emocionam, mas, sobretudo, nos trazem muita indignação.

Quero parabenizar o Deputado Pedro Uczai, que tem liderado essa questão das vítimas da COVID-19 e mobilizado as associações. Quero cumprimentar o ex-Deputado Renato Simões, que, em apoio às vítimas da COVID, coordena a Associação Vida e Justiça, e a Julinha, do Estado do Acre, que é a nossa coordenadora.

Deputado Pedro Uczai, como é importante essa iniciativa, como são importantes os projetos de lei que estão neste momento tramitando nesta Casa. Espero que o Presidente Arthur Lira coloque-os para serem votados brevemente, porque, pelos relatos ao longo desse tempo todo - vimos ontem na CPI e hoje aqui -, as dores persistem. Eu não tenho dúvida de que essas dores vão persistir por muito tempo.

Tudo que está acontecendo neste momento no País, essa irresponsabilidade toda, essa falta de sensibilidade, é impensável, é inacreditável. Quando nós lembrarmos dos anos de 2020 e 2021, senhoras e senhores, vamos ver algo que, do ponto de vista da humanidade, é impensável: pessoas sendo utilizadas como cobaias em hospitais; um Presidente que simplesmente virou as costas para o seu povo - virou as costas! E hoje nós temos órfãos, filhos que perderam os pais, pessoas que perderam amigos, histórias de vida, vidas concretas, pessoas que podiam estar hoje aqui conosco vacinadas, tentando levar uma vida normal. Mas, infelizmente, o que nós estamos vendo são

peças que, neste momento, estão com dor na alma, porque perderam seus entes queridos e que precisam de políticas públicas. Mesmo aquelas que conseguiram escapar precisam de políticas públicas concretas, isso está muito claro. As sequelas das COVID-19 estão aí, tanto as sequelas orgânicas como as sequelas psicológicas.

Concluo, Presidente Pedro Uczai, dizendo que isso não pode ficar impune. Nós temos responsabilidade de ordem civil, nós temos responsabilidade de ordem administrativa, nós temos responsabilidades penais. A CPI da COVID foi muito importante, porque, se ela não tivesse acontecido por ordem do Supremo, muita coisa teria sido jogada literalmente para debaixo do tapete.

Portanto, Presidente Uczai, *impeachment* de Bolsonaro e responsabilização de todos aqueles que foram irresponsáveis e viraram as costas para o nosso povo!

Documento 174/288

| | | |
|---------------------------|------------------------------|----------------------------|
| 122.2021 | Sessão Comissão Geral | 19/10/2021-12:28 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - | PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19. Superação da marca de 600 mil mortes no País provocadas pelo coronavírus.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT) - Presidente Pedro Uczai, demais participantes desta sessão, quero parabenizar V.Exa. pela iniciativa, pela luta inicial que fez em defesa da vida e em defesa da justiça. O nosso companheiro Renato Simões, juntamente com V.Exa., discute no País inteiro as dores, as histórias de vida, as sequelas que a pandemia deixou, que nos envolvem a todos nessa luta.

Sabemos que são irreparáveis as perdas, as vidas que foram consumidas, mais de 600 mil até agora. Eu sempre faço uma comparação, Deputado Pedro, com a cidade de Cuiabá, onde eu vivo. Só a cidade tem em torno de 600 mil habitantes - com a região metropolitana, nós temos 1 milhão de habitantes. Mas é como se eu observasse: Cuiabá sumiu do mapa. Nós perdemos uma cidade daquele tamanho inteira. Quantas outras cidades com em torno de 600 mil habitantes temos no País? É como se uma cidade dessas fosse

dizimada.

Algumas pessoas talvez não sobrevivessem ao vírus, mas se, em 2021, desde o início do ano, tivéssemos vacinado a nossa população, possivelmente grande parte dos que foram estariam conosco. Então, temos que reconhecer isso, fazer a militância e não deixar que as famílias das pessoas que foram vitimadas fiquem sozinhas.

O que esse trabalho da Vida e Justiça está fazendo é levar alento a todas as famílias, é fazer com que elas batalhem juntas, é fazer uma discussão coletiva sobre as ações que o Parlamento brasileiro e que a população brasileira podem fazer em favor de todas essas famílias que perderam pessoas queridas.

Todos nós que já perdemos alguém sabemos o que significa essa dor, quem perdeu o filho, a filha, quem perdeu a mãe, o pai, o irmão, o amigo próximo. Todo mundo que foi é o amor da vida de alguém. Além da perda da pessoa, que poderia estar aqui conosco, continuando a sua vida, há a dor da família que ficou.

Portanto, Deputado Pedro - nós já discutimos isso, V.Exa. vem discutindo -, há projetos relevantes em que esta Casa tem que avançar rápido, em relação aos órfãos, às órfãs. Quem vai cuidar de quem perdeu pai e mãe, de pessoas com deficiência que perderam o seu cuidador, o seu protetor?

Portanto, o Parlamento tem que dar essa resposta para a sociedade.

Finalizo parabenizando-o, colocando o mandato à disposição dessa luta, e estando junto...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Vou conceder 30 segundos à Deputada, para que conclua.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT) - Que o nosso povo tenha o alento necessário para continuar a sua vida! Este é um momento de luto para a sociedade brasileira, que perdeu mais de 600 mil pessoas. Acho muito forte este momento em que o Parlamento se debruça sobre as causas da vida do povo brasileiro.

Muito obrigada.

| | | |
|---------------------------|--------------------------|----------------------------|
| 122.2021 | Sessão Comissão Geral | 19/10/2021-12:32 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - | ALEXANDRE PADILHA-PT -SP | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19. Apresentação pelo orador de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 2.671, de 2021, sobre a instituição da Semana Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da COVID-19. Reorganização do Sistema Único de Saúde - SUS e do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Pedido à Presidência de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 1.820, de 2021, acerca da instituição da política de atenção integral às vítimas da Covid-19 e seus familiares.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Acho que os depoimentos dos nossos convidados trouxeram tudo.

Quero mandar um abraço especial à Adriana Higa e ao Presidente Fernando Pigatto. Quero aproveitar este espaço, Sr. Presidente, para que possamos construir consensos a respeito de projetos em que precisamos avançar, que precisamos pautar. Precisamos sair desta Comissão Geral com uma orientação, para votarmos nesta Casa, o mais rápido possível, alguns projetos que têm a ver com a temática.

O primeiro é o Projeto de Lei nº 2.671, de 2021, que é de sua autoria, Sr. Presidente, e do qual tenho a honra de ser o Relator. Quero anunciar a todos desta Comissão Geral que conseguimos conversar com o Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, o Deputado Dr. Luizinho, e que o projeto será votado amanhã à tarde. Já foi apresentado o relatório favorável à criação da Semana Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da COVID-19, uma semana de sensibilização, de acolhimento às vítimas da COVID e aos seus familiares, com grande força, pela importância do direito à memória, pela importância do quanto isso sensibiliza políticas atuais e sensibilizará também gerações futuras. Eu quero dar esta boa notícia: o nosso relatório é favorável ao PL 2.671/21, que é de sua autoria, Deputado Pedro Uczai. O Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família aceitou que esse projeto entrasse amanhã na pauta da Comissão. Nós trabalhamos pela aprovação desse PL.

Eu queria, em torno desse sentimento que nos move aqui, ler, muito rapidamente, um trecho de um livro que eu recebi ontem, de autoria do Remígio Todeschini, que conta a agonia e o sofrimento dos trabalhadores do setor químico e petroleiro contaminados pela COVID-19. Esse livro foi lançado ontem pela Federação dos Trabalhadores do

Ramo Químico da CUT do Estado de São Paulo. O prefácio é do Airton Cano. O querido Remígio Todeschini já foi, inclusive, membro do Conselho Nacional de Saúde. Quero apenas ler um trecho que trata de um trabalhador químico e petroquímico, do significado disso no meio da COVID, do sentimento de todos e todas que foram vítimas e dos seus familiares. Ele falou o seguinte: *"O maior sofrimento de dor física foi a falta de ar, que é a pior coisa que existe quando você puxa o ar e não é o suficiente para respirar.*

Quanto à dor psíquica, a minha maior preocupação foi a de deixar a minha família exposta. Tenho uma esposa e duas filhas. Eu, como pai, provedor, protetor de família, tive essa preocupação, mas, graças a Deus, a minha esposa foi muito guerreira, segurou as pontas. Ela foi forte. Não demonstrou insegurança para a família, e eu consegui sobreviver".

Estou falando isso porque...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai. PT - SC) - Vamos abrir o microfone para o Deputado Alexandre Padilha concluir o seu pronunciamento.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) - Apenas para concluir, Sr. Presidente, além da memória, é importante aprovarmos projetos que são políticas públicas de reorganização do SUS, do SUAS, da proteção social no País para acolher as vítimas da COVID, os órfãos e seus familiares.

Por isso, peço todo o esforço desta Casa para colocarmos em pauta o Projeto de Lei nº 1.820, de 2021, que é de minha autoria - eu sou um dos autores -, que cria uma política nacional...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 176/288

| | | |
|---------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 122.2021 | Sessão Comissão Geral | 19/10/2021-12:36 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - | VICENTINHO-PT -SP | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |



Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19. Pedido à Presidência de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 3.139, de 2021, acerca da assistência à saúde mental de sequelados pela Covid-19.

O SR. VICENTINHO (PT - SP) - Sr. Presidente, colega, grande irmão, nosso companheiro que preside esta sessão, envolvido só com causas fantásticas da luta em defesa da vida e da dignidade da nossa gente, eu quero saudar as nossas e os nossos palestrantes, que nos enriqueceram, cada vez mais, com esse diálogo aqui colocado a respeito das vítimas em consequência da COVID, nesta Comissão Geral.

Também quero fazer referência ao livro do meu companheiro Remígio Todeschini, meu colega, que trabalhou comigo como tesoureiro na Central Única dos Trabalhadores, grande irmão de todas as horas. Esse livro em que o Todeschini se debruçou demonstra a realidade do setor químico e petroquímico, dessa categoria tão extraordinária.

Aproveito para saudar o companheiro Raimundo e a diretoria do Sindicato dos Químicos, com quem eu tenho uma relação estreita, e os nossos companheiros químicos de São Paulo e do Brasil. Acho que é de importância vital, inclusive, ajudarmos na divulgação desse livro para o bom entendimento dos profissionais e também dos nossos Parlamentares, que se debruçarão sobre vários projetos aí apresentados.

Quero, inclusive, Sr. Presidente, fazer um pedido. Sou autor do Projeto nº 3.139, de 2021, que aborda a atenção especial à saúde mental das pessoas em consequência do pós-COVID. Esse projeto lida com médicos, enfermeiros, técnicos, auxiliares, agentes comunitários de saúde, aposentados, que tiveram que ficar presos com as suas consequências, crianças, que também enfrentaram uma novidade - se para nós era grande, para eles era mais ainda, porque não entendiam essas razões -, famílias. É um projeto que dá toda uma atenção especial, cria uma condição exclusiva para essas pessoas, com um tratamento de doenças mentais.

Eu peço inclusive, Sr. Presidente, que este projeto seja incluído no rol de debates, a fim de que lhe seja dada urgência para que seja votado.

Além da dor, da perda de seres humanos, que também deixa consequências mentais, há o trabalho do isolamento, da falta de liberdade...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 177/288

| | | |
|---------------------------|------------------------|----------------------------|
| 122.2021 | Sessão Comissão Geral | 19/10/2021-12:40 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - | REGINALDO LOPES-PT -MG | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19. Alcance social dos trabalhos da Associação Nacional pelos Direitos das Vítimas da Covid-19: memória, verdade e reparação.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) - Obrigado, Presidente Pedro Uczai.

Nobres Deputados e Deputadas, quero iniciar reconhecendo o trabalho de V.Exa., parabenizando-o pela iniciativa de articular o nosso povo em defesa das vítimas da COVID-19. Acho que V.Exa. presta um relevante serviço ao povo brasileiro, em especial às famílias que foram vítimas, que já são mais de 20 milhões de brasileiros e brasileiras. De acordo com os estudos, mais de 30% têm alguma sequela por terem sido contaminados pela COVID-19. Portanto, é fundamental e necessário que o Parlamento brasileiro, juntamente com a sociedade, exija justiça.

Esse tripé do trabalho da Associação Nacional pelos Direitos da Vitima da COVID-19: memória, verdade e reparação é extremamente importante, Deputada Erika Kokay.

O Brasil é um país sem memória ou, às vezes, quer perder a memória. Nós lamentavelmente cometemos o maior erro histórico deste País: primeiro, por ter tolerado 4 séculos de trabalho escravo e, segundo, por não ter feito justiça à democracia racial e à reparação de danos.

É um sonho do povo negro deste País essa reparação. Esta Casa tem uma emenda constitucional para garantir esta reparação em relação aos direitos da população negra. É fundamental, Deputado Pedro Uczai, que esta Casa também assuma a responsabilidade de fazer reparação para os filhos, vítimas da COVID-19, crianças, adolescentes. Qualquer reparação é impossível quando se trata de uma vida. É impossível reparar a perda de uma vida, mas o mínimo que o Estado

pode fazer é garantir direitos aos seus familiares.

Lamentavelmente é bom lembrar, a verdade tem que ser dita, que esse Presidente é responsável, é o grande responsável pela incompetência, pela falta de empatia que há pelo povo brasileiro, por ter feito uma política de conflito bélica, como sempre faz, contra quem na ponta estava enfrentando a COVID-19, que são os Prefeitos e os Governadores.

Portanto, ele tem que ser também responsabilizado.

Vou concluir, Deputado Pedro Uczai. A falta de empatia o levou a vetar o projeto de indenização dos profissionais da área da saúde e depois a recorrer ao Supremo Tribunal Federal, alegando inconstitucionalidade. Ele não tem a mínima empatia pelos profissionais que não receberam apoio e estiveram na linha de frente do enfrentamento à COVID-19.

Para além dos profissionais, é necessário reparar dano à família e às vítimas que estão sequeladas.

Parabéns, Presidente Pedro Uczai!

Documento 178/288

| | | |
|---------------------------|------------------------------|----------------------------|
| 122.2021 | Sessão Comissão Geral | 19/10/2021-12:44 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - | ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19. Relevância da Associação Nacional de Apoio aos Direitos das Vítimas da Covid-19.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) - Cumprimento o Presidente Pedro Uczai, os colegas Deputados, a Deputada Erika Kokay e o Deputado Reginaldo Lopes, que também se fazem presentes. Cumprimento os demais colegas que nos acompanham e todos os que aqui estão.

Vou tirar a máscara para falar neste momento.

Quero parabenizar o Deputado Pedro Uczai não só por esta Comissão Geral, mas também por todo o trabalho que faz na Associação Nacional de Apoio às Vítimas da COVID. Acho que isso é muito importante. O Brasil, infelizmente, responde sozinho por um oitavo das

mortes no mundo, sendo que o Brasil não representa esse percentual na população mundial. Pelo contrário, é muito menos. É em torno dos 2%.

Se a pandemia é mundial, e se nós respondemos, o nosso País, por um oitavo das mortes, significa que há algo de errado e muito grave na condução nacional. O responsável, sem dúvida alguma, é o Presidente da República, que fez o inverso daquilo que é necessário.

Recentemente, há alguns meses, encontrei um amigo em frente ao meu escritório, onde há fisioterapia. Era um senhor forte, que estava entrando. Ele me cumprimentou. Assustei-me na hora em que o vi e falei: nossa, Jessé! O que aconteceu? E o Jessé me explicou que teve COVID. Eu tinha falado com ele enquanto estava internado. Ele ficou supermagro, com dificuldade para caminhar e estava com uma acompanhante e com muleta.

Naquela ocasião, refleti: bom, o Jessé é trabalhador da FURP, um laboratório público, e tem uma renda mesmo não estando trabalhando neste momento. E as pessoas desempregadas que ficaram sequeladas pela COVID? E os órfãos, que perderam seus pais e que, porventura, seus pais também não estavam trabalhando registrados formalmente? Como essas crianças vão conseguir sobreviver e suportar este momento?

Há uma responsabilidade no tratamento da COVID por parte do Estado. Portanto, cabe ao Estado garantir o apoio digno a essas pessoas. Nesse sentido, também apresentei o Projeto nº 2.914, deste ano, para que essas pessoas recebam um salário mínimo - o sequelado, por quanto tempo perdurar a sequela, e também os órfãos até a maioridade. É obrigação do poder público estender a mão, dar apoio e cuidar dos seus, principalmente, num momento de necessidade tão grave como este.

Esperamos que esta Casa acelere, tenha outras iniciativas nesse sentido e que nós possamos aprovar o mais rápido possível tal medida. Será um grande recado e, ao mesmo tempo, uma política, uma legislação que vai dar guarida a muitas pessoas que estão neste momento necessitando.

Para concluir, Presidente Pedro, sugiro aqui uma iniciativa. Os laboratórios públicos tiveram papel fundamental e vou dar o exemplo do Butantan, o Butantan que o Governador Doria queria extinguir em 2019. Ele mandou o Projeto nº 529 para a Câmara, pelo qual queria extinguir o Butantan, mas, através de mobilização popular, isso não foi possível. No entanto, os institutos públicos tiveram papel central aqui no nosso País em relação ao combate à COVID-19. Sugiro que nós façamos, Deputado Pedro - V.Exa. não é o Presidente formal, mas o

grande apoiador desta Comissão Geral, que nela pensou-, uma sessão solene em homenagem aos institutos públicos e demais órgãos públicos na área da saúde, que tiveram papel central no combate da COVID-19.

Obrigado.

Documento 179/288

| | | |
|---------------------------|------------------------------|----------------------------|
| 122.2021 | Sessão Comissão Geral | 19/10/2021-12:48 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - | CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19. Defesa de cumprimento do disposto na Lei nº 14.128, de 2021, sobre o pagamento, pela União, de compensação financeira aos profissionais de saúde incapacitados ao trabalho em decorrência da contaminação pelo coronavírus.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - Sr. Presidente, nobre Deputado Pedro Uczai, senhoras e senhores, eu vou me ater, no dia de hoje, a falar sobre a Lei nº 14.128, do dia 26 de março de 2021, projeto que passou com praticamente unanimidade aqui na Câmara e no Senado. Houve o veto, mas ele foi derrubado também por praticamente unanimidade do coletivo de Deputados e Deputadas e Senadoras e Senadores.

Ela dispõe sobre a compensação financeira a ser paga pela União aos profissionais e trabalhadores de saúde que, durante o período de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da disseminação do novo coronavírus e da COVID-19, por terem trabalhado no atendimento direto a pacientes acometidos pela COVID-19 ou realizado visitas domiciliares em determinado período de tempo, no caso de agentes comunitários de saúde ou de combate a endemias, ficaram com incapacidade permanente ou foram a óbito.

Os dados que nós temos, senhoras e senhores, são de 866 óbitos dos trabalhadores da enfermagem. Desses 866 óbitos, 588 foram de mulheres e 276 de homens. Na medicina, nós temos 634 médicos e médicas que foram a óbito. Na minha cidade, no Município de Lages, no Estado de Santa Catarina, perdemos três profissionais da medicina. Um deles, inclusive, foi o profissional médico, Dr. Jonas, que preparou os trabalhadores de enfermagem e demais trabalhadores da unidade hospitalar, o hospital de referência Tereza Ramos, para o atendimento

e enfermaria COVID. Os primeiros internamentos hospitalares foram no Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos, que é um hospital público do Estado, e foi ele o primeiro óbito, além dos demais óbitos que aconteceram em Santa Catarina e no País.

Por que eu estou falando desta lei? Porque nós precisamos, sim, indenizar as famílias dos profissionais que foram para a linha de frente, foram salvar vidas e tiveram as suas vidas ceifadas.

Eu fiz questão de destacar o conjunto de mulheres da enfermagem - 588 dessas mulheres morreram -, porque enfermeiras, técnicas e auxiliares de enfermagem normalmente são arrimos de família. Era com as horas extras, com os plantões ou com os duplos vínculos, correndo de um hospital para outro hospital, de um hospital para uma clínica, de um hospital para um serviço público de saúde, que elas sustentavam as suas famílias, o que fazia com que pudessem ter mais dignidade, com dupla ou tripla jornada de trabalho. Nós sabemos que agora fica a pensão da Previdência para os dependentes. Dar a esse conjunto de homens e mulheres que deram sua vida uma indenização de 50 mil reais é praticamente nada, mas é, sim, por outro lado, um reconhecimento do Estado a esse conjunto de homens e mulheres que foram para a linha de frente salvar vidas.

Por isso, nós precisamos fazer com que esta lei, de fato, aconteça. Esperamos que, de fato, esse conjunto de trabalhadores que foram para a linha de frente salvar vidas e tiveram a vida ceifada obtenha essa indenização do Estado. Eu costumo dizer que, se fossem medalhistas ou campeões do futebol, quem sabe, a indenização seria mais fácil. É muito triste saber que perdemos homens e mulheres. Muitos foram acometidos pela COVID-19. Centenas deles ficaram com invalidez permanente, sem condições de retornar ao trabalho. Por isso, nós precisamos fazer com que a Lei nº 14.128, de 2021, seja aplicada de fato.

Tenho tratado desse tema no meu partido, o Cidadania, e quero dizer que, se nós precisarmos de recursos extraorçamentários para fazer essa indenização, nós liberamos muitos recursos aqui por meio de medida provisória: para a compra de respiradores, para a compra de vacina, para a compra de medicamentos, para o financiamento de leitos de UTI/COVID. Os recursos da União que foram destinados para o conjunto de Estados e Municípios foram recursos em valores expressivos. Se necessário for, por não termos, no Orçamento de 2021, recursos para isso, nós precisaremos do encaminhamento de uma medida provisória por parte do Governo ou de PLNs que venham a garantir a indenização para os trabalhadores que ficaram permanentemente incapazes para o trabalho e para as famílias cujos familiares foram a óbito, vítimas da COVID-19, quando estavam

trabalhando, quando estavam na linha de frente.

Esse é o nosso pedido, Sr. Presidente, numa data tão importante em que se trata, nesta Comissão Geral, das vítimas da COVID-19.

Minhas homenagens a todos os familiares das pessoas que partiram em razão da COVID-19. Não são números. São pais, mães, irmãos, filhos, amigos, pessoas amadas que partiram em razão da COVID-19.

Muito obrigada, Presidente.

Documento 180/288

| | | |
|---------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 122.2021 | Sessão Comissão Geral | 19/10/2021-12:56 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - | JOSÉ RICARDO-PT -AM | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19. Reconhecimento dos trabalhos realizados pelos profissionais da saúde no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Fortalecimento financeiro do Sistema Único de Saúde - SUS e do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM) - Sr. Presidente da Mesa, Deputado Pedro Uczai, inicialmente, eu queria parabenizá-lo pela iniciativa de realizar esta sessão muito oportuna, para tratarmos da situação das vítimas da COVID-19, do descaso do Governo Federal e de muitos Governos Estaduais e, ao mesmo tempo, debatermos o que fazer em relação às sequelas que permanecem, que estão presentes na vida de tanta gente.

Quero manifestar minha solidariedade às famílias de mais de 600 mil pessoas que morreram e a quase 22 milhões de pessoas que foram contaminadas pela COVID no Brasil.

Aqui no Estado do Amazonas, nós tivemos 13.756 mortes até ontem, a maioria na Capital, Manaus, embora, em termos de contaminação, a maior parte dos casos tenha ocorrido no interior do Estado. É interessante que a Capital, mesmo com toda estrutura de saúde, com hospitais especializados, tenha tido um número de mortes maior do que o interior do Estado. Isso mostra realmente a inoperância do Governo do Estado também.

Indígenas também foram vítimas da COVID-19. Uma denúncia da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB diz que 932 indígenas faleceram em razão da COVID-19 e mais de 38 mil casos foram registrados. Há um descaso muito grande no atendimento à população indígena. Inclusive, está sendo denunciado na CPI um documento da Frente Amazônica de Mobilização em Defesa dos Direitos Indígenas que faz o relato de várias dessas situações de descaso do Governo do Estado e do Governo Federal em relação aos indígenas da Região Amazônica que foram vítimas da COVID.

É certo que deve haver um programa público de apoio às pessoas que ficaram com sequelas, que conseguiram se recuperar. É preciso dar a elas apoio físico e psicológico. Isso é papel do poder público.

Temos que apurar as responsabilidades das entidades médicas e dos profissionais médicos que aplicaram medicamentos sem nenhuma eficácia. Isso tem que ser também apurado.

Também temos que reconhecer o trabalho dos profissionais de saúde. Eu apresentei um projeto de lei, ainda em 2020, para que se pagasse o adicional de insalubridade de 40% sobre o salário. É importante reconhecermos o empenho e o trabalho de todos os profissionais da área de saúde. Há propostas para também indenizar as famílias de vítimas, principalmente as de trabalhadores de saúde.

Quero dizer que a pandemia mostrou a necessidade de investimento na saúde pública, no SUS, mas também na área de assistência social, no SUAS. É necessário, enquanto a pandemia vai reduzindo, reforçar e investir no Sistema Único de Saúde e no Sistema Único de Assistência Social. O Governo está fazendo o contrário ao cortar recursos do Orçamento para a saúde e para a assistência social. Nós não podemos aceitar isso, como não podemos aceitar a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, que enfraquece o serviço público justamente nessas áreas tão importantes para a população.

Então, vamos apurar isso. Deve haver penalizações pela irresponsabilidade de tanta gente.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 181/288

| | | |
|---------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 122.2021 | Sessão Comissão Geral | 19/10/2021-13:00 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - | ZECA DIRCEU-PT -PR | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |



Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19. Incompetência do Presidente Jair Bolsonaro e do Ministério da Saúde no enfrentamento à epidemia de coronavírus. Apresentação pelo orador do Projeto de Lei nº 907, de 2021, a respeito da garantia de reabilitação, pelo Sistema Único de Saúde - SUS, de sequelados pela Covid-19.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR) - Sr. Presidente, eu quero parabenizá-lo pela importante iniciativa desta Comissão Geral e quero parabenizá-lo pela criação dessa associação nacional que já está defendendo as vítimas da COVID, da pandemia. Todos nós sabemos que são vítimas não apenas do coronavírus, da pandemia; são vítimas da irresponsabilidade, da insanidade, da inconsequência, da incompetência do Bolsonaro e do Ministério da Saúde ao conduzirem a ação e a reação que o Brasil deveria ter.

Eu queria pedir apoio e queria chamar a atenção para o projeto de lei que apresentei no início deste ano. Já faz 1 ano e meio que pessoas estão ficando com graves sequelas em razão da COVID e, até hoje, o Ministério da Saúde não fez a sua obrigação. Depois de 1 ano e meio, o Ministério da Saúde não fez o mínimo que cabe ao Ministério, que é criar uma política pública nacional de atendimento, integrada ao SUS, às pessoas que ficaram com sequelas em razão da COVID. É inacreditável que o Ministério da Saúde não tenha feito isso!

Criar uma política nacional para que Estados e Municípios, dentro de uma ação do SUS, tenham mais equipamentos, tenham mais profissionais de saúde, tenham a contratação de um número maior de serviços para atender as pessoas que ficaram com sequelas é algo tão óbvio que nem necessitaria de um projeto de lei. Mas, como o Ministério da Saúde não faz isso, eu apresentei esse projeto de lei, que está apensado a vários outros projetos de lei, iniciativas importantes de outros Deputados e Deputadas.

Com essa lei aprovada, nós vamos obrigar o Ministério da Saúde a fazer a sua obrigação. E as pessoas que hoje estão sofrendo muito em razão das sequelas da COVID, com dificuldades enormes de atendimento, não vão mais precisar passar por esse dissabor.

O meu pedido é de apoio ao projeto de lei, mas é *(falha na transmissão)* a Comissão de Seguridade Social e Família. Ele deveria vir imediatamente ao Plenário. Este é o meu pleito. Este é o pleito de quem ficou...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 182/288

| | | |
|---------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 122.2021 | Sessão Comissão Geral | 19/10/2021-13:04 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - | ERIKA KOKAY-PT -DF | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Começo a minha fala parabenizando-o, Deputado Pedro Uczai, não apenas pela realização desta Comissão Geral, mas pela luta e pela construção de organizações e de uma comunhão em defesa das vítimas da COVID-19 e dos seus familiares.

Quero fazer as minhas homenagens ao Arquivaldo, que aqui está e que é de Trindade. Ele é irmão do Arquicelso, que já não está entre nós, porque foi uma das vítimas da COVID. Ele esteve numa luta incansável em defesa do povo, na condição de vereador, na condição de militante pela vida, aqui em Valparaíso de Goiás, no Entorno do DF.

Quero manifestar as minhas homenagens a todos os familiares das vítimas da COVID. Essa é uma dor que lateja, é uma dor surda, é uma dor pulsante, é uma dor que fica, fica e fica. Portanto, é preciso que não esqueçamos e não naturalizemos tantas mortes. No Brasil, mais de 600 mil pessoas se foram, e quem parte sempre é amor de alguém - sempre é amor de alguém!

Portanto, esta Comissão Geral resgata elementos que me parecem fundamentais à memória, para que não esqueçamos, para que não naturalizemos, para que não consideremos que é normal termos tantas perdas, sendo que a grande maioria dessas pessoas ainda poderia estar conosco neste momento, se não houvesse uma política de negação da ciência, de negação da própria realidade; se não houvesse um charlatanismo que se estabeleceu neste País e que realmente seguiu os rumos e o cheiro da política da morte que ocupa hoje o Palácio do Planalto.

É preciso dizer a verdade. A verdade, que em grande parte aparece nos trabalhos da CPI, precisa fazer parte deste Brasil, para que não

esqueçamos e para que nunca mais aconteça o que o Brasil vivenciou com tantas dores.

Outro ponto é a reparação. A reparação significa termos uma política em que os que mais podem neste País possam arcar com um grande e amplo processo de reabilitação das pessoas que carregam as sequelas da COVID-19.

Que nós possamos fazer justiça, justiça e justiça!

Eu me lembro da fala de uma professora que perdeu o marido. Ela dizia, de forma muito emocionada, com muitas lágrimas: *"O meu marido foi assassinado. O meu marido foi assassinado, porque nós tivemos essa política de contágio ou de imunidade coletiva pelo contágio, que levou a tantas mortes"*.

Por isso, é preciso fazer justiça, trazer a verdade na memória, para que possamos superar este momento tão grave que o País vivencia.

Por fim, quero dizer que há vários projetos nesta Casa, projetos que precisam caminhar, projetos para que estabeleçamos a justiça e fundamentalmente - algo que já foi falado por alguns Deputados e Deputadas - a necessidade de indenização daquelas pessoas que perderam seus entes que trabalhavam no enfrentamento à COVID. Trabalhadores e trabalhadoras enfrentaram sem medo, com muita coragem, a COVID. Muitos deles carregam sequelas e precisam ser indenizados. Outros se foram, e as famílias deles precisam amparadas.

Portanto, é verdade, é memória, é justiça!

Documento 183/288

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 93.2021.B | Sessão Outro Evento | 19/10/2021-14:04 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Rejeição do Veto Total nº 42, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 827, de 2020, a respeito da suspensão do cumprimento de ações de despejo durante a epidemia de coronavírus. Suspensão pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, com base na Lei nº 14.216, de 2021, da ordem de despejo de famílias da Área J da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, em Macapá, Estado do Amapá.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) -
Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar a todos os que acompanham a sessão da Câmara dos Deputados desta tarde.

Anuncio que, no final de semana, o Amapá e o Brasil puderam vivenciar a importância do trabalho do Congresso Nacional. Nós conseguimos garantir, ainda que através de uma decisão do Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, a efetividade da Lei 14.216, de 2021, a Lei do Despejo Zero, que aprovamos. Eu tive a honra de ser o Relator da matéria no Plenário da Câmara. Ela foi aprovada, foi ao Senado Federal, foi modificada e voltou para a Câmara. Aprovamos as modificações feitas, e ela foi à sanção. Ela foi vetada integralmente pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro, que deu mais uma demonstração de falta de empatia com as pessoas que mais precisam neste País. O veto veio para o Congresso Nacional, e nós derrubamos o veto, tanto na Câmara quanto no Senado. A lei passou a vigorar no dia 7 de outubro de 2021. No entanto, havia uma decisão da Justiça Federal, de despejo, de remoção forçada, a ser executada pelo Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Estado do Amapá, prevista para a segunda-feira, dia 18. Não obstante haver a lei, não obstante a Defensoria Pública da União ter protocolizado, no dia 8 de outubro, ou seja, 1 dia depois de a lei ter entrado em vigor, um recurso, para a suspensão dessa reintegração de posse, a Justiça Federal do Amapá não analisou o recurso. No sábado à tarde, eu recebi a ordem de operação para desocupação, um flagrante descumprimento do que nós, legisladores, determinamos, ao promulgarmos a Lei 14.216, que estabelece, entre outras coisas, a suspensão dos efeitos de decisões judiciais prevendo a remoção forçada coletiva de áreas de ocupação urbanas. Então, a lei era muito clara, a ilegalidade era flagrante.

Eu mandei ofício ao Governador, que não se sensibilizou. Eu dialoguei com o Comandante da PM, que disse que tinha que cumprir a decisão porque era uma decisão judicial.

Srs. Parlamentares e sociedade, a lei era muito clara: nós proibimos, em função da pandemia do coronavírus, qualquer remoção, para as pessoas poderem ter segurança em saúde, até o dia 31 de dezembro deste ano.

No domingo, a Defensoria Pública da União...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP) - Vou concluir, Sr. Presidente.

No domingo, a Defensoria Pública da União teve que ingressar com um novo recurso, que foi apreciado às 10 horas de domingo. O Ministro Gilmar Mendes suspendeu a ordem de despejo e garantiu a eficácia da lei.

Quero parabenizar a militância do direito à moradia e a Defensoria Pública da União. O nosso mandato lutou muito e vai continuar lutando, para que possamos ter uma solução definitiva para a questão da moradia aqui no Amapá e para as pessoas que estão na Área J, da INFRAERO.

Estou feliz de ser Parlamentar, de ter sido Relator de uma lei que teve efetividade. Mas foi preciso ir à Justiça. Senão ela seria ignorada.

Parabéns ao Congresso Nacional por essa lei!

Documento 184/288

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 93.2021.B | Sessão Outro Evento | 19/10/2021-14:04 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Votação, pela respectiva Comissão Especial, do parecer apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre o pagamento de precatórios de forma parcelada. Fracasso do Governo Jair Bolsonaro. Manutenção pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, de aplicações financeiras em paraísos fiscais. Expectativa de indiciamento do Presidente da República pela CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, hoje a nossa sessão (*falha na transmissão*) enquanto acontece a votação, numa Comissão Especial, da chamada "PEC dos Precatórios".

É necessário que nós esclareçamos a sociedade que precatórios são dívidas da Fazenda Pública com terceiros.

Esses terceiros podem ser professores, aposentados, trabalhadores

em geral, prestadores de serviço, servidores públicos.

Na verdade, o que o Governo está pretendendo é simular que está atendendo aos que mais precisam, mas está dando um calote naqueles que esperam, há décadas, recepcionar um recurso que é seu - já houve trânsito em julgado, já há sentença judicial, portanto, para o pagamento -, que vai para as calendas gregas, o que cria uma bola de neve para o futuro em relação ao pagamento dessas dívidas da Fazenda Pública para com terceiros.

A PEC não está pronta para ser votada. Correu-se no plenário, com a realização de sessões em dias de sexta-feira e de segunda-feira, para que se pudesse votar a PEC dos Precatórios. A verdade é que há um simulacro de atenção aos que mais precisam. Por exemplo, no Estado da Bahia, de uma dívida de 8 bilhões, o que será pago, dentro dos critérios dessa proposta, da original, será o valor de 1 bilhão e meio, em precatórios. Então, é um calote.

Infelizmente, estamos vivenciando isso, a título de tentativa de salvação de um governo absolutamente naufragado. O Governo já naufragou. O Presidente da República não governa. O Sr. Paulo Guedes governa, do alto da sua fortuna, adquirida com informações privilegiadas, para a movimentação da sua estrutura bancária em um paraíso fiscal. Isso tudo nos assusta.

Aí vem, para complementar esta semana (*falha na transmissão*).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Houve um problema com a sua conexão, Deputada.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a CPI anuncia - e espero que de fato aconteça - o indiciamento de uma série de pessoas, inclusive e principalmente do Sr. Presidente da República (*falha na transmissão*) e muito menos o Presidente da República (*falha na transmissão*) resolver esse problema. Resolver o problema do Brasil não é dar calote de precatório, é botando Bolsonaro para correr.

Fora, Bolsonaro!

Documento 185/288

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 93.2021.B | Sessão Outro Evento | 19/10/2021-14:08 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - CARLOS JORDY-PSL -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |



Sumário

Indiciamento do orador pela CPI da Covid. Informação antecipada à TV Globo e a outros veículos da mídia, pelo Relator Renan Calheiros, de dados do relatório final do colegiado. Propósito da CPI da Covid de criminalização do Presidente Jair Bolsonaro e seus aliados. Tramitação, no Supremo Tribunal Federal, de ações penais contra o Senador Renan Calheiros. Encaminhamento de Representação à Procuradoria-Geral da República contra o Relator da CPI da Covid.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Excelências, na sexta-feira, todos nós vimos o que todos já sabíamos que aconteceria. Fomos "surpreendidos", entre aspas, pelas informações que foram noticiadas pelo *Jornal Nacional*. Aliás, o *Jornal Nacional* me procurou, para que eu falasse a respeito deste fato, o indiciamento pela "CPI do Circo". Eu estou indiciado por essa CPI. Fomos "surpreendidos", entre aspas, porque todos sabíamos que o relatório já estava pronto. Não tivemos acesso, mas Renan Calheiros, mais sujo que pau de galinheiro, deu conhecimento público para a Rede Globo e outros veículos da imprensa antes mesmo de apresentá-lo à CPI.

Renan Calheiros, como eu disse, já estava com esse relatório pronto desde o início, e a sua tentativa era a de incriminar o Presidente da República, Jair Bolsonaro, a de criar narrativas contra o Presidente Bolsonaro com relação ao enfrentamento à pandemia. Ele apenas foi pegando os aliados do Presidente Bolsonaro, tanto políticos quanto juristas, pessoas que têm um posicionamento favorável à condução do Presidente Bolsonaro, e os inserindo nesse relatório, que vale menos que papel higiênico - vale menos que papel higiênico. Ele propõe o indiciamento de 72 pessoas. Como disse, eu estou entre esses indiciados, por incitação a crimes, crimes absurdos que ele imputa ao Presidente e a outras pessoas. Vejam bem: Renan Calheiros, alguém que tem mais de 25 ações penais no Supremo Tribunal Federal - sabe-se lá por que que não andam -, pessoa que todos sabemos que representa aquela política putrefata, que é mais sujo que pau de galinheiro, propõe o indiciamento de alguém nessa "CPI do Circo". Trata-se de um circo, de um *show* de horrores que tenta fazer o brasileiro de palhaço, que tenta fazer a população brasileira de palhaço. Um relatório como esse, de uma CPI como essa, que deveria investigar, mas está sendo usada para fins políticos e partidários, é a tentativa de perseguir os aliados do Presidente Bolsonaro.

Renan Calheiros errou e comete crime ao vazar esse relatório antes de colocá-lo para o colegiado da CPI. Inclusive gerou até mal-estar com o "Omar de lama da corrupção" e outros Senadores. Estou

representando-o à Procuradoria-Geral da República, pela conduta tipificada no art. 38 da Lei nº 13.869, que é a de "antecipar o responsável pelas investigações, por meio de comunicação, inclusive rede social, atribuição de culpa, antes de concluídas as apurações e formalizada a acusação". Renan Calheiros, ao divulgar para a Rede Globo e para outros veículos de imprensa esse relatório, antes de o colegiado votá-lo, fez uma antecipação de culpa.

Eu sei por que ele incluiu essas pessoas, inclusive eu, no seu relatório. Porque eu venho sempre à tribuna para denunciar todos os crimes de corrupção que esse canalha, que deveria estar preso, já cometeu.

Renan Calheiros, mais sujo que pau de galinheiro!

Documento 186/288

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 93.2021.B | Sessão Outro Evento | 19/10/2021-14:12 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - VICENTINHO-PT -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Realização do 28º Encontro Estadual do Conselho do Mandato, em São Paulo, Estado de São Paulo. Agradecimento aos conselheiros, aos Prefeitos Municipais e Vereadores e ao frade dominicano Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto, pela participação no evento.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de lhes relatar um fato importantíssimo ocorrido no Estado de São Paulo, que foi a realização do 28º Encontro Estadual do Conselho do meu Mandato.

Esse conselho, que já existe desde o meu primeiro ano como Deputado, delibera - delibera - sobre as minhas ações, delibera sobre as verbas que eu tenho direito de indicar para projetos sociais, para Prefeituras, para o campo e para a cidade.

O evento contou com a presença grandiosa de representantes de mais de 190 cidades. No evento ouvimos a palestra feita pelo nosso grande Frei Betto, autor de 70 livros. Na palestra que fez, o grande Frei Betto demonstrou profunda sensibilidade humana, profunda solidariedade às vítimas da COVID, repetiu o que disse o Bispo de Aparecida, que nós temos que amar o Brasil, e não armar o Brasil, falou contra o ódio e falou da realidade do desemprego, pela qual o nosso povo está passando, e da fome, consequência de políticas negacionistas e de

retirada de direitos da nossa gente.

Obrigado, estimado Frei Betto.

Ele demonstrou também profunda solidariedade ao povo evangélico. Olha que coisa bonita: Frei Betto, católico, demonstrou um carinho extraordinário pela comunidade evangélica, lembrando que a comunidade evangélica está nas periferias, nas prisões e fazendo campanhas de solidariedade, de combate à fome.

Obrigado, querido Frei Betto, pela sua presença.

O encontro, Sr. Presidente, que começou às 9 horas da manhã e terminou quase meia-noite, deliberou sobre as verbas, item por item, de maneira transparente, democrática, o que não tem paralelo para grande parte dos Deputados. Não há orçamento secreto, o que é um crime, o que discrimina, o que exclui. Não. Ali se delibera sobre aquilo que nos cabe enquanto emenda impositiva.

Eu quero agradecer a todos os conselheiros, companheiros do campo e da cidade, ao movimento de mulheres, ao movimento negro, ao movimento sindical, a Vereadores e Prefeitos por termos vivido mais uma vez -- esse já foi o 28º encontro -- um momento de transparência e dedicação.

E mais, Sr. Presidente: são esses conselheiros que vão acompanhar a aplicação da verba.

Obrigado, conselheiras e conselheiros.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 187/288

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 93.2021.B | Sessão Outro Evento | 19/10/2021-15:04 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - AIRTON FALEIRO-PT -PA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Contentamento com a recuperação da saúde do Prefeito Edmilson Rodrigues, do Município de Belém, Estado do Pará, contaminado pela Covid-19. Realização, na Capital paraense, do Fórum Mundial de Bioeconomia e de evento promovido pelos povos indígenas em conjunto com agricultores familiares, organizações não governamentais e entidades sindicais.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, quero inicialmente compartilhar com V.Exas. a nossa alegria pelo anúncio da alta do nosso querido Prefeito da Capital do Pará, Belém, meu amigo e companheiro Edmilson Rodrigues.

Nós nos conhecemos na luta sindical e, depois, convivemos como Deputados na Assembleia Legislativa do Estado do Pará e também em parte deste mandato como Deputado Federal. Depois, ele se elegeu Prefeito daquela cidade.

Edmilson Rodrigues, além de ser um bom Parlamentar, um grande gestor, é um ser humano fantástico, muito querido pelo povo do nosso Estado do Pará.

Edmilson, um forte abraço! Força e fé! Você conseguiu dar a volta por cima e vencer a COVID. Pode contar com a nossa solidariedade, o nosso apoio e o nosso carinho!

Dito isso, Sr. Presidente, eu quero também falar de dois eventos que estão ocorrendo na nossa Capital paraense, a "Cidade das Mangueiras", a nossa querida Belém. Ocorrem ao mesmo tempo o Fórum Mundial de Bioeconomia, que debate sobre a economia mais adequada para a Amazônia, que envolve setores governamentais e empresariais, e um evento das populações tradicionais, dos povos indígenas, de agricultores familiares, de organizações sindicais e também de organizações não governamentais. Os dois eventos debatem qual é o melhor caminho para a economia se relacionar com o meio ambiente.

Eu sinceramente diria a V.Exas. que nós precisamos ter muita responsabilidade nesse debate. Nós temos um movimento muito forte desse capital liberal, que ignora os povos da Amazônia, que ignora o meio ambiente, que ignora um possível caos climático global.

Há outros grupos, como esse que está debatendo, que buscam uma solução na qual a intervenção humana na natureza venha a dialogar de forma responsável. Existe um terceiro movimento que quer desenvolvimento com inclusão social.

Portanto...

(Desligamento automático do microfone.)

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 93.2021.B | Sessão Outro Evento | 19/10/2021-15:12 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - SIDNEY LEITE-PSD -AM | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Apelo aos membros da CPI da Covid, especialmente ao Relator Renan Calheiros, de inclusão, no relatório final do órgão, do nome do Governador Wilson Lima e de outros envolvidos no desvio de recursos destinados ao enfrentamento da epidemia de coronavírus no Estado do Amazonas.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a CPI da COVID-19 no Senado da República mobilizou a atenção da população brasileira pelo apelo à questão do enfrentamento da pandemia e pelos milhares de brasileiros que tiveram suas vidas ceifadas. Por sinal, um dos tópicos da pandemia é o que ocorreu no meu Estado, o Amazonas, com aquelas cenas que nos entristeceram e percorreram o Brasil e o mundo.

Ontem, a CPI ouviu uma enfermeira do meu Estado que trabalha na cidade de Manaus, a enfermeira Mayra. Ela perdeu a irmã, vítima de COVID-19, no dia 10 de fevereiro deste ano, na cidade de Manaus. E ela relata a dor de filhos que ficaram órfãos. Foram quatro sobrinhos da Mayra que ficaram órfãos, sendo dois gêmeos de 4 meses, quando a irmã dela veio a óbito.

Essas cenas de milhares de amazonenses vítimas da doença, que entristeceram o Brasil e percorreram o mundo, não escondem também o lado mais cruel da história, que foi a corrupção que tomou conta de parte do Governo do Estado do Amazonas, o desvio de dinheiro público, como na denúncia da Procuradoria-Geral da República, acatada pelo STJ.

O Ministro Francisco Falcão destaca uma organização criminosa e coloca a figura do Governador como comandante dessa organização pela questão da compra de respiradores em uma loja de vinho, respiradores que, segundo o Ministro, custariam em torno de 17 mil reais, mas foram comprados por quase 100 mil reais.

Sr. Presidente, aqui eu faço um apelo aos membros da CPI, em especial ao Senador Renan Calheiros, para que o Governador do Amazonas e as pessoas envolvidas - que essa CPI tem como foco - sejam citados nesse relatório e que se cobrem as providências

necessária, porque, ainda hoje, milhares de amazonenses perecem pelo sistema de saúde, que não funciona, em filas para exame, para diagnóstico, para consulta, para cirurgia. Lamentavelmente é caótica a saúde pública no Estado do Amazonas.

Não houve só os descalabros que levaram a centenas de mortes no Amazonas em virtude da falta de oxigênio - até cantores fizeram doações para se colocar oxigênio em Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Leite. DEM - SP) - Conclua, Deputado, por favor.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM) - O Governo do Estado foi incapaz de adquirir um único cilindro de oxigênio ou de instalar uma usina de oxigênio para que essas cenas não acontecessem, como também não ampliou o número de leitos na capital do Estado.

Por isso, eu entendo ser necessário que a CPI cumpra o seu papel e traga no bojo do seu relatório também a responsabilidade do Sr. Wilson Lima, Governador do Estado do Amazonas, juntamente com outros responsáveis.

Solicito que minha fala seja divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 189/288

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 93.2021.B | Sessão Outro Evento | 19/10/2021-15:48 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Teor comovente de depoimentos prestados à CPI da Covid por familiares das vítimas do coronavírus. Responsabilidade do Governo Jair Bolsonaro pelas 603 mil mortes decorrentes da doença viral. Solidariedade ao Papa Francisco e ao Arcebispo Metropolitano de Aparecida, Dom Orlando Brandes, diante de ataques descompensados do Deputado Estadual de São Paulo, Frederico d'Avila. Contradição entre o quadro de fome, miséria e desemprego reinante no País, e a viagem paradisíaca do Deputado Eduardo Bolsonaro a Dubai, nos Emirados Árabes Unidos.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem eu tive a oportunidade de

ver e ouvir os depoimentos de parentes de vítimas da COVID-19 na CPI. É interessante que nenhum Senador da situação, bolsonarista, compareceu à reunião, mas o Senador Flávio Bolsonaro gravou um vídeo para estigmatizar os depoentes.

Esse depoimento dos familiares talvez tenha sido o mais impactante de toda a CPI. O número bruto dos 603 mil mortos da tragédia brasileira tem responsável. E lembro que não são apenas números, porque lá estavam seres humanos que comoveram o Brasil. E comoveram, porque a irresponsabilidade, o deboche, a negação do luto, o charlatanismo político de Bolsonaro, a negação das vacinas, do uso de máscaras, tudo isso mostrou que ele é a personificação da necropolítica em nosso País.

E foi lembrado hoje o "E daí?"; foi lembrada a imitação feita por Bolsonaro de pessoas com falta de oxigênio; foi lembrada a declaração de que ele não é coveiro. Isso é bolsonarismo na veia. E, quando aparece um Deputado bolsonarista no Estado de São Paulo, o Deputado Estadual Frederico D'Avila, atacando o Papa Francisco e Dom Orlando Brandes, Arcebispo de Aparecida, nós nos perguntamos: de onde saiu essa gente, esse esgoto humano? Bolsonaro é o inspirador disso; o bolsonarismo é o inspirador disso, dessa destruição.

Ontem, quando nós vimos fotos e vídeos de pessoas indo atrás de uma caçamba de lixo, para pegar alimentos e ossos jogados fora, quando 20 milhões de brasileiros têm fome, quando há 60 milhões de desempregados ou na informalidade em nosso País, aparece uma foto do Dudu Bananinha, o filho do Bolsonaro, vestido de *sheik* lá em Dubai. Eles debocham da dor, da fome, da miséria do povo brasileiro.

Sr. Presidente, nós queremos nos solidarizar com o Papa Francisco e com Dom Orlando Brandes. E, mais do que isso, eu quero dizer que o Brasil precisa dar um basta ao fascismo. O Brasil precisa responder à urgência que nós estamos vivendo. Está aqui o...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 190/288

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 93.2021.B | Sessão Outro Evento | 19/10/2021-15:56 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - PEDRO UCZAI-PT -SC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |



Sumário

Relevância da Associação Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da COVID-19 - Vida e Justiça. Realização, pela Casa, de Comissão Geral destinada ao debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19. Importância da instituição da Semana Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da Covid-19, e do Dia Nacional em Memória das Vítimas da Covid-19. Defesa da taxaçoão de grandes fortunas e do setor financeiro para financiamento de políticas de apoio às vítimas da Covid-19.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu gostaria de fazer uso da palavra neste momento, primeiro, para falar da importância da Associação Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da COVID-19 - Vida e Justiça. Depoimentos foram dados à CPI e trouxeram visibilidade à dor, ao clamor, ao sofrimento, ao luto das vítimas da COVID-19, expressados por pessoas concretas, com nome, endereço, como o Márcio, a Giovanna e os demais depoentes.

Hoje realizamos uma grande Comissão Geral na Câmara dos Deputados, trazendo não só depoimentos de vítimas, mas também de lideranças e entidades indicadas por vários partidos políticos da Casa. E acumulamos nesse debate, além da memória das vítimas, das manifestações de solidariedade e das sugestões de políticas públicas que devem ser construídas para enfrentar as sequelas de tanto sofrimento humano causado por essa tragédia e esse genocídio, a memória da verdade, da justiça e da reparação que queremos para as vítimas da COVID-19.

Também queremos ver aprovadas várias iniciativas legislativas no Parlamento em relação às vítimas, desde a instituição da Semana Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da COVID-19 ao Dia Nacional em Memória das Vítimas da COVID-19, que seria 12 de março, data em que houve a primeira vítima no Brasil. Além desses projetos, queremos ver aprovados vários projetos de lei que tributam os milionários, os super-ricos, as grandes fortunas, o setor financeiro, as altas rendas de pessoas físicas ou as fortunas das pessoas jurídicas, para financiar as políticas públicas e atender os milhões brasileiros e brasileiras sequelados pela COVID-19 e também as famílias dos 600 mil mortos, famílias que perderam seus entes, pais, mães, filhos, filhas, para a COVID-19.

Esse é o grande desafio da Semana Nacional que se promove no Brasil inteiro. Por meio da Associação Vida e Justiça, nós queremos defender a vida e defender a justiça a todas as vítimas da COVID.

Por isso, votar esses projetos é estratégico e, ao mesmo tempo,

responsabilizar...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 191/288

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 93.2021.B | Sessão Outro Evento | 19/10/2021-16:28 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Cenário de fome e insegurança alimentar reinante no País. Extinção do Programa Bolsa Família. Redução do valor do auxílio emergencial para 300 reais. Elevação dos preços de alimentos, de energia elétrica, do gás de cozinha e de combustíveis no País. Protesto contra o não pagamento de precatórios pelo Governo Federal.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o Brasil tem assistido, nos últimos dias, a cenas dramáticas que expressam a fome no nosso País. Vi cenas em Fortaleza de pessoas disputando o lixo que era despejado num lixão. Todos acompanhamos a disputa por ossos em Cuiabá. Mas não há só esses episódios. Infelizmente, cenas com essas características se espalham pelo País afora. Cerca de 30 milhões de brasileiros não têm segurança alimentar.

O Governo está extinguindo o Bolsa Família. Baixou o valor do auxílio emergencial, que era de 600 reais, para 300 reais, e esse benefício acaba agora, no fim deste mês. A carestia tomou conta do nosso País: o preço do óleo de soja subiu cerca de 90% em 12 meses; o do arroz, cerca de 70%; o da batata, 50%. É assim também com a energia, com o botijão de gás, com a gasolina, que já custa mais de 7 reais em boa parte dos Estados da Federação. Ainda esta semana, há mais um aumento da gasolina.

Qual é a solução que o Governo apresenta? Acabar com o Bolsa Família. E vem com o discurso do precatório, um calote que pretende dar naquelas dívidas consolidadas, dívidas que o Poder Judiciário já reconheceu. O Governo Federal tem o dever de prestar serviços, cumprir obrigações e pagar dívidas, mas ele não faz isso e quer dar calote. É um calote contra os mais pobres, contra aqueles que estão

passando fome, contra os aposentados, contra os trabalhadores que têm direito a esses benefícios, que têm o dever de lutar para ter acesso a uma condição digna.

Por isso, Sr. Presidente, nós estamos aqui para condenar esse calote que o Governo quer dar com essa história de precatórios e para condenar a extinção do Bolsa Família. Se substituirmos o Bolsa Família pelo programa que eles estão anunciando, isso cobriria metade daqueles que estão com o direito de acesso ao Bolsa Família, que precisam de uma renda. São mais de 30 milhões de brasileiros, e esse valor cobriria no máximo 7 milhões de brasileiros.

Chega! Fora, Bolsonaro! Ninguém aguenta mais!

Documento 192/288

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 93.2021.B | Sessão Outro Evento | 19/10/2021-16:36 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - CARLOS ZARATTINI-PT -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Anúncio, pelo Governo Federal, de lançamento do Programa Auxílio Brasil em substituição ao Programa Bolsa Família. Relevância do auxílio emergencial aprovado pelo Parlamento brasileiro. Redução do número de beneficiários do Programa Auxílio Brasil.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo diz que vai anunciar hoje o chamado auxílio verde e amarelo, um substituto para o Programa Bolsa Família, que foi um programa de sucesso reconhecido não só no Brasil como em todo o mundo, um programa que tirou milhões e milhões de brasileiros e brasileiras da extrema pobreza e da pobreza.

Eles querem apresentar um novo programa depois de um processo de pandemia que levou milhões de brasileiros à miséria, cuja vida já estava piorando e que foi agravada pela pandemia. Só não foi pior porque este Congresso aprovou um auxílio emergencial que vem salvando milhões de brasileiros. Foram 68 milhões de brasileiros que receberam o auxílio na sua primeira forma. Depois o Governo reduziu para 38 milhões. Agora o Governo diz que vai melhorar o Bolsa Família com o auxílio verde e amarelo e vai aumentar de 14 milhões para 17 milhões de pessoas. Só que, na verdade, o Bolsa Família já não está sendo pago desde o ano passado com a pandemia. O que vem sendo

pago é o auxílio emergencial para 38 milhões. No fundo, o Governo vai reduzir para 17 milhões de pessoas. Ou seja, 21 milhões de brasileiros vão deixar de receber o auxílio do Governo, seja ele auxílio emergencial, auxílio verde e amarelo ou o nome que se quiser. O fato é que é menos transferência de renda. E o Governo já vai romper o teto para pagar esse auxílio. Pois bem, que rompa o teto, mas que mantenha os 38 milhões de brasileiros e brasileiras recebendo esse auxílio verde e amarelo, que não seja uma embromação.

Não venha com *fake news*, Sr. Bolsonaro. Mais uma vez vem dizer que está melhorando o Bolsa Família, quando, na verdade, está retirando o auxílio de 21 milhões de brasileiros e brasileiras.

Nós esperamos que esse projeto venha para o Plenário para que este Congresso possa corrigir, mais uma vez, este Governo que não tem nenhuma piedade para com o povo brasileiro, que sofre com o aumento do custo de vida e com a fome.

Muito obrigado.

Documento 193/288

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 93.2021.B | Sessão Outro Evento | 19/10/2021-17:08 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Solidariedade ao Papa Francisco, ao Arcebispo Metropolitano de Aparecida, Dom Orlando Brandes, à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e à Igreja Católica, diante de ataques descompensados de Deputado Estadual de São Paulo. Posicionamento da comunidade cristã contrário ao armamento da população civil, e à disseminação do ódio e da violência. Desconexão entre o elevado contingente de brasileiros em situação de insegurança alimentar e fome, e os gastos de recursos públicos pela comitiva presidencial na viagem paradisíaca a Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. Revelação, pela CPI da Covid, do desrespeito à vida humana e da corrupção na compra de vacinas pelo Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros e brasileiras que nos acompanham pelos meios de comunicação da Casa, eu queria iniciar a minha fala também me solidarizando com a CNBB, com o Arcebispo D. Orlando Brandes, com o Papa Francisco, duramente atingidos por um Deputado, em São Paulo, que certamente buscava os seus 5 minutos

de fama e, por isso mesmo, não citarei o seu nome. Esse Deputado buscava atingir este que é o maior líder cristão da atualidade no mundo; o maior líder do humanismo cristão da atualidade no mundo, respeitado por todos os chefes de Estado e por chefes e líderes de outras religiões.

Portanto, deixo aqui a nossa palavra de apoio ao Arcebispo de Aparecida, à CNBB, à Igreja Católica, através do nosso Papa Francisco, para dizer que os cristãos brasileiros também não aprovam o desarmamento, também não apoiam o ódio, também não apoiam a violência e, portanto, se confraternizam nesse seu esforço de fazer presente na sociedade brasileira essa referência do Cristianismo no mundo.

O outro objetivo deste Deputado é, sem dúvida, cumprir com esta estratégia bolsonarista de criar cortinas de fumaça, em uma semana em que tomou o mundo as cenas de um carro de lixo sendo atacado pelo povo em busca de alimentação - é chocante, mas é verdade -, em um País com 20 milhões de pessoas que passam fome e 116 milhões de pessoas em insegurança alimentar. E é neste mesmo momento que a comitiva do Presidente da República vai à Dubai com 69 pessoas e gasta 3,6 milhões de reais - o que precisa ser esclarecido ao povo brasileiro. Em que gasta esta comitiva?

São estes os dois brasis infelizes: um, que não tem nada, que só tem desigualdade, fome, desemprego; e o outro, que faz graça da sua miséria, com esta comitiva de Dubai.

Nesta semana estamos todos acompanhando o resultado da CPI da Pandemia, que revelou para o Brasil o desrespeito à vida e a roubalheira na compra das vacinas, contra a economia do nosso povo.

Fora, Bolsonaro! Que o povo brasileiro tenha direito a uma vida sem ódios e sem armamento!

Muito obrigada.

Documento 194/288

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 93.2021.B | Sessão Outro Evento | 19/10/2021-17:12 |
| Publ.: DCD - 10/20/2021 - ALÊ SILVA-PSL -MG | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Arbitrariedade praticada pela CPI da Covid no indiciamento de autoridades e

empresários. Falta de condições morais e éticas do Relator a CPI, Senador Renan Calheiros. Defesa de arquivamento do relatório final do órgão. Declaração de voto favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2021, sobre a alteração da composição do Conselho Nacional do Ministério Público.

A SRA. ALÊ SILVA (PSL - MG. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, colegas. Boa tarde, Brasil. Hoje, 19 de outubro, sem muita surpresa, recebo aqui uma notícia, via imprensa, dizendo o seguinte: "*De Bolsonaro a Hang, Renan pede o indiciamento de 72 pessoas e empresas*". Ora, pois. Será por que não me sinto nem um pouco surpresa em ver esta matéria e ler os nomes aqui indiciados? Porque toda esta CPI, todo este processo investigatório está eivado de pura nulidade; primeiramente, a começar pela índole do seu signatário, do Relator que assina este indiciamento - pessoa sem menor capacidade moral e ética para dizer quem errou e quem acertou.

Outra coisa, os brasileiros, mesmo os brasileiros do contra, aqueles brasileiros que até mesmo se dizem hoje contrários ao Presidente Bolsonaro, assistiram perplexos, o *show*, o circo de horrores e de vergonha a que nos foi exposto por esta CPI, a "CPI do Circo".

Então, estamos aqui bastante tranquilos, eu e os meus amigos, principalmente meus amigos que foram indiciados, porque sabemos que, uma vez eivado de nulidades, de suspeitos, de arbitrariedades, de atos irregulares, de testemunhas que foram inquiridas como se estivessem enfrentando um tribunal inquisitório dos tempos antigos, este relatório há de ser anulado e arquivado pela Justiça, porque, de acordo com a nossa lei processual, aprovada por este Parlamento, outro destino não há de se dar a este relatório.

Presidente, aproveito ainda a oportunidade para falar da Proposta de Emenda à Constituição nº 05, de 2021, a PEC 05/21. Hoje, lendo o resultado final desse trabalho feito em conjunto com o Relator e as Lideranças da Casa, após muitos debates, cheguei a seguinte conclusão: as vozes que ainda se voltam contra o relatório da PEC 05/21 são vozes em defesa de uma classe e não de uma causa, o que não tem guarida nas nossas pautas, na nossa agenda liberal e não resguarda vínculo com as nossas pautas anticorrupção. Portanto, já declaro aqui, desde já, o meu voto favorável à PEC 05.

Presidente, por gentileza, peço a V.Exa. que a minha fala seja divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigada.

93.2021.B Sessão Outro Evento 19/10/2021-17:16

Publ.: DCD - 10/20/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Solidariedade ao Papa Francisco e ao Arcebispo Metropolitano de Aparecida, Dom Orlando Brandes, diante de ataques verbais desferidos por Deputado bolsonarista de São Paulo. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela morte de milhares de brasileiros em decorrência da Covid-19. Agravamento da fome e elevação dos preços do gás de cozinha no País. Preocupação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, do Papa Francisco e do Arcebispo de Aparecida, Dom Orlando Brandes, com a fome, a carestia e o meio ambiente.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero aqui da tribuna desta Câmara dos Deputados, saudando o nosso povo, prestar a minha solidariedade ao Arcebispo D. Orlando Brandes, à CNBB e também ao Papa Francisco que, de maneira covarde, foram atacados por um Deputado bolsonarista da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Tanto D. Orlando quanto o Papa Francisco e a CNBB jamais se colocaram como pessoas indiferentes. Quando se fala da questão das armas, há uma clara demonstração de que não há indiferença.

Como não ser indiferente no Brasil que estamos vivendo, diante de mais de 600 mil pessoas que morreram, grande parte delas, centenas de milhares, pela negligência e pela omissão de um Governo que é indiferente? Se o Governo brasileiro é indiferente, a CNBB, o D. Orlando e o Papa Francisco não são indiferentes.

Como ser indiferente em um país onde as pessoas estão comendo osso, onde as pessoas estão indo para um carro de lixo, como nós vimos nesta semana, porque estão morrendo de fome, estão passando fome, estão querendo dar comida para os seus filhos? A CNBB, o Papa Francisco e o D. Orlando não são indiferentes a essa situação.

Como ser indiferente em um país como o nosso, onde uma mãe morre queimada e deixa um filho de 8 meses quando foi cozinhar o alimento com álcool porque não tinha condições de comprar um gás de cozinha de 130 reais? A CNBB, o D. Orlando e o Papa Francisco não estão indiferentes, ao contrário do Presidente Jair Bolsonaro, cuja marca maior como Presidente deste País é a indiferença, principalmente com

as pessoas mais pobres.

Como ser indiferente diante da Amazônia que está queimando, do Pantanal que está queimando, dos biomas que representam a biodiversidade brasileira? Diante dessa situação, a CNBB, o D. Orlando e o Papa Francisco não estão indiferentes, ao contrário do Presidente Jair Bolsonaro.

Então é isso. A indiferença é um dos grandes pecados. E, infelizmente, essa fala do Deputado bolsonarista de São Paulo, na verdade, é um ataque a todos os homens e mulheres que lutam contra as injustiças neste País, assim como lutou Jesus Cristo, principalmente pelas pessoas mais pobres.

"Não" à indiferença do Governo Bolsonaro e "sim" àqueles que lutam por justiça neste País!

Eu peço o registro do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 196/288

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 94.2021.B | Sessão Outro Evento | 20/10/2021-13:28 |
| Publ.: DCD - 10/21/2021 - PADRE JOÃO-PT -MG | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Gravidade dos crimes atribuídos ao Presidente Jair Bolsonaro pela CPI da Covid. Tentativa do Presidente da República de desestruturação do Programa Bolsa Família. Comprometimento do Governo Jair Bolsonaro com as elites e o mercado financeiro. Imediata deliberação de indiciamentos e denúncias apresentadas pela CPI da Covid. Omissão do Presidente Arthur Lira na abertura de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, também peço a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

O novo relatório da CPI do Senado traz acusações muito sérias e graves contra o Presidente Bolsonaro, como crime contra a humanidade, três situações de extermínio, perseguição e atos desumanos.

Na verdade, já vimos denunciando há mais de ano a crueldade, a

omissão e a covardia do Presidente da República. Esperamos que providências sejam tomadas como desdobramentos dessa CPI. São denúncias que inclusive já foram feitas também à cortes internacionais. São crimes, Presidente, que têm respaldo, de certa forma, nas duas Casas, sobretudo aqui na Câmara. São ataques contínuos a toda a população brasileira, sobretudo aos povos e comunidades tradicionais e, aqui, de maneira objetiva, aos indígenas.

Mas, além das 600 mil pessoas que morreram por omissão, covardia, crueldade, estratégia do Governo, e tantos milhões de fome, numa situação vulnerável, quando celebramos os 18 anos do Bolsa Família, o Governo tenta desmontar esse programa, o que, na verdade, é um vexame, e vem com uma *fake news* dizendo que vai aumentar valores, mas não tem recurso e desrespeita todo um programa consolidado com a participação dos Municípios.

Então, não há governo para o povo brasileiro. É um governo para a elite, um governo que atende somente o mercado financeiro. É um governo, na verdade, cruel. É por isso que os desdobramentos da CPI são urgentes.

Sr. Presidente, esta Casa tem sido omissa quando não pauta um dos mais de cem pedidos de *impeachment* do Presidente Bolsonaro. Esta Casa, infelizmente, com este mandato do Deputado Lira, entra para a história de uma maneira vergonhosa. Envergonha o Parlamento brasileiro essa omissão, esse conchavo. O bolsonarismo não pode continuar.

Documento 197/288

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 94.2021.B | Sessão Outro Evento | 20/10/2021-13:32 |
| Publ.: DCD - 10/21/2021 - ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Congratulações aos membros da CPI da Covid. Gravidade dos crimes atribuídos aos denunciados pelo órgão. Superação da marca de 600 mil mortes no País pelo coronavírus. Repúdio à postura do Presidente Jair Bolsonaro com relação à Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas da doença viral.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, ao cumprimentá-lo, cumprimento todos os pares.

Creio que é nosso dever registrar e avaliar o trabalho da CPI da

COVID, que está sendo finalizado pelo Senado Federal. Quero cumprimentar o Senado pela iniciativa e, especialmente, os membros que atuaram na CPI pelos resultados.

É claro que nós temos que nos orientar pelo mérito. Por que essa CPI é fundamental? Porque tudo aquilo que nós denunciávamos a contágios, à medida que ia acontecendo, a CPI aglutinou. O resultado foi uma proposta de indiciamento de 66 pessoas e duas empresas, por um total de 23 crimes.

Aí, eu quero, de forma telegráfica, dizer quais são os crimes caracterizados. Eles são, entre outros: infração de medida sanitária preventiva; charlatanismo; incitação ao crime; falsificação de documento particular; emprego irregular de verbas públicas; prevaricação; crimes contra a humanidade nas modalidades extermínio, perseguição e outros atos desumanos.

Não há o que comemorar, visto que já morreram mais de 600 mil pessoas. Essa CPI entra para a história, na medida em que procura fazer um relato publicamente e, portanto, da forma mais honesta possível. Os depoentes tiveram oportunidade de se explicar e de se defender, só que não conseguiram. Vários Ministros estão sendo indiciados. O próprio Presidente da República vira alvo.

E não há como contestar o trabalho da CPI, na medida em que o próprio Presidente da República, depois de mais de 600 mil mortes no Brasil, num trabalho internacional em que, naturalmente, representava o Brasil, tem que comer um pedaço de pizza - e o faz demagogicamente - fora do restaurante, porque lá a pessoa tem que ter pelo menos a vacina para poder comer dentro dos estabelecimentos.

Ele era o único, entre 20 chefes de Estado, que faz questão de arrotar a sua ignorância dizendo que não tinha se vacinado.

Sendo assim, temos o dever também de homenagear as vítimas e de nos solidarizar com as famílias e amigos. Essa é a maior tragédia nacional de todos os tempos. Pode não ser só tragédia, até porque teve ato deliberado, como esta CPI mais uma vez confirmou. Assim, devemos nos preparar para o futuro, mas, daqui até lá, combater possibilidade de ainda continuar havendo mortes. A pandemia ainda não acabou, é um processo mundial, e o Brasil lamentavelmente está entre os piores países, no sentido de conduzir bem o combate à pandemia.

Obrigado.

94.2021.B Sessão Outro Evento 20/10/2021-13:36

Publ.: DCD - 10/21/2021 - JUNIO AMARAL-PSL -MG

CÂMARA
DEPUTADOS

DOSBREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Contrariedade à exigência de passaporte sanitário para acesso dos Parlamentares às dependências da Câmara dos Deputados. Caráter jocoso do relatório final da CPI da Covid. Não investigação, pelo órgão, de denúncias de desvio de recursos federais destinados ao combate à epidemia de coronavírus. Alerta sobre a inclusão de ideologia de gênero na rede mineira de ensino público.

O SR. JUNIO AMARAL (PSL - MG. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente e nobres pares. Já no início do discurso, para depois não esquecer, quero solicitar que a nossa manifestação seja divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Leite. DEM - SP) - Será feito.

O SR. JUNIO AMARAL (PSL - MG) - Primeiro, eu quero repudiar e menosprezar a manifestação do Presidente desta Casa insinuando a provável exigência de um passaporte sanitário para que nós Parlamentares frequentemos esta Casa.

Que eu saiba, essa aberração não foi aprovada, até mesmo pela sua inconstitucionalidade. E nós, sendo legisladores, não podemos dar esse péssimo exemplo ao restante do País. Não vou me curvar a essa decisão, apesar de não ter ficado tão claro ali no seu Twitter ontem, mas para mim está nas entrelinhas, que insinuam a exigência dessa aberração para que nós Parlamentares frequentemos o plenário desta Casa.

Quero falar sobre o patético relatório da CPI. É claro, saiu há pouco, não tive como ler todo o conteúdo, mas, em resumo, pelo que está sendo divulgado, é uma grande piada com a população brasileira. Todo esse tempo trabalhado, dedicado, um enorme gasto de recurso público, da atenção da sociedade para isso, para essa peça que muito mais se refere a uma piada, a uma gozação com a cara da população brasileira do que a algo produtivo, algo que poderia auxiliar a nossa Nação no combate à COVID e à corrupção. Mas quem está conduzindo os trabalhos não vai apurar a corrupção, tendo em vista o seu histórico, mais sujo... Não sei se mais sujo, mas talvez semelhante ao do maior criminoso da nossa história: o ex-Presidente Lula.



E eu quero, neste minuto final, Presidente, alertar os pais de alunos da rede pública de ensino de Minas Gerais. E eu estou falando de um Estado que é comandado pelo Partido Novo. Não estou falando do Piauí, não estou falando do Rio Grande do Norte ou do Ceará. Estou falando de Minas Gerais. O conteúdo a que tive acesso hoje, na semana dois do primeiro ano do ensino médio, para pré-adolescentes, adolescentes de 14 anos, 15 anos, falando sobre gênero.

Está aqui: "*Desde a infância, percebemos que somos diferentes de outras pessoas. Uma característica que demonstra essa diversidade é em relação ao nosso gênero*". O material está falando que até as crianças demonstram essa diferença.

Governador Romeu Zema, debaixo do seu nariz! Eu imagino que o senhor não saiba o que está acontecendo aí, é claro.

Fica registrada a nossa denúncia, o nosso alerta ao Governo, principalmente aos pais. Acompanhem seus filhos, porque isso aqui é material escolar na rede de ensino de Minas Gerais.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 199/288

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 94.2021.B | Sessão Outro Evento | 20/10/2021-14:08 |
| Publ.: DCD - 10/21/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Apresentação do relatório final da CPI da Covid. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro por 400 mil mortes decorrentes do coronavírus. Cenário de fome reinante no País. Elevação das espirais inflacionárias. Prática do crime de genocídio pelo Presidente da República. Gestão desastrosa do Ministro da Economia, Paulo Guedes. Gravidade dos crimes atribuídos ao Presidente da República pela CPI da Covid. Imediato afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Deputada Alê Silva, é um prazer estar na tribuna com V.Exa. na direção dos trabalhos.

Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, o Senado está fazendo a leitura do resultado de meses de trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga os crimes cometidos pelo Governo Jair

Bolsonaro e pelo próprio Jair Bolsonaro durante o processo de pandemia no Brasil. Nós temos um número: mais de 600 mil mortos no Brasil. Esse número aponta para erros cruciais que foram cometidos pelo Governo .

Mas o que a CPI revela é que além de erros, se cometeram crimes. Epidemiologistas que depuseram na CPI dizem que o Presidente da República, por causa das suas ações, é responsável, pelo menos, por 400 mil mortes, que poderiam ter sido evitadas e deveriam não ter ocorrido, mas a teimosia, o obscurantismo, o negacionismo do próprio Presidente da República levou a essas mortes. E citam como exemplo, Deputados, o atraso nas vacinas. Só o atraso da Pfizer e da Coronavac fez com que 100 mil pessoas morressem. Poderiam não ter morrido, se não houvesse o atraso dessas vacinas, impulsionado pelo Presidente da República, sem falar nas sequelas que ocorreram posteriormente.

E se vemos que o Governo boicotou as ações dos Governadores, de Prefeitos, ações de *lockdown*, por exemplo, vamos acrescentar mais 200 mil mortes, que aconteceram antes do período da vacina.

Um Governo que apostou na imunidade de rebanho, insistiu nisso. Se nós tivermos um júri, pelo menos semiparcial, depois que este Presidente sair do comando do Brasil, ele ganhará anos e anos de cadeia e provavelmente passe a vida inteira na cadeia. E é isso o que vai acontecer. Por isso o desespero da família Bolsonaro agora.

E disseram que tudo isso era para melhorar a economia do Brasil, e agora o nosso povo está comendo osso e subindo em caminhão caçamba para poder apanhar restos de comida. Esse é o retrato do Brasil.

Portanto, do ponto de vista da economia, este é um Governo também arrasador. O Brasil é um dos piores do mundo no quesito inflação. O Governo, portanto, agiu na pandemia como homicida, como genocida. Bolsonaro é, sim, um genocida! E, durante todo este período, ele dizia que fazia isso para salvar a economia.

O Ministro Paulo Guedes é o desastre do desastre na ação na economia no Brasil. Este é o Governo Bolsonaro.

Desesperados estão, agora, com o resultado que estão vendo dentro da CPI - uma CPI que coloca o Presidente em pelo menos 12 crimes: prevaricação, charlatanismo, incitação ao crime, epidemia com resultado de morte, falsificação do documento, emprego irregular de verba pública, infração de medida sanitária preventiva, crime contra humanidade de extermínio, crime contra a humanidade de perseguição, crime contra a humanidade de atos desumanos, crime de

violação de direito, crime de responsabilidade.

Fora, Bolsonaro genocida!

Documento 200/288

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 94.2021.B | Sessão Outro Evento | 20/10/2021-14:12 |
| Publ.: DCD - 10/21/2021 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Indignação com o anunciado despejo de famílias da Vila São João determinado pelo Prefeito Dr. Marcelo Belitardo, do Município de Teixeira de Freitas, Estado da Bahia. Solicitação, ao Governador Rui Costa e à Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de adoção de providências a respeito do caso. Indiciamento pela CPI da Covid do Presidente Jair Bolsonaro, Ministros, ex-Ministros e Parlamentares.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está acontecendo um grande absurdo, uma violência contra o povo de Teixeira de Freitas. Aqui foi construído um bairro - os lotes foram entregues pelo Prefeito da época, Temóteo Brito - numa área desapropriada. Foi depositado dinheiro em juízo para que fosse feito o loteamento e, ao mesmo tempo, uma expansão do polo industrial.

Agora o novo Prefeito, o Dr. Marcelo Belitardo - que é da mesma escola de pensamento de Bolsonaro, não gosta do povo, não defende pobre, do DEM da Bahia -, tomou uma decisão: vai devolver o dinheiro, os 400 mil reais depositados em juízo, porque não quer prosseguir com processo de desapropriação, e vai despejar as famílias que estão morando lá há mais 3 anos - elas construíram suas casas, estão todas estruturadas. Até o carro do lixo ele proíbe de entrar no bairro, na Vila São João. Isso é um absurdo!.

Conversei com o Governador Rui Costa para tomarmos providência sobre isso e, ao mesmo tempo, vou encaminhar a denúncia à Comissão de Direitos Humanos. Não podemos, de forma alguma, aceitar que o Prefeito de uma cidade tão importante como Teixeira de Freitas trate o povo desta forma.

Por isso, vamos defender as famílias - são mais de 300 famílias. Vamos defendê-las porque estamos vivendo um período difícil, em que a fome e a miséria bate à porta das pessoas. Não se pode, de forma

alguma, despejar essas famílias.

Tenho certeza de que o Governador Rui Costa não vai aceitar isso e tampouco o Poder Judiciário vai aceitar dar despejo de famílias naquele loteamento que foi legalizado e entregue pelo Prefeito. Agora, querer despejar?! De forma alguma, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, aproveito ainda a oportunidade para falar que hoje também está sendo discutido o relatório da CPI da COVID, que indiciou o Governo Bolsonaro por vários crimes - Bolsonaro, ex-Ministros, Ministro e Deputados.

Isso deixa evidente para todos nós que Bolsonaro trabalhou todo esse período para poder destruir o País.

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 201/288

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 94.2021.B | Sessão Outro Evento | 20/10/2021-14:24 |
| Publ.: DCD - 10/21/2021 - MERLONG SOLANO-PT -PI | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Comprovação, pela CPI da Covid, de série de crimes praticados pelo Presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento à epidemia de coronavírus. Vinculação entre a morte de milhares de brasileiros pela doença viral e o negacionismo do Presidente da República, notadamente quanto à aquisição de vacinas.

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, a CPI da COVID conclui seus trabalhos lançando muita luz sobre a política de morte seguida pelo Presidente Bolsonaro, comprovando, com fartas provas, amparadas em documentos e em depoimentos, os muitos crimes cometidos pelo Governo em relação à pandemia, cujo combate ele boicota desde o princípio, quando a classificou apenas como uma "gripezinha". Depois, rejeitou totalmente o distanciamento social, negou sempre o uso da máscara, promoveu a cloroquina como sendo a salvação e recorreu à corrupção na hora de comprar a vacina, à qual ele sempre resistiu, porque queria apenas a vacina da AstraZeneca.

Negou a vacina Coronavac e deixou de comprar, no momento certo, 70 milhões de doses da vacina da Pfizer, com a opção de começar a receber as primeiras doses a partir de dezembro de 2020, tal como aconteceu com outros países com os quais a Pfizer fechou contrato.

Fica, então, a pergunta: quantas pessoas morreram a mais porque Bolsonaro deixou de comprar 70 milhões de doses da Pfizer em agosto do ano passado, com a opção de começar a receber o primeiro lote a partir de dezembro de 2020?

É óbvio que, se tivesse assinado esse contrato, ele teria acelerado o processo de vacinação. A desculpa dada pelo Pazuello de que a lei não permitia a assinatura do contrato não se sustenta. Isso porque, na hora em que o Governo decidiu recorrer à vacina, em cerca de 15 dias, o Congresso Nacional aprovou a lei que deu segurança jurídica para a assinatura do contrato.

Portanto, se isso tivesse sido feito em agosto, em setembro, o contrato já teria sido assinado, e, em dezembro, teríamos começado a receber as doses da Pfizer, o que, com certeza, teria ajudado a salvar milhares e milhares de vidas de brasileiros e brasileiras. Muitas famílias estão chorando em razão desta grave omissão, em razão deste grave crime.

Agora, é hora de acompanharmos o resultado do relatório da CPI junto ao Ministério Público e à sociedade, para que as providências certas sejam adotadas no sentido de prevenir que crimes desta natureza, que correspondem ao genocídio de brasileiros e brasileiras, jamais possam ser praticados por quem governa o nosso amado Brasil.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado nas redes de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 202/288

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 94.2021.B | Sessão Outro Evento | 20/10/2021-14:36 |
| Publ.: DCD - 10/21/2021 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Gravidade dos crimes atribuídos ao Presidente Jair Bolsonaro pela CPI da Covid. Omissão da Câmara dos Deputados na abertura de processo de impeachment contra o Presidente da República. Congratulações aos membros da CPI pela divulgação do relatório final do órgão. Protesto contra a retirada,

do relatório da CPI, do crime de genocídio praticado contra os povos indígenas. Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) - Muito boa tarde, Sr. Presidente.

Eu uso a tribuna hoje para parabenizar pelos trabalhos realizados a CPI da COVID, que deu a oportunidade ao povo brasileiro de conhecer a conduta criminosa do Presidente Jair Bolsonaro, em particular. Foram listados nove crimes cometidos por ele, como crime de responsabilidade, crime contra a humanidade. Eu vou citar apenas alguns nesta oportunidade: crime de epidemia com resultado de morte; de infração a medidas sanitárias preventivas; charlatanismo; prevaricação; emprego irregular de verba pública; incitação ao crime. Enfim, são diversas causas de efeitos perversos para a sociedade.

Eu lamento que a Câmara dos Deputados sirva, hoje, de um anteparo - - ela é o órgão que representa o povo brasileiro --, proteja não apenas os crimes cometidos pelo Presidente na pandemia, mas também os crimes contra a democracia. Inúmeras razões esta Câmara dos Deputados teria para abrir o processo de *impeachment* contra o Presidente, e ela infelizmente se omite.

Então, hoje, com a divulgação do relatório da CPI da COVID, eu quero parabenizar os Senadores. Quero parabenizar o Senador Randolfe Rodrigues, que é do Estado do Amapá, por ter tido a iniciativa de apresentar aquele requerimento que deu a oportunidade ao povo brasileiro de conhecer as atitudes criminosas daqueles que foram eleitos para defender o povo, para administrar, para construir políticas públicas.

Lamento também que o crime de genocídio contra os povos indígenas tenha sido retirado do relatório final da CPI. Eu acompanhei aqui na Câmara dos Deputados, e nós vimos que o Governo Federal não agiu para defender os povos indígenas brasileiros. Nós tivemos pelo menos mil mortes que foram causadas pela decisão deliberada do Governo de não proteger os povos indígenas.

Os números variam entre 120 mil pessoas e mais do que isso que morreram por falta de política pública. Na pandemia, custaria vidas, porque custou vidas no mundo inteiro, mas custaria mais de 150 mil vidas a menos perdidas, se o Governo Federal, o Presidente Jair Bolsonaro, não tivesse agido de forma anticientífica, contra as medidas...

(Desligamento automático do microfone.)

Se o Presidente da República tivesse agido da maneira correta, milhares de

famílias poderiam estar hoje com seus parentes, com seus amigos, com as pessoas que amam. Eu quero me solidarizar com as famílias das vítimas. A minha família também perdeu entes queridos para a COVID-19.

Quero dizer esse é um grande trabalho e que essas mortes não podem ficar em vão. As autoridades...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 203/288

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 94.2021.B | Sessão Outro Evento | 20/10/2021-14:44 |
| Publ.: DCD - 10/21/2021 - JOÃO DANIEL-PT -SE | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Homenagem aos beneficiários do Programa Bolsa Família, ao ensejo do transcurso do 18º aniversário de sua criação. Defesa de valorização do salário mínimo e da instituição de novo programa social nos moldes do Bolsa Família. Defesa de criminalização, pela CPI da Covid, do Presidente Jair Bolsonaro, de Ministros de Estado e outros membros de sua equipe.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Presidente, queria saudar V.Exa. e todos os Parlamentares, na pessoa do Deputado Enio Verri, e todos os que acompanham esta sessão.

No dia de hoje quero homenagear todas as famílias brasileiras beneficiárias do Programa Bolsa Família. São 18 anos de história do Bolsa Família. Foi o Presidente Lula o primeiro Presidente da história do Brasil que fez esse grande programa, que ajudou a tirar milhões de brasileiros e brasileiras da fome e da miséria.

É com programas como esse que o Brasil precisa cuidar da vida das pessoas e da economia. Esse recurso fica nos Municípios. Esse programa ajuda a educação pública e garante que as nossas crianças continuem na escola. Nós queremos homenagear todas as famílias e dizer que o Brasil precisa de um Presidente que olhe com o coração, com a alma o povo brasileiro.

Quero saudar o Presidente Lula e todos os ex-Ministros que defenderam esse programa, assim como o saudoso defensor da luta pelo direito à alimentação, o Betinho. Quero saudar todos os ex-Ministros na pessoa de Patrus Ananias e todas as ex-Ministras na pessoa de Tereza Campello.

O Brasil pode voltar a ser feliz, pode voltar a ter programas sociais, pode voltar a ter um Bolsa Família que valorize as pessoas, pode voltar a ter um salário mínimo valorizado, pode voltar a ter um Presidente que olhe para o povo brasileiro, em especial para os mais pobres.

Quero pedir que sejam divulgados nos meios de comunicação desta Casa, em especial no programa *A Voz do Brasil*, a nossa saudação a todas as famílias beneficiárias do Bolsa Família e o registro do nosso compromisso de defender sempre programas de renda, programas de distribuição de riqueza.

Para encerrar, quero dizer que espero que a CPI do Senado Federal faça aquilo que deve fazer: colocar onde deve ser colocado este Presidente genocida, os seus Ministros e sua equipe. São assassinos, são genocidas e merecem dura punição da Justiça brasileira.

Um abraço, Presidente.

Documento 204/288

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 94.2021.B | Sessão Outro Evento | 20/10/2021-14:48 |
| Publ.: DCD - 10/21/2021 - PEDRO UCZAI-PT -SC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Indiciamento do Presidente Jair Bolsonaro por crimes de extermínio e contra a humanidade, dentre outros, no relatório final da CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Anúncio de apresentação, pela Associação Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da Covid-19 - Vida e Justiça, de denúncias contra o Presidente Jair Bolsonaro junto a tribunais nacionais e internacionais.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, está chegando ao final a "CPI da COVID".

Eu participo da mobilização nacional da constituição da Associação Nacional Vida e Justiça, em apoio às vítimas da COVID-19 e em defesa dos seus direitos. Indicamos, através dessa associação, os

depoimentos à CPI e à Comissão Geral realizada aqui, no dia de ontem.

A imputação, pelo Relator da CPI, de nove crimes ao Presidente Jair Bolsonaro é a consolidação e a clareza para a sociedade brasileira de que a memória vai ser garantida às vítimas da COVID, que a verdade vai ser sacramentada na documentação e na comprovação da responsabilização, por diferentes crimes, de Jair Bolsonaro. Nós da Associação Nacional Vida e Justiça vamos buscar a reparação e fazer justiça às vítimas da COVID. Não são seiscentas e poucas mil famílias que perderam familiares, são milhões de sequelados, devido à teoria da imunidade de rebanho, que fez proliferarem o vírus e a morte, patrocinada por Jair Bolsonaro.

De todos os crimes, o mais grave apontado pelo Relator é o crime contra a humanidade, por extermínio, por negligência, por ação e por omissão. Portanto, Deputado Leo de Brito, jurista que aqui está, quando se discute genocídio ou crime contra a humanidade, a compreensão jurídica está correta: é crime contra a humanidade. Além da possibilidade de extermínio de grupos étnicos, o que aconteceu com a pandemia no Brasil? Ela atingiu diferentes setores sociais, diferentes segmentos sociais, diferentes populações deste País.

Portanto, é crime contra a humanidade, que poderá ser julgado por tribunais internacionais, como o Tribunal Penal Internacional, de Haia.

A Associação Nacional Vida e Justiça também vai apresentar a denúncia a organismos e tribunais nacionais e internacionais. A partir de hoje, a nossa luta é a de incriminar o Presidente, para reparar e fazer justiça às vítimas da COVID.

Documento 205/288

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 94.2021.B | Sessão Outro Evento | 20/10/2021-15:00 |
| Publ.: DCD - 10/21/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Solidariedade aos familiares das vítimas do coronavírus no Brasil. Congratulações aos membros da CPI da Covid, pela apresentação do relatório final do órgão. Indiciamento pela CPI do Presidente Jair Bolsonaro e seus filhos, bem como de Ministros e ex-Ministros de Estado. Gravidade dos crimes atribuídos ao Presidente da República no relatório final da CPI da Covid.



O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que assiste a esta sessão, inicialmente, neste dia - e é um dia histórico, em que a CPI da COVID apresenta o seu relatório, depois de um trabalho acurado e muito bem feito pelo Presidente Omar Aziz, pelo Relator Renan Calheiros e pelos vários Senadores que fazem parte daquela CPI -, eu gostaria de me solidarizar com as mais de 604 mil vítimas da COVID-19. Os parentes de algumas delas, inclusive, estiveram esta semana na tribuna da Câmara dos Deputados e fizeram relatos que nos comoveram a todos.

Quero parabenizar a CPI pelo trabalho feito. O relatório apresentado pelo Relator Renan Calheiros indiciou 68 pessoas e 2 empresas. Entre os indiciados está o próprio Presidente Jair Bolsonaro, seus três filhos, seis Ministros e ex-Ministros, entre eles o ex-Ministro da Saúde Eduardo Pazuello, o principal deles, que inclusive envergonha o Exército Brasileiro, as Forças Armadas brasileiras. Na semana que vem será votado esse relatório que, espero, seja aprovado. O relatório deve ser encaminhado à Procuradoria-Geral da República, ao Ministério Público nos Estados e também ao Tribunal de Contas da União, em razão dos gastos que foram feitos de maneira irregular nessa gestão omissa, na péssima gestão que o Governo Federal teve durante a pandemia.

Mas quero falar dos crimes cometidos. O Presidente Bolsonaro foi indiciado em nove crimes. Estou falando, Deputada Erika Kokay, de epidemia com resultado de morte, infração de medida sanitária preventiva, charlatanismo, incitação ao crime, falsificação de documento particular, emprego irregular de verbas públicas, prevaricação, crimes de responsabilidade - violação de direito social e incompatibilidade com dignidade, honra e decoro do cargo -, mas principalmente, e quero destacar, crimes contra a humanidade. O Presidente Jair Bolsonaro está sendo indiciado por crimes contra a humanidade: extermínio, perseguição e atos desumanos.

São muito importantes as respostas que este Congresso Nacional dará para tamanha negligência, tamanha falta de sensibilidade. Os responsáveis por esse morticínio, que atingiu tantas pessoas, devem pagar por isso. E eu espero que, na semana que vem, esse relatório seja aprovado pela maioria dos Senadores e encaminhado para as autoridades, e que essas pessoas, entre elas o Presidente Jair Bolsonaro, que pode pegar até 40 anos de prisão, sejam, de fato, punidas e presas.

Peço o registro deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Sumário

Relevância dos trabalhos realizados pela CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Necessidade de punição do Presidente Jair Bolsonaro pelos crimes cometidos no enfrentamento à epidemia de coronavírus. Defesa de pagamento, pela União, de indenizações aos familiares das vítimas e de custeio do tratamento dos sequelados pela doença viral. Necessidade de afastamento do Presidente da República.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Hoje, lido o relatório da CPI, nós podemos avaliar a importância dessa CPI para o Brasil. A CPI foi fundamental para acelerar o processo de vacinação; essa vacinação que foi negada pelo Presidente da República.

O Presidente da República, no seu negacionismo, estabeleceu no Ministério da Saúde o verdadeiro "negacionismo", e ali nós fomos vendo que investiram milhões de reais na produção de remédios que não têm eficácia e que podem, inclusive, prejudicar as pessoas com COVID. Recentemente na Assembleia da ONU, o Presidente reafirma o que a ciência já negou, o que as dores já negaram, o que as mortes também já negaram: que havia qualquer eficácia em remédios para outras patologias; e o Presidente insiste nesse discurso. É impressionante como tem ostentando a faixa presidencial um peito estufado da ausência de empatia; não há empatia do Presidente da República. Ele tem que pagar pelos seus crimes, tem que ser responsabilizado.

Nós precisamos estabelecer o direito à memória, porque são mais de 600 mil pessoas que se foram, e grande parte dessas pessoas poderia estar aqui conosco. O direito à justiça; há que assegurar as indenizações, essa, inclusive, que foi vetada pelo Presidente da República, para os familiares das pessoas que vieram a óbito, ou para as pessoas que carregam sequelas e são profissionais de saúde.

Portanto, nós precisamos assegurar a reparação, o direito ao tratamento das pessoas que ficaram com as sequelas da COVID, e ao mesmo tempo a justiça, justiça. Há muita lágrima neste País. Há a lágrima de tantas pessoas, algumas que dizem: "*Meu marido foi assassinado*"; "*Meu filho foi vítima de Jair Bolsonaro*". E choram com a dor que arde, a dor que bate, a dor que pulsa e que, muitas vezes, não

pode nem ser falada.

Há que processar este Presidente da República por todos os crimes que cometeu; há que processar aqueles que tentaram ganhar em cima da morte do povo brasileiro. Este Presidente da República tem que ser arrancado dessa condição, para que o Brasil possa respirar livremente, para que não tenhamos que amargar uma realidade em que alguns detêm o filé, como o Sr. Guedes, que lucra, parado, com os investimentos que fez fora do Brasil e que lucra a partir de suas próprias decisões de desvalorizar o real, e outros estão na fila dos ossos, ou então invadindo caminhões de lixo. Essa é a realidade do Governo de Jair Bolsonaro.

Fora, Bolsonaro!

Documento 207/288

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 94.2021.B | Sessão Outro Evento | 20/10/2021-15:20 |
| Publ.: DCD - 10/21/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Vínculo entre a vacinação e a queda vertiginosa dos índices de contaminação, hospitalizações e mortes provocadas pelo coronavírus no País. Constatação, pela CPI da Covid, de crimes praticados pelo Presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento à doença viral. Imediata abertura e aprovação de processo de impeachment contra o Presidente da República. Quadro de desemprego e fome reinante no País.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é um prazer renovado estar na tribuna desta Casa, especialmente quando o Brasil começa a acordar para a realidade política que estamos vivendo.

É necessário dizer que a pandemia vem sendo aplacada pela vacinação. Está mais do que claro que quem se vacina se protege. Quando nós temos um percentual de vacinados que alcança 70%, 80%, nós começamos a ver a queda vertiginosa da contaminação, das hospitalizações e das mortes. Portanto, a CPI do Senado hoje deu uma lição muito grande ao negacionismo. É necessário dizer que se negou a eficiência de uma vacina com o esforço técnico científico brutal de milhares de cientistas espalhados pelo mundo, inclusive aqui, no Brasil. Há mulheres que ajudaram a ler o genoma do vírus e levou-nos a essa maratona científica para, em menos de 1 ano, produzir vacinas

eficazes. Agora, sim, parte-se para a busca de medicamentos eficazes.

A CPI concluiu que, infelizmente, o Sr. Bolsonaro errou como homem, errou como cidadão brasileiro, errou como Presidente da República. Houve crime contra a humanidade, epidemia com resultado de morte, infração a medidas sanitárias - diversas -, inclusive com multa, emprego irregular de verba pública de várias formas para a compra de cloroquina, a caixinha azul que até a ema do Palácio da Alvorada recebeu oferta, incitação ao crime, falsificação de documentos, o caso objetivo da compra da Covaxin, depois de meses sem responder aos e-mails da Pfizer. Houve também charlatanismo, ele não tem direito de receitar, não tem CRM, prevaricação, calou-se diante de crime anunciado por um Deputado e crime de responsabilidade.

Na quarta-feira, está anunciado que o Relator e alguns membros da atual CPI, que encerra seu trabalho, virão à Câmara entregar mais um pedido de *impeachment* do Sr. Jair Bolsonaro. Quero dizer, Sras. e Srs. Deputados, que não há o que nos faça adiar o *impeachment*. Não há instabilidade maior no Brasil do que a presença de Jair Bolsonaro no Palácio do Planalto. Não há prejuízo maior para o povo do que alguém que não se condói com mais de 600 mil mortes, com desemprego, com fome, com o povo na fila do osso, com o povo nos carros de lixo, pegando comida. Isso não é justo. Isso não é correto, Sr. Presidente.

Documento 208/288

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 94.2021.B | Sessão Outro Evento | 20/10/2021-15:24 |
| Publ.: DCD - 10/21/2021 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Constatação, pela CPI da Covid, de crimes praticados pelo Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus, notadamente no tocante à aquisição de vacinas. Prática de corrupção pelo Governo Federal na compra de imunizantes contra o coronavírus. Defesa da abertura e aprovação, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o relatório da CPI do Senado Federal é um alerta ao Brasil e cumpre o papel essencial para o respeito que o próprio Parlamento deve dar a si próprio e ao povo brasileiro.

Ao verificarmos que 9 crimes foram cometidos, pelo menos, pelo atual



Presidente da República, Jair Bolsonaro, entre eles crimes contra a humanidade, que já estão inclusive denunciados ao Tribunal Penal Internacional, crimes de responsabilidade com incompatibilidade com a honra, o decoro e a dignidade do cargo, nós temos uma explicação clara de por que o Brasil já amarga o sofrimento de 603 mil brasileiros e brasileiras vítimas da COVID, quantos órfãos e órfãs e pessoas sequeladas.

Senhores e senhoras, a CPI revelou que as morte que ocorreram, e que ocorrem, pela COVID-19 seriam evitáveis. Portanto, essas mortes não são naturais. Temos que ter claro que os pesquisadores, os cientistas indicam que 4 em cada 5 mortes seriam evitáveis.

É a mãe, o pai, o irmão, o filho ou filha de alguém, é um brasileiro ou brasileira, trabalhadora, estudante, jovem ou idoso que parou de conviver com a sua família, que encontrou uma morte que não estava obviamente colocada para si, mas que lhe foi imposta na medida em que o Governo Jair Bolsonaro rejeitou 200 milhões de doses de vacinas contra a COVID, que seriam ministradas aos brasileiros até o início de 2021, rejeitou as vacinas do Instituto Butantan, da Pfizer e de várias outras, como as da própria AstraZeneca, e não participou do consórcio internacional.

Além disso, há um crime que não podemos deixar de responsabilizá-lo, como Deputados e Deputadas que somos, como Congressistas que somos, que é o crime de corrupção. O valor da vacina com propina chegava a 11 dólares, um valor três vezes superior ao que o próprio Governo praticou e comprou, por exemplo, na parceria com a FIOCRUZ, quando os integrantes do Ministério da Saúde do Governo Jair Bolsonaro tentaram a negociata com a vacina indiana, que não veio ao Brasil, pois denunciada, mas, de toda forma, o dinheiro está lá parado enquanto brasileiros e brasileiras amargam a morte e a fome.

Nós vamos nos calar diante disso? Obviamente que o Congresso Nacional tem a responsabilidade de levar adiante os processos de *impeachment*. Não interessa se faltam 6 meses, 1 ano ou 1 dia para as eleições, a responsabilidade de quem a tem deve ser cobrada. A responsabilidade do Presidente da República é de não cumprir o que a Constituição determina, que é preservar a vida dos brasileiros e das brasileiras.

É com indignação que faço esse pronunciamento e peço que ele seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

Sumário

Violação do direito constitucional do cidadão de ir e vir, pela exigência da apresentação do chamado passaporte de vacinação.

O SR. HEITOR FREIRE (PSL - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estimados colegas, povo brasileiro, já não é de hoje que está sendo discutida a obrigatoriedade da apresentação de um documento que comprove a imunização do cidadão, para que ele possa sair de casa, frequentar lugares, ou seja, exercer o seu direito de ir e vir. É o tal passaporte da vacina.

A Constituição Federal determina as regras do jogo, que todas as pessoas que estão aqui no nosso amado Brasil devem seguir. Eu não estou fora disso. O Presidente não está fora disso. Ninguém está fora disso. Essa mesma Constituição garante, na qualidade de direito fundamental, liberdades individuais, como as liberdades de locomoção, religião, consciência, crença e várias outras.

Eu me vacinei. Tomei as duas doses. Já falei muitas vezes que todos deveriam se vacinar, mas isso é um direito meu, uma vontade minha, uma decisão minha. O Estado não pode, de forma tirana, obrigar as pessoas a fazerem algo que não queiram. A organização de um Estado passa pelo respeito à liberdade, à propriedade e à democracia.

Como aceitar que uma pessoa seja demitida porque não quis, em sua vontade, em sua consciência, se vacinar? Onde estão, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, os direitos dessa pessoa?

O passaporte da vacina é inconstitucional, é excludente. Se ele for aprovado, será responsável por inúmeras violações de direitos do aluno que quer estudar ou da pessoa que quer trabalhar, mas que não poderão, porque simplesmente não cumpriram uma determinação em virtude de sua vontade pessoal, de sua crença individual. Vejam: não foi cometido crime algum. Não existe uma lei que obrigue as pessoas a fazerem isso.

Sei que não existe direito absoluto, mas defenderei, até quando for possível, o direito à liberdade de cada indivíduo, afinal ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer uma coisa, senão em virtude de lei.

Sr. Presidente, pela defesa do direito, peço que este discurso seja

veiculado nos canais de comunicação desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 210/288

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 94.2021.B | Sessão Outro Evento | 20/10/2021-15:32 |
| Publ.: DCD - 10/21/2021 - MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Apelo ao Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, de reexame da exigência da apresentação de passaporte de vacinação para acesso a locais de eventos e outros estabelecimentos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, quero abordar o tema do passaporte vacinal.

O Estado do Rio Grande do Sul tem um decreto do Governador Eduardo Leite que estipula a obrigatoriedade do passaporte vacinal para que pessoas possam frequentar uma série de locais e eventos. Sinceramente, Sr. Presidente, com 93% da população adulta do Rio Grande do Sul vacinada e com os índices de contágio quase zerados, é desarrazoado que mais uma nova burocracia seja criada.

Eu, inclusive, sou vacinado contra a COVID-19, como 93% da população adulta do Rio Grande do Sul. O argumento que muitos países desenvolvidos estão utilizando para exigir o passaporte vacinal não cabe para o Estado do Rio Grande do Sul e para o Brasil de forma geral, onde a campanha de vacinação tem sido um sucesso, porque ele serve para incentivar a população adulta a se vacinar. Entendo que há também um ferimento, sim, à liberdade individual de escolha do cidadão sobre a utilização ou não da vacina.

De novo, recomendo e incentivo, sim, que as pessoas se vacinem, de acordo com aquilo que a ANVISA, nosso órgão regulador, estabeleceu ao autorizar determinadas vacinas. Mas o que está acontecendo é que, além de ferirem direitos constitucionais, estão prejudicando pessoas que não se vacinaram por recomendação médica e estão prejudicando, também, mais uma vez, a atividade econômica no Estado do Rio Grande do Sul.

Falei há pouco com o Prefeito de Gramado, Nestor Tissot, e ele está muito preocupado, porque uma série de ingressos já foi vendida. Os

eventos já estão acontecendo no Município. Muitos turistas - eu pude verificar isto pessoalmente - estão frequentando a cidade, e os índices de contágio, de contaminação, não têm subido. Agora, às vésperas da abertura do Natal Luz de Gramado, que acontecerá no dia 28 de outubro, e também do Natal dos Anjos, de Dois Irmãos - está presente aqui o Prefeito Municipal Jerri Meneghetti -, que acontecerá no dia 18 de novembro, às portas desses eventos, mais um prejuízo está sendo notado pelos comerciantes, por aqueles que têm estabelecimentos e assim por diante.

Aliás, Sr. Presidente, isso é desarrazoado também quanto aos critérios. Restaurantes que servem bufê não precisam exigir passaporte vacinal, mas aqueles fechados para eventos no Rio Grande do Sul precisam. Em espaços abertos, também, em muitos casos, haverá a exigência de que a pessoa que os frequente esteja vacinada. Isso não tem cabimento, Sr. Presidente.

Por isso, mais uma vez, quero apelar ao Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, que infelizmente já prejudicou muitos empreendedores, sobretudo na área do turismo, durante a pandemia, que reveja integralmente esse decreto e não prejudique nem a economia nem a área da saúde pública, porque não há necessidade, a essa altura, dessa exigência burocrática.

Felizmente, estamos superando esta pandemia.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 211/288

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 94.2021.B | Sessão Outro Evento | 20/10/2021-15:36 |
| Publ.: DCD - 10/21/2021 - JOICE HASSELMANN-PSL -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Vinculação entre a morte de milhares de brasileiros pela Covid-19, e as ações e omissões do Presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento à doença viral. Questionamento quanto à punição do Presidente da República e dos demais denunciados pela CPI da Covid. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2021, sobre a alteração da composição do Conselho Nacional do Ministério Público.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvi atentamente alguns dos meus

colegas falando sobre a conclusão da CPI da Pandemia.

Obviamente, todos nós - pelo menos aqueles que olham o Brasil com um olhar mais sério e entendem o que aconteceu e o que está acontecendo - sabemos que, por óbvio, milhares de mortes poderiam ter sido evitadas com uma ação séria, uma ação decente, feita pelo Governo Federal, e que muitas dessas milhares de mortes que aconteceram no Brasil são diretamente relacionadas às ações e omissões do Presidente da República, Jair Bolsonaro.

Por óbvio, os crimes contra a humanidade e tantos outros crimes têm que ser punidos.

Aproveito a oportunidade para fazer uma correlação com outro assunto, talvez um dos mais importantes dos últimos tempos discutidos nesta Casa. Quem vai punir? Quem vai processar? Eu não estou falando só do Presidente da República, porque esse processo cabe ao Procurador-Geral da República, mas de todos os outros, das dezenas de pessoas envolvidas nessa sucessão de crimes. É o Ministério Público? É esse mesmo Ministério Público que esta Casa - aliás, parte desta Casa, pois não quero ser injusta -, através de uma PEC, quer simplesmente destruir? É isto que está acontecendo: uma tentativa de que o Ministério Público seja destruído, perca a sua força, para que homens e mulheres de bem que investigam crimes, inclusive crimes contra a vida, fiquem de braços cruzados, porque podem ser perseguidos por poderosos. Já imaginou? Que promotor, se essa PEC for aprovada nesta Casa, abrirá uma investigação contra um Ministro, contra um aliado de um Ministro, contra um grande empresário amigo do Presidente da República, sabendo que pode ser perseguido? O Corregedor do Conselho Nacional do Ministério Público, ou seja, a quem cabe a investigação desses promotores, será indicado pelo Parlamento.

Senhores, esse texto, que já veio em oito versões - chegou hoje a oitava versão desse texto, que é um remendo aqui e acolá -, tem que ser rasgado e jogado na lata da história. É algo que este Parlamento não deve fazer, sob pena, repito, como disse ontem, de ter a credibilidade junto a muitos da população que já estão abaixo da miséria também rasgada.

Então, essa PEC que juntou bolsonaristas e lulistas tem que ser derrubada, ou melhor, rasgada e jogada na lata da história, Sr. Presidente.

Publ.: DCD - 10/21/2021 - MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Adendo ao pronunciamento do orador a respeito da exigência pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, da apresentação de passaporte de vacinação para acesso a locais eventos e outros estabelecimentos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, não preciso de mais do que isso, pois quero apenas fazer apenas um acréscimo.

O decreto do Governador Eduardo Leite nem sequer estabelece que quem apresentar um teste PCR negativo possa frequentar tais locais. Então, que pelo menos haja essa razoabilidade na implementação.

Afinal de contas, como bem lembrou o Deputado General Peternelli, no Brasil, de maneira geral, já atingimos a tal imunidade de rebanho e não haveria essa necessidade. Mas, ainda assim, se quiser continuar com essa política, que permita que quem tiver PCR negativo testado possa frequentar tais locais.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 213/288

94.2021.B

Sessão Outro Evento

20/10/2021-15:40

Publ.: DCD - 10/21/2021 - PROFESSOR ISRAEL BATISTA-PV -DF

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Gravidade dos crimes atribuídos ao Presidente Jair Bolsonaro no relatório final da CPI da Covid.

O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV - DF. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente Deputado Alexandre Leite, eu venho aqui, com muita tristeza, falar sobre este momento que o Brasil está vivendo.

O Senado apresentou o relatório da CPI da COVID-19, que mostra a que ponto os nossos governantes chegaram. Os nossos governantes

estão sendo acusados, por esse relatório, Deputado Bira, de crime de epidemia com resultado de morte - logo o Brasil, que é o primeiro signatário da Organização Mundial da Saúde, fundada em 1948. Somos o País que articulou com o mundo para que tivéssemos um mecanismo global de contenção de epidemias. O Brasil foi o país que por mais tempo comandou a OMS, representado por um brasileiro que permaneceu ali por 20 anos comandando aquela instituição.

Agora, o nosso Presidente será acusado de crime de infração a medidas sanitárias preventivas. Logo o Brasil, onde o movimento sanitário criou o Sistema Único de Saúde, que se tornou um exemplo para o mundo, o nosso Governo vai ser acusado de crime de emprego irregular de verba pública, logo o Governo que dizia que tinha acabado com a corrupção. O Governo será acusado de incitação ao crime, porque o que nós vimos foi a barbarização da relação com os hospitais, da relação com a ordem pública. Muitos brasileiros foram incentivados a desrespeitar a ordem pública. Haverá a acusação de crime de falsificação de documentos particulares e de crime de charlatanismo. Quem diria que o Governo brasileiro seria acusado de crime de charlatanismo, em razão da negação absoluta da ciência? Haverá a acusação de crime de prevaricação, de crime contra a humanidade - não preciso nem dizer o quanto isso magoa o coração de todos nós brasileiros -, num Brasil que, apesar de todos os problemas, sempre esteve ombreado com os países mais avançados do mundo em termos de direitos humanos. Haverá acusação de crime de responsabilidade, Sr. Presidente, e de tantos outros.

Então, eu queria aqui falar da minha tristeza com relação ao que está acontecendo nesse momento. O Governo brasileiro cavou uma cova com as próprias mãos e nos envergonha diante de todos. Todo o mundo civilizado, nesse momento, está perplexo com o que o Brasil viveu nesses últimos anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 214/288

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 94.2021.B | Sessão Outro Evento | 20/10/2021-15:56 |
| Publ.: DCD - 10/21/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Apresentação do relatório final da CPI da Covid. Indiciamento do Presidente Jair Bolsonaro pelo órgão. Postura criminosa do Presidente da República com relação à epidemia de coronavírus. Prática de corrupção pelo Governo Jair

Bolsonaro na compra de imunizantes contra a doença viral. Prosseguimento, pela Procuradoria-Geral da República, das investigações contra o Presidente da República, Ministros de Estado, Parlamentares e outros denunciados pela CPI da Covid.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente Deputado Peternelli.

Eu queria aproveitar este tempo, Presidente, para parabenizar o Senado Federal e a CPI da COVID, a sua maioria, logicamente, que hoje produziu um relatório. E esse relatório é contundente e capaz de mostrar o histórico do desastre que foi o enfrentamento da COVID no nosso País, em particular dessa pandemia que atingiu o planeta, mas aqui encontrou outro vírus, o "bolsovírus". Foi um desastre completo.

A atuação de Bolsonaro é criminosa e está lá estampada nos nove crimes pelos quais vai ser indiciado, desde o crime contra a humanidade ao charlatanismo. Se fossemos qualificar todos os crimes do Bolsonaro, apresentaríamos o deboche que ele fez ao povo brasileiro contra o luto de 603 mil famílias, a negação da vacina, que ele não tomou. Aliás, é um mau exemplo nacional.

Ele foi até a ONU para dizer que não toma vacina e que o vírus é chinês. Tudo isso foi feito também propagandeando remédios ineficazes e anticiência. E, mais, a CPI descobriu uma corrupção violenta, que é o caso Covaxin. Foram 20 milhões de doses por 1,6 bilhão - superfaturamento de 1.000%. Na verdade, esse era um jogo que envolvia inclusive o Líder do Governo, Ricardo Barros, que foi colocado por Bolsonaro, para o Deputado Luis Miranda, como um fazedor de rolo.

Então, é óbvio que o que nós estamos esperando agora, depois de todo esse relatório, esse compêndio de crimes praticados por Ministros, por militares no Ministério da Saúde, por médicos, pelo Conselho Federal de Medicina, é que o Presidente Arthur Lira considere isso como crime de responsabilidade para o *impeachment*. Além disso, o PGR Augusto Aras não tem como engavetar tão forte denúncia, tão consistente, tão robusta sobre o Presidente da República, vários Ministros e Parlamentares divulgadores de *fake news*.

Por isso, a saúde pública está de parabéns. Eu acho que a CPI cumpriu um papel histórico, Presidente...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (General Peternelli. PSL - SP) - Conclua, Deputado.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Presidente, nós não temos como evitar que as investigações prossigam, seja na primeira instância, seja em âmbito federal, via STF, acionado pela PGR. Neste momento, eu acho que o Brasil clama por justiça na CPI, Presidente.

Obrigado.

Documento 215/288

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 94.2021.B | Sessão Outro Evento | 20/10/2021-16:00 |
| Publ.: DCD - 10/21/2021 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Realização pelo Governador do Estado da Bahia, Rui Costa, de investimentos na Polícia Civil. Gravidade dos crimes atribuídos ao Presidente Jair Bolsonaro pela CPI da Covid. Defesa de punição do Presidente da República, diante de milhares de mortes decorrentes do seu negacionismo no combate à epidemia de coronavírus.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros e brasileiras que nos acompanham pelos meios de comunicação da Casa, eu quero iniciar saudando e parabenizando o Governador Rui Costa, que, durante o feriado da semana passada, anunciou e entregou uma série de investimentos na Polícia Civil, portanto, na segurança pública do Estado da Bahia. Praticamente em todas as regiões da Bahia a Polícia Civil recebeu novos equipamentos, carros Ranger para desenvolver e fortalecer a segurança pública do nosso Estado.

O Governador anunciou 100 milhões de reais em investimentos em segurança pública e a recuperação de 40 unidades de delegacias da polícia judiciária no nosso Estado, que estavam sucateadas até então. Um constante investimento em segurança pública vem sendo feito pelo Governo do Estado da Bahia, provavelmente, um dos maiores já feitos pelos Governos do nosso Estado.

Sei que os Deputados Paulo Magalhães e Marcelo Nilo concordam comigo a esse respeito.

Mas, Sr. Presidente, não podia também deixar de registrar,

infelizmente, que, por outro lado, o Governo Federal não só não investe, como continua atrapalhando o povo brasileiro. O resultado da CPI da COVID é um registro disso. É indispensável registrarmos aqui os crimes pelos quais o Presidente da República está sendo acusado: prevaricação, charlatanismo, incitação ao crime, epidemia com resultado morte, falsificação de documento particular, emprego irregular de verbas públicas, infração de medida sanitária preventiva, crime contra a humanidade na forma de extermínio, crime contra a humanidade na forma de perseguição, crime contra a humanidade na forma de atos desumanos, crime de responsabilidade por violação de direito social, crime de responsabilidade por incompatibilidade com a dignidade, honra e decoro do cargo. Esses são alguns dos crimes pelos quais, a partir de agora, o Presidente é acusado pela CPI da COVID.

É indispensável que a sociedade brasileira e esta Casa deem continuidade a esse debate, a essa investigação e à cobrança por punição, porque mais de 600 mil mortes de brasileiros e brasileiras ocorreram, boa parte delas, em função do descaso, do desprezo e da atitude de negacionismo diante da pandemia que adotou o Governo Federal, em particular o Presidente da República.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 216/288

| | | |
|----------------------------|---------------------------------------|-------------------------------------|
| 123.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 20/10/2021-19:40 |
| Publ.: DCD 10/21/2021 - | CAPITÃO ALBERTO NETO-REPUBLICANOS -AM | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ENCERRAMENTO | DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO |

Sumário

Impacto da epidemia de coronavírus sobre o mercado de trabalho. Perda de milhares de postos de trabalho no País, em decorrência da retração das atividades econômicas e do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro. Apresentação à Presidência da República da Indicação nº 1.188, de 2021, para concessão de incentivos à contratação de jovens e idosos.

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO
CAPITÃO ALBERTO NETO.**

Exmo. Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, vivemos momentos econômicos difíceis, especialmente em face dos impactos sociais no mercado de trabalho causados pela emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus cujo lado mais visível é o desemprego.

Conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, constantes da Carta de Conjuntura nº 51, percebe-se claramente que a crise econômica trazida pela pandemia afeta a todos, sendo mais insidiosa em relação aos jovens em idade laboral e aos com idade mais avançada.

Apesar da melhora dos indicadores, iniciada no segundo semestre de 2020, o mercado de trabalho brasileiro segue deteriorado.

No último trimestre móvel, quase 6 milhões de pessoas em idade de trabalhar estavam fora da força de trabalho por motivos associados ao desalento, repercutindo os efeitos da crise, que gerou um aumento tanto do fluxo de saída de desempregados em direção à inatividade quanto do fluxo de indivíduos que saíram diretamente da condição de ocupados para a de inativos, sem nem passar pela desocupação.

De maneira geral, assim como o esperado, o impacto da pandemia tem sido mais prejudicial para os indivíduos mais jovens e os menos escolarizados. No quarto trimestre de 2020, mesmo diante de uma retração de 10,6% da sua força de trabalho, a taxa de desocupação dos trabalhadores com idade entre 18 e 24 anos atingiu 29,8%, o que significa que há quase 4,1 milhões de jovens à procura de um emprego.

Em relação às perspectivas para o mercado de trabalho, mesmo com a esperada aceleração da atividade econômica no segundo semestre, as vagas geradas não devem ser suficientes para abarcar não apenas os desocupados, mas também os trabalhadores, que devem sair da inatividade em busca de uma nova colocação no mercado com o fim do auxílio emergencial. Dessa forma, a taxa de desocupação deverá seguir elevada, principalmente nos segmentos mais vulneráveis, ou seja, entre os jovens e os menos escolarizados, cuja probabilidade de transitar da desocupação e da inatividade para a ocupação, que já era baixa, tornou-se ainda menor na crise atual.

A desagregação por faixa etária mostra que, embora a taxa de desocupação mais elevada continue sendo a do grupo mais jovem (29,8%), em termos relativos, na comparação interanual, os maiores incrementos no desemprego, no quarto trimestre de 2020, foram verificados nos segmentos de 25 a 39 anos (13,9% ante 10,3%) e de

40 a 59 anos (9,0% ante 6,6%).

De 2020 para os dias de hoje, a matriz econômica nacional, formada pelo conjunto da iniciativa privada e do poder público, encontra-se seriamente comprometida com as consequências decorrentes da pandemia de COVID-19. A retração das atividades econômicas e a contração do Produto Interno Bruto - PIB geraram como efeito direto a perda de centenas de milhares de postos de trabalho.

Nesse contexto trágico, jovens entre 18 e 30 anos de idade, que não têm comprovação de experiência profissional de trabalho, e pessoas idosas que nunca trabalharam com vínculo empregatício sentem com mais intensidade os efeitos deletérios da falta de empregos.

Para minimizar crise de tão amplo alcance, encaminhei a Indicação nº 1.188, de 2021, ao Presidente da República, para que envie ao Parlamento brasileiro proposição legislativa que crie mecanismos de incentivo à contratação desse público sobremaneira afetado. Trata-se de dar oportunidades de emprego a um público que hoje sofre na informalidade ou na desocupação.

Certamente o Congresso Nacional saberá dar o devido encaminhamento ao tema, que é de suma importância e emergencial.

O melhor programa social continua sendo um emprego, comida no prato, educação, saúde e segurança, todos com qualidade.

Solicito a divulgação deste discurso pelos meios de comunicação da Câmara dos Deputados e no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 217/288

| | | | |
|----------------------------|---------------------------------|-------------------------------------|------------------|
| 123.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa | 20/10/2021-19:40 |
| Publ.: DCD 10/21/2021 - | RUBENS PEREIRA JÚNIOR-PCDOB -MA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ENCERRAMENTO | DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO | |

Sumário

Encerramento dos trabalhos da CPI da Covid. Criminalização, pelo relatório final do órgão, do Governo Jair Bolsonaro, do Presidente da República, seus filhos e aliados políticos. Superação da marca de 600 mil mortes no País pelo coronavírus. Atuação do Presidente da República contra as medidas de

combate à Covid-19. Referência do Estado do Maranhão no enfrentamento à epidemia de coronavírus. Urgente necessidade de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este discurso de minha autoria.

A CPI da Pandemia de COVID-19 encerrou-se hoje, 20 de outubro, com a apresentação do relatório final, com 1.180 páginas. Para se ter ideia, o arquivo tem 9 terabytes. É enorme! Esse relatório resume as atividades da Comissão e imputa diversos crimes ao Governo Bolsonaro, aos filhos do Presidente e aliados políticos. Bolsonaro também foi indiciado pelo genocídio de indígenas, por organização criminosa e crime contra a humanidade, podendo ser julgado no Tribunal Penal Internacional em Haia. Jair segue firme sendo uma vergonha mundial que suja o nome do Brasil.

Segundo o relatório da CPI, Bolsonaro cometeu os seguintes crimes: tentativa de homicídio; perigo para a vida ou saúde de outrem; epidemia; infração de medida sanitária preventiva; omissão de notificação de doença; charlatanismo; incitação ao crime; falsificação de documento particular; falsidade ideológica; uso de documento falso; emprego irregular de verbas ou rendas públicas; corrupção passiva; prevaricação; advocacia administrativa; usurpação de função pública; corrupção ativa; fraude em licitação ou contrato; e fraude processual. São muitos, mas, se espremer, tem mais.

A pandemia de COVID-19 completa 2 anos e já levou mais de 600 mil pessoas à morte. Há 1 ano, meu pai amanhecia entubado. Foi um momento difícil, mas Deus lhe concedeu livramento. Glorifico o Senhor pela graça alcançada. E me solidarizo com aqueles que enfrentam perdas na família. Eu também peguei COVID e fiquei muitos dias afastado da campanha para a Prefeitura de São Luís, convalescendo e orando a Deus. Tudo isso me deixou mais forte. E quero lutar, ainda mais, por aqueles que não sofrem sem acesso à saúde.

Eu me vacinei com as duas doses, que poderiam ter sido aplicadas no início da pandemia. Mas o Presidente negligenciou a compra das

vacinas, promoveu equivocadamente a imunidade de rebanho, divulgou *fake news*, considerou informações de gabinete paralelo, recomendou remédios sem comprovação científica (como cloroquina e ivermectina) e fez agonizar milhões de brasileiros sem leitos, sem oxigênio, sem vacinas, sem saúde, sem 1 minuto de paz. E agora Bolsonaro não tem saída. Ele tem que pagar por essa conduta errada e criminosa que colocou o País em desgraça. Ele não tem Deus no coração!

Um verdadeiro líder promove cuidados efetivos. No Maranhão, o Governador Flávio Dino se revelou exemplo desse cuidado com as pessoas. O meu Estado é referência no enfrentamento à pandemia e foi o primeiro a imunizar pessoas com mais de 30 anos, sem comorbidades. Ainda estamos trabalhando para alcançar toda a população, e Flávio não mede esforços quando o assunto é estender a mão a quem mais precisa.

A negligência no enfrentamento à pandemia e o caos sanitário e na saúde foram conduzidos por um Presidente que vive no cercadinho, escutando seletivamente o que convém. De quantos fatos não teríamos tido noção, não fossem os trabalhos da CPI da COVID? Portanto, Jair precisa sair da Presidência. É urgente!

Era o que tinha a dizer.

Documento 218/288

| | | |
|----------------------------|--------------------------------------|-------------------------------------|
| 123.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 20/10/2021-19:40 |
| Publ.: DCD 10/21/2021 - | - VINICIUS CARVALHO-REPUBLICANOS -SP | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ENCERRAMENTO | DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO |

Sumário

Apoio da maioria da população brasileira à exigência de passaporte sanitário para o retorno ao trabalho presencial. Posicionamento do Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, favorável à imunização para retorno às atividades presenciais. Redução do número de óbitos pela Covid-19 no País com o avanço da vacinação.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros telespectadores da *TV Câmara* e da *Rádio Câmara*, pesquisa revela que a maioria da população brasileira é favorável à exigência do passaporte sanitário, ou seja, da imunização completa contra a COVID-19, para o retorno ao trabalho presencial. De acordo com o levantamento realizado pelo instituto PoderData, 77% concordam com a medida, outros 20% discordam e 3% não souberam responder.

O TST - Tribunal Superior do Trabalho também já se pronunciou a favor da vacinação para o retorno ao trabalho presencial. O TRT-SP - Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, por sua vez, confirmou uma decisão em que o empregador pode demitir por justa causa o funcionário que decidir não se imunizar, prevalecendo o entendimento de que o interesse coletivo está acima da decisão pessoal.

Na Itália, o governo instituiu o passaporte sanitário como obrigatoriedade tanto para empresas privadas quanto para o funcionalismo. Já nos Estados Unidos, o Presidente Joe Biden tornou a vacinação obrigatória apenas para funcionários públicos federais.

No Brasil, mais de 150 milhões de pessoas foram vacinadas com a primeira dose, o que corresponde a mais de 93% dos 160 milhões de brasileiros que fazem parte do público-alvo da campanha. A segunda dose ou a vacina de dose única, por sua vez, já foram aplicadas em mais de 100 milhões de pessoas, representando 61% da população alvo. O mapa também revela que mais de 20,7 milhões de pessoas já se recuperaram da COVID-19. Sem contar que as expectativas são ainda mais otimistas. O Ministério da Saúde assegura que todos os brasileiros serão vacinados até o fim de 2021.

A verdade é que o avanço da vacinação, seja pela conscientização, seja pela obrigatoriedade, vem reduzindo os números trágicos de óbitos e internações Nos últimos 18 meses. A vacina não é apenas um passaporte sanitário para o acesso a este ou àquele lugar. A vacina é um passaporte para a saúde, para a vida.

Muito obrigado!

Publ.: DCD - 10/22/2021 - CHARLES FERNANDES-PSD -BA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Apelo à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados de reexame da decisão de retomada dos trabalhos presenciais no dia 25 de outubro de 2021.

O SR. CHARLES FERNANDES (PSD - BA. Sem revisão do orador.) - Presidente Rosangela Gomes, hoje, 21 de outubro, preocupa-me o que eu ouvi esta semana aqui na Casa. A Mesa Diretora tomou a decisão, nesta segunda-feira, de retomar o trabalho presencial na Câmara dos Deputados na próxima semana. A ponderação de muitos dos Deputados do PSD foi de que se esperasse um pouco mais, as nossas considerações aos membros da Mesa foram para que pudessemos chegar até o final do ano (*falha na transmissão*).

Eu falo isso, Presidente, porque me preocupou bastante a movimentação esta semana aqui na Câmara dos Deputados. No Distrito Federal... (*falha na transmissão*).

A SRA. PRESIDENTE (Rosangela Gomes. REPUBLICANOS - RJ) - Deputado Charles Fernandes, eu aconselharia V.Exa., se possível, a parar o automóvel, porque o seu áudio está travando muito. Para que o seu discurso não seja prejudicado, eu acho que seria viável V.Exa. parar o automóvel. E, se for o caso, eu poderei recompor o minuto perdido.

O SR. CHARLES FERNANDES (PSD - BA) - Estou encostando aqui. V.Exa. poderia restabelecer o tempo, por gentileza, Presidenta Rosangela Gomes?

A SRA. PRESIDENTE (Rosangela Gomes. REPUBLICANOS - RJ) - Eu acrescentarei 1 minuto ao tempo de V.Exa.

O SR. CHARLES FERNANDES (PSD - BA) - Então quero fazer essas ponderações, Presidente Rosangela, porque nós estamos com 50% da população vacinada em nosso País. E creio que, nesse ritmo, nós poderemos chegar a 70% até o final do ano. Com isso, nós teremos uma condição mais tranquila de voltar aos trabalhos, com as sessões presenciais, em fevereiro.

Quero dizer que nunca esta Casa produziu tanto como está produzindo agora. Foram centenas de projetos aprovados, de matérias importantes para o País.

Portanto, faço esta reflexão e faço um apelo, no sentido de que a Câmara possa repensar essa decisão que tomou na última semana. Essa é a minha preocupação e a de muitos colegas também. Deixo aqui este alerta à Mesa Diretora, que ainda pode rever essa posição, pensando no melhor para todos nós, no melhor para a população nesses próximos meses.

Muito obrigado, Presidente Rosângela. Tenha um bom dia!

Documento 220/288

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 95.2021.B | Sessão Outro Evento | 21/10/2021-09:20 |
| Publ.: DCD - 10/22/2021 - MERLONG SOLANO-PT -PI | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Vinculação entre óbitos decorrentes da Covid-19 e o negacionismo do Presidente da República. Consequências do corte de recursos orçamentários do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Desestruturação do Programa Bolsa Família. Desconstrução, pelo Governo Jair Bolsonaro, de políticas públicas educacionais e de proteção social.

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sra. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, o Governo Federal tem se dedicado com grande esmero e até com certa competência à tarefa de desconstruir o Brasil, de negar o Brasil.

Ao negar a pandemia, negou a vida a milhares de brasileiros e brasileiras que poderiam estar gozando de saúde e da convivência com os seus familiares e amigos. Tem negado a educação, ao reduzir o orçamento como um todo e o das universidades, em particular; tem negado a ciência e a tecnologia, ao cortar, por exemplo, 600 milhões de reais do orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, afetando as pesquisas em todo o Brasil. E agora nega o Bolsa Família, colocando no seu lugar um auxílio, uma esmola de 400 reais.

Aqueles que propagam o dito aumento do valor do benefício se esquecem de que o Bolsa Família era apenas a marca mais conhecida de um amplo programa de proteção social, de uma ampla rede de proteção social. O Bolsa Família integrava-se com a educação e com a saúde, a partir de compromissos que cada família era obrigada a assumir em relação ao cuidado de seus filhos; integrava-se com toda uma série de políticas de segurança alimentar, como, por exemplo, o

apoio à agricultura familiar, o aumento do crédito, o apoio ao cooperativismo, tudo para podermos ter um aumento da produção de alimentos e da comercialização de alimentos. Trazia também o fortalecimento do programa de merenda escolar e ainda havia uma política muito forte de estoques reguladores, a partir da CONAB, que já não existe. Ao lado disso, havia políticas de geração de emprego, que possibilitaram gerar milhões de empregos. O Brasil chegou à situação de pleno emprego em 2014, durante os nossos Governos. Também havia a política permanente de aumento real do salário mínimo. Foi esse conjunto de providências, das quais o Bolsa Família é uma marca, um símbolo, que tirou o Brasil do Mapa da Fome, mas isso tudo já acabou.

Isso tudo já está desconstruído, o que é a especialidade do Governo Bolsonaro. Agora investe contra o Bolsa Família, e o resultado desse conjunto de ações é a fila do osso, é a falta de esperança que toma conta do nosso Brasil. É preciso resistir a tudo isso. É preciso que a sociedade se mobilize para que a dignidade da vida humana volte a ser respeitada na nossa Pátria amada, Brasil.

Sra. Presidente, peço que este pronunciamento seja veiculado nos meio de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 221/288

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 95.2021.B | Sessão Outro Evento | 21/10/2021-09:24 |
| Publ.: DCD - 10/22/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Relevância dos trabalhos realizados pela CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Crimes praticados pelo Presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento à epidemia de coronavírus. Convicção no engavetamento das denúncias da CPI da Covid pela Procuradoria-Geral da República. Impunidade do então Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, general Walter Braga Netto, com relação a crimes praticados no combate à Covid-19. Concessão de anistia das dívidas de estudantes junto ao Fundo de Financiamento Estudantil - FIES.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiro eu queria parabenizar os Senadores, que fizeram e estão fazendo um grande trabalho na CPI da COVID-19, sem dúvida a mais

importante que o Congresso Nacional realizou, pelo menos desde a redemocratização.

A CPI do Genocídio revelou ao povo brasileiro uma série de crimes que não seriam investigados se não fosse a atuação da CPI.

Infelizmente a nossa democracia está muito disfuncional, Deputado Célio, e a Procuradoria-Geral da República - o Brasil já teve o "engavetador-geral" da República e me parece que esse é o "blindador-geral" da República - há muito não cumpre a sua função constitucional. Sem a PGR, só o Parlamento poderia avançar nas investigações sobre as decisões criminosas tomadas pelo Presidente da República e sua equipe, em um misto de negacionismo, negociacionismo e fascismo.

O negacionismo serviu para minimizar os riscos do vírus, negar a ciência e apostar em remédios que não funcionam, para convencer as pessoas a irem de encontro à morte, porque a economia não podia parar, a caixa registradora dos seus aliados, bilionários empresários do País, não admitia que seus lucros parassem. Colocaram a grana na frente da vida de nosso povo.

O negociacionismo aconteceu na compra e no transporte de insumos, máscaras, vacinas. Entregaram o Ministério da Saúde para a corrupção, para o Centrão e para a banda podre de militares. Negaram proposta de compra de vacina de laboratórios como a Pfizer para criar escassez, postergar o abastecimento e negociar propinas em compras de outros imunizantes sem eficácia comprovada, via empresa de fachada. Esse esquema, é bom ressaltar, só foi interrompido graças à CPI.

O fascismo ficou caracterizado no entendimento de que algumas vidas valem mais que outras. Na equação de Bolsonaro, a morte de 604 mil brasileiros se justifica pela grana no bolso dos bilionários, que ficaram ainda mais ricos na pandemia. Enquanto o povo morria, os bilionários ficavam ainda mais ricos, inclusive há um que dobrou já a fortuna. O valor em real dos dólares que ele tem lá nas Ilhas Virgens já dobrou, desde que ele assumiu o Ministério da Economia.

A pandemia revelou algo ainda mais assombroso. Com o aval, a cobertura jurídica e o monitoramento do Governo, transformaram seres humanos em cobaias para testar tratamentos em pesquisas ao arrepio de todo e qualquer patamar ético e científico. O que ocorreu em Manaus, o que ocorreu em São Paulo, o que ocorreu na Prevent Senior e em outros hospitais é um crime contra a humanidade, assombrou o mundo. Só é comparável ao que ocorreu na época do nazismo, na Segunda Guerra.

Das consequências jurídicas do que a CPI apurou, não acredito que a PGR cumprirá o seu papel, infelizmente. O que já foi investigado será encaminhado ao STF via OAB, mas o que carece de aprofundamento na investigação ficará nas gavetas da Procuradoria. Aqui falo da principal missão da CPI: investigar, talvez, o principal nome da articulação dessas políticas genocidas abaixo de Bolsonaro, que foi o Braga Netto, então Ministro-Chefe da Casa Civil.

Ele era o Chefe do Centro de Coordenação das Operações do Comitê de Crises da COVID-19 e foi quem liderou o processo de compra e não compra de vacinas, bem como o processo de produção em larga escala de cloroquina e a disseminação de medicamentos ineficazes pelo País. Questionei aqui nesta Casa, em audiência, o Ministro sobre essas questões, e ele silenciou, negou-se a responder. Foi uma pena, pois essas perguntas, ao que tudo indica, ficarão sem respostas, e os crimes cometidos ficarão impunes.

Quero aproveitar, Presidente, este tempo que me resta para tratar de outro assunto que também questionamos ao Ministro aqui ontem, no caso, o Ministro da Educação. Falo da dívida do FIES. Deputado Célio Moura, nós precisamos fazer uma grande campanha para anistiar a dívida do FIES dos jovens brasileiros. A dívida é de apenas 6 bilhões de reais.

Esta Casa já anistiou 115 bilhões de reais dos empresários. Esta Casa já aprovou a anistia de 30 bilhões de reais para os bancos. Esta Casa aprovou a anistia do agronegócio de 40 bilhões de reais. Esta Casa não pode aprovar a anistia de 6 bilhões dos jovens, que não estão conseguindo pagar sua dívida porque estão desempregados, porque a economia deste País está descendo a ladeira, graças ao Governo Bolsonaro, à sua "família" e à sua quadrilha? Nós não podemos permitir esse absurdo.

Anistia do FIES!

Presidente, peço a divulgação do meu discurso nos meios de comunicação da Casa.

Obrigado.

Documento 222/288

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 95.2021.B | Sessão Outro Evento | 21/10/2021-09:32 |
| Publ.: DCD - 10/22/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |



Sumário

Possibilidade de desabastecimento de combustíveis no País. Anúncio da realização de greve de caminhoneiros. Elevação dos preços de combustíveis e do gás de cozinha no País. Perplexidade ante a desestruturação e depreciação da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, pelo Governo Federal, com vista à sua desestatização. Incapacidade do Presidente Jair Bolsonaro de comando do Brasil.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, lamentavelmente, o Brasil vive de apagão em apagão. É impressionante!

Nós já tivemos o apagão das universidades, com o corte no custeio dos institutos federais e das universidades federais. Nós temos o apagão do coronavírus, o combate ao coronavírus, tanto que já morreram mais de 600 mil pessoas -- nós somos o país do mundo em que mais morreu gente pela COVID-19. Temos o apagão no emprego e na renda, pois temos 15 milhões de pessoas desempregadas e 30 milhões de pessoas subempregadas. Temos o apagão elétrico. É impressionante! Temos o apagão científico, com o corte das verbas da ciência e da pesquisa. E temos o apagão econômico, pois o Governo perdeu a mão, a noção da economia.

E agora, pasmem, nós corremos o risco do apagão de combustível. É isso mesmo. A PETROBRAS anuncia a possibilidade de desabastecimento de gasolina nos postos de Rio Grande afora, Brasil adentro. É o esplendor da incompetência!

Eu não sou, Presidente, o vendedor de vento, de tempestade, de pavor. Não estou vendendo susto aqui, não. A própria PETROBRAS é quem anuncia isso, e, em breve, por conta disso, nós vamos ter o apagão do abastecimento, porque vem aí a greve dos caminhoneiros. O pessoal não consegue mais pagar gasolina a 7 reais e 50 centavos, indo para 8 reais. O *diesel* vai chegar a 5 reais; o gás passou de 100 reais; o etanol está 6 reais, ou seja, os preços estão nas alturas. É uma coisa impressionante! É muita incompetência!

O Brasil é autossuficiente na produção de petróleo, mas importa gasolina. Agora nem importar consegue, porque a PETROBRAS diz que não vai conseguir importar gasolina para vender. Não refinam aqui no Brasil. Mataram as nossas refinarias. É uma coisa impressionante!

Na minha percepção, isso é um ato para desmoralizar a PETROBRAS e justificar sua privatização, sua venda. Isso é exatamente a desmoralização da nossa petroleira. Há uma expressão que diz, Presidente, que quem desdenha quer comprar, ou seja, você procura desmerecer o carro ali, no seu olhar, na avaliação, para comprá-lo mais

barato. Agora, eu nunca vi alguém desmerecer uma empresa para vendê-la. O Brasil está depreciando, desmontando a PETROBRAS. Ele foi esquetejando a PETROBRAS e agora, ao fim e ao cabo, ela não consegue nem importar combustível. Mas como acreditar, em sua consciência, que isso seja verdade?

Sobre a gasolina, Presidente, anote aí: em poucos meses, tu vais andar um quilômetro de carro e vais pagar 1 real; cem quilômetros, 100 reais; 200 quilômetros, 200 reais. Ninguém segura o preço do combustível, porque o Brasil está à deriva.

O apagão chegou, porque nós temos, na verdade, na essência, um apagão de governo, um apagão de governabilidade. O Governo não governa o Brasil. O Governo não governa nem o próprio Governo, ou seja, estão mais perdidos que cego em tiroteio, mais perdidos que cusco quando cai na mudança.

Mas que sina a do nosso País! E o povo tem que pagar a conta. Estamos à deriva juntos neste barco que não tem norte, não tem rumo. Não há vento que sopra a favor de uma nau cujo navegador não sabe para onde está indo. O Governo perdeu o norte, o rumo e a direção, infelizmente, com esses apagões.

Documento 223/288

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 95.2021.B | Sessão Outro Evento | 21/10/2021-09:52 |
| Publ.: DCD - 10/22/2021 - CÉLIO MOURA-PT -TO | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Apresentação do relatório final da CPI da Covid. Defesa do seu encaminhamento à Procuradoria-Geral da República e aos fóruns internacionais, para investigação de responsabilidades pela tragédia decorrente da epidemia de coronavírus. Contrariedade ao indiciamento do Presidente da República pelo crime de genocídio. Afastamento, pelo Superior Tribunal de Justiça, do Governador do Estado de Tocantins, Mauro Carlesse. Apelo ao Governador em exercício, Wanderlei Barbosa, por imediata nulidade do processo de privatização do Parque Estadual do Jalapão e do Parque Estadual do Cantão.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem foi lido o relatório da CPI mais importante desde a redemocratização do País. Seiscentos e três mil brasileiros e brasileiras perderam a vida. Agora chegou a vez de

apurarmos as responsabilidades, Sra. Presidente. Todas as pessoas que morreram eram o amor de alguém.

Queremos com certeza que esse relatório seja apresentado à Procuradoria-Geral da União e a fóruns internacionais, para que aqueles que cometeram esse desatino, que foram irresponsáveis e não evitaram tantas mortes sejam punidos.

Eu discordo apenas quanto ao indiciamento do Presidente por genocídio. Houve, sim, genocídio de povos indígenas, nós sabemos muito bem disso.

Sra. Presidente, eu também gostaria de falar do afastamento do Governador do Estado do Tocantins, Mauro Carlesse. Ontem assumiu o Governo do Tocantins o Vice-Governador do Estado, Wanderlei Barbosa, político conhecido, Deputado Estadual por vários mandatos, ex-Presidente da Assembleia, cujo pai já foi Prefeito.

Eu gostaria de pedir ao Governador em exercício, Wanderlei Barbosa, que anule imediatamente a privatização do Parque Estadual do Jalapão e do Parque Estadual do Cantão. Dessa forma, S.Exa. poderá entrar para a história, porque o maior crime praticado pelo Governador foi fazer este absurdo contra a população tocantinense: tentar privatizar justamente a maior riqueza que nós temos quando se trata de turismo, que é o Jalapão, parque estadual conhecido em todo o Brasil. E convido a ilustre Presidente e os demais Deputados a conhecerem o Jalapão.

Tenho certeza absoluta de que o Governador em exercício, bem como a Assembleia Legislativa, agora vão errar menos, porque não é possível o Estado do Tocantins continuar sendo manchete no País todos os meses, mas de forma negativa. Houve duas grandes manchetes nacionais: uma, com relação ao orçamento secreto, e a outra, com relação aos crimes praticados pelo Sr. Mauro Carlesse.

Eu quero parabenizar o STJ e todos aqueles que lutaram em defesa do meu querido Estado do Tocantins.

Sra. Presidente, eu gostaria que a minha fala fosse repassada no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 224/288

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 95.2021.B | Sessão Outro Evento | 21/10/2021-10:04 |
| Publ.: DCD - 10/22/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre o pagamento parcelado de precatórios. Propósito do Presidente Jair Bolsonaro de utilização de recursos destinados ao pagamento de precatórios para custeio do Programa Auxílio Brasil. Apresentação do relatório final da CPI do Covid, instaurada pelo Senado Federal. Defesa de responsabilização do Presidente Jair Bolsonaro, do Governador do Estado do Amazonas e outros por milhares de óbitos decorrentes da Covid-19.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, colegas Parlamentares, muito bom dia.

Sra. Presidenta, nós não podemos aceitar o calote que o Governo Bolsonaro quer dar em relação ao pagamento dos precatórios. A PEC dos Precatórios, que está em discussão na Câmara, é um absurdo, porque visa retirar recursos do pagamento de precatórios. No caso, está incluso o precatório do FUNDEF, que é um recurso dos professores, dos educadores, que se quer parcelar e ameaçam não pagar. O Governo usa uma desculpa, que é uma mentira, ao dizer que precisa retirar recursos dos precatórios para poder pagar o Auxílio Brasil, já que o Governo Federal acabou com o Bolsa Família. Agora ele criou o Auxílio Brasil e quer tirar dinheiro do pagamento de precatórios destinados aos professores. O Governo, inclusive, ameaçou tirar dinheiro da educação e não pagar o Auxílio Brasil.

Quer dizer, é um Governo que está perdido, não sabe o que quer, mas, na verdade, está querendo tirar dinheiro dos mais pobres, dos trabalhadores, dos professores. Ele tem que parar de pagar tantos juros da dívida. É só pegar parte dos recursos dos serviços da dívida para se ter a garantia do pagamento dos precatórios do FUNDEF e do Auxílio Brasil - e principalmente do auxílio emergencial, de que o povo brasileiro tanto está precisando.

Calote, não!

Sra. Presidenta, também não posso deixar de falar sobre o relatório final da CPI do Senado em relação à COVID-19 no capítulo que se refere ao Amazonas. Mostra-se ali que, infelizmente, o Governo do Estado também contribuiu para o agravamento da situação e o número de mortes. Foram mais de 13 mil mortes pela COVID.

Ainda no relatório, menciona-se a flexibilização, ocorrida no final do ano passado por pressão de setores empresariais que são apoiadores do Bolsonaro, para abrir o comércio; a conduta omissiva em relação à falta de oxigênio na cidade de Manaus; a falta de investimentos na área da saúde para garantir vagas de UTI; e o apoio ao tratamento

precoce, esse absurdo. Em vez de tomarem medidas de prevenção, apoiaram o tratamento precoce que o Governo Federal estava implementando, inclusive no âmbito municipal, com medicamentos sem eficácia, como a cloroquina. Além disso, faltou coordenação, empenho, liberdade e vontade para enfrentar o problema. O genocídio indígena também está bem relatado na CPI. Ontem, inclusive, apresentamos mais documentos para o Presidente da CPI.

O certo é que haja responsabilizações também no Estado do Amazonas. Foram mais de 13 mil mortes, e não podemos aceitar isso, Sra. Presidente.

Gostaríamos que o nosso discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 225/288

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 95.2021.B | Sessão Outro Evento | 21/10/2021-10:12 |
| Publ.: DCD - 10/22/2021 - ZECA DIRCEU-PT -PR | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Caráter eleicoeiro do Programa Auxílio Brasil. Desestruturação do Programa Bolsa Família e de outros programas sociais pelo Presidente Jair Bolsonaro. Agravamento da fome e da miséria no País. Subordinação da política econômica do Ministro Paulo Guedes ao capitalismo.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Presidenta. Nossa saudação aos demais colegas, a todos que assistem à sessão e nos ouvem pela *TV Câmara* e pela *Rádio Câmara*.

Nosso papel sempre foi e tem que ser o de mostrar à população brasileira a verdade. Nesses últimos tempos, é claro, cada vez mais tem sido uma tarefa nossa no Parlamento desfazer as mentiras que nós vivemos sobre um Governo eleito em 2018 a partir de *fake news*, um Governo que conduz o País, desde 2019, também pautado pela mentira, pautado pelas *fake news*.

Eu quero chamar a atenção de quem está assistindo à sessão, de quem está nos ouvindo sobre o propagado Auxílio Brasil. Está claro, está provado, está evidente que é uma medida eleitoreira, eu diria até criminosa. Bolsonaro, junto com Paulo Guedes, está criando um programa que não pode ser chamado de programa porque é temporário. Pode até não estar no papel, mas, na cabeça deles, tem

data para acabar: dia 2 de outubro de 2022. Bolsonaro sempre atacou o Bolsa Família. Bolsonaro sempre fez de tudo para destruir programas sociais.

Lança o Auxílio Brasil até como um gesto de desespero de quem tem, a cada pesquisa, a sua rejeição aumentada, de quem vê, cada vez mais, diminuir a sua base de apoio político e eleitoral.

Nós temos que nos preocupar é com a população brasileira. A população brasileira está passando fome! O Brasil voltou a ter um contingente gigantesco de pessoas que estão vivendo na miséria. Da nossa parte, a nossa luta seguirá sendo a mesma: dinheiro na mão do povo! Enquanto o Brasil não vencer a pandemia, enquanto nós continuarmos com essa política econômica criminosa, equivocada, subordinada aos milionários e aos banqueiros de Paulo Guedes, haverá auxílio, sim. No que depender de nós, não vai ser uma migalha de 400 reais. Tem que ser 600 reais, 1.200 reais para algumas famílias mais carentes. Provamos que o Brasil pode, sim, pagar, pois pagou muito bem no ano de 2020.

Então, fica aqui o meu repúdio e a minha indignação à atitude eleitoreira, mas registro do meu compromisso de ajudar o povo a ter dinheiro no bolso para poder minimamente sobreviver.

Documento 226/288

| | | |
|--|---------------------------|------------------------------------|
| 95.2021.B | Sessão Outro Evento | 21/10/2021-10:16 |
| Publ.: DCD - 10/22/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Reunião da Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, sobre a garantia de recursos mínimos para financiamento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Importância de fortalecimento das dotações orçamentárias do SUAS.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tivemos hoje a nossa reunião da Comissão Especial destinada a proferir um parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, do Deputado Danilo Cabral. Essa alteração se faz extremamente necessária. Nós estamos assistindo aos recursos serem retirados da área social, e o SUAS é um sistema que dá equilíbrio neste momento, mas que precisa ter um

orçamento.

A reforma de Temer e a do Bolsonaro acabaram por interferir e tirar direitos trabalhistas. Isso complicou a vida de usuários que trabalham, porque, como nós estamos sabendo, há uma redução no auxílio emergencial.

Nós queremos um auxílio emergencial de no mínimo 600 reais, porque não dá para as pessoas conviverem hoje com o valor que aí está, desde os alimentos até às obrigações sociais que cada um tem.

Então, é importante que todo usuário tenha assistência; mas nós temos que vê-lo por dentro. Por exemplo, as trabalhadoras domésticas, que são usuárias, que mandam seus recursos para o interior do País precisam ter mais suporte, assistência. E não é só olhar uma questão visível, mas é importante que possamos olhar também o interior: a região que essa pessoa mora, as tarefas que ela tem como responsável, militante, chefe de família, para que esse sistema, que é o melhor, tenha realmente o suporte, os recursos orçamentários necessários para dar conta dessas demandas.

Então, essas reformas fizeram com que esses usuários prejudicados - e hoje há um índice enorme de desempregados - ainda não tenham condições sequer de se alimentar direito ou ter onde morar.

Portanto, Sr. Presidente, é uma campanha que nós fazemos, é uma atenção que nós pedimos para o fortalecimento do Orçamento do SUAS, a fim de que essas pessoas, inclusive as mais vulneráveis, possam ter uma assistência necessária, e que o nosso Brasil, que está vivendo um momento terrível de desemprego, de fome - voltando para o mapa da fome - possa recuperar esse cidadão, essa cidadã, para que também se fortaleça e tenha oportunidade de trabalho.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 227/288

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 95.2021.B | Sessão Outro Evento | 21/10/2021-10:20 |
| Publ.: DCD - 10/22/2021 - PADRE JOÃO-PT -MG | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Expectativa de julgamento da chapa Bolsonaro/Mourão pelo Tribunal Superior Eleitoral. Indiciamento do Presidente Jair Bolsonaro por crimes contra a humanidade pela CPI da Covid. Subserviência do Governo Federal ao capital

financeiro. Cumplicidade do Presidente Arthur Lira e da Casa com o Governo Jair Bolsonaro. Impunidade dos responsáveis pelas tragédias socioambientais ocorridas nos Municípios de Brumadinho e Mariana, no Estado de Minas Gerais. Propagação rotineira de fake news pelo Presidente Jair Bolsonaro. Desestruturação do Programa Bolsa Família. Exigência de afastamento do Presidente da República.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, solicito a V.Exa. que seja divulgado também o meu pronunciamento no programa a *Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Eli Borges. SOLIDARIEDADE - TO) - Será divulgado.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG) - Presidente, em que pese a derrota do Bolsonaro nas urnas, na semana que vem, está previsto o julgamento da chapa no Tribunal Superior Eleitoral.

A esse processo em que se deu a eleição, em cima de fraude, *fake news* soma-se também o relatório final da CPI, o pedido de indiciamento do Bolsonaro por crime contra a humanidade, crime contra a humanidade. E há ainda, Presidente, mais de cem pedidos de *impeachment* nesta Casa, mais de cem pedidos de *impeachment*.

O Estado brasileiro como um todo está derretendo. Trata-se de um Governo que governa o capital financeiro. Só o capital financeiro manda. Olhem o custo de vida, a inflação, o preço da gasolina, a miséria, a fome, além dos 600 mil mortos. E há cumplicidade desta Casa, inclusive do Presidente. Há mais de cem pedidos de *impeachment* e ele não é pautado, o que é um desrespeito ao conjunto desta Casa.

Há setores desta Casa que sustentam esse Governo genocida e ajudam no desmonte do Estado brasileiro. Temos um Estado mínimo para os pobres, para a maioria, e um Estado máximo para o capital financeiro. Infelizmente, também setor do Poder Judiciário... Por isso, podemos falar do Estado brasileiro. Vejam bem, há mil dias ocorreu o crime da Vale em Brumadinho e nada aconteceu. São 6 anos do crime da Vale em Mariana e nada. Onde está a nova Bento Rodrigues?

E as *fakes* desse Governo continuam. O Programa Minha Casa, Minha Vida é uma *fake*, porque não tem um centavo. O Programa Auxílio Brasil é um desmonte do Programa Bolsa Família, é mais um ataque aos pobres. É uma vergonha! Por isso, o "Fora, Bolsonaro!" é uma exigência, para garantir dignidade ao povo brasileiro e dar perspectiva inclusive econômica. Quem sempre defendia a economia sabe que não existe perspectiva nenhuma com esse Governo. Não há nada na

geração de emprego e na retomada. Graças à vacina, embora tardia pelo Governo, criam-se condições para as atividades econômicas, mas não há perspectiva de Governo, lamentavelmente.

Fora, Bolsonaro!

Obrigado, Presidente.

Documento 228/288

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 95.2021.B | Sessão Outro Evento | 21/10/2021-10:32 |
| Publ.: DCD - 10/22/2021 - GENERAL GIRÃO-PSL -RN | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Participação na comitiva do Presidente Jair Bolsonaro em visita aos Estados do Rio Grande do Norte e Ceará para inauguração de obras hídricas. Inconsistência de pesquisas de opinião pública sobre o baixo índice de popularidade do Presidente da República na Região Nordeste. Realização da 59ª Festa do Boi, da Feira do Camarão e da Feira Internacional da Fruticultura Tropical Irrigada - EXPOFRUIT, no Estado do Rio Grande do Norte. Repúdio à CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Defesa de investigação do desvio, pelo Consórcio do Nordeste, de recursos federais destinados ao combate à epidemia de coronavírus.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sra. Presidente.

Eu agradeço a palavra e solicito que o nosso pronunciamento seja ecoado no programa *A Voz do Brasil*.

Sra. Presidente, ontem acompanhamos o Presidente Bolsonaro numa visita ao Estado do Rio Grande do Norte e ao Estado do Ceará, onde fez mais entregas relativas ao Circuito das Águas, uma ação fenomenal do Governo. É um Presidente que faz, apesar desse discurso derrotista da Esquerda.

Lamentamos muito todos os adjetivos que têm sido colocados para o nosso Presidente. De qualquer maneira, o nosso Presidente está fazendo muito pelo Estado brasileiro. Os Ministros estão atuando bastante. O Ministro Rogério Marinho está entregando segurança hídrica para vários Estados, principalmente da Região Nordeste. É disso que o Brasil precisa, e não de derrotistas, não de pessoas inclusive vinculadas à religião católica, com derrotismo, defendendo

quem roubou e deixou roubar e não foi inocentado. Isso é lamentável. Mas entendemos que faz parte do discurso democrático. Eu espero que o Brasil evolua bastante e que esse tipo de discurso vá diminuindo com o passar do tempo. Não dá mais para sermos derrotistas!

O Brasil não parou. O Brasil fez com que não faltasse comida no mundo. Nós precisamos produzir cada vez mais.

As pesquisas de opinião inverídicas e manipuladas que dizem que o nosso Presidente será derrotado no Nordeste são mentirosas demais. A parada não programada ontem na cidade de Baraúna, aqui no Rio Grande do Norte, foi maravilhosa. Mais uma vez, eu acompanhei o Presidente e vi o povo o aclamando. Não havia nada programado. Espontaneamente, essas pessoas estiveram presentes, apoiando, aplaudindo, querendo tirar uma fotografia, querendo um cumprimento do Presidente da República.

É disso que o Brasil precisa. O Brasil é um país que produz. É para isso que estamos trabalhando muito.

Há pouco, estive na cerimônia oficial em que se anunciou que a Festa do Boi, no Estado do Rio Grande do Norte, ocorrerá de 13 a 20 de novembro.

Produtores de boi, por favor, sintam-se convidados! Teremos, sim, mais uma grande Festa do Boi. Será a 59ª Festa do Boi. Esperamos poder receber todos os produtores do Brasil, de 13 a 20 de novembro. Estaremos juntos aqui no Estado do Rio Grande do Norte, onde teremos também a Feira do Camarão e a EXPOFRUIT, ambas em novembro. Por favor, estamos juntos, porque queremos produzir. Este é o Brasil que produz.

Para concluir as minhas palavras, Sra. Presidente, eu gostaria de dizer que ontem foi o dia do respeitável circo, como falou Alexandre Garcia. Graças a Deus, a CPI mostrou a que veio, ou seja, para mostrar mentiras ao povo brasileiro! Vai ser, talvez, a CPI de maior fracasso na história política do Brasil. Essa CPI conduzida por pessoas sem o menor quilate concluiu coisas absurdas e, inclusive, não deu direito de defesa. Indiciaram várias pessoas, inclusive Parlamentares, sem que tenham sido ouvidas. Isso é um absurdo! Esse pessoal ou não estudou direito ou não entendeu as aulas ou estava dormindo, vagabundando nas aulas. Essa é a realidade daqueles que fizeram esta CPI.

Lamentamos muito. Sabemos que o Brasil não vai dar ouvidos a essa palhaçada que foi a CPI do Senado. Nós queremos que seja investigado o Consórcio Nordeste. Deixo aqui a minha palavra final: Governadores do Nordeste e do Consórcio Nordeste têm que ser investigados. Esse Consórcio Nordeste tem que ser extinto. Essas

peessoas tem que ser presas.

Eu quero de volta o dinheiro do Rio Grande do Norte - foram 5 milhões de reais! Governadora Fátima, cadê o nosso dinheiro que a senhora levou? Nós o queremos de volta.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 229/288

| | | |
|---|---------------------------|------------------------------------|
| 95.2021.B | Sessão Outro Evento | 21/10/2021-10:40 |
| Publ.: DCD - 10/22/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Invasão da Câmara Municipal de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, por defensores do nazismo. Comprovação, pela CPI da Covid, do genocídio praticado pelo Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Apelo ao Presidente Arthur Lira por abertura de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, certa vez Einstein pronunciou a seguinte frase: "*Duas coisas são infinitas: o universo e a estupidez humana*". Sobre a primeira, o universo, ele disse que há dúvidas quanto à finitude, mas não sobre a segunda.

Quando eu vi ontem a cena de pessoas com a suástica nazista invadindo a Câmara Municipal de Porto Alegre, porque se rebelaram contra a vacina - são bolsonaristas -, eu fiquei pensando: "*De onde saiu essa gente?*" O nazismo foi derrotado em 1945! Mas eles continuam com ideias fascistas. E o exemplo maior disso é o Presidente da República.

Ontem, a CPI demonstrou cabalmente, com provas robustas, a resposta deste Governo à pandemia: o genocídio praticado aqui no Brasil, particularmente. Ele respondeu a pandemia com a contaminação de rebanho, sendo contra o isolamento, contra o uso de máscara e contra a vacina.

Ontem nós fomos manchete em todo o mundo! Os maiores jornais capitalistas do mundo colocaram o Bolsonaro como uma figura exótica, esdrúxula, execrável, que pregou a contaminação de rebanho, e

denunciaram a corrupção até na compra de vacinas.

Eu vi o filho do Presidente responder ao relatório da CPI com uma gargalhada, como a que o Bolsonaro deu. O Bolsonaro debochou de 600 mil famílias. E ele cometeu não só crimes comuns, mas também crimes de responsabilidade: infração a medidas sanitárias preventivas, crime de epidemia com resultado de morte, charlatanismo, emprego irregular de verba pública, prevaricação no cargo, incitação ao crime, falsificação de documentos, crime contra a humanidade.

Gente, como é que pode! O Presidente da República e os bolsonaristas querem criar uma narrativa diferente do que foi a realidade brasileira. O Brasil foi campeão em mortes, por desídia, por querer a todo custo impor uma visão sanitária em que o Ministério da Saúde foi o centro, em que o gabinete paralelo foi o centro da formulação da morte, da necrofilia.

É evidente que isso causará um enorme desgaste aos bolsonaristas. Não há como responder a isso porque é factual. Basta ver os pronunciamentos do Presidente debochando do povo: "*Mi-mi-mi. E daí? Não sou coqueiro*". Ele mesmo se autoincrimina. Então, nós temos um delinquente na Presidência.

Presidente Lira, puxe o *impeachment* já!

Augusto Aras, não se omita em cima do relatório da CPI!

Fora, Bolsonaro!

Documento 230/288

| | | |
|---|----------------------------|------------------------------------|
| 95.2021.B | Sessão Outro Evento | 21/10/2021-10:44 |
| Publ.: DCD - 10/22/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Indiciamento do Presidente Jair Bolsonaro pela CPI da Covid. Apelo ao Presidente Arthur Lira de votação do Projeto de Lei nº 1.374, de 2021, sobre a instituição do auxílio gás social.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta Rosângela Gomes, todos os colegas Deputados e Deputadas e povo brasileiro, meus cumprimentos.

No meio de tanta notícia ruim, como o indiciamento do Sr. Presidente da República pela CPI, por nove crimes, até mesmo por crimes contra a humanidade, temos uma boa notícia, no início desta semana foi aprovado pelo Senado Federal o Projeto de Lei nº 1.374, de 2021.

Trata-se de PL do Deputado Carlos Zarattini, coautoria minha e do restante da bancada do Partido dos Trabalhadores - eu, inclusive, tinha ingressado com o projeto da tarifa social do gás em fevereiro deste ano. Obviamente houve a aprovação do PL aqui pela Câmara dos Deputados, e agora pelo Senado Federal.

A população está sofrendo muito com a fome, com os aumentos de preços, com a inflação de dois dígitos que temos hoje no País, inclusive com situações como essa do gás, que tem causado mortes e deixado órfãos, como vimos, em Osasco, uma mãe que veio a ter 90% do seu corpo queimado e faleceu, deixando órfã uma criança de 8 meses.

O Senado, assim como a Câmara dos Deputados, teve a sensibilidade de aprovar esse projeto de lei, obviamente com mudanças - que achei interessantes -, propostas pelo Relator Marcelo Castro, como o caso do financiamento desse projeto também ser feito pelos dividendos da PETROBRAS. E isso vai ser também uma das fontes de financiamento neste momento.

Esse é um projeto importante que prevê um desconto mínimo de 50% para o gás de cozinha para a população de baixa renda, que recebe até meio salário mínimo, na faixa de 550 reais, e também para as pessoas que têm o Benefício de Prestação Continuada. Nós sabemos o quanto as pessoas têm deixado de comprar o gás de cozinha. Só este ano foram sete aumentos. Agora, no mês de setembro, houve um aumento de 7%. Ao longo de 1 ano, houve um aumento de 60%. E só este ano nós tivemos um aumento de 40%. Portanto, a população está tendo muita dificuldade de ter acesso ao gás.

Espero, neste momento, com o retorno do projeto à Câmara, que o Presidente Arthur Lira possa colocá-lo em pauta já na semana que vem, se possível, para ser votado e encaminhado à Presidência da República para sanção o mais breve possível.

Quem tem fome, quem precisa do gás de cozinha para cozinhar os seus alimentos tem pressa, não pode esperar mais!

Por isso, faço esse apelo aqui da tribuna da Câmara dos Deputados. A população está sofrendo muito e precisa disso. E o Parlamento está dando a sua resposta - já que o Governo não dá -, o Parlamento está fazendo a sua parte. Na semana que vem, se o Presidente Arthur Lira pautar essa matéria, nós vamos votá-la novamente e encaminhá-la à

Presidência da República.

Peço o registro do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*,
Sra. Presidenta.

Documento 231/288

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 95.2021.B | Sessão Outro Evento | 21/10/2021-11:00 |
| Publ.: DCD - 10/22/2021 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Relevância dos trabalhos realizados pela Fundação Dr. Jesus em prol de dependentes químicos, no Estado da Bahia. Congratulações ao fundador da entidade, Deputado Pastor Sargento Isidório. Tramitação, na Comissão de Seguridade Social e Família, do Projeto de Lei nº 931, de 2020, de autoria do orador, acerca da dispensa das trabalhadoras domésticas e diaristas, em caso de estado de calamidade pública e emergência declarada, sem prejuízo da remuneração mensal, bem como dos direitos trabalhistas e previdenciários.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, nesta manhã, parabenizar e, ao mesmo tempo, agradecer ao Deputado Pastor Sargento Isidório, fundador da Fundação Dr. Jesus, que faz um trabalho importante e corajoso e que sempre esteve lado a lado com o nosso projeto aqui na Bahia, junto com o Senador Jaques Wagner, com o Governador Rui Costa e com o Presidente Lula.

Eu digo isso porque ontem, na Comissão de Seguridade Social e Família, discutimos um projeto de minha autoria que cria oportunidade para fortalecer a categoria das mulheres empregadas domésticas no Brasil.

O Deputado Pastor Sargento Isidório, na Comissão, lembrou que eu fui Secretário de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza de 2007 a 2010, quando nós fizemos um trabalho junto com a Fundação Dr. Jesus - foi praticamente o primeiro convênio do Estado com ela - para que ela tivesse mais condições de criar oportunidades de trabalho para aqueles que dela precisavam. Essa foi uma parceria importante e fundamental que nós fizemos. A Fundação Dr. Jesus tinha em torno de 70 pessoas e passou a ter 1.200 pessoas. Ela é uma porta de entrada para aqueles que são dependentes químicos e atende diversos Municípios e organizações do Estado da Bahia.

Eu quero parabenizar o Deputado Pastor Sargento Isidório pelo seu trabalho e me colocar sempre à sua disposição para, juntos, podermos criar cada vez mais oportunidades para as pessoas que precisam de assistência.

Ao mesmo tempo, quero saudá-lo por estar lado a lado com o PT, lado a lado com o projeto liderado aqui na Bahia pelo Senador Jaques Wagner, enfim, por estar lado a lado nesse projeto que nós estamos construindo em âmbito nacional.

Parabéns, Deputado Pastor Sargento Isidório, pelo seu trabalho, pela sua dedicação! Estenda esses parabéns a toda a sua família, que dedica a vida à Fundação Dr. Jesus.

Documento 232/288

| | | |
|--|----------------------------|------------------------------------|
| 95.2021.B | Sessão Outro Evento | 21/10/2021-11:08 |
| Publ.: DCD - 10/22/2021 - BOHN GASS-PT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Apoio ao relatório final da CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Crimes praticados pelo Presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento à epidemia de coronavírus.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputada Rosangela Gomes, que está na coordenação dos trabalhos.

Venho a esta tribuna hoje para fazer aqui na Câmara dos Deputados a campanha que a sociedade brasileira precisa fazer, que é pela aprovação do relatório da CPI da Pandemia, lido neste momento no Senado Federal.

A votação será realizada na próxima semana. Este é o momento em que fica evidenciada a parte mais cruel do Governo Bolsonaro: esse genocídio. Mais de 600 mil pessoas perderam a vida, e muitas mortes poderiam ter sido evitadas.

Na época, quando se iniciou esse processo da CPI, nós tínhamos 1.832 mortes no Brasil por milhão de habitantes; estávamos em décimo quarto lugar. Agora, quando foi lido o relatório, não estávamos mais em 1.800, que já era um número extraordinário, mas em 2.819 mortes por milhão de habitantes, em sétimo lugar.

Os crimes apontados nesse relatório não são poucos: crime contra a humanidade, de extermínio, de perseguição, de atos desumanos, de prevaricação, de charlatanismo, de incitação ao crime, de epidemia com resultado de morte, de falsificação de documento, de uso irregular da verba pública, de infração de medida sanitária, de violação de direito social, de incompatibilidade com a honra, o decoro e a dignidade do cargo. Se somadas as penas máximas de todos esses crimes - cometidos, sim, pelo maior responsável por esse caos generalizado no Brasil, que é Jair Messias Bolsonaro -, nós chegaremos à pena máxima de 78 anos de prisão.

Essa punição precisa acontecer! Nós não podemos silenciar diante dessas mortes e achar normal o anormal que nós vivemos no País. Por isso, estou aqui na Câmara dos Deputados para dizer: povo brasileiro, vamos fazer uma mobilização pela aprovação desse relatório. Ele ainda está em debate, mas as responsabilizações precisam ser feitas. Além do descaso com o tema da pandemia e as mortes que nós tivemos, ficou muito evidenciado outro lado cruel desse Governo, que é a corrupção planejada, em cima, inclusive, da dor e do sofrimento, para comprar vacina e também as mentiras e as *fake news*.

Documento 233/288

| | | |
|--|--|------------------------|
| 124.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária CD | -21/10/2021- 12:00 |
| Publ.: DCD - 10/22/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Solicitação à Presidência de informações sobre a retomada dos trabalhos presenciais. Sugestão à Presidência de manutenção pela Casa do sistema de votação virtual.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Rosangela, eu quero pedir a V.Exa. uma informação em decorrência do fato de nós estamos numa instabilidade aqui no plenário.

Eu vi o Presidente Lira, no Twitter dele - é verdade que não é uma manifestação oficial da Casa, mas é o Twitter do Presidente -, dizer que nós voltaríamos às sessões presenciais. Obviamente, haverá um momento em que nós vamos chegar a isso, e o Presidente estaria, então, trabalhando no sentido de que essas sessões voltassem. Mas nós não temos uma definição.

Na semana que vem, vamos ter sessões presenciais? Serão só presenciais? Serão mistas ou híbridas as sessões? Enfim, é uma dúvida que paira.

A segunda questão, Sra. Presidente, que quero levar a V.Exa. é a seguinte: quando voltarmos, e vamos voltar mais cedo ou mais tarde às sessões presenciais, sugiro a V.Exa. e, na pessoa de V.Exa., à Mesa que não terminemos com a participação virtual dos Deputados. Se ela vai ser presencial, então o Deputado vem a Brasília e registra a presença aqui no plenário. Como ele estará presencialmente em Brasília, que ele possa, a partir dessa presença física em plenário, abrir o sistema virtual -- isso é importante para nós todos, Presidente -- e votar do gabinete, falar do gabinete, falar pelo celular, falar pelo sistema. Tudo isso desde que ele tenha a presença em plenário, garantida aqui no painel.

É uma inovação, é algo que temos que garantir, é algo que temos que assegurar como um avanço, que é resultado exatamente de tudo o que aconteceu na pandemia. Ela não pode ter vindo só para matar 600 mil pessoas e infelicitar a vida dos seres humanos, do Brasil, dos brasileiros. Enfim, nós desta Casa temos que tirar lições, e a grande lição é esta: voltamos ao presencial, damos a nossa presença aqui na mesa, que será registrada no painel em Brasília, mas se libere o virtual, para que o Deputado tenha mobilidade e possa assim se manifestar.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rosangela Gomes. REPUBLICANOS - RJ) - Deputado Pompeo de Mattos, a Mesa se reuniu, deliberou sobre o tema, está tomando todas as medidas e providências com relação à segurança de todos os Srs. Deputados e de todas as Sras. Deputadas e também de todos os funcionários.

Obviamente, todos os regramentos e normas serão repassadas para os nossos Líderes. Peço a V.Exa. que tenha um pouquinho de paciência, porque chegará a V.Exa. as informações precisas.

Peço aos Líderes que deem celeridade para mantermos o ritmo da sessão.

Deputada Erika Kokay, V.Exa. está com a palavra.

Sumário

Associação à proposta do Deputado Pompeo de Mattos de manutenção pela Casa do sistema de votação virtual.

O SR. MARCELO NILO (PSB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, serei rápido. Quero apenas concordar com o Deputado Pompeo de Mattos. Acho que colocar 300, 400 Deputados aqui dentro deste plenário é perigoso, uma vez que a pandemia não acabou e que as informações que nós temos são de que no serviço médico da Câmara tem aumentado consideravelmente o número de contaminados pela COVID. Então, a sugestão do Deputado Pompeo de Mattos é corretíssima.

Eu apenas acho que as pessoas que estão presentes no plenário têm que ter preferência para falar. O Deputado vem dar a presença, pode votar virtualmente, inclusive no próprio gabinete, mas, para discursar, para falar, a preferência seria dos Deputados que estão aqui no plenário. É essa a minha posição pessoal, a posição do Deputado Marcelo Nilo.

Documento 235/288

| | | |
|---|--|------------------|
| 124.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/10/2021- CD | 12:08 |
| Publ.: DCD - 10/22/2021 - TABATA AMARAL-PSB -SP | | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | DOS ORDEN DO DIA | PARECER DISCURSO |

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 3.878, de 2020, pertinente à alteração da Lei nº 13.667, de 2018, com vista à concessão de prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica ou familiar pelo Sistema Nacional de Emprego - SINE.

A SRA. TABATA AMARAL (PSB - SP. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sra. Presidente. É uma alegria vê-la aí, minha amiga, como Presidente desta sessão.

Cumprimento todos os Parlamentares presentes e, de modo muito especial, o Deputado Capitão Alberto Neto, autor dessa iniciativa tão

importante.

Peço permissão a todos os presentes para ir diretamente ao voto da Relatora.

"II - Voto da Relatora

II.1 - Do Mérito

O projeto ora examinado é oportuno e meritório. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, durante a pandemia, uma em cada quatro mulheres acima de 16 anos de idade afirmou ter sofrido algum tipo de violência no ano de 2020. Isso implica dizer que em torno de 17 milhões de mulheres sofreram violência física, psicológica ou sexual naquele ano.

A pesquisa indicou, ainda, que houve um aumento no número de agressões dentro de casa, que passou de 42% para 48,8%, e um crescimento na participação de companheiros, namorados e ex-parceiros como autores das agressões. No entanto, a pesquisa demonstrou que a violência doméstica não está restrita ao companheiro, registrando também casos envolvendo pai e mãe, irmão e irmã, padrasto e madrasta e até filhos e filhas, caracterizando uma violência intrafamiliar. Outro importante aspecto revelado pela pesquisa é que as vítimas de violência doméstica compõem um dos grupos que mais perderam emprego e renda durante a pandemia.

Como resultado desses fatores, observamos que os casos de violência doméstica comprometem a autonomia econômica das vítimas da violência e aumentam o seu grau de dependência do parceiro assediador.

Nesse contexto, toda proposta que vise criar condições que auxiliem as mulheres a se manterem afastadas das situações de violência doméstica é bem-vinda e deve ser analisada com o máximo empenho e rapidez por esta Casa Legislativa.

É sob essa ótica que devemos analisar o Projeto de Lei nº 3.878, de 2020. Como vimos, os impactos da violência doméstica sobre o mercado de trabalho aumentam o grau de dependência das mulheres vítimas de violência, e as iniciativas que priorizem o seu acesso ao emprego devem ser incentivadas. Esse é justamente o caso da proposta em tela.

Contudo, achamos mais pertinente que as alterações pretendidas fiquem restritas à legislação própria sobre o assunto, razão pela qual estamos apresentando um substitutivo, para que a matéria fique restrita

à Lei nº 13.667, de 2018, que dispõe sobre o SINE, órgão responsável pelas políticas públicas de qualificação e de recolocação dos trabalhadores no mercado de trabalho.

II.2 - Da Adequação Financeira e Orçamentária

Relativamente à compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do projeto, o Regimento Interno da Câmara dos Deputados - arts. 32, X, "h", e 53, II - e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI/CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade da proposição com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento anual. Além disso, essa mesma NI/CFT define que também nortearão a análise outras normas pertinentes a receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

O art. 1º, §1º, da NI/CFT define como compatível *'a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor'*, e como adequada *'a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual'*.

Da análise do Projeto de Lei nº 3.878, de 2020, observa-se que ele contempla matéria de caráter essencialmente normativo, não acarretando repercussão direta ou indireta na receita ou na despesa da União. Nesse caso, torna-se aplicável o art. 32, X, "h", do Regimento Interno desta Casa, que dispõe que somente as proposições que importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública estão sujeitas ao exame de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária.

Em adição, o art. 1º, § 2º, da NI/CFT prescreve que se sujeitam obrigatoriamente ao exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira as proposições que impliquem aumento ou diminuição da receita ou despesa da União ou repercutam de qualquer modo sobre os respectivos orçamentos, sua forma ou seu conteúdo. No entanto, quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira, o art. 9º da NI/CFT determina que se deve concluir no voto final que à Comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não.

II.3 - Da Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa

Conforme prevê o Regimento da Casa, o exame da constitucionalidade envolve a verificação de legitimidade das iniciativas legislativas, da

competência para legislar e da adequação das espécies normativas à matéria regulada.

Não há vícios a apontar quanto à adequação da espécie normativa, vez que trata de matéria a ser regulada por lei ordinária. Há que se reconhecer, ainda, que essa matéria integra o rol de competências constitucionais da União.

A proposição está em linha com os princípios e normas que alicerçam o ordenamento jurídico pátrio. Os dispositivos nela disciplinados são oportunos e necessários e encontram razoabilidade e coerência lógica com o direito positivo. Assim, não há óbices à aprovação da matéria aqui relatada quanto à constitucionalidade, boa técnica legislativa e juridicidade.

II.4 - Conclusão do Voto

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.878, de 2020, nos termos do substitutivo anexo.

Na Comissão dos Direitos da Mulher, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.878, de 2020, nos termos do substitutivo da CTASP.

Na Comissão de Finanças e Tributação, somos pela não implicação financeira ou orçamentária da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária do Projeto de Lei nº 3.878, de 2020, e do substitutivo da CTASP e, no mérito, pela sua aprovação, nos termos do substitutivo da CTASP.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.878, de 2020, e do substitutivo da CTASP."

Sra. Presidente, gostaria apenas de adicionar que, neste momento em que a pandemia, obviamente, aprofundou e expôs nossas muitas desigualdades, nós temos aqui duas situações que foram, sim, agravadas: uma delas é a situação da violência contra a mulher; e a outra é a do desemprego, especialmente entre as mulheres. Esta proposta, na forma do substitutivo, vem dar uma resposta extremamente necessária e urgente a essas duas questões, contribuindo, assim, para que possamos ser um país mais justo e desenvolvido, que de fato olha para as pessoas mais vulneráveis e que entende que o seu desenvolvimento social e econômico passa, sim, pela inclusão das mulheres no mercado de trabalho e por sua proteção.

Dessa maneira, peço o apoio de todos os colegas Parlamentares e

cumprimento mais uma vez o autor desta proposta, pela sua sensibilidade e por se colocar como aliado nesta luta tão importante. Mais uma vez, muito obrigada.

Eu me coloco à disposição de todos e todas.

Documento 236/288

| | | |
|--|--|------------------------|
| 124.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/10/2021- CD | 12:16 |
| Publ.: DCD - 10/22/2021 - CELINA LEÃO-PP -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 3.878, de 2020, pertinente à alteração da Lei nº 13.667, de 2018, com vista à concessão de prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica ou familiar pelo Sistema Nacional de Emprego - SINE.

A SRA. CELINA LEÃO (PP - DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente, que, como sempre, honra-nos presidindo esta sessão e por se uma mulher que faz parte da Mesa Diretora. V.Exa. sabe do nosso carinho. Enobrece-nos muito ter um projeto desta envergadura sendo votado hoje, e com V.Exa. presidindo esta sessão no plenário.

Eu quero cumprimentar o Deputado Capitão Alberto Neto, porque é um dos homens que fazem a diferença na luta por direitos e pela garantia de igualdade para as mulheres. Quero parabenizar o Deputado pela sensibilidade que teve neste momento, como disse muito bem a nossa Relatora, pós-pandemia, em que ainda estamos na pandemia, em que o número de empregos está em queda realmente, em que há dificuldades de empregabilidade.

Este projeto visa garantir que aquelas mulheres que são vítimas de violência tenham prioridade no SINE. Isso é muito louvável. É um projeto que eu acredito que vai mexer, sim, com a estrutura da questão da violência doméstica. Muitas mulheres não denunciam porque se sentem, às vezes, hipossuficientes para manter as suas crianças, os seus filhos. Nós sabemos que uma das formas de libertação da violência doméstica é a independência financeira.

Quero parabenizar pelo brilhante relatório a Deputada Tabata Amaral, que o fez com muito carinho e conseguiu realmente fazer as adequações necessárias. Quero parabenizar todas as mulheres. É

mais um projeto da bancada feminina sendo votado e que tem um homem como autor. Isso nos enobrece muito. Parabênzo a Deputada Tabata.

Espero que este projeto mude a realidade de muitas mulheres no Brasil.

Obrigada, Sra. Presidente.

Documento 237/288

| | |
|--|--|
| 124.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/10/2021- CD 13:28 |
| Publ.: DCD - 10/22/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA |
| | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Necessidade de aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 5.510, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 10.260, de 2001, acerca do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, com vista à dispensa do pagamento, pelos beneficiários, de amortizações de financiamentos e encargos operacionais; e do Projeto de Lei nº 5.511, de 2020, a respeito do parcelamento de débitos vencidos junto ao Fundo de Financiamento Estudantil - FIES. Pedido à Casa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2021, relativa ao parcelamento, em 240 meses, de débitos previdenciários das municipalidades brasileiras. Relevância dos trabalhos realizados pela CPI da Covid. Apresentação do relatório final do órgão.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputada Rosangela. Parabéns a V.Exa. pelo excelente trabalho que faz na Câmara. V.Exa. nos preside com muita honra, muita sabedoria, muita inteligência e muito equilíbrio e faz esta Câmara grande e forte pela sua presença, como outras tantas mulheres guerreiras como V.Exa. também o fazem, no Parlamento nacional, não só para o Rio de Janeiro, mas para o Brasil inteiro.

Eu quero dizer que nós estamos numa luta, Presidente, na questão do FIES. Ora, no ano passado, eu apresentei o Projeto de Lei nº 1.262, de 2020, que juntamente com outros colegas Parlamentares, aprovamos. Ele virou lei e nós suspendemos o pagamento do FIES no ano de 2020.

Para este ano, apresentei outro projeto de lei, o Projeto de Lei nº 5.510, ainda de 2020, mas para que, em 2021, também fosse suspenso o

pagamento do FIES, até porque a pandemia não terminou.

A pandemia não acabou. Nós precisamos suspender o pagamento. O texto está pronto para vir a plenário, e nós temos que ir à luta, insistir, persistir, exigir, cobrar, teimar, até porque é justo, é meritório.

Além deste projeto, eu tenho um terceiro, o Projeto nº 5.511, também de 2020, que permite a renegociação dos débitos vencidos do FIES por até 90 parcelas. Ou seja, nós temos que emprestar um socorro aos jovens, àqueles que financiaram os estudos, formaram-se e estão desempregados e não têm como pagar, têm que prorrogar esse pagamento. Aqueles que vivem esse drama precisam de amparo. Com alguns, tem que ser repactuado esse pagamento. Outros, os atuais, Presidente, lamentavelmente, aqueles que estão estudando e que, se tiverem dívidas com a Caixa, não podem renovar o FIES. É uma coisa hilária, absurda que a Caixa Econômica esteja negando a renovação dos atuais contratos do FIES para aqueles estudantes que tenham alguma dívida com a Caixa. É um prêmio negativo.

Então, quero deixar aqui meu protesto, a minha indignação contra isso. Vamos lutar para recompor essa questão do FIES, para não deixar os jovens inadimplentes.

Eu sou filho do crédito educativo. Estou aqui porque estudei graças ao crédito educativo. A Deputada Rosângela diz a mesma coisa. Isso mostra exatamente o investimento que fizeram. Estão aqui os Deputados em função daquela aposta feita lá atrás. Assim, nós temos que apostar nas novas gerações.

Por outro lado, Presidente, eu quero pedir o apoio à PEC 15, a PEC que possibilita que os Municípios parcelem seus débitos previdenciários em 240 parcelas, de maneira excepcional. Isso é um desafogo das dívidas que os Prefeitos têm com os fundos de pensão, os débitos com a Previdência. Até 60 vezes, não haverá as multas de mora; 80% de corte dos juros, ou seja, corta 60% da multa, corta 80% dos juros, 60% dos encargos legais e 50% dos honorários advocatícios. Assim, pode-se tirar certidão positiva com efeito negativo e o Município volta a ser adimplente. Como disse, é um desafogo aos nossos Prefeitos. Os Prefeitos precisam, necessitam, para recompor a gestão e equilibrar, financeiramente, o Município, porque eles não têm condições de pagar esse valor, que é exorbitante, que é exagerado. Este Parlamento se faz necessário.

Quero dizer que eu me somo à luta dos Prefeitos da nossa FAMURS - Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul, da CNM - Confederação Nacional de Municípios. Falei com o Prefeito Diego Picucha, da minha querida Parobé, e com outros tantos Prefeitos que estão nesta pauta, estão nesta luta, para que possamos aliviar um

pouco o caixa, porque os Prefeitos estão no sufoco.

Para finalizar, Presidente, eu quero dizer que nós estamos assistimos ali, do outro lado, na outra Casa, no Senado, ao fim da CPI da COVID. Já participei de muitas CPIs nesta Casa, afinal de contas, estou no quinto mandato: a CPI do Narcotráfico, a CPI do Mensalão, a CPI dos Correios, a CPI das Armas, a CPI do Sistema Prisional. Sempre sabemos como começa a CPI, mas ninguém sabe como ela termina. A CPI da COVID também começou de mansinho e terminou com esse estardalhaço, com muita gente sendo indiciada.

Eu quero dizer que o relatório da CPI - eu acompanhei a leitura - é como aquela velha história: *"Eu aumento, mas não invento"*. Podem até ter aumentado alguma coisa, mas ninguém inventou nada. Está ali que tal pessoa, em tal dia e tal lugar, fez tal coisa de tal jeito. Você vai lá, e está feito. Estão ali as provas testemunhais, estão ali os depoimentos, estão ali os documentos. E há coisas inusitadas. O que fizeram no combate à COVID? O que não fizeram? Negaram a vacina e, quando havia vacina, começaram a negociá-la. *"Ah, mas ninguém deu dinheiro para ninguém!"* Não deram porque não deu tempo. Estavam com a boca na botija e foram pegos no flagrante.

A CPI foi, no mínimo, pedagógica para evitar um mal maior. Isso serve de exemplo, como o melhor exemplo, para que aqueles que estão aí metidos nessas falcatruas saibam que a raposa tanto vai ao ninho que uma hora deixa o focinho. Isso é pedagógico.

Eu não quero ficar apontando para ninguém, porque a mão que aponta um dedo para lá aponta outros tantos dedos para cá, mas a verdade é que a CPI passou a limpo a COVID. Não foi por acaso que morreram mais de 600 mil pessoas! Eu quase morri. Estou aqui, estou vivo para dar resposta, mas outros 600 mil não estão, se foram. São pessoas, vidas, almas, sentimentos.

Negacionistas, infelizmente, levaram pessoas à morte com remédios que não funcionam, com charlatanismo. Esse negacionismo é muito ruim para o País.

Para encerrar, Presidente, eu quero dizer que a CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito é como um inquérito na delegacia: levanta dados, toma depoimentos de testemunhas, aponta indícios e sinaliza os eventuais culpados, os indiciados. Isso vai ao Ministério Público, que vai examinar com profundidade se fará a denúncia ou não. Aí haverá julgamento ou não. Mas é fato que a CPI levantou dados, jogou luzes, clareou muita coisa. E muita gente passou muita vergonha por conta do que foi apontado ali.

O Brasil passou a limpo a COVID-19.

Documento 238/288

| | | |
|----------------------------|---|-------------------------------------|
| 124.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 21/10/2021-13:52 |
| Publ.: DCD 10/22/2021 - | - CAPITÃO ALBERTO NETO-REPUBLICANOS -AM | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ENCERRAMENTO | DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO |

Sumário

Defesa de retomada das aulas presenciais no País. Importância do retorno do alunato brasileiro à sala de aula.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO CAPITÃO ALBERTO NETO.

Exma. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as discussões sobre o retorno às aulas presenciais têm ganhado bastante destaque na imprensa brasileira, principalmente pela importância que a educação tem na formação do cidadão. Eu falo isso não apenas por causa da oportunidade que tive de estudar e saber a diferença que isso fez na minha vida, mas por ser um pai zeloso e vislumbrar um futuro adequado para os meus filhos, a partir do conhecimento. Assim como eu, muitos pais desejam que seus filhos adquiram um aprendizado eficiente, obtenham maior produtividade e se tornem excelentes profissionais, prestando um bom serviço à população e contribuindo para o crescimento do nosso País. Porém, a pandemia trouxe um aspecto totalmente diferente do que almejamos para o nosso povo brasileiro, um risco de retrocesso na educação.

Embora o ensino remoto tenha sido uma alternativa para dar continuidade aos estudos, ele ressaltou o abismo social que existe no Brasil, pois acentuou as diferenças de acesso à educação. Como podemos privar nossas crianças de conteúdo, de ensino de boa qualidade? Esse método de ensino para proteger os nossos jovens da contaminação por COVID-19 não alcança a todos. Para mim isso é inconcebível já que a educação é, sem dúvida, um pilar fundamental da sociedade humana. Não se trata somente do progresso de uma pessoa, mas do desenvolvimento de uma nação inteira. Será que vale

a pena ficarmos de braços cruzados e deixar a pandemia contribuir para o déficit educacional e a evasão escolar? Além disso, o afastamento das escolas por um longo período de tempo também vem afetando a saúde mental de crianças e jovens, a sua capacidade de se relacionar e até de lidar com suas próprias emoções.

O cenário educacional atual é preocupante e representa um risco em potencial para o ensino e saúde mental dos jovens no País. Precisamos reverter esse retrocesso no aprendizado e fazer os nossos alunos voltarem para a sala de aula, cobrar a aplicação dos protocolos sanitários nas redes de ensino, o monitoramento dos casos suspeitos ou confirmados para afastá-los de imediato e disponibilizar testes de COVID-19 no âmbito das escolas. O que não podemos permitir é afastar os jovens de informação e conhecimento. Somente assim será possível minimizar qualquer risco de transmissão e garantir a continuidade do ensino. Neste sentido, também devemos mencionar a necessidade de cuidar dos professores, capacitá-los para fornecer um ensino de qualidade e remunerá-los adequadamente, pois eles são os propagadores de conhecimento, o alicerce da educação. Sendo assim, precisamos retomar as aulas presenciais nas redes de ensino em todo o País e permitir que nossos jovens comecem a construir seu projeto de vida.

Documento 239/288

| | | |
|---------------------------|---------------------------------|-----------------------|
| 023.3.56.N | Sessão Extraordinária - CN | 25/10/2021-10:01 |
| Publ.: DCN - 10/26/2021 - | MARIA CRISTINA SANCHES AMORIM-- | |
| CONGRESSO NACIONAL | HOMENAGEM | HOMENAGEM DISCURSO |

Sumário

Encerramento da campanha Outubro Rosa, destinada à conscientização e combate ao câncer de mama.

A SRA. MARIA CRISTINA SANCHES AMORIM - Olá! Bom dia a todos e a todas.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, representantes que me precederam, é sempre uma honra e um alento participar de um evento como este.

A Femama, que eu represento, foi pioneira em trazer para o Brasil a campanha Outubro Rosa. Por dever de ofício, nós acompanhamos a quantidade de mamografias realizadas mês a mês e é muito claro para a gente, nós temos

dados compilados já de vários anos, que, durante o mês de outubro, aumenta o número de mamografias, o que significa que os nossos esforços, o nosso empenho e o extraordinário apoio dos Srs. Parlamentares e das Sras. Parlamentares têm trazido resultados, as mulheres se cuidam mais durante o mês de outubro. Isso me leva, naturalmente, a um profundo agradecimento pelo apoio e pelo trabalho desta Casa no enfrentamento do câncer de mama.

Eu vou me permitir uma síntese do que disse Luciana, do que disse Gilberto. Nós estamos sempre tratando de ampliar o acesso da mulher aos cuidados necessários no enfrentamento ao câncer de mama. A nossa situação sempre foi difícil no que respeita ao acesso, e a pandemia a transformou numa situação alarmante. Esse é o mote da nossa campanha. Nós sabemos que aproximadamente 1 milhão de mulheres deixaram de fazer seus exames de mamografia durante a pandemia. Isso é gravíssimo. Nós não sabemos exatamente quando, mas sabemos que há uma pandemia dentro da pandemia. Em algum momento, nós vamos receber pacientes em estágios mais avançados de câncer por esse *gap* produzido durante a pandemia.

Eu quero lembrá-los de que a Portaria 3.712, de 2020, destinou R\$150 milhões para os Estados, diretamente ou indiretamente, por meio dos Municípios, ampliem em 30% o número de exames de colo do útero e de mamografia. Então, nós temos, sim, que ficar em cima, cobrar providências dos gestores públicos para que chamem as mulheres aos seus exames, tragam de volta essas mulheres. E, naturalmente, a Femama apoia todas as ações que os Parlamentares têm levado adiante para ampliar o acesso das mulheres aos seus exames e ao tratamento.

Muito obrigada, Senadora.

É isso.

Documento 240/288

| | | |
|---------------------------|----------------------------|-----------------------|
| 023.3.56.N | Sessão Extraordinária - CN | 25/10/2021-10:01 |
| Publ.: DCN - 10/26/2021 - | MARLENE OLIVEIRA-- | |
| CONGRESSO NACIONAL | HOMENAGEM | HOMENAGEM DISCURSO |

Sumário

Saudações aos Parlamentares presentes. Encerramento da campanha Outubro Rosa, destinada à conscientização e combate ao câncer de mama.

A SRA. MARLENE OLIVEIRA - Ah, que bom!

Bom dia a todos e a todas!

Meu agradecimento a você, Senadora Leila, pelo excelente trabalho que vem realizando com a pauta da saúde da mulher.

Quero saudar todos os Senadores que estão nos acompanhando. Não posso deixar de registrar aqui o meu carinho e respeito às Deputadas Federais e grandes guerreiras nesse tema: nossa querida Tereza Nelma, Celina Leão, Flávia Moraes, Silvia Cristina e Carmen Zanotto, que têm estado dia a dia ao nosso lado para serem a nossa voz nas duas Casas.

Que esse trabalho de conscientização das mulheres sobre o câncer de mama e outros tumores femininos, que a gente não pode esquecer, siga e continue até o próximo Outubro Rosa.

O nosso desafio só cresce, pois muitas mulheres nesse período de pandemia - mais de 1 milhão de mulheres - deixaram de realizar seus exames de detecção precoce. Esse dado nos assusta e nos preocupa muito.

Cada uma de nós que estamos aqui hoje nesta sessão solene tão importante, como o Dr. Gebrim acabou de dizer, não temos só que iluminar, temos que ficar de outubro a outubro levando informação. E nós temos um compromisso de continuar aqui buscando formas efetivas de fazer com que a mulher tenha acesso a toda a sua jornada.

Vamos falar mais sobre prevenção neste País. Vamos falar mais sobre diagnóstico precoce. Vamos possibilitar que as mulheres tenham acesso. Vamos atuar mais em rede. Vamos dialogar mais. Vamos cobrar mais. Vamos nos comprometer mais. Somos mulheres fortes e de coragem, uma sempre vai puxar a outra para perto e ser a voz de tantas mulheres que precisam ser vistas e jamais esquecidas.

Que o nosso sistema de saúde esteja preparado para receber essa mulher de uma forma humanizada, e que ela se sinta acolhida. Vamos nos empenhar em diminuir cada dia mais essa desigualdade que existe tanto no Sistema Único de Saúde como na saúde suplementar. As leis precisam ser cumpridas.

A mamografia, a partir dos 40 anos, é muito importante. Precisamos disponibilizar testes genéticos para todas as mulheres que precisam. O câncer de mama em mulheres mais jovens é uma grande realidade, e a gente não pode colocar vendas nos olhos. Que cada mulher que tem um diagnóstico tenha a oportunidade de realizar o seu tratamento com o que tem de mais avançado e atual. Não podemos ter realidades tão diferentes, como a que a gente vive hoje.

E, para encerrar, eu gostaria de dizer que, segundo a OMS, o câncer, até 2030, será a primeira *causa mortis*. Não podemos ficar aqui aguardando esse cenário chegar. Temos que agir, e agir rapidamente. A paciente que tem câncer, o paciente que tem câncer tem pressa. Não podemos continuar perdendo tantas mulheres nessa caminhada, como temos perdido.

Deixo aqui meu grande agradecimento, em nome de todos que estão aqui nos acompanhando.

Muito obrigada, Senadora Leila. A senhora está sendo a voz de muitas e muitas mulheres neste País.

Muito obrigada.

Documento 241/288

| | | |
|---------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 125.2021 | Sessão Comissão Geral | 26/10/2021-11:00 |
| Publ.: DCD - 10/27/2021 - | MÁRCIO ASTRINI--- --- | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate de estratégias e ações do Governo brasileiro na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 26, em Glasgow, Escócia.

O SR. MÁRCIO ASTRINI - Muito bom dia a todos e a todas.

Deputado Sidney Leite, parabéns pela iniciativa de realizar esta Comissão Geral. Obrigado pelo convite.

Faço um agradecimento especial ao meu amigo Nilton Tatto, Deputado do PT, que me fez o convite.

Srs. Deputados, meus amigos e minhas amigas, eu acho que não existe dúvida de que hoje as mudanças climáticas compõem o maior desafio conjunto que a humanidade enfrenta. São, dentro do Acordo de Paris, 196 países participantes, numa mobilização global com cientistas, sociedade civil, chefes de Estado. Não existe um evento do G20, do G7, de Davos em que a agenda de clima não esteja nas pautas ou não seja uma das pautas centrais de debates. As maiores economias do mundo, como China e União Europeia, se mobilizam em torno dessa agenda. Nós acabamos de assistir à volta dos Estados Unidos ao Acordo de Paris. O próprio Presidente americano cita, como um dos quatro pilares do seu governo, o clima.

Então, o mundo está mobilizado nessa agenda e quem não atua nessa realidade hoje ou está de costas para o mundo, ou é irresponsável. E o atual Governo brasileiro é exatamente essas duas coisas: está de costas para o mundo na agenda ambiental e é irresponsável na agenda de clima e de meio ambiente, a começar pelo Presidente da República, que é um negacionista do clima, assim como é um

negacionista da vacina e é um negacionista da pandemia.

Sob o Governo Bolsonaro, o desmatamento na Amazônia não apenas cresceu; ele explodiu: aumentou mais de 46% em relação ao período exatamente anterior ao seu mandato, assim como cresceram as emissões brasileiras de gás de efeito estufa, os incêndios florestais, as invasões de terras indígenas. Toda a proteção ambiental no Brasil, neste momento, está sob risco. Este Governo editou mais de 200 atos políticos contra o meio ambiente em menos de 3 anos de mandato. Temos, hoje, na Presidência da República uma pessoa que, se fosse copiada pelo restante do mundo, pelos outros líderes globais, faria com que já estivéssemos sem esperança de alcançar as metas de Paris.

O Congresso brasileiro tem a missão muito importante de não deixar piorar a imagem negativa do Brasil causada pelo Presidente Bolsonaro, deixando de aprovar um PL que acaba de chegar do Senado. Trata-se de um PL muito ruim, que simplesmente arrebenta com as metas brasileiras de mudanças climáticas. Nós corremos o risco, com a aprovação desse PL, de chegar à Conferência do Clima invalidando a meta que está depositada lá e sem saber qual seria a meta nova para o Brasil, o que faria piorar ainda mais tudo o que já está ruim e o que foi realizado de ruim por esse Governo.

O chamamento do Presidente desta Comissão Geral é: quais são as ações estratégicas para o Governo brasileiro apresentar na COP 26?

Nós teríamos muitos: zerar o desmatamento, diminuir as emissões, assinar tratados de carvão, de floresta, de metano, planos de implementação, de adaptação. Muitos já falaram e vão falar disso, mas o Governo não vai fazer nada disso. Ontem, inclusive, o Governo apresentou o Plano de Crescimento Verde, uma soma de zero, um nada apresentado. Renomearam um grupo de trabalho. Chamaram metade da Esplanada para um evento, para renomear um grupo de trabalho.

Não vai acontecer nada de positivo durante o Governo Bolsonaro na agenda de clima. Ninguém mais confia neste Governo. O melhor ato estratégico que o Brasil poderia levar para a conferência sobre o clima seria uma carta de renúncia do Presidente da República. Isso seria a única coisa que daria algum oxigênio e mudaria um pouco a imagem do Brasil e os prejuízos que nós colecionamos nesta área. Infelizmente, essa renúncia nós sabemos que não vai acontecer. O Governo e esse Presidente não vão fazer nenhum ato a favor do Brasil - a renúncia do Presidente seria o melhor deles.

Portanto, eu acho que a única coisa que nós podemos levar para a conferência sobre o clima é uma união da sociedade civil e de empresários para dizer que o Governo e o Presidente são passageiros,

que o Brasil é maior do que Bolsonaro e que há compromisso no País com a agenda de clima, apesar do atual Governo. Eu acho que o melhor que nós podemos fazer por agora é dar para o restante do mundo o recado de que nós, no Brasil, estamos preparados para retomar a agenda, assim que o período Bolsonaro acabar.

Obrigado.

Documento 242/288

| | | |
|---------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 125.2021 | Sessão Comissão Geral | 26/10/2021-13:40 |
| Publ.: DCD - 10/27/2021 - | JOSÉ RICARDO-PT -AM | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMISSÃO GERAL | COMISSÃO GERAL DISCURSO |

Sumário

Debate de estratégias e ações do Governo brasileiro na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 26, em Glasgow, Escócia.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM) - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero saudar todos os colegas Parlamentares.

Na verdade, a questão é a seguinte: o que o Governo brasileiro, na figura do Presidente e de seus representantes, vai levar para essa Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas? Vai levar a realidade? Vai levar a verdade? A verdade é esta: o aumento do desmatamento. A verdade é que aumentou a devastação do meio ambiente, das florestas; aumentaram as queimadas, a exploração desenfreada sem fiscalização. Na verdade, está sendo denunciado na tribuna desta Casa, já no decorrer deste ano, mas desde o início do mandato do atual Governo, o desmonte total da política ambiental, das estruturas de fiscalização que nós temos. E a Amazônia sente isso mais de perto, com a retirada do IBAMA de várias localidades e a permissão pública, praticamente sem fiscalização nenhuma, de exploração de recursos naturais, do peixe, da madeira, do aumento da mineração ilegal, dos garimpos. Essa é a realidade que nós estamos vivenciando no Brasil, que deveria ser dita nessa conferência internacional.

Nós temos que pensar também na questão do desenvolvimento dito sustentável, na exploração das riquezas. Mas qual é o projeto? O projeto do Governo é essa exploração sem nem ouvir efetivamente a população. Não quer nem ouvir a população indígena. O Governo é contrário, inclusive, a ouvir os indígenas em relação a qualquer outro projeto de exploração econômica ou não. Aliás, os indígenas

denunciaram - e a CPI da COVID coloca isso - o genocídio indígena. No período da pandemia da COVID, há um descaso total, que nós percebemos no dia a dia, nas ações e omissões do Governo atual.

Quando se pensa na Amazônia - vemos as enchentes históricas e a população desamparada -, estamos falando de produção de alimentos, que é necessária para enfrentar a fome. Há soluções para isso, mas passam pelo conhecimento, pela tecnologia. E o Governo, mês a mês, ano a ano, está cortando recursos da pesquisa para o desenvolvimento da biodiversidade. Nós sempre dissemos que floresta em pé vale muito mais, desde que seja explorada através do conhecimento. Isso é o que este Governo não está fazendo.

Nós temos que levar para uma conferência importante como essa a importância da Amazônia para o mundo, para o clima, mas principalmente para a população, que hoje está sendo deixada de lado, que não é ouvida. Sem a população, não dá para se falar de clima, sustentabilidade e desenvolvimento. Temos que ouvir o povo brasileiro, a população amazônica. E este Governo não está fazendo isso.

Sr. Presidente, quero enfatizar atividades como o turismo. O Brasil é um país turístico. Olhar para a Amazônia, olhar para essa região é olhar também para um interesse do mundo. Fala-se muito do turismo. O mundo tem interesse nisso. Nós precisamos criar condições, melhorar a comunicação, a logística, o transporte. Nós precisamos pensar em economia a partir dessa realidade também. O turismo é uma atividade fundamental para a Amazônia.

Obrigado.

Documento 243/288

| | | |
|----------------------------|-------------------------------|------------------------------------|
| 126.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 26/10/2021-14:04 |
| Publ.: DCD 10/27/2021 - | - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Natureza da criminosa da declaração do Presidente Jair Bolsonaro sobre a vinculação da vacina da Covid-19 ao vírus da AIDS. Encerramento dos trabalhos da CPI da Covid. Necessidade de abertura, pelo Presidente Arthur Lira, de processo de impeachment contra o Presidente da República. Influência do banqueiro André Esteves sobre decisões do Congresso Nacional. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, relativa à

alteração da forma de pagamento de precatórios pela União. Inadmissibilidade de extinção do Programa Bolsa Família. Posicionamento da oradora contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu gostaria de pedir licença para tirar a máscara após a desinfecção do microfone.

Nós estamos vivendo um momento extremamente grave na conjuntura nacional. O Presidente Bolsonaro, que não fala para o País, fala para as redes sociais, na última quinta-feira, em sua *live* semanal, fez uma relação entre a vacinação e a aquisição do vírus do HIV. Isso é de uma irresponsabilidade, de uma falta de critério que beira a ação criminosa! É preciso que o Congresso Nacional se posicione sobre isso.

Hoje, organismos representativos da medicina que muitas vezes até postergaram posicionamentos já esclareceram que é *fake news* dizer que quem se vacina adquire o vírus da AIDS. O Presidente Bolsonaro cria *fake news* para desestimular a vacinação no Brasil. Portanto, ele é parceiro do vírus, o que já levou mais de 600 mil pessoas a perderem a vida.

As famílias enlutadas falaram na CPI, com alguns exemplos de perdas. Os depoimentos emocionaram o Brasil. Hoje a CPI termina o seu trabalho, e é preciso que uma posição seja tomada. Não há uma posição diferente da posição de o Presidente da Câmara pôr a mão na gaveta e puxar um dos requerimentos de *impeachment* do Sr. Bolsonaro. O País está em desalinho, sem governo. Bolsonaro não governa.

E agora há uma crise brutal, com o banqueiro André Esteves falando pela economia, falando sobre sua influência sobre o Congresso Nacional, e a PEC 23, a PEC dos Precatórios, preconiza um calote, especialmente sobre professores, aposentados pela CLT, pensionistas de trabalhadores celetistas. E nós temos que dizer que calote não passará nesta Casa.

É necessário deixar claro que querem acabar o Bolsa Família. Não o introduzem a 2,7 milhões de famílias que estão fora do programa. Vão acabar o Bolsa Família. Não vão pôr nada no lugar, com a demagogia eleitoral de dar 400 reais, dando calote nos pobres. É mentira que vão socorrer os pobres! Na verdade, vão socorrer os ricos da Faria Lima, vão socorrer os investidores, vão socorrer aqueles que estão esperando os pagamentos do Estado brasileiro, mas nos débitos da Fazenda Pública com os trabalhadores, servidores e trabalhadores em

geral é que eles querem meter a mão.

"Não" à PEC dos Precatórios e "não" à PEC 32, igualmente nociva!

Obrigada, Presidente.

Documento 244/288

| | | | |
|----------------------------|---------------------------------|---------------------|------------------------------------|
| 126.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa | 26/10/2021-14:24 |
| Publ.: DCD 10/27/2021 - | - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS | BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Apelo aos Parlamentares de destinação de recursos orçamentários para a construção de adutora de ligação do sistema Boqueirão à região do Brejo e do Agreste, com vista ao fornecimento de água às populações locais, no Estado da Paraíba. Natureza da criminosa da declaração do Presidente Jair Bolsonaro sobre o desenvolvimento da AIDS por meio da vacina da Covid-19.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, colegas Parlamentares, telespectadores da TV *Câmara*, registro que, ao lado do Deputado Estadual Chió, estamos lutando para levar água para o Agreste e o Brejo da Paraíba. Eu aproveito o momento para fazer um apelo aos colegas Parlamentares da bancada paraibana. Este apelo é para que cada um de nós destine emendas de bancada para a obra que levará água para aquelas duas regiões.

Trata-se de uma adutora que levará água do sistema Boqueirão, em Campina Grande, para o Brejo e Agreste da Paraíba. Essa obra, orçada em 80 milhões de reais, será executada pelo Governo do Estado da Paraíba. Com essa adutora, resolveremos o problema de abastecimento de muitos Municípios, dentre eles Esperança, Remígio, Arara, Casserengue, Solânea e Bananeiras. Esses Municípios sofrem com o racionamento de água há quase 20 anos. A minha emenda já está assegurada, e espero a compreensão da nossa bancada da Paraíba.

Mas, Sr. Presidente, é vergonhosa e revoltante a forma criminosa usada pelo Presidente da República para tentar desqualificar a vacina contra a COVID. Agora ele resolveu dizer que quem toma as duas doses está desenvolvendo AIDS. Esse discurso do Presidente contra a

vacinação da população é falso. Muitas vezes, ele provou que nunca quis vacina no Brasil. O Governo só comprou vacina porque foi pressionado, e o mundo todo está vendo essas posições do Presidente.

Muito obrigado.

Documento 245/288

| | | |
|----------------------------|-------------------------------|------------------------------------|
| 126.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 26/10/2021-14:24 |
| Publ.: DCD 10/27/2021 - | ROGÉRIO CORREIA-PT -MG | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Influência exercida por banqueiro André Esteves sobre decisões da Câmara dos Deputados e do Banco Central do Brasil. Repúdio às declarações do Ministro da Economia, Paulo Guedes, favoráveis à privatização da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS e à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Inadmissibilidade de desvio de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Pedido, pela CPI da Covid, de abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, boa tarde a V.Exa., aos Deputados e Deputadas e ao povo brasileiro que assiste a esta sessão aqui na Câmara.

Presidente, este País, sob o Governo de Bolsonaro, tem hora que envergonha o mundo - não o País, mas o Presidente Jair Bolsonaro e seu Governo. Agora, o Deputado Joseildo Ramos lembrou, um sorridente banqueiro ultramilionário, às gargalhadas, em convescote entre os seus, todos certamente muito ricos, estava debochando do povo brasileiro e debochando da política. É impressionante! Diz que fala com Roberto Campos Neto - esse vem a ser o Presidente do Banco Central - que a taxa de juros está muito alta: "*É preciso baixar*". O Roberto Campos Neto se ajoelha e abaixa os juros, porque assim quer o banqueiro, um dos principais banqueiros do País, e todos dão gargalhada. Depois ele debocha da Câmara, através do Presidente Arthur Lira: "*O Presidente Arthur Lira me ligou. O que nós vamos fazer com essa crise?*" E eles caem na gargalhada.

No final de semana, no domingo de manhã, ao lado do paspalho do Presidente Jair Bolsonaro, está lá Paulo Guedes, falando um monte de asneira, e o Presidente consentindo. Uma das asneiras que ele fala é que, para pagar um Auxílio Brasil de 400 reais, é preciso vender a PETROBRAS, e o Presidente com aquela cara de bobo. Depois, diz que é preciso aprovar também a PEC 32, destruir todo o serviço público, entregar o dinheiro do SUS para a iniciativa privada, o dinheiro do FUNDEB para as empresas privadas de educação, entregar o País para os banqueiros de André Esteves e para os capitalistas que querem agora os recursos do SUS e do FUNDEB. E o Presidente lá, escutando o seu Ministro falar essas bobagens, calado, e depois, como não poderia deixar de ser, também ofendeu o Presidente do Congresso Nacional e do Senado, porque ele julga que pode ser adversário dele nas eleições. Ou seja, este Brasil vai mal com esse Presidente.

Ainda bem - e eu peço a V.Exa. mais 30 segundos - que a Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado vai pedir o *impeachment* desse Presidente, porque está difícil aguentar que ocorra mesmo o resto do Governo, porque com Bolsonaro, Presidente, parece que 5 anos duram 50, com destruição, desfazendo o que foi construído. Parece que ele só se preocupa com isso.

Então, a CPI do Senado merece os nossos aplausos. Esse sujeito é responsável por milhares e milhares de mortes. Dizem que 400 mil vidas poderiam ter sido salvas, não fosse a ignorância desse Presidente. Que a CPI do Senado vote o relatório, incrimine esse Bolsonaro, e que, após ele sair da Presidência, ele seja preso.

Fora, Bolsonaro!

Obrigado, Presidente.

Documento 246/288

| | | | |
|----------------------------|-------------------------------|------------------------------------|------------------|
| 126.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa | 26/10/2021-14:44 |
| Publ.: DCD 10/27/2021 - | - AIRTON FALEIRO-PT -PA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO | |

Sumário

Apresentação do relatório final da CPI da Covid. Apuração, pelo Ministério Público e por tribunais nacionais e internacionais, de denúncias constantes no relatório do órgão. Expectativa do povo brasileiro quanto à abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Relevância

dos trabalhos realizados pela CPI da Covid.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, hoje o Brasil assiste à leitura do relatório da CPI da COVID-19. Aliás, é bom que ressaltemos isto: o povo brasileiro acompanhou a CPI da COVID-19 através da TV Câmara, da TV Senado e das mídias sociais, e por onde passamos aparece uma única pergunta: "*No que vai dar essa CPI?*"

A CPI já deu em muita coisa e ainda vai dar em muita coisa. Primeiro, a existência dessa CPI foi determinante para forçar o Governo brasileiro a comprar vacinas, já que este vinha negligenciando a compra. Aliás, havia acusações de tentativas de corrupção em torno da compra da vacina. E a chegada da vacina já melhorou a vida do povo.

A CPI já deu na desmoralização da proliferação da aplicação de remédios sem eficácia comprovada para combater a COVID-19. Então, a CPI já cumpriu um papel importante. Mas a CPI traz como resultado prático - e vou usar aqui uma linguagem jurídica - o indiciamento de muitas personalidades, entre elas o Presidente da República. E aí vem a pergunta: "*Sim, mas e agora no que vai dar?*"

Primeiro, o Ministério Público e os tribunais nacionais e internacionais terão que apurar esses indícios, essas indicações e essas comprovações que a CPI apresentará no seu relatório. Portanto, nós teremos os resultados dessas investigações.

Eu acho que o povo brasileiro espera que o Parlamento brasileiro, que o Congresso Brasileiro, com essa farta documentação que a CPI nos oferece, faça o *impeachment* do Presidente da República. Esta é a grande expectativa do povo brasileiro

Portanto, Sr. Presidente, quero parabenizar o belo trabalho que a CPI da COVID-19 fez, no Senado, e o excelente relatório que apresenta para a sociedade brasileira e para os Poderes, inclusive para o Parlamento brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

Peço divulgação do pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa.



Publ.: DCD
10/27/2021 -

~ JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Denúncia de estabelecimento de conluio entre o Presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, e o banqueiro André Esteves. Influência exercida pelo proprietário do Banco BTG Pactual sobre o mercado financeiro e as principais votações da Câmara dos Deputados. Revelação, pela CPI da Covid, do envolvimento do Presidente Jair Bolsonaro em corrupção.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, não sei se o País tem dimensão do que ocorreu ontem, com aquele vídeo divulgado, o do dono do quarto maior banco privado do País. O vídeo revela um verdadeiro conluio entre a autoridade central do Banco Central e o banco privado, no sentido não só da obtenção de informações privilegiadas sobre o desempenho do mercado do Brasil, lá fora e aqui dentro, mas principalmente das ações que foram feitas por aquele magnata, dono de um banco privado, sócio - todo mundo sabe! - do Ministro da Fazenda. O vídeo vem a público e revela este conluio e esta intensa articulação para se dirigir a economia do Brasil, sacrificando com o dinheiro aquilo que é mais caro para o nosso País, a democracia.

Meus queridos Parlamentares, parece que isto se tornou normal no Brasil. Eles fazem isso, e tudo estar naturalizado. Vai desde o desempenho e as ações do Ministro da Economia, com negócios em paraísos fiscais que comprometem a sua lisura no comando da economia. E agora se viu que o magnata e dono do Banco BTG Pactual - banco em que Guedes, Ministro da Economia, sempre foi sócio e trabalhou - dava ordens de como se deve comportar o mercado brasileiro, e - o que é pior - insinuando que é ele quem comanda as votações principais aqui na Casa.

Deputado Beto Faro, do Pará, em qualquer país do mundo, em se configurando este conluio entre o André Esteves, dono do banco, e o Presidente do Banco Central, Campos Neto, no mínimo este Presidente do Banco Central deveria pedir demissão. No Governo Bolsonaro, está tudo naturalizado!

Quem não viu o relatório hoje da CPI da COVID-19, no Senado Federal? As coisas no país chamado Brasil se transformaram em valeduto! O Governo está envolvido neste mar de corrupção que a CPI do Senado revelou e é um governo que não tem e não oferece

alternativas para enfrentar a brutal crise social. A fome, Sr. Presidente - e conluio -, alastra-se pelo País inteiro.

Assistimos à trama, ao conluio, à articulação do quarto maior banco privado do Brasil, dando ordens e dizendo como deve se comportar o Congresso Nacional e como deve se comportar a autoridade maior do Brasil, a que cuida da nossa moeda, o Presidente do Banco Central. Isto é muito grave, Sr. Presidente! Deveria, sim, suscitar uma investigação, por parte desta Casa. Deveria, sim, suscitar a convocação dos dois, sobretudo do Presidente do Banco Central. Isto não é trivial.

Eu penso que este Congresso não pode mais silenciar, frente a tudo que vem acontecendo neste nosso País. O Ministro da Economia atua em função daquilo que quer o mercado, o Banco Central só faz aquilo que o André Esteves manda, e o Governo Bolsonaro fica em silêncio.

Documento 248/288

| | | | |
|----------------------------|-------------------------------|---------------------|------------------------------------|
| 126.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa | 26/10/2021-15:04 |
| Publ.: DCD 10/27/2021 - | - HENRIQUE FONTANA-PT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS | BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Encerramento dos trabalhos da CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Vinculação entre a morte de milhares de brasileiros pelo coronavírus e a estratégia da imunidade de rebanho adotada pelo Presidente Jair Bolsonaro. Responsabilidade do Presidente da República pela crise econômica vigente no Brasil. Disseminação, pelo mandatário do País, de fake news sobre a vacina contra a Covid-19. Pedido ao Presidente Arthur Lira de abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Deputado Charles Fernandes, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nós hoje estamos chegando ao final de uma CPI que vai marcar a história do nosso País, Deputado Beto Faro.

O Brasil vivenciou, ao longo dos últimos 18 meses, uma das suas maiores tragédias sanitárias e humanitárias. E, infelizmente, a Câmara Federal, por maioria e por decisão do seu Presidente Deputado Arthur Lira, decidiu blindar o Presidente Jair Bolsonaro.

Mas o Senado Federal, por decisão corretíssima, do ponto de vista constitucional, do Supremo Tribunal Federal - é bom que se diga -, decidiu instalar uma CPI, e esta CPI mergulhou no trabalho de forma profunda e responsável, para mostrar ao Brasil, Sr. Presidente Deputado Charles Fernandes, aquilo que muitos de nós dissemos muitas vezes desta tribuna, Deputada Jandira Feghali, como muito bem V.Exa. diz em artigo que publica esta semana na revista *Carta Capital*: houve uma decisão deliberada do Governo Bolsonaro de incentivar no País a irresponsabilidade da busca de uma suposta - e nunca existente, pois jamais seria, porque totalmente fora de qualquer padrão científico -, uma suposta imunidade de rebanho.

E Bolsonaro e seu Governo terminaram - abro aspas -, "infelizmente", incentivando milhões de brasileiros, que, de forma ingênua e desinformada, acreditaram no Presidente e abriram mão, Deputado Vicentinho, Deputado Arlindo Chinaglia, Deputada Maria do Rosário, dos mecanismos que a ciência nos mostrava e nos indicava para se preservarem vidas, para diminuir o número de pessoas infectadas e diminuir o número de mortes.

Portanto, houve, sim, um crime grave por parte do Presidente Bolsonaro, de diversos Ministros e de assessores da equipe de Bolsonaro, inclusive de Deputados que corroboraram essa visão irresponsável, anticiência e criminosa, que levou à morte milhares de brasileiros que poderiam ter sido salvos.

Também a economia brasileira sofreu e sofre barbaramente, porque a pandemia não foi enfrentada de maneira correta, adequada, científica.

E o Presidente insiste em cometer os crimes ao disseminar notícias falsas, como fez anteontem, irresponsavelmente, mais uma vez atacando as vacinas.

Quando o Brasil dará um basta a tanta irresponsabilidade, a tantos atos criminosos, crimes de responsabilidade em série?

E peço aqui: Presidente Arthur Lira, depois de ler esse relatório, abra o processo de *impeachment*, para investigar os crimes de responsabilidade de Bolsonaro.

Documento 249/288

| | | |
|----------------------------|-------------------------------|----------------------------------|
| 126.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 26/10/2021-15:16 |
| Publ.: DCD 10/27/2021 - | CÉLIO MOURA-PT -TO | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES |

Sumário

Transcurso do 76º aniversário natalício do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Agradecimento ao governo petista pela criação do Programa Luz para Todos, de universidades federais e de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Natureza criminosa da associação, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da vacina da Covid-19 ao vírus da AIDS.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero desejar ao Presidente Lula boa tarde! Amanhã o senhor estará fazendo 76 anos de idade. Esse brasileiro que, no aniversário passado, estava preso em Curitiba por um juiz irresponsável, por um Procurador da República irresponsável chamado Dallagnol!

Presidente Lula, amanhã nós iremos comemorar os seus 76 anos de idade e agradecê-lo por tudo que fez para o nosso querido Brasil, como o Luz para Todos. O Tocantins era um Estado que não tinha iluminação na zona rural. Todas as fazendas, as pequenas propriedades, os assentamentos, os sítios, as vilas passaram a ter iluminação. Lá no Tocantins foram construídas 50 mil casas populares, foi criada a Universidade Federal do Norte do Tocantins, a UFNT, com a Dilma. No Tocantins foram construídos 11 institutos federais. O Tocantins é hoje um Estado que tem tudo para dar certo. E agora, com o novo Governador, espero que as coisas comecem a andar.

Sr. Presidente, não poderia deixar de falar também nesta oportunidade sobre o crime cometido por Bolsonaro ao dizer que quem tomou a primeira e a segunda dose da vacina vai pegar AIDS! Disse isso simplesmente para tentar amedrontar o povo brasileiro. Eu tenho certeza absoluta de que o Presidente da Câmara irá apurar esse crime. Isso é mais uma *fake news* para maltratar a todos nós.

Sr. Presidente, gostaria que a minha fala fosse divulgada pelo programa *A Voz do Brasil*.

Documento 250/288

| | | |
|----------------------------|-------------------------------|------------------------------------|
| 126.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 26/10/2021-15:16 |
| Publ.: DCD 10/27/2021 - | JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Relevância do relatório final da CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Revelação, pelo órgão, de crimes praticados pelo Presidente Jair Bolsonaro contra a saúde pública, a humanidade e a vida. Defesa de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República. Indignação com a anunciada extinção do Programa Bolsa Família.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. e agradeço ao Deputado Ivan Valente pela permuta.

Sr. Presidente, hoje a CPI do Senado começa a debater o relatório do Senador Renildo Calheiros e eu quero valorizar o trabalho daquela CPI que escancara um grande esquema do Governo e de muitos com o Governo. Mas essencialmente demonstra muitos crimes cometidos contra a humanidade, contra os brasileiros e brasileiras, crimes contra a vida, crimes de responsabilidade. Esta é uma legenda importante para a Câmara dos Deputados e que precisa ter consequência.

Mas é importante dizer que muitos que já subiram a esta tribuna agregaram aqui mais um crime cometido pelo Presidente da República, mais um: o crime contra a vida e contra a vacina ao criar mais uma notícia falsa para a sociedade, impedindo aqueles que ainda têm dúvida sobre o uso da vacina, que já demonstrou a sua capacidade de reduzir a curva da pandemia, de se vacinarem.

Vincular a vacina ao HIV precisa ser incluído na lista de crimes contra a vida não só pela CPI como também por esta Câmara. O Parlamento precisa entender que esses crimes têm que ter consequências penais, políticas e também tem que se levantar contra o resultado da CPI e o resultado do comportamento do Presidente da República. O *impeachment* é a resposta que a Câmara dos Deputados precisa dar.

É preciso também elencar outro crime que pode ser cometido no plenário hoje por este Parlamento se se permitir que o Bolsa Família, pela medida provisória, seja extinto a partir do dia 8 de novembro e que a fonte de uma coisa alternativa que ninguém sabe exatamente o que é seja exatamente essa PEC que vem a votos, porque vai se extinguir um programa permanente de quase 20 anos para a sociedade brasileira, que é o Bolsa Família, para se colocar no lugar algo que ainda não se sabe o que é, mas que durará apenas o ano eleitoral.

A partir de janeiro de 2023, não será mais nada - não será mais nada! É isso o que nós temos que mostrar para a sociedade: o que ficará a partir de janeiro de 2023? Nada. Essa fonte que se tenta criar hoje com

a PEC dos precatórios é gerar dívidas para aposentados, pensionistas e outros trabalhadores para gerar uma fonte para substituir o Bolsa Família, que deveria ser aumentado com outras fontes, porque temos mais de 1 trilhão de reais no Tesouro. Ouçam, temos mais de 1 trilhão de reais no Tesouro para virar nada, apenas para responder eleitoralmente ao Sr. Bolsonaro, que vem caindo nas pesquisas do País. Outro crime que se comete contra a população brasileira.

Obrigada, Presidente.

Documento 251/288

| | | |
|----------------------------|-------------------------------|------------------------------------|
| 126.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 26/10/2021-15:20 |
| Publ.: DCD 10/27/2021 - | - IVAN VALENTE-PSOL -SP | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Encerramento dos trabalhos da CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Prática pelo Presidente Jair Bolsonaro dos crimes de responsabilidade, charlatanismo, corrupção, genocídio e contra a humanidade. Defesa de acatamento, pela Procuradoria-Geral da República, de denúncias apresentadas pela CPI da Covid contra o Presidente da República e de abertura, pelo Presidente Arthur Lira, de processo de impeachment contra o mandatário do País. Gestão desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje a CPI está reunida para a decisão final, que é a votação do relatório do que aconteceu neste País durante a pandemia. É um importante fato histórico o que está acontecendo, porque essa CPI foi a única que aconteceu concomitantemente com os fatos. Todos os crimes cometidos por Bolsonaro foram constatados instantaneamente, desde que ele disse "*E daí?*", "*É uma gripezinha*", "*Não sou coqueiro*", até ele pregar o não isolamento, o não uso de máscaras, inclusive a sua contrariedade com as vacinas e não comprá-las no tempo certo. Tudo isso aconteceu à vista de todo mundo. Foram 6 meses de trabalho e que culminou com uma investigação dentro do Ministério da Saúde, com uma penca de coronéis e corruptos liderando o País no meio de uma pandemia!

Ministro Pazuello, 20 coronéis, todos metidos em maracutaias, em que entraram pastores, em que entraram cabos da PM vendendo vacina! Uma loucura o que nós vivemos! Foram 1 bilhão e 600 milhões na

compra da vacina Covaxin. Isso chama-se corrupção! Então, não é só o genocídio, é a corrupção também.

E, neste momento, está sendo acusado por dez crimes de responsabilidade, crimes de todo tipo que vão desde crimes contra a humanidade até o charlatanismo. Não é possível! O Presidente da República, depois que a CPI já tinha liberado o seu relatório, vai fazer uma *live* simplesmente publicizando uma *fake news* em que vacinação aumenta a AIDS ou causa AIDS. O Presidente da República do Brasil está sendo cancelado nas redes sociais. É um delinquente, Deputado Vicentino. É pessoa que pratica crimes em série, é um *serial killer*. Não é possível que o PGR do Brasil não aceite a denúncia da CPI e não é possível que esta Casa, Sr. Arthur Lira, não coloque o crime de responsabilidade pelos crimes cometidos contra a saúde pública do povo brasileiro e não coloque o *impeachment* em votação.

Parabéns à CPI e a todos os Senadores que muitos quiseram desmoralizar, dizendo que a CPI foi um circo. É mentira! Ali está tudo constatado, documentado e testemunhado. Nós podemos dizer, sim, que ela cumpriu um grande papel ao Parlamento brasileiro. O povo brasileiro não suporta mais o Governo Bolsonaro. É o Governo da destruição da saúde pública, do meio ambiente, dos direitos sociais e dos direitos trabalhistas.

Documento 252/288

| | | |
|----------------------------|-------------------------------|------------------------------------|
| 126.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 26/10/2021-15:24 |
| Publ.: DCD 10/27/2021 - | - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Lista de crimes atribuídos ao Presidente Jair Bolsonaro pela CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Necessidade de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República. Responsabilidade do Chefe da Nação pelos 600 mil óbitos decorrentes do coronavírus.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para trazer um recado ao Brasil, um recado de solidariedade aos que sofrem, aos que estão abandonados, aos que foram abandonados pelo Governo, aos que sofrem pela destruição do Estado brasileiro. A CPI, inicialmente chamada de CPI da COVID, concluiu o seu trabalho como

sendo a CPI do genocídio.

Ela traz revelações e indica a responsabilidade de Jair Bolsonaro e de integrantes do seu Governo em crimes como charlatanismo, prevaricação, incitação ao crime, infração de medida sanitária preventiva, epidemia com o resultado morte, falsificação de documento particular, emprego irregular de verbas públicas, corrupção, crimes contra a humanidade e crimes de responsabilidade pela incompatibilidade com a dignidade, a honra e o decoro do cargo.

Senhores e senhoras, o Senado Federal cumpriu com o seu papel; a Câmara dos Deputados deve cumprir com o seu papel, avaliando e analisando o *impeachment* de Jair Bolsonaro, porque a cada dia é mais um dia que se avilta a Nação brasileira. Lugar de quem está sendo acusado pelo Parlamento pela responsabilidade de 600 mil mortes, lugar de genocida não é no poder! Lugar de genocida não é na Presidência da República do Brasil! Lugar de genocida é no banco dos réus, que ele já conhece, porque já foi condenado em ações anteriores, mas agora ultrapassa todos os limites.

Nós, Deputadas e Deputados do Brasil, temos que olhar nos olhos daquelas crianças ainda que não tem pai ou mãe, porque estão órfãos por causa da opção de tratar o povo brasileiro como cobaias, além de negar a ciência, promover *fake news* e crimes contra a humanidade. Jair Bolsonaro e os integrantes do seu Governo e quiçá integrantes deste Parlamento que estejam comprometidos com esta linha política do negacionismo serão julgados dentro do Brasil, serão condenados dentro do Brasil e serão julgados por crimes contra a humanidade no TPI.

Presidente, peço a V.Exa. que divulgue esta minha palavra no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 253/288

| | | | |
|----------------------------|-------------------------------|---------------------|------------------------------------|
| 126.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa | 26/10/2021-15:28 |
| Publ.: DCD 10/27/2021 - | - FLAVIO NOGUEIRA-PDT -PI | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS | BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Apresentação do Projeto de Lei nº 1.305, de 2021, a respeito da destinação, pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, de pensão individual e mensal no valor de um salário mínimo a crianças e adolescentes órfãos em

decorrência da Covid-19.

O SR. FLÁVIO NOGUEIRA (PDT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é imensa a quantidade de crianças e adolescentes pobres em estado de miséria que estão órfãos de pai e mãe neste País devido à pandemia da COVID-19. Portanto, estão sem o amparo, sem os cuidados de seus familiares, inclusive até de pessoas mais próximas que tenham a mínima condição financeira para assumir a criação dessas crianças e adolescentes, desses meninos, dessas meninas.

Sras. e Srs. Deputados, somos também responsáveis pela política social deste País, criando leis para que condições humanitárias, sociais e econômicas nessas situações possam ser dirimidas. Daí o papel do legislador.

Sendo assim, Sr. Presidente, eu apresentei um projeto de lei, o Projeto de Lei nº 1.305, de 2021, que permite a oferta de um salário mínimo mensal para ser entregue à pessoa e às instituições que cuidam dessas crianças órfãs, de modo tal que os beneficiários que se situem sob tutela recebam essa assistência financeira até a sua maioridade, com 21 anos de idade, e que qualquer tutor dessas crianças e adolescentes possa solicitar que o auxílio lhe seja concedido.

Encontramos no Decreto nº 10.579, de 18 de dezembro de 2020, o instrumento hábil para aplicar a necessária proteção àqueles que tornarão possível o melhor porvir para as gerações futuras.

Ademais, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no nosso projeto propomos que o Fundo Nacional de Assistência Social seja a fonte financiadora desses recursos. Esperamos que a Deputada Dra. Soraya Manato, responsável pela relatoria desse projeto, conclua o seu relatório para que possamos pedir urgência para a aprovação desse projeto de lei tão importante e tão necessário para acabar ou dirimir essa situação de miséria que vivem crianças e adolescentes órfãos da pandemia.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Publ.: DCD
10/27/2021 -

REINHOLD STEPHANES JUNIOR-PSD -PR

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Repúdio ao relatório final da CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Não investigação, pelo órgão, do desvio de recursos federais destinados ao combate ao coronavírus nos Estados e Municípios brasileiros. Avanço na vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Volta do País à normalidade. Apoio do orador ao Presidente Jair Bolsonaro. Críticas à Esquerda brasileira.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Alexandre Leite.

A CPI da COVID, essa CPI do circo, hoje termina seu relatório, um relatório que não serve para nada a não ser ir para o lixo. O relatório tem muita mentira, muita desinformação e não vai dar em nada, apenas pautou a Esquerda militante.

Eu li o voto em separado do Senador Eduardo Girão, que está corretíssimo. Ele pede o indiciamento daqueles três Senadores: o Randolfe Rodrigues, que é arrogante, prepotente e só dava chiliques na CPI; o Omar Aziz; e o Líder Renan Calheiros, que a Oposição adora. Ele pede o indiciamento criminal deles por prevaricação, porque não investigaram as roubalheiras e o desvio de dinheiro nos Estados e Municípios do Brasil, inclusive no Estado do filho de Renan Calheiros, Alagoas, assim como no Amazonas e nos Estados de origem dos Senadores.

Eles protegeram quem roubou e desviou dinheiro. O Senador Eduardo Girão, com o seu voto em separado, põe os pingos nos is.

Eu não sei se o pessoal da Esquerda ensaia para falar tanta besteira ou se fala de improviso, mas há muita elucubração aqui longe da realidade. A CPI do circo termina com o País estando com mais de 400 milhões de vacinas entregues aos brasileiros, a população adulta praticamente toda vacinada, a nossa economia reabrindo, o turismo voltando, o emprego voltando.

A pandemia é mundial. O Brasil, se comparado com a Argentina, a Venezuela ou qualquer outro país da América do Sul, é o país que menos sofreu, apesar de essa turma da Esquerda dizer: *"A economia a gente vê depois. Vamos ficar em casa. Quando estiver doente, vá para o hospital"*. Foi isso que matou, que prejudicou a economia. Muita gente quebrou com essa história de fechar o comércio, fechar indústria,

parar a agricultura - esta felizmente não obedeceu: foi pujante e salvou o País.

Eu apoio o Presidente Bolsonaro não só porque ele é correto, mas porque está no bom caminho e também porque as ideias da Esquerda são muito ruins para o Brasil. Além disso, há a questão do mau-caratismo deles, que mentem, manipulam e atrapalham o Brasil.

Sr. Presidente, peço que a minha fala seja divulgada pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 255/288

| | | | |
|----------------------------|-------------------------------|---------------------|------------------------------------|
| 126.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa | 26/10/2021-16:00 |
| Publ.: DCD 10/27/2021 - | - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS | BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Elevação dos preços de combustíveis e do gás de cozinha no País. Perplexidade ante a declaração do Presidente Jair Bolsonaro sobre a vinculação entre a vacina da Covid-19 e o vírus da AIDS. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre o pagamento de precatórios de forma parcelada. Imediato pagamento aos docentes brasileiros, pela União, de precatórios relativos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Caráter eleicoeiro do Programa Auxílio Brasil, lançado pelo Governo Federal.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje o Brasil amanheceu com mais um reajuste nos preços dos combustíveis: 7% de aumento na gasolina e 9,1% de aumento no *diesel*.

Enquanto o povo sofre para pagar a gasolina, o *diesel*, o gás de cozinha, que também está custando o olho da cara, obrigando a população brasileira a voltar ao fogareiro, o Presidente Bolsonaro continua insistentemente mentindo sobre as vacinas.

A última mentira dele foi a de fazer uma conexão entre as vacinas e a

AIDS, atribuindo a quem se vacinou o risco de contrair AIDS. Foi o cúmulo do absurdo essa afirmação, vinda de um Presidente da República. Foi tão absurda que o Facebook, o Instagram e o Youtube mandaram retirar esse conteúdo das suas redes. O Youtube foi além: baniu o Presidente da plataforma durante 1 semana. Deveria banir para sempre, porque as mentiras são permanentes e prejudicam o nosso País. São uma ameaça à vida humana. Todos sabem o quanto é importante a vacina para o Brasil. Está comprovado que, com o avanço da vacinação, os casos de COVID-19 diminuiriam em nosso País. É esse o caminho que nós temos que seguir.

Como se não bastasse isso, está na pauta desta Câmara Federal, desta Casa, a PEC 32, que visa destruir o serviço público - nós temos que denunciar a gravidade disso -, e a PEC 23, que é a "PEC do Calote", a PEC dos Precatórios, que visa, única e exclusivamente, criar uma "bolsa-eleição". Nunca se viu um programa tão eleitoreiro quanto esse que o Presidente da República quer implantar. É tão eleitoreiro que está limitado ao ano de 2022, que é o ano da eleição. Ele, que chamava o Bolsa Família de esmola, agora quer acabar com o Bolsa Família e criar o Auxílio Brasil, com dinheiro que vai furar o teto, que é um teto seletivo, porque só se fura para isso. Além disso, vai dar o calote inclusive nos professores e nas professoras, que deixarão de receber o seu FUNDEF, uma dívida histórica que este País, os Estados e os Municípios têm para com os seus profissionais da educação.

Por isso, fazemos esta denúncia e vamos estar aqui firmes na luta contra as medidas perversas do Governo Bolsonaro.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 256/288

| | | |
|----------------------------|-------------------------------|------------------------------------|
| 126.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 26/10/2021-16:12 |
| Publ.: DCD 10/27/2021 - | HELDER SALOMÃO-PT -ES | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Contundência do relatório final da CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Constatação, pelo órgão, de crimes praticados pelo Presidente da República com relação à epidemia de coronavírus. Disseminação, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de fake news, de ódio e violência. Desinteresse do mandatário do País na vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Expectativa de condenação do Presidente Jair Bolsonaro, pelos tribunais

nacionais e internacionais, por prática de crimes contra a humanidade e a vida. Repúdio à declaração do Presidente da República sobre a vinculação da vacina da Covid-19 ao vírus da AIDS.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais Parlamentares que acompanham esta sessão, população brasileira que nos assiste pela *TV Câmara*, a CPI enfim encerra os seus trabalhos e apresenta um relatório contundente.

Quem tinha alguma dúvida sobre o trabalho realizado pela CPI agora pode ver um relatório contundente, que aponta vários crimes cometidos pelo Presidente da República e seus apoiadores: crime contra a humanidade, crime contra a vida, charlatanismo, divulgação de mentiras durante a pandemia. Aliás, o relatório foi anunciado antes da quinta-feira passada.

O Presidente da República, mais uma vez, mostrou a sua desumanidade e o seu descompromisso com o povo brasileiro quando, numa de suas *lives* semanais, divulgou uma notícia falsa. Já virou lugar-comum para o Presidente da República e seus principais aliados a divulgação de mentiras, de *fake news*.

Deputado Leonardo Monteiro e Deputado Frei Anastacio Ribeiro, não foi à toa que D. Orlando Brandes disse que o Brasil, para ser Pátria amada, não pode ser uma pátria que divulga *fake news*, que divulga mentiras e que dissemina o ódio e a violência.

Portanto, mais uma vez, o Presidente da República mostra que não zela pela vida e que não governa este País. A vacinação no Brasil está avançando a duras penas. Se há algo que explica por que estamos conseguindo chegar agora a 51% da população vacinada com a segunda dose ou com a dose única e a 71% da população vacinada com a primeira dose é o fato de que o povo brasileiro não ouve este Presidente. Graças a Deus, a maioria do povo brasileiro não ouve o Presidente da República, porque, por ele, as pessoas estariam sem vacinas e o número de mortes, que já é absurdo, seria muito maior.

Esse Presidente cometeu vários crimes e tem que responder por eles. Nós esperamos a condenação dele no Brasil e no Tribunal Internacional por crimes contra a vida, por crimes contra a humanidade. É inadmissível que nós tenhamos à frente do nosso País um Presidente que, depois de tudo que aconteceu, ainda insinua que as pessoas que tomaram vacina estão tendo aceleração no processo de desenvolvimento do vírus HIV. É inadmissível!

Fora, Bolsonaro!

Sr. Presidente, peço a divulgação do meu pronunciamento pelo programa *A Voz do Brasil*.

Documento 257/288

| | | |
|---|---|------------------------|
| 126.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -26/10/2021- CD | 17:12 |
| Publ.: DCD - 10/27/2021 - JOENIA WAPICHANA-REDE -RR | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 5.851, de 2005, sobre a declaração do Presidente Tancredo de Almeida Neves como o patrono da redemocratização brasileira. Protesto contra a visita do Presidente Jair Bolsonaro à reserva indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima. Retrocesso da política indigenista do Governo Federal. Realização, pela Casa, de Comissão Geral para debate da participação do Brasil na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 26, em Glasgow, Escócia. Participação do representante dos povos indígenas, Beto Marubo, na Comissão Geral.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a REDE vai orientar "sim" à urgência, justamente porque Tancredo Neves é, realmente, o Patrono da redemocratização brasileira. Isso merece ser destacado.

E quero aproveitar, Sr. Presidente, para me manifestar também, de uma forma até com repúdio, em face de as lideranças indígenas da Raposa Serra do Sol terem se manifestado em relação à visita do Presidente Bolsonaro à Raposa Serra do Sol, uma pessoa que está sem vacina. Coloca em vulnerabilidade os povos indígenas, as comunidades dali. Era necessário conversar, dialogar, mas nós temos visto uma política totalmente antiindígena, de retrocesso a recursos, à própria Fundação Nacional do Índio - FUNAI e à própria proteção das terras indígenas.

Quero aproveitar, também, para agradecer as participações que nós tivemos hoje aqui na Comissão Geral, que tratou da melhoria do planeta, com propostas, sugestões que vão ser levadas para a COP 26. Muito obrigada ao Beto Marubo, que esteve representando os povos indígenas.

Documento 258/288

126.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/10/2021-
CD 17:40

Publ.: DCD - 10/27/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 159, de 2021, acerca da aprovação do texto da Emenda ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinada em Brasília, em 24 de outubro de 2017, ressalvados os destaques. Registro de voto da Deputada Luiza Erundina. Apelo à Presidência de garantia da participação, em votações remotas, de Deputados em situação de risco diante da Covid-19.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL é favorável.

E eu queria, Presidente, fazer aqui o registro de que a Deputada Luiza Erundina, do PSOL, votou com o partido em todas as votações, e faço a partir daí um apelo. A Deputada Erundina tem 86 anos, ainda não tomou a terceira dose da vacina, porque a vacina ainda não chegou a São Paulo para a dose de reforço. Assim como S.Exa., é possível que nesta Casa haja exceções de Parlamentares, necessários para a democracia desta Casa, eleitos democraticamente pelo voto popular, cuja vinda para cá seja um risco à saúde deles.

O apelo que eu faço à Mesa é para que garanta que nos casos de exceção, como esse da querida Deputada Erundina, haja a ampla participação dos Parlamentares por meio remoto. Isso é razoável para a democracia. Entendemos que temos que voltar, mas há situações em que a Mesa precisa garantir a participação plena dos nossos Deputados e nossas Deputadas.

Documento 259/288

126.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/10/2021-
CD 19:00

Publ.: DCD - 10/27/2021 - MARCELO FREIXO-PSB -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Encerramento dos trabalhos da CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Indiciamento do Presidente Jair Bolsonaro por crimes praticados com relação à epidemia de coronavírus. Defesa da abertura e aprovação, pela Casa, de

processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. MARCELO FREIXO (PSB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente desta sessão, Deputado General Peternelli, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, estamos chegando à reta final da CPI da Pandemia, do Senado Federal.

Quero falar, Deputado Henrique Fontana, sobre a conclusão desse relatório, que está indiciando por uma quantidade enorme de crimes pessoas estratégicas desse Governo.

Mas não quero, Deputado Carlos Zarattini, falar dos Ministros da Saúde, sucessivos e incompetentes, não quero falar da base do Governo. Quero falar daquilo que a CPI, no seu relatório, aponta como crimes cometidos pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro.

Neste momento, Deputado Paulo Ramos, é impressionante que, diante de mais de 600 mil brasileiros mortos, vejamos uma CPI, que chamou a atenção do Brasil inteiro, que ouviu especialistas, que produziu documentos, listar uma quantidade de crimes tão grandes cometidos pelo Presidente.

Esta Casa, com esse relatório na mão, não tem direito ao silêncio. São inúmeros os crimes cometidos e inúmeros os pedidos de *impeachment*, Deputada Jandira Feghali, que é da área da saúde. Vou listar alguns. E não sou eu que estou dizendo, são crimes que estão em um documento público, que é o relatório final da CPI.

O primeiro que cito é o crime de epidemia com resultado de morte, previsto na Constituição. O Presidente da República, quando não usou máscara em público e cumprimentou crianças e idosos e estimulou a população a que não usasse máscara, cometeu crime. Ele tem que responder por isso.

O Presidente estimulou a aglomeração e não fez acordo com Governadores e Prefeitos para o necessário isolamento social, defendido por todos os profissionais de saúde - todos, Deputado Fontana. O isolamento social no momento inicial da pandemia, somado à compra da vacina, poderia ter feito com que preservássemos muitas vidas.

A justificativa do criminoso Presidente que temos foi que a economia não podia parar. Hoje, com mais de 600 mil mortos, por causa do Presidente, temos 19 milhões de famintos e 14 milhões de desempregados. Ele não salvou a economia e não salvou a vida de ninguém. Ele errou e tem que ser responsabilizado por isso. Agiu contra a ciência, perseguiu profissionais de saúde. É muito grave a

conclusão do relatório da CPI da COVID neste momento.

Mas há mais: charlatanismo é outra denúncia, Deputada Alice Portugal. Estímulo ao tratamento precoce, mesmo contra todas as orientações da Organização Mundial da Saúde. E mais: incitação ao crime, estímulo à aglomeração das pessoas. Ele não só estimulou as pessoas a que se aglomerassem, como também foi o provocador de aglomeração, indo a lugares sem máscara. Ele provocou com suas ações, e não só no seu discurso, aglomeração. Isso é crime de saúde pública.

E há mais, Deputada Talíria Petrone: emprego irregular de verbas públicas, compra de matéria-prima para produzir cloroquina e demais remédios ineficazes.

Mais um crime apontado pela CPI da Pandemia é o de prevaricação. Ele sabia da compra superfaturada de doses da vacina Covaxin. O Deputado Luis Miranda, membro desta Casa, que não está aqui neste momento, disse à CPI que avisou o Presidente da República de que havia superfaturamento, havia corrupção, havia ladrões de vacina naquele momento em que o Brasil mais precisava de vacina. O Presidente não só não respondeu aos *e-mails* da Pfizer, que poderiam fazer com que todos nós e pais e mães que morreram tivéssemos acesso à vacina, mas também não comprava as vacinas e tentava ganhar dinheiro com corrupção, dinheiro ilícito na compra das vacinas. Ele tomou conhecimento. Ele tomou conhecimento de que a sua base do Governo, que está aqui neste plenário neste momento, controlava um grande esquema de corrupção e nada fez. Prevaricou, e é crime.

Há outro crime, mas eu vou deixar esse para o fim.

Vamos ao próximo: crime de responsabilidade devido à incompatibilidade com a dignidade, honra e decoro do cargo. É disso que se trata. Bolsonaro não tem condições de exercer a Presidência da República. Bolsonaro cometeu todos os crimes que qualquer líder mundial, se tivesse cometido a metade, estaria no banco dos réus neste momento.

E mais: está denunciado na Corte de Haia. Por fim, o relatório da CPI ainda aponta crime contra a humanidade nas modalidades de extermínio, perseguição e outros atos desumanos: mortes por sufocamento em Manaus; apoio à conduta da Prevent Senior, que fez pesquisas macabras com tratamento precoce; e negligência contra a proteção da população indígena. É crime contra a humanidade!

Houve muita polêmica se deveria ou não chamar esse crime de genocídio, mas ele vai responder por crime contra a humanidade. Nós temos um Presidente da República que, diante de uma pandemia,

Deputada Talíria, responde na Corte Internacional por crime contra a humanidade. É esse o trabalho que o Parlamento conclui neste momento.

Eu não tenho dúvida, Sras. e Srs. Deputados, de que Bolsonaro, depois do seu último dia na Presidência, que será um dia de alívio para a Nação brasileira, vai se sentar no banco dos réus e será preso. Bolsonaro se comportou como um assassino. Eu vou repetir desta tribuna: o Presidente Bolsonaro se comportou na pandemia como um assassino covarde, frio, indiferente à vida, fazendo negócio com a vida das pessoas.

O Brasil não merece ter alguém tão violento, alguém tão irresponsável, alguém tão desumano à frente de uma Nação tão rica, tão corajosa, tão trabalhadora e tão bonita como é o nosso país. O Brasil é notícia no mundo inteiro por ter um Presidente desumano, que cometeu crime contra a humanidade.

Parabéns aos Senadores da República por concluírem um trabalho corajoso, por indiciarem um Presidente que se comportou como um assassino. E nós não temos outro termo a utilizar: comportou-se como um assassino e, como um assassino, tem de ser tratado. Não pode ser tratado como um Presidente, porque não tem postura para isso. Ele não tem dignidade. Bolsonaro não é só um Presidente ruim. Bolsonaro é uma pessoa ruim! Nenhum de nós tem o prazer de encontrá-lo. Eu tenho o prazer de encontrar muitos com quem eu tenho divergência aqui, mas Bolsonaro é um ser humano deplorável, que tem de responder pelos crimes que cometeu.

Parabéns ao Senado Federal! Espero que esta Casa cumpra o seu dever, traga para cá o relatório e vote o *impeachment* desse assassino.

Obrigado, senhoras e senhores.

Documento 260/288

| | | |
|--|--|------------|
| 126.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/10/2021- CD | 19:52 |
| Publ.: DCD - 10/27/2021 - ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ | | |
| CÂMARA | DOS | COMO LÍDER |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Apresentação do relatório final da CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Relevância dos trabalhos realizados pelo órgão. Corrupção praticada pelo Governo Jair Bolsonaro na compra de vacinas contra o coronavírus. Contribuição da operadora de planos de saúde Prevent Senior para a morte de

pacientes da Covid-19, com o uso de cloroquina. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro e de membros do seu governo por milhares de óbitos decorrentes da doença viral. Expectativa quanto à ação da Procuradoria-Geral da República respeito de indiciamentos e denúncias apresentados pela CPI da Covid. Apelo ao Presidente Arthur Lira de abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Hoje é um dia muito importante para o País e, ao mesmo tempo, muito triste. Hoje é o dia em que a Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal sobre a COVID concluiu seus trabalhos com a leitura e a apresentação do relatório do Senador Renan Calheiros.

Essa CPI, Sr. Presidente, prestou enorme serviço ao Brasil. Quando começou, ela se dedicou a desmoralizar a farsa do tratamento precoce. A ideia que se veiculava era a de que alguns remédios, sem nenhuma demonstração de eficácia, deveriam ser administrados aos pacientes acometidos pela COVID. Esse foi o primeiro foco de trabalho da CPI. E foi muito importante que ela mostrasse repetidamente, pela televisão, para o Brasil inteiro, que não há tratamento precoce para a COVID, não há remédio eficaz como tratamento precoce para essa grave doença.

Logo depois, a CPI conseguiu mostrar a razão pela qual o Governo adia a compra de vacinas: a espera de propinas.

O Governo não comprava vacinas enquanto não aparecesse alguém oferecendo propina, como o caso da Covaxin deixou comprovado. Num Governo que alega não ter corrupção, essa denúncia da Covaxin e a denúncia feita pelo Deputado Luis Miranda e por seu irmão colocaram o Governo nu diante do povo brasileiro, provando que havia e há corrupção, sim, no Governo.

Não bastasse o caso da Covaxin, a CPI trouxe à tona um outro escândalo da maior gravidade: o fato de que a Prevent Senior administrou cloroquina a pacientes seus e que, em alguma medida, contribuiu para a morte de vários pacientes acometidos pela COVID-19, algo desumano, impensável, como a pressa de se retirar uma pessoa do CTI para liberar o leito para outra pessoa, condenando o excluído ou a excluída do CTI à morte.

Tudo isso foi mostrado pela CPI da COVID-19, razão pela qual nós brasileiros temos uma dívida com essa Comissão Parlamentar de Inquérito e com os Senadores que, corajosamente, a protagonizaram. São 81 indiciados, o último dos quais, um Senador, integrante da CPI,

insistiu em defender o inexistente tratamento precoce.

Mas a maior contribuição dessa CPI foi mostrar o comportamento criminoso dos membros do Governo, em especial, do Presidente da República, responsável por milhares e milhares de mortes que poderiam ter sido evitadas. A CPI deixou clara uma coisa para o País inteiro: nós sofremos os efeitos dessa pandemia de uma forma muito mais grave e pior do que seria necessário, graças à ação criminosa do Governo Bolsonaro - ação dolosa, ação deliberada - de sabotar a compra de vacinas à espera de propina, de sabotar o uso de máscaras, de sabotar o afastamento social, de tratar como gripezinha, Deputado Arlindo Chinaglia - V.Exa., que é médico -, de chamar de gripezinha uma doença grave, que matou tantos milhares de brasileiros, alguns dos quais, como me lembro aqui, ao longo desses últimos meses, conhecidos inclusive de V.Exa. Portanto, essa conduta criminosa deve gerar uma consequência.

A nossa expectativa é que o Procurador-Geral da República dê andamento aos indiciamentos feitos pela CPI. Afinal de contas, o que é uma CPI? É uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Portanto, a CPI faz uma investigação. Inquérito significa investigação. A investigação feita por essa Comissão concluiu pela responsabilidade de 81 pessoas: no topo dessa pirâmide de culpa, o Presidente da República. A nossa expectativa é que o Procurador-Geral da República dê andamento a essas denúncias, responsabilize criminalmente essas 81 pessoas, que as denuncie, em especial, o Presidente da República.

Essa investigação não pode terminar na impunidade, num país em que mães de filhos famintos vão presas, às vezes em flagrante, por meses - isso ainda acontece no Brasil -, por furtarem um saco de farinha de um supermercado. É inaceitável que alguém responsável por milhares e milhares e milhares de mortes de compatriotas nossos, de concidadãos, fique impune.

Se o Presidente da República, Deputado Aliel Machado, e aqueles que praticaram com ele esses crimes que levaram à morte de milhares de pessoas ficarem impunes, o sistema penal brasileiro terá que ser desacreditado para sempre, ficará desmoralizado para sempre, assim como o instituto do *impeachment*.

É por isso, Sr. Presidente, Deputado Arthur Lira, que nós esperamos que V.Exa. dê andamento aos pedidos de *impeachment*, em especial a essa denúncia da CPI que chegará às mãos de V.Exa. Por quê? Porque não é possível que a nossa Casa assista a tudo isso inerte, como se nada tivesse a ver com isso, como se estivesse tudo bem no Brasil.

Fica o nosso apelo, Sr. Presidente, para que V.Exa., recebendo o

pedido de *impeachment*, aceite-o ou, caso entenda de forma diversa, rejeite-o, mas nos permita recorrer da decisão de V.Exa., para que esta Casa tenha que decidir sobre o *impeachment*. Não é possível que um Presidente responsável por tantas mortes, que poderiam ter sido evitadas e que estão sobre os ombros dele, permaneça impune e que a nossa Casa não cumpra a sua obrigação de fazê-lo responder pelos crimes que praticou.

É o que nós esperamos, Sr. Presidente, de V.Exa., a responsabilização que o Brasil espera de Bolsonaro.

Muito obrigado.

Documento 261/288

| | | |
|--|--|------------------------|
| 126.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/10/2021- CD | 20:40 |
| Publ.: DCD - 10/27/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Conclusão dos trabalhos da CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Revelação, pelo órgão, de crimes praticados pelo Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Necessidade de abertura, pela Casa, de processo de *impeachment* contra o Presidente da República. Necessidade de posicionamento da Câmara dos Deputados a respeito do relatório final da CPI da Covid. Descompasso entre a lucratividade alcançada pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, com aplicações financeiras em paraísos fiscais e o cenário de fome, insegurança alimentar, carestia e desemprego reinante no País. Repúdio à postura autoritário-armamentista do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, também venho aqui para tratar da CPI da COVID, que concluiu seus trabalhos no Senado. Se por um lado, o brilhante trabalho desenvolvido por Senadoras e Senadores nos obriga a parabenizá-los, por outro, a CPI revelou o horror de um Brasil governado por um Chefe de Estado patético, criminoso, desumano e, sem a menor dúvida, com sangue nas mãos. O Brasil não só virou uma chacota internacional, como também vive hoje o drama do luto, que chega às famílias brasileiras de diferentes formas. Esta Casa não pode seguir em silêncio, sem abrir um processo de *impeachment*.

Prevaricação, charlatanismo, epidemia com resultado morte - das mais

de 600 mil mortes, quantas eram evitáveis? -, infração a medidas sanitárias e preventivas, emprego irregular de verba pública, incitação ao crime, falsificação de documento, diversos crimes enquadrados como crimes de responsabilidade, crimes contra a humanidade, esses são os crimes atribuídos ao Chefe de Estado brasileiro, ao Presidente da República, Jair Bolsonaro. Junto com ele, 80 pessoas foram indiciadas, 5 delas Deputados e Deputadas desta Casa. Isso não é possível, não é normal. Não estamos vivendo um tempo de normalidade.

Hoje, na maior crise sanitária experimentada pelas gerações que estão vivas, um Presidente tira a máscara de criança, um Presidente inventa mentiras, até hoje, sobre vacina. Aliás, mentiras de cunho preconceituoso, sobre pessoas com HIV/AIDS. O Presidente não tem vergonha - nem ele nem sua base, inclusive seu Líder nesta Casa - de fazer negócio com a vida, porque fez negócio com vacina.

É preciso que esta Casa tenha uma posição contundente sobre o que pensa acerca desse relatório, que evidencia os principais motivos para o drama que o Brasil atravessa. Como se não bastasse, no Brasil a fome voltou a estar no centro da vida do povo. Há 20 milhões de famintos e 116 milhões de pessoas vivendo sob insegurança alimentar, que não sabem se vão ter dinheiro para comprar o arroz ou o feijão, que têm que escolher se vão comprar a carcaça do frango. Se não puderem, é no lixo que vão catar comida. Estão catando comida no lixo, enquanto o Ministro da Economia, a cada dia que o dólar sobe - e com o dólar subindo, o preço dos alimentos sobe, com a inflação lá em cima -, lucra em paraísos fiscais. Não é possível esse entendimento, essa percepção de normalidade que parece haver nesta Casa. Temos um Presidente da República com sangue nas mãos, o sangue que está explícito nos crimes cometidos no meio da pandemia, mas também explícito na fome, no desemprego e, mais do que isso, no desmonte das políticas públicas que a base de Bolsonaro aprova nesta Casa, no alargamento do Estado penal policial, nos mais de 30 atos normativos para liberação de armas.

A bala de fuzil de Bolsonaro autoritário-armamentista chega ao mesmo corpo, daquele que tem menos acesso à vacina e que morreu ao longo do último período porque não havia oxigênio para ele. É o mesmo corpo, é o corpo do pobre, do trabalhador, do negro brasileiro, esses por quem Bolsonaro não tenha apreço, esses que Bolsonaro, com as suas mãos sujas de sangue, levou à morte e, ao luto, as famílias.

Impeachment já!

Extraordinária - CD

Publ.: DCD
10/28/2021 -

PAULÃO-PT -AL

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Homenagem ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao ensejo do transcurso do 76º aniversário de nascimento. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome pelo Presidente Jair Bolsonaro. Omissão do Ministro da Defesa, general Valter Braga Neto, sobre as indagações a respeito do seu indiciamento pela CPI da Covid e da impunidade do ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello. Elogio à CPI da Covid. Não abertura, pelo Presidente Arthur Lira, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Boa tarde a todos e todas.

Sr. Presidente, hoje o Brasil comemora os 76 anos do ex-Presidente Lula, um homem que teve uma trajetória como a da maioria do povo brasileiro. Saiu do povoado de Caetés, em Garanhuns, de uma realidade de fome, ao lado de sua mãe, uma mãe guerreira, chamada Dona Lindu, que tinha oito filhos.

Nessa saga, ele foi para São Paulo, conseguiu compreender a importância da sua raiz, da sua origem, ingressou no movimento sindical, defendeu a classe trabalhadora e foi preso em plena ditadura. Ele foi Deputado nesta Casa. Chegou à Presidência da República duas vezes e mudou o paradigma fundamental, colocando 40 milhões de pessoas que estavam abaixo da linha da pobreza na agenda política -- uma referência para o mundo. Hoje, esse estúpido, esse genocida que está no poder coloca de novo 20 milhões de pessoas na fome. Por isso, Lula simboliza a esperança, a autoestima do povo brasileiro e é referência internacional.

Presidente, companheiro, o Partido dos Trabalhadores, a Deputada Maria do Rosário, o Deputado Joseildo Ramos, esse Prefeito guerreiro da Bahia que está aqui, todos os eleitores e o povo brasileiro saudamos o seu aniversário.

Sr. Presidente, hoje, eu estava na CREDN -- o Deputado Joseildo Ramos acompanhou -- e fiz duas perguntas ao General Braga Netto, e ele não as respondeu. Eu perguntei: "*General Braga Netto, como é que o senhor se sente, como autoridade máxima das Forças Armadas, ao ser indiciado pela CPI da Saúde?*" Ele se calou. Não respondeu nada. Como ele não respondeu também ao General do Exército, quando um

dos maiores generais em vida, o General Santos Cruz, disse que tinha vergonha do Exército por não punir o Ministro General trapalhão Pazuello. Ele não deu resposta, silenciou, foi cúmplice.

Por isso, nós temos que elogiar a CPI da COVID-19. Está de parabéns essa CPI, que teve a estatura e a coragem de ter sintonia com o povo brasileiro! E esta Casa se apequenou. O Deputado Arthur Lira vai entrar no livro da história, mas na lata do lixo, porque não tem coragem de colocar em pauta os 130 pedidos de impedimento que estão tramitando nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 263/288

| | | | |
|----------------------------|-------------------------------|---------------------|------------------------------------|
| 127.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa | 27/10/2021-14:12 |
| Publ.: DCD 10/28/2021 - | - JOSEILDO RAMOS-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS | BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Relevância dos trabalhos realizados pela CPI da Covid. Vinculação entre os milhares de óbitos decorrentes da epidemia de coronavírus, e o negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro no combate à doença viral. Indiciamento, pela CPI, do Presidente da República, Ministros e ex-Ministros de Estado, Parlamentares, profissionais liberais e empresas. Prática pelo Presidente Jair Bolsonaro do crime de prevaricação com relação à denúncia de existência, no âmbito do Ministério da Saúde, de esquema criminoso para a compra de vacinas contra a Covid-19.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, subo a esta tribuna, neste momento, para parabenizar o belíssimo e robusto trabalho da CPI da COVID-19.

Essa CPI, como nenhuma outra, ouviu testemunhas, colheu indícios e provas produzidos por este Governo e principalmente pelo principal indiciado, o Presidente da República.

Ele produzia provas praticamente no seu cotidiano de negacionismo. Criou um gabinete paralelo e praticamente tinha, no Ministério da Saúde, uma figura apenas e tão somente decorativa.

O Brasil foi elevado à primeira posição dos países que menos cuidaram do enfrentamento à COVID-19. E lá se foram quase 609 mil vidas! Boa parte delas não teria ido se não houvesse a manifestação do negacionismo, a incitação ao crime, a tomada de medidas não farmacológicas a partir do primeiro mandatário deste País. Mais da metade dessas vidas poderia estar entre nós produzindo felicidade e riqueza. Dá para calcular o tamanho dessas perdas? Não dá.

Nenhum outro país teve um Presidente tão desidioso, tão irresponsável, um Presidente que cometeu várias espécies de crimes, que estão sobejamente aprofundados, definidos e tipificados pela CPI, que pediu o indiciamento do Presidente, de Ministros, de ex-Ministros, de profissionais liberais, de empresas.

Também ficou claro um conluio, na realidade, um verdadeiro esquema criminoso dentro do Ministério da Saúde, assaltando e abduzindo os interesses maiores da República. Quando recebeu a denúncia, *de per si*, ele disse: "*Isso é coisa do Líder do Governo nesta Casa*". Passou recibo e disse a quem interessava aquele estado de coisas indecorosas. Não seria assim se o Governo brasileiro se dispusesse a definitivamente cumprir o seu desiderato. Infelizmente, isso não aconteceu.

É triste, é lamentável que, neste momento, nós estejamos a contar o número de milhares e milhares de vítimas, que fazem falta em todos os cantos deste País, por conta de um Presidente que não cumpriu o seu dever e, necessariamente, vai pagar na Justiça nacional e internacional.

Documento 264/288

| | | |
|----------------------------|-------------------------------|------------------------------------|
| 127.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 27/10/2021-14:32 |
| Publ.: DCD 10/28/2021 - | - CÉLIO MOURA-PT -TO | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Aprovação do relatório final da CPI da Covid. Vinculação entre os milhares de óbitos decorrentes da epidemia de coronavírus, e a negligência do Presidente Jair Bolsonaro na aquisição de vacinas em tempo hábil. Imediata adoção pelo Procurador-Geral da República, Augusto Aras, de providências a respeito de denúncias e indiciamentos preconizados no relatório final da CPI. Necessidade de abertura, pelo Presidente Arthur Lira, de processo de impeachment do Presidente da República por crime praticado contra a saúde pública. Pedido ao

Governador interino do Estado de Tocantins, Wanderlei Barbosa, de cancelamento do processo de privatização do Parque Estadual do Jalapão e do Parque Estadual do Cantão.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a votação do relatório da CPI da COVID teve um placar de 7 a 4. Os quatro que votaram contra - todo o Brasil sabe - devem estar no orçamento secreto, devem ter as suas vantagens por votarem contra o absurdo que foi o combate à COVID.

Nós temos certeza absoluta, Sr. Presidente, de que pelo menos 50% dos amores perdidos, das vidas das pessoas que todos nós perdemos foram culpa da negligência do Governo ao não vacinar em tempo hábil as pessoas que pegaram COVID.

Agora, Sr. Presidente, nós precisamos que o Procurador-Geral da República, o Dr. Aras, receba esse relatório e dê providência imediata. Não seja mais um engavetador, como já aconteceu nos tempos idos! Nós temos certeza absoluta de que o Presidente da Câmara também fará do relatório aquilo que todos os brasileiros querem: o *impeachment* do Presidente por crime praticado contra a saúde brasileira.

Sr. Presidente, eu gostaria também de falar do meu Tocantins. Quero pedir ao Governador interino do Estado que reflita e, urgentemente, cancele a privatização do Jalapão, porque o Jalapão é mais conhecido no Brasil e no mundo do que o Estado do Tocantins. O Governador tem o dever de estar ao lado da população do Tocantins, que abomina essa ideia da privatização do Jalapão, a maior riqueza turística que o Estado do Tocantins tem. Repito: no Brasil, o Jalapão é mais conhecido do que o Tocantins.

Portanto, Governador Wanderlei Barbosa, está na hora de V.Exa. entrar para a história e anular a privatização do Jalapão e a privatização do Cantão.

Sr. Presidente, eu gostaria que a minha fala fosse lembrada no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

10/28/2021 -

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Repúdio à CPI da Covid. Caráter político-partidário do órgão. Propósito da CPI de criminalização do Presidente Jair Bolsonaro. Indiciamento do orador no relatório do órgão por suposta incitação ao crime. Envolvimento dos Senadores Renan Calheiros e Omar Aziz, respectivamente, Relator e Presidente da CPI da Covid, com corrupção.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Sr. Presidente.

Ontem ocorreu a votação do relatório da "CPI do circo", a CPI que ocorre no Senado, CPI que tem tido o aplauso da Oposição e da velha imprensa como se fosse algo sério. Ontem mesmo, Renan Calheiros, apontando um dedo para um Senador opositor a ele, disse que o Senador estava sendo selecionado: *"Olha, de presente, estou te dando um indiciamento"*. Vejam a razão por que ele indicia as pessoas! Não é nem um sorteio, ele indica, seleciona como se fosse tempero para comida. E essa CPI recebe o aplauso da velha imprensa.

Ontem mesmo, assistindo à CNN, a jornalista disse que foi uma votação esmagadora, uma votação histórica, de 7 a 4. Quando isso é uma votação esmagadora? Quase torcem pela CPI, torcem contra o Governo Bolsonaro. É uma CPI, todos percebem, que tem caráter eleitoreiro, com fins político-partidários, para criar narrativas contra o Presidente Bolsonaro e seus aliados. Aí vemos o pessoal da Oposição usar a tribuna para atacar o Presidente e aplaudir essa CPI como se realmente aquilo fosse sério, como se aqueles indiciamentos tivessem algum embasamento jurídico.

Nem eles acreditam - nem eles acreditam -, mas se agarram naquilo, se sustentam naquilo, como uma tábua de salvação para a eleição do ano que vem.

Aquela CPI não tem nenhum conjunto probatório que possa provar qualquer um daqueles crimes. Prova disso é aquele crime de genocídio, criado aí nessa narrativa da Oposição, que tentaram emplacar e que não tem nenhuma sustentação. Genocídio é o assassinato deliberado de um grupo étnico, e é por isso que Renan Calheiros tentou colocar o genocídio de povos indígenas, porque não tinha assassinato deliberado de nenhum grupo étnico. Aí tentou colocar, e obviamente não teve sustentação.

Mas para vocês entenderem como esse tipo de CPI não é séria, eu estou indiciado por incitação a crime. Sabem quais foram os crimes por que eu estou indiciado? Estou lá no relatório como sendo indiciado por incitação a crime por ter defendido o tratamento precoce, por ter sido contra a obrigatoriedade da vacina, por ter chamado o STF de "junta da toga", por ter dito que Doria é "Ditadoria" e por ter compartilhado uma postagem da *Jovem Pan* - sim, é isso que está no relatório.

Essa CPI nunca foi séria. Não tem nenhum embasamento. Ela não é séria desde que tem um Relator como Renan Calheiros, mais sujo do que pau de galinheiro, e Omar Aziz, "Omar de lama da corrupção", que ontem fez um choro forçado, que nunca veio, mais parecia a Suzane von Richthofen na sua entrevista ao *Fantástico* quando saiu na sua liberdade condicional. Foi forçado! Demonstrou que usaram aquilo ali como um palanque político, um palanque político feio, porque utilizaram vítimas como seu caixão de palanque político-eleitoreiro.

O único saldo que tem essa CPI para a população é a imagem manchada do Congresso Nacional usando um instrumento legislativo de investigação sério para fazer perseguição a seus opositores.

Documento 266/288

| | | |
|----------------------------|-------------------------------|------------------------------------|
| 127.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 27/10/2021-15:08 |
| Publ.: DCD 10/28/2021 - | VICENTINHO-PT -SP | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Homenagem ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao ensejo do transcurso do seu aniversário natalício. Solidariedade do líder petista às camadas atingidas pela fome e aos familiares das vítimas da Covid-19. Repúdio à atuação do Presidente Jair Bolsonaro. Indignação com o discurso de ódio proferido por Deputado bolsonarista de São Paulo contra o Arcebispo Metropolitano de Aparecida, Dom Orlando Brandes, à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e o Papa Francisco. Apoio ao retorno do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao poder.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de mais nada, eu quero pedir perdão ao meu estimado companheiro metalúrgico Pardal, grande líder dos trabalhadores, que está me esperando no meu

gabinete. Daqui a pouco, chegarei aí, meu irmão querido.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meus colegas aqui presentes, hoje é dia do aniversário de muitas pessoas neste País. Eu quero destacar o aniversário do nosso companheiro Presidente Lula.

Lula faz aniversário hoje, carregado de energia, de boa vontade.

Falo de um homem que sofreu todos os tipos de ataques e, ao sair da prisão - uma prisão injusta, que comprova que a Justiça tarda, mas não falha -, hoje está nos enchendo de esperança.

Eu conheço Lula desde 1977. Fomos companheiros, fizemos greve juntos, fomos diretores do sindicato juntos no nosso segundo e terceiro mandatos das novas chapas, após o próprio Lula. Viajei com Lula por este mundo, sobretudo para a África.

Ressalto a preocupação dele e o seu carinho com o nosso povo pobre. Ele diz que tem que incluir o povo pobre. Ele está profundamente sensibilizado com a fome que hoje está acontecendo no nosso País porque o desemprego está alto; está preocupado e solidário com as vítimas da COVID e seus familiares; está preocupado com este Governo maluco - Bolsonaro, para mim, é maluco, e é um maluco inteligente. Ele sempre cria uma *fake news*, uma novidade. Agora está dizendo que quem foi vacinado contra a COVID está produzindo condições para ter AIDS. Meu Deus do Céu! Que absurdo! Que desrespeito!

Como é que os bolsonaristas ainda votam no Bolsonaro? Vejam o caso daquele Deputado bolsonarista lá de São Paulo, que xingou a Igreja Católica, chamou o Papa de vagabundo, chamou o Bispo D. Orlando de vagabundo, disse que a CNBB era um câncer da sociedade. Esse povo é louco, não é possível!

Nós precisamos de equilíbrio, e o Lula representa esse equilíbrio. O Lula ainda não lançou a sua candidatura, mas nós o queremos como nosso candidato a Presidente da República, para que o nosso povo volte a ser feliz de novo.

Por isso, companheiro Lula, desejo a você um feliz aniversário, saúde e paz! Que Deus ilumine a sua vida grandemente!

Obrigado, Sr. Presidente.

Publ.: DCD
10/28/2021 -

MILTON VIEIRA-REPUBLICANOS -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Defesa de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, relativa à alteração da forma de pagamento de precatórios pela União. Pedido ao Presidente Arthur Lira de inclusão na pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021, sobre a desobrigação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de aplicação de percentuais mínimos da receita na manutenção e desenvolvimento do ensino, no exercício de 2020, em face do desequilíbrio fiscal provocado pela Covid-19.

O SR. MILTON VIEIRA (REPUBLICANOS - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria nesse 1 minuto dizer da importância de termos a PEC dos Precatórios em discussão hoje - acho que é a matéria mais importante do dia - e também de cobrar de V.Exa., dos Líderes desta Casa, do Presidente Arthur Lira, que seja pautada a Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021.

A PEC 13 é muito importante para os Prefeitos, para os gestores municipais, estaduais e do Distrito Federal no que diz respeito a não serem responsabilizados por não cumprirem a meta dos 25% destinados à educação, tendo em vista que 2020 foi um ano de pandemia, bem como 2021. Peço que haja uma discussão em torno disso e que possamos trazer essa PEC para a Câmara dos Deputados, considerando que ela já foi votada pelo Senado Federal.

Eu faço aqui este apelo para que possamos ajudar os nossos gestores a terem uma saída. Isso porque, se não houve aula, não houve as tarefas importantes, então não podem ser responsabilizados por não usarem essa cota.

Era isso que eu queria dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 268/288

127.2021

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 27/10/2021-15:48

Publ.: DCD
10/28/2021 -

GENERAL GIRÃO-PSL -RN

CÂMARA

DOS BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES

Sumário

Presença da Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, no ato de lançamento da Frente Parlamentar em Apoio ao Produtor de Leite, na Câmara dos Deputados. Não preparação das escolas para a retomada das aulas presenciais, no Estado do Rio Grande do Norte. Prioridade dada pelo Ministério da Educação no ensino básico.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de pedir a V.Exa. que meu discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Eu tenho dois temas para abordar hoje. O primeiro é um tema altamente positivo. Nós recebemos hoje aqui na Casa a Ministra Tereza Cristina para o lançamento da Frente Parlamentar em Apoio ao Produtor de Leite. Com essa Frente Parlamentar, proposta pelo Deputado Vitor Hugo, que é o Coordenador dela, nós esperamos, sim, que os produtores de leite possam receber o apoio que merecem e de que precisam nesse momento de retomada da economia brasileira.

Nós visualizamos a importância não somente da bacia leiteira mas também dos laticínios, como bem disse o Deputado Bibó Nunes, nosso amigo, quando fez uso da palavra no lançamento da Frente Parlamentar. Todos os produtos originários do leite praticamente fazem parte da mesa do brasileiro. É importante darmos esse apoio para este Brasil que dá certo, este Brasil que está produzindo. Isso é importante demais!

Em consonância com a nossa Frente Parlamentar Mista em Prol do Semiárido, nós estamos apoiando não somente a agricultura familiar mas também os pequenos produtores. Pelo que ouvimos lá, somente os grandes laticínios estão hoje exercendo um poder muito forte em relação aos pequenos produtores de leite. Estamos, sim, juntos e vamos também trabalhar a MP sobre o milho para ver se conseguimos um melhor preço do milho para esses pequenos produtores.

O segundo assunto, Sr. Presidente e caros Deputados, é muito preocupante. Nós tivemos um período de pandemia muito forte. Ela recrudescer em vários países do mundo. Aqui no Brasil, ela está bastante reduzida. Agora nós estamos preocupados com a seguinte situação: o Estado do Rio Grande do Norte, cuja Governadora é uma professora do Partido dos Trabalhadores, não está pronto para a volta às aulas. Os alunos estão completando 1 ano e meio sem aulas. Eu pergunto sobre o dano maior que se terá na educação: quem vai

corrigir esse dano na educação brasileira?

Deputado Osmar Terra, o IDEB do nosso Estado do Rio Grande do Norte já era péssimo. Alguns estudiosos estão dizendo que se vai levar uns 10 anos para recuperá-lo. Nós vamos ficar subterrâneos lá. A Governadora é uma professora e não preparou as escolas, em 1 ano e meio, para o retorno das aulas. Realmente isso é inaceitável.

E há um dano maior ainda que teremos de avaliar: a educação brasileira construída, nessas últimas 3, 4 décadas, no Método Paulo Freire. E aí, como fica isso agora?

Nós precisamos mudar essa realidade e caminhar para outro rumo na educação brasileira, porque as nossas crianças não podem ficar dependentes de um método socialista de ensino. Nós somos conservadores e assim queremos prosseguir nesse trabalho.

Gostaria de dizer para cada um dos senhores e das senhoras que a educação precisa ser prioridade neste País, e não só a educação superior, como foi feito em anos anteriores com a criação de mais e mais universidades, quando o ensino superior não era objetivo do MEC. O nosso Ministro agora está tratando o ensino básico como ensino fundamental, que é o objetivo do MEC. Ele vai trabalhar para que isso seja mudado.

Sr. Presidente, gostaria de pedir novamente que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 269/288

| | | | |
|----------------------------|-------------------------------|---------------------|------------------------------------|
| 127.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa | 27/10/2021-15:56 |
| Publ.: DCD 10/28/2021 - | BIBO NUNES-PSL -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS | BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Apresentação do Projeto de Lei nº 3.780, de 2021, sobre o uso opcional de máscara facial em locais abertos diante da Covid-19. Redução do número de casos e de óbitos provocados pela doença viral no País. Aplausos ao Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, pela revogação da obrigatoriedade do uso de máscara facial em espaços abertos, a partir do dia 3

de novembro de 2021.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssimo Presidente Alexandre Leite.

Nobres colegas, é uma honra estar neste ringue, onde luto em defesa do Brasil.

Eu vou apresentar hoje um projeto de lei - e há outros sobre isto tramitando na Casa - para tornar facultativo em todo o País o uso de máscaras em locais abertos.

Não faz mais sentido usarmos máscaras hoje, com quase 60% da população ou mais já vacinada duplamente. Depois de um tempo se exercitando, caminhando, começa-se a respirar gás carbônico. É uma questão de bom senso: estamos vacinados, a maioria é imune, e a máscara é totalmente desconfortável. Sem a máscara, permite-se mais conversas, e há mais vontade de trabalhar. A máscara dificulta isso.

Duvido que gostem de usar máscaras. Só o Zorro para gostar de usar máscara.

Então, hoje apresentarei esse projeto de lei e espero que entre em vigor tão logo seja publicada a lei, porque o Brasil está pedindo, nas redes sociais: "*Vamos liberar as máscaras!*".

Eu vejo pessoas andando de bicicleta pelas ruas, pedalando, suadas, e vejo que a máscara dificulta a respiração. Vejo pessoas correndo com máscara, ao ar livre. Qual é o sentido disso? Isso é totalmente paradoxal, não tem por quê.

Nós estamos vencendo e vamos vencer esta pandemia. Em poucos dias, haverá menos de cem mortos por dia. Morrem mais pessoas hoje de problemas no coração, por causa de homicídios e acidentes de carro. Esta pandemia, queiram ou não, já está vencida. Seus números estão muito reduzidos. Algum urubu de plantão vai dizer: "*O Bibo Nunes está dizendo que morre pouca gente*". Não é isso. Falo sem demagogia barata. Se morrer uma pessoa, é muito.

Não faz sentido obrigar as pessoas a usarem máscara a céu aberto. Sinto pena. Esses dias, eu vi uma senhora, em Porto Alegre, suada, caminhando, já meio tonta, aparentemente. Por quê? Estava respirando gás carbônico. Em vez de um benefício, passa a ser um malefício.

O bom senso vai imperar. Vamos ver se o projeto entra em regime de

urgência. Temos que facultar o uso de máscaras.

Cumprimento o Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, porque a partir do dia 3 de novembro a população de Brasília estará livre, não precisará usar máscara em espaços abertos.

Grato, nobre Presidente.

Documento 270/288

| | | |
|----------------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| 127.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 27/10/2021-16:16 |
| Publ.: DCD 10/28/2021 - | RUBENS PEREIRA JÚNIOR-PCDOB -MA | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Regozijo com a promulgação da Emenda Constitucional nº 112, de 2021, relativa à recomposição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há pouco, no Senado Federal, participei da promulgação da Emenda Constitucional nº 112, de 2021, que garante mais recursos para os Municípios brasileiros.

Tenho a felicidade de ter sido o Relator, na Comissão de Constituição e Justiça, da PEC 391/17, que acrescenta 1% nas verbas da União para repasse ao Fundo de Participação dos Municípios. Vejam que não haveria melhor momento para essa aprovação do que agora, quando se aproxima o final da pandemia, da crise econômica, da crise fiscal.

O Poder Legislativo, o Congresso Nacional, Senado e Câmara, dão uma resposta objetiva e prática a algo que irá beneficiar diretamente os Municípios brasileiros. Significa que a partir de 2022, daqui a pouco, os Municípios terão mais recursos livres, sem carimbo, sem já estarem contingenciados ou vinculados a algum gasto específico, o que implica mais Brasil e menos Brasília. Aquela que era para ter sido uma política pública séria, propagandeada pelo Governo Federal, e não foi, o Congresso Nacional tem feito.

Para termos uma ideia, já no ano que vem, o impacto é de mais de 1 bilhão de reais para os Municípios brasileiros. Há um tempo de maturação da PEC, que começa com a distribuição de 0,25%, depois

0,5%, e chega a 1%. Ao final, a previsão é de que haverá um acréscimo entre 10 bilhões de reais e 15 bilhões de reais para os Municípios brasileiros. No Maranhão, os 217 Municípios serão contemplados.

É dessa forma que o Congresso Nacional deve dar respostas em meio à pandemia. Admitamos: nós demos respostas para a crise econômica, nós apresentamos sugestões, auxílio emergencial no valor que o Congresso Nacional criou, auxílio agora para os Municípios. Ah, se o Governo Federal fizesse parte do protagonismo e da luta que esta Câmara dos Deputados e o Senado Federal têm feito no período de pós-pandemia!

Portanto, eu quero registrar a alegria de a PEC ter sido aprovada exatamente no dia 6 de outubro, que é o Dia do Prefeito. Dessa forma, nós temos a convicção de que será possível que cheguem mais políticas públicas a quem mais precisa, lá na ponta.

Então, é uma realidade a Emenda Constitucional nº 112, de 2021, que garante acréscimo de 1% ao FPM de todos os Municípios brasileiros.

Documento 271/288

| | | |
|---|---|------------------------|
| 127.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -27/10/2021- CD 16:24 | |
| Publ.: DCD - 10/28/2021 - EDUARDO BOLSONARO-PSL -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação de requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 6.537, de 2019, sobre a criação da Procuradoria Regional da República da 6ª Região. Ajuizamento de processo contra o Senador Renan Calheiros por abuso de poder.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de orientar o voto "sim", quero rechaçar publicamente o relatório do Senador Renan Calheiros, pessoa muito mais acostumada a ser investigada do que a investigar. E quero dizer aqui que seria conveniente até uma manifestação da Mesa, porque existem Deputados como eu, Bia Kicis, Carla Zambelli, Osmar Terra, Carlos Jordy, Ricardo Barros, além do Presidente do PTB, Roberto Jefferson, que estão sendo acusados de incitação ao crime.

Como todos sabem, originalmente, a competência para investigar Deputados é do STF. Desconhece-se essa competência. Além disso,

conversas minhas foram vazadas e transmitidas pela Rede Globo, sem qualquer tipo de fato delituoso.

Então, informo que, semana que vem, estou entrando com um processo contra o Senador Renan Calheiros por abuso de poder, entre outros crimes que acharmos pertinentes, inclusive com comunicação à PGR. Lugar de vagabundo não é no Senado!

O PSL orienta "sim".

Documento 272/288

| | | |
|---|--|-----------------------|
| 127.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/10/2021- CD | 17:20 |
| Publ.: DCD - 10/28/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | DISCUSSÃO DISCURSO |

Sumário

Discussão do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1.374, de 2021, sobre a instituição do auxílio gás social.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de cumprimentar o nobre Relator, também a nossa bancada do Partido dos Trabalhadores, na pessoa do nosso Deputado Carlos Zarattini, pelo projeto, que depois da nossa aprovação na Câmara e da aprovação no Senado Federal retorna para nossa Casa.

Nós vamos votar favoravelmente ao relatório do Deputado Christino Aureo, porque consideramos que este Parlamento precisa dar respostas concretas ao povo do nosso País que está sofrendo com a pandemia.

Ontem o relatório da CPI da COVID-19 apresentou 80 indiciados, e esses nomes foram encaminhados aos órgãos do Ministério Público. Inclusive, o nome do próprio Presidente da República vai ser encaminhado ao Tribunal Penal Internacional em Haia, pelos crimes cometidos contra a humanidade.

O Presidente foi indiciado em nove crimes. O nosso povo está sofrendo com a fome, que atinge mais de 20 milhões de brasileiros; o nosso povo está sofrendo com a insegurança alimentar, que atinge mais de 100 milhões de brasileiros, com a inflação de dois dígitos, com os sucessivos aumentos da energia elétrica e do combustível.

Parece até que é uma notícia velha, mas não é. Nesta semana houve mais um aumento nos combustíveis causado pela política equivocada do Governo Federal de preços da PETROBRAS, que está massacrando o povo brasileiro, que paga no gás de cozinha 130 reais, como no meu Estado.

Quando não há condição de pagar o gás de cozinha, as pessoas acabam utilizando a lenha, utilizando o álcool. Vejam o que aconteceu com aquela mãe em Osasco: ela foi cozinhar com álcool e teve praticamente todo o seu corpo queimado, vindo a falecer, deixando um órfão de 8 meses. Então, a situação é precária, é calamitosa.

Por isso, temos que aprovar este projeto. Espero que ele seja sancionado brevemente pelo Sr. Presidente da República, porque isso é urgente para o povo brasileiro. Nós estamos falando do gás de cozinha, que já aumentou no período de 1 ano mais de 60%. Só este ano aumentou mais de 40%. A população não consegue ter acesso ao gás de cozinha. Portanto, o projeto que cria o vale-gás vem para dar esse alento.

Este Parlamento, Deputado Carlos Zarattini, a bancada do Partido dos Trabalhadores e todos os Parlamentares que votam a favor estão de parabéns.

Documento 273/288

| | | |
|--|--|------------|
| 127.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/10/2021- CD | 17:44 |
| Publ.: DCD - 10/28/2021 - CHARLLES EVANGELISTA-PSL -MG | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação dos arts. de nºs 1º a 6º, com parecer favorável, do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1.374, de 2021, sobre a instituição do auxílio gás social.

O SR. CHARLLES EVANGELISTA (PSL - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Maioria orienta o voto "sim".

Quero aproveitar o momento também para parabenizar o Relator.

Eu acho que o Brasil vive um dos piores momentos, um momento de pandemia, em que mais de 600 mil pessoas infelizmente faleceram. Então, é o mínimo que nós Parlamentares, nós da Câmara dos Deputados podemos fazer para a população brasileira, principalmente

para a população mais vulnerável, que realmente está passando fome Brasil afora.

Ontem eu tive a oportunidade de subir à tribuna e dizer que não adianta nós batermos no peito e dizermos: "A *PETROBRAS* é nossa". Não adianta a *PETROBRAS* dar lucro somente para os acionistas. As pessoas estão passando dificuldade, realmente. Então, precisamos dar uma resposta.

Hoje está sendo feito aqui... Esse auxílio gás vai dar um alívio, vai dar um fôlego, para que as pessoas possam comer, porque realmente estão passando muita dificuldade.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 274/288

| | | |
|--|--|------------------------|
| 127.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/10/2021- CD | 18:44 |
| Publ.: DCD - 10/28/2021 - BOHN GASS-PT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Conclusão dos trabalhos da CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Indiciamento do Presidente Jair Bolsonaro pelo órgão. Crimes atribuídos ao Presidente da República pela CPI. Necessidade de abertura pela Casa de processo de impeachment contra o Chefe da Nação. Propagação de fake news pelo Presidente da República.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Alex Manente. Saúdo todos os Deputados e Deputadas. Com certeza o fato mais importante da política nesta semana no Brasil foi a conclusão e a votação do relatório da CPI da Pandemia no Senado da República, que apresentou o indiciamento de 78 pessoas e duas empresas, depois de um longo estudo, um trabalho muito denso, ouvindo depoimentos, estudando relatórios, fazendo oitivas e longos debates.

Esta pandemia ceifou 606 mil vidas. Todos nós sabemos que não só a inação, mas também a ação do Governo contribuiu para que essas mortes acontecessem no Brasil.

Sobre o pronunciamento do Presidente, todos nós defendemos a imunidade parlamentar, mas a imunidade parlamentar não suporta a apologia, o incentivo ao crime contra a vida. Esse é o elemento que foi

profundamente avaliado. Por isso, os Senadores chegaram exatamente à conclusão de atribuir ao Presidente da República Jair Messias Bolsonaro nove crimes.

Hoje de manhã, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores e em reconhecimento a esse trabalho feito pela CPI do Senado da República, eu acompanhei a entrega do relatório final da CPI ao Procurador-Geral da República, Augusto Aras, e, fundamentalmente em relação às *fake news*, ao Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes.

A CPI fará encaminhamentos a outros órgãos, em que os processos dessas pessoas que foram indiciadas devem ser avaliados e, se confirmadas essas teses levantadas depois desse trabalho minucioso que a CPI fez, haver as devidas condenações também em relação aos crimes cometidos.

Estes são os crimes apontados, nesse caso, ao Jair Bolsonaro: crime de epidemia com resultado de morte, crime de infração a medidas sanitárias preventivas, crime de emprego irregular de verba pública, crime de incitação ao crime, crime de falsificação de documentos particulares, crime de charlatanismo, crime de prevaricação, crime contra a humanidade e crime de responsabilidade.

Colegas Deputados e Deputadas, povo brasileiro, ao cometer esses crimes o Presidente da República mostra, de fato, o lado cruel deste Governo.

Aqui nós temos, sobre o processo das mortes, em relação à pandemia, esses crimes cometidos.

Fala-se de prevaricação, e a CPI apurou muito bem quando houve os relatos e as oitivas com os integrantes do Ministério da Saúde, quando ficou por esse levantamento comprovado que existia um sistema de fraude, de corrupção, de propina em torno do elemento que deveria chegar para as pessoas, que era a vacina. Aliás, o Presidente Omar Aziz, na fala hoje, disse que, se tivesse que apontar um de todos os crimes, ele diria que era o de não ter havido vacina para o povo.

Aqui há esse primeiro elemento da pandemia, há o segundo elemento, da corrupção, apontado no Governo - foi um antro de corrupção dentro do Governo do Bolsonaro, de propina - e, com isso, também, há o crime de responsabilidade. Quero destacar aqui, porque isso vai refletir nesta Casa, que o crime de responsabilidade é um crime que bate diretamente com os 139 pedidos de *impeachment* que já estão nesta Casa. Então, se nós já temos 139 pedidos feitos pela sociedade brasileira, por Parlamentares, por entidades da sociedade civil, já aqui na Casa para serem apreciados, nós temos hoje um reforço de um

trabalho consistente realizado pela CPI do Senado, que confirma que houve crime de responsabilidade.

Nós não podemos deixar isso passar neste momento. Esta Casa precisa dar uma resposta à sociedade brasileira. Há testemunhas, muitas apareceram nos relatórios, nas oitivas para falar dessas 606 mil pessoas mortas, e mostraram que há, sim, crime de responsabilidade e que esta Casa não pode se calar.

É por isso nós que já fizemos, com vários outros partidos, com lideranças e com entidades, o superpedido de *impeachment*. E o processo ainda não foi aberto. Nós estamos aqui dizendo em alto e bom som: Presidente Arthur Lira, precisa ser aberto o processo de *impeachment* aqui nesta Casa. A CPI apenas trouxe um reforço, porque nós, há tempos, estamos dizendo que o pedido de *impeachment* precisa ser feito aqui.

Há 23 dias - eu conferi isto hoje ainda -, foi protocolado o último pedido. São, portanto, 139 pedidos de *impeachment* nesta Casa. Eu estava hoje de manhã com Senadores, com o Aras, na PGR, com o Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. Os próprios Senadores farão chegar oficialmente a esta Casa esse tema do crime de responsabilidade.

Vai ser um reforço, sim! Nós precisamos debater sobre a necessidade de que esta Casa abra, sim, o processo de *impeachment* em razão dos crimes cometidos por Jair Messias Bolsonaro.

Por último, quero tratar de um tema também importante, que foi um dos motivos que me fizeram, na condição de Deputado, acompanhar os Senadores, nesta manhã, na visita à PGR e ao STF. Refiro-me às mentiras que sustentam este Governo. Aliás, este Governo se elegeu mentindo. Se não houvesse as *fake news* na época da campanha, Bolsonaro nem se quer seria Presidente - Bolsonaro nem sequer seria Presidente.

É função desta Casa constituir uma legislação que impeça que inverdades sejam ditas, que *fake news* sejam propaladas com dinheiro sonegado de empresas que passam a estimular, pagar, remunerar a propagação de mentiras, o que é um crime, por serem *fake*, por não serem informações verdadeiras e por serem atentados à vida.

Todos nós ouvimos a barbaridade dita pelo Presidente há poucos dias. Ele afirmou que a vacina contra a COVID-19 causaria AIDS. Isso é contra a ciência. Isso é inadmissível. Não existe nenhuma prova científica disso. Dizer isso faz parte de uma ação para estimular exatamente as pessoas a não se vacinarem e a morrerem. E esses são

os testemunhos.

Por isso, o *impeachment* é necessário!

Documento 275/288

| | | |
|---|--|------------------------|
| 127.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/10/2021- CD | 18:52 |
| Publ.: DCD - 10/28/2021 - ORLANDO SILVA-PCDOB -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Defesa do indiciamento de Parlamentares citados no relatório final da CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu quero fazer uma reflexão com o nosso Plenário acerca dos desafios que o Parlamento brasileiro vive num momento que eu caracterizaria como de extremo estresse político e institucional.

Há pouco, o próprio Presidente da Casa trouxe para este Plenário um debate acerca das prerrogativas de Deputados e de Deputadas; um debate acerca dos limites das intervenções a respeito de um fato muito relevante da vida política brasileira, que foi a Comissão Parlamentar de Inquérito instalada no Senado Federal para apurar a forma como o Governo brasileiro tratou a pandemia da COVID.

Eu considero que as investigações feitas pelo Senado trazem luz para uma tragédia que alcançou o nosso País. Foi essa investigação que, inclusive, permitiu que o Brasil soubesse de riscos, como, por exemplo, a compra fraudulenta de vacinas, naquele jogo de 1 dólar por vacina que escandalizou todos os que conheceram essa denúncia.

Quantos de nós ficamos emocionados quando ouvimos as histórias de brasileiros e de brasileiras que perderam entes queridos! Não são 605 mil pessoas que se convertem em estatísticas. Nós falamos de 605 mil vidas. São pais, mães, filhos, filhas, pessoas que perderam a vida pela atitude irresponsável e genocida de Bolsonaro. E a CPI demonstrou que ele se recusou a cumprir o seu compromisso de adotar as medidas para combater a COVID.

O debate que nós fazemos aqui diz respeito ao indiciamento ou não de Parlamentares. O argumento de que as prerrogativas de um Parlamentar ou a liberdade de expressão não permitiriam que

houvesse indiciamento é um debate falso, porque as prerrogativas dos Parlamentares não servem para encobrir apologia a crimes - crimes contra a vida!

A Constituição brasileira defende como um de seus fundamentos a dignidade humana. O que o Governo Bolsonaro e Parlamentares da sua base, inclusive Deputados Federais, fizeram foi apologia a crimes - isso quando não cometeram crimes. Isso merece investigação. Isso justifica o indiciamento de Parlamentares. É importante separar o joio do trigo. Virou lugar-comum entre Parlamentares fazer apologias a crimes.

Este Plenário precisa refletir, não ter uma atitude corporativista e defender a Constituição brasileira, que nos obriga inclusive a defender a vida, que é o bem maior do povo!

Documento 276/288

| | |
|--|---|
| 127.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/10/2021 - CD 18:56 |
| Publ.: DCD - 10/28/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA |
| | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela maioria dos óbitos decorrentes do coronavírus no País. Defesa de punição dos Deputados indiciados pela CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal. Encaminhamento, pelo PSOL, de Representação à Corregedoria Parlamentar da Casa contra os Deputados citados pela CPI da Covid.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada.

Deputadas, Deputados, este é mesmo o Brasil do horror, que lamentavelmente tem um Chefe de Estado que odeia o povo. Infelizmente, este Brasil do horror - parece-me - tem nesta Casa a maior sustentação do Governo Bolsonaro, porque, através da Presidência do Deputado Arthur Lira, está se tentando dar uma boia de salvação para o Bolsonaro no Brasil do horror, no Brasil em que mais de 600 mil famílias estão chorando a perda dos seus entes.

Não é possível que seja normal e natural que um Chefe de Estado comande uma campanha publicitária, no auge da pandemia, dizendo que o Brasil não pode parar. Não é possível que um Chefe de Estado propague, como ele fez por muito tempo, a farsa da imunidade de

rebanho, dizendo que quanto mais gente pegasse COVID melhor seria. O Presidente da República fez isso. E agora mais de 600 mil famílias choram a morte dos seus.

Não é natural a propagação de tratamento precoce não comprovado cientificamente.

Aliás, a única comprovação que existiu foi a de que o uso desses medicamentos fez mal para as pessoas, agravou a doença.

Não é natural um Presidente sistematicamente questionar a eficácia das vacinas num dos países que mais vacinam, num país que tem o SUS. É um escândalo termos como Presidente Jair Bolsonaro!

Senhores e senhoras, esta Casa não está imune a isso. Esta Casa não só sustenta Bolsonaro e o bolsonarismo, como também tem entre os nossos aqueles que são coniventes com esse horror, aqueles que também estão na linha de frente desse horror.

Nós não chegamos até aqui à toa, senhores e senhoras. O negacionismo, as *fake news*, as mentiras são política institucional do Governo Bolsonaro e de pelo menos cinco Deputados desta Casa. Isso não pode passar impunemente, porque o povo está chorando a morte dos seus. Não basta a fome, não basta o desemprego, não basta ter que escolher se come carcaça de frango ou se não come; se compra arroz ou feijão. Não basta haver mais de dez aumentos da gasolina. Temos um povo que morreu em uma pandemia. Nós iríamos sofrer, mas poderíamos ter atravessado esse momento de forma menos dolorosa.

Parlamentares desta Casa foram indiciados na CPI, CPI esta que prestou um serviço ao Brasil e que jogou luz ao horror de Bolsonaro e sua base. Eles têm que pagar pelo crime que cometeram, porque foi um crime contra a humanidade. Não se pode falar qualquer coisa, se essa coisa incita o crime, se essa coisa leva à morte. Isso não é liberdade de expressão. Isso não é prerrogativa parlamentar.

Eu quero dar um único exemplo do que estamos falando: uma Deputada desta Casa chegou a dizer que caixões foram enterrados vazios e disse também que ela foi curada por cloroquina, por tratamento precoce, sendo que nem COVID ela teve!

A maneira como estamos, lamentavelmente, atravessando a pandemia evidencia um Brasil de muita dor. E a responsabilidade dessa travessia do horror é de Jair Bolsonaro e é, sim, de Parlamentares desta Casa que foram coniventes com a desinformação, com *fake news*, o que levou à morte do povo.

Por isso, a nossa bancada entrou com uma representação na Corregedoria desta Casa e enviou essa representação à Mesa. Espero que sigamos o exemplo dos Parlamentares da CPI e responsabilizemos aqueles que não honram a cadeira que ocupam.

Nós temos o direito de falar, queremos garantir o direito de falar, mas a nossa fala não pode incitar a violência e a morte.

Impeachment já! Fora, Bolsonaro!

Documento 277/288

| | | |
|--|--|------------------------|
| 127.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/10/2021- CD | 19:04 |
| Publ.: DCD - 10/28/2021 - MARCELO NILO-PSB -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Gravidade das crises sanitária, econômica e social reinantes no País. Sucessivos aumentos nos preços dos combustíveis, do gás de cozinha e da energia elétrica. Desestímulo do Presidente Jair Bolsonaro à vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Queda dos índices de popularidade do Presidente da República. Incompetência do Presidente Jair Bolsonaro para comando do País.

O SR. MARCELO NILO (PSB - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Brasil passa, sem dúvida nenhuma, por um dos piores momentos desde a Proclamação da República.

Estamos vivendo uma crise sanitária em que mais de 605 mil brasileiros e brasileiras morreram em razão da pandemia. Estamos vivendo uma crise econômica, na qual a inflação já chega a dois dígitos. Falta comida no prato de 20 milhões de brasileiros, principalmente crianças, e 15 milhões de brasileiros estão desempregados. Estamos vivendo uma crise social. O povo perde a esperança. Para mim, a palavra-chave do dicionário é "esperança". Se você perde a esperança, perde a vontade de viver.

Nós estamos ouvindo o cidadão comum, o cidadão simples, humilde, dizer: "*Deputado, infelizmente, eu não acredito mais nos políticos*".

Nós estamos vendo a gasolina subir praticamente toda semana. Sete reais é o que custa o litro da gasolina. Na Bahia, já existem movimentos para fechar avenidas e protestar contra o descaso do

Governo Federal com relação à gasolina, ao combustível.

Hoje vemos o cidadão dizer no WhatsApp, no Instagram, no Facebook: "*Tudo está subindo, menos o salário*". Como dizia Chico Anísio, meu querido amigo Deputado Capiberibe, o salário está pequeno.

Vemos o botijão de gás custar 122 reais. Não imaginávamos ver o cidadão e a cidadã cozinhando com lenha. A luz sobe praticamente a cada 15 dias. Hoje você não pode ligar a televisão, não pode ligar o rádio. Só pode usar a luz em um cômodo, porque, infelizmente, a luz está subindo praticamente a cada 15 dias. Antigamente, quando a luz subia, era novidade. Hoje nem vemos mais essa notícia em *sites*, em jornais, em *blogs*, porque passou a ser rotineiro o aumento dos preços dos serviços básicos.

O que será do Brasil nos próximos meses com um Presidente da República que fala diretamente para o povo que não deve se vacinar? No início, ele falava indiretamente; hoje, ele fala diretamente para o cidadão não se vacinar, sob pena de pegar AIDS.

O Presidente Bolsonaro não está preocupado com a vida do brasileiro. Ele só tem um único objetivo: reeleger-se - o que está cada vez mais distante. Os índices da sua popularidade já bateram recordes negativos, chegando, às vezes, a 63% de avaliação "ruim ou péssimo". Ele é um Presidente que não se preocupa com o mais humilde, é um Presidente que diz que não entende de economia, é um Presidente que não é médico, mas diz que entende de medicina, quando passa cloroquina e condena a vacina. É esse o Presidente do País. É esse o Presidente do Brasil.

O Presidente da República chamado Jair Messias Bolsonaro vai entrar para a história como o pior Presidente do Brasil. Aliás, grande parte do povo brasileiro votou no Bolsonaro sabendo quem era Bolsonaro. O que ele defende? Armas, armar a população. Ele diz que não é cozeiro para ter que se preocupar com a morte do cidadão ou da cidadã. Ele diz para as pessoas não se vacinarem, senão vão falar fino, vão virar jacaré. Às vezes, eu pergunto a mim mesmo se é verdade que o Presidente Bolsonaro diz isso, se ele fala isso mesmo ou se é *fake news*. Mas aí eu ouço a voz e vejo a imagem do Presidente condenando a vacina, dizendo, em alto e bom som, que não está preocupado com morte, porque, se você não morre hoje, você morre amanhã.

O Presidente Jair Bolsonaro ultrapassa os limites da imaginação quando se trata de incompetência - incompetência política, incompetência como gestor. Aliás, diga-se de passagem, ele diz que não entende de economia, não entende de saúde, não entende de

educação, mas quer ser médico, quer ser cientista, quando diz que, com a vacina, realmente, o cidadão ou a cidadã pode pegar AIDS. É um desrespeito com as mais de 605 mil famílias que perderam entes queridos. Eu nunca vi o Presidente Bolsonaro fazer homenagem ao cidadão que nos deixou prematuramente em razão da COVID-19.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero deixar registrado nos Anais da Casa do Povo, da Casa do contraditório, da Casa de Leis: Jair Messias Bolsonaro é o pior Presidente da República do Brasil, pior até do que Michel Temer. Vai sair com recorde de popularidade negativa, porque não tem amor ao próximo. Ele não se preocupa com a sociedade brasileira, ele se preocupa apenas em tentar uma reeleição, o que está cada vez mais distante.

Bolsonaro é o pior Presidente do País de todos os tempos!

Obrigado.

Documento 278/288

| | |
|---|--|
| 127.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/10/2021- CD 19:12 |
| Publ.: DCD - 10/28/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA |
| | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Alcance do patamar de 606.246 mortes decorrentes da epidemia de coronavírus no Brasil. Constatação, pela CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal, de crimes praticados pelo Presidente Jair Bolsonaro no tocante à epidemia. Elogio aos Senadores Omar Aziz e Renan Calheiros, respectivamente Presidente e Relator do órgão. Necessidade de abertura e aprovação pela Câmara dos Deputados, do processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Críticas à blindagem do Chefe da Nação pela Casa. Expectativa de continuidade das investigações da CPI pela Procuradoria-Geral da República.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Alexandre Leite, colegas Parlamentares Deputados e Deputadas, Deputado Marcelo Nilo, o Brasil chega à cifra absurda de 606.246 mortes.

O Senado, cumprindo com o seu dever institucional - determinado, é verdade, pelo Supremo Tribunal Federal -, respeitou o direito de minoria e abriu uma CPI para investigar a pandemia da COVID. E esta CPI, Deputado Pedro Uczai, Deputado Gastão Vieira e Deputada Talíria, chegou a conclusões muito importantes para que o Brasil

conhecesse, em detalhes, a forma como o Presidente Bolsonaro, seu Ministério e seu Governo deixaram de enfrentar a pandemia, a forma como eles desorientaram uma parcela do povo brasileiro.

Quando a CPI descreve, num dos crimes, o crime de epidemia que causa mortes, nele está enquadrado, sim, o Presidente Jair Bolsonaro. Quando a CPI descreve, em detalhes, que o Governo cancelou a compra de vacinas, que o Governo deixou de comprar vacinas que estavam sendo ofertadas no mercado, ela descreve, em detalhes, um crime contra o povo brasileiro e um crime também de responsabilidade.

Quando o Presidente atuou no sentido de disseminar a visão charlatã de que o povo brasileiro se salvaria utilizando determinados medicamentos que, a partir de um dado momento, os próprios laboratórios diziam que não funcionavam para o tratamento da COVID, ele incitou a desinformação. E essa desinformação levou à morte milhares de pessoas, que poderiam ter sido salvas se tivessem recebido as orientações corretas que a Organização Mundial da Saúde e que o consenso científico, que sempre é temporário, determinavam.

Houve, sim, um projeto organizado de negação da ciência. Houve, sim, um projeto organizado de disseminação de notícias falsas que colocaram o povo brasileiro, diante da desinformação, de forma extremamente mais vulnerável à mortalidade por COVID. É por isso que um país que tem 2,7% da população mundial é responsável por 12% das mortes por COVID do mundo.

Isso tudo não foi ao acaso, isso tudo não foi por falta de conhecimento; isso tudo foi baseado na ideia do Presidente Bolsonaro, dos seus Ministros, Deputado Pedro Uczai, e de boa parte de sua equipe de conselheiros de incentivaram o Brasil a trilhar pelo caminho criminoso, Deputado Paulo Ramos, da chamada busca de imunidade de rebanho.

Quase todos os cientistas - se não todos - que trabalham esse tema sempre disseram desde o primeiro dia da pandemia que nenhum país deveria ir atrás da imunidade de rebanho, porque a imunidade de rebanho não serve para enfrentar uma pandemia como esta, de alta mortalidade, como é o caso da COVID.

O Brasil deveria ter adotado as medidas, sim, de afastamento; sim, de uso de máscara; sim, de busca, o mais rápido possível, das vacinas. E nada disso foi feito pelo Governo Bolsonaro. Portanto, estão bem descritos os crimes.

Quero aqui cumprimentar o Presidente da CPI, Senador Omar Aziz, o Relator da CPI, Senador Renan Calheiros, e os demais Senadores que votaram e aprovaram esse relatório histórico, que - e digo ao Presidente Arthur Lira, Deputada Jandira Feghali - é mais um dos

motivos pelos quais se deve abrir um processo de *impeachment* dentro da Câmara Federal.

Aqui se está a acobertar Bolsonaro. Bolsonaro comete crimes de responsabilidade em série - e na pandemia foram diversos -, mas aqui na Câmara Federal ele está blindado.

Eu vou, sim, debater com V.Exa., Presidente Arthur Lira, o instituto da imunidade parlamentar, que eu sempre defendi e sempre defenderei. A imunidade parlamentar é algo importantíssimo dentro de uma democracia e dentro do Estado Democrático de Direito.

O direito à vida precisa ser respeitado pelos Parlamentares, que têm imunidade parlamentar. A Constituição precisa ser respeitada, através da fala de Deputados e Senadores, que têm e devem ter imunidade parlamentar, mas jamais, Deputado Renildo Calheiros, a imunidade parlamentar pode acobertar o incitamento ao crime, seja crime contra a saúde pública, seja crime contra as instituições democráticas.

Eu votei e votaria de novo a favor da prisão do Deputado Daniel Silveira, porque ele não usou o instituto da imunidade parlamentar de acordo com o que estabelece a Constituição. A imunidade parlamentar, Presidente Arthur Lira, não é um direito absoluto. Existe um conjunto de direitos da democracia. O direito à vida, como dizia o Deputado Pedro Uczai, é o mais importante direito que temos a preservar.

Então, quem usou o seu direito à imunidade parlamentar para incitar o crime de desinformação, que levou à morte milhares de brasileiros, que poderiam estar vivos hoje, não pode ser protegido pelo instituto da imunidade parlamentar.

A imunidade parlamentar não existe para isso, ela não existe para dar a alguém o direito de atacar a Constituição, de atacar a democracia, de atacar o direito à vida.

O relatório da CPI encerrada ontem descreve uma série de crimes - de alguns eu pude falar, de outros, não, pela falta de tempo -, e nós esperamos que a Câmara dos Deputados abra um processo de *impeachment* para investigar os crimes de responsabilidade de Bolsonaro aqui no Parlamento e que a Procuradoria Geral da República...

Eu peço 30 segundos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Leite. DEM - SP) - Mais 30 segundos, no máximo.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Esperamos também que a

Procuradoria Geral da República abra inquérito sobre cada um dos casos de indiciamento colocados no relatório da CPI. Queremos que os indiciados apresentem sua defesa dentro do Estado Democrático de Direito, mas que nenhum dos indiciamentos vá para a gaveta indevidamente, Presidente.

Documento 279/288

| | | |
|--|--|------------------------|
| 127.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/10/2021- CD | 20:32 |
| Publ.: DCD - 10/28/2021 - OTONI DE PAULA-PSC -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre o pagamento parcelado de precatórios. Aplausos ao Presidente Artur Lira pelo pronunciamento em defesa dos Deputados indiciados pela CPI da Covid.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/PSC - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco PROS/PSC/PTB orienta "não".

Sr. Presidente, quero aproveitar este momento para parabenizar V.Exa. pela postura na defesa - e é o que se espera de um Presidente desta Casa - dos Deputados que foram indiciados no relatório final da CPI pelo Sr. Renan Calheiros.

O Senador Renan Calheiros talvez tenha tido essa audácia, Presidente Arthur Lira, por entender que, como no caso do Deputado Daniel Silveira, esta Casa abriu um gravíssimo precedente, ele poderia fazer a mesma coisa que o STF fez com os Deputados.

Mas V.Exa., hoje, corrigiu isso bravamente.

A minha pergunta, Deputado Arthur Lira, é se o mesmo tratamento que V.Exa. está dando aos Deputados poderia dar ao nosso querido Deputado Daniel Silveira, por favor.

Documento 280/288

| | | |
|----------------------------|-------------------------------|----------------------------------|
| 128.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 28/10/2021-09:24 |
| Publ.: DCD 10/29/2021 - | JOÃO DANIEL-PT -SE | |

Sumário

Congratulações aos servidores públicos. Atuação parlamentar do orador em defesa do serviço público. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 1.374, de 2021, sobre a instituição do auxílio gás social. Reexame do papel da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado.

Presidenta, eu quero hoje registrar, no plenário da Câmara, neste momento, os nossos parabéns a todos os servidores e servidoras públicas do Brasil, dizer do nosso compromisso em defesa do serviço público. É fundamental um Estado democrático ter servidores e servidoras bem remuneradas, com estabilidade no emprego, com plano de cargos e salários, para que bons serviços sejam prestados. Nós não temos dúvida de que todo país que tem bons serviços públicos é um país em que seus governantes cuidam bem dos servidores.

Nós sabemos do papel do serviço público, em especial na área da saúde, durante a pandemia. Os trabalhadores e trabalhadoras de todas as áreas da saúde pública, do SUS, demonstraram esforço, carinho, fé e amor para com o cuidado das pessoas. Se nós não tivéssemos um SUS forte - trabalhadores e trabalhadoras dedicaram a sua vida -, muito mais milhares de pessoas teriam perdido a vida.

Lamentamos, profundamente, que o Governo Bolsonaro não goste de serviço público, não goste de servidores. A PEC 32/20 é para retirar direitos dos servidores públicos, é para quebrar a estabilidade dos servidores públicos de todos os entes federativos. Ela é para garantir que serviços sejam vendidos para a iniciativa privada, terceirizados, para que os amigos possam ter empresas e transformar em grandes negócios áreas estratégicas, como a saúde, a educação, assim por diante.

Por isso, ontem participamos de um belo ato em frente à Câmara dos Deputados, com os servidores, com as centrais sindicais, com os sindicatos. Que esta luta no Brasil inteiro possa chamar a atenção dos Parlamentares de todos os partidos para que impeçam que haja esse retrocesso!

Hoje, o Presidente desta Casa poderia dar um presente aos servidores

públicos, ao serviço público do Brasil, dizendo que essa PEC maldosa do Executivo não será pauta, não será aprovada no Congresso Nacional.

Eu peço, Sra. Presidenta, que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e demais meios desta Casa o nosso compromisso, o nosso apoio, o nosso carinho a todo movimento que luta em defesa dos servidores e servidoras públicas de todo o nosso País.

Sobre o projeto aprovado do vale-gás, de autoria do nosso companheiro de bancada, o Deputado Zarattini, nós queremos dizer que lamentavelmente tivemos que aprovar um projeto para que as famílias de baixa renda possam pagar menos pelo gás de cozinha.

Acho fundamental esse projeto, e é importante que ele seja sancionado, porque nós temos, Deputado Paulo Ramos, conhecedor dessa matéria, uma das empresas mais importantes do mundo na área de petróleo e gás, que é a PETROBRAS, mas, lamentavelmente, ela está sendo entregue aos interesses privados, àqueles que querem o desmonte do Estado brasileiro, da soberania nacional. Paulo Guedes, Bolsonaro e o time que dirige hoje a PETROBRAS são entreguistas, são aqueles que não controlam o preço, porque estão lá a serviço dos acionistas, dos setores privados.

Por isso, é fundamental que nós possamos retomar o debate sobre o papel deste País, o papel da PETROBRAS, a soberania nacional, a reconstrução de um projeto para este País, com a PETROBRAS estatal e forte, com controle do gás e do petróleo, para que nós não tenhamos essa vergonha do aumento dos combustíveis, do aumento do gás, toda semana, levando à miséria o nosso povo brasileiro.

Muito obrigado, Presidenta. Peço que este pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos demais meios de comunicação da Casa.

Documento 281/288

| | | |
|----------------------------|-------------------------------|------------------------------------|
| 128.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 28/10/2021-09:32 |
| Publ.: DCD 10/29/2021 - | PEDRO UCZAI-PT -SC | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Transcurso do Dia do Servidor Público. Posicionamento do orador contrário à

aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelos óbitos decorrentes da Covid-19 no País. Desestruturação de políticas públicas e do Estado brasileiro pelo Governo Federal. Agravamento das desigualdades sociais brasileiras no Governo Jair Bolsonaro.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, hoje é Dia do Servidor Público. É um dia para refletirmos sobre o Estado brasileiro, o papel das políticas públicas, sobre este Governo de plantão e principalmente sobre como repercutirá o resultado, caso aprovado neste Parlamento, da PEC 32.

Está claro para todo o povo brasileiro que o Governo Bolsonaro não cuidou da vida, não protegeu o povo no enfrentamento à crise sanitária. Pelo contrário, ele foi o grande responsável por mais de 606 mil brasileiros e brasileiras que perderam a vida, o que está consolidado e materializado no indiciamento por nove crimes contra o Presidente Jair Bolsonaro. E o País, que não cuidou da vida, não cuidou da pandemia, também não cuidou da economia.

O Governo Bolsonaro, que já havia iniciado no Governo Temer, tem uma agenda ultraneoliberal de privatizações, de desmonte da soberania nacional, de desmonte da política de proteção social, com a reforma trabalhista, a reforma previdenciária, o congelamento dos investimentos primários e discricionários por 20 anos, com a Emenda Constitucional nº 95, e o subteto, com a Emenda nº 109. Agora, a PEC 32 é a consolidação do desmonte do Estado brasileiro na concepção da Constituição de 1988, de um Estado plural, democrático e com proteção social. Transformaram o Estado brasileiro para estar a serviço do mercado, do capital, do capital financeiro.

Se o relatório da PEC 32 for aprovado na íntegra, nós não só teremos a destruição da carreira, do concurso público, dos direitos do servidor público, não só teremos a destruição da qualidade do serviço público, em que o povo brasileiro vai ser a vítima da desqualificação desse serviço, que será transferido para o setor privado. Mais grave do que isso, essa emenda vai transformar a Constituição brasileira numa Constituição neoliberal. Isso é o grave. Isso é o mais profundo dessa mudança: o desmonte de uma concepção, o desmonte de um pensamento sobre a relação do Estado com a sociedade.

O Estado não será mais o indutor do desenvolvimento econômico, não será mais o indutor do desenvolvimento social. Desse modo, o Estado não será o protagonista da diminuição da desigualdade social. Na lógica do mercado, ocorrerá a reprodução e a ampliação da desigualdade social, ampliando o número de bilionários, de super-ricos,

e aqui nós não enfrentamos esse debate de forma séria e consequente, porque temos que tributar os super-ricos, cobrar dos que ganham mais para universalizar os direitos dos pequenos deste País. Portanto, é essa a agenda do Governo Bolsonaro.

Para além do besteiro, para além dos espetáculos que o Bolsonaro faz no seu discurso e nas suas narrativas de charlatanismo, de negacionismo e de *fake news*, o que é mais profundo, com "Paulo banqueiro Guedes" e com Jair Bolsonaro, são as mudanças estruturais que estão acontecendo neste País, como o desmonte do Estado, o desmonte das políticas públicas, o desmonte da valorização do servidor público.

Então, hoje, Deputado Helder Salomão, no Dia do Servidor Público, quando parabenizamos o servidor, não estamos sendo corporativistas. Quando defendemos o servidor público, a carreira, a decência, a valorização, é porque, em última instância, estamos defendendo o povo brasileiro.

Queremos saúde, queremos SUS, queremos escola, queremos universidade pública, escola técnica federal, ciência, tecnologia! Queremos cultura, queremos infraestrutura! Queremos um País soberano, com dignidade e democracia. E isso só é possível com o Estado que atende e universaliza, a partir do princípio da equidade, de uma política universal. É disso que estamos falando quando dizemos: Parabéns, servidor público brasileiro dos Municípios, dos Estados e da União.

E a grande vitória, o grande presente dos servidores é esta Casa derrotar a PEC 32.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 282/288

| | | | |
|----------------------------|-------------------------------|---------------------|------------------------------------|
| 128.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa | 28/10/2021-09:48 |
| Publ.: DCD 10/29/2021 - | - JOSÉ RICARDO-PT -AM | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS | BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Congratulações aos servidores públicos. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Continuidade da luta contra a privatização de empresas estatais. Apoio aos

projetos de lei sobre o estabelecimento da jornada de trabalho e do piso salarial dos profissionais da enfermagem, dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Solidariedade aos professores brasileiros, aos agentes da segurança pública e aos servidores das áreas de ciência, pesquisa e tecnologia. Defesa de recomposição salarial dos funcionários públicos do Estado do Amazonas. Importância da aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 1.374, de 2021, sobre a instituição do auxílio gás social.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sra. Presidenta! Muito bom dia, Deputada Rosangela Gomes!

Eu gostaria de saudar a todos os demais colegas Parlamentares, em especial ao Deputado Paulo Ramos, que me antecedeu.

Logicamente, hoje o assunto principal é a homenagem, a lembrança, o apoio a todos os servidores públicos, a todos os trabalhadores públicos. Nós temos que valorizar, apoiar, fortalecer o serviço público neste momento em que servidor é atacado, em que a carreira do servidor é ameaçada, porque a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, quer praticamente destruir o serviço público, quer acabar com o concurso público, quer acabar com a carreira, com a estabilidade, com a progressão, com planos que possam valorizar os servidores, com base nos quais a pessoa possa dizer que vale a pena ser servidor e possa dedicar-se, como é o caso de professores e de professoras. Portanto, primeiro, deixo aqui a nossa saudação, as nossas parabenizações a todos os servidores que se dedicam, que lutam!

Nós temos que lembrar, primeiro, os servidores da área da saúde, que neste período da pandemia se doaram literalmente. Muitos trabalhadores da saúde também morreram, ou tiveram a doença e têm sequelas, portanto têm problemas de que têm que continuar cuidando. Foram eles e são eles e elas que estão, até hoje, cuidando da nossa saúde! Mas estão ameaçados, principalmente os servidores públicos.

Há também as terceirizações, que aí estão, prejudicando o serviço público. Lá no Amazonas, eu já denunciei há muito tempo a terceirização da saúde, que piorou o atendimento à população e precarizou a relação de trabalho. Muitas empresas terceirizadas não recolhem previdência ou FGTS, não cumprem com as obrigações trabalhistas. Aliás, pelo contrário, contratam, não pagam ou atrasam o salário, e depois demitem; ou a empresa muda de nome. Às vezes, o serviço público muda a empresa, e infelizmente aquele servidor ou aquele trabalhador fica sem direitos.

Por isso, o melhor presente que nós podemos dar, neste dia e também ao longo do nosso mandato, é continuar lutando contra essas

terceirizações, contra as privatizações, a favor dos trabalhadores da PETROBRAS, dos Correios, da ELETROBRAS, da ELETRONORTE. Como eu dizia ontem, os trabalhadores da ELETRONORTE fizeram uma paralisação porque não estão sendo atendidos naquilo que foi combinado, no processo de privatização, em relação a seus direitos.

Deixo também aqui o nosso apoio aos projetos a área da enfermagem que estão tramitando nesta Casa, para garantir o piso salarial da categoria e uma jornada de trabalho justa, correta, adequada para os profissionais da enfermagem.

Registro também o nosso apoio aos projetos que definem o piso salarial e a valorização e dão condições melhores de trabalho para os agentes comunitários de saúde e para os agentes de combate às endemias, que são fundamentais no enfrentamento de doenças que ainda atingem a população.

Destaco o nosso apoio a todos os professores e professoras, a todos os trabalhadores da segurança e da área da ciência e tecnologia, que denunciavam lá do Amazonas, assim como no resto do Brasil, os cortes de recursos, a redução de funcionários de instituições de pesquisa, a falta de concurso público, como é o caso do INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, no Amazonas. Esse instituto sofre, já há muito tempo, corte de recursos, como todas as instituições de ensino superior, de pesquisa e os Institutos Federais. Então, deixo aqui a nossa solidariedade a esses trabalhadores. Parabéns pela luta! E não desistam! Enfim, eu queria ainda enfatizar os professores e as professoras, que estiveram esses dias também em manifestação, cobrando reajustes salariais e reposição.

Quero dizer que o Governo do Estado do Amazonas pode muito bem atualizar o salário de todos os servidores, porque nós tivemos um aumento da arrecadação, de 2019 para 2020, de 2 bilhões e 900 milhões de reais; no período de setembro do ano passado para setembro deste ano. Foram mais 2 bilhões de reais para o Orçamento Geral do Estado.

Portanto, é possível atualizar os salários, que já estão congelados há mais de 2 anos. Temos que fazer justiça com o servidor público, valorizá-lo e não aceitar a PEC 32.

Estou aqui também para me manifestar de novo na tribuna e falar para todo o Brasil que sou contra a PEC 32. Nós temos que enterrar essa PEC no Congresso Nacional, porque não podemos aceitar esse ataque aos servidores públicos e ao serviço público. Isso prejudica a sociedade, a população, que hoje está sofrendo e está perdendo.

Eu termino exaltando a importância do projeto que cria o vale-gás e

parabenizando a todos pela aprovação do projeto ontem. Vai ajudar milhões de pessoas no nosso País, pessoas que não têm dinheiro nem para o gás. Esse projeto é da bancada do Partido dos Trabalhadores, do Deputado Carlos Zarattini, e contou com o nosso apoio, com o nosso voto. O projeto é muito importante neste momento em que tanta gente está sem renda, passando fome, sem dinheiro nem para comprar o gás e preparar o alimento da família. Parabéns a toda a bancada do Partido dos Trabalhadores por ter aprovado esse projeto!

Nós esperamos que Bolsonaro não vete o projeto, que possa sancioná-lo, para que, ao entrar em vigor, ajude imediatamente milhões de brasileiros e brasileiras.

Sra. Presidente, peço que divulgue o meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 283/288

| | | |
|----------------------------|-------------------------------|------------------------------------|
| 128.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 28/10/2021-10:24 |
| Publ.: DCD 10/29/2021 - | - JOENIA WAPICHANA-REDE -RR | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Transcurso do Dia do Servidor Público. Homenagem ao funcionalismo brasileiro, especialmente aos servidores do Estado de Roraima e aos professores indígenas. Saudações aos agentes indígenas de saúde. Apoio à luta de sindicatos e associações contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União; e da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Sem revisão da oradora.)
- Sra. Presidente, obrigada. Parabéns pela Presidência neste Dia do Servidor, um momento tão importante para o Brasil!

Eu sempre imagino como seria o nosso País sem o serviço público, sem os servidores que prestam à grande maioria da população brasileira um serviço dedicado há anos, uma vida, muitas vezes, de geração em geração.

Nós vimos, neste momento de crise sanitária que o mundo todo atravessa, a importância dos serviços públicos, principalmente na área

da saúde, da segurança pública, da educação. É do que nós precisamos. Nós precisamos não diminuir os direitos adquiridos, as garantias constitucionais, mas sim fortalecer a estrutura, os direitos que já existem, para que eles possam desenvolver as atividades da melhor forma possível.

Quero fazer minha referência e também prestar minha homenagem e minha solidariedade a todos os servidores públicos do meu Estado de Roraima, principalmente os servidores públicos indígenas. Hoje, mais de 22 mil professores indígenas, Deputado Airton Faleiro, atuam diariamente nas comunidades indígenas, muitas vezes, aguardando ainda que o Estado regularize sua situação com concurso público, com a garantia dos direitos constitucionais. Muitas vezes, os professores públicos assumem a própria direção da escola, a gestão da escola. O professor que dá aula é o mesmo que limpa a escola, é o mesmo que faz a merenda escolar. Muitas vezes, é o mesmo que transporta alunos que moram longe e vivenciam muitas condições precárias.

Minha homenagem àquele professor que, muitas, vezes não tem o espaço para dar aula. Ele dá aula, em muitas escolas indígenas, com o teto caindo na cabeça das crianças, com muitas goteiras quando chove, principalmente na Amazônia, que não tem estrutura. Muitas vezes, carrega no ombro ou na cabeça, quando chove, atravessando igarapés, quando transbordam, o material escolar para as crianças, para que elas não fiquem fora dessa educação.

Quero homenagear os agentes indígenas de saúde e os agentes de saneamento básico que estão aguardando desta Casa a regularização da sua categoria. Já pedi muitas vezes aqui prioridade à Presidência para que os Parlamentares assinem o projeto lei, de minha autoria, que regulamenta essa profissão. Mas, até o momento, ainda não teve a oportunidade, Deputado Bira, de chegar aqui esta prioridade que as comunidades indígenas estão aguardando.

Quero homenagear as pessoas que estão no dia a dia nas comunidades, que fazem serviço público. São servidores públicos da FUNAI, do IBAMA, do ICMBio; os brigadistas indígenas que colocam a sua vida em risco para apagar o fogo, muitas vezes, nas florestas. Somente os indígenas têm conhecimento da área.

Quero homenagear aqueles estão nos nossos gabinetes - a minha equipe, aqui, no gabinete 231, a maioria indígena, os que conseguiram na trajetória ter um espaço de representação. Quero homenagear os afrodescendentes. O movimento negro sempre luta pela cota também, porque é difícil assumir um posicionamento se não houver um tratamento de políticas públicas específicas. Quero homenagear os professores, os funcionários. Nós precisamos investir nessa estrutura.

Minha solidariedade àqueles que deram a sua vida nesta pandemia, perderam familiares, ficaram muitas vezes isolados para poder atender à população brasileira.

É necessário esse reconhecimento. É necessário esse investimento. É necessária essa proteção do Estado brasileiro, por meio de uma política pública de Estado, não por posicionamentos de Governo. Achem que estão fazendo o melhor, mas, no fim das contas, só fazem retroceder todas as conquistas.

Minha solidariedade a todos os sindicatos que nós temos visto esses últimos dias, a associações de profissionais que têm se manifestado contra a PEC 32, a associações de profissionais têm se manifestado contra a PEC 23, que pode tirar recursos da educação, a profissionais que planejam o melhor para o Brasil.

É necessário fazermos essa análise, neste dia, para avançarmos no sentido de proteger e valorizar o que nós temos de serviço público.

Por fim, Sra. Presidente, gostaria que essa referência aqui aos servidores públicos fosse publicada no programa *A Voz do Brasil*, para que nós possamos visualizar que existem os profissionais indígenas também.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Documento 284/288

| | | |
|----------------------------|-------------------------------|------------------------------------|
| 128.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 28/10/2021-11:04 |
| Publ.: DCD 10/29/2021 - | LUIZ LIMA-PSL -RJ | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Transcurso do Dia do Servidor Público. Saudações aos funcionários públicos do Estado do Rio de Janeiro. Aplausos ao Presidente Arthur Lira pela manifestação em defesa dos Deputados indiciados pela CPI da Covid. Repúdio ao tratamento dispensado a depoentes por membros da CPI.

O SR. LUIZ LIMA (PSL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Rosangela Gomes. Muito me honra V.Exa. estar presidindo esta sessão.

Hoje, dia 28 de outubro, gostaria de parabenizar o servidor público. Meus pais, Luiz Eduardo e Vitória Régia, são servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro, e eu estou como servidor público temporário por 4 anos. Gostaria de parabenizar em especial os servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro, servidores públicos muito sofridos pelas irresponsabilidades dos nossos últimos governantes em não equilibrar, de forma inteligente, as finanças do Estado, depositando nas costas de cada servidor a responsabilidade de cuidar do cidadão fluminense, do cidadão carioca e dos cidadãos dos demais 91 Municípios.

Presidente Rosangela Gomes, ontem o Presidente desta Casa Arthur Lira, numa demonstração inteligente de soberania da Câmara dos Deputados, defendeu os Deputados Federais indiciados de forma irresponsável por alguns Senadores.

Eu brinco sempre, em alguns momentos, que é melhor dar corda à pessoa para que ela vá se enforcando aos poucos. Ontem, numa grande rede de televisão, eu vi o Senador Omar Aziz, Presidente da CPI, passar vergonha, quando foi confrontado se cabia ao Senado indiciar um Deputado Federal desta Casa, seja de que partido for. O Senado não é maior do que a Câmara dos Deputados. E eu diria que a Câmara dos Deputados, na sua representatividade democrática, que é real em número de habitantes de cada Estado, sim, é a voz do povo e aqui, sim, é a voz representativa de cada cidadão brasileiro.

Então, o ato do Presidente Arthur Lira não foi um ato corporativista não, foi um ato para preservar a liberdade de opinião de cada Deputado.

Eu gostaria de algo dizer à CPI da COVID, no Senado Federal, em especial, a alguns Senadores que maltrataram seus convidados, que maltrataram Deputados desta Casa, usando a força, usando palavras que não caberiam dentro de uma CPI. Gostaria de dizer a V.Exas.: não precisam confundir educação com falta de coragem não. Normalmente, quem é educado e consegue vencer de forma inteligente, num debate, sem ter a sua liberdade privada, essa pessoa tem mais coragem e vence no final.

Então, eu gostaria de parabenizar o Presidente desta Casa, Arthur Lira, por defender a Câmara dos Deputados, defender a democracia, e por entender que só o Judiciário, só o Supremo Tribunal Federal, tem o poder de julgar e condenar algum Deputado ou Senador que tenha infringido qualquer regra. Então, o Senado foi infeliz. Hoje, os Senadores estão constrangidos, na entrega do relatório; fazem a entrega de forma constrangida. O que foi feito foi muito infeliz.

Forte abraço, Presidente Rosangela Gomes.

Obrigado.

Documento 285/288

| | | |
|--|---|------------------------|
| 128.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -28/10/2021- CD 11:20 | |
| Publ.: DCD - 10/29/2021 - LUIS MIRANDA-DEM -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Inclusão do irmão do orador Luis Ricardo Fernandes Miranda em programa de proteção a testemunhas, diante de ameaças recebidas pela apresentação de denúncia de corrupção na compra de vacina da Covid-19. Transcurso do Dia do Servidor Público. Homenagem ao funcionalismo brasileiro. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Nem sei por que vim aqui hoje, sendo bem sincero. Eu havia feito uma programação totalmente diferente. Vou tirar a máscara para conseguir falar com clareza. Preparei uma placa para homenagear todos os funcionários públicos do nosso País. Quando fiz essa placa - vou aqui ler o que nela consta -, era para entregá-la ao meu irmão. Na minha visão, ele é o representante de vários funcionários públicos deste País que querem fazer o certo e são impedidos porque, às vezes, o sistema é injusto, é corrupto, é mau-caráter, é lesivo.

Se não fossem os bons funcionários públicos deste País, os honestos funcionários públicos deste País, o Brasil estaria numa situação muito pior e a vida dos brasileiros estaria muito pior.

Não é um político que vai resolver a sua vida. Nós lhe representamos, representamos a sua vontade, representamos a vontade de todo cidadão de bem, mas quem está na ponta executando, quem está lutando para poder entregar os serviços, quem está vacinando a população, quem está na rua combatendo a criminalidade é o servidor público, o policial, o médico, o enfermeiro, o professor que está nas escolas educando seus filhos.

Mas por que eu estou emocionado? Porque eu entrei em contato com meu irmão para tentar entregar em mãos esta homenagem - eu queria fazer um vídeo com ele -, e ele não pôde me ver, porque está no programa de proteção a testemunhas, porque tentou ajudar o

Presidente da República a não se envolver com algo inacreditável como a corrupção da vacina. Eu não posso ver o meu irmão. Eu não posso mais ter minha família do meu lado, porque ele teve que aderir a um programa de proteção a testemunhas, porque estavam ameaçando a sua vida e a vida da sua família por ter ido ao Presidente levar uma informação que era de suma importância para qualquer líder que leva a vida da sua população a sério. Ao contrário de levar a sério, ele não só se omitiu de falar que nós fomos lá para ajudá-lo, como criou uma onda contra nós, como se nós estivéssemos tentando fazer algo mau. Hoje, a CGU confirma que os documentos foram falsificados. Eram falsas as assinaturas.

Está aí, para todo mundo ver, que, a todo momento, nós só fizemos aquilo que tinha que ser feito, como qualquer Parlamentar honesto faria, como qualquer Parlamentar que foi eleito para defender o direito do povo. Em se sabendo de algo errado, denuncia-se. Denunciou à Polícia Federal, denunciou para o Presidente da República, deu depoimento ao Ministério Público Federal. Conseguimos impedir o rombo de 1,6 bilhão de reais neste País e talvez tenhamos imobilizado um esquema que já era há muito tempo duradouro, porque não era a primeira vez - e certamente não seria a última - que esse grupo econômico lesava os cofres públicos.

Nós não atacamos o Presidente. Nós tentamos ajudar, mas hoje eu não posso ter meu irmão aqui, recebendo esta homenagem em nome de todos servidores públicos, porque ele está no programa de proteção a testemunhas. É inacreditável como às vezes fazer o certo custa caro.

Eu quero ler para você, servidor público. Nunca baixe a cabeça. Não tenha medo dessas ameaças. Você não é parasita. Parasita é aquele cara que está ganhando dinheiro com o dólar lá fora e desvalorizando a nossa moeda para poder ter ganhos no seu fundo, na sua *offshore* lá fora. Ele é um parasita que está ganhando sem trabalhar. Você trabalha todos os dias duramente, servidor público.

E aqui eu vos digo, a todos os servidores públicos do Brasil, aqui representados pelo Ilmo. Sr. Luis Ricardo Fernandes Miranda, que não pode estar aqui: nossos sinceros agradecimentos, em nome do povo brasileiro, por honrar o cargo de servidor público, por não se calar diante de pressões e salvar o Brasil de pessoas inescrupulosas, além de evitar um prejuízo de 1,6 bilhão de reais. Receba esta justa homenagem.

Parabéns a todos os servidores públicos que, assim como Luis Ricardo Fernandes Miranda, amam e defendem verdadeiramente o Brasil.

28 de outubro de 2021

Dia do Servidor Público

Eu estou como servidor público. Na função de Deputado Federal, eu estou como Deputado Federal, eu estou como servidor público e parablenizo todos vocês, eu, Deputado Luis Miranda.

Parablenizo todos aqueles que estão agora trabalhando nos computadores desta Casa, nas câmeras, nesta Mesa, cuidando da nossa segurança, o servidor que serve o cafezinho, o pessoal que cuida da nossa saúde. São servidores públicos que estão aqui dentro desta Casa e fazem a máquina funcionar. Parablenizo todos os assessores legislativos, todos os policiais deste País, médicos, professores, bombeiros.

Tenho certeza absoluta de que a PEC 32 não vai passar, porque ela não quer corrigir o sistema administrativo deste País. Ela não vai passar, porque as pessoas honestas já entenderam que ela vai flexibilizar a corrupção e vai achacar ainda mais funcionários de bem que não compactuam com isso.

Então, o meu "não" à PEC 32 não é pela intenção dela, mas pelas consequências dela. Nós não podemos permitir isso no nosso País. Precisamos de um País de pessoas honestas, pessoas trabalhadoras, mas que valorizem quem está na ponta, cuidando do povo brasileiro. Quem está na ponta sempre foi e sempre será o servidor público.

Com todo o respeito às outras profissões, com todo o respeito aos empresários, aos funcionários do setor privado, quando vocês precisam de um título de eleitor, quando vocês precisam de uma certidão, quando vocês precisam de um documento, quando vocês vão ao SUS, quando vocês mandam seus filhos à escola pública, é um funcionário público que está lá cuidando de vocês, podem ter certeza disso.

Então, neste dia, eu quero me colocar aqui como um guerreiro ferrenho em defesa do funcionário público.

Obrigado, Presidente, pela oportunidade.

Documento 286/288

| | | |
|--|--|------------|
| 128.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 28/10/2021- CD | 13:00 |
| Publ.: DCD - 10/29/2021 - DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Caráter político-partidário do relatório final da CPI da Covid do Senado Federal. Inexistência, no bojo do relatório, de subsídios suficientes para criminalização do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sra. Presidente Rosângela Gomes.

Eu queria só chamar atenção para um fato quanto à entrega do relatório da CPI da COVID. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os próprios Ministros que não têm uma boa relação com o Governo Federal consideraram o relatório fraco, sem embasamento, um relatório que não tem subsídios suficientes para poder penalizar o Presidente Jair Messias Bolsonaro. Segundo o Ministro Barroso, foi um relatório mais de conotação política do que jurídica.

Então, realmente, foram 5 meses e 20 dias de perda de tempo, perda de tempo de vários Senadores, porque poderiam estar trabalhando por um Brasil melhor, e de várias personalidades da política e entidades médicas.

Portanto, foi uma verdadeira lástima, Sra. Presidente.

Documento 287/288

| | | |
|--|------------------------------------|--------------|
| 128.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária | -28/10/2021- |
| | CD | 13:56 |
| Publ.: DCD - 10/29/2021 - AFONSO FLORENCE-PT -BA | | |
| CÂMARA | DOS | COMO LÍDER |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Encerramento dos trabalhos da CPI da Covid. Indiciamento, pelo órgão, do Presidente da República, Parlamentares, gestores e empresários. Vinculação entre milhares de mortes por coronavírus e a estratégia de imunidade de rebanho implementada pelo Presidente Jair Bolsonaro. Obstrução pelo Presidente da República da compra de vacinas da Covid-19. Necessidade de prosseguimento, pela Procuradoria-Geral da República, das investigações da CPI da Covid. Imediata inclusão na pauta, pelo Presidente Arthur Lira, de pedido de impeachment contra o mandatário do País. Elevação da taxa básica de juros, a Taxa Selic, pelo Comitê de Política Monetária - COPOM do Banco Central. Manutenção pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, de aplicações financeiras em paraísos fiscais. Equívoco da indexação dos preços de combustíveis à moeda norte-americana. Prática, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de crimes contra a economia popular e a saúde pública dentre outros.

Posicionamento contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidenta, quero saudar todas as Parlamentares, todos os Parlamentares e o povo brasileiro que nos assiste e agradecer ao Líder Bohn Gass por me ceder o tempo de Liderança.

Quero destacar que esta é uma semana que entra para a história do Brasil, para a história da República. Todos nós acompanhamos a votação, no Senado, do relatório da CPI da COVID. Inúmeros Parlamentares, gestores, empresários e o Presidente Bolsonaro foram indiciados. O Presidente Bolsonaro foi indiciado por nove crimes.

O Presidente agora está em pânico, contando com a possibilidade de que a PGR postergue sua análise e as investigações não sejam levadas adiante. A sua culpa é inconteste. Ele é um réu contumaz. Ele persevera no cometimento dos crimes, em particular contra a saúde do povo brasileiro, ao liderar uma estratégia genocida construída em seu gabinete paralelo. A investigação da CPI arrolou provas incontestes - testemunhos, provas documentais, vídeos - de que esse gabinete paralelo, sob a liderança do Presidente Bolsonaro, optou pela estratégia da imunidade de rebanho e a implementou.

A estratégia chamada de imunidade de rebanho teve a liderança pública de Bolsonaro, que fez propaganda, primeiramente, contra o isolamento social. Quanto à estratégia de garantir condições sociais para evitar a disseminação do vírus, o Presidente foi contra e tentou impedir Governadores, Governadoras, Prefeitos e Prefeitas de fazer esse isolamento, quando a sua obrigação era liderar esse processo de esforço dos entes governamentais e também da sociedade civil organizada para evitar a expansão da disseminação da COVID-19.

No segundo momento, o Presidente Bolsonaro criou dificuldades para o financiamento da estruturação do SUS. Foi esta Casa que aprovou um orçamento chamado "orçamento de guerra", abrindo espaço fiscal para os investimentos no Sistema Único de Saúde, desde a atenção básica até a alta complexidade, para combater a COVID-19.

Posteriormente, o Presidente Bolsonaro, com seu Governo e seu Ministro da Saúde, obstruiu as negociações para a aquisição da vacina da Pfizer, que ficou apresentando sistematicamente a proposta de negociação, a proposta de venda da vacina para o Governo brasileiro.

Depois, causou algo pior ainda: a crise em Manaus. Não houve, em tempo hábil, providências para o suprimento de insumos hospitalares fundamentais para o combate à COVID, entre eles o oxigênio.

Centenas de pessoas faleceram, milhares de pessoas ficaram sem o atendimento necessário na rede de Manaus, e o Presidente continuou insistindo na sua estratégia genocida.

Posteriormente, a CPI revelou que houve negociações com prepostos do Governo que estavam no gabinete ao lado do Presidente falando em seu nome com falsários, estelionatários, vendedores de vacina que não existia.

Havia contratos de compra de vacina a serem faturados de valores inadmissíveis, estratosféricos, superfaturados, com empresas que nós vimos que não entregaram em outros países.

Então, a CPI indícia o Presidente com provas robustas, e agora a Procuradoria-Geral da República terá que dar prosseguimento às investigações.

Na semana que antecedeu a aprovação pela CPI do relatório com nove indiciamentos do Presidente da República, ele teve o desplante, a pouca vergonha de associar o uso da vacina à contaminação com o vírus da AIDS. Então, é um criminoso contumaz, um mitômano, alguém sem medidas, que precisa ser impedido.

Por isso, reitero aqui - e cito os partidos de Oposição - a nossa insistente e perseverante cobrança para que o Presidente Arthur Lira acate um dos pedidos de investigação desses inúmeros crimes do Presidente da República, a fim de que possamos constituir a Comissão Especial e submeter à investigação da Casa os crimes cometidos, inclusive o relatório aprovado na CPI do Senado.

Por último, destaco também dessa conjuntura o aumento da taxa de juros, ontem, pelo Comitê de Política Monetária - COPOM. Semana passada, vários colaboradores do Ministro Guedes, aquele tem conta em paraíso fiscal e que lucra com o aumento da taxa de juros, lucra com essa depreciação do câmbio, essa supervalorização do dólar... O Presidente Bolsonaro tem o Ministro da Economia que merece. O povo brasileiro é que não merece esse Presidente e esse Ministro da Economia, um Ministro da Economia que tem dinheiro em paraísos fiscais e lucra com a pobreza, com a miséria crescente do povo brasileiro, em decorrência da política macroeconômica. Ele teria que ser investigado também por esta Casa, mas está lá na lista da CPI.

O Presidente insiste na política de aumentar a taxa de juros, mas não tem uma política para a produção de alimentos pela agricultura familiar, não tem uma política de controle de preços. Nos Governos anteriores, nos Governos do PT, os preços do *diesel*, da gasolina e do botijão de gás eram administrados. E houve Promotor do Ministério Público entrando na Justiça contra o Ministro Guido Mantega porque os preços

eram administrados.

Agora, a moda aqui na Casa é retirar tributos estaduais e municipais e majorar tributos federais. A tributação do Governo Central sobre os combustíveis é de quase 10%. A tributação dos Estados é prerrogativa estadual. Mas o Presidente, em vez de retirar a Política de Paridade Internacional - PPI, que dolarizou os preços dos combustíveis, resolve que os Estados é que têm que tirar seus tributos.

Só que os Estados têm que manter os serviços de alta complexidade, os Estados têm que manter a educação.

O Presidente continua fazendo a política rasteira, a política baixa, a política menor; continua jogando com a economia, o povo brasileiro, a pobreza, a miséria e o aumento da fome, fazendo disputa eleitoral contra Governadora e Governador. Portanto, este Presidente também comete crimes contra a economia popular, além dos crimes contra a política sanitária no combate à COVID.

Por isso, cresce na população a expectativa de um processo de *impeachment* e todas as pesquisas apontam a vitória do ex-Presidente Lula, aquele Presidente que, quando seu nome aparece, faz com que o povo brasileiro tenha expectativa de prosperidade, de melhoria da qualidade de vida.

Apelo ao Presidente Arthur Lira para que acate um dos pedidos de investigação de Bolsonaro. Vamos continuar nas ruas, com servidores e servidoras, contra a PEC 32, contra a PEC 23.

Fora, Bolsonaro!

Obrigado, Sra. Presidenta.

Documento 288/288

| | | |
|--|---|------------------------|
| 128.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -28/10/2021- CD | 14:08 |
| Publ.: DCD - 10/29/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Razão do posicionamento da oradora contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União. Protesto contra a pretendida extinção do Programa Bolsa Família. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais. Caráter eleicoeiro do Programa Auxílio Brasil, lançado pelo

Governo Federal.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, colegas Parlamentares, há 3 dias, o Presidente Bolsonaro tenta aprovar, nesta Casa, um calote. Há 3 dias, o Presidente Bolsonaro tenta aprovar a PEC dos Precatórios, que é um calote em milhares de brasileiros que ganharam uma ação na Justiça, fizeram planos com esta vitória e não vão poder receber o seu dinheiro. Há 3 dias, o Governo não consegue votos neste Plenário pra aprovar a PEC dos Precatórios, conhecida como a PEC do Calote. É natural, pois nem todo o mundo está disposto a ser caloteiro igual ao Presidente Bolsonaro.

Como não têm votos para aprovar a PEC, eles já falam inclusive em reeditar o estado de calamidade. Aí eu me pergunto: um Presidente que negou a pandemia o tempo inteiro; um Presidente que nem sequer teve solidariedade com mais de 600 mil famílias que perderam pessoas queridas; um Presidente que negou a vacina o tempo inteiro vai agora admitir a importância da pandemia e criar uma justificativa, uma desculpa para um estado de calamidade? Ele nunca reconheceu o momento difícil que o País vive. É muito difícil o Presidente convencer Parlamentares desta Casa de que é preciso dar um calote em milhares de aposentados deste País. É difícil o Presidente Bolsonaro convencer os colegas Parlamentares desta Casa de que é preciso dar um calote no FUNDEF, no FUNDEB, na educação brasileira.

Quem votar a favor desta PEC, nos termos em que ela está, passará uma rasteira no direito dos professores, uma rasteira no direito dos aposentados e de todos aqueles que ganharam uma ação na Justiça.

No Brasil, sempre houve uma máxima: decisão da Justiça, primeiro, se cumpre; depois, se questiona. Mas agora, com a PEC do Calote, com a PEC dos Precatórios, o Presidente Bolsonaro leva o País a ter outro olhar sobre uma decisão judicial. *"Essa decisão judicial, eu não vou cumprir."* É isso que o Presidente Bolsonaro quer que o Parlamento brasileiro vote. Não podemos aceitar isso.

Os precatórios estão na lei e precisam ser cumpridos. São despesas prioritárias que o Governo precisa cumprir.

O Governo Bolsonaro ainda comete outro absurdo. Há 18 anos, existe o Programa Bolsa Família. Nenhum Governo teve coragem de acabar com esse programa, que tende a seguir para a vida toda, enquanto houver necessitados no nosso País. Mas o Presidente Bolsonaro ousa acabar com esse programa, que tirou milhares de brasileiros da extrema pobreza. E, no lugar do Bolsa Família, que já tem 18 anos e pode seguir a vida inteira, o Presidente Bolsonaro que botar um

programa eleitoral, que só vai durar o período da eleição. É uma judiação deixar que a população mais pobre do País fique à mercê de uma medida eleitoral.

Nós queremos o Bolsa Família. Nós queremos aumentar o Bolsa Família. Nós queremos que ele chegue a 600 reais. Foi isso que nós sempre defendemos. Mas o Presidente Bolsonaro quer agora acabar com o programa que já salvou a vida de milhares de brasileiros.

Sra. Presidente, nós não podemos concordar com a votação de uma PEC que é um calote na vida de aposentados, de professores, de tantas pessoas que recorreram à Justiça para ter o seu direito garantido. E nós não podemos aceitar que o Presidente Bolsonaro acabe com o Programa Bolsa Família.

Mais de 3 milhões de brasileiros estão na fila para receber uma ajuda. Quando nós aprovamos, nesta Casa, o valor de 600 reais para o auxílio emergencial, enfrentamos o Presidente Bolsonaro, que não queria valor nenhum e depois foi convencido a aceitar os 200 reais. Mas nós tomamos a decisão, nesta Casa, de aprovar os 600 reais. Depois o Presidente teve que sancionar, porque nós apontamos de onde sairia o recurso para o auxílio emergencial.

Agora estamos insistindo: é possível, sim, garantir um Bolsa Família de 600 reais, um Bolsa Família que dure o tempo necessário, não apenas o período da eleição, como o Auxílio Brasil, que o Governo está querendo criar. Isso é judiação. É usar os pobres eleitoralmente.

Sra. Presidente, colegas Parlamentares, é preciso fazer justiça aos pobres deste País, sem usá-los eleitoralmente.

Muito obrigada.
